

ANAIIS

V SEMINÁRIO INTEGRADO

ensino,
pesquisa
e extensão

Articulação ensino, pesquisa e extensão
como princípio de aprendizagem

 **CNPq**
Conselha Nacional do Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

 **UNOCHAPECÓ**



Reitoria (2012-2015)

Reitor: Odilon Luiz Poli

Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão: Maria Aparecida Lucca Caovilla

Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Claudio Alcides Jacoski

Vice-Reitor de Administração: Antônio Zanin

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Valéria Marcondes

Reitoria (2016-2020)

Reitor: Claudio Alcides Jacoski

Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão: Silvana Muraro Wildner

Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Márcio da Paixão Rodrigues

Vice-Reitor de Administração: José Alexandre de Toni

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Carolina Riviera Duarte Maluche Baretta

Esta publicação ou parte dela não podem ser reproduzidas por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

S471a Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unochapecó (5. : 2015 : Chapecó, SC)
Anais do V Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unochapecó [recurso eletrônico] : articulação ensino, pesquisa e extensão como princípio de aprendizagem / Alexandro Stumpf ... [et al.] (Orgs.). -- Chapecó, SC : Argos, 2015.

Modo de acesso: Internet

<http://www.isthmus.com.br/argos/anais_seminario_integrado_ensino_pesquisa_extensao.pdf>

ISBN: 978-85-7897-168-7

1. Ensino superior. 2. Extensão universitária. I. Stumpf, Alexsandro. II. Título.

CDD 21 -- 378

Catálogo elaborado por Daniele Lopes CRB 14/989
Biblioteca Central da Unochapecó



Todos os direitos reservados à Argos Editora da Unochapecó

Av. Atilio Fontana, 591-E – Bairro Efapi – Chapecó (SC) – 89809-000 – Caixa Postal 1141
(49) 3321 8218 – argos@unochapeco.edu.br – www.unochapeco.edu.br/argos

Coordenador: Dirceu Luiz Hermes (2012-2015) / Rosane Natalina Meneghetti Silveira (2016-2020)

Conselho Editorial: (2013-2015)

Titulares: Murilo Cesar Costelli (presidente),
Clodoaldo Antônio de Sá (vice-presidente),
Celso Francisco Tondin, Dirceu Luiz Hermes,
Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues,
Maria Aparecida Lucca Caovilla, Ricardo Rezer,
Rodrigo Barichello, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski,
Vagner Dalbosco, Valéria Marcondes

Conselho Editorial: (2016-2018)

Titulares: Murilo Cesar Costelli (presidente),
Clodoaldo Antônio de Sá (vice-presidente),
Celso Francisco Tondin, Rosane Natalina Meneghetti Silveira,
Cesar da Silva Camargo, Silvana Muraro Wildner,
Ricardo Rezer, Rodrigo Barichello, Mauro Antonio Dall Agnol,
Vagner Dalbosco, Carolina Riviera Duarte Maluche Baretta

Suplentes: Arlene Renk, Fátima Ferretti, Fernando Tosini, Hilário Junior dos Santos, Irme Salete Bonamico, Maria Assunta Busato

Suplentes: Arlene Renk, Fátima Ferretti, Fernando Tosini, Hilário Junior dos Santos, Irme Salete Bonamico, Maria Assunta Busato

ANAIS

V SEMINÁRIO INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ: ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO PRINCÍPIO DE APRENDIZAGEM

ORGANIZADOR GERAL

Alexsandro Stumpf

ORGANIZADORES DOS ANAIS

Alexsandro Stumpf

Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

Ademir Machado

Evanilde Gollo Cordazzo

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dirceu Luiz Hermes

Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

Valéria Marcondes (coordenadora)

PRODUÇÃO GRÁFICA E DIAGRAMAÇÃO

Caroline Kirschner

Luana Cervinski

Ricardo Steffens

Jhonatas Brandão

REVISÃO

Carlos Pace Dori

Emanuelle Pilger Mittmann

Kauana Pagliocchi Gomes

COMISSÃO DE APOIO E LOGÍSTICA

Ademir Machado

Alexsandro Stumpf (coordenador)

Ana Karina Brocco

Cristiane Mezzalira

Eduardo Rezer

Evanilde Gollo Cordazzo

Gustavo José Maria

Luciene Anastacio da Silva

Manoel Boita

Manon Aparecida Pereira de Jesus

Marcos Domingos Robal dos Santos

Mariel Cristina Duz Lima

SUMÁRIO - ENSINO

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

ACOMPANHAMENTO FARMACOTERAPÊUTICO A USUÁRIOS IDOSOS POLIMEDICADOS:
RELATO DE EXPERIÊNCIA

Adriana Carolina Bauermann

A VISÃO DE ESTAGIÁRIO(A) DE FARMÁCIA PERANTE A ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE:
RELATO DE EXPERIÊNCIA

Adriana Carolina Bauermann

BADMINTON NA ESCOLA: A EXPERIÊNCIA DO PIBID EDUCAÇÃO FÍSICA – UNOCHAPECÓ

Ana Maria Noetzold, Juliana Aparecida Betlinski, Alessandra Morgenstern, Emanuelle Korb,
Lainara Patel, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

IMIGRAÇÃO E TRABALHO PRECÁRIO: REFLEXÕES ACERCA DA CHEGADA DA POPULAÇÃO
HAITIANA NO OESTE DE SANTA CATARINA

Ana Paula Risson, Márcia Luíza Pit Dal Magro, Maria Luiza de Souza Lajús, Alisson Linhares

EXPERIÊNCIAS COM POESIA EM SALA DE AULA

Andressa Cristina Oliveira da Silva, Jonas Prado de Lima

A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS

Andressa Cristina Oliveira da Silva, Rosa Maria Cominetti

TORNAR-SE PROFESSOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO DE DOCÊNCIA
SUPERVISIONADA

Bianca Joana Mattia, Maria Elisabeth Kleba

O PLANEJAMENTO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Camila de Moura

A PRESENÇA DOS RADICAIS ESPORTES DE AVENTURA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
NO CONTEXTO ESCOLAR

Camila de Moura, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

SUMÁRIO - ENSINO

| clique para acessar os trabalhos |

A PERCEPÇÃO DOS GESTORES E DO PROFESSOR SUPERVISOR SOBRE O PIBID EDUCAÇÃO FÍSICA

Carla Cristina Gentilini, Aline Cristina Bender Buchs, Dyonatan Pedroso, Elizandra Oneidi Alvez, Joana Graeff Ferreira de Deus, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Abel Karasek

DESPERTANDO O SABER: ATIVIDADES DO PIBID/MATEMÁTICA ENVOLVENDO A COMPREENSÃO DA TABUADA

Cláudia Maria Grando, Camila Amador Schlickmam, Cristiane Honorato da Fonseca, Cynthia Cristina Covatti, Daniela Cristina Camatti, Fabiana Ferreira Fagundes, Janaina Estela Pinheiro, Michele Giovana Giachini, Rosemari Ferrari Andreis, Suelen Martini Azambuja

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: DA JUNTABILIDADE À INDISSOCIABILIDADE Cristiane Dameda

A LINHA COMO ELEMENTO VISUAL NA COMPREENSÃO DA ARTE CONTEMPORÂNEA: EXPERIÊNCIAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Diana Leticia Chiodelli, Regiane Angélica Eberts, Janaina Schvambach

PROGRAMA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DEFICIÊNCIAS: AÇÕES E RESULTADOS Dirceu Monego Dick, Talita Lauschner Castelli, Marla Conceição Fim, Clarete Trzcinski

ESTUDO DA REALIDADE RURAL: DESAFIOS DA ATIVIDADE LEITEIRA EM ARVOREDO (SC) Edilaine Artner, Lucas Carraro, Jonas Mocelin, Gustavo Conte Rosina, Carlos Eduardo Arns

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR SOBRE A PERSPECTIVA DA METODOLOGIA DE ENSINO

Edilaine Franz, Marizete Lemes da Silva Matiello

A CULTURA DO BRINCAR NOS RECREIOS ESCOLARES

Edilaine Franz, Joice Peruzzo, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

O PIBID – EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA ESCOLA Elizandra Oneidi Alves, Joana Graeff Ferreira de Deus, Aline Cristina Bender Buchs, Carla Cristina Gentilini, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

SUMÁRIO - ENSINO

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: CONSTRUINDO A DOCÊNCIA

Fabrcio João Milan, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Marizete Lemes da Silva Matiello

PRÁTICAS CORPORAIS PARA UMA VIDA MAIS SAUDÁVEL, FELIZ E PRODUTIVA

Daiane Moreto, Flávia Sgnaulin, Marizete Lemes da Silva Matiello,
Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

OFICINA DE INTRODUÇÃO AO DESENHO DE FIGURA HUMANA PARA ADOLESCENTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM CHAPECÓ

Jamille Brandão Neves Nemerski, Janaina Schvambach

ARTETERAPIA: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Jaqueline Veschenfelles, Janaina Carneiro de Camargo, Lucimare Ferraz,
Solange Cardozo Daneluz, Leticia de Lima Trindade

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Joice Peruzzo, Marizete Lemes da Silva Matiello

O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS NO PIBID

Joice Peruzzo, Mateus P. Grasel, Vanuza Iohann, Marizete Lemes da Silva Matiello,
Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

PROFESSOR INVESTIGADOR E A UTILIZAÇÃO DA ESTATÍSTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

Justiani Hollas, Rosemari Ferrari Andreis, Luci Teresinha Marchiori Dos Santos Bernardi

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR, ATRAVÉS DO SEU ARCABOUÇO DO SABER, NO PROCESSO DE ENSINO EDUCACIONAL

Juvir Cerejo

GRAVIDEZ E MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA: FATOR QUE CONTRIBUI PARA A EVASÃO ESCOLAR E INGRESSO NO NÍVEL SUPERIOR

Juvir Cerejo, Francine Cristine Garghetti

SUMÁRIO - ENSINO

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

INDICADORES DE MANEJO EM POMARES DE VIDEIRA E LARANJEIRA NO MUNICÍPIO DE ALPESTRE (RS)

Luis Carlos Borsuk, Luiz Augusto Betinelli, Gelso Marchioro

EVOLUÇÃO BIOLÓGICA: COMPREENSÃO E ACEITAÇÃO DE ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO

Marciela Batistela, Marcos Vinicius Perini

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO

Marcos Antonio Nunes, Cristiane Tonezer

NOVOS OLHARES SOBRE O ENSINO DA FISIOLOGIA HUMANA

Mayra Zancanaro, André Lisot, Arthur Schafer, Candice Detoni Gazzoni, Maria Luisa Bianchi Cruz

HÁBITOS ALIMENTARES E ESTILO DE VIDA DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CHAPECÓ (SC)

Michelli Distler Mueller, Daline Guerreiro

AS IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS EDUCATIVOS: QUAL O SENTIDO DO TERRITÓRIO ESCOLAR?

Misael Szytko, Silvia Maria Alves de Almeida

DESPERTANDO UM OLHAR E AÇÕES INCLUSIVAS A PARTIR DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: EXPERIÊNCIAS DO PIBID

Moises de Amaral, Caroline A. Z. de Amaral, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

CATEGORIAS FREIREANAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Nadir Castilho Delizoicov, Micheli Rosa

VERIFICAÇÃO DO CONTROLE DE TEMPO E TEMPERATURA DE PREPARAÇÕES E EQUIPAMENTOS ASSOCIADO COM A COLETA E ARMAZENAMENTO DE AMOSTRAS EM UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN) HOSPITALAR DE CHAPECÓ (SC)

Talita Brugnera Maronezi, Marta Nichelle Amaral

SUMÁRIO - ENSINO

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

INFLUÊNCIAS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS NA FORMAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Thayline Cardoso

PARQUE ALBERTO FINN: ESPAÇO NÃO FORMAL PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Thiago Bastiani, Karen L. M. C. da Silva, Valdecir Luiz Bertolo

DESENVOLVIMENTO RURAL: INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM MUNICÍPIOS RURAIS DO OESTE CATARINENSE

Carlos Eduardo Arns, Vilson Inácio Engelmann

SUMÁRIO - PESQUISA

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

PERFIL CLÍNICO E IMUNO-HISTOPATOLÓGICO DE PACIENTES DIAGNOSTICADAS COM CARCINOMA INVASIVO DE MAMA PROCEDENTES DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Adir Bruno Serraglio, Franciele Meurer, Juliana Cristina Schmidt, Luiz Paulo Lopes Muneron, Maiane Pauletto, Marcelo Moreno

AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PATENTES COM USO DE NANOPARTÍCULAS APLICADAS A FERTILIZANTES

Adriana Ferrazza, Liziane Carlesso, Joceli Roque Ferrazza, Regina Bellan Verona, Rosana da Silva

MORTALIDADE NA INFÂNCIA EM CHAPECÓ (SC), UM ESTUDO CASO-CONTROLE

Adriano Seikiti Stychnicki, Bernardo Boccalon, Maria Assunta Busato, Sandra Maura Madalosso

CORPOS E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA AFETIVA DOS CORPOS NO FAZER PEDAGÓGICO NOS CURSOS DE ENGENHARIA CIVIL E DE PSICOLOGIA DA UNOCHAPECÓ

Alan David Evaristo Panizzi, Celso Francisco Tondin, Isis Dettweiler, Murilo Cavagnoli, Fernanda Aparecida de Mello, Caroline Chiodelli

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DO ÓLEO DE CHIA (*Salvia Hispanica* L.)

Alex Sandra Zanette, Thais Karoline Carniel, Micheli Zanetti, Francieli Dalcanton, Márcio Antônio Fiori, Josiane Maria Muneron de Mello

DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS DIÁRIOS DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA PARA CHAPECÓ (SC) RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

Aléxander Augusto Ortmeier, Ana Laura Vianna Villela, Cláudio Maia, Rosa Salete Alba

MIDIATIZAÇÃO CINEMATOGRAFICA: O CONTEXTO EM CHAPECÓ (SC)

Alexandre Frandoloso, Dafne Reis Pedroso da Silva, Francisco Duarte Pavin

CONSUMO ALIMENTAR E ESTADO NUTRICIONAL DE PAIS E MÃES DE PRÉ-ESCOLARES MATRICULADOS EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Aline Cristina Lalana, Talita Menezes da Rosa, Janaévi Michel Belusso, Roberta Lamonatto Taglietti, Nadia Kunkel Szinwelski

SUMÁRIO - PESQUISA

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

GUARDA COMPARTILHADA: SOLUÇÃO, RESOLUÇÃO E/OU ADMINISTRAÇÃO DO CONFLITO
Aline Fernanda Carlesso Lajús, Daniela de Ávila Zawadzki

A LEI 8.078/90 E OS RISCOS DA NANOTECNOLOGIA NO MERCADO CONSUMIDOR
Alisson Guilherme Zeferino

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIPROLIFERATIVA DE *Solidago chilensis Meyen* (Asteraceae)
Amanda Patrícia Schönell, Denise Bianchim Gomes, Walter Antônio Roman Júnior,
Ana Lúcia Tasca Gois Ruiz

ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES BOLSISTAS FEDERAIS EM UMA INSTITUIÇÃO
DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIA
Ana Karina Brocco, Nadir Zago

RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E SAÚDE NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO TAXISTA
DE CHAPECÓ (SC)
Ana Luísa Damin, Scheila Girelli

INDICATIVOS DE ATENÇÃO À SAÚDE LGBT NOS PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE
DE CHAPECÓ (SC)
Ana Maira Teló, Lucas Guerra da Silva, Maria Elisabeth Kleba

O TEMA DIREITO DOS TRABALHADORES RURAIS NOS CURSOS DE DIREITO
Ana Paula Masetti, Laércio Flávio Bonamigo, Laura Kegler de Lima (In memoriam),
Lucimare Ferraz

TINTA ACRÍLICA ANTIMICROBIANA POR ADITIVAÇÃO DE NANOPARTÍCULAS DE ÓXIDO
DE ZINCO
Ana Paula Roani, Evandra Gusatti, Chariane Werlang, Kevin Coelho Piccoli, Jair Fiori Júnior,
Raquel Piletti, Raquel Zeni Ternus, Josiane Maria Muneron de Mello, Francielli Decalton,
Humberto Gracher Riella, Márcio Antônio Fiori

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A ATUAÇÃO COM ESTUDANTES SURDOS
Anderson Luchese, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

SUMÁRIO - PESQUISA

| clique para acessar os trabalhos |

AVALIAÇÃO ECOTOXICOLÓGICA DE CINZAS SOBRE A SOBREVIVÊNCIA DE ENQUITREÍDEOS (*Enchytraeus crypticus*) EM SOLOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

André Junior Ogliari, Carolina Riviera Duarte Maluche Baretta, Dilmar Baretta, Ana Paula Maccari e Patrícia Nogueira

OTIMIZAÇÃO DA EFICIÊNCIA NUTRICIONAL NOS SISTEMAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS (SAPS) EM FUNÇÃO AGRICULTURA DE PRECISÃO (AP)

Luis Pedro Caneppele, Andrei Roque Vidor, Neomar Sandrin, Cristiano Reschke Lajús, Gean Lopes da Luz

RELAÇÃO DA LEITURA DO CLOROFILÔMETRO COM OS TEORES DE CLOROFILA EXTRAÍVEL, DE NITROGÊNIO E DE BIOMASSA NA CULTURA DO MILHO (*Zea mays L.*)

Andrei Roque Vidor, Neomar Sandrin, Luis Pedro Caneppele, Cristiane Segatto, Mônica Tissiani de Toni Pereira, Radamés Pereira, Cristiano Reschke Lajús, Gean Lopes da Luz, Luciano Luiz Silva

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS

Andressa Bertoncetto, Rosana Maria Badalotti, Maria Elisabeth Kleba

PRODUÇÃO DE BIODIESEL A PARTIR DE GORDURA ABDOMINAL DE FRANGOS

Andressa Karina Roso, Janaina Seraglio, João Pedro Gonçalves, Josiane Kerstik, Thais Carniel, Micheli Zanetti

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE OBTENÇÃO DE MICROCÁPSULAS DE β -CICLODEXTRINA CONTENDO EUGENOL FRENTE A DIFERENTES SOLVENTES: ÁGUA E ETANOL

Andrielly Thayná Pereira, Alexandra Monego Bugiereck, Raquel Zeni Ternus, Márcio Antônio Fiori, Francieli Dalcanton, Josiane Maria Muneron de Mello

USO DE AGROTÓXICOS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Beatris Aparecida Arezi, Marcia Aparecida Souza, Maria Assunta Busato, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Junir Antonio Lutinski, Lucimare Ferraz

SANEAMENTO BÁSICO E MORTALIDADE NA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Bernardo Bocalon, Adriano Seikiti Stychnicki, Maria Assunta Busato, Sandra Maura Madalosso

SUMÁRIO - PESQUISA

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

FREQUÊNCIA ALIMENTAR DE CRIANÇAS COM IDADE ENTRE SEIS E DEZ ANOS ATENDIDAS POR UM PROGRAMA DE EXTENSÃO

Bruna da Silva Ravanello, Thaís Regina Somavila, Talita Menezes da Rosa, Aline Cristina Lalana, Roberta Lamonatto Taglietti

TERRITÓRIO KAINGANG: PAISAGENS E IDENTIDADE ÉTNICA DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ

Camila Sissa Antunes, Rosa Salete Alba, Simoni A. Fortes de Jesus, Queila Ramos Giacomini, João Pablo dos Santos, Patricia Terebinto Lara, Janaina Furlan

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE COLIFORMES E *Staphylococcus aureus* EM HORTALIÇAS MINIMAMENTE PROCESSADAS COMERCIALIZADAS EM CHAPECÓ (SC)

Camila Zamprogna, Chariane Werlang, Raquel Zeni Ternus

AMBIENTE E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: PRÁTICAS E PERCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE O AUTOCONSUMO

Camila Kunzler, Beatris Aparecida Arezi, Marcia Aparecida Souza, Maria Assunta Busato, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciana Gallina

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE HORTALIÇAS MINIMAMENTE PROCESSADAS: ENTRE A QUALIDADE E A PRATICIDADE

Chariane Camila Werlang, Camila Zamprogna, Raquel Zeni Ternus, Josiane Maria Muneron de Mello

PROPOSIÇÃO DE UM ÍNDICE h PARA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NACIONAL

Caroline Dallacorte, Cinthia Luana Simioni, Claudio Alcides Jacoski

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: ÁREA HABITACIONAL

Clarete Trzcinski, Aronildo Pereira Flor

IMPLICAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Cledimar Mezzomo, Ana Cristina Costa Lima, Tânia Regina Aosani

OS INSTRUMENTOS DO NANoREG E A PROTEÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Clemir José Kades Junior, Rodrigo da Costa Vasconcellos

SUMÁRIO - PESQUISA

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

ADOLESCÊNCIA E ATO INFRACIONAL: COMO PENSAR OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO?

Cristiane Dameda, Irme Salete Bonamigo

A FAMÍLIA NA ATENÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICAS: REVELAÇÕES A PARTIR DAS POLÍTICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cristiane Mezzalira, Dunia Comerlatto, Maria Elisabeth Kleba da Silva

UMA REFLEXÃO SOBRE A SAÚDE DO TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Cristiane Regina Gosch Sbeghen, Mariangela Mendes

POTENCIAL LARVICIDA DE EXTRATO SUPERCRÍTICO DE *Melia azedarach* SOBRE LARVAS DE *Aedes aegypti* (DIPTERA: CULICIDAE)

Cristiano Moschen Bordignon, Maria Assunta Busato, Denilso Hermes, Junir Lutinski, Jacir Dal Magro

NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: PARA UM PENSAMENTO DO SUL

Daiane Vidal

INFÂNCIA E GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Daniane Fatima Quadrado Caminero, Leticia Picoli Carus, Rosana Maria Badalotti, Edivaldo José Bortoleto

PARA UM OLHAR ALÉM DO BLOCKBUSTER: UM ESTUDO DE RECEPÇÃO DOS FILMES DE MOSTRA DE CINEMA INFANTIL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CHAPECÓ (SC)

Daniel Mendes Moreira, Ilka Goldschmidt

POTENCIAL ANTIOXIDANTE, POLIFENÓIS TOTAL E ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE *Philodendron Bipinnatifidum Schott ex Endl*

Daniela Cândido, Aline Bohn, Felipe Caus, Jacir Dal Magro, Jaqueline Scapinello

INCLUSÃO: COMPARTILHANDO SABERES ATRAVÉS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOCHAPECÓ

Daniela Maria Carneiro, Carla Dos Reis Rezer, Neusa Dendena Kleinubing

SUMÁRIO - PESQUISA

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

BRINCAR NA ESCOLA: O QUE DIZEM AS CRIANÇAS DE SEIS A NOVE ANOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Diana Cecon, Aline Fátima Lazarotto

AUTOPERCEPÇÃO DO PAPEL DA MERENDEIRA NO ESPAÇO ESCOLAR

Eduarda Mariotti, Aline Cristina Lalana, Janaévi Michel Belusso, Nadia Kunkel Szinwelski

CARBONO MICROBIANO DO SOLO EM CULTIVO DE MILHO (*Zea mays L.*) SOB UTILIZAÇÃO DE BACSOL E ORGASOL

Elston Kraft, Carolina Riviera Duarte Maluche Baretta, Leandro do Prado Wildner, Lúcia Salengue Sobral, André Júnior Ogliari

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE MICROCÁPSULAS DE β -CICLODEXTRINA CONTENDO ÓLEO DE ALHO

Evandra Gusatti, Ana Paula Roani, Raquel Piletti, Raquel Zeni Ternus, Márcio Antônio Fiori, Josiane Maria Muneron de Mello, Francieli Dalcanton

JUVENTUDE RURAL E O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Fabiana Romancini, Alcimara Benedett, Lucimare Ferraz

PRODUÇÃO DE TRIGO DE DUPLO PROPÓSITO SUBMETIDO A DIFERENTES NÚMEROS DE CORTE

Fabio Fedrigo, Karen Döering Brustolin Golin

OLHARES SOBRE A DISLEXIA: – “EU NÃO CONSIGO LER. GOSTO DE LER ATRAVÉS DAS IMAGENS.” – “PERCEBO QUE ELA PRECISARIA DE UM NOVO DIAGNÓSTICO!”

Fernanda Aparecida de Mello, Celso Francisco Tondin, Silvia Maria Alves de Almeida

PROPRIEDADES AGRONÔMICAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DAS SEMENTES DE MILHO TRATADAS COM NANOPARTÍCULAS DE ZnO

Fernanda Lúcia Bortolotti, Patrícia Nogueira, Cristiane Segatto, Cristiano Reschke Lajús, Márcio Antônio Fiori

MARCO LEGAL DE MIGRAÇÕES PARA O BRASIL

Fernanda Pilatti de Moraes, Ana Cristina Costa Lima, Ana Paula Risson

SUMÁRIO - PESQUISA

| clique para acessar os trabalhos |

GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXOS NAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Franciele Santos de Lima

POLÍTICAS PÚBLICAS, OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA E MEIO AMBIENTE: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES SOBRE MECANISMOS MITIGADORES E INIBIDORES

Francieli Boito, Cláudio Machado Maia

DETERMINAÇÃO DA CITOTOXICIDADE E GENOTOXICIDADE DO SULFATO DE COBRE (CuSO₄) ATRAVÉS DE ENSAIO DE ABERRAÇÕES CROMOSSÔMICAS EM CÉLULAS MERISTEMÁTICAS DE RAÍZES DE *Allium cepa*

Francini Franscescon, Samara Cristina Mazon, Julia Renata Ernetti, Cassiano Lazarotto Rambo, Anna Maria Siebel, Jacir Dal Magro

AVALIAÇÃO DO TEOR DE FIBRAS NA CASCA, SEMENTE E POLPA DA ABÓBORA TIPO *TETSUKABUTO*

Giane Beatriz Friedrich, Suelen Cristina Mai, Rose Maria de Oliveira Mendes, Raquel Zeni Ternus, Silvana Menoncin, Francieli Dalcanton

ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE CHAPECÓ: A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DESTES ATORES NO FÓRUM DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CHAPECÓ (FRSC)

Graciela Alves de Borba Novakowski, Rafaela Téo Balsi

A ÓTICA DA COMUNIDADE SOBRE AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E DOENÇA

Greice Cristine Schneider, Shayane Luiza Rebelatto, Lucimare Ferraz

VULNERABILIDADE AO USO DE ÁLCOOL ENTRE ACADÊMICOS DE CURSOS DAS ÁREAS DE CIÊNCIAS HUMANAS, EXATAS E BIOLÓGICA DE UMA UNIVERSIDADE DO SUL

Greice Cristine Schneider, Shayane Luiza Rebelatto, Lucimare Ferraz

AS POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÃO ENTRE O MODO DE ENTREVISTAR DE EDUARDO COUTINHO E DOS JORNALISTAS DE TELEVISÃO

Greici Audibert

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE TREZE TÍLIAS (SC)

Indianara Cristina Bigaton, Cláudio Machado Maia

SUMÁRIO - PESQUISA

| clique para acessar os trabalhos |

CIDADANIA AMBIENTAL: SANEAMENTO BÁSICO NO MEIO RURAL

Ivan Cesar Cima

PERFIL DO TRABALHADOR RURAL QUANTO AO USO E INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL (SC)

Jaine Renata de Oliveira Zeni, Marcia Regina Silva

ANÁLISE DO EFEITO ANTIMICROBIANO DE DIÓXIDO DE TITÂNIO (TiO₂) E ÓXIDO DE ZINCO (ZnO)

Janayne Sander Godoy, Alessandra Bellei, Ana Paula Capelezzo, Laura Cassol Mohr, Josiane Maria Muneron de Mello

ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE *Philodendron bipinnatifidum Schott ex Endl*

Jaqueline Scapinello, Daniela Candido, Felipe Caus, Ana Paula Capelezzo, Laura Cassol Mohr, Jacir Dal Magro, José Vladimir de Oliveira, Débora de Oliveira

ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE UM TRITERPENÓ ISOLADO A PARTIR DOS FRUTOS DE *Melia azedarach*

Jaqueline Scapinello

“É DE MORRER? NÃO, É DE VIVER!” IMPLICAÇÕES DO PROCESSO ONCOLÓGICO NA VIDA DE MULHERES MASTECTOMIZADAS

Jessica Colpani

CHAPECÓ: CIDADE MÉDIA?

Jessica Martinelli Dalpiaz, Ana Laura Vianna Villela, Cláudio Maia, Jeferson Scharabum, Rosa Salete Alba

ACESSIBILIDADE PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Jheniffer Andressa Padilha, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

TAMANHO DO RECIPIENTE E PREFERÊNCIA DE OVIPOSIÇÃO EM *Culex* (DIPTERA: CULICIDAE)

José Junior dos Santos, Karen Correa da Silva, Nadia Kroth, Jennifer Breaux, Daniel Albeny-Simões

SUMÁRIO - PESQUISA

| clique para acessar os trabalhos |

PUBLICIDADE EM CHAPECÓ: UMA HISTÓRIA PARA FAZER HISTÓRIA

Juceli Morello Lovatto, Dirceu Hermes, Valéria Marcondes

A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO COMO PEDAGOGIA PRIMEIRA DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

Julia Marta Zamarchi Bertuncello, Edivaldo Bortoleto

PRESENÇA DO FUNGO *Batrachochytrium dendrobatidis* EM *Hypsiboas curupi* (ANURA, HYLIDAE), EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA MATA ATLÂNTICA NO SUL DO BRASIL

Julia Renata Ernetti, Fernanda Weinmann Oliveira, Veluma Ialú Molinari de Bastiani, Flávia Caldeira do Nascimento, Elaine Maria Lucas

REFLEXÕES SOBRE AS CONCEPÇÕES DE SAÚDE DE ESTUDANTES CONCLUÍNTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Julia Stanga Rech, Sara Both Rezende

COMPORTAMENTO DO PERFIL DO PONTO DE DERRETIMENTO DE UM GELADO COMESTÍVEL ELABORADO A PARTIR DE EXTRATO HIDROSSOLÚVEL DE SOJA

Juliana Savio, Ana Paula Roani, Bruna Marina Rech, Suellen C. Fernandes, Luciano L. Silva, Murilo Cesar Costelli

O CRÉDITO RURAL NO BRASIL: A POLÍTICA PÚBLICA DO PRONAF

Juliano Luiz Fossá, Dunia Comerlatto, Patrícia Chemin

AVALIAÇÃO ZOTÉCNICA E ECONÔMICA DA CRIAÇÃO DE BEZERRAS ALIMENTADAS COM LEITE OU SUCEDÂNEO

Karen Döering Brustolin-Golin, Airton José Jacoby

COMPOSIÇÃO QUÍMICA DE GRAMA-MISSIONEIRA-GIGANTE (*Axonopus catharinensis*) ADUBADA COM DEJETO LÍQUIDO DE SUÍNOS

Karen Döering Brustolin-Golin

O OLHAR DAS MULHERES CAMPONESAS SOBRE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Karina Wernke, Cristiane Milan, Luciara Souza Gallina, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Maria Assunta Busato

SUMÁRIO - PESQUISA

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

AVALIAÇÃO DO EFEITO DA SECAGEM SOBRE O RENDIMENTO EM ÓLEO DE GENGIBRE

Karine Marafon, Gustavo Henrique Medeiros, Luciano L. Silva, Juliana Savio,
Toni J. Lopes, Murilo Cesar Costelli

MODELAGEM CINÉTICA DOS FENÔMENOS DE ADSORÇÃO DE ESPÉCIES DE Zn⁺ EM MICROPARTÍCULAS DE VIDRO RICAS EM SÓDIO

Karine Testa, Heloísa Riss, Kelly Regina Betiatto, Elton Mendes, Jacir Dal Magro,
Humberto Gracher Riella, Márcio Antônio Fiori

A ESPECIFICIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A INTERSETORIALIDADE

Kátia Regina Carlesso, Dunia Comerlatto

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIPROLIFERATIVA DE *Alpinia zerumbet* (Zingiberaceae)

Kriptsan Abdon Poletto Diel, Ana Lucia Tasca Gois Ruiz, Denise Bianchim Gomes,
Silvana Muraro Wildner

COOPERAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DA COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Lauri Luiz Kunzler, Rosana Maria Badalotti

O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE PINHALZINHO (SC)

Lenoir Heisler, Irme Salete Bonamigo

APERFEIÇOAMENTO DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO PERIFÉRICA EM CANTEIROS DE OBRAS

Letícia Nonnenmacher, Flávia Regina Pelissari, Marcelo Fabiano Costella

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA CONCEPÇÃO DE MONITORES E CRIANÇAS

Leticia Picoli Carus, Silvia Maria Alves de Almeida

MUSEU VIRTUAL DA PUBLICIDADE E PROPAGANDA: LEVANTAMENTO HISTÓRICO DOS REGISTROS PUBLICITÁRIOS NOS VEÍCULOS IMPRESSOS DE CHAPECÓ (SC)

Lidianara Frohlich, Valéria Marcondes, Dirceu Hermes

SUMÁRIO - PESQUISA

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE CULTIVARES DE MORANGUEIRO
(*FRAGARIA X ANANASSA DUCH.*) NO OESTE CATARINENSE

Liziane Cássia Carlesso, Gean Lopes da Luz, Cristiano Reschke Lajús

TEOR DE NITRATO EM PSEUDOFRUTOS DE MORANGO (*FRAGARIA X ANANASSA DUCH.*)
CULTIVADOS EM SISTEMAS SEMI-HIDROPÔNICO E ORGÂNICO

Liziane Cássia Carlesso, Fabiana Casarin, Cristiano Reschke Lajús

COMUNICAÇÃO DO GOVERNO MIGLIORINI EM CHAPECÓ (1983-1988) A PARTIR DAS
CAPAS DO JORNAL *DIÁRIO DA MANHÃ*

Liziane Vicenzi, Vagner Dalbosco

FORTALECENDO PARCERIAS COM ENTIDADES E OUTROS SETORES PARA A PROMOÇÃO
DA SAÚDE NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lorizete Gallon, Mariângela Weber, Vanise Dal Piva, Maria Elisabeth Kleba

PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA GENÉTICA DE CLONES LOCAIS PARA BATATA SOB SISTEMA
DE CULTIVO ORGÂNICO

Luana Carla Lavall, Fábio José Busnello, Mari Inês Carissimi Boff, Tatiana da Silva Duarte,
Pedro Boff

ASSEMBLEIAS DE FORMIGAS (HYMENOPTERA: FORMICIDAE) EM AMBIENTES DE
RECICLAGEM DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SANTA CATARINA, BRASIL

Luana Melim Neves, Suiane de Oliveira Quadros, Junir Antonio Lutinski, Maria Assunta Busato

A CONSTRUÇÃO DE UM SUPEREGO CÍSGÊNERO E HETERONORMATIVO E A REPRESSÃO
DO CORPO

Lucas Guerra da Silva, Myriam Aldana Vargas

PESQUISA NO CURSO DE MATEMÁTICA: CAMINHOS DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi, Bruna Larissa Cecco, Daiane Menezes

PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA
À SAÚDE: QUEM ASSUME ESSE PAPEL?

Maiane Aparecida Marcon, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara Souza Gallina,
Maria Assunta Busato

SUMÁRIO - PESQUISA

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

MUTAÇÕES NO GENE *p53* E A CORRELAÇÃO COM O PROGNÓSTICO DE CÂNCER DE MAMA NO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Maiane Maria Pauletto, Franciele Meurer, Marcelo Moreno, Juliana Cristina Schmidt

ANÁLISE SONORA DE DUETOS DE *Myiothlypis leucoblephara* (AVES, PARULIDAE)

Marciela Batistela, Eliara Solange Müller

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DEFESA DE DIREITOS E O PROJETO PRÓ-CIDADANIA: A ESTRATÉGIA DA PESQUISA-AÇÃO

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIPROLIFERATIVA DE *Eugenia uniflora* (Myrtaceae)

Mariane Schneider, Denise Bianchim Gomes, Ana Lúcia Tasca Gois Ruiz, Walter Antônio Roman Junior

FATORES DE RISCO PARA O PÉ DIABÉTICO

Marília Klein Reis, Júlia Scaravelli Mario, Mari Cassol Ferreira, Larissa Giordani Tozzi, Samira da Silva Pinto

UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO SOBRE A NOÇÃO DE INTERLÍNGUA NO DISCURSO DA CIÊNCIA

Marina Serpa, Taisa Tarso, Marcia Ione Surdi

FORMAÇÃO ACADÊMICA PARA A REORIENTAÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE: DESAFIOS ENCONTRADOS PELO NUTRICIONISTA DOS NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA EM CHAPECÓ (SC)

Marta Nichelle do Amaral, Maria Elisabeth Kleba

REDES SOCIAIS E INTELECTUAIS EM EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO CAMPO DISCIPLINAR DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL (1980-2014)

Miguel Ângelo S. da Costa, Ana Paula Antonello, Luciano Gonçalves de Oliveira, Roberta Knapik Brum

SUMÁRIO - PESQUISA

| clique para acessar os trabalhos |

MODOS DE VIDA DE FAMÍLIAS ATINGIDAS APÓS A INSTALAÇÃO DA UHE FOZ DO CHAPECÓ
SEGUNDO MODALIDADES DE INDENIZAÇÃO

Myriam Aldana Vargas Santin

COMUNIDADES DE MACROINVERTEBRADOS ASSOCIADOS A BROMÉLIAS DE RESTINGA
DO GÊNERO *VRIESEA*

Nádia Kroth, José Junior dos Santos, Karen Correa da Silva, Angelica Soligo Cassol,
Daniel Albeny Simões

RELAÇÃO ENTRE PLANOS PLURIANUAIS, PLANOS DE GOVERNO E PLANOS SETORIAIS:
CASE DE UM MUNICÍPIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE
CHAPECÓ (SDR-CHAPECÓ)

Nemésio Carlos da Silva, Rosana Maria Badalotti, Naína Ariana Souza Tumelero,
Natália Pereira Lima Brandt

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM SISTEMAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS
ATRAVÉS DA AGRICULTURA DE PRECISÃO (AP)

Neomar Sandrin, Andrei Roque Vidor, Luis Pedro Caneppele, Cristiano Reschke Lajús,
Gean Lopes da Luz

MODELAGEM MATEMÁTICA E SIMULAÇÃO NUMÉRICA DO FLUXO DE ERUCAMIDA PARA A
SUPERFÍCIE DE POLÍMEROS

Oscar Wilson Pietsch Júnior, Márcio Antônio Fiori, Josiane Maria Muneron de Mello,
Francieli Dalcanton

SUPERAÇÃO DA DORMÊNCIA DE SEMENTES DE GRÁPIA (*Apuleia leiocarpa*
(Vog.) Macbr.) – CAESALPINIACEAE

Patricia Nogueira, Lúcia Salengue Sobral, Carolina R. Maluche Barreta, Lucilene de Abreu,
Matheus Santin Padilha

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO RURAL: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO
ACADÊMICA DOS CURSOS DE ENFERMAGEM, MEDICINA E ODONTOLOGIA DE UMA
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Patricia Rauber, Larissa Giordani Tozzi, Lucimare Ferraz

SUMÁRIO - PESQUISA

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL

Queila de Ramos Giacomini, Clarete Trzcinski, Claudio Machado Maia

ESTUDO DAS MELHORES CONDIÇÕES DE OBTENÇÃO DA ENZIMA PEROXIDASE DE BROTO DE VEGETAIS

Rafael Henrique Martello, Suellen Cadorin Fernandes, Luciano Luiz Silva, Murilo Cesar Costelli, Juliana Savio

AÇÕES IMPLEMENTADAS NO TERRITÓRIO OESTE PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: POSSIBILIDADES E LIMITES

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajús, Carolina Bernasconi da Silva, Patricia Caldart Bertan

PROGRAMA MAIS MÉDICOS: O DESAFIO DE UMA EQUIPE

Samara Bordignon Antunes, Jacqueline Göttlicher Eckert Zolet, Ana Cristina Costa Lima, Ana Paula Risson

OS SABERES E FAZERES CONSTRUÍDOS NO ESPAÇO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIA COM A DANÇA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Samuel de Paula, Neusa Dendena Kleinubing

HAITIANOS EM SANTA CATARINA: DO DIREITO À EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Sandra de Avila Farias Bordignon, Leonel Piovezana e Maria de Lourdes Bernartt

HERMENÊUTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: NEXOS COM O CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Sara Both Rezende, Angelica Madela, Jamile Dal-Cin, Ricardo Rezer

VULNERABILIDADE AO USO DE TABACO ENTRE ACADÊMICOS DE CURSOS DAS ÁREAS DE CIÊNCIAS HUMANAS, EXATAS E BIOLÓGICA DE UMA UNIVERSIDADE DO SUL

Shayane Luiza Rebelatto, Greice Cristine Schneider, Lucimare Ferraz

A CASA QUE HABITO: APROPRIAÇÃO DE UM ESPAÇO CONSTRUÍDO NOVO

Sidney Bressan, Maria Luiza de Souza Lajús

SUMÁRIO - PESQUISA

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

MIGRAÇÃO PENDULAR NA REGIÃO OESTE CATARINENSE COM DESTINO OS FRIGORÍFICOS NA CIDADE DE CHAPECÓ

Simone Ostrowski, Ana Laura Vianna Villela, Claudio Machado Maia, Laiz Arruda, Rosa Salete Alba

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS

Solange Cavalheiro, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

MULHERES NA POLÍTICA: SUA ATUAÇÃO NOS PARTIDOS POLÍTICOS DA REGIÃO DA AMOSC

Suziane Boneti, Myriam Aldana Vargas

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUBJETIVAÇÃO DOCENTE

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: PERCEPÇÕES DOCENTES

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski, Solange Cavalheiro

DIVERSIDADE DE AVES EM UMA ÁREA URBANA DE FLORESTA OMBRÓFILA MISTA, CHAPECÓ (SC)

Thiago Bastiani, Eliara Solange Müller

ACESSO? INCLUSÃO? PERMANÊNCIA? A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES

Vanessa Carla Neckel, Maria Luiza de Souza Lajús

O ENSINO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE EM UM CURSO DE FARMÁCIA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DO SUL DO BRASIL

Vanise Dal Piva, Maria Elisabeth Kleba

SUMÁRIO - EXTENSÃO

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

COMO ERA ANTES? O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL DO OESTE CATARINENSE: ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL REALIZADAS PELO CEOM

Aline Bertoncello

PROJETO RONDON: UM DISPOSITIVO DE FORMAÇÃO DO PROTAGONISMO ESTUDANTIL

Aline Rohden, Maria Elisabeth Kleba da Silva

PIBID: A ARTE DE ENSINAR E APRENDER SOB UMA PERSPECTIVA LÚDICA

Ana Paula Antonello, Roberta Weber

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE EM PRATICANTES DA GINÁSTICA LABORAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Ana Paula Perondi Barela, Josiane S. de Almeida Altemar, Diana Catani

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA CRIANÇAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA “SORRISO PARA A VIDA”: A EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA VIVER, CHAPECÓ (SC)

Ana Paula Romanzini, Mariana Lora Henn, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO OESTE CATARINENSE

Andreia Casagrande Begnini, Graciela Alves de Borba Novakowski, Carlos Eduardo Arns

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC, DEBATE E ANÁLISE

Andreia Casagrande Begnini, Myriam Aldana Vargas Santin, Cláudio Machado Maia

COMPREENDENDO E FORTALECENDO O ESPÍRITO COMUNITÁRIO NO ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES

Andreza Leticia Tessaro, Carlos Eduardo Arns, Teresinha Rita Boufleuer

QUALIDADE DE VIDA DOS FREQUENTADORES DA ACADEMIA ESCOLA DA UNOCHAPECÓ

Bruna Klaus, Cristiano Padilha, Diana Catani, Felipe Corbellini

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL E ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL COM FOCO NA REDUÇÃO DE PESO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Bruna Momoli da Silva, Micheli Mayara Trentin, Fernanda Grison Confortin

SUMÁRIO - EXTENSÃO

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A PERSPECTIVA DIALÓGICA: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO PARTICIPATIVO

Camila Sissa Antunes

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DESTINAÇÃO CORRETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE PALMITOS (SC)

Carla Cristina Secchi, Bruna Benvenuti, Bruna Jahnel, Gabriela de Souza, Samuel João Marmentini

PROJETO UNOVERTIDADE: CONSTRUINDO POSSIBILIDADES COM A COMUNIDADE

Carla Eliane Gatto, Lilian Beatriz Schiwin Rodrigues

SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR ITINERANTE – UNOCHAPECÓ

Caroline Fagundes, Adriana de Toni

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E DO TERCEIRO SETOR NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL NO VALE DO RIO DO PEIXE EM SANTA CATARINA

Christine Martins Scherer, Alesandra Mattei Ranzan, Alyssa Luiza Zanluchi Roman, Amanda Bamberg Ertel, Bruna Heinen, Bruna Ohland, Carlos Henrique Ferreira da Silva, Carolina Maria Sczesny, Cassia Regina Segnor, Catiane Criveletto, Cristiane Tonezer, Daniela Cella, Djanaina Amanda Manfrin, Elizangela Cordenunzzi, Franchiesco Gonzatti, Francieli Merlini, Francine Aparecida Gabrielli, Janaina Furlan, Josiani Balbinot, Karin Cristina Machado, Laiane Karine de Castro Sgarbossa, Larissa Backes Martins, Larissa Sartor Fabre, Laura Nienow Scheffer, Leticia Paula Negri, Luana Stanga de Pellegrin, Maria Eduarda Lemos Beck, Muriel Fernando Barbieri, Nahyra Aline dos Santos, Paloma Lanescka Terebinto de Oliveira, Schirley Maria Machado, Stella Marcon, Suellen Consoli Frigo, Taciana Rodrigues Alves de Assumpção Ribeiro, Thais Mouriel Grando

O PROJETO/AÇÃO: FORTALECENDO O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS DE ÁGUAS DE CHAPECÓ E SÃO CARLOS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Cristiane Tonezer, Carlos Eduardo Arns, Ricardo Tomasi

EDUCAÇÃO PARA A TEIA DA VIDA: TECENDO REDES DE SUSTENTABILIDADE

Daiane Vidal, Maria Aparecida Lucca Caovilla

CINE UNO ITINERANTE NO CEU

Daniela da Silva, Carolina Boufleuer Florêncio, Dafne Reis Pedroso da Silva

SUMÁRIO - EXTENSÃO

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

VIVÊNCIA ACADÊMICA NA EXTENSÃO EM GINÁSTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Diego Reginato Cichelero, Diana Catani, Cristiano Padilha

RECONHECIMENTO DA REALIDADE DO CENÁRIO DA PRÁTICA DO PIBID EDUCAÇÃO FÍSICA (UNOCHAPECÓ)

Eduardo Lazzaretti, Luana Biesdorf, Vando Milani, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

PERCEÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A FLORA DA MATA ATLÂNTICA DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Fernanda Weinmann Oliveira, Camila Isabel Schmidt, Luciane Da Rosa, Ana Cristina Confortin

PROJETO TECENDO A REDE DE RECICLAGEM: O DESPERTAR PARA A ORGANIZAÇÃO EM REDE DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO OESTE DE SANTA CATARINA

Graciela Alves de Borba Novakowski, Carlos Eduardo Arns, Luciane Luvizon Campagnolo

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UMA PERSPECTIVA POSSÍVEL PARA OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC

Idinéia Weiss, Franciele Castanho

BRINQUEDOTECA NA UNIVERSIDADE

Jiovana Grapilha, Silvia Maria Alves de Almeida

A LUDICIDADE NO ESPAÇO HOSPITALAR

Joana Graeff Ferreira de Deus, Magnon Patrick Calonego, Carla dos Reis Rezer, Jaqueline Renn Loss, Daiane Moreto

PROJETO ACADEMIA ESCOLA UNOCHAPECÓ: RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Jordana da Cunha, Emelly Borges, Karine Campos, Vinicius Cibulski, Diana Catani, Cristiano Padilha

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES EM DIABETES: MAPAS DE CONVERSAÇÃO E EXAME CLÍNICO DOS PÉS

Júlia Scaravelli Mario, Marília Klein Reis, Mari Cassol Ferreira, Ana Kull Paini, Debora de Cesaro, Jéssica Elisa Riviera, Joana Figueiredo, Larissa Giordani Tozzi, Larry Rodrigues de Campos Junior, Lucas Theodorovitz Prust, Samira da Silva Pinto, Daiane Moreto

SUMÁRIO - EXTENSÃO

| [clique para acessar os trabalhos](#) |

MEDICALIZAÇÃO DE CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Juliana Velasque, Silvia Maria Alves de Almeida, Celso Francisco Tondin

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MEDIADORA DE BOA SAÚDE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR INTERMÉDIO DE SUAS PRÁTICAS

Juliana Betlinski, Manuelli Scussel, Lainara Patel, Jaqueline Loss, Carla dos Reis Rezer

A EXTENSÃO RURAL: DIFUSÃO DE CONHECIMENTO OU INTERVENÇÃO EDUCATIVA?

Juliano Vitória Domingues, Leonel Piovezana, Carlos Eduardo Arns, Maria de Lourdes Bernartt

PREÇO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS EM CHAPECÓ (SC)

Julio Cesar Araujo da Silva Junior, Fábio Piccinini, Débora Cristina Oliveira, Thaísa Heiden

AÇÕES DE REDIMENSIONAMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNOCHAPECÓ

Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Manoel Boita

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PROMOVEDO MAIS QUALIDADE DE VIDA E QUALIFICANDO A FORMAÇÃO: O PROJETO INTERVENÇÃO MOTORA EM CENA

Michele Minozzo dos Anjos, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Daiara Macagnan, Fernanda Canei, Franciele Miranda da Maia, Paula Zeni

PECJUR: PROJETO DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA JURÍDICA

Liziane Paula Simonetti, Eleandra dos Santos, Thalia Noeli Nicaretta, Helenice da Aparecida Dambrós, Marli Canello Modesti

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DE IMAGENS SOBRE A BIODIVERSIDADE DA MATA ATLÂNTICA DO SUL DO BRASIL

Luciane da Rosa, Francieli Delazeri, Ana Cristina Confortin

OLIMPÍADAS DE MATEMÁTICA, UMA VISÃO GERAL

Michele Giovana Giachini, Rosangela Ramon, Andréia Schmid

MEDIAÇÃO ESCOLAR: EM BUSCA DA PAZ POSSÍVEL

Adriana de Toni, Carmen Lúcia de Souza, Daniela Zawadski, Naína Ariana Souza Tumelero

SUMÁRIO - EXTENSÃO

| clique para acessar os trabalhos |

O PENSAR E FAZER DANÇA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A METODOLOGIA DE TRABALHO DO GRUPO UNIVERSITÁRIO DE DANÇA ESSÊNCIA DA UNOCHAPECÓ

Neusa Dendena Kleinubing, Vanessa Gertrudes Francischi, Deizi Domingues da Rocha

PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDO PELA ITCP JUNTO A COOPERSOL CONFECÇÕES

Raquel Badissera, Jessica Lisa da Silva, Kéliana Braghini, Marina Oliveira, Scheila Girelli, Wilian Pereira

PIBID: O SISTEMA MONETÁRIO NOS ANOS INICIAIS

Roberta Weber, Ana Paula Antonello

LEITURA EM LÍNGUA INGLESA: ESQUEMAS E O ENTENDIMENTO DE MUNDO

Rosane Natalina Meneghetti Silveira, Angela Rodrigues dos Santos

A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Solange Cavalheiro, Juliana Velasque

PRÓ-CIDADANIA: INFORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Taís Wengenovicz, Andressa C. Zander, Marisa Koncikoski, Teresinha A. Matos

ARQUIVO CLIMÁTICO PARA CHAPECÓ

Vanderlei Bordignon, Angélica Saccol Berleze, Marcos Heitor Perin Tedesco

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTO EDUCATIVO PARA PROMOÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

Vanessa Fátima Felício, Roberta Lamonatto Taglietti

APRESENTAÇÃO

Alexsandro Stumpf, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues,
Tania Mara Zancanaro Pieczkowski, Ademir Machado,
Evanilde Gollo Cordazzo (Orgs.)

A realização de eventos técnico-científicos propiciam a ampliação do universo de referência de professores, pesquisadores, estudantes, gestores e comunidade em geral, possibilitando o contato direto com grandes questões contemporâneas e o enriquecimento da experiência acadêmica em termos teóricos, práticos e metodológicos, permitindo a socialização do conhecimento produzido no interior da Instituição de Ensino Superior (IES), o diálogo interdisciplinar entre diferentes campos do saber, a divulgação, a reflexão e a discussão dos processos de aprendizagem de modo a propiciar o debate de temas relevantes e integrar os diversos atores.

Com os objetivos de aprofundar a integração, de construir vínculos e de socializar experiências, o V Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unochapecó reafirma o compromisso institucional com a produção e difusão do conhecimento, fomento à iniciação científica, à qualificação acadêmica, à atuação na sociedade e à contribuição ao processo de formação profissional-cidadã.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio constitucional das universidades enquanto elemento fundamental das práticas pedagógicas, processo de formação de pessoas, de produção, de divulgação e de socialização do conhecimento, capaz de favorecer a autorreflexão crítica, a emancipação teórico-prática e o despertar da consciência e do compromisso social.

A concretização desse princípio supõe a realização de ações pedagógicas articuladas/associadas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão de forma mediada, tendo o estudante como protagonista de sua formação e que se articulem com as necessidades concretas da comunidade.

Cada vez mais as instituições de Ensino Superior precisam compreender a importância da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, a fim de criar mecanismos institucionais e pedagógicos que favoreçam e incentivem o livre trânsito da teoria para a prática e, como da prática emerge-se em outras teorias, fazendo da reflexão uma prática social para validar o conhecimento construído, que se transformará em subsídios de estudo e compreensão de novos caminhos para ressignificar e reinventar o conhecimento, que subsidiará as mudanças na realidade social.

Dessa forma, os trabalhos aqui apresentados são resultado de pesquisas desenvolvidas nas mais diversas áreas do conhecimento científico, as quais foram apresentadas em forma de comunicação

Alexsandro Stumpf, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski, Ademir Machado e Evanilde Gollo Cordazzo (Orgs.)

oral e/ou pôsteres durante o V Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unochapecó. A socialização dessas pesquisas vai ao encontro da comunidade acadêmica para as trocas de experiências e para a construção coletiva em torno da transversalidade do ensino, pesquisa e extensão como princípio de aprendizagem.



ENSINO



ACOMPANHAMENTO FARMACOTERAPÊUTICO A USUÁRIOS IDOSOS POLIMEDICADOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Adriana Carolina Bauermann¹

¹ Acadêmica de Farmácia da Unochapecó

INTRODUÇÃO: O processo de envelhecimento populacional é um fenômeno característico dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. O processo de prolongamento da vida somente pode ser considerado uma conquista se esses anos adicionais possam ser vividos com qualidade. Estudos recentes realizados projetam para o ano de 2025 a possibilidade de existirem 33 milhões e 882 mil pessoas acima de sessenta anos no País. Nesta perspectiva, o Brasil ocupará o 6º lugar no mundo em termos de população idosa. Os processos de envelhecimento se iniciam desde a concepção, sendo então a velhice definida como um processo dinâmico e progressivo no qual ocorrem modificações morfológicas, funcionais e bioquímicas, que determinam a progressiva perda das capacidades de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos. Essas interações são constituídas através das condições culturais, políticas e econômicas nas quais o indivíduo está inserido. Em relação à dimensão biológica, diversas perdas se fazem notar, sobretudo, na redução da capacidade dos sistemas funcionais do organismo. Dessa forma, os medicamentos constituem-se em ferramentas poderosas para diminuir o sofrimento das pessoas. Promovem curas, prolongam a vida e retardam o surgimento de mais complicações associadas a doenças, possibilitando ao usuário conviver facilmente com a enfermidade. Diante disso, surge o conceito de polimedicação, definido como a utilização de vários medicamentos, que podem causar reações adversas e/ou interações medicamentosas, que podem aumentar o número de medicamentos administrados. No idoso, a utilização de vários medicamentos pode conduzir ao aparecimento de efeitos secundários simultâneos, uma vez que nesta faixa etária ocorrem muitas alterações a nível da função hepática, renal, cardíaca e vascular, que aumentam a probabilidade de interações com outros fármacos, alimentos e bebidas alcoólicas. A polimedicação é um fator importantíssimo na ocorrência de Resultados Negativos Associados à Medicação (RNM) e cabe ao farmacêutico realizar o acompanhamento farmacoterapêutico para contribuir na redução dos efeitos e da ocorrência da polimedicação. Pois o medicamento é um bem essencial à saúde e uma importante ferramenta terapêutica, entretanto, seu uso irracional, o acesso ao serviço de saúde facilitado e a cultura médica são fatores considerados de grande valia para o consumo de inúmeros medicamentos que aumentam a cada dia. Dessa maneira para que ocorra um envelhecimento bem-sucedido, há a necessidade de se pensar em algumas formas de prevenção e promoção de saúde, sendo que a baixa probabilidade de doenças e incapacidades associadas, bem como uma boa capacidade funcional, tanto física quanto cognitiva, é essencial na manutenção e melhora

Adriana Carolina Bauermann

do estado físico e mental da população com sessenta anos de idade ou mais. Diante desse cenário, torna-se necessário preparar os profissionais da saúde e cidadãos brasileiros para lidar com as alterações que ocorrem no processo de envelhecimento e propiciar ações educativas voltadas ao cuidado para com os idosos. No presente relato, os idosos são assistidos pela Clínica Escola de Fisioterapia da Unochapecó, composta por docentes e discentes do curso de graduação em Fisioterapia e tendo outros cursos da área da saúde como parceiros, incluindo o curso de Farmácia, que está desenvolvendo o Projeto de Extensão “Atenção Farmacêutica e avaliação das condições de vida e saúde de usuários idosos atendidos pela Clínica Escola de Fisioterapia e Farmácia Escola da Unochapecó”. Parte-se do pressuposto de que a atuação do farmacêutico no auxílio com o tratamento medicamentoso, por ser o profissional que está em contato direto com o medicamento, seja o mais habilitado para o aconselhamento aos usuários, assegurando o sucesso do tratamento e incentivando a adesão farmacológica, por ser um meio que contribui para a compreensão de conhecimentos necessários à adoção de atitudes de promoção da saúde. **OBJETIVO:** Relatar a experiência da realização do Acompanhamento Farmacoterapêutico com usuários idosos polimedicados atendidos por um serviço especializado do Sistema Único de Saúde (SUS). **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa na modalidade de relato de experiência, a partir da vivência da realização do Acompanhamento Farmacoterapêutico a idosos polimedicados, que participam do Projeto de Extensão “Atenção Farmacêutica e avaliação das condições de vida e saúde de usuários idosos atendidos pela Clínica Escola de Fisioterapia e Farmácia Escola da Unochapecó”, em Chapecó (SC). O local das ações de estudo de Atenção Farmacêutica foi a Clínica Escola de Fisioterapia, juntamente com apoio da Farmácia Escola, ambas da Unochapecó. A escolha do local de ação levou em consideração a interação já existente nos componentes curriculares de Estágio em Atenção Farmacêutica I, II e III presentes na grade curricular do curso de Farmácia da Unochapecó, que já se utilizam destes espaços no acompanhamento farmacoterapêutico de diferentes usuários e pela facilidade de acesso dos usuários polimedicados e com alto índice de doenças crônicas. Estes usuários são oriundos do SUS, de todas as localidades de Chapecó e região. Inicialmente foi realizada a seleção da amostra populacional a ser estudada, através dos prontuários dos usuários atendidos. Posteriormente, foi esclarecido os objetivos do projeto a esses usuários, onde permitiram o trabalho por meio da assinatura de termos de consentimentos. O Acompanhamento Farmacoterapêutico foi realizado segundo a Metodologia Dáder de Acompanhamento Farmacoterapêutico que contém perguntas pré-estruturadas para a base das entrevistas. O Acompanhamento ocorreu mensalmente com cada usuário na Clínica, por meio de agendamento prévio, conforme disponibilidade dos usuários. A partir dos resultados obtidos, identificou-se a ocorrência de resultados negativos associados à medicação (RNM) e foram realizadas intervenções e orientações necessárias, visando à melhora da qualidade de vida desses usuários e pensando futuramente em ações de intervenção. **RESULTADOS:** A Atenção Farmacêutica dentro do processo de Acompanhamento Farmacoterapêutico consistiu na detecção de problemas potenciais no uso de cada medicamento a partir de indicação, mecanismo de ação, farmacocinética, posologia, interações farmacológicas, precauções, efeitos tóxicos e contraindicações dos medicamentos, além de monitoração da efetividade terapêutica e adesão ao tratamento pelo usuário idoso. A identificação de RNM originou orientações pensadas em conjunto com a professora coordenadora e passadas cuidadosamente aos idosos, considerando que o envelhecimento saudável, conforme o Estatuto do Idoso (2003), passa pela manutenção de autonomia, que é a capacidade individual de decisão e comando sobre suas ações e independência, permitindo que indivíduo cuide de si e de sua vida. Com isso, o principal norteador do projeto é o pensamento na melhoria da

Adriana Carolina Bauermann

qualidade de vida dessa população idosa, com a idealização de ir além de melhorar significativamente o paciente – sendo sobre a quantidade de medicamentos ingeridos, sobre a estratégia farmacológica ou com orientações, por conta de que muitas vezes essa comunidade é esquecida pelas políticas públicas e pela sociedade no geral. Isso faz com os estudantes, principalmente da área da saúde – por ser uma área em que cuidar do próximo é um ato contínuo e essencial, entrem em contato; se insiram na comunidade reafirmando o compromisso com a cidadania e com a prestação de serviço; vivenciem as práticas da futura profissão e exercitem a participação e a inclusão social. A situação da assistência à pessoa idosa no Brasil ainda se apresenta desarticulada, descontinuada e carece de atenção dos pesquisadores e setores de saúde para fomentar ações de promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso. Com base nessa questão, o projeto de extensão veio na idealização de suprir a pouca ação e intervenção da comunidade acadêmica para com os idosos no geral, e inserir profissionais farmacêuticos na assistência e no atendimento à população idosa, que, de certa forma, é um meio de demonstrar o compromisso social da categoria, além de propiciar a relação ensino-serviço no curso. Por parte da Clínica Escola de Fisioterapia, pôde-se perceber grande articulação com os mais diversos cursos da área da Saúde e das Ciências Sociais, e o diálogo entre profissionais, usuários, comunidade e universidade é permitido, o que contribui para a interprofissionalidade, interdisciplinaridade e o multiprofissionalismo, que demonstra a colaboração profissional, onde promove relações e interações nas quais os diferentes profissionais poderão colocar à disposição e partilhar conhecimentos, especialização, experiências e habilidades entre si, com vistas a proporcionar melhor atenção ao paciente, pois baseia-se em valores humanistas e isso se fez presente significativamente de modo positivo nas falas dos idosos durante as entrevistas. Na posição de acadêmica, trabalhar com idosos é, contudo, uma atividade complexa. Envolve o conhecimento técnico e científico aprendido em sala de aula, a capacidade de comunicação para permitir uma forma clara e concisa de conversa, além de oportunizar ao idoso a autonomia para expor seus problemas e sua vida pessoal. Nas entrevistas realizadas durante cerca de seis meses, pôde-se perceber que o vínculo criado é muito importante para o desenvolvimento do Acompanhamento, pois é preciso que haja confiança por parte do entrevistado para que uma conversa seja bem desenvolvida e é preciso também que haja um posicionamento ético do entrevistador para prestar atenção, ouvir e saber como se posicionar com as histórias ouvidas. A complexidade do processo saúde-doença, tem relação com o contexto ambiental, psicológico e familiar, e ter acesso a essas questões durante a formação acadêmica permite um olhar diferenciado às pessoas, pois em muitos casos é preciso colocar-se no lugar do outro para entendê-lo e tentar ajudá-lo, não apenas considerando alguma patologia isolada, mas prestando atenção em um ser biopsicossocial que possui toda uma vida de experiências. Igualmente é a experiência de estar inserido dentro do âmbito de trabalho do SUS, pois permite observar como os idosos são atendidos dentro de um serviço de baixa complexidade, que são as Unidades Básicas de Saúde (UBS), por informações obtidas a partir dos relatos de cada idoso, e também dentro de um serviço de média complexidade com trabalho especializado, que é o caso da Clínica Escola de Fisioterapia. **CONCLUSÕES:** A atenção farmacêutica é uma oportunidade para o profissional farmacêutico esclarecer, orientar e acompanhar o indivíduo, tornando-se aliado na adesão e sucesso do tratamento. A orientação adequada e o cuidado podem proporcionar uma melhor expectativa de vida à população.

Palavras-chave: Atenção Farmacêutica. Polimedicação. Envelhecimento.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio a Projetos de Extensão (Fapex).

A VISÃO DE ESTAGIÁRIO(A) DE FARMÁCIA PERANTE A ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Adriana Carolina Bauermann¹

¹ Acadêmica de Farmácia da Unochapecó

INTRODUÇÃO: No Brasil, a inclusão da Assistência Farmacêutica no campo das Políticas Públicas deu-se por meio da publicação da Política Nacional de Medicamentos (PNM) tendo como principais finalidades a garantia necessária de segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional dos medicamentos e o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. Os princípios e as diretrizes do SUS não poderiam ser concretizados, na prática dos serviços, sem a compreensão da necessidade da efetivação da Assistência Farmacêutica (AF) como uma política pública de saúde. Para isso, a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) torna-se um grande desafio para os gestores e profissionais da saúde, com destaque para o campo farmacêutico. O aprimoramento necessário dessa política visa à superação do entendimento da Assistência Farmacêutica, com foco no medicamento, de forma a também enfatizar o cuidado com as pessoas. Além disso a intervenção do profissional farmacêutico para desenvolver a prática da atenção farmacêutica, auxiliando no tratamento medicamentoso, no estilo de vida e na capacidade de entender o porquê de tais medicamentos participarem do tratamento dos problemas de saúde desses usuários, contribui para melhoria na saúde dos mesmos. O perfil do profissional farmacêutico buscado hoje se desprende da concepção tecnicista e fragmentada, passando para uma formação humanista, crítica flexiva e articulada com o SUS, com foco na atenção à saúde. A indissociabilidade do ensino presente na sala de aula, da pesquisa realizada e aprofundada pelo estudante e da extensão na *práxis* dentro da comunidade, permite que o estudante seja o protagonista da sua formação técnica e humanística, procurando obter as competências necessárias para a futura profissão, percebendo o que realmente gosta, onde e de que forma quer atuar. **OBJETIVO:** Relatar a vivência realizada no componente curricular Estágio em Farmácia I, na área de Farmácia de rede pública e de que forma esta prática contribuiu para o aprendizado do estudante. **METODOLOGIA:** O presente estudo consiste em um relato de experiência sobre o estágio realizado no componente curricular Estágio em Farmácia I, na área da Farmácia de rede pública, que acontece no sexto semestre do curso de Farmácia. Esta vivência foi realizada em agosto de 2015. O principal cenário de prática foi a farmácia de um Centro de Saúde da Família (CSF) do município de Chapecó (SC). O referido Centro de Saúde atende aproximadamente 15 mil pessoas e conta com três equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e profissionais do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). A farmácia do Centro de Saúde conta com o trabalho de uma farmacêutica em período integral e mais quatro funcionários para o funcionamento

Adriana Carolina Bauermann

diário. **RESULTADOS:** Essa área de estágio em Farmácia proporciona ao estudante a inserção nas farmácias dos centros de Saúde, no próprio Centro de Saúde e também na comunidade. A experiência inicialmente foi realizada a partir da observação do local, reconhecendo a estrutura física da farmácia e do Centro de Saúde, que é um ponto importante para entender como o profissional pode atuar dentro de determinado espaço; perceber a organização da farmácia; conhecer a lista de medicamentos dispensados no município, controle de abastecimento e os processos gerenciais; verificar a composição da equipe e participar da reunião de grupos e de visitas domiciliares. Essas ações permeiam o processo de ensino-aprendizagem, onde o estudante consegue interagir com diferentes profissionais inserindo-se no trabalho interdisciplinar e multiprofissional, reconhecendo a realidade e compreendendo também seu papel como um agente transformador do meio onde vive. Também possibilita ao estudante colocar-se entre o conhecimento teórico apreendido em sala de aula e a prática vivenciada, onde a realidade, muitas vezes, entra em conflito com a teoria. Pode-se perceber que o papel do farmacêutico dentro de uma farmácia vai muito além da dispensação de medicamentos, pois pensar a integralidade na atenção básica significa pensar sobre as ações e os serviços de assistência farmacêutica, considerando que a maioria das intervenções em saúde envolve o uso de medicamentos e que tal uso pode ser determinante para o resultado da saúde. Insere-se, desse modo, também a prática das visitas domiciliares efetuadas no Centro de Saúde, ao qual o estudante também participa, adentrando no território pertencente ao CSF. Foi possível observar que os usuários, em conjunto com a família e a equipe de saúde, conseguem juntos tornar mais eficaz a resolução dos problemas, principalmente em relação a adesão ao tratamento. Nesse contexto, é possível exemplificar a contribuição de outros profissionais da equipe de saúde para a melhora dos pacientes, prevenindo, identificando e solucionando problemas. Assim sendo, o profissional farmacêutico pode atuar em conjunto com a equipe de saúde da família como um gerador da promoção de saúde. **CONCLUSÕES:** A experiência prática obtida nos estágios curriculares em Farmácia não somente aprofundam o conhecimento teórico aprendido em sala de aula, mas também contribuem para a formação de um estudante mais cidadão, com um olhar voltado ao próximo e crítico perante a saúde no nosso país.

Palavras-chave: Atenção Básica. Farmacêutico. Assistência Farmacêutica.

BADMINTON NA ESCOLA: A EXPERIÊNCIA DO PIBID EDUCAÇÃO FÍSICA – UNOCHAPECÓ

Ana Maria Noetzold¹, Juliana Aparecida Betlinski, Alessandra Morgenstern, Emanuelle Korb, Lainara Patel, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

¹ Acadêmica de Educação Física da Unochapecó, anaescoteira@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este trabalho busca apresentar a experiência pedagógica desenvolvida por estudantes de Educação Física da Unochapecó, Chapecó (SC), participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Em forma de projeto pedagógico, e tendo como tema o *badminton*, as atividades de aprendizagem foram implementadas na E.E.B. Prof.^a Zélia Scharf. O *badminton* é considerado um esporte que pode ser praticado por todas as idades e entre os gêneros. Embora seja uma prática antiga, somente agora começa a ser praticado e reconhecido no Brasil como esporte olímpico. É uma modalidade praticada em uma quadra retangular, um contra o outro ou em duplas, podendo ser mistas, na qual utiliza-se uma raquete e uma peteca, chamada de volante ou *birdie*. Este projeto tem como principal foco a inserção de uma modalidade diferenciada da proposta que é trabalhada regularmente na escola. **OBJETIVO:** Inserir novas modalidades no contexto escolar, integrando o *badminton* nas atividades físicas, proporcionar novas experiências com novas modalidades. **METODOLOGIA:** O projeto *badminton* foi realizado com seis turmas, as quais são dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. O planejamento foi realizado pelos pibidianos em parceria com o professor supervisor do projeto. As atividades de aprendizagem foram sistematizadas de forma que os escolares pudessem compreender o processo histórico do esporte, sua organização e estrutura. A metodologia utilizada foi a dialética, seguindo as seguintes fases: prática social inicial; a problematização inicial acerca do tema; instrumentalização por intermédio do conhecimento e aplicação dos fundamentos e movimentos técnicos e a prática social final. **RESULTADOS:** Através da realização do projeto *badminton*, foi possível perceber por meio das reações dos alunos, uma receptividade e ampla participação, onde os bolsistas se surpreenderam pois foi uma atitude inesperada, pelo fato de que grande parte das turmas tinham dificuldades de participar em modalidades esportivas diferentes do futsal. Os alunos participaram de uma forma efetiva durante todas as atividades propostas, esperando e perguntando com êxito quando seria a próxima aula que se trabalharia o *badminton*. Assim, foi possível atingir nossos objetivos, despertando o interesse deles por ser uma modalidade diferenciada. No decorrer das aulas, surgiram vários elogios da parte dos alunos em relação ao jogo, bem como a facilidade da prática do mesmo. As atividades aconteceram durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2015, as quais envolveram construção e aplicação do

Ana Maria Noetzold, Juliana Aparecida Betlinski, Alessandra Morgenstern, Emanuelle Korb, Lainara Patel, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

projeto na escola. **CONCLUSÕES:** Pode-se afirmar que o projeto trouxe benefícios para os alunos, os quais conheceram uma nova modalidade, questionando, indagando e se apropriando de um conhecimento novo. Os resultados evidenciam ainda, que o projeto do *badminton* permitiu aos alunos o aprendizado prático da modalidade e um grande interesse por querer jogar.

Palavras-chave: *Badminton*. Educação Física. Pibid.

IMIGRAÇÃO E TRABALHO PRECÁRIO: REFLEXÕES ACERCA DA CHEGADA DA POPULAÇÃO HAITIANA NO OESTE DE SANTA CATARINA

Ana Paula Risson¹, Márcia Luíza Pit Dal Magro, Maria Luiza de Souza Lajús, Alisson Linhares

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde na Unochapecó, anarisson@unochapecó.com.br

INTRODUÇÃO: O trabalho precário está relacionado com diferentes problemáticas sociais, como o aumento dos agravos em saúde do trabalhador, a desregulamentação de direitos trabalhistas e a ampliação da vulnerabilidade social das famílias, a estes fatores pode-se somar o trabalho do imigrante. No Brasil, o contexto econômico atual o tem transformado em importante destino da força de trabalho internacional de pessoas que imigram em busca de melhores condições de vida. No presente estudo destacar-se-á o recente processo migratório da população haitiana ao País, que iniciou após o terremoto que atingiu o Haiti em 2010 e que tem crescido rapidamente. Esse cenário está gerando debates acerca do processo migratório e fazendo emergir posicionamentos que variam entre posturas conservadoras e restritivas quanto à entrada dessa população no País, àquelas que cobram reformas nos marcos legais e a instituição de uma política nacional de imigração para melhor atender essa população que chega ao Brasil. O fluxo migratório de haitianos para o Brasil possui diversos destinos, dentre os quais o oeste de Santa Catarina, região colonizada no início do século XX por agricultores vindos do Rio Grande do Sul, descendentes de alemães, italianos e poloneses. O oeste catarinense é uma região cuja população e economia crescem de maneira acelerada, sendo constituído por duzentos municípios e mais de um milhão de habitantes. Fazem parte das principais atividades econômicas locais a agricultura familiar e as indústrias processadoras de carnes de suínos, aves e derivados, conhecidas na região como agroindústrias. Essas últimas têm recebido destaque nacional pelas difíceis condições de trabalho, ao mesmo tempo em que estão entre as principais empregadoras dos trabalhadores haitianos na região estudada. Nesse sentido, esta pesquisa realizou reflexões quanto às implicações do recente fluxo migratório de haitianos para a região oeste de Santa Catarina. **OBJETIVO:** Identificar como foi o processo de chegada de imigrantes haitianos no oeste de Santa Catarina e sua inserção no mercado de trabalho regional. **METODOLOGIA:** Esta pesquisa baseou-se no método qualitativo, o qual permite estudar nos diferentes contextos “[...] a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos.” (STRAUSS; CORBIN, 2008). Para o levantamento de informações foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, como técnica de pesquisa principal, e pesquisa documental e observação participante, como estratégias de pesquisa secundárias. O estudo contou com a participação de dez entrevistados, vinculados a dois grupos: o primeiro constituído por seis haitianos com vínculo empregatício no oeste catarinense no momento da entrevista, sendo um deles membro da diretoria de uma associação de haitianos que estava em consolidação

Ana Paula Risson, Márcia Luíza Pit Dal Magro, Maria Luíza de Souza Lajús, Alisson Linhares

na ocasião da pesquisa; o segundo grupo composto por três profissionais da área de Recursos Humanos (RH) de empresas contratantes de haitianos, pertencentes aos setores do comércio, indústria moveleira e indústria de abate e processamento de carnes, e um membro do sindicato dos trabalhadores da última indústria referida. Como estratégia para identificar esses participantes, utilizou-se a técnica *snowball*. As entrevistas foram realizadas em dois momentos, oito delas durante o primeiro semestre de 2014 e duas durante o primeiro semestre de 2015. Na pesquisa documental foram utilizados jornais on-line e impressos, vídeos de documentários e reportagens disponibilizados no Youtube, que abordavam o referido fenômeno migratório. A observação participante foi realizada em dois momentos: o primeiro junto a Conferência Livre de Migração e Refúgio – organizada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); e o segundo momento de observação ocorreu na Reunião de Trabalho – promovida pela Câmara de Vereadores de Chapecó –, com o objetivo de discutir com a sociedade e entidades públicas e privadas a inserção dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho de Chapecó. A análise das informações foi realizada com base na análise de conteúdo, a qual deu origem a duas categorias: uma referente ao processo de imigração de haitianos para o oeste de Santa Catarina e outra que trata da inserção desses imigrantes no mercado de trabalho local. **RESULTADOS:** Identificou-se que os haitianos são motivados a imigrar para o Brasil pela perspectiva de conseguir trabalho formal e melhorar as condições de vida, tendo em vista o contexto de crise econômica e desemprego em seu país de origem. Os dados numéricos acerca da quantidade de imigrantes haitianos no Brasil é impreciso, no entanto, a estimativa é que estejam residindo no País em torno de sessenta mil haitianos. Na Reunião de Trabalho, promovida pela Câmara de Vereadores de Chapecó em outubro de 2014, o Delegado da Polícia Federal do município apontou que este órgão possuía o registro de aproximadamente dois mil haitianos residentes nas 84 cidades do oeste catarinense abrangidas por essa delegacia. No entanto, o entrevistado que participa da diretoria da associação de haitianos mencionou que em pesquisa feita por esta organização em 2014, foram contabilizados 2,5 mil imigrantes desta nacionalidade somente no município de Chapecó. Este alto número de imigrantes – somados aos de outras nacionalidades –, associado à falta de uma política migratória atualizada no Brasil, vem desafiando instituições públicas e privadas, por se tratar de um fenômeno novo, crescente e multidimensional. Esta problemática fez com que inúmeros setores governamentais se dispusessem a repensar suas diretrizes quanto a este novo cenário, principalmente por conta da falta de uma legislação específica. No que se refere a inserção desses trabalhadores, a mesma se dá especialmente em postos de trabalho precários em função da baixa remuneração e dos riscos de adoecimento. A contratação de haitianos é feita por empresas e indústrias que buscam suprir a falta de força de trabalho local, no entanto, esta população começa a sofrer com o aumento do desemprego. O fluxo migratório para o país está diretamente relacionado ao mercado de trabalho nacional, tendo em vista uma espécie de “apagão de mão de obra” que envolve a demanda de dois extremos da força de trabalho. O primeiro está relacionado aos cargos destinados a trabalhadores superespecializados e, o segundo, o qual detém o maior número de vagas, diz respeito aos cargos de nível básico, que exigem baixa qualificação, como aqueles da construção civil e serviços gerais, sendo que são nesses postos de trabalho que vêm sendo empregados os haitianos no contexto pesquisado. A precariedade dos postos de trabalho ocupados pelos haitianos foi um dos temas debatidos na Conferência Livre para Migração e Refúgio. Na ocasião, foram apontadas dificuldades como a falta de comprometimento das empresas quando buscam e trazem os haitianos para trabalhar; as promessas feitas no Acre que não são cumpridas na empresa; salário baixo, reduzindo as

Ana Paula Risson, Márcia Luíza Pit Dal Magro, Maria Luíza de Souza Lajús, Alisson Linhares

remessas de valores para os familiares no Haiti e as condições de trabalho nas agroindústrias que acarretam no adoecimento. As questões acenadas mostram a maior vulnerabilidade do imigrante estrangeiro aos problemas socioeconômicos de modo geral e à precarização estrutural do trabalho. Nesse sentido, compreende que os problemas iniciam quando o aumento da população imigrante não é acompanhado pelo crescimento das oportunidades, pois os países acabam atraindo essas pessoas, mas, ao mesmo tempo, bloqueando sua entrada legal, ou então privando-a de segurança e condições humanas de permanência. Assim, se torna fundamental a criação de mecanismos e instituições que possam estabelecer políticas e medidas promotoras de mais proteção e bem-estar a esses trabalhadores. Por fim, os resultados sinalizam para a necessidade de criar políticas públicas específicas para a população imigrante no país, tendo em vista a condição de vulnerabilidade dessa população no que diz respeito à exploração do trabalho. **CONCLUSÕES:** Durante a pesquisa identificou-se que o fluxo migratório de haitianos para o Brasil possui relação direta com a atual condição de vida no Haiti e com a facilidade de obtenção de visto e o acesso que esse possibilita ao mercado de trabalho formal. Já o oeste catarinense é destino final dos haitianos por conta das ofertas do mercado de trabalho e da rede social de acolhida que se constituiu no território. A princípio, esse fluxo migratório foi impulsionado pela presença de empresas catarinenses em uma das principais portas de entrada desses imigrantes no Brasil. A busca dessas empresas pela força de trabalho haitiana deu-se como uma possível solução para um problema: a falta de força de trabalho em postos operacionais e trabalhos mais precarizados. Nesse sentido, os principais empregadores desses imigrantes na região estudada são as indústrias de abate e processamento de carnes. No entanto, a desaceleração da economia começa a atingir esses trabalhadores com o desemprego, aumentando a condição de risco e vulnerabilidade desta população. A entrada maciça desses imigrantes tem diversos impactos sociais para a população local, bem como para os próprios trabalhadores imigrantes, que precisam ser melhor acompanhados pelas empresas que mobilizam esse fluxo migratório. Cabem ainda diversos estudos que avaliem os impactos sociais, culturais e econômicos desencadeados pela entrada dessa população na região estudada. Nesse sentido, sugerem-se como possibilidade de pesquisas futuras, temas que emergiram na presente pesquisa, mas que em função dos limites da mesma não puderam ser explorados, como: as condições de vida dos haitianos no Brasil; o acesso aos serviços de saúde destes imigrantes; as implicações da falta de uma política pública específica para os mesmos. Também vale o registro de que durante a pesquisa identificou-se um considerável fluxo migratório de senegaleses para esta região e que também merece ser estudado.

Palavras-chave: Imigração. Haitianos. Trabalho precário.

Fonte financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc) e Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento de Educação Superior (Fumdes).

Referências

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa:** técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

EXPERIÊNCIAS COM POESIA EM SALA DE AULA

Andressa Cristina Oliveira da Silva¹, Jonas Prado de Lima

¹Acadêmica de Letras – habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa e suas Respectivas Literaturas; bolsista do Pibid/Letras da Unochapecó, dressadasilva@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O projeto Mais Poesia foi realizado na Escola de Educação Básica Municipal Jardim do Lago, em Chapecó (SC), com a supervisão da professora Claudiane Freo, num período de oito semanas com as turmas do 7º ano. Baseando-se na metodologia dialética de Celso Vasconcellos (1992), desenvolvemos o projeto por meio de um processo de mobilização para o conhecimento, em que os alunos foram instigados a conhecer e pesquisar sobre o gênero textual poema/poesia. A poesia/poema é um gênero textual norteado por características específicas, cuja finalidade discursiva se pauta pelo provocar de sentimentos e emoções. O poema, por sua vez, é a concretização da poesia feita pelo poeta que a manifesta por meio de palavras de efeitos sugestivos e simbólicos, sonoridade, musicalidade, ritmo, versos e estrofes, por isso, a importância de entender sua evolução no tempo e sua definição. Acreditamos que a escola pode e deve ser um lugar onde a aproximação com a poesia aconteça concretamente, permitindo ao aluno conhecer autores e estilos, reavivando a capacidade de olhar e ver o que é a essência do poético, através de atividades que permitam uma compreensão maior da linguagem poética e lhe dê condições para que ensaie seus próprios passos em poesia. **OBJETIVO:** Apresentar, compartilhar e entender o gênero literário poema, bem como entender as diferenças entre poesia e poema, sua estrutura, como é formado e sua evolução com o passar do tempo. **METODOLOGIA:** Iniciamos o projeto apresentando aos alunos a definição de poema/poesia e suas principais características como: verso, estrofe, formas e rimas, de acordo com Rocha (2014). Com isso, mobilizamos os alunos a pensar e dialogar sobre o assunto. Esclarecemos as dúvidas na medida em que estavam sendo questionadas para, então, juntos construirmos o conhecimento proposto sobre o gênero textual. Abordamos as formas poéticas e suas definições: soneto, quadras, poema sintético e poema dadaísta. Deu-se ênfase à produção de poemas dadaístas e poemas concretos realizados com a participação dos alunos (BOAVENTURA, 2000; BOSI, 1994; BRITO, 1958). Utilizamos recursos de mídia para exibir a eles a vida e obra dos poetas Vinicius de Moraes e Carlos Drummond de Andrade de uma forma diferenciada, com o objetivo de introduzir a próxima atividade, que consistiu em entregar aos alunos, aleatoriamente, o nome de um poeta, a fim de realizar uma pesquisa da vida e obra do mesmo para montar a galeria dos poetas. Dentro dessa ideia, os alunos optaram por um tema e produziram seus poemas com a finalidade de manifestar sentimentos e emoções. Concluindo, foram selecionados alguns poetas estudados, como Ferreira Gullar, Cecília Meireles, Castro Alves, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, para realização do sarau

Andressa Cristina Oliveira da Silva, Jonas Prado de Lima

literário. Distribuímos poesias para os alunos e, em seguida, aconteceu o sarau literário. Cada um recitou sua poesia e ficou à vontade para recitar poesias que estavam disponibilizadas no sarau. **RESULTADOS:** Esse projeto resultou na produção de poemas, dadaístas e concretos, bem como a realização da galeria dos poetas, sarau literário e, principalmente, atribuição para o desenvolvimento do conhecimento dos alunos. **CONCLUSÕES:** O projeto foi de suma importância para a construção do conhecimento dos alunos sobre o gênero textual poema/poesia. Foi realizado dentro de um contexto árduo, porém os resultados foram nítidos com envolvimento, produção e progresso logo nas primeiras aulas.

Palavras-chave: Poesia. Literatura. Experiência.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS

Andressa Cristina Oliveira da Silva¹, Rosa Maria Cominetti

¹ Acadêmica de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Licenciaturas na UnoChapécó; bolsista do Programa de Extensão Permanente Literatório, dressadasilva@unochapecó.edu.br

INTRODUÇÃO: O Literatório é um programa de leitura e literatura que se originou de pesquisas realizadas sobre a leitura, a biblioteca, o livro e o leitor. O programa nasceu da necessidade de se criar um espaço que incentivasse os acadêmicos a ler, pensar, produzir, interagir e aprofundar-se na leitura e literatura. O programa foi implantado no início de 2003, oficialmente criado em 29 de abril do mesmo ano. Apresentado à comunidade acadêmica e com o plano de ação estruturado, o Literatório começa a receber escolas da comunidade chapecoense e da região para participarem do programa de leitura. **OBJETIVO:** O Literatório é um programa permanente de extensão em parceria com o Programa Nacional de Incentivo a Leitura (Proler) e tem como objetivo contribuir para a formação de leitores críticos e cidadãos conscientes, bem como para atualizar permanentemente docentes de escola pública. **METODOLOGIA:** O Literatório é composto de várias ações, que são desenvolvidas a partir de especificidades metodológicas e constantemente revisadas e adaptadas para melhor funcionamento. A base teórico-metodológica parte do materialismo histórico, bem como, do sócio interacionismo. O diálogo e a troca de informações entre professores, alunos e animadores de leitura é o princípio que guia as atividades, utilizando diversas formas de leitura: a visual, apresentação de vídeos com letras de músicas, dos livros alternativos e interativos com os alunos em forma de conversa sobre o tema discutido no período de visitação das turmas. A prática para com as atividades parte sempre da análise das pesquisas realizadas nas escolas públicas e privadas, que demonstraram a falta de espaço, programa e incentivo à leitura. **RESULTADOS:** Para o “contador” de histórias, cabe o prazer de interagir com a leitura ao mesmo tempo que oportuniza este prazer para os seus ouvintes, como reafirma Aroeira, Soares e Mendes (1996, p. 141): “Contar histórias é uma experiência de grande significado para quem conta e para quem ouve.” Neste ano, até o momento, obtemos bons resultados atendendo trinta horas semanais. Desenvolvemos o trabalho de contação de histórias e mediação de leitura, recebendo as escolas de Chapecó e região, tendo ainda muitas visitas agendadas até o final do ano 2015, com intuito de passar conhecimento por meio da contação de história e da literatura. **CONCLUSÕES:** O Literatório atua em um tempo em que as tecnologias em nossa sociedade tem ganhado mais espaço, os valores não são mais os mesmos, algumas tradições já foram deixadas de lado e a tecnologia tem tomado conta, cada vez mais, de nossas vidas. As crianças de hoje preferem passar o tempo na frente da televisão, do videogame e do computador, em vez de lendo um bom livro de histórias. Em decorrência disso o Literatório tem papel fundamental na desconstrução desses paradigmas

Andressa Cristina Oliveira da Silva, Rosa Maria Cominetti

atuais. Atuando como mediador de leitura, mostrando o lado lúdico da leitura e encantando os participantes para o mundo da leitura. Considerando o trabalho realizado pelo Literatório até o presente momento, as atividades que o programa Literatório realizou contribuíram para a construção de leitores conscientes, em todas as escolas e projetos que participaram do programa, nas diferentes atividades de leitura, consolidando os temas estudados, mostrando aos alunos e também professores à importância de trabalhar a leitura em sala de aula. É gratificante perceber que as escolas valorizam nosso trabalho, observando depoimentos percebe-se que por meio de atividades feitas no literatório os professores dão continuidade em sala de aula. Percebe-se que é por meio da leitura que a criança desenvolve a criatividade, a imaginação e adquire cultura, conhecimentos e valores. Tais quais são repassados para as mesmas com contação de história acompanhada das variadas formas de leitura.

Palavras-chave: Leitura. Formação do leitor. Contação de histórias.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 2009.

AROEIRA, M.; SOARES, M.; MENDES, R. **Didática de pré-escola**: vida e criança: brincar e aprender. São Paulo: FTD, 1996. 167 p.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história de cultura. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 253 p. (Obras escolhidas; 1).

COELHO, N. A história da história. In: RIBEIRO, R. **O Patinho Feio**. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

VASCONCELLOS, C. dos S. Metodologia Dialética em Sala de Aula. **Revista de Educação AEC**, Brasília, n. 83, abr. 1992.

TORNAR-SE PROFESSOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO DE DOCÊNCIA SUPERVISIONADA

Bianca Joana Mattia¹, Maria Elisabeth Kleba

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde na Unochapecó, biancajm@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A formação e o desenvolvimento profissional do docente entrelaçam-se em um processo em que a professoralidade vai se construindo. É necessária iniciativa do professor para envolver-se com atividades de formação e profissionalização, a fim de construir sua professoralidade que envolve a sensibilidade dos docentes nas relações interpessoais no processo de ensinar, aprender, formar-se e desenvolver-se profissionalmente. Na medida em que o professor ensina também aprende com seus alunos, necessitando de uma postura de abertura e humildade e não de uma postura autoritária, ao mesmo tempo em que possui responsabilidade com o processo formativo dos estudantes (ISAIA; BOLZAN, 2009). Por outro lado, o desenvolvimento desta professoralidade necessita, além dos esforços dos próprios professores, intenção e apoio das instituições no sentido de criarem condições para que esse processo se efetive. Dessa forma, o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) possibilita aos estudantes do mestrado a realização de estágio de docência supervisionada, como oportunidade de experienciar a docência e o tornar-se professor. A partir disso, propôs-se desenvolver o estágio de docência em um dos componentes curriculares do curso de graduação em Enfermagem da Unochapecó. **OBJETIVO:** Relatar a experiência da realização do estágio de docência supervisionada no curso de graduação em Enfermagem como oportunidade de formação crítica e reflexiva do ser professora. **METODOLOGIA:** Anteriormente à realização da prática, consultou-se o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de graduação em Enfermagem da Unochapecó, a fim de definir um dos componentes curriculares para sua realização. O interesse voltou-se ao componente que contempla a atuação da enfermagem na saúde coletiva, inserido na 4ª fase do curso, por ser esta a área na qual tive experiência como profissional de Enfermagem durante três anos após a graduação. Após obter autorização da coordenação do curso para realização do estágio de docência, dialogou-se com as professoras do referido componente curricular e participou-se da reunião de planejamento do semestre para construção do Plano de Ensino e divisão dos conteúdos a serem abordados por cada professor. A partir disso, construiu-se o meu plano de trabalho, utilizando metodologias ativas de ensino-aprendizagem. A iniciativa de utilizar esse método deu-se por experiência prévia enquanto discente do mestrado quando cursei duas disciplinas sobre aprendizagem docente, sendo: Políticas e Práticas de Ensino na Saúde e Ensino e Inovação em Saúde. Essas disciplinas possibilitaram visualizar essas metodologias como importantes instrumentos no ensino em saúde. **RESULTADOS:** Os conteúdos

Bianca Joana Mattia, Maria Elisabeth Kleba

ministrados, na primeira inserção em sala de aula, foram Educação Permanente em Saúde e Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e, na segunda inserção, Educação Popular em Saúde e Política Nacional de Promoção da Saúde. Ainda, teve-se a oportunidade de acompanhar aulas teórico-práticas, em que os estudantes realizaram o mapeamento do território a fim de visualizar potencialidades e fragilidades presentes no ambiente da comunidade que podem interferir nos processos de saúde-doença. Dessa forma, as metodologias ativas estão enraizadas na percepção da autonomia, como um elemento importante nos processos de ensino-aprendizagem (MITRE et al., 2008). Como primeira atividade, para estabelecer uma relação dialógica entre docente e discentes, solicitei que organizassem as cadeiras em círculo. O diálogo é uma relação horizontal e é mantido por amor, humildade e confiança. Só o diálogo é capaz de comunicar. Quando os dois polos do diálogo se ligam por esses componentes tornam-se críticos na busca de algo e, dessa forma, se instala uma relação de simpatia entre ambos, favorecendo que a comunicação aconteça (FREIRE, 2007). Na sequência, realizei uma dinâmica de apresentação distribuindo figuras no centro do círculo e solicitando que cada estudante escolhesse uma com a qual se identificou e se apresentasse dizendo o nome e o motivo que o levou a escolher aquela figura. Como forma de contextualizar a temática a ser trabalhada, realizei momentos com aula expositiva-dialogada, que consiste em uma exposição do conteúdo com a participação ativa dos estudantes, em que o conhecimento prévio deve ser considerado. O professor leva o estudante a questionar, interpretar e discutir o objeto de estudo a partir da realidade (ANASTASIOU; ALVES, 2006). Outra metodologia utilizada durante a prática foi o estudo de texto, que consiste na exploração de ideias de um autor a partir do estudo crítico de um texto e também a busca de informações. A metodologia possibilita também a problematização como uma prática pedagógica ativa, permitindo um exercício de pró-atividade dos atores, tendo como ponto de partida e de chegada do processo de ensino-aprendizagem a realidade social (BERBEL, 1998). Em uma das aulas utilizei um vídeo, compreendendo que os recursos audiovisuais são importantes no processo de ensino-aprendizagem por permitirem a apresentação de conceitos mais ilustrativos que ajudam os estudantes a consolidar o conteúdo das aulas expositivas de forma mais dinâmica. Visando estruturar de forma sistematizada o conceito de Educação Permanente em Saúde trabalhado em uma das aulas, promovi a elaboração de um mapa conceitual, cuja técnica permite a mobilização do estudante para a construção de conhecimento e elaboração de síntese a partir de uma visão da totalidade. O mapa conceitual pode ser utilizado como ferramenta para acompanhar as mudanças das compreensões cognitivas dos estudantes. Com a construção do mapa conceitual, pôde-se observar que a aprendizagem foi significativa, pois os principais conteúdos tiveram representatividade no mapa, sendo expressados de forma clara e relacionados em sua interdependência. A elaboração do mapa mostrou a riqueza de ideias e permitiu a reflexão, instigando os estudantes a ampliar olhares, ressignificar conceitos e despertar para a importância daquele conteúdo para a prática profissional. A última metodologia utilizada foi a dramatização que consiste em uma representação teatral. A teatralização de um problema ou situação perante os estudantes equivale a apresentar um caso das relações humanas. Ao final das aulas, distribuiu-se avaliações para que os estudantes expressassem sua opinião a respeito das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. A avaliação consiste em conceitos e construções que auxiliam a realização de um diagnóstico; assim, todos os estudantes avaliaram de forma positiva as metodologias utilizadas pela mestrandia durante o estágio de docência supervisionado.

CONCLUSÕES: Pode-se considerar que a formação acadêmica possui interferência direta sobre a prática dos profissionais de saúde. Dessa forma, torna-se necessário que os docentes em saúde experienciem a

Bianca Joana Mattia, Maria Elisabeth Kleba

contínua e permanente formação do ser docente. Além disso, é inegável o constante e recíproco aprendizado dos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem pautado em metodologias ativas de forma que estudantes e docentes, são influenciados e transformados por esse processo, quando ele acontece de forma dialógica. Assim, as metodologias ativas apresentam-se como uma possibilidade de reorientar as práticas pedagógicas, contribuindo significativamente para potencializar o caráter problematizador, crítico e reflexivo do profissional da saúde, constituindo-se ainda importante instrumento transformador de práticas pedagógicas que auxiliam o docente na tarefa de tornar-se professor.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem. Metodologias ativas. Tornar-se professor.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos; ALVES, Leonir Passate. **Processos de ensinagem na universidade:** pressupostos para estratégias de trabalho em aula. 6. ed. Joinville: Univille, 2006.

BERBEL, N. A. N. "Problematization" and Problem-Based Learning: different words or different ways? **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, n. 2, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

HIGUCHI, Cinthia Hiroko et al. Atenção integrada às doenças prevalentes na infância (AIDPI) na prática de enfermeiros egressos da USP. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 32, n. 2, p. 241-247, 2011.

ISAIA, Sílvia Maria de Aguiar; BOLZAN, Doris Pires Vargas. Construção da profissão docente: possibilidades e desafios para a formação. In: _____; _____; MACIEL, Adriana Moreira da Rocha (Orgs.). **Pedagogia Universitária: tecendo redes sobre a educação superior**. Santa Maria: UFSM, 2009.

MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 13, p. 2133-2144, 2008.

SORDI, Mara Regina Lemes de; MALVAZI, Maria Márcia Sigríst. As duas faces da avaliação: da realidade à utopia. **Revista de Educação**, n. 17, p. 105-115, 2004.

O PLANEJAMENTO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Camila de Moura¹

¹ Graduada em Educação Física na Unochapecó, camilar@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores que com eles se propõem a trabalhar, pois sabemos da responsabilidade envolvida em um trabalho com esses alunos, os quais têm diferentes especificidades. A Educação Física não pode ficar indiferente ou neutra na forma de trabalhar com esses alunos, ela precisa considerar e respeitar as diferenças individuais de cada criança, criando assim propostas pedagógicas possíveis para esses alunos se desenvolverem de uma maneira integral. Para tanto, o presente estudo foi feito para entender como vem sendo as aulas de Educação Física para os alunos com algum tipo de deficiência, e também para propor melhorias nas aulas com esses alunos, pois existe uma preocupação de proporcionar atividades físicas adequadas e adaptadas para essas pessoas, atividades onde elas possam desenvolver todas as suas potencialidades, fazendo parte das aulas como protagonistas e não como observadores apenas. Visto que as aulas de Educação Física com atividades específicas auxiliam os alunos com algum tipo de deficiência desde seu desenvolvimento físico, mental e social, proporcionando conhecimento e controle do seu próprio corpo, desenvolvendo assim a autoconfiança, o respeito, as diferenças e a integração com todos os alunos. **OBJETIVO:** Analisar como o professor de Educação Física planeja suas aulas para os alunos com deficiência. **METODOLOGIA:** Foram trabalhados com três instrumentos: observação, entrevista com professores e análise documental. Foram observadas duas aulas de Educação Física, sendo uma em cada escola, as quais serão representadas ao longo do texto como sendo Escola A e Escola B. Os sujeitos da pesquisa foram alunos de ambos os gêneros de uma turma de alunos com necessidades educacionais especiais e professores de Educação Física das referidas escolas, do município de Chapecó (SC). **RESULTADOS:** A partir do estudo, foi possível observar que na Escola A as aulas não aconteceram conforme estava no planejamento, já na Escola B, as aulas aconteciam conforme o roteiro planejado. Em relação à elaboração dos planejamentos, a Escola A trabalhava com um planejamento semanal, levando em conta a temática do ano letivo, já na Escola B, o planejamento era feito diariamente. Nas duas escolas, os professores relataram que o maior cuidado na hora de planejar aulas para pessoas com alguma deficiência é justamente observar as especificidades de cada aluno. **CONCLUSÕES:** Um planejamento é muito importante para qualquer aula, e na hora da sua elaboração devem ser levados em conta vários aspectos, como: necessidades dos alunos, faixa etária, desenvolvimento e nível de aprendizado, principalmente na educação física para pessoas com deficiência, pois cada deficiência leva suas características

Camila de Moura

e necessidades em conta na hora da prática, em que cada aluno tem o seu tempo de aprendizagem. Durante o estudo, também foi possível concluir que nem sempre o planejamento dá certo na prática, pois existem vários fatores que podem mudar o planejado, mas, mesmo assim, sempre é necessário ter um preparo para reconstruir e criar diferentes metodologias durante o desenvolvimento de cada atividade.

Palavras-chave: Planejamento. Educação Física. Deficiência.

Fonte financiadora: Unochapecó.

A PRESENÇA DOS RADICAIS ESPORTES DE AVENTURA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO ESCOLAR

Camila de Moura¹, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

¹ Graduada em Educação Física na Unochapecó, camilar@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Os esportes de aventura são classificados, conforme Costa, Marinho e Passos (2007), como sendo um conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas em meio a natureza, a partir de emoções e sensações, sob condições de incerteza em relação ao meio e de risco calculado. São realizadas em ambientes naturais (ar, água, neve, gelo e terra), explorando as condições humanas em relação aos desafios desse meio e podem aparecer em manifestações educacionais, de lazer ou de rendimento, sempre comprometidas com a sustentabilidade socioambiental. A prática dos esportes de aventura na escola proporciona aos estudantes o contato direto com a natureza, e isso se transforma em uma importante ferramenta pedagógica, bem como um conteúdo importante no contexto escolar. Nessa perspectiva, é importante que comecem a surgir propostas pedagógicas incluindo esse conteúdo nas aulas de Educação Física. Para que os esportes de aventura entrem para as aulas de Educação Física, é preciso analisar esse conteúdo como mais um conhecimento que possibilita experiências corporais para além da hegemonia dos esportes, predominantemente, o futebol, o voleibol, o basquete e o handebol dentro da escola. É preciso levar em conta sua utilização como possibilidade concreta à construção de novos conhecimentos, e não apenas como uma prática diferenciada. **OBJETIVO:** Analisar a presença dos esportes de aventura nas aulas de Educação Física no contexto escolar. **METODOLOGIA:** O estudo, de caráter descritivo e de natureza qualitativa, teve como instrumento uma entrevista semiestruturada com seis sujeitos/professores de Educação Física do Ensino Fundamental e Médio, de duas escolas da rede estadual de ensino no município de Chapecó (SC). Da amostra, três sujeitos são do gênero feminino e três do gênero masculino, dos quais todos assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Uso de Imagem e Voz. A entrevista semiestruturada foi utilizada partindo de algumas questões predefinidas, buscando analisar a presença dos esportes de aventura nas aulas de Educação Física no contexto escolar e como elas acontecem. As mesmas foram gravadas e transcritas na íntegra, cujos resultados foram analisados qualitativamente. **RESULTADOS:** A partir de uma análise qualitativa dos dados coletados, percebe-se que os esportes radicais de aventura estão presentes nas aulas de Educação Física, porém em uma proporção bem reduzida em relação aos demais temas do componente curricular e em relação ao próprio tema esportes. Olhando pela área do conhecimento, a Educação Física é a área que possui conteúdos significativos para trabalhar com os esportes de aventura, porém são pouco utilizados na escola e, quando ocorrem, sua prática é bem restrita. Segundo os entrevistados, isso

Camila de Moura, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

ocorre por duas questões: espaço e segurança. As duas escolas participantes apresentam espaços possíveis de serem explorados para tais esportes, porém, há poucos indícios. Em uma das escolas não há registro de tais práticas. Na outra, encontramos pequenos movimentos dos professores responsáveis pelo componente curricular Educação Física. Esta possui um amplo espaço verde que é gramado e com muitas árvores. Lá foi identificada uma trilha de cordas, uma forma mais simplificada do Arvorismo. Este espaço é explorado pelos professores de Educação Física e utilizado como espaço de práticas livres por docentes de outros componentes curriculares. Os professores também relatam que, eventualmente, realizam trilhas em espaços para tais práticas, no município de Chapecó. Os dados apontam, sob o ponto de vista do alargamento do conhecimento e vivências de práticas corporais, reflexões importantes e ao mesmo tempo preocupantes, relacionadas aos esportes de aventura, pois percebe-se que a maioria dos professores não está qualificada para trabalhar com esse tema de forma sistematizada, transformando-o em conteúdo a ser apropriado, e não possuem conhecimentos técnicos que possibilitem uma prática segura. **CONCLUSÕES:** A não utilização deste conteúdo nas aulas de Educação Física deve-se, principalmente, pela falta de conhecimento, falta de espaço e questões de segurança. Os achados nas duas realidades em grande parte se assemelham, mostrando que o problema é geral. Os resultados contribuem para destacar que os esportes de aventura são um conteúdo pouco ou quase nada explorado nas aulas de Educação Física. A partir destes apontamentos e através de reflexões teóricas, o estudo caminha na direção de criar sugestões para tornar os esportes de aventura uma prática possível dentro das escolas, além de ser uma prática indicada, na qual os alunos têm a oportunidade de movimentar-se e de estar em contato com o meio. Os esportes de aventura são um conteúdo de grande valor no processo pedagógico, por mais que sejam pouco utilizados, sua importância é consenso quando se trata do desenvolvimento dos estudantes, superação de limites, cooperação entre os participantes e cuidados com o meio ambiente. Também é necessário considerar que a Educação Física não lida somente com conteúdos práticos, neste sentido, a falta de espaço para os esportes de aventura pode ser suprida com conhecimentos teóricos sobre o tema, pois há temas que podem ser somente conhecidos e há os que podem ser conhecidos e praticados, considerando as dimensões conceitual, procedimental e atitudinal dos mesmos.

Palavras-chave: Esportes de aventura. Conteúdos. Educação Física.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

COSTA, V. L. M.; MARINHO, A.; PASSOS, K. C. M. Esportes de aventura e esportes radicais: propondo conceitos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E MOTRICIDADE HUMANA, 5.; Simpósio Paulista de Educação Física, 11., 2007. **Anais...** São Paulo, n. 2, maio/ago. 2007.

A PERCEPÇÃO DOS GESTORES E DO PROFESSOR SUPERVISOR SOBRE O PIBID EDUCAÇÃO FÍSICA

Carla Cristina Gentilini¹, Aline Cristina Bender Buchs, Dyonatan Pedroso, Elizandra Oneidi Alvez, Joana Graeff Ferreira de Deus, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Abel Karasek

¹ Acadêmica de Educação Física (licenciatura) e bolsista do Pibid Educação Física da Unochapecó, carlacristina@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) surge com a finalidade de inserir os estudantes dos cursos de licenciatura no contexto das escolas públicas para que tenham contato com a realidade da futura profissão ainda durante a formação inicial. Ainda tem como finalidade o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica (BRASIL, [s.d.]). A presença dos estudantes nas escolas ocorre sob coordenação de docente institucional e sob supervisão de um professor da escola de inserção, com acompanhamento da equipe gestora da referida escola. Os gestores e o professor supervisor da escola de inserção do Pibid assumem um papel importante para o desenvolvimento e para a formação dos estudantes, porque são eles que supervisionam e orientam a atuação dos bolsistas pibidianos na realização de suas atividades pedagógicas. O professor supervisor da escola tem como responsabilidade mediar o trabalho dos bolsistas nas turmas de atuação e com a comunidade escolar, com o objetivo de auxiliar, conhecer e melhorar a prática pedagógica de cada bolsista e do próprio grupo. Nesse sentido, é importante conhecer o que dizem os gestores e o professor supervisor, acerca da presença dos pibidianos na escola. **OBJETIVO:** Analisar a percepção dos gestores e do professor supervisor da escola de atuação sobre o Pibid Educação Física da Unochapecó. **METODOLOGIA:** A pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, teve como amostra três gestores, três auxiliares pedagógicos e um professor supervisor da escola de inserção do subprojeto Pibid Educação Física, que ocorre desde março de 2014. A referida escola atende a estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, e pertence à rede catarinense de educação, situada na cidade de Chapecó (SC). Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário com três questões, a saber: que bom que (identificação das potencialidades do Pibid Educação Física): que pena que (identificação das fragilidades do Pibid Educação Física); que bom se (sugestões para a qualificação do processo) (MARCONI; LAKATOS, 2003). Os dados foram analisados qualitativamente, a partir das três categorias do questionário. **RESULTADOS:** A fala dos profissionais da escola revela que o subprojeto Pibid Educação Física da Unochapecó, que já vem sendo desenvolvido desde o primeiro semestre de 2014, é considerado de forma bastante positiva. Diante da experiência em desenvolvimento e dos questionários elaborados, os pontos positivos destacados foram de que há parceria entre pibidianos e escola, principalmente por conta de projetos considerados de significativa importância e com temáticas até então ausentes, como, por exemplo, o *badminton*. Outros aspectos destacados positivamente é a participação dos pibidianos no desenvolvimento

Carla Cristina Gentilini, Aline Cristina Bender Buchs, Dyonatan Pedroso, Elizandra Oneidi Alvez, Joana Graeff Ferreira de Deus, Lillian Beatriz Schwinn Rodrigues, Abel Karasek

das aulas e em outros projetos da escola no decorrer do ano letivo e a construção dos projetos de intervenção em parceria com o professor supervisor. Como ponto negativo, o professor supervisor e os gestores citaram a não participação dos pibidianos, em alguns momentos, como auxiliares no processo pedagógico nos momentos de emergência ou ausência do professor. Na categoria “que bom se”, representativo das intenções para o futuro, a equipe gestora e professor supervisor sugerem aquilo que já faz parte das próprias ações do subprojeto Pibid Educação Física, a elaboração e aproximação com a comunidade escolar. Sugerem o desenvolvimento de projetos que envolvam a comunidade escolar, ou seja, ir além dos muros da escola; para além da sala de aula, como, por exemplo, o dia da saúde na escola. Também sugerem que novas temáticas sejam introduzidas nas aulas de Educação Física pelos pibidianos, nos moldes do *badminton*, esporte pouco conhecido e praticado pelos escolares. **CONCLUSÕES:** De acordo com a equipe gestora e professor supervisor, a atuação do pibidianos na escola possibilita o aprimoramento dos conhecimentos, trazendo nova metodologia, estratégias de ensino e conteúdos trabalhados com os alunos. Com a atuação dos pibidianos na referida escola, esta também consegue crescer, pois as atividades são planejadas em conjunto – professor supervisor e pibidianos. Esse processo possibilita diferentes questões em relação ao provável conteúdo e diferentes discussões, as quais sempre auxiliam e resultam numa melhor prática pedagógica, pois teorias são discutidas e podem melhorá-la e qualificá-la. Os bolsistas do Pibid Educação Física aprendem de forma significativa com o ambiente que os rodeia, qualificando o seu processo de formação, assim como a escola também se beneficia com a presença destes.

Palavras-chave: Pibid. Educação Física. Processo de formação.

Fonte financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/Ministério da Educação.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **PIBID Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pibid>>.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DESPERTANDO O SABER: ATIVIDADES DO PIBID/MATEMÁTICA ENVOLVENDO A COMPREENSÃO DA TABUADA

Cláudia Maria Grandó¹, Camila Amador Schlickmam, Cristiane Honorato da Fonseca, Cynthia Cristina Covatti, Daniela Cristina Camatti, Fabiana Ferreira Fagundes, Janaina Estela Pinheiro, Michele Giovana Giachini, Rosemari Ferrari Andreis, Suelen Martini Azambuja

¹ Mestre, Unochapecó, claudia@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Neste texto, apresentamos relato de experiência de ensino realizada por bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) nas escolas em que atuam. O Pibid constitui-se em valorosa oportunidade de aperfeiçoamento da formação de professores para a educação básica. Em 2015, as atividades do Pibid Matemática são desenvolvidas por 16 bolsistas do curso de Matemática (licenciatura). Esse projeto tem dupla relevância: oportunizar aos estudantes da licenciatura vivenciarem o cotidiano da escola, em sua complexidade, qualificando sua formação acadêmica e profissional, e contribuir com a qualificação da formação dos alunos da educação básica. Os estudantes do curso de Matemática que são bolsistas do projeto “Articular: Universidade e Escola – Unochapecó/Pibid”, em levantamento diagnóstico, identificaram que a tabuada é uma das principais dificuldades dos alunos das escolas em que o subprojeto Pibid/Matemática está inserido. Percebemos que os fatos básicos da multiplicação não estavam memorizados pelos alunos, tanto dos anos finais do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio, pois não compreendiam as relações que poderiam facilitar essa memorização e, desse modo, esses alunos precisavam recorrer à calculadora ou não conseguiam avançar nos cálculos em que a tabuada era necessária. **OBJETIVO:** Contribuir na superação das dificuldades com a tabuada. **METODOLOGIA:** Foi organizada intervenção pedagógica, envolvendo atividades diversificadas, com foco principal na compreensão dos fatos da tabuada e uso de recursos lúdicos para facilitar a memorização. Para organizar as atividades, iniciamos por um aprofundamento teórico envolvendo reflexões sobre a tabuada e buscando recursos que poderiam auxiliar na sua construção e memorização. Optou-se pela organização de oficina que pudesse ser realizada em vários momentos no decorrer do ano. Cada grupo de pibidianos elaborou uma oficina para trabalhar a tabuada de forma lúdica, a fim de que o aluno compreenda os conceitos e métodos de se chegar a um resultado sem que o foco seja apenas decorar. **RESULTADOS:** O aprofundamento teórico foi decisivo para a elaboração das atividades da oficina, pois buscamos compreender a complexidade dos motivos que são o pano de fundo das dificuldades apresentadas pelos alunos em relação à tabuada, como também, as possibilidades da organização de intervenções para superação dessas dificuldades. A tabuada é um “fantasma” que assombra os alunos, independente da idade e nível de escolaridade em que estão. Percebemos que os alunos acreditam ser impossível entenderem-na, usando do aprender momentâneo e não do compreender fixado. “Ter a tabuada na ponta da língua libera o aluno para se preocupar com outros desafios do problema.” Na medida em que

Cláudia Maria Grando, Camila Amador Schlickmam, Cristiane Honorato da Fonseca, Cynthia Cristina Covatti, Daniela Cristina Camatti, Fabiana Ferreira Fagundes, Janaina Estela Pinheiro, Michele Giovana Giachini, Rosemari Ferrari Andreis, Suelen Martini Azambuja

compreendem os fatos da multiplicação e suas relações torna-se mais fácil a resolução de qualquer questão ou problema que envolva conhecer a tabuada. Antes de decorar a tabuada, é necessário compreendê-la por meio de atividades que mostrem a relação dos números com as propriedades da multiplicação. Ter na memória a tabuada é fundamental para a aprendizagem da matemática, pois é usada na resolução de problemas de níveis fáceis até os mais elaborados, é utilizada também em situações cotidianas, porém há a necessidade de retomar o seu estudo em sala de aula de uma forma lúdica, para melhor compreensão da mesma. “Trabalhar a multiplicação, mais especificamente a tabuada, por si só não produz no aluno possibilidades de elaborações conceituais, ou seja, antes mesmo de ser trabalhado um conceito relacionado à operação de multiplicação da matemática é preciso que seja trabalhado o pensamento multiplicativo do aluno.” A utilização de jogos matemáticos que envolvam tabuada favorece para que o aluno consiga aprender de uma maneira divertida e dinâmica, deixando de lado o hábito de “decorar” a tabuada, para realmente compreendê-la. “O trabalho com jogos é um dos recursos que favorece o desenvolvimento da linguagem, diferentes processos de raciocínio e de interação entre os alunos, uma vez que durante um jogo cada jogador tem a possibilidade de acompanhar o trabalho de todos os outros, defender pontos de vista e aprender a ser crítico e confiante em si mesmo.” O jogo, quando utilizado em sala de aula, leva descontração e diversão, saindo do convencional: aluno sentado em carteiras em posse de caderno, lápis, borracha e livro, e o professor como transmissor de conhecimento através da fala e de anotações na lousa; busca intercâmbio entre educador e educando, proporcionando assim troca de experiências. Acreditamos que o conhecimento ocorre quando quebramos tabus quanto às práticas que vem aprisionando e distanciando da aprendizagem. A matemática é algo que está presente em nosso cotidiano, mas que muitos temem, consideram-na de difícil interpretação e desnecessária, não entendendo o porquê compreendê-la. Frente a isso, precisamos buscar novas alternativas para que os processos de ensino e de aprendizagem superem esses paradigmas e tenham resultados positivos. Na aprendizagem da matemática o lúdico propicia situação favorável ao interesse pela matemática e, conseqüentemente, favorece sua aprendizagem. A utilização do lúdico nas aulas de matemática é a possibilidade de diminuir bloqueios apresentados por muitos de nossos estudantes que se sentem incapacitados para aprender matemática. O jogo, quando aplicado em sala de aula, desenvolve no aluno capacidades e habilidades de raciocínio lógico, análise e interpretação de problemas cotidianos, trabalho em equipe, possibilitando que o aluno reflita sobre o mito de que a matemática é difícil de aprender. “O trabalho com jogos nas aulas de matemática, quando bem planejado e orientado, auxilia o desenvolvimento de habilidades como observação, análise, levantamento de hipóteses, busca de suposições, reflexão, tomada de decisão, argumentação e organização, as quais estão estreitamente relacionadas ao assim chamado ‘raciocínio lógico’.” Para melhor desenvolvimento das aulas, é necessário que haja um ambiente atraente no qual o aluno se sinta a vontade para melhorar o aprendizado e interagir com os colegas e o professor. “Com relação ao trabalho com a matemática, temos defendido a ideia de que há um ambiente a ser criado na sala que se caracterize pela proposição, pela investigação e pela exploração de diferentes situações-problema por parte dos alunos. Também temos afirmado que a interação entre os alunos, a socialização de procedimentos encontrados para solucionar uma questão e a troca de informações são elementos indispensáveis em uma proposta que visa a uma melhor aprendizagem significativa da matemática.” “Os jogos constituem uma forma interessante de propor problemas, pois permitem que estes sejam apresentados de modo atrativo e favorecem a criatividade na elaboração de estratégias de resolução e busca de soluções. Propiciam a simulação de

Cláudia Maria Grando, Camila Amador Schlickmam, Cristiane Honorato da Fonseca, Cynthia Cristina Covatti, Daniela Cristina Camatti, Fabiana Ferreira Fagundes, Janaina Estela Pinheiro, Michele Giovana Giachini, Rosemari Ferrari Andreis, Suelen Martini Azambuja

situações-problema que exigem soluções vivas e imediatas, o que estimula o planejamento das ações; possibilitam a construção de uma atitude positiva perante os erros, uma vez que as situações sucedem-se rapidamente e podem ser corrigidas de forma natural, no decorrer da ação, sem deixar marcas negativas.” Outro ponto a ser destacado é que, através de jogos, o aluno também adquire a capacidade de respeitar regras, de conviver bem. O trabalho em equipe, onde todos participam na resolução dos problemas, favorece o desenvolvimento da linguagem, de interação entre os alunos, “[...] uma vez que durante um jogo cada jogador tem a possibilidade de acompanhar o trabalho de todos os outros, defender pontos de vista e aprender a ser crítico e confiante em si mesmo.” Para a compreensão das relações multiplicativas presentes na tabuada foi trabalhado, em cada oficina, com a construção da “Tabela Pitagórica” que consiste em quadro de dupla entrada em que vão sendo registrados os resultados das multiplicações dos números de um a dez. As atividades com a tabela enfatizaram evidenciar, através do diálogo com os alunos, a relação entre os produtos e as propriedades da multiplicação. A proporcionalidade, por exemplo, pode ser verificada ao observar que a tabuada do oito é o dobro da tabuada do quatro; a comutatividade está presente quando identificamos que 8×4 tem o mesmo resultado que 4×8 ; podemos observar também que a tabuada do sete pode ser obtida somando os produtos da tabuada do dois e do cinco, por exemplo, quando consideramos que $6 \times 7 = 6 \times 2 + 6 \times 5$, ou seja, fazemos a decomposição do sete ($7 = 2 + 5$) e usamos a propriedade distributiva. Após esse importante momento de análise dos produtos que foram completando a Tabela Pitagórica, foram selecionadas atividades lúdicas envolvendo a tabuada, levando para a sala de aula jogos e brincadeiras populares como a dança da cadeira, jogos de tabuleiros, *stop*, bingo, dominó, *quiz*, problematizados de forma a contribuir para a memorização da tabuada junto com o desenvolvimento de outras competências importantes já mencionadas. **CONCLUSÕES:** A elaboração de análises a partir da observação das regularidades existentes na Tabela Pitagórica, o estabelecimento de diferentes relações, ajudou a construir o conhecimento com significado, com compreensão, auxiliando a memorizar a tabuada com mais facilidade. Os jogos que cada grupo de pibidianos selecionou para a oficina foram variados e tornaram o processo de memorização mais agradável e eficiente. A resolução de problemas, efetivada a partir dos jogos, ocorreu de várias maneiras: com o registro das operações realizadas, a partir de questionamentos, discutindo as situações do jogo, as estratégias utilizadas e, até mesmo, com a criação de novas regras e de novos jogos. As atividades elaboradas foram pensadas para serem realizadas em diferentes momentos ao longo do ano letivo, explorando a multiplicidade de relações existentes. Observamos que a mesma atividade pode ser realizada por alunos de diferentes anos da Educação Básica, envolvendo relações e problematizações mais ou menos complexas. Também observamos que as atividades com jogos contribuiu melhorando as habilidades de leitura e interpretação de texto, pois, para jogar, precisavam conhecer e compreender as regras dos jogos.

Palavras-chave: Tabuada. Jogos. Atividades do Pibid.

Fonte financiadora: Projeto financiado com recursos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: DA JUNTABILIDADE À INDISSOCIABILIDADE

Cristiane Dameda¹

¹ Mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais na Unochapecó, crisdameda@gmail.com

INTRODUÇÃO: Este trabalho foi construído para validação do componente curricular Ensino com Pesquisa e Extensão necessário para a conclusão da pós-graduação em Docência na Educação Superior. A universidade já tem nove séculos de história, marcada por crises e transformações. Na contemporaneidade, vê-se um movimento inovador, de reconhecimento da educação superior para o desenvolvimento do ser. Nesse contexto, a preocupação do ensino superior voltou-se para a aprendizagem, para o desenvolvimento de habilidades humanas, do intelecto e de atitudes proativas, contextualizadas e compromissadas com a comunidade, transformando a atuação docente, antes direcionada apenas para o ensino dos conteúdos curriculares, agora, não negando esses, focada no desenvolver pessoas. **OBJETIVO:** Apresentar, de forma geral, um entendimento a respeito dos princípios pedagógicos: ensino, pesquisa e extensão para essa nova “ordem” educacional. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma análise descritiva sobre Ensino, Pesquisa e Extensão com base em obras de autores contemporâneos importantes na área da educação, tais como: Jorge Hamilton Sampaio, Ricardo Rossato, Neusi Aparecida Berbel e fundamentalmente Edgar Morin. **RESULTADOS:** A função do ensino é promover o aprendizado daquilo que já foi produzido, e, para isso, o desejo do conhecimento deve ser despertado. Nesse sentido, Morin (2001) define sete saberes necessários para a educação do futuro, e o primeiro deles refere-se ao conhecimento, o qual é oferecido pelo ensino. Entretanto, não se ensina para que serve o conhecimento ensinado. É preciso ensinar a aprender e aprender como se conhece. Ainda descreve Morin (2001) sobre o conhecimento pertinente, aquele que faz sentido para a vida das pessoas, as quais têm sentimentos, medos, desejos e, portanto, é preciso levar em conta, na prática docente, a subjetividade humana para que o aprendizado de fato aconteça. O ensino também precisa possibilitar a abertura para as incertezas (MORIN, 2001). Ao entender que estas fazem parte da existência humana, as pessoas precisam aprender a lidar com elas, bem como a olharem umas para as outras e estabelecerem uma comunicação pautada na solidariedade – o ensino se coloca como capacitador de uma visão mais complexa da realidade e de uma consciência planetária (MORIN, 2001), ou seja, de que sujeitos fazem parte de uma mesma sociedade e sejam capazes de visualizar que tudo está conectado. Assim, o ensino não está apenas para desenvolver habilidades técnicas e científicas para o exercício de uma área, ele está para a formação humana e por isso precisa provocar os sujeitos para conhecimentos transformadores. Nesse sentido, emerge a necessidade da Pesquisa, a qual pressupõe a criação de conhecimento com crítica e rigor metodológico, implicando na

Cristiane Dameda

participação social, na autonomia para a produção de conhecimento e desenvolvendo no pesquisador a capacidade de pensar, de olhar para a complexidade imbricada na realidade, mantendo um compromisso com o social. É a pesquisa que desperta no estudante o desejo pelo saber, move a curiosidade e a investigação como prática, permitindo a produção de um novo conhecimento que tem por consequência aprendizados (SAMPAIO; FREITAS, 2010). O papel do professor nesse cenário é de promover a autonomia e incentivar autodeterminação, formando um sujeito capaz de ouvir, de responder a questionamentos, de defender seu ponto de vista, e mais, sentir-se engajado, motivado pelo processo de aprendizagem e agente de conhecimento (BERBEL, 2011). Ao conceito de Extensão, cabe pensar que é transmitir ou estender um conhecimento à comunidade de maneira a apreender dela também conhecimentos. É por meio da extensão que se tem relevância ética e política do conhecimento (SAMPAIO; FREITAS, 2010). A extensão universitária deve ter três atores: o aluno, o professor e a comunidade, e tem como premissa a aprendizagem de todos os envolvidos. Desse modo, fazer extensão é expandir horizontes do conhecimento, é implicá-lo à prática, à ação, também como uma forma de desenvolver uma comunidade, um lugar onde se identifica necessidades, seja com orientações em várias áreas ou promovendo a solução de problemas e difundindo culturas. Há outros modelos de extensão que vão além da universidade, como uma ação de assistência social que promove cidadania, uma consultoria para o desenvolvimento de empresas, entre outros, porém aqui se trata de extensão universitária: um princípio pedagógico indissociável de ensino e pesquisa. A universidade não pode ser uma instituição que produz sofrimentos e sim que auxilia a pensar sobre eles, por isso, tem como função preparar profissionais capazes de olhar para a realidade, diagnosticar e trabalhar com problemáticas. Através da compreensão da realidade que novos conhecimentos também surgem para dar conta das necessidades criadas (ROSSATO, 2006). A Extensão emerge da necessidade de estabelecer um diálogo entre universidade e sociedade, mas que na maioria das vezes é tida como uma atividade paralela ao ensino e à pesquisa, em que os docentes em suas atividades de ensino e pesquisa devem fazer a pergunta a si mesmos sobre a relevância do que estão fazendo (SAMPAIO, 2005). “A extensão é uma espécie de ‘tempero ético’ que pode dar sabor de vida ao ensino e à pesquisa.” (SAMPAIO, 2005). Cabe, portanto, à Extensão, ações de socialização do conhecimento, de diálogo entre os saberes científicos e populares, para além disso, é promover direitos humanos e transformar o conhecimento em sabedoria, qualificando as atividades acadêmicas com base na ética, visando a transformação da relação entre academia e sociedade. A extensão não vai “consertar” a realidade, sua função é dar relevância ética e política ao conhecimento produzido, é expandi-lo, sempre articulando aluno, professor e comunidade. O mesmo ator, no mesmo lugar, deve fazer ensino, pesquisa e extensão (SAMPAIO; FREITAS, 2010). Para a teoria da aprendizagem sócio-histórica de Vygotsky, é através do processo de internalização das experiências adquiridas na relação com o outro que o ser humano se constitui e aprende. Por isso, deve haver a indissociabilidade (SAMPAIO; FREITAS, 2010). Tal base já estava estabelecida no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, como uma obrigação das universidades, porém sem uma definição clara desse termo. A indissociabilidade não pode ser confundida com juntabilidade (SAMPAIO; FREITAS, 2010), ou seja, uma tentativa de junção de coisas já separadas, é “[...] como se o docente tivesse uma atividade de ensino, outra de pesquisa e outra de extensão e considerasse que a soma das três se chama indissociabilidade.” (SAMPAIO, 2005). Tais princípios pedagógicos precisam ser aplicados no mesmo contexto, no mesmo momento, ou seja, trata-se de fazê-los concretizar no momento da aula, independentemente do lugar. **CONCLUSÕES:** Pensar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão não é tarefa fácil,

Cristiane Dameda

pois precisa compreender das complexidades humanas. Dessa maneira, o professor precisa criar, gerar demanda e dar resposta à demanda também produzindo perguntas, isso significa mover o desejo ao conhecimento e fazer emergir vontades humanas de responder a problemáticas. Se o professor criar um clima de produção, de criatividade, de felicidade, faz mover esse desejo de fazer o bem, faz o ambiente ficar mais agradável, favorável ao aprendizado (SAMPAIO; FREITAS, 2010). Dessa maneira, o Ensino pressupõe o aprendizado de algo que já foi descoberto – é a base. A Pesquisa é o despertar para o novo, para a descoberta; é estimular a curiosidade, podendo ser um conhecimento de ponta algo que o aluno avançou para ele mesmo. Extensão é no sentido de difundir aquele conhecimento de forma a articular os atores e produzir conhecimentos e experiências; intervindo em um lugar, percebendo a relevância daquele conhecimento – tem-se aqui o tripé, eixo fundamental da universidade brasileira (SAMPAIO; FREITAS, 2010). Sendo o conhecimento sempre provisório, o ensino-pesquisa-extensão é um movimento dialético para produzir o novo, a partir do entendimento das complexidades imbricadas ao que se quer conhecer. Daí aprende-se o que já foi produzido, o conhecido, mas as atividades práticas dão margem à produção quando passa pelo corpo, pelo desejo e se aprende a aprender – e assim é ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Ensino. Pesquisa. Extensão.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.

ROSSATO, Ricardo. A Educação Superior no Século XX. In: _____. **Século XXI: Saberes em Construção**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2006.

SAMPAIO, Jorge Hamilton. Extensão Universitária como um dos sentidos necessários para a articulação da indissociabilidade na construção do Currículo. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; NAVES, Marisa Lamônaco de Paula (Orgs.). **Currículo e avaliação na educação superior**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2005.

_____; FREITAS, Marta Helena. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: És tu a universidade que estava por vir ou esperamos por outra? In: FREITAS, Leda Gonçalves de; MARIZ, Ricardo Spíndola; CUNHA FILHO, José Leão (Orgs.). **Educação Superior: finalidades e formação continuada de professores**. Brasília: Universa; Liber, 2010. p. 13-32.

A LINHA COMO ELEMENTO VISUAL NA COMPREENSÃO DA ARTE CONTEMPORÂNEA: EXPERIÊNCIAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Diana Leticia Chiodelli¹, Regiane Angélica Eberts, Janaina Schwambach

¹Acadêmica de Artes Visuais da Unochapecó, dianachiodelli@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O presente relato apresenta experiências de docência originárias de oficina ministrada com alunos do 3º ano do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica Profª Valesca Parizotto em Chapecó (SC), no primeiro semestre do ano de 2015. Denominada “Elementos visuais: a linha” fora realizada pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), no curso de licenciatura em Artes Visuais na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), *campus* Chapecó. Compreendendo-se a apresentação dos elementos visuais enquanto características de importância ao espaço de visualidade em obras de arte, a oficina fundamentou-se na estratégia de tornar a escola espaço de aprendizado em arte contemporânea, a partir da História da Arte, vinculando seus conteúdos na prática pedagógica no espaço cotidiano que vivenciam. As ações dividiram-se em quatro espaços de atividades, auxiliando no engajamento dos estudantes frente ao conteúdo proposto, compreendendo a linha enquanto elemento visual presente na estrutura da imagem da obra de arte, estratégia fundamental para construir relações entre os educandos e a prática em arte. Pois tanto para Fusari e Ferraz (1993) quanto para Dondis (1997), a aproximação dos elementos visuais, no que tange a construção e elaboração da imagem na obra de arte, permite ao educando perceber e aproximá-la de seu espaço cotidiano, compreendendo assim a participação da arte contemporânea na construção e classificação de suas linguagens e significações.

OBJETIVO: Proporcionar a análise e compreensão da linha enquanto elemento predominante no que compõe a obra de arte; contextualizar a história da arte a partir da linha como elemento visual predominante no espaço que principia a construção da imagem; compreender a História da Arte e seus elementos visuais presentes na realidade cotidiana da escola; desenvolver a autonomia para estabelecer critérios de avaliação da arte e sua produção, bem como caracterização da linha no espaço escolar, no que compreende os conceitos de linha e expressividade nos diversos ambientes; instigar a criatividade desenvolvendo assim a capacidade cognitiva e motora.

METODOLOGIA: Com base na Proposta Triangular construída e apresentada por Ana Mae Barbosa (2010) no que contempla o ensino da arte, na construção de uma concepção de aprendizado que se constitua na relação do aluno enquanto sujeito da ação de construção do conhecimento. Tem como base três fatores que preconizam as ações: iniciando o processo na leitura de imagens, permite aos estudantes observar e compreender aspectos relevantes à observação dos elementos que as compõem. Seguindo de elaboração das práticas artísticas com relação à análise realizada no momento anterior, e, finalizando com o espaço da

Diana Leticia Chiodelli, Regiane Angélica Eberts, Janaina Schwambach

contextualização das imagens, em seu processo histórico e social, permitindo ao educando assimilar tais aspectos tornando-o autônomo na construção do conhecimento. Para realização da oficina construiu-se um cronograma com quatro módulos de atividades a serem realizadas de acordo com a relação de objetivos dentro do conteúdo proposto. Na primeira ação encenou-se uma narrativa da história da arte de maneira lúdica, construída pelos bolsistas, introduzindo aos estudantes a constituição da linha e suas classificações a partir de imagens de obras de períodos específicos, na apresentação de um personagem que viajava por estes períodos, retratado de acordo com a faixa etária dos estudantes. Os bolsistas usaram de fantasias para compor personagens, caracterizados a partir de elementos presentes nas fábulas infantis (a bruxa, a vovó, o chapeleiro e o caipira) para tornar o espaço de compreensão da história mais amplo. Os períodos da arte foram selecionados de maneira a apresentar aspectos característicos onde a influência da linha como elemento visual possuía maior relevância (Pré-história, Egito, Grécia, Renascimento e Modernismo). A cada momento, na história em que se chegava ao período específico, algumas atividades eram realizadas com os educandos, visando sua compreensão referente aos espaços de mutação da linha ao decorrer dos desdobramentos da arte ao longo da história, conforme afirma Dondis (1997, p. 16): “[...] apesar dessas modificações, há um sistema visual, perceptivo e básico, que é comum a todos os seres humanos; o sistema, porém, está sujeito a variações nos temas estruturais básicos.” A segunda etapa das atividades objetivou-se na percepção do cotidiano também como espaço de se pensar o fazer artístico. Divididos em grupos pelos bolsistas, de acordo com as classificações da linha (curva, ondulada, reta e mista), eram convidados a percorrer os ambientes externos da sala de aula para observar a presença deste elemento em diferentes objetos e formas que se constituíam. Essa ação torna-se de fundamental importância, pois permite compreensão dos elementos visuais antes apresentados no contexto da obra de arte, presentes também nos espaços em que se experienciam, a partir do estudo realizado, como nos afirma Fusari e Ferraz (1993, p. 74): “[...] educar o nosso modo de *ver* e *observar* é importante para transformar e ter consciência da nossa participação no meio ambiente, na realidade cotidiana.” Nesse contexto, os alunos foram orientados a retornar para a sala e debater a respeito das linhas encontradas no ambiente externo, para afirmar as discussões presentes, realizou-se atividade de concepção da linha como elemento visual que constitui outros elementos, até a complexidade da imagem final da obra de arte, usando tiras de papel crepom presos à um lápis, onde proporcionava realizar movimentos conforme os gestos orientados pelos bolsistas. A terceira ação objetivou a presença das linhas também no que compõem as roupas que usamos e o nosso corpo, os estudantes foram dispostos em direção à parede, onde se encontravam papéis kraft pendurados, às suas costas os bolsistas projetavam luzes de lanternas, conforme a sombra era projetada na folhas de papel presas à parede, os educandos eram orientados a traçar as linhas percebidas nas folhas usando tintas de variadas cores. A atividade de finalização constituiu-se a partir da ação realizada com objetos pertencentes a cada personagem (malas), onde se percorria os espaços da escola juntamente com os grupos de educandos, montados na atividade do segundo módulo de ações, sendo o principal objetivo encontrar o local onde a “mágica” da história se findaria, a abertura das mesmas, para encontrar as surpresas referentes ao conteúdo. Chegando ao espaço, em grupos os estudantes abriam-nas e encontravam linhas nos mais diferentes tipos: barbantes, lãs, fitas, plástico e algodão. Sendo convidados a construir formas sob o espaço do corredor da área coberta da escola, ligando às salas de aula. Dessa forma, possibilitou a construção de uma instalação, caracterizando o espaço do fazer artístico na compreensão de uma linguagem contemporânea da arte. Fora de grande

Diana Leticia Chiodelli, Regiane Angélica Eberts, Janaina Schwambach

importância a ação proposta, pois permitiu aos estudantes, a partir da percepção lúdica, a contextualização e o fazer artístico. **RESULTADOS:** A oficina fora apresentada de acordo com as estruturas de aprendizagem orientada segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental (1997), visando tornar os espaços de ensino da arte amplos, bem como a compreensão da obra de arte também como espaço do cotidiano. A presença da linha como viés de estudo da História da Arte, permitiu aos educandos explorarem as imagens artísticas já parcialmente observadas em momentos anteriores à oficina, sendo possível compreender a necessidade de tornar as imagens objeto de interesse para esse estudo. A intenção de compreender o movimento e a presença da linha em obras de arte, fora de perceber seus aspectos de constituição, ato de se fazer arte, reafirmando a linha vivenciada no estudo de imagens e espaços, participando de uma linguagem contemporânea. Conforme afirma Dondis (1997, p. 53), “[...] a compreensão [...] da construção elementar das formas visuais oferece ao visualizador maior liberdade e diversidade de opções compositivas, as quais são fundamentais para o comunicador visual.” Dessa forma, compreende-se a necessidade de tornar atrativo o espaço de ensino de maneira a dar sustento à necessidade de compreensão do educando na desconstrução da obra para fundamentar a linha em seu conceito e categoria, e retirá-las dos espaços cotidianos para inseri-las na arte contemporânea através da linguagem artística da instalação. **CONCLUSÕES:** A oficina “Elementos visuais: a linha” apresentou, de maneira lúdica, recortes da História da Arte, a partir de um elemento da estrutura visual específico, e sua presença no ambiente. Dessa forma, permitiu maior visibilidade na contextualização da arte e seus períodos históricos, especialmente no que tange a arte contemporânea. Esse processo acarretou no auxílio para a compreensão da arte como um processo histórico que determina-se por diferentes movimentos artísticos, e que a linha, sendo um elemento visual, percorre todos, bem como fortemente na arte contemporânea. A ludicidade na construção das atividades proporcionou maior participação e entendimento dos estudantes frente às discussões engajadas a respeito de questionamentos relevantes às ações que vinham sendo elaboradas. Dessa forma, percebeu-se maior autonomia dos estudantes na execução das atividades, compreendendo e discutindo relações de conhecimento frente aos conteúdos abordados, estreitando a relação entre a arte e o cotidiano da escola.

Palavras-chave: Ensino da arte. Elementos visuais. Linha.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

Referências

DONDIS, D. A. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FUSARI, M. F. de; FERRAZ, H. C. de T. **Metodologia do ensino da arte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PROGRAMA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DEFICIÊNCIAS: AÇÕES E RESULTADOS

Dirce Monego Dick¹, Talita Lauschner Castelli, Marla Conceição Fim, Clarete Trzcinski

¹Assistente Social da APAE; mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, dirce.dick@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Carlos (SC) atende pessoas com deficiência intelectual ou múltipla dos municípios da área de sua abrangência, que são: São Carlos, Águas de Chapecó, Planalto Alegre, Caxambu do Sul e Cunhataí. Atende 105 educandos que recebem atendimento pedagógico, incluindo as áreas de Artes, Educação Física e informática, e equipe clínica. Também atende 32 usuários que recebem atendimento da equipe clínica, composta por profissionais de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, serviço social, psicologia, psiquiatria, neuropediatria e nutrição. Dos 137 usuários atendidos, 85% deles provêm de famílias consideradas em situação de vulnerabilidade e risco social, que são pequenos agricultores e/ou arrendatários, e 15% residem em condições razoáveis, em bairros ou centro dos municípios atendidos. Destaca-se que muitas das pessoas com deficiência recebem os benefícios de Pensão Especial Estadual ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e algumas famílias são beneficiárias do programa Bolsa Família. O acesso nos programas de renda é um determinante importante para sua qualidade de vida, isso porque além de garantir o acesso a bens e serviços, possibilita a pessoa com deficiência a satisfação de suas necessidades básicas. Com o progresso do conhecimento científico, esperava-se na atualidade que a taxa de incidência de deficiências diminuiria gradativamente, mas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), percebe-se que isso não vem ocorrendo, devido ao alto índice de bebês com deficiência e/ou atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 70% das deficiências poderiam ser evitadas através da priorização de ações de prevenção. As ações de prevenção são muito mais baratas se comparadas com a reabilitação, que tem necessidade de tecnologias mais avançadas e de técnicos especializados. A partir desse entendimento, no ano de 2012, a Federação Estadual das APAEs de Santa Catarina lançou o “Programa Saúde e Prevenção de Deficiência”, devido aos elevados índices de deficiências e/ou atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, entendendo que muitas das deficiências podem ser evitadas com medidas simples de prevenção e informação.

OBJETIVO: Analisar o desempenho e a efetividade do Programa Saúde e Prevenção de Deficiências.

METODOLOGIA: A APAE de São Carlos iniciou a execução do Programa em 2012, mas de fato foi efetivado em 2014. O programa foi desenvolvido na região tendo como foco principal a atuação preventiva, com o intuito de sensibilizar, capacitar, informar e orientar sobre a necessidade dos cuidados prioritários com a própria saúde, evitando assim as situações de risco. Os fatores de risco são: a prematuridade, o baixo peso

Dirce Monego Dick, Talita Lauschner Castelli, Marla Conceição Fim, Clarete Trzcinski

ao nascimento e a anóxia perinatal. Apesar de esses fatores apontarem para um déficit no desenvolvimento, existe uma dificuldade em se detectar nos primeiros quatro meses de vida dos bebês, principalmente aquelas anormalidades consideradas leves, período caracterizado pela variabilidade do comportamento, bem como alterações do tônus muscular, atividade postural, reflexão e habilidades funcionais. O programa foi direcionado para diferentes públicos das áreas da Saúde, Assistência Social e Educação, através de palestras de caráter educativo. As palestras abrangeram os três níveis de prevenção: a primária, secundária e terciária. A atenção primária tem por finalidade identificar, remover e reduzir fatores de risco que possam causar algum tipo de deficiência. A atenção secundária ocorre quando os fatores de risco já estão instalados, nesse nível faz-se necessária uma avaliação com profissionais de diferentes áreas de conhecimento. A atenção terciária ocorre quando a deficiência e o atraso já estão instalados, objetiva diminuir os efeitos causados, proporcionando maiores nível de independência. Quando são identificados alguns dos níveis, os usuários são encaminhados para a APAE, onde é realizada a avaliação interdisciplinar que conta com profissionais de assistência social, fisioterapia, fonoaudiologia, pedagogia, psicologia, terapia ocupacional, caso necessário, conta-se ainda com o serviço de neuropediatria e psiquiatria. A partir de então, a APAE direciona os usuários para seus serviços e/ou realiza encaminhamentos especializados. No decorrer das atividades, a equipe responsável sentiu a necessidade de expandir o programa para outros grupos, as gestantes, agentes de saúde, para a equipe médica das unidades de saúde, beneficiários do programa Bolsa Família, grupo pró-jovem, equipe de Estratégia de Saúde da Família, aos cursos de noivos e de batismo, aos professores da pré-escola. Visando uma maior participação dos grupos foi realizada a divulgação nos meios de comunicação, como a imprensa falada (rádio local). **RESULTADOS:** A abrangência do público alvo foi de 530 pessoas. De acordo com os relatórios, percebeu-se que uma ampla cultura está sendo construída e reproduzida nos públicos. Entende-se que é possível diminuir os índices de violência através da prevenção. As ações desenvolvidas foram específicas para cada grupo; nos beneficiários do programa Bolsa Família, as palestras tiveram o intuito de apontar as ações da APAE, bem como mostrar quais são as deficiências, os fatores de risco. Estima-se que a grande maioria do público teve um bom entendimento e aproveitamento, monitorado através da participação, da atenção do público nas informações, nos muitos questionamentos realizados. Constatou-se que no grupo do Programa Bolsa Família, as pessoas possuem baixo nível de escolaridade, mas que, com uma dinâmica clara, foi possível a absorção do conhecimento repassado. No grupo de adolescentes do Pró-Jovem do município de São Carlos, as ações de prevenção direcionaram-se para informações da importância do uso de preservativos, evitando gravidez precoce, bem como os principais fatores de risco, o uso e abuso de álcool e outras drogas, nutrição, sobre a convivência familiar e seus fatores de conflito, em situações de uma gravidez indesejada, dentre outros assuntos vislumbrados como de interesse dos jovens. O público adolescente demonstrou muitas dúvidas, medos, inseguranças, mas também demonstrou distração, arrogância, teimosia, e falta de informação. No grupo Pró-Jovem e os beneficiários do programa Bolsa Família, totalizou-se 250 pessoas. Nas equipes clínica do programa Saúde da Família, teve a participação de médicos pediatras, ginecologistas, clínico geral, enfermeiros, técnicas de enfermagem. Nas palestras, apresentou-se informações da APAE, sobre o serviço de estimulação essencial da APAE. Observou-se que nas unidades de Saúde em que o programa abrangeu, existe a falta de estrutura humana, visível através dos poucos profissionais existentes, entretanto, houve aceitação do conteúdo e relevante discussão. Os principais assuntos apresentados no grupo foram: o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, a importância da estimulação

Dirce Monego Dick, Talita Lauschner Castelli, Marla Conceição Fim, Clarete Trzcinski

essencial, e, quando prognosticar deficiências, saber a quem encaminhar e como realizar os encaminhamentos. Com o grupo das agentes comunitárias de saúde, as palestras se direcionaram para as ações desenvolvidas pela APAE, sobre os objetivos e a importância do programa de Prevenção de Deficiências e como identificar as deficiências. As agentes de saúde participantes foram dos cinco municípios de abrangência da APAE (São Carlos, Cunhataí, Águas de Chapecó, Planalto Alegre e Caxambu do Sul). Demonstraram boa aceitação do tema e elevada participação através de questionamentos advindos das suas experiências práticas. No grupo de gestantes, as informações repassadas foram sobre a importância da atenção no momento do parto, dos testes existentes e os exames que devem ser feitos nos primeiros dias do nascimento. Na importância da observação do comportamento e no desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida. No grupo de gestantes, teve-se a participação de duzentas pessoas. No grupo de educação infantil, a presença foi de pedagogos(as) e estagiários(as). Muitos foram os questionamentos, principalmente de situações vivenciadas pelo público. No curso ofertado aos cursos de batismo, teve-se a presença de pais e padrinhos. No encontro foram debatidos assuntos referentes aos cuidados durante a gestação, exames, alimentação, como identificar atrasos no desenvolvimento e a entrega da cartilha sobre desenvolvimento motor normal. Abordou-se também sobre as deficiências e a importância da estimulação essencial. A participação foi considerada ótima. No grupo de professores da rede municipal infantil, participou alunas do magistério. Entre os grupos de professores, os cursos de Batismo de Noivos, foram totalizados um número de oitenta pessoas. **CONCLUSÕES:** Os resultados foram positivos a partir das ações desenvolvidas. Além da participação de todos os grupos, após as ações desenvolvidas, observou-se a procura por avaliações de crianças em situações de risco e/ou atrasos, sendo incluídas três crianças no serviço de estimulação essencial. Entende-se que com as ações desenvolvidas nos diversos grupos, foi possível conscientizar a comunidade no que diz respeito às deficiências, no que diz respeito a estimativas desde a implantação do programa em nível estadual, que gerou uma diminuição nos índices de nascimentos com deficiência. Nos municípios de abrangência da APAE de São Carlos houve aumento dos encaminhamentos para triagem e avaliação diagnóstica. O resultado do programa mostra que houve um aumento no nível de conhecimento dos participantes, visível na diminuição do preconceito e na aceitabilidade com relação às avaliações realizadas na APAE. O trabalho desenvolvido pela APAE foi de extrema importância. Também houve ampliação de parcerias firmadas e multiplicação de agentes na prevenção em diferentes setores da comunidade. Devido a importância da prevenção, as ações do programa devem ser ampliadas para outros espaços, visando a garantia de direitos para as pessoas com deficiências.

Palavras-chave: Prevenção de deficiência. Fatores de risco. Conscientização. Qualidade de vida.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <censo2010.ibge.gov.br>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>.

ESTUDO DA REALIDADE RURAL: DESAFIOS DA ATIVIDADE LEITEIRA EM ARVOREDO (SC)

Edilaine Artner¹, Lucas Carraro, Jonas Mocelin, Gustavo Conte Rosina, Carlos Eduardo Arns

¹Acadêmica de Agronomia da Unochapecó, edilaine@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A disciplina Estudo da Realidade Rural (ERR) tem como elemento estruturante do processo de ensino-aprendizagem a integração da pesquisa e extensão ao ensino. Para tanto, utilizou-se teórica e metodologicamente do desenvolvimento local, da pesquisa-ação e do planejamento participativo, onde o processo de desenvolvimento rural é a transformação consciente da realidade de um determinado local (MILANI, 2004). Na atualidade, entende-se que o desenvolvimento local não está relacionado apenas com o aumento do capital, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e consequentemente com a conservação do meio ambiente. Estes fatores estão inter-relacionados e são interdependentes (PETITINGA, 2008), por isso, trabalhou-se não apenas baseando-se em capital financeiro, mas com as melhorias que a atividade agrega à propriedade e ao local onde está inserida. **OBJETIVO:** Apresentar os desafios da atividade leiteira de Arvoredo (SC), identificados no trabalho desenvolvido pela disciplina de ERR do curso de Agronomia da Unochapecó, realizado pelos educandos do sétimo período, no primeiro semestre de 2015. **METODOLOGIA:** Os trabalhos da disciplina se desenvolveram em cinco momentos distintos e complementares entre si: O primeiro momento inicia-se com a sensibilização e preparação, que envolve os sujeitos locais e os acadêmicos, com o suporte teórico metodológico com foco no desenvolvimento rural. O segundo momento constitui-se no trabalho de levantamento a campo das informações secundárias e primárias, através de entrevistas semiestruturadas junto às diferentes entidades públicas e privadas e a aplicação de um questionário (69 questões) às famílias de agricultores, que posteriormente foram complementadas com outros dados/informações coletadas em outras fontes disponíveis (meios eletrônicos). O terceiro momento constitui-se da sistematização e análise das informações e produção do diagnóstico da realidade estudada. Em um quarto momento, foram elaboradas propostas de programas de Desenvolvimento Rural (Proder), a partir dos principais problemas identificados pelo estudo e pela proposição dos atores locais. E para finalizar, no quinto momento é realizado o seminário de devolução dos resultados (diagnóstico e proposição de programas de Desenvolvimento Rural). Nesta pesquisa foram aplicados questionários com 69 questões, das quais, trinta trataram de indagar sobre a bovinocultura de leite nas 171 propriedades rurais pesquisadas em Arvoredo (SC). O Brasil está entre os seis maiores produtores mundiais de leite, com cerca de 1,3 milhões de produtores, tendo os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Paraná e Santa Catarina como os principais responsáveis por esses bons resultados nos últimos anos (BANCO DO BRASIL, 2010). A cadeia

Edilaine Artner, Lucas Carraro, Jonas Mocelin, Gustavo Conte Rosina, Carlos Eduardo Arns

produtiva do leite e seus derivados desempenham papel relevante no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda para a população, principalmente em pequenas propriedades (BANCO DO BRASIL, 2010). No oeste catarinense, a diversificação produtiva que caracteriza a pequena propriedade rural é um fator importante para a sustentabilidade da agricultura familiar (TESTA, 2003), com destaque para a bovinocultura de leite como uma das atividades mais representativas desta região, que já se constituiu na maior bacia leiteira do estado de Santa Catarina (FISCHER, 2011), tendo um papel econômico e social muito importante, contribuindo para a redução do êxodo rural (RAMM, 2010). **RESULTADOS:** Como resultado do trabalho da disciplina de ERR em Arvoredo, especialmente da atividade leiteira, pode-se destacar que 80% das famílias do município possuem a atividade leiteira em seu sistema de produção. Nestas propriedades a produção varia entre trezentos a novecentos litros de leite/mês. Fica evidente que a atividade leiteira é de pequena escala, pois apenas 21,6% dos estabelecimentos tem produção mensal superior a quatro mil litros de leite, e os demais com uma produção muito baixa, acabam por reduzir a média mensal do município. Essa pequena escala pode ser explicada por fatores como escassa mão de obra e as pequenas extensões de terra das propriedades. Sendo que destas últimas, cerca de 26% possuem mais que trinta hectares e as demais possuem áreas menores, variando de cinco a trinta hectares. Verificou-se ainda que 52% dos produtores de Arvoredo pretendem expandir a produção leiteira, e apenas 17% tem o intuito de diminuir com a atividade, e o principal limitante é escassez de mão de obra, resultado do êxodo rural. Outros fatores, como as pequenas áreas de terra e a desvalorização do produto, demonstram a dificuldade de se manter o sucessor na propriedade e podem agravar ainda mais os problemas do meio. A baixa qualificação da produção, a burocracia para obtenção de recursos financeiros e a dificuldade de acesso ao conhecimento técnico são os fatores que mais dificultam para as pequenas propriedades acompanharem as inovações tecnológicas. As exigências do mercado promovem o aumento da escala e, por consequência, a concentração da produção. Com relação à alimentação das vacas o estudo verificou que no período de verão são utilizadas pastagens anuais, destacando-se o capim Sudão, em 79% das propriedades, enquanto no período de inverno as pastagens anuais que se destacam são aveia e azevem, em 93% das propriedades, devido ao menor custo de implantação. Dentre as pastagens perenes, 75% das propriedades utilizam o Tifton e Brachiária, que juntas totalizam 54% das áreas utilizadas para pastejo. Este estudo apontou ainda que 76% dos produtores do município ofertam aos animais alimentação no cocho e, destes, 93% ofertam a alimentação em horários relacionados à ordenha. Em mais de 70% das propriedades a alimentação é composta por silagem e ração. A distribuição desta alimentação se dá principalmente das seguintes formas: alimentação ofertada de acordo com a produção, realizada em 52% dos estabelecimentos, e alimentação de forma igual a todos os animais lactantes em 45% das unidades, observa-se que na maioria dos estabelecimentos a visão de melhor rendimento econômico é aliada a melhor nutrição animal. Na pesquisa também se pode constatar que aproximadamente 85% dos estabelecimentos de Arvoredo realizam a inseminação artificial, buscando melhorar a genética do rebanho, visando aumentar a produção e a rusticidade animal, o controle de doenças, a padronização do rebanho, dentre outras vantagens. Em relação ao preço por litro pago ao produtor, observa-se que 19% não souberam informar o valor pago por litro de leite vendido, devido à falta de acompanhamento dos custos da atividade leiteira, em que 77% dos produtores não fazem contabilidade dos custos. Constatou-se a grande importância do cooperativismo para a agricultura familiar, principalmente na produção leiteira, onde há uma grande necessidade de assistência e auxílio aos agricultores. Em Arvoredo,

Edilaine Artner, Lucas Carraro, Jonas Mocelin, Gustavo Conte Rosina, Carlos Eduardo Arns

74% dos estabelecimentos afirmaram receber algum tipo de apoio das empresas/cooperativas, dentre estes, destaca-se a assistência técnica e veterinária, cursos, palestras, medicamentos, entre outras formas de assistências. A partir dos dados coletados, observou-se que 40% dos produtores de leite não fazem anotações para o acompanhamento individual dos animais, fator que é muito importante para o controle destes, podendo assim ter um melhor gerenciamento do plantel, como histórico reprodutivo e sanitário. A pesquisa revela ainda que apenas 7% das famílias fazem uso de algum modelo de gestão. Diante de alguns dos dados levantados pelo estudo sobre o contexto (que envolve) da atividade leiteira, atualmente, em Arvoredo, foi possível identificar alguns dos principais problemas da atividade leiteira, que podem ser assim sintetizados: falta de mão de obra, pouca área para ampliação da atividade leiteira, falta de assistência técnica, falta de controle no desempenho da atividade, baixa produtividade do rebanho leiteiro, baixa qualidade e alto custo da alimentação, dentre outros. Destes decorrem alguns dos principais desafios da atividade: melhoramento dos indicadores de desempenho, incorporação de tecnologias capazes de melhorar a produtividade do trabalho e da terra, capacitar técnica e organizacionalmente os produtores para a compreensão da atual complexidade da cadeia produtiva do leite, entre outros. Com a finalidade de superação dos desafios encontrados pelo estudo no município, foram elaboradas propostas de programas de desenvolvimento rural, dentre as quais a proposta de um programa de melhoramento da produção leiteira. A proposta do programa é constituída de uma introdução, justificativa, uma análise contextual da atividade leiteira, os objetivos, os quais se desdobram em linhas estratégicas que, por sua vez, são detalhadas em ações estratégicas, para as quais são definidas atividades. Os objetivos específicos definidos foram: capacitar e treinar técnicos e agricultores, para viabilizar a produção e qualidade do produto; estimular o melhoramento genético do plantel de animais da atividade leiteira; fornecer planos de melhorias no manejo de pastagens forrageiras aplicadas a bovinocultura leiteira; Estimular uma assistência técnica adequada e contínua, capaz de conduzir estas famílias na busca do melhoramento. E a partir destes, foram elaboradas linhas estratégicas como: Capacitação técnica; Inseminação artificial; Reposição de novos animais; Conhecer os limites e potencialidades das propriedades; Formular plano de Pastoreio Racional Voisin (PRV); Assistência técnica adequada e contínua. Por fim, para alinhar todas as anteriores, foram idealizadas as ações estratégicas: Promover cursos sobre a atividade; Capacitar técnicos no Município para efetuar o trabalho; Adquirir animais frutos de melhoramento genético comprovado; Elaborar um banco de dados do histórico da propriedade; Fazer parcelas que deverão ter dimensões e rendimentos forrageiros iguais; Estimular os agricultores para a adoção das orientações propostas.

CONCLUSÕES: Este trabalho de pesquisa, sistematização de dados e elaboração de propostas de programas de Desenvolvimento Rural e devolução dos resultados para a comunidade, realizado (propiciado) pela disciplina de Estudo da Realidade Rural (ERR), proporcionou aos acadêmicos, de maneira geral, uma experiência prática de integração entre ensino, pesquisa e extensão, aplicando conhecimentos técnicos nas mais diversas situações de campo e aproximando o acadêmico à comunidade regional. Este relato nos permite entender que a atividade leiteira exige a compreensão sistêmica do rebanho, nutrição, mão de obra, infraestrutura, recursos financeiros, capacitações, sua forte integração com outras atividades dos sistemas de produção, bem como o programa está relacionado/interdependente de outros programas do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Ensino de Agronomia. Desenvolvimento rural. Bovinocultura de leite.

Edilaine Artner, Lucas Carraro, Jonas Mocelin, Gustavo Conte Rosina, Carlos Eduardo Arns

Fonte financiadora: Prefeitura Municipal de Arvoredo (SC).

Referências

BANCO DO BRASIL. Bovinocultura de Leite. **Desenvolvimento Regional Sustentável**: Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas. v. 1. Brasília, set. 2010. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Vol1BovinoLeite.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

FISCHER, Augusto et al. Produção e Produtividade de Leite do Oeste Catarinense. **RACE**, Unoesc, v. 10, n. 2, p. 337-362, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/viewFile/1681/pdf>>. Acesso em: 17 set. 2015.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas. Escola de Administração da UFBA. Bahia, 2004. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12637/8905>>. Acesso em: 30 set. 2015.

PETITINGA, Carolina Santos. **Mais Definições em Trânsito**: Desenvolvimento Local. 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/DESENVOLVIMENTOLOCAL.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.

RAMM, Deisi Ines. **Produção Leiteira**: Desafios e Percepção dos Produtores Frente às Estratégias Agroindustriais. Chapecó, 2010. Disponível em: <<http://fleming.unochapeco.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000063/000063AE.PDF>>. Acesso em: 17 set. 2015.

TESTA, Vilson Marcos et al. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico_cientifica/DOC_26341.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR SOBRE A PERSPECTIVA DA METODOLOGIA DE ENSINO

Edilaine Franz¹, Marizete Lemes da Silva Matiello

¹ Acadêmica de Educação Física da Unochapecó, edilainefranz@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O presente trabalho surge a partir da disciplina de Estágio Supervisionado I em Educação Física, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), ocorrido no primeiro semestre de 2015, que se deu a partir da busca para compreender a prática docente no âmbito escolar. Diante disso, foi realizada observação de professores durante o primeiro semestre deste ano que, registradas em diário de campo, foram posteriormente submetidas a uma análise qualitativa dos dados a partir de levantamentos bibliográficos em educação especial e metodologias de ensino, na qual, ao final do componente curricular, foi socializada numa sessão de *banners* para os colegas de turma e professores. As observações foram realizadas em uma escola de educação especial da cidade de São Carlos (SC). O trabalho buscou mostrar a importância e a contribuição do estágio no processo de formação inicial, procurando trazer experiências e discussões sobre os aspectos pedagógicos e a aproximação com os conteúdos vistos em sala, ajudando a desenvolver um profissional crítico, que constrói sua identidade profissional e o forma para a prática docente. Para Pimenta e Lima (2004), o estágio é um campo de conhecimento que se produz na interação entre cursos de formação e o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Com efeito, observando a prática pedagógica da professora da escola citada, foi constatado que um dos temas que ficou mais em evidência ao longo das aulas foi em relação a metodologia de ensino da Educação Física, que se notou ser inexpressiva. Sendo assim, uma das categorias analisadas nesse trabalho foi em relação a essa temática. Concordamos com Lopes (2013, p. 10) ao citar que “metodologias adequadas são a chave para se dar conta do desafio”. Nesse sentido, vemos a relevância deste trabalho, no qual podemos perceber o quão importante é ter uma metodologia adequada para o ensino nas aulas de educação física, e que temos que pensar que todos os sujeitos são capazes de aprender, seja ele com ou sem deficiência, além de fazer parte da função social do professor saber ensinar e como ensinar. **OBJETIVO:** Identificar, (re)conhecer e analisar práticas pedagógicas em Educação Física a fim de compreender o papel do professor nos diferentes campos de intervenção. **METODOLOGIA:** Este trabalho foi elaborado na disciplina de Estágio Supervisionado I, no terceiro período do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), *campus* Chapecó, no primeiro semestre de 2015, que transcorreu através de observações no decorrer do mês de abril e maio, no turno matutino e vespertino, numa escola de educação especial de São Carlos (SC), tendo atualmente cento e sete alunos, todos com deficiência intelectual e alguns com demais

Edilaine Franz, Marizete Lemes da Silva Matiello

particularidades. A atividade central desse estágio foi a realização de vinte horas/aula de observações da prática pedagógica no contexto da educação especial. As observações foram anotadas em diário de campo para posterior análise qualitativa dos dados. **RESULTADOS:** A metodologia precede do planejamento das atividades, é o “como” vamos ensinar, sendo sua escolha imprescindível para a prática docente. É importante que o professor tenha “[...] os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente.” (CIDADE; FREITAS, 2009, p. 15). Conhecendo o aluno, o professor precisa adequar a metodologia a ser adotada, levando em consideração em que grupos de alunos haverá maior facilidade para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos; por quanto tempo o aluno pode permanecer atento às tarefas solicitadas; os interesses e necessidades do aluno em relação às atividades propostas; dentre outros (CIDADE; FREITAS, 2009). Ao longo das observações constatamos a falta de interesse de alguns alunos com as atividades propostas pela professora. Percebe-se que a professora pouco os estimulava para desenvolver as atividades, deixando-os sem participar das mesmas e impedindo o desenvolvimento destes. De acordo com as observações, a professora da escola especial não apresenta desenvolver suas aulas dentro de uma metodologia de ensino ideal para os seus estudantes, pois ela não as planeja, são desestimulantes e as atividades são sempre as mesmas. Se a professora realizasse atividades atrativas, que chamasse a curiosidade dos alunos, estes não teriam tempo para ficarem parados como ocorre frequentemente. Segundo Lopes (2013, p. 8), “[...] é preciso ter muita criatividade e conhecimento para que se possa ter habilidades e conhecimentos acerca de como se deve trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais [...]”, isto é, o professor deve ser capaz de compreender seus alunos, suas necessidades e procurar formas de chamá-los a participar das atividades, utilizar diversas maneiras e variá-las, os mantendo ativos na aula. Dessa forma, concordo com Cidade e Freitas (2009) ao citar que o professor deve aplicar uma metodologia adequada à compreensão dos alunos, usando estratégias e recursos que despertem o interesse e a motivação dos mesmos, incentivando a expressão e a criatividade. Lopes (2013, p. 8) cita que “[...] criar metodologias realmente eficazes é uma tarefa muito árdua e precisa de muito empenho para obter resultados [...]. O professor tem que conhecer detalhadamente cada passo do processo de ensino-aprendizagem [...]” Como as atividades são sempre as mesmas, os materiais utilizados também, dessa forma, concordamos com Soler (2006) ao dizer que o material utilizado interfere diretamente na qualidade e no aprendizado e que para crianças com deficiência, a variedade de materiais é muito motivadora e enriquecerá o aprendizado. Quanto às atividades utilizadas nas aulas, aprovo a fala de Cidade e Freitas (2009) ao colocar que todas as atividades devem considerar as potencialidades e limitações da pessoa com deficiência, bem como devem ser realizadas de maneira constante, progressiva e regular, o que não foi visto na prática pedagógica da professora. Percebe-se que esta progressão não foi vista, não há uma sequência pedagógica, as aulas não são planejadas e sequer possuem um objetivo claro para cada uma. Soler (2006) coloca que o professor deve elevar gradativamente o grau de dificuldade das atividades; nunca improvisar, planejando sempre as aulas; demonstrar o exercício para que o aluno possa ter uma visão global da tarefa a cumprir; registrar as aulas, pois é uma forma de avaliar o progresso. Outro ponto que chama a atenção na prática pedagógica da professora é como ela avalia seus alunos, sendo que nunca houve explicação do objetivo da aula, bem como nunca ocorreu um *feedback* durante e no final da mesma. A avaliação é de suma importância para reorganizar ou prosseguir com os conteúdos e a partir daí, dar sequência nas aulas. Consinto com a fala de Lopes

Edilaine Franz, Marizete Lemes da Silva Matiello

(2013, p. 8) quando diz que “[...] é necessário fazer o aluno entender como está sendo avaliado e quais são as metas que se espera dele. E no final do processo sempre deve haver um *feedback*, para que [...] se possa reavaliar o trabalho para que sejam feitos os ajustes necessários.” Vendo isto, percebemos que as metodologias desta professora precisam ser repensadas. Este autor ainda afirma que as metodologias mudam o tempo todo de acordo com cada realidade e por isso o desafio é tão grande para o professor de alunos com necessidades educacionais especiais. “Metodologias adequadas são a chave para se dar conta do desafio.” (LOPES, 2013, p. 10). Não existe a que seja mais correta, pois depende de fatores envolvidos nesse processo, como o método de aprendizagem, a observação de cada aluno, a forma de nos expressarmos com ele e, também, os níveis pessoais dos alunos e do professor (ibidem, 2013). Precisamos entender que cada deficiência apresenta sua limitação, e em cima disso, tomar as decisões corretas acerca das metodologias mais adequadas para cada estudante e cada realidade escolar (ibidem, 2013). Todas as pessoas têm suas competências, cabe ao professor selecionar as atividades corretas para cada um, para que se sintam capazes de realizá-las. E como bem acrescenta Lopes (2013, p. 11), “[...] é esse o desafio do trabalho com as deficiências: conhecê-las e incorporar a metodologia mais adequada.” **CONCLUSÕES:** Através deste trabalho concluímos que a professora não possui uma prática pedagógica adequada para seus alunos, em particular se tratando de metodologia, elemento fundamental e imprescindível para uma boa atuação docente e, conseqüentemente, um melhor aprendizado dos educandos. A professora precisa rever seu papel como mediadora no processo ensino-aprendizagem dos alunos. Sendo estas pessoas com deficiência, necessitam de um método que dê conta de compreender o que a professora está propondo a eles. Primeiro, vejo que a professora deve estudar com mais afinco cada aluno, individualmente, e aprofundar-se das suas potencialidades, dos seus problemas, necessidades e dificuldades, para depois, planejar a aula com base nele e na turma em que está inserido, não deixando ninguém de fora das atividades e proporcionando o máximo de desenvolvimento a cada um. A professora precisa adotar uma metodologia que trabalhe progressivamente as atividades, de modo processual e contínuo, para que os alunos apreendam da melhor maneira possível e desenvolvam-se cada vez mais. Além disso, os alunos devem ser incentivados e estimulados a participar. A professora deve criar aulas prazerosas e produtivas, utilizando da criatividade, da variedade de materiais e dos amplos temas que a Educação Física oferta, deixando de lado suas aulas repetitivas, sem objetivos, sem planejamento, com conteúdo escasso, além de não realizar uma avaliação qualitativa dos seus alunos no sentido de ver se a aula atingiu os objetivos almejados e se as atividades realizadas corresponderam ao esperado, buscando então, mudar o seu método, ver o que pode ser melhorado, o que deve ser modificado etc. E para finalizar, é necessário dizer que a experiência desse estágio proporcionou um enorme aprendizado, pois deseja-se transformar essa realidade e atuar como professores de Educação Física que realmente se importam com o processo de ensino aprendizagem de qualquer estudante, sejam eles com ou sem deficiência.

Palavras-chave: Educação Física. Metodologia. Alunos com deficiência.

A CULTURA DO BRINCAR NOS RECREIOS ESCOLARES

Edilaine Franz¹, Joice Peruzzo, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

¹ Acadêmica de Educação Física da Unochapecó, edilainefranz@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O presente texto apresenta um estudo de caso realizado ao longo da implementação do componente curricular de Educação Física e Infância, no primeiro semestre de 2015, no terceiro período do curso de Educação Física (licenciatura) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). O processo e seus resultados foram socializados e analisados ao final do referido componente curricular em forma de sessão de *banner* comentado, com posterior reflexão coletiva. A atividade fez parte de um conjunto de atividades de aprendizagem e foi realizada ao longo do semestre com o objetivo de ampliar o conhecimento dos estudantes, como futuros professores de Educação Física, acerca da infância e suas características, com vista à construção de habilidades e competências para mediar o processo de construção de conhecimentos nesse âmbito. O estudo de caso objetivou identificar a cultura do brincar presente no recreio escolar de crianças em uma escola municipal situada na cidade de Rondinha (RS) e em uma escola estadual da cidade de São Carlos (SC). O recreio escolar precisa ser compreendido como tempo e espaço possível para a interação com o outro e a manifestação de diferentes formas culturais de agir em contexto e produzir modos de vida. Mais do que outras atividades educacionais, é no recreio que as crianças e adolescentes, mesmo que sob certos aspectos agem de forma vigiada, podem expressar-se de forma mais espontânea. Nesse sentido, segundo o parecer CEB 02/2003, os momentos dos recreios podem se transformar em excelentes oportunidades para os educadores conhecerem melhor os educandos, assim como para exercerem a sua função educativa. No recreio estão em jogo acordos, conhecimentos, emoções, valores, crenças, formas de brincar e de se relacionar. Para Souza (2009), o recreio é lugar de relações entre as crianças, e por ser permeado por culturas infantis, caracteriza-se como o espaço da criação e da aprendizagem. Nesta perspectiva, defendemos a relevância do projeto, cuja organização ocorreu a partir de um levantamento bibliográfico sobre infância e recreio escolar. Após, a escolha da forma como a coleta de dados ocorreria e a análise dos mesmos, conforme a seguir apresentado. **OBJETIVO:** Identificar a cultura do brincar presente no recreio escolar, reconhecendo as brincadeiras presentes e quem participa, bem como, verificar a estrutura dos ambientes disponíveis para as brincadeiras e como estas são usadas e, não obstante, identificar se a escola possui e/ou oferta uma proposta pedagógica para orientações das brincadeiras no recreio. **METODOLOGIA:** O presente estudo de caso foi realizado como atividade de aprendizagem no componente curricular Educação Física e Infância, do curso de Educação Física, licenciatura, da Unochapecó, no primeiro semestre de 2015, com mais 13 casos, tendo por foco o tema: a constituição da

Edilaine Franz, Joice Peruzzo, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

infância em nossas comunidades. A pesquisa foi feita por amostragem com crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Rondinha e de uma escola estadual de São Carlos. A coleta de dados ocorreu em forma de observação, com anotações em diário de campo, de crianças presentes no recreio escolar. Foram realizadas três observações em cada instituição, que ocorreram ao longo do mês de maio de 2015, no turno matutino, para o qual recebemos autorização dos gestores escolares. As escolas observadas serão denominadas por escola A, do município de Rondinha, e escola B, do município de São Carlos, para preservar a identidade das mesmas e para manter a ética nesse trabalho. Também foi realizado análise documental e uma entrevista com um gestor de cada instituição. Os dados serão mostrados a seguir, de forma qualitativa, segundo metodologia apresentada por Bardin (2011). **RESULTADOS:** É importante salientar a necessidade de a escola ofertar espaços para brincar, pois na brincadeira há a possibilidade de “reorganizar experiências” e, desta forma, construir conhecimento (PEGURINI; MOHR, 2008). Compreende-se o recreio como um momento oportuno para a realização do brincar. Com as observações realizadas nas escolas A e B, constatamos que as mesmas possuem uma cultura de recreio bastante próxima e oferecem amplos e diferentes espaços para os alunos brincarem e realizarem diversas atividades. O recreio da escola A possui duração de vinte minutos e tem um “agente de apoio educacional e disciplinar”, denominado de “monitor” pelos alunos e professores. Esse papel, segundo o Artigo 66 do regimento desta escola, deve ser exercido por um membro do quadro efetivo do magistério público municipal e tem como atribuições controlar a movimentação dos alunos no recreio escolar e em suas mediações (RONDINHA/RS, 2010). Este monitor, em colaboração com as funcionárias da cozinha, orientavam os alunos, zelando pela disciplina, bem-estar e ordem escolar. Como medida preventiva, a escola faz os alunos do Pré-Escolar, por serem menores, sair alguns minutos antes ao recreio. Já os demais alunos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental saem momentos antes dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental. O recreio da escola B tem duração de 15 minutos e ocorre ao mesmo tempo para toda a Educação Básica. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (SÃO CARLOS/SC, 2014) desta escola, “[...] como complementação de carga horária serão feitos recreios dirigidos.” No entanto, segundo a gestora, raramente são realizadas atividades dirigidas com os estudantes, mas realizam recreio monitorado, ou seja, os professores auxiliam, acompanham e observam as crianças, intervindo no que for necessário. Durante as observações realizadas, vimos várias professoras realizando este procedimento. É importante lembrar que o recreio pode se afirmar como um importante espaço para a contextualização das aulas, podendo o professor valer-se de situações que ocorram durante o mesmo (PEGURINI; MOHR, 2008). Tendo a Educação Física o papel de fazer conhecer a cultura corporal de movimento, ela é extremamente importante na cultura do brincar presente nos recreios escolares. Quanto às brincadeiras realizadas, na escola A, os alunos usufruíram de todos os brinquedos/equipamentos disponíveis no parquinho, como escorregadores, balanços, gira-gira e gangorra. No espaço aberto e nos corredores brincavam de pega-pega, polícia e ladrão, jogavam cartas e pulavam corda. Algumas meninas maiores e uns poucos meninos conversavam ao mesmo tempo em que caminhavam pelos corredores, ou então, sentavam nos bancos ou liam algum livro próximo à biblioteca. Esta fica aberta para quem optar por um espaço mais calmo e, ainda, tendo o acompanhamento de uma professora, além de mesas e cadeiras disponíveis para o melhor aconchego à leitura. As salas de aula ficam fechadas neste período. Na escola B, por sua vez, as salas de aula também são fechadas, bem como a biblioteca e o parquinho, diferente da escola A. A maioria das crianças corria pelos espaços abertos e cobertos da escola, geralmente em grupos, realizando brincadeiras como pega-pega, polícia e ladrão. Outros lanchavam e ficavam num canto conversando

Edilaine Franz, Joice Peruzzo, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

com os amigos enquanto alguns meninos jogavam bola com tampinha de refrigerante, outros com bola de tênis e alguns com carrinho trazido de casa. Também havia os que se rolavam no chão, se empurravam ou imitavam gestos e movimentos que pareciam ser uma imitação de lutas. Já as meninas se divertiam com brincadeiras de roda. Vários alunos corriam, chutavam britas e se penduravam nas árvores num amplo espaço ao ar livre disponível. Segundo Carvalho e Papaléo (2010, p. 62), “[...] para promover o desenvolvimento integral da criança, os recreios devem caracterizar-se pela diversidade na oferta de espaços e de materiais interessantes [...]”, o que não acontece nas escolas observadas em relação a materiais disponíveis. Nas observações realizadas nos recreios da escola A, constatamos que a maioria das crianças brincava coletivamente, quando relações de poder eram visíveis, sendo que os alunos que aparentavam ser mais velhos comandavam as brincadeiras. Diziam do que, como e onde brincar, quem podia ou não participar, apesar de poucas crianças terem sido excluídas. Nesta escola não observamos a distinção de gênero durante as atividades. Já nas observações realizadas nos recreios da escola B, a distinção de gênero foi visível, meninos e meninas não permaneciam juntos e brincavam, geralmente, com colegas de turma e em grupos específicos. Conforme Souza (2009), através das atividades realizadas no recreio as crianças aprendem a tomar decisões, a escolher a atividade que desejam realizar, com quem e onde. Concordamos com Carvalho e Papaléo (2010), que, de acordo com a seriedade com que o recreio é tratado no ambiente escolar, ele poderá influenciar de maneira positiva não apenas o presente, mas as escolhas futuras das crianças em busca de uma vida com mais qualidade. **CONCLUSÕES:** Os resultados revelam a presença de uma cultura do brincar no recreio escolar com características semelhantes em ambas as escolas. A escola A, além de bons espaços para brincadeiras, possui o parquinho aberto para as crianças, bem como a biblioteca, além de um monitor exclusivo que auxilia na organização e bem-estar de todos nesse momento e, ainda, demais funcionários, que também colaboram nesse processo. Já a escola B, além de também possuir amplo e organizado espaço para as crianças brincarem no recreio, quem as acompanha são os professores, que podem, através do mesmo, conhecer seus alunos em situação distinta a da sala de aula. Nesta instituição, a biblioteca e o parquinho ficam fechados, o que pode ser um fator negativo, visto que estes espaços propiciam conhecimento corporal e intelectual às crianças. A oferta de materiais para o recreio contribuiria, significativamente, para uma variedade de atividades e possibilidades de aprendizagem variadas em ambas as escolas. As duas escolas ofertam recreio dirigido, entretanto, não observamos atividades dirigidas, apenas a vigília de professores ou funcionários para o bom andamento do mesmo. Os espaços são democraticamente utilizados em ambas as escolas. Considerando a importância do recreio no desenvolvimento das crianças, tanto cognitivo, afetivo, social ou motor, bem como a aprendizagem que este proporciona às mesmas, identificou-se que algumas coisas poderiam ser modificadas, aprimoradas e pensadas para o melhor aproveitamento deste momento que faz parte do efetivo trabalho escolar. A oferta de atividades dirigidas poderia potencializar o convívio coletivo, bem como um aproveitamento mais qualificado do tempo, dos espaços e equipamentos ou ainda, potencializar o desenvolvimento da criatividade. A realização do estudo de caso ainda permitiu uma gama de aprendizagens para a nossa formação, como a leitura da realidade e formas de fazê-lo, a elaboração de sínteses, a gestão do tempo e do papel das pessoas em processos coletivos, além de contribuir para uma maior compreensão acerca do papel do professor em relação à prática educativa do qual o recreio também faz parte.

Palavras-chave: Educação Física. Recreio escolar. Cultura do brincar.

Fonte financiadora: Unochapecó.

O PIBID – EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA ESCOLA

Elizandra Oneidi Alves¹, Joana Graeff Ferreira de Deus, Aline Cristina Bender Buchs, Carla Cristina Gentilini, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

¹ Acadêmica de Educação Física e bolsista do Pibid na Unochapecó, elizandraalves@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada a partir das atividades realizadas por estudantes e professores do subprojeto Pibid – Educação Física da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), em escola da rede pública catarinense, na cidade de Chapecó (SC). O Pibid é um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, instituído e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que tem como finalidade valorizar o magistério e oferecer ao estudante de licenciatura o contato direto com a escola, objetivando com isso antecipar o vínculo do aluno com a dinâmica do currículo escolar em escolas de rede pública de ensino. Esse processo visa articular ainda, o ensino superior com as escolas das redes estaduais e municipais. A intenção do Pibid é que as secretarias de Educação e as universidades favoreçam a melhoria nas escolas públicas, incentivando os acadêmicos estudantes de licenciatura à formação de bons professores, dessa forma aliando à teoria, vista em sala, à prática da realidade da docência no cotidiano escolar. O Pibid oferece bolsas de estudos a todos os envolvidos na implementação de propostas pedagógicas e é formado por acadêmicos bolsistas, professores das licenciaturas, professores das redes públicas e professores das Instituições de Ensino Superior (IES) para a coordenação geral do programa. A partir da participação no programa Pibid desde março de 2014, na condição de bolsistas de iniciação à docência, surge no grupo o desejo de conhecer a concepção dos escolares em relação a atuação dos pibidianos na escola de inserção. Surge também o interesse em identificar potencialidades e fragilidades a partir das intervenções realizadas. Neste sentido, a importância desta pesquisa está em identificar subsídios para a qualificação do processo em andamento e assim, melhorar a formação acadêmica e a própria Educação Física no âmbito do currículo escolar. **OBJETIVO:** Verificar o impacto do Pibid em Educação Física na percepção dos estudantes da escola de inserção e identificar as potencialidades e fragilidades em relação às ações desenvolvidas pelos pibidianos. **METODOLOGIA:** O estudo caracteriza-se como de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, pois a fonte de dados é o ambiente escolar e seus atores sociais. A coleta de dados ocorreu através de um questionário aplicado aos alunos, o qual continha três questões: “que bom que” (descrição do que foi bom/potencialidades em relação as nossas intervenções/projetos); “que pena que” (descrição de nossas fragilidades em relação às intervenções/projetos) e “que bom se” (descrição do que poderíamos acrescentar nas intervenções/projetos para melhorar nossa atuação). Para as respostas, os estudantes foram organizados em grupos de quatro ou cinco pessoas no

Elizandra Oneidi Alves, Joana Graeff Ferreira de Deus, Aline Cristina Bender Buchs, Carla Cristina Gentilini, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

tempo de aula do componente curricular de Educação Física. Os mesmos receberam orientações iniciais de como se organizar para a composição e registro das respostas de forma autônoma. A pesquisa foi realizada apenas com as turmas nas quais os bolsistas atuaram ao longo de 2015 e ainda atuam, conforme a seguir indicado: uma turma do 1º ano do Ensino fundamental, uma turma do 8º ano e duas do 9º ano, num total de aproximadamente cem estudantes. Os dados serão apresentados de forma qualitativa. **RESULTADOS:** Os resultados serão apresentados a partir das categorias presentes no questionário utilizado, dessa forma subdividem-se em: “que bom que”, “que pena que” e “que bom se”. Na categoria “que bom que” os estudantes enfatizaram os novos aprendizados, como os fundamentos do voleibol quando os pibidianos auxiliaram o professor supervisor em suas atividades de aprendizagem, propondo novas estratégias e atividades. Nesta mesma perspectiva, outra modalidade citada foi o *badminton*, projeto desenvolvido pelo pibidianos com materiais adquiridos com os recursos destinados ao subprojeto. Apresentar e ensinar novos esportes é uma das responsabilidades do professor, pois existe a preocupação de não só o aluno aprender a jogar, mas também de envolvê-lo no processo de ensino sistematizado e não espontâneo. Esta forma possibilita, além de estudantes mais cooperativos e autônomos, a formação de indivíduos capazes de escolher a prática esportiva em seus momentos de lazer ao longo de sua vida, além de serem conhecedores dos princípios operacionais de cada esporte. Neste sentido, é importante lembrar que cabe à Educação Física na escola, “[...] introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, da dança e das ginásticas em benefício de sua qualidade de vida.” Para os pibidianos, a atual experiência é uma oportunidade de levar à comunidade escolar novas possibilidades e aumentar a gama de conhecimentos dos estudantes, seja conhecimento científico e também novas possibilidades de práticas para o lazer. A categoria “que pena que” tem relação direta com as potencialidades citadas e diz respeito ao pouco tempo de execução dos projetos. Isso ocorre porque, de acordo com a metodologia adotada pelos professores de Educação Física da escola de inserção, os conteúdos trocam mensalmente e, somado a isso, a intervenção dos pibidianos ocorre uma vez por semana. Percebe-se assim a sede por conhecimentos novos e novas vivências por parte destes estudantes. Outro fator citado pelos estudantes é a falta de competitividade nas aulas dos pibidianos. A metodologia adota está em consonância com os pressupostos teórico-metodológicos da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e está voltada à aprendizagem e não à ênfase da competição, fato muito comum nas aulas de Educação Física. Um fato chamou a atenção, os estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental citaram a falta do futebol como um fator negativo, fato não presente nas demais turmas. Isso deve servir de alerta, pois, embora prática hegemônica, o futebol não pode ser o centro nem o único esporte a ser experimentado pelos estudantes desde o início da Educação Básica. Parece haver o desenrolar de uma cultura de Educação Física Escolar voltada aos esportes evidenciados pela mídia. Na categoria “que bom se”, as respostas se aproximaram muito com os pontos destacados na categoria “que pena que” e estão voltadas à falta de competição, a falta, logo, presença, do futebol, voleibol e handebol. No entanto, também é possível destacar o desejo por esportes diferentes, brincadeiras e jogos diferenciados, mais aulas práticas e que todos participem de forma coletiva das aulas. **CONCLUSÕES:** Os resultados evidenciam uma cultura de Educação Física na escola, que a nossa atuação na mesma é de suma importância, pois, levamos a partir das intervenções um conhecimento que vem direto e em tempo real de nossa aprendizagem no curso de Educação Física para a sala de aula da escola. As respostas das crianças também nos levam a refletir sobre nosso papel e que

Elizandra Oneidi Alves, Joana Graeff Ferreira de Deus, Aline Cristina Bender Buchs, Carla Cristina Gentilini, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

podemos fazer mais, sendo necessário dedicação, estudo e pesquisa. A vivência neste projeto se torna um laboratório, com possibilidade de estudos mais aprofundados a partir da realidade que é a escola, ambiente no qual estaremos inseridos, profissionalmente, no futuro. Assim, pode-se experimentar e aprender na prática o que é ser professor na e da escola, com estudantes que estão ansiosos por conhecimento. Prova disso foi o projeto *badminton*, que tanto empolgou e com a maior participação em aula, por parte dos estudantes, já vista neste período de três semestres em que estamos atuando nesta escola.

Palavras-chave: Educação Física. Pibid. Escola.

Fonte financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: CONSTRUINDO A DOCÊNCIA

Fabrício João Milan¹, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Marizete Lemes da Silva Matiello

¹ Licenciado em Educação Física na Unochapecó, fabriciojao@unochapeco.edu.br
Vínculo: Sociedade Educacional Pinhalzinho – Horus Faculdades

INTRODUÇÃO: É de conhecimento geral que são inúmeras as discussões, ao longo dos anos, em relação ao estágio e sua implicação na formação profissional. A experiência possibilitada ao estudante tem muito mais implicações e impactos do que apenas a ênfase nas práticas pedagógicas no momento de exercitar a docência. Elementos como a seleção e sistematização dos conteúdos, a relação entre conhecimentos práticos e teóricos, as questões de ordem didática, a elaboração de planos de ensino, a formação de uma identidade docente, entre outros, também estão em pauta. Entre outros saberes, são os saberes da experiência, que ocorrem no exercício da prática profissional como, por exemplo, os estágios, que possibilitam a interpretação, a compreensão e orientação sobre a futura profissão. Todos esses fatores podem contribuir e fazem emergir no estudante o gosto ou não pela futura profissão. É neste sentido que o presente trabalho foca suas atenções, considerando as experiências advindas do estágio curricular supervisionado. **OBJETIVO:** Analisar como ocorre o processo de construção da docência dos egressos de Educação Física (EF) da Unochapecó, a partir das experiências advindas do estágio curricular supervisionado. **METODOLOGIA:** A pesquisa apresenta parte dos resultados de um estudo realizado em forma de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que abordou o estágio curricular como parte constitutiva da formação acadêmica no âmbito da EF, configurando-se como um estudo de caso descritivo e de natureza qualitativa. Um estudo de caso se ocupa com um contexto e uma realidade específica que procuramos compreender, explorar ou descrever, de forma a contextualizar o objeto em questão. A população foi composta pelos egressos do primeiro semestre de 2013 do curso de licenciatura em EF da Unochapecó, que foram convidados a participar do estudo, sendo que a amostra foi constituída por dez egressos que aceitaram o convite. Destes, seis egressos são do gênero feminino, com idade média de 22 anos, e quatro do gênero masculino, com idade média de 23 anos. Ao longo do texto os mesmos foram denominados de “sujeitos” e seguidos por uma letra, de A até J. Como instrumento para a coleta de dados, realizada no segundo semestre de 2013, foi utilizada a análise documental do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de licenciatura em EF da Unochapecó, como também uma entrevista semiestruturada, elaborada especificamente para este estudo. Inicialmente entramos em contato com a coordenadora do curso de EF da instituição, explicando o propósito do estudo e sua relevância para o curso, quando solicitamos uma cópia do PPC. Em seguida, entramos em contato com os egressos, explicando a eles a finalidade do estudo e convidando-os para participarem. Mediante aceite, os mesmos preencheram e assinaram um Termo de

Fabrcio João Milan, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Marizete Lemes da Silva Matiello

Consentimento Livre e Esclarecido. Apos, realizamos a entrevista semiestruturada, individualmente, que foi agendada previamente, em local estipulado por cada participante. A análise qualitativa foi baseada em tres polos cronológicos, sendo eles: a) a pr-análise, b) a explorao do material, e c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretao. **RESULTADOS:** O estágio supervisionado possibilita aos licenciandos tempos e espaços para construir, em contexto, o início de sua trajetória profissional. Os saberes em evidência, vinculados ao futuro campo de trabalho a partir das experiências vivenciadas no contexto do currículo escolar em ao e  luz de pressupostos teóricos, permite o (re)conhecimento e a familiarizao com formas de ser professor e professora, e por decorrência disto, a manifestao positiva ou negativa pela prática docente enquanto futura profissão. Através do estágio, o estudante não entra simplesmente nas salas de aula, mas no seu futuro campo de atuao, algo evidenciado pelo sujeito A ao comentar que  a oportunidade de conhecer o dia a dia da escola, já que muitos estudantes pouco ou quase nada conhecem da vida de professor. Nesta perspectiva, o sujeito H nos diz que no estágio “a gente vivencia o mundo que nos agrada”. Este relato ganha maiores contornos  medida que o relacionamos com a fala do sujeito F: “O primeiro contato da graduao vai ser no estágio e aí você ver se vai querer realmente seguir aquilo ou vai querer abandonar.”  possível perceber nas falas dos egressos sobre o gostar ou não da futura profissão escolhida,  medida que a interveno prática dos estudantes na realidade do fazer pedagógico, por intermédio dos estágios, os coloca diretamente ligados a situaoes concretas do futuro campo de atuao. Este processo lhes permite experimentar os futuros enfrentamentos da prática profissional e, conseqentemente, atribuir sentidos e significados que possibilitam a identificao com o campo ou não. Ou, dito de outra forma, se gostam ou não do que estão experienciando para seguir em frente, como profissionais. Sobre isto, direcionamo-nos a recordar que são três os motivos pelos quais somos levados a executar uma ao ou tomar uma decisão: a norma, que nos faz agir a partir de regras e valores sociais; a utilidade, quando as aoes e as decisoes buscam preencher uma necessidade; e o gosto, que expressa o prazer individual, fazendo com que o individuo aja pela sua própria satisfao e desejo. Este detalhe  importante durante a etapa da formao e, de fato, torna-se fundamental que o estudante experimente da forma mais intensa possível o exercício da docência, que compreende a gestão da aula, das relaoes com os atores sociais do processo, do tempo, espaços e equipamentos, articulados aos ordenamentos legais do exercício da futura profissão e às intencionalidades políticas e pedagógicas do currículo escolar. Podemos dizer ainda que o gosto pela docência  algo que se manifesta, expressamente, por intermédio do estágio, pois a realidade, além dos momentos positivos para a formao, impõe alguns momentos de dificuldades e os estudantes necessitam super-los para que possam criar aproximaoes ou não com a profissão que escolheram. Dos egressos participantes, quatro manifestaram gosto pela docência e a aposta na futura docência. Tal sentimento esta representado nos dizeres do sujeito C ao relatar que a satisfao pela prática docente desenvolvida no estágio supervisionado ocorre, possivelmente, pela proximidade real com o futuro campo de atuao e a realizao de atividades específicas ao(a) professor(a). Relatando de forma geral, os egressos ainda elencaram algumas características importantes para o ato docente, como: a preparao por parte dos estudantes para que o ato pedagógico ocorra, a exposio para futuras oportunidades de trabalho nos contextos de interveno, o conhecimento da realidade profissional, bem como a identificao com a realidade docente em que se encontram inseridos. **CONCLUSOES:** A importância que o estágio curricular supervisionado possui para a formao de um futuro professor está diretamente relacionada com a possibilidade de insero dos estudantes, de forma mais intensa e direta, com

Fabrcio João Milan, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Marizete Lemes da Silva Matiello

seu futuro campo de atuação profissional. Esta inserção, de acordo com os egressos, possibilita, além do primeiro contato, as experiências necessárias para estimular o gosto pela docência ou então, para fazer o estudante desistir desta profissão. O estágio supervisionado deve configurar-se como um elemento significativo à formação de professores, considerando seu caráter fomentador da formação de uma identidade profissional. Sobre este fator, veremos que “[...] na construção da identidade disciplinar ou profissional, os debates e os conflitos desempenharam e ainda desempenham um papel significativo [...]”, ou seja, mesmo que de forma provisória, conforme o dizer dos egressos, o estágio é importante à medida que contribui na construção do gostar ou não do ser professor e professora. Neste sentido, por excelência, o estágio é o tempo e o lugar em que a identidade profissional tem início. O futuro professor adquire conhecimentos pedagógicos concretos para sua futura prática docente baseado em suas experiências no estágio, articuladas às demais experiências dos demais componentes curriculares do curso e, assim, prepara-se para atender às demandas da profissão. O que perpetua, entretanto, não é a certeza do gosto ou do desgosto pela docência, segundo os egressos, mas a relevância crescente do estágio na tomada e na manifestação desta opção profissional. Desta forma, um aspecto importante deste estudo se traduz na ideia de que tanto instituições como seus estudantes precisam aprimorar, cada vez mais, esse processo, fomentando através do estágio a apreensão de todas as experiências possíveis, além de todas as possibilidades reais dos contextos de intervenção, ao passo que a partir desta experiência torna-se possível a identificação do gosto ou não pela docência.

Palavras-chave: Estágio curricular. Educação Física. Docência.

Fonte financiadora: Unochapecó.

PRÁTICAS CORPORAIS PARA UMA VIDA MAIS SAUDÁVEL, FELIZ E PRODUTIVA

Daiane Moreto¹, Flávia Sgnaulin, Marizete Lemes da Silva Matiello,
Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

¹Acadêmica de Educação Física da Unochapecó, daianemoreto@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A Educação Física, pode ser compreendida como “[...] uma prática pedagógica que tematiza, com intenção pedagógica a cultura corporal de movimento [...]” (BRACHT, 1997), que é “[...] o seu objeto de estudo e aplicação [...]” (MANOEL; MIRANDA, 2012, p. 3). A cultura corporal de movimento está presente nos indivíduos desde quando nascem até mesmo nos pequenos movimentos que realizam quando feto. Ao crescer, adquirem maior controle de seu corpo, compreendendo seus movimentos e aumentando suas possibilidades de interação com o mundo (BRASIL, 1998). Desde crianças, as pessoas “[...] engatinham, caminham, manuseiam objetos, correm, saltam, brincam sozinhas ou em grupo, com objetos ou brinquedos, experimentando sempre novas maneiras de utilizar seu corpo e seu movimento [...]” (BRASIL, 1998, p. 15) e, ao movimentarem-se, estão ampliando as possibilidades e usos significativos de gestos e posturas corporais (BRASIL, 1998). Os alunos aprendem e se desenvolvem primordialmente através dos movimentos presentes nas atividades realizadas em especial pela disciplina de Educação Física, que possibilita diversas experiências através de situações onde possam criar, desenvolver, vivenciar, apreender e inventar novos movimentos, além de possibilitar a reelaboração de conceitos e ideias sobre o movimento e suas ações (BASEI, 2008). **OBJETIVO:** Vivenciar práticas corporais a fim de compreender a importância das mesmas para a melhoria da qualidade de vida e promoção da saúde e bem-estar. **METODOLOGIA:** O conteúdo práticas corporais foi trabalhado com as turmas 201 e 301, através de aulas práticas, onde, através de atividades práticas, abordaremos as diversas dimensões do corpo humano. Iniciamos o tema fazendo uso do texto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco): “Educação Física para uma vida mais saudável, feliz, longa e produtiva”, para gerar uma reflexão sobre a importância da Educação Física e das práticas corporais na escola. As práticas corporais abordadas durante as aulas serão: slakline; vôlei de lençol; tênis de mesa; *badminton*; cadeira cooperativa, jogo das palavras, passa bambolê; mini golf; caminhada na Trilha do Pitoco. Na turma 301, também terá uma aula voltada a apresentação de banners referente aos distúrbios alimentares. **RESULTADOS:** Percebemos que as atividades desenvolvidas tiveram uma grande aceitação por parte dos alunos, pois todos participaram e se envolveram nas práticas, fazendo com que as atividades tivessem um bom desenvolvimento e andamento em todas as aulas. As práticas corporais proporcionaram para aos alunos experiências e vivências de atividades que antes não tinham acesso, ou não tinham conhecimento sobre elas. Outro ponto positivo na realização das atividades foi

Daiane Moreto, Flávia Sgnaulin, Marizete Lemes da Silva Matiello, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

em relação ao contato dos alunos uns com os outros, pois em uma sala de aula fechada muitas vezes acabam não tendo aproximação entre todos. **CONCLUSÕES:** Com a realização dessas práticas corporais pode-se obter vários conhecimentos e experiência a partir do planejamento e da prática das atividades. Percebe-se também que os alunos gostam de praticar atividades físicas e se interessam em realizá-la, sendo isso um ponto fundamental para que todos tenham benefícios e realizações a partir das atividades desenvolvidas.

Palavras-chave: Alunos. Pibid. Práticas corporais.

OFICINA DE INTRODUÇÃO AO DESENHO DE FIGURA HUMANA PARA ADOLESCENTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM CHAPECÓ

Jamille Brandão Neves Nemerski¹, Janaina Schwambach

¹Acadêmica de Artes da Unochapecó, jamille.neves@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O presente resumo relata experiências de docência com turma do 7º ano na Oficina de Introdução ao Desenho de Figura Humana para adolescentes. A oficina foi organizada pela equipe de bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (Pibid) em parceria com a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), o curso de licenciatura em Artes Visuais e a Escola Básica Municipal (E.B.M.) Jardim do Lago em Chapecó (SC). Observando o desenho como uma linguagem em meio a arte e seu ensino, e como um conteúdo que também deve ter uma atenção diferenciada do professor de Artes, juntamente com observações feitas de uma turma de 7º ano na escola E.B.M. Jardim do Lago, percebeu-se a necessidade de elaborar uma oficina que motivasse os educandos em desenhar e criar, quebrando estereótipos comumente aplicados ao ensino do desenho de figura humana. Pois é antigo o vínculo deste com as artes, afinal, “[...] qualquer expressão artística se vale do desenho como meio para entender o projeto inicial.” (ROIG, 2009). Trata-se da base, do planejamento, a primeira obra, antecedente de qualquer obra de arte, projeto, planejamento, princípio para o que se venha desenvolver em Artes (ROIG, 2009). Parafraseando Pereira (2007), o desenho é um dos primeiros contatos do indivíduo com as artes visuais, além de ser uma das linguagens mais acessíveis e recorrentes nas salas de aula, muito utilizado em diversas situações e com inúmeros materiais. Com isto, é necessário que o professor reconheça as etapas do desenvolvimento gráfico infantil de modo que possa auxiliar na formação de seus alunos, e para isto, são inúmeras as abordagens do desenho na sala de aula, mas a que situamos na oficina aqui citada, corresponde especificamente ao desenho de figura humana (FERREIRA, 2010). Para Hallawell (2004) e Edwards (1984), o desenho de figura humana é considerado complexo pelos alunos, apesar de possuir as mesmas complicações de qualquer desenho. A dificuldade de desenhar a figura humana esta relacionada a símbolos fortemente registrados em nossa memória, o que dificulta a observação e construção de desenhos próximos a realidade, mas que devem ser observados e pensados pelos alunos (HALLAWELL, 2004). É interessante trabalhar o desenho a partir de retratos de figura humana, visto que o aprendiz de desenho por meio das técnicas repassadas se familiariza com as estruturas propostas e por considerar o desenho de anatomia humana mais complexo, torna-se mais confiante em produzir outros desenhos (EDWARDS, 1984). Além disso, quando observamos a trajetória do desenho de figura humana em meio à história do mundo da arte, percebe-se o quanto ele está fortemente assimilado em meio às sociedades, às culturas, às linguagens e ao ser humano. A partir desta ideia, dessa

Jamille Brandão Neves Nemerski, Janaina Schvambach

percepção do valor do desenho de figura humana, esta oficina ganhou forças e se dedicou em repassar conteúdos históricos e práticos os quais envolvessem o desenho de figura humana e auxiliassem os educandos em compor sem medo e com diferentes percepções. **OBJETIVO:** Incentivar a produção do desenho de figura humana, juntamente com uma breve análise do desenho do corpo humano na História da Arte e exercícios técnicos que facilitassem o entendimento por meio de proporções. Pois, na adolescência, conforme Greig (2004) “[...] é o momento das primeiras aquisições da perspectiva, ou pelo menos de alguns esquemas conhecidos que procedem dela [...]”, sendo importante investir nessa fase para que não se perca a prática do desenho. **METODOLOGIA:** A oficina de Desenho de Figura Humana fora planejada e pensada após observações de uma turma de sétimo ano da Escola Básica Municipal Jardim do Lago, conveniada com o Pibid. A equipe de bolsistas juntamente com a professora coordenadora e a professora supervisora do Programa pensaram em métodos e práticas a serem abordadas com a turma para incentivá-los a prática do desenho de figura humana. A turma contava com o total de 25 alunos bem distribuídos entre meninos e meninas. Em momentos anteriores a oficina, vários destes alunos ao receberem propostas de desenho de figura humana se mostravam desgostosos e desanimados, por vezes pedindo várias dicas para os professores presentes, porém não desenvolvendo de modo satisfatório para si a prática do desenho. Como guia metodológico em nossa oficina pensamos na Abordagem Triangular, da autora e pesquisadora Ana Mae Barbosa (2002), que vê a necessidade de um ensino de artes formador de alunos capazes de ler imagens que estão a sua volta e formular pensamentos críticos. Esta oficina baseou-se em trilhar os três aspectos sugeridos por esta abordagem, a leitura de imagem, a contextualização histórica e a prática (BARBOSA, 2002). Com isto, compreendemos como essencial uma abordagem diferenciada para inserir o assunto do desenho de figura humana, não apenas com o fazer e o exercitar, mas por meio de diálogos que nos permitissem mostrar para o aluno algumas das inúmeras possibilidades e histórias deste no mundo. Nesse sentido, tanto a crítica de arte quanto a História da Arte, auxiliam a formação dos alunos em artes e para o visual como um todo, desenvolvendo habilidade de visualizar o mundo e não apenas olhar, assim como a história permite que haja o entendimento de um contexto, percebendo tempo, lugar e sociedade em que a produção em arte se situa. Portanto, admitindo assim para os educandos, não apenas uma técnica, mas uma possibilidade de perceber a arte de maneira diferenciada (BARBOSA, 2002). Deste modo, não de forma que limitasse os alunos a apenas utilizarem medidas sem permitir o uso da criatividade e da liberdade do traço, mas qualificando-os com mais um conhecer, mais uma experiência. Para isto, pensou-se em um acordo de proporções e medidas, baseadas em Hallawell (2004), Edwards (1984) e em experiências adquiridas no curso de graduação em Artes Visuais da Unochapecó, como, a linha de eixo do corpo, assim como medidas do corpo por “cabeças”, proporções de membros e suas disposições perante o resto do corpo, e alinhamentos dos olhos, boca, nariz, orelhas, sobrancelhas e cabelo na face, pensando em propor ao educando um estudo da anatomia humana para o desenho. Num primeiro momento, exercitando o corpo e seus membros e em outro, o rosto. A oficina consistiu em repassar itens históricos, significando o desenho de figura humana não só no passado, mas em nossa atualidade, instigando a fase gráfica em que a faixa etária da turma estava inserida, apta a perceber técnicas, e variantes da perspectiva com algumas dificuldades em volumetria que devem ser orientadas pelo professor (GREIG, 2004). **RESULTADOS:** A oficina teve duração de quatro horas/aula, e dividiu-se em quatro etapas. Primeira teórica a qual situou a turma com o uso do desenho de figura humana no decorrer da história e suas relações sociais e culturais. Esta etapa contou com a participação da turma durante o momento de

Jamille Brandão Neves Nemerski, Janaina Schvambach

explicação. Em um segundo momento, foram apresentadas algumas técnicas de desenho do corpo humano com seus membros, utilizando proporções e simetrias para o estudo da anatomia humana, e resultou em um primeiro exercício de desenho anatômico, o qual a princípio teve relutância por meio dos alunos, mas que foram concluídos por maior parte da turma de forma satisfatória. A terceira etapa destinou-se a um estudo mais específico do rosto humano, detalhando olhos, boca, nariz, sobrancelhas, cílios, orelhas e cabelo, sem exigir técnicas de sombreamento devido ao tempo limitado da oficina. Esta etapa gerou um segundo desenho, onde os alunos mostraram-se mais confiantes para realizá-lo, além de portarem-se de forma interessada, realizando a prática e tirando dúvidas com a equipe de bolsistas do Pibid. Por fim, a quarta etapa consistiu em um estudo que utilizaria as três etapas anteriores, construindo um desenho de figura humana sem movimento empregando as técnicas e proporções apreendidas. A etapa final fora concluída com a entrega do desenho solicitado, o qual apresentou qualidade no traçado e avanço na percepção visual dos alunos. Apesar do curto tempo da oficina, para um conteúdo que necessita de muitos exercícios e práticas para apresentar melhores resultados, a oficina foi capaz de surtir efeitos e instigar os alunos para perceberem o desenho, suas técnicas, sua história e sua importância. Não apenas com melhoras técnicas, mas com uma nova assimilação sobre o desenho de figura humana em meio a História da Arte e as sociedades que se inseria. **CONCLUSÕES:** A experiência desta oficina nos proporcionou um importante momento com a turma de sétimo ano a qual observamos. Foi possível incentivá-los de que são capazes de produzir artisticamente e que para desenhar é necessário dedicação e treinamento, além do mais, a oficina garantiu uma melhora significativa nas aulas que se seguiram, visto que os alunos adotaram para o hábito do desenho nas proporções ensinadas, não de forma criteriosa e restrita, mas adaptada as suas vontades de criação. É possível perceber também que a partir desta oficina, outras que abordem temáticas do desenho podem ser executadas com a turma de modo que os alunos que não se dispuseram em participar efetivamente possam estar sendo inclusos, e a motivação do grupo em se interessar pela linguagem do desenho se expanda. Para isto, novos métodos deverão ser pensados e discutidos com a professora de sala para que alcancemos um resultado diferenciado. O desenho por vezes pode assustar e gerar aversões, mas a turma do sétimo ano pode nos fazer refletir que conforme o referencial aqui já citado, é comum que nos desliguemos desta prática ao sairmos da fase infantil, porém, se formos estimulados a dar continuidade ao traço, a criatividade nos dará respaldo para experimentar sem receios do resultado.

Palavras-chave: Desenho de figura humana. Arte. Ensino.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

ARTETERAPIA: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Jaqueline Veschenfelles¹, Janaina Carneiro de Camargo, Lucimare Ferraz, Solange Cardozo Daneluz, Leticia de Lima Trindade

¹Enfermeira, Unochapecó, jaquelinev@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este estudo trata-se de um relato de experiência da prática assistencial de enfermagem realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. A prática assistencial foi desenvolvida no Serviço de Atenção a Saúde do Trabalhador (SAST), visando à assistência de enfermagem por meio das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) ao trabalhador no município de Chapecó (SC). Justifica-se a importância desse trabalho pelo entendimento que a enfermagem necessita ampliar a assistência à saúde do trabalhador contribuindo para a promoção, prevenção e recuperação dos trabalhadores. **OBJETIVO:** Relatar a experiência de atividades de educação em saúde no SAST, utilizando a Arteterapia em trabalhadores. **METODOLOGIA:** Foram realizadas trinta horas de observação no segundo semestre de 2014, e no primeiro semestre de 2015 desenvolveu-se a prática assistencial, no SAST. Ao final das trinta horas de observação, realizamos inserções num grupo de cuidado já formado, em que a coordenadora do serviço cedeu o auditório do SAST para as atividades do grupo Consciência, Corpo e Mente, que aconteceram às sextas-feiras, das 8h às 10h, com trabalhadores selecionados pela coordenadora do grupo. Os trabalhadores têm idade entre trinta a 54, sendo um do sexo masculino e o restante feminino. Participam deste grupo: duas professoras, uma engenheira química, um chapeador, um auxiliar de serviços internos, duas agentes de combate a dengue, uma médica ginecologista, um administrador de empresa, uma agricultora e uma enfermeira. Após a seleção dos trabalhadores foram desenvolvidas nove oficinas totalizando dez encontros, a fim de proporcionar a melhora da qualidade de vida dos trabalhadores, com abordagem multiprofissional, trabalhando com a Arteterapia. Em cada etapa do processo adotou-se uma técnica diferente, que ampliaram e exploraram as possibilidades de expressão dos trabalhadores. Essas modalidades foram desenvolvidas através das seguintes técnicas: filtro dos sonhos, mandala e relatos apresentados a partir de desenhos. **RESULTADOS:** A prática assistencial demonstrou de modo geral que atividades de educação em saúde a partir das PIC direcionadas aos usuários do SAST ampliam o processo de autocuidado. Além disso, observou-se no grupo a cumplicidade e a união. A utilização da Arteterapia facilitou o processo e permitiu a comunicação entre as pessoas. Desse modo, a Arteterapia foi um caminho de auxílio ao grupo para explorar, descobrir e principalmente entender seus sentimentos e emoções, ampliando a autoestima, reduzindo a ansiedade e melhorando a qualidade de vida, além de ampliar o conhecimento proporcionando o desenvolvimento social e emocional. Compreendemos

Jaqueline Veschenfelles, Janaina Carneiro de Camargo, Lucimare Ferraz, Solange Cardozo Daneluz, Leticia de Lima Trindade

que o desenvolvimento dessa prática assistencial contribuiu com a assistência ao trabalhador no SAST, favorecendo o diagnóstico e avaliação. **CONCLUSÕES:** Considera-se que o desenvolvimento dessa prática assistencial trouxe benefícios a todos os envolvidos. Ressalta-se, ainda, que essa experiência ampliasse o autocuidado dos trabalhadores auxiliando-os no desenvolvimento da empatia, respeito, compaixão e sensibilidade. Outrossim, destaca-se que a partir dessa prática assistencial a equipe possa contar sempre com a participação da enfermagem contribuindo para o bem estar dos trabalhadores. É importante ressaltar que as práticas utilizadas foram realizadas em caráter complementar, não tendo, portanto, a intenção de substituir qualquer outra terapia indicada por médico e outros profissionais da área da saúde.

Palavras-chave: Assistência de enfermagem. Saúde do trabalhador. Práticas Integrativas e Complementares (PIC).

Fonte financiadora: Unochapecó.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Joice Peruzzo¹, Marizete Lemes da Silva Matiello

¹ Acadêmica de Educação Física da Unochapecó, joiceperuzzo@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O estágio curricular no curso de Educação Física se constitui como um campo de “[...] construções de aprendizagens significativas no processo de formação [...] e como um componente curricular responsável para contribuir na formação prática dos professores.” (SANTOS, 2004, p. 2). Através deste componente da matriz curricular, o educando se insere no seu futuro campo de atuação, adquirindo várias vivências que auxiliarão no seu processo de formação e na construção do “ser professor” (REZER, [s.d.], p. 1). Através dos estágios supervisionados, o aluno pode se apropriar “[...] de dilemas, processos, embates, acertos e erros [...]” (REZER, [s.d.], p. 3), que permitirão a construção da aprendizagem “[...] à medida que as experiências vivenciadas nos estágios sejam discutidas e teorizadas [...]” (CARVALHO, 1985 apud SANTOS, 2004, p. 3), com o intuito de compreender como ocorre o processo de ensino-aprendizagem. **OBJETIVO:** Identificar, (re)conhecer e analisar práticas pedagógicas em Educação Física, a fim de compreender o papel do professor nos diferentes campos de intervenção. **METODOLOGIA:** O presente trabalho diz respeito a um relato de experiência realizado na disciplina de Estágio I do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), ocorrido no primeiro semestre de 2015. Este estágio ocorreu através de observações que foram realizadas em uma escola da rede pública estadual, situada no bairro Efapi, na cidade de Chapecó (SC), com as turmas de oitavo e nono anos do Ensino Fundamental, no período de 21 de março a 29 de março de 2015, no turno matutino e vespertino, totalizando seis turmas e vinte horas/aula de observação. **RESULTADOS:** A avaliação pode ser compreendida como “[...] diversos processos educativos, os quais apresentam valores e possibilidades de autoconhecimento, analisando o educando como um todo no processo de ensino aprendizagem.” (CASARIL; FRÜHAUF, 2009, p. 9). Durante o processo de ensino-aprendizagem, se faz necessário haver avaliações para que seja possível verificar o nível de aprendizado dos alunos, permitindo ao professor uma análise qualitativa e/ou quantitativa do nível de aprendizado de seus alunos, bem como a revisão de sua metodologia e plano de ensino. Por isso, concorda-se com Barbieri e colaboradores (2008, p. 124) ao falar que a avaliação deve “[...] voltar-se não só para o aluno, mas também para auto-avaliação do professor, contribuindo para uma reflexão continua sobre sua prática [...]”. Vargas ([s.d.]) também compartilha desse pensamento ao afirmar que ao se realizar uma avaliação, esta deve se tornar uma referência para o processo de ensino-aprendizagem, onde o professor deverá refletir sobre a mesma, buscando uma reinterpretação de suas metodologias de ensino e de avaliação,

Joice Peruzzo, Marizete Lemes da Silva Matiello

levando em conta os interesses individuais, coletivos e o projeto político pedagógico, visando sempre à melhoria do ensino e da aprendizagem. Mas, como se avalia de fato na disciplina de Educação Física? Deve-se realizar avaliações qualitativas ou quantitativas? Elas devem ser práticas ou teóricas? Quais critérios deve-se seguir? O que se deve considerar na elaboração e aplicação de uma avaliação nesta área de conhecimento? Ao se elaborar uma avaliação deve-se dar “[...] atenção [...] ao tempo pedagogicamente necessário para que a aprendizagem se efetive [...]” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 75), permitindo que os estudantes possam apreender os conceitos/conteúdos apresentados e sanar suas dúvidas antes de realizá-la. Além disso, deve-se fazer da avaliação “[...] um resultado que permita constatar a aproximação ou o distanciamento do eixo curricular privilegiado no projeto pedagógico e não um castigo ou compensação para o aluno.” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 75-76). Ela deve ser “[...] um meio pelo qual possam ser identificados os conflitos no processo de ensino-aprendizagem, tanto pelos alunos como pelo professor.” (MAUAD, 2003 apud VARGAS, [s.d.], p. 11). Segundo Darido e colaboradores (2007), a avaliação deve se dar dentro das três dimensões de conteúdos da Educação Física: conceitual, procedimental e atitudinal. Quando se avalia a dimensão conceitual o método mais eficaz é através da aplicação de uma prova escrita e observar o uso dos conceitos nas diversas situações da aula, já quando se avalia a dimensão atitudinal deve-se observar a participação, as atitudes durante as situações de jogo e durante as situações de aprendizado dos diversos conteúdos, valores, convivência, e outros itens julgados como necessários pelo professor. E, ao se avaliar através da dimensão procedimental, deve-se verificar as situações de aplicação dos conteúdos e o domínio que os alunos demonstram ao transferir os conteúdos para as situações práticas. Sasso e Boita (2003 apud CASARIL; FRÜHAUF, 2009), ao falarem da avaliação, elencam quatro formas de avaliação que são essenciais para análise e observação do processo avaliativo, sendo elas: A avaliação “diagnóstica” é vista como acompanhamento da aprendizagem contínua, e é uma espécie de mapeamento que vai identificando as conquistas e os problemas dos alunos em seu desenvolvimento. [...] a avaliação “formativa” tem função controladora, com o propósito de informar professores e alunos sobre os rendimentos obtidos e localizar deficiências referentes a organização do ensino. A avaliação “somativa” tem a função de classificar alunos segundo o seu aproveitamento [...]. Segundo Santos e Ferreira (2003 apud VARGAS, [s.d.], p. 5), a avaliação também deve ser “uma prática avaliativa, contínua e diagnóstica”, reconhecendo que o rendimento não oferece subsídios para que seja possível compreender o nível de aprendizado dos alunos, devendo ser deixado de lado a ênfase no enfoque técnico (VARGAS, [s.d.]). Corroborando com Betti e Zuliani (2002 apud VARGAS, [s.d.], p. 5), ao dizer que: “A avaliação deve servir para problematizar a ação pedagógica, e não apenas para atribuir um conceito ao aluno [...]” e ela também “[...] deve mostrar-se útil para as partes envolvidas – professores, alunos e escola – contribuindo para o autoconhecimento e para a análise das etapas já vivenciadas [...]” (DARIDO et al., 2007, p. 22). Além disso, a avaliação deve ser entendida como “[...] um instrumento essencial para o cumprimento do que a disciplina tem por objetivo [...]” (SANTOS, 2005 apud CASARIL; FRÜHAUF, 2009, p. 13), ou seja, o professor elabora os objetivos de sua disciplina, cria ações metodológicas para desenvolvê-los e realiza uma avaliação, levando em conta todo o processo de ensino-aprendizagem, desde o contato do educando com a prática, até os seus progressos, para constatar se os objetivos foram alcançados e se o processo de ensino-aprendizagem foi bem sucedido. Ao se pensar na realização da avaliação, deve-se estar ciente dos critérios que serão utilizados, para que a mesma se efetive da melhor forma possível. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (CPCNS) (1998), os critérios de

Joice Peruzzo, Marizete Lemes da Silva Matiello

avaliação para os estudantes do segundo ciclo ou séries finais do Ensino Fundamental são enfrentar desafios colocados em situações de jogo e competições, respeitando as regras e adotando uma postura cooperativa; estabelecer algumas relações entre a prática de atividades corporais e a melhora da saúde individual e coletiva e valorizar e apreciar diversas manifestações da cultura corporal, identificando suas possibilidades de lazer e aprendizagem. Além disso, deve-se saber se a mesma terá enfoque qualitativo ou quantitativo. Freire (1994 apud BRATIFISCHE, 2003, p. 23) afirma que a Educação Física está intimamente relacionada a mediação e na avaliação não deixa de ser assim, pois se a avaliação “[...] for um instrumento quantitativo, logo se poderá perceber que a atividade humana é imensurável e que só poderá fornecer alguns dados que ajudem numa avaliação também qualitativa. Se for “[...] um instrumento qualitativo, faltar-lhe-á a objetividade, o que exigirá, de quem o aplica, um conhecimento mais amplo do sujeito avaliado.” (FREIRE, 1994 apud BRATIFISCHE, 2003, p. 24). Desse modo, subentende-se que a avaliação quantitativa e a qualitativa são indissociáveis, ou seja, para que a avaliação seja bem sucedida deve haver uma mediação entre ambas. Com isso vê-se que os professores de Educação Física precisam compreender o termo avaliar em sua totalidade, que, segundo Luckesi (1986 apud CASARIL; FRÜHAUF, 2009, p. 15), “[...] é muito amplo, ele envolve atributos de julgamento de valor a qualidade dos resultados coletados [...]”, realizando avaliações contínuas e progressivas, que analisem os educandos em todos seus avanços, levando em consideração os domínios cognitivos, sociais, afetivos e motores, observando se obtiveram as habilidades motoras básicas para a realização das atividades propostas, considerando o interesse e a participação, critérios avaliativos esses que devem sempre corresponder ao nível de desenvolvimento em que os alunos se encontram, além de proporcionar um processo de ensino-aprendizagem que facilite a análise do processo de desenvolvimento dos educandos, garantindo uma avaliação de qualidade (CASARIL; FRÜHAUF, 2009). **CONCLUSÕES:** Diante do exposto, percebe-se que a avaliação em Educação Física, pode ser um desafio para os profissionais desta área, pois a mesma não deve julgar o aluno pelo seu desempenho ou falta do mesmo. Ela deve levar em consideração todo o processo de ensino-aprendizagem, sendo contínua, processual, qualitativa e quantitativa, considerando também as capacidades individuais de cada aluno, pois o que para um é considerado fácil, pode não ter o mesmo conceito para o outro. Quando se elabora e aplica uma avaliação, deve-se estar ciente dos critérios utilizados e como a mesma dar-se-á, para que seja possível avaliar o aluno em todas as suas dimensões e evoluções, considerando tudo o que ele foi capaz de apreender e reproduzir, bem como a ampliação dos conceitos e habilidades que o mesmo já possuía antes de ter contato com os novos conhecimentos. Desse modo, entende-se que a avaliação deve ser utilizada como um instrumento que auxilie o professor a ter uma resposta quanto ao nível de aprendizado de seus alunos, em todas as dimensões que compõem esta disciplina, a fim de que ele possa, a partir do resultado das avaliações, melhorar seus instrumentos de ensino, visando sempre à melhoria do processo educativo. A realização desse estágio foi muito significativa para o processo de formação, pois através do mesmo pode-se ter uma base de como é a prática do professor de Educação Física. Através do estágio, pode-se ter experiências positivas e negativas que nortearão futuras práticas com os alunos, em que foram percebidas atitudes e atividades que poderão ser adaptadas e utilizadas futuramente, e outras considerações inadequadas.

Palavras-chave: Avaliação. Educação Física. Estágio supervisionado.

Fonte financiadora: Unochapecó.

O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS NO PIBID

Joice Peruzzo¹, Mateus P. Grasel, Vanuza Iohann, Marizete Lemes da Silva Matiello, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

¹ Acadêmica de Educação Física da Unochapecó, joiceperuzzo@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: No âmbito escolar, existem inúmeras disciplinas, cada uma com suas especificidades, suas particularidades, entretanto, todas possuem algo em comum: o planejamento. O ato de planejar é essencial para que se tenha um bom processo de ensino-aprendizagem, que se tenha uma coerência entre conteúdos, que se tenha um indicativo de onde chegar. Porém, antes de discutir a importância do planejamento, é necessário compreender o que é planejamento. Estudando Gandin (1993), pode-se concluir que o ato de planejar é a ação de transformar a realidade numa direção escolhida; é organizar a própria ação para a implementação de um processo de intervenção na realidade; é agir racionalmente e dar certa precisão à própria ação; é explicitar os fundamentos da ação do grupo. É pôr em ação um conjunto de técnicas para racionalizar um conjunto orgânico de ações propostas para aproximar uma realidade a um ideal; priorizando o que é importante e antevendo a chegada. Portanto, o planejamento nada mais é do que organizar e sistematizar os conhecimentos selecionados, definindo objetivos e processos metodológicos. De acordo com Botareli e colaboradores (2010, p. 216), “[...] o propósito do ato de planejar está intrinsecamente ligado ao ato de pensar. Pensar sobre os melhores meios de se realizar uma determinada tarefa para alcançar determinadas metas pré-estabelecidas.” O planejamento “[...] é uma ferramenta de fundamental importância na organização profissional, pois o profissional tem a necessidade de conhecer e compreender a realidade para que consiga realizar intervenções com qualidade.” (CARVALHO et al., 2011, p. 1). Desse modo, o planejamento se torna necessário para o docente que se preocupa em ter qualidade no que faz, que deseja agir de forma a estabelecer mudanças na realidade na qual se encontra, pois, para que se tenha aulas produtivas e atrativas, que façam com que o discente queira aprender, as atividades devem condizer com a realidade cultural, histórico, biológica, fisiológica etc. dos mesmos. Isso só será possível se o docente pensá-las a partir da realidade dos estudantes, e pensar, nada mais é do que planejar, e, como a realidade não é imutável, conseqüentemente, o planejamento torna-se um processo contínuo de organização e reorganização do processo educativo. O planejamento deve ser utilizado pelos professores como um instrumento para organizar suas ações, devendo ser visto como um facilitador do trabalho, das organizações, das ideias, informações, conteúdos que o docente quer trabalhar com seus estudantes (CASTRO et al., 2008). Ele deve ser pensado “como ferramenta para dar eficiência à ação humana”, diz Gandin (1993). O ato de planejar, como a grande maioria dos fatos da vida, é aprendido e compreendido através da prática, da experiência, ou seja, só é possível desenvolver um bom planejamento

Joice Peruzzo, Mateus P. Grasel, Vanuza Iohann, Marizete Lemes da Silva Matiello, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

planejando. Nessa perspectiva é que surge o interesse pelo tema, mais precisamente, como estudantes de Educação Física (licenciatura) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) em processo de formação por intermédio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). A inserção no âmbito do currículo em ação na E.E.B. Tancredo de Almeida Neves, Chapecó (SC), em turmas do Ensino Médio Inovador (EMI), permitiu o contato e conhecimento da cultura de planejamento vigente na escola e a importância do planejar para a implementação das atividades do Pibid e para nossa formação docente, por isso, tema da experiência aqui relatada. **OBJETIVO:** Apresentar como ocorre o planejamento das aulas de Educação Física no Ensino Médio Inovador (EMI) e a importância do mesmo no âmbito escolar, a partir das experiências vivenciadas por intermédio do Pibid. **METODOLOGIA:** A experiência em pauta ocorre com as turmas 101, 201 e 301 do Ensino Médio Inovador (EMI) da E.E.B. Tancredo de Almeida Neves, situado no bairro Efapi e pertencente ao sistema estadual de ensino. O EMI, segundo o MEC, foi instituído pela portaria n. 971, de outubro de 2009, e integra as atividades do Plano de Desenvolvimento da Educação (MEC, 2009). O objetivo da criação do EMI é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola, bem como garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes e as demandas da sociedade contemporânea. A referida escola tem como prática realizar reuniões interdisciplinares, nas quais ocorre a discussão dos temas que serão trabalhados por todos os componentes curriculares da área de Linguagens, objetivando a seleção e sistematização de conteúdos que se interliguem e possam ser abordados em várias disciplinas. Esse processo é denominado como planejamento interdisciplinar por área. O planejamento dos pibidianos ocorre uma vez por semana na Unochapecó, em encontros presenciais sob orientação da coordenação institucional do Pibid – Educação Física. Também ocorre planejamento com a professora supervisora da escola. Durante os encontros presenciais ocorre o estudo e pesquisa sobre os temas a serem abordados nas aulas, objetivando um processo mais interativo com os estudantes, a partir da elaboração de projetos de intervenção com aulas teóricas e práticas. Após o planejamento, o qual deve receber aprovação da professora supervisora da escola, realizamos intervenções pedagógicas, exercitando a docência e todas as suas incumbências ou auxiliando a mesma na abordagem dos conteúdos. O processo de planejamento e implementação das ações educativas tem como aporte teórico a concepção histórico-cultural, conforme preconizado pela Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2014). Além disso, as aulas de Educação Física tem como base a Abordagem Crítico Superadora, a partir da qual ocorre a seleção e organização de conteúdos coerentes com o objetivo de promover a leitura da realidade, analisando a origem do conteúdo e conhecendo o que determinou a necessidade do seu ensino (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Nos planos propostos é considerado a história de vida dos estudantes, sua cultura, experiências, conhecimentos prévios adquiridos através de suas vivências e a comunidade em que estão inseridos, buscando construir os conhecimentos de forma coletiva com os estudantes, possibilitando a produção e a apropriação crítica dos conhecimentos, valorizando a contextualização dos fatos e da história. Esse processo permite que apreendam as diversas formas de expressão corporal a partir da reflexão sobre a ação do homem na realidade, formando sujeitos mais autônomos, mais livres e emancipados, a partir de seu protagonismo. **RESULTADOS:** Com a cultura do planejar presente na escola e no grupo do Pibid – Educação Física é possível adquirir “experiência”. Conforme o Dicionário Aurélio (1986), a “experiência” nada mais é do que um ensaio, tentativa, conhecimento adquirido por prática, por estudos, por observações. Uma das constatações advindas da

Joice Peruzzo, Mateus P. Grasel, Vanuza Iohann, Marizete Lemes da Silva Matiello, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

experiência é de que o planejamento permite dar continuidade e sequência aos conteúdos, fazendo com que os estudantes compreendam melhor os mesmos e as relações que existem entre eles, bem como a importância social destes e a ligação deles com as demais disciplinas. Com a realização do planejamento também é possível organizar e estipular metas e critérios educativos, a fim de alcançar os objetivos almejados do melhor modo possível. Também foi perceptível o fato de que, quando há planejamento a partir da realidade dos estudantes, seus interesses e curiosidades, ocorre uma maior participação dos mesmos nas aulas, com discussões e auxílio na ampliação do tema em debate, além de demonstrarem maior disposição em desenvolver as atividades propostas. Como futuros docentes percebemos que o planejamento interdisciplinar é bastante interessante quando bem elaborado, pois faz com que os professores e estudantes compreendam melhor os temas de estudo. A visão do objeto de estudo sob o enfoque de várias disciplinas possibilita que compreendam melhor a ligação existente entre as mesmas na matriz curricular. Além disso, o planejamento permite ter controle dos espaços, materiais, tempo e pessoas envolvidas no processo educativo, pois, havendo aulas de Educação Física ao mesmo tempo, precisamos ter organização para que todos possam usufruir dos espaços e materiais, sem transtornos. **CONCLUSÕES:** Com as reflexões realizadas perante o exercício do planejamento, é possível dizer que o mesmo deve ser tratado pelos docentes como um modo de organização prévia ou o modo de orientar o caminho que será “trilhado”, visando sempre à concretização dos objetivos propostos previamente (BOTARELI, 2010). Corroboramos com Botareli (2010, p. 216), ao concluirmos, através de nossas reflexões, que o planejamento precisa acontecer “[...] antes do ano letivo, durante as atividades aula, e ao fechamento do processo de ensino, pois cada etapa do processo escolar exige um novo plano. [...] estes aspectos tornam o planejamento um processo contínuo.” Portanto, o planejamento não deve ser um ato isolado, que ocorre esporadicamente. O mesmo deve ocorrer sempre que o conteúdo seja trocado, na troca de bimestre (conforme é organizado na escola campo), dentro dos conteúdos que estão sendo trabalhados, enfim, deve ser processual, integrado e interrupto. Desse modo, entendemos que “[...] o planejamento se refere a um dinamismo que deve expressar as relações sociais dos que o executam e/ou deles participam, portanto, deve estar aberto a reformulações que manifestem necessidades.” (SALERNO, 2007 apud BOTARELI, 2010, p. 216). O mesmo “[...] só tem sentido pelo reconhecimento de ser uma atividade humana integrada, com valor político agregado, pois com uma intencionalidade explícita, produz um valor a uma coletividade.” (BOTARELI, 2010, p. 216). Desse modo, concluimos que o planejamento é de suma importância para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem, e que sempre deve estar presente na prática de docentes que se preocupam com o aprendizado contextualizado e significativo dos estudantes.

Palavras-chave: Planejamento. Pibid. Educação Física.

Fonte financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Referências

BOTARELI, Dieime de Souza; VIEIRA, Eber Moreno; SALERNO, Soraia Kfour. Planejamento no contexto escolar como um processo contínuo e integrado. In: SEMANA DA EDUCAÇÃO PEDAGOGIA 50 ANOS: DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS À UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 14., 2012. **Anais...** Londrina, 2012.

Joice Peruzzo, Mateus P. Grasel, Vanuza Iohann, Marizete Lemes da Silva Matiello, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13439:ensino-medio-inovador>>. Acesso em: 29 set. 2015.

CARVALHO, Adivan Santos de et al. O ato de planejar e a importância do planejamento na organização do profissional de Educação Física. 2011. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, n. 156, 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd156/o-ato-de-planejar-na-educacao-fisica.htm>>. Acesso em: 11 set. 2015.

CASTRO, Patricia Aparecida Pereira Penkal de et al. A importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente. **Revista Científica De Educação**, 2008. Disponível em: <<https://pad.fgv.br/sites/pad.fgv.br/files/material/A%20importancia%20do%20planejamento%20das%20aulas.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 1993.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria Estadual de Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Formação Integral na Educação Básica. 2014.

PROFESSOR INVESTIGADOR E A UTILIZAÇÃO DA ESTATÍSTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

Justiani Hollas¹, Rosemari Ferrari Andreis, Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi

¹ Graduada em Matemática pela Unochapecó, especialista em Instrumentação Estatística; acadêmica do curso de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, justiani@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A construção da concepção de professor investigador parte do pressuposto de uma prática pedagógica em que o professor torna-se agente ativo da produção de conhecimentos, visando à construção da autonomia como método dinâmico e eficiente para o enfoque à pesquisa e reflexão a serem explorados em ambiente escolar, “[...] é importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, como devem ensinar, e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando.” O trabalho do professor espelha o profissional que atua no cotidiano escolar, surge então, a necessidade de buscar alternativas que visem à formação de características essenciais para que esse profissional torne-se um agente investigador, haja vista que, encontra-se na escola um dos espaços mais ricos no que tange a pesquisas sobre a realidade educacional e outras implicações. “Nem todo professor, por ser reflexivo, é também pesquisador, embora a recíproca seja, por força, verdadeira.” Nesse movimento percebe-se que o professor torna-se um agente ativo na investigação e não um mero transmissor de conhecimentos alheios. **OBJETIVO:** Analisar a utilização da investigação, aliada aos conhecimentos estatísticos, no contexto escolar dos professores do Ensino Médio, caracterizando o professor investigador e analisando os dados levantados. Para tal, têm-se como objetivos específicos norteadores da pesquisa: caracterizar o professor investigador e a estatística como dois conhecimentos que aliados favorecem a pesquisa do professor no cotidiano escolar; analisar a realidade através do levantamento de dados, apontando as dificuldades/facilidades dos professores quanto ao tema. **METODOLOGIA:** Com base em um estudo bibliográfico, busca-se caracterizar o professor investigador, segundo autores como Henry A. Giroux, Marli André, entre outros, buscando responder a seguinte questão: os professores de matemática, física e química que atuam no Ensino Médio utilizam a investigação e os conhecimentos estatísticos no seu cotidiano? Também procura-se focar as características dos conhecimentos estatísticos, considerados imprescindíveis para a formação do professor investigador, logo, optou-se pela análise da realidade a partir do levantamento de dados. Para tal, utilizou-se o questionário como instrumento de coleta, respondido pela população alvo composta por 12 professores das disciplinas de física, química e matemática do ensino médio do município de Pinhalzinho (SC). Nesse âmbito, busca-se conhecer os instrumentos e conhecimentos dos professores sobre o assunto, conectando os dados com as possíveis perspectivas de melhorias na prática pedagógica. **RESULTADOS:** Através da análise de dados, ressaltou-se a relevância do tema, trazendo aspectos positivos

Justiani Hollas, Rosemari Ferrari Andreis, Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi

do professor investigador, porém, o resultado principal aponta para as dificuldades da inserção da investigação na realidade escolar, sendo que os professores não utilizam a estatística e a pesquisa como conhecimentos que auxiliam no seu crescimento intelectual e profissional. Ao analisarem-se as habilidades que o sujeito pesquisador atinge no campo investigativo, compreendeu-se que são desenvolvidas capacidades de arguição, interpretação e análise, usualmente atreladas na resolução de situações-problemas encontradas no próprio ambiente escolar que requerem desenvoltura quanto à interpretação e a utilização de dados apresentados. Além de discutir e resolver situações do próprio contexto, o professor tem sua autoestima aumentada, acarretando finalmente na valorização do eu profissional, ou seja, da classe docente como um todo. Porém, não são somente vantagens que circundam o tema ora abordado, pois obstáculos comumente são verificados no cotidiano escolar, dentre os quais se pode citar: o despreparo metodológico dos professores; a indisponibilidade de variedade de recursos e materiais pedagógicos que possam enriquecer a prática de investigação; desinteresse pelo assunto por parte da direção de escola; e falta de tempo, fator este que resta-se por influenciar negativamente para a compreensão e agilidade necessárias para a difusão e realização de pesquisas. **CONCLUSÕES:** As análises ainda indicam que a investigação no contexto escolar surge como uma ideia para desenvolver o ensino brasileiro nas diversas disciplinas e em todas as etapas da formação, além de contribuir para a reflexão de que os saberes são acessíveis a todos, tornando concreto e investigativo o processo de ensino e de aprendizagem. Portanto, disseminar as concepções de professor investigador é o ponto de partida para a produção do conhecimento, mas não se pretende impor, restringir receitas prontas ou limites, ou seja, cada investigador determina seu ponto de chegada sujeito às peculiaridades de cada mente criativa e às possibilidades que o contexto oferece, abrindo muitas portas para a construção do conhecimento.

Palavras-chave: Professor investigador. Contexto escolar. Educação estatística.

Fonte financiadora: Programa de Bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes).

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR, ATRAVÉS DO SEU ARCABOUÇO DO SABER, NO PROCESSO DE ENSINO EDUCACIONAL

Juvir Cerejo¹

¹ Mestrando em Educação na Unochapecó, juvirpsiesporte@gmail.com

INTRODUÇÃO: O que se procura desenvolver neste estudo são as formas de atuação do psicólogo escolar no ambiente educacional. Contextualizar essa perspectiva, ampliando-se a visão das demandas encontradas hoje no espaço institucional de educação, não apenas visualizar este espaço como campo participativo de ensino-aprendizagem, mas de múltiplas interações e diálogos. O espaço escolar é um local de construção e reflexão que influenciam e determinam a evolução do processo educacional crítico do educando. Conforme consta em grande número de estudos e pesquisas em nosso país, são várias as discussões e reflexões referentes ao nosso modelo e à qualidade do ensino escolar, juntamente às estruturas físicas, práticas de formação de professores, são elementos que vêm ganhando destaque negativo já há alguns anos, ficando longe de atender as necessidades básicas da educação brasileira. Diante do exposto, percebo que a instituição de ensino escolar deverá ter profundas mudanças, estruturais físicas, de estruturação de gestão, de formação continuada apropriada para os professores, de reestruturação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e mudanças nos métodos de ensino-aprendizagem para os educandos. A relevância do tema justifica-se uma vez que o conhecimento é algo que nos auxilia para uma construção histórica das mudanças sociais que venham atender a grande demanda e as necessidades que as nossas escolas públicas enfrentam. É na escola ainda um dos principais veículos do saber, do conhecimento e interação de nossas crianças, é por meio dessas instituições que os indivíduos aprendem a conhecer e fazer parte do sistema econômico, político e social de nosso país. **OBJETIVO:** Referenciar as formas de atuação dos Psicólogos Escolares nas instituições de ensino em nosso país, contribuindo com as crescentes e complexas demandas da educação brasileira no atual contexto. **METODOLOGIA:** A pesquisa é caracterizada como pesquisa exploratória, através de um levantamento bibliográfico com uma abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. **RESULTADO:** Está sendo cada dia mais banalizado e corriqueiro ouvirmos as pessoas da comunidade e sociedade, até mesmo nossos colegas professores, dizendo que a escola não é mais como antigamente, pois antes a escola era um lugar em que os alunos iam para aprender, e nos dias de hoje não querem nada com nada, não prestam atenção nas aulas e não obedecem nem escutam os professores e o que procuram passar através de seus conteúdos. Diante disso, percebo a dificuldade que temos em reconhecer que o “antigamente” não existe mais, a história atravessou da mais antiga ancestralidade até a mais recente atualidade, e a escola

Juvir Cerejo

não pode mais evitar a tomada de um novo lugar no tempo que se encontra as escolas. No entanto, se a educação é a mais nobre mediadora entre a cultura e sua continuidade através do conhecimento, ensino e aprendizado, o que realmente está acontecendo com esse processo que se estagnou mesmo com todos os avanços que vêm acontecendo nas mais variadas esferas de nossa sociedade? O que me leva a pensar é que essa resistência em acreditar que a escola de antigamente, como costumeiramente é chamada, é a escola que resolveria as questões que cuidava dos valores, princípios morais e familiares. A própria ideia que trazia os currículos escolares, se despidendo para assumir novas roupagens ao longo do tempo, com as mudanças de governos, muitos destes projetos nunca saíram do papel, fato histórico em nosso país quando se trata de educação. Todos os dias buscamos o porquê dos alunos que não querem nada com o tema, aprender ou mesmo buscar novos desafios de conhecimento, observando o comportamento dos alunos, muitas vezes procuramos os analistas da Psicologia para poder entender mais esse fenômeno do ensino educacional. Será que vamos ter a visão da Psicologia Clínica antiga, que o foco dos problemas estava no aluno, ele não aprende, então ele tem problema e precisa ser tratado? A psicologia escolar no final do século XX, mais propriamente na década de 1990, vem quebrar esse paradigma e manifestar que o problema não está especificamente no aluno, mas em todo um processo, contexto e tempo que esse aluno está inserido. **CONCLUSÕES:** O avanço das discussões acerca da atuação do psicólogo escolar propiciaram, no final dos anos de 1980 e início da década de 1990, a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), acontecimento importante para a delimitação da área de psicologia escolar. A entidade contribui, desde então, com a divulgação de reflexões acerca da identidade do psicólogo escolar, dos conhecimentos psicológicos que se aplicam à área e as possibilidades de atuação em espaços educacionais. As demandas encontradas no ambiente escolar são variadas e precisam ser trabalhadas de modo a provocar reflexão e mudanças para que ocorra de fato um melhoramento nas unidades de ensino. A escola é o local onde a criança passa a maior parte do tempo, cria vínculos, amadurece, evolui nos aspectos intelectuais, interacionais e sociais, porém é necessário criar estratégias de assertividades para que possa ter êxito nessas questões levantadas. O psicólogo escolar, através de seu arcabouço, deve atuar intervindo junto à unidade escolar, que envolve alunos, professores, direção, funcionários, famílias e comunidade em geral, planejando e criando alternativas para fortalecer a instituição de ensino. É a partir destas convicções que, devido às grandes demandas que há nas escolas, sugere-se a inserção do psicólogo escolar, dentro das unidades escolares, em tempo integral. É nossa intenção fazer essa reflexão na busca de compreender, sob a perspectiva da Psicologia escolar, através do seu arcabouço do saber, e ajudar a contribuir com novos olhares no processo de ensino educacional.

Palavras-chave: Psicologia escolar. Escola. Educação.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

ANDALÓ, C. S. A. O papel do psicólogo escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 1984. p. 43-47.

_____. **O psicólogo escolar na busca de uma identidade**. *Jornal do Conselho Federal de Psicologia*, 1993.

Juvir Cerejo

ANDRADA, E. Novos Paradigmas na Prática do Psicólogo Escolar. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 18, n. 2, p. 196-199, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KUPFER, M. C. M. O. **Psicologia escolar: em busca de novos rumos**. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PATTO, M. H. S. (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. 2. ed. rev. São Paulo: Queroz, 1991.

REGER, R. Psicólogo escolar: educador ou clínico? In: PATTO, M. H. S. (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

VALORE, L. A. Contribuições da Psicologia institucional ao exercício da autonomia da escola. In: SILVORA, A. et al. **Cidadania e Participação Política**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1999.

GRAVIDEZ E MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA: FATOR QUE CONTRIBUI PARA A EVASÃO ESCOLAR E INGRESSO NO NÍVEL SUPERIOR

Juvir Cerejo¹, Francine Cristine Garghetti

¹ Mestrando em Educação na Unochapecó, juvirpsiesporte@gmail.com

INTRODUÇÃO: Este estudo fez parte do estágio acadêmico do curso de Psicologia no ano de 2014. O foco da pesquisa visa abordar as ações e intervenções possíveis como método de prevenção da gravidez na adolescência e possível evasão escolar e ingresso no ensino superior causado pela gravidez. O estudo foi desenvolvido com adolescentes de uma escola da rede municipal da cidade de Chapecó (SC). Através desta pesquisa, buscou-se analisar os riscos e os fatores negativos que a gravidez pode ocasionar, uma vez que grande parte das adolescentes quando engravidam param seus estudos por um período, ou muitas vezes até abandonam por terem que cuidar do filho. A relevância do estudo justifica-se por ser um tema polêmico com números significativos de casos de gravidez que ocorrem nesta faixa etária, sendo que é considerado um problema de saúde pública. Nesse contexto, Cabral (2002) ressalta “[...] os principais eixos de argumentação da gravidez na adolescência como ‘problema social’ social colocando em cena fatores de risco biológico, psicológico e social.” “Dentre as consequências ‘negativas’ da gravidez na adolescência, encontramos discurso acerca da imaturidade física e psíquica da adolescente para ter um filho, o que por sua vez representa um risco.” (CABRAL, 2002, p. 182). **OBJETIVO:** Desenvolver ações que visem prevenir a gravidez na adolescência, através de aporte teórico-prático nas unidades escolares. Intervir com palestras e orientação com psicólogos e assistentes sociais sobre os riscos da gravidez na adolescência. Orientar as adolescentes que a gravidez é um fator significativo para a evasão escolar, e interfere muitas vezes na continuidade dos estudos. **METODOLOGIA:** Os participantes desta pesquisa foram alunas da sexta a nona série de uma escola municipal da cidade de Chapecó. Para a coleta dos dados foram organizados encontros semanais com grupos de adolescentes da sexta à nona série. As intervenções ocorreram no ano de 2014. Os materiais utilizados foram palestras, vídeos e panfletos informativos referentes a temas específicos de gravidez em adolescentes. Para a realização deste estudo, seguiram-se todas as normas escritas no comitê de ética, a pesquisa foi encaminhada para avaliação e aprovação do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), após foi encaminhado para avaliação e aprovação da Escola onde se desenvolveu o estudo. **RESULTADOS:** O estudo apresentou resultados relevantes para serem analisados, fato este que, apesar das mudanças de comportamentos desta nova geração, dos avanços tecnológicos e o fácil acesso às informações, percebeu-se que falar sobre sexo e sexualidade ainda é um tabu para muitas famílias. A falta de diálogo dos pais com as adolescentes sobre o assunto acarreta, muitas vezes, o desconhecimento e falta de informação sobre

Juvir Cerejo, Francine Cristine Garghetti

os métodos de se evitar uma gravidez. Segundo as adolescentes, seus pais nunca haviam falado sobre os métodos e riscos que a gravidez poderia estar causando na vida delas, nem mesmo sobre o início da vida sexual. Diante dos fatos, entende-se que este tema é de uma complexidade que exige muito conhecimento e sensibilidade para abordar o assunto sexo, sexualidade e gravidez. O estudo também mostrou que o primeiro diálogo sobre sexo, sexualidade e gravidez foi na escola, ou seja, as primeiras informações que as adolescentes receberam foi através da escola, o que preocupa, pois essas informações deveriam partir primeiramente de casa. **CONCLUSÕES:** Ao término deste estudo, pôde-se perceber que as ações e intervenções realizadas foram positivas, pois foi possível mostrar para o público estudado os riscos e a consequência de uma gravidez na adolescência, fazendo com que refletissem sobre o tema, que é tão preocupante, considerado hoje um problema de saúde pública. Diante dos fatos, sugerem-se novos estudos com o intuito de desenvolver ações e intervenções de maneira contínua, visando à prevenção da gravidez na adolescência. Além disso, propõe-se a criação e elaboração de projetos de políticas públicas que contemplem as necessidades desta população, fazendo com que os programas atuem de forma constante, visando à prevenção e conseqüentemente a redução dos números de gravidez na adolescência. Caberia para esses programas de políticas públicas uma equipe multiprofissional que atuem conjuntamente para atender a demanda.

Palavras-chave: Adolescência. Gravidez. Evasão escolar.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referência

CABRAL, C. S. "Gravidez na adolescência" e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. **Revista Brasileira de estudos de população**, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/view/318/pdf_299>.

INDICADORES DE MANEJO EM POMARES DE VIDEIRA E LARANJEIRA NO MUNICÍPIO DE ALPESTRE (RS)

Luis Carlos Borsuk¹, Luiz Augusto Betinelli, Gelso Marchioro

¹ Engenheiro Agrônomo e professor da Unochapecó, lcborsuk@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O município de Alpestre (RS) é caracterizado por pequenas propriedades rurais, com 503 produtores de laranja e 208 de uva. A adoção de boas práticas agrícolas é fundamental para produzir frutos de melhor qualidade e rentabilidade satisfatória. A fruticultura apresenta boas potencialidades de geração de renda e qualidade de vida para as populações rurais. Atualmente, a necessidade de encontrar alternativas ao tabaco está sensibilizando as lideranças municipais e agricultores. Partiu-se da constatação de lideranças locais de que existe conhecimento suficiente para obter altos rendimentos com as culturas, com casos isolados de rendimentos de mais de setenta toneladas de laranja e vinte de uvas hectare/ano. Compreender as particularidades dos diferentes sistemas de produção ajuda a ajustar o manejo e a gestão. **OBJETIVO:** Identificar indicadores de manejo das culturas da laranja e videira e particularizar aspectos dos sistemas de produção e propor medidas de melhoria do desempenho da atividade. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi desenvolvida no período de julho 2011 a dezembro de 2012, com visitas a lideranças e a agricultores do município de Alpestre, para coleta de dados sobre as práticas de cultivo adotadas para as culturas da videira e da laranjeira. Após a coleta de dados secundários, foi calculado o tamanho mínimo das amostras (trinta cada cultura) e definidas quais seriam as boas práticas para a atividade. A coleta de dados a campo foi feita por meio de entrevistas com um questionário semiestruturado. As questões sobre “boas práticas” foram referentes a: uso de mudas certificadas e de quebra vento, escolha do local (exposição ao sol), planejamento de estradas, realização de podas e raleios, monitoramento da pragas, manejo de inverno e primavera, roçadas, adubação, comercialização, preço de venda, tamanho do pomar, tempo na atividade e satisfação com a atividade. **RESULTADOS:** Concluiu-se por agrupar em quatro grupos cada cultura, relacionando tamanho dos pomares (em ha) e tempo na atividade (em anos): grupo 1 (> 1 ha e > 5 anos); grupo 2 (> 1 ha e < 5 anos), grupo 3 (< 1 ha e > 5 anos) e grupo 4 (< 1 ha e < 5 anos) por apresentarem elevada correlação com adoção ou não das chamadas “boas práticas”. Para as videiras, destaca-se que 100% dos agricultores adquiriram mudas certificadas e realizam podas, mas somente 43% fazem raleio (necessário para obtenção de frutos de maior qualidade). Para laranjeiras, 56% dos pomares foram implantados com mudas não certificadas e 64% foram sem implantação de quebra ventos e sem acessos planejados. Os grupos 1 e 2 apresentaram frequências maiores de adoção de “boas práticas” como: uso de mudas certificadas, implantação de quebra-ventos, pomar na exposição norte e planejamento das estradas, poda, raleio, monitoramento da mosca da fruta, manejo de

Luis Carlos Borsuk, Luiz Augusto Betinelli, Gelso Marchioro

inverno/primavera, roçadas e adubação verde. Um exemplo é o caso do manejo de produção em laranjeiras: entre os agricultores do grupo 4, 11,11% realizam podas; 44% realizam controle de cancro; 22% controlam moscas das frutas e 33% realizam adubação verde.

Tabela 1 – Frequências das práticas de adubação, com níveis baixo e alto de fertilizantes químico sintéticos, de produção (em kg/ha) de fertilizante NPK, por viticultores e citricultores, Alpestre (RS), 2012

Grupos de produtores	Viticultores (%)		Citricultores (%)			
	Descrição do grupo	(1) (2)	Baixo 60-120	Alto > 300	Baixo 60-120	Alto > 300
G1. > 1ha e > 5 anos	16	9	8,00	60,00	12,00	64,00
G2. > 1ha e < 5 anos	3	8	27,27	36,36	18,18	45,45
G3. < 1ha e > 5 anos	3	4	57,14	14,28	42,85	28,57
G4. < 1ha e < 5 anos	8	9	41,17	5,88	58,82	11,76

(1) número de viticultores; (2) número de citricultores.

Estes resultados confirmam resultados de Zarychta (2009), de que agricultores com maior área estão adotando mais as práticas de manejo em pomares no oeste de Santa Catarina. Na tabela 2, são mostrados os dados de rendimentos físicos obtidos por cultura, no período entre os anos de 2010 a 2012.

Tabela 2 – Rendimentos em toneladas/hectare por grupo de viticultores e citricultores, entre os anos de 2010 e 2012, Alpestre (RS)

Descrição do grupo	Viticultores/ano safra			Citricultores/ano safra		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
G1. > 1ha e > 5 anos	12,56	13,98	16,84	21,54	27,63	24,95
G2. > 1ha e < 5 anos	9,54	8,47	11,97	14,63	14,98	12,85
G3. < 1ha e > 5 anos	6,64	7,14	6,43	10,54	9,54	9,86
G4. < 1ha e < 5 anos	4,64	4,90	5,84	5,63	6,58	6,64
Média (ton/ha)	8,34	8,62	10,27	13,08	14,08	13,57

A comercialização de uvas se deu na proporção de: 57% para mercado de fruta *in natura* e 43% para indústria de vinhos e vinagre. Para laranjas, 95% das plantas são de cultivares voltadas para extração de suco e 70% das vendas ocorreram para este fim, que remunera entre 50 e 70% menos do que o mercado *in natura*. Observou-se a ação engajada dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em capacitação e na convicção dos potenciais da fruticultura para a região de inserção de Alpestre. Por outro lado, as “garantias contratuais” de outras cadeias produtivas, como o tabaco e o leite, e as precariedades na comercialização de frutas são apontados pelos agricultores como freios ao desenvolvimento da fruticultura (VITTI; BOTEON, 2008). Outro fator importante é a mão de obra, que requer planejamento para suprir a necessidade que as atividades demandam e estão em choque com o envelhecimento e masculinização da população. Também destaca-se o não aproveitamento dos potenciais comerciais, sociais e tecnológicos da região para a produção

Luis Carlos Borsuk, Luiz Augusto Betinelli, Gelso Marchioro

orgânica, por se tratar de pomares relativamente pequenos e isolados, com abundância de fragmentos florestais na paisagem (serviços ecossistêmicos), em solos de fertilidade natural elevada e a existência de um estoque de tecnologias para estas atividades (ALTIERI, 2001). Por fim não foi observado de parte dos agricultores alguns conhecimentos sobre potencialidades de distinção dos produtos da região, decorrentes das características edafoclimáticas. **CONCLUSÕES:** O trabalho evidencia que as principais indicações tecnológicas para melhorias no desempenho dos pomares existem no próprio município, uma vez que são conhecidos os casos isolados de altos rendimentos no próprio local. Por outro lado, investimentos na geração de capital social local parece ser a condição *sine que non* e esta ação depende tanto de iniciativa própria como do poder público. Os resultados permitem indicar que sejam feitos estudos sobre possibilidades de diversificação da cesta de frutas a comercializar, aumentar o percentual de frutas aptas ao mercado *in natura* e testar sistemas de adubação mais intensivos. Outra vertente de investigação sugerida se refere ao melhor entendimento dos sistemas de produção, como: as interações entre as criações e culturas; as interferências da cultura do tabaco no manejo dos demais cultivos e criações por ser grande demandador de mão de obra em determinadas épocas do ano; e as percepções dos jovens rurais sobre a fruticultura e o futuro.

Palavras-chave: Fruticultura. Rendimentos. Manejo.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia, a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. Síntese Universitária, p. 54.

VITTI, Aline; BOTEON, Margarete. Análise da competitividade da fruticultura brasileira frente a mundial. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 2008. **Anais...** Rio Branco, jul. 2008.

ZARYCHTA, JOÃO. **Trajetória da citricultura na região oeste de Santa Catarina**. 2009. 85 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2009.

EVOLUÇÃO BIOLÓGICA: COMPREENSÃO E ACEITAÇÃO DE ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO

Marciela Batistela¹, Marcos Vinicius Perini

¹ Acadêmica de Biológicas da Unochapecó, marcielabatistela@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A evolução biológica é considerada como um eixo central para a compreensão da biologia e da própria humanidade. É um conjunto de afirmações sobre seleção natural e os processos que a causam, sustentadas por várias evidências amplamente aceitas. Existem questões muito importantes para a sociedade que estão diretamente relacionados com o entendimento da evolução, como a conservação da biodiversidade ou as consequências do uso indiscriminado de antibióticos. A importância do aprendizado da evolução biológica no ensino médio é destacada em documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e os PCN-SC, do estado de Santa Catarina. Observando-se os resultados que as pesquisas educacionais tem apontado sobre o ensino dessa temática nas escolas e a falta de estudos sobre o ensino e aprendizagem da biologia evolutiva na região oeste de Santa Catarina, tornou-se relevante realizar esta pesquisa. **OBJETIVO:** Investigar a compreensão e a aceitação da evolução biológica por estudantes egressos do ensino médio. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma pesquisa qualitativa, entrevistando oito estudantes do primeiro período do curso de Ciências Biológicas ingressantes do ano 2013 da grade de bacharelado da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) que se dispuseram a participar espontaneamente da pesquisa. Os estudantes foram guiados na entrevista através de um roteiro contendo questões norteadoras para falar sobre alguns dos principais conteúdos que vem sendo trabalhados no ensino médio, com relação à evolução biológica e seus conceitos. Foi realizada uma entrevista semiestruturada focada no tema, onde foram apresentadas oito perguntas abertas e uma questão fechada, para que fossem respondidas pelos entrevistados. Todas as entrevistas foram gravadas, tendo o consentimento dos estudantes para posterior divulgação dos resultados obtidos. Esses dados foram organizados em categorias e dispostos em gráficos e quadros para discussão. Para garantir o anonimato dos estudantes, cada um dos participantes foi nomeado com letras do alfabeto para citá-los durante os resultados e discussão de dados. **RESULTADOS:** Com relação à compreensão dos principais conceitos relacionados à evolução biológica, mostraram que os estudantes não dominam os conceitos da evolução biológica e não possuem uma boa compreensão sobre o assunto abordado, apresentando também dificuldades de abordar e falar sobre conceitos específicos do tema. Com relação à aceitação do fato da evolução biológica ocorrer na natureza, grande parte dos estudantes demonstraram concordar que a evolução biológica ocorre, mas apresentaram dúvidas quando questionados sobre a posição materialista da ciência em relação às causas do fenômeno. Muitos estudantes tiveram dúvidas em relação às

Marciela Batistela, Marcos Vinicius Perini

explicações científicas e suas crenças pessoais de ordem religiosa. **CONCLUSÕES:** Esses dados embora introdutórios, sinalizam que existem várias fragilidades em questões de conceitos evolutivos e deficiências na compreensão da evolução biológica por esses estudantes. Os resultados obtidos nesta pesquisa sobre a fragilidade do ensino de evolução corroboram com outras pesquisas já feitas sobre o tema no Brasil. Por fim, este trabalho precisa ser ampliado, com uma amostra maior de estudantes. Com relação à aceitação, seria interessante realizar a pesquisa em dois momentos diferentes, um no início da graduação, com estudantes calouros, como feito nesta pesquisa e outro próximo ao final da graduação dos mesmos entrevistados. Assim, poderia se constatar se realmente a compreensão e a aceitação da evolução biológica muda conforme o conhecimento e aprofundamento dos estudantes. Seria importante também, estudar questões que pudessem explorar mais a compreensão dos estudantes sobre a aceitação e entendimento da evolução biológica.

Palavras-chave: Evolução biológica. Ensino de biologia. Conceitos evolutivos.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO

Marcos Antonio Nunes¹, Cristiane Tonezer

¹ Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, especialista em Docência na Educação Superior e pós-graduado em Gestão Social de Políticas Públicas pela Unochapecó, mnunes@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A presente reflexão é resultado do trabalho final da disciplina Região e Desenvolvimento, cursada no Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. As discussões da disciplina iniciaram-se pela temática central, abordando o desenvolvimento econômico e suas etapas. Observa-se que a preocupação com o desenvolvimento é um tema relativamente novo, tendo surgido depois da Segunda Guerra Mundial, e mais recente a perspectiva do desenvolvimento regional numa visão ampliada, que abarca diferentes adjetivações e manifesta preocupação com questões que vão além do crescimento econômico, para incorporar no debate questões culturais, ambientais, sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, adquire relevância a organização da presente reflexão, tanto a nível acadêmico quanto econômico e social. **OBJETIVO:** Refletir acerca das principais abordagens teórico-metodológicas e o debate contemporâneo sobre desenvolvimento, tendo por base as discussões realizadas na disciplina. **METODOLOGIA:** A realização do presente trabalho teve como base as discussões da disciplina Região e Desenvolvimento e se desenvolveu a partir de uma revisão dos textos que foram utilizados durante o semestre, bem como anotações realizadas durante as aulas que contribuíram para o entendimento da problemática em análise. **RESULTADOS:** Na intencionalidade da apreensão da discussão em torno do desenvolvimento regional e sua intrínseca relação com as categorias território, governância, capital social e participação, as reflexões realizadas possibilitaram entendimento sobre diferentes abordagens teóricas, instigando o estudo em torno desse importante tema, o desenvolvimento regional. Observa-se no mundo um movimento voltado à regionalização, via criação de blocos econômicos, ou seja, a organização de países com vistas à conquista de maior espaço, de reconhecimento no cenário mundial. Na discussão do processo de desenvolvimento capitalista, Piovezana (2012) argumenta que há uma implicação direta entre produção e relações sociais, pois as “[...] relações sociais passam a ser coisificadas dentro do sistema. Entre as pessoas e a natureza está o capital e as relações entre as pessoas passam a se constituírem através do capital.” Ao transformar as relações sociais em coisas, há a desumanização das pessoas, as quais passam a ser valorizadas não pela sua condição humana, mas pela inserção que tem na sociedade de consumo. É uma inversão de valores, aonde não há espaço para cultivar a solidariedade e o cuidado mútuo, prevalecendo o individualismo e a competição. Essa perspectiva vem orientando o desenvolvimento da maioria dos países, implicando a formação de Estados Nação voltados à defesa dos interesses do capital, com apropriação privada do conhecimento produzido pelas grandes revoluções, dentre as quais a revolução

Marcos Antonio Nunes, Cristiane Tonezer

industrial em suas diferentes etapas, ou seja, não há a socialização para o conjunto dos trabalhadores dos benefícios das novas tecnologias, como por exemplo, a redução da jornada de trabalho pela capacidade exponencial de produção advinda a partir da era da microeletrônica. A apropriação privada dos resultados do trabalho e do conhecimento, que é produzido de forma coletiva, é um dos grandes entraves ao processo de desenvolvimento das regiões, impactando na implementação de políticas públicas e na forma como o Estado responde às demandas da sociedade, com políticas mais ou menos inclusivas, para transformação ou manutenção das estruturas de poder. Gudynas (2011) argumenta que a construção do “Bem-Viver” implica em mudanças profundas na concepção de desenvolvimento, sendo que ao invés de insistir em “desenvolvimentos alternativos”, deve-se construir “alternativas ao desenvolvimento”. Destaca a necessidade da incorporação de uma nova relação com o meio ambiente, entendendo-o como sujeito de direitos. Ressalta o papel das políticas sociais, as quais seriam uma forma de redistribuição do excedente via atuação do Estado, com a necessária participação da população na construção de alternativas ao desenvolvimento. O Bem-Viver é um processo político, de empoderamento e construção de novas relações entre as pessoas e das pessoas com o meio ambiente, com vistas a um desenvolvimento com justiça social e sustentável a médio e longo prazo, por meio do uso racional dos recursos naturais. No Brasil, há entendimento de que a partir da redemocratização o país passa a valorizar o fortalecimento do mercado interno, suprimindo as necessidades básicas e buscando mercado externo, produzindo transformações nos heterogêneos espaços que formam o território nacional. Ao refletir sobre o território como espaço no qual se constroem as relações, sejam elas econômicas ou sociais, pode-se compreendê-lo como espaço geográfico construído socialmente, “[...] definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão que se coloca, é quem domina ou influencia e/ou como domina ou influencia determinado espaço.” (MAIA; FILIPPI; RIEL, 2012, p. 19). Ao compreender o território como espaço resultante de relações sociais, portanto em permanente transformação, é possível compreendê-lo também como espaço de possibilidades. Abramovay (2006) destaca o papel da cooperação e da partilha de conhecimento para o desenvolvimento das regiões, pois “[...] territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social.” Portanto, compreender o território como espaço vivo, como arena onde se desenvolvem diferentes processos, atravessados por interesses heterogêneos, competitivos e muitas vezes contraditórios, mas também como espaço de fortalecimento das experiências cooperativas, associativas, solidárias e emancipatórias, representa desafio a ser enfrentado, superando a visão disciplinar do conhecimento, que dificulta o diálogo entre os diferentes profissionais e as diferentes políticas públicas que demandam atuação no território. Bandeira (1999, p. 6), ao refletir sobre participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional, chama atenção para o fato de poder existir, dentro de uma mesma região, vários territórios, que no processo de planejamento tradicional não são observados, sendo necessário “[...] revisar as estratégias tradicionalmente adotadas na formulação de políticas sociais no Brasil.” (p. 8). Ao se referir sobre governância, Bandeira (1999, p. 14) explica que esta é caracterizada por “[...] um processo esclarecido e previsível de formulação de políticas públicas, por servidores públicos profissionalizados, por um poder executivo que possa ser responsabilizado por suas ações e por uma sociedade civil forte e atuante.” Argumenta ainda que, numa compreensão ampliada, a governância, ou seja, “[...] o exercício da autoridade econômica, política e administrativa para gerenciar um país em todos os níveis [...]” (ibidem, p. 15) deixa de ser resultante da ação do governo, para abarcar também a iniciativa privada e a sociedade civil; ganha expressão o planejamento participativo, que se constitui como ferramenta importante para incorporar nos processos a

Marcos Antonio Nunes, Cristiane Tonezer

participação de pessoas, grupos ou organizações, que no planejamento tradicional não tem vez e muito menos voz, às quais se acredita não “ter nada a comunicar”. Significa romper com uma visão tecnicista, burocrática, para incorporar a efetiva participação popular na tomada de decisão, no acompanhamento e avaliação das políticas sociais. “A boa governância proporciona a base para o desenvolvimento participativo [...]” (ibidem, p. 16) e para acúmulo de um capital social capaz de sustentar processos de desenvolvimento regionais participativos. Para Putnam (1996 apud Bandeira, 1999, p. 20), o capital social se caracteriza como um dos principais fatores indutores do desenvolvimento de algumas regiões e do fracasso de outras. Pode ser entendido como conjunto de “[...] características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.” Ao analisarem os instrumentos de planejamento participativo, Rezende e Ultramari (2007, p. 257), concebem que o plano diretor e o planejamento estratégico municipal “[...] são instrumentos de planejamento e gestão de municípios e prefeituras, considerados atualmente de importância inquestionável.” (p. 257). Já o planejamento estratégico municipal, apesar de ser pensado a curto prazo, apresenta maior liberdade de organização, pois “[...] tem como objetivo principal a coordenação dos vários níveis e funções estratégicas de uma cidade em um projeto global, considerando a missão, as estratégias, o orçamento e o controle dos objetivos das ações municipais.” (LOPES, 1998 apud REZENDE; ULTRAMARI, 2007, p. 266). Apesar dos desafios presentes no processo de planejamento, entende-se que esse se constitui em ferramenta a ser exercitada e aprimorada constantemente, a partir dos diferentes espaços de atuação profissional, sejam eles privados ou públicos, com ênfase no planejamento participativo, por meio do qual é possível desenvolver projetos que visam à transformação de estruturas tradicionais, hierarquizadas, centralizadoras para construções horizontalizadas, cooperativas e participativas.

CONCLUSÕES: No processo de desenvolvimento capitalista, vislumbra-se o importante papel desempenhado pela ciência, compreendida como ferramenta de transformação social e desenvolvimento das regiões, por meio da construção de relações solidárias, da cooperação, de políticas públicas inclusivas, possibilitando que a riqueza que é socialmente produzida seja coletivizada, tendo no horizonte uma sociedade que cultive o “Bem-Viver” e uma nova relação com o meio ambiente, na perspectiva da sustentabilidade. Ter a capacidade de apreender os diferentes territórios que existem dentro de uma mesma região, pressupõe conceber o território como espaço socialmente construído, de ausências, exclusões e possibilidades; espaço contraditório que se constrói no cotidiano da prática social, para além da dimensão geográfica, condição para a proposição de políticas de desenvolvimento articuladas às políticas setoriais, na busca da boa governância como estratégia de desenvolvimento regional. Apesar dos desafios inerentes aos processos participativos, ressalta-se que se constituem em estratégias imprescindíveis para o desenvolvimento regional, pois possibilitam apreensão das diferentes características que conformam um dado território e/ou região, bem como o planejamento de ações voltadas aos reais interesses da população, instigando o surgimento de um capital social capaz de produzir enfrentamentos à homogeneização proposta pela globalização, para os quais espera-se que o presente trabalho possa contribuir, considerando o relevante papel desempenhado pelo conhecimento nos processos de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Território. Capital social.

Fonte financiadora: Unochapecó.

NOVOS OLHARES SOBRE O ENSINO DA FISILOGIA HUMANA

Mayra Zancanaro¹, André Lisot, Arthur Schafer, Candice Detoni Gazzoni,
Maria Luisa Bianchi Cruz

¹ Enfermeira, aluna especial do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde. Docente emergencial do curso de Medicina da UnoChapecó, mayraa@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Os métodos de ensino alternativos podem auxiliar o professor e também servir como recurso de pesquisa, na medida em que permitem a interação entre os atores do processo ensino/aprendizagem. Especificamente no processo de ensino/aprendizagem da fisiologia humana, os professores raramente recorrem a métodos alternativos de ensino, optando, quase sempre, por formas tradicionais de ensino, e este fato pode estar acarretando em maiores dificuldades para os estudantes, nos cursos em que a fisiologia se faz presente. A palavra método pode ser definida como conjunto de etapas ordenadas e dispostas a serem vencidas para alcançar um determinado fim. Métodos alternativos são formas diferentes de se trabalhar o conteúdo com o estudante, dando a ele opção e complementação para compreender melhor o que foi proposto. **OBJETIVO:** Apresentar métodos alternativos para o ensino da fisiologia humana, e os resultados obtidos no ensino-aprendizagem fundamentado na literatura. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão de literatura nos últimos cinco anos. As fontes utilizadas como base na revisão de literatura foram artigos publicados no Google Acadêmico e *Scielo*. Os termos utilizados na busca foram “métodos alternativos de ensino-aprendizagem”, “métodos alternativos de ensino da fisiologia humana” e “fisiologia humana”. Utilizando esses termos foram encontrados 126 artigos. Inicialmente, com a leitura dos resumos, os critérios adotados para exclusão de artigos foram: não possuíam datas e referências (12 artigos), artigos em que a pesquisa não havia sido feita com seres humanos (15 artigos), artigos publicados fora do período (36 artigos), artigos onde não foi possível obter a versão completa (sete artigos); com essa filtragem restaram 56 artigos. Após a leitura por completo destes artigos, uma nova filtragem foi feita levando em conta a relevância das publicações no auxílio a responder as questões pertinentes a essa pesquisa, após essa nova filtragem restaram 22 artigos que formam a base da revisão aqui proposta. **RESULTADOS:** De acordo com a literatura pesquisada, foram encontradas formas alternativas e/ou complementares de se lecionar a fisiologia humana, sendo elas: os mapas conceituais, modelos representacionais, experimentos práticos feitos em casa, realização de plantões virtuais com monitores, formação de grupos de estudo, ciclo de palestras, jogo didático, entrevistas com professores, construção de um *software*, sistema tutorial hiperídia e seminários didáticos. **CONCLUSÕES:** Através desse levantamento teórico foi possível verificar que os métodos mais efetivos são os mapas conceituais e seminários didáticos, pois foram capazes de promover maior participação, interação e retenção do conteúdo pelos estudantes. Por meio dos textos pesquisados é possível perceber que poucos são os

Mayra Zancanaro, André Lisot, Arthur Schafer, Candice Detoni Gazzoni, Maria Luisa Bianchi Cruz

métodos alternativos utilizados nas aulas de Fisiologia e de ciências de uma forma geral. No que se refere ao ensino superior, poucas vezes se buscou fugir da forma tradicional, que se vale da didática que utiliza livros e material expositivo dentro de sala. Apesar de poucos, e às vezes com resultados inconclusivos, métodos alternativos de ensino podem facilitar e auxiliar em muito os estudantes na hora de compreender o conteúdo, devendo ser utilizados como complementação ao material didático tradicional e em nenhum dos casos o substituindo.

Palavras-chave: Métodos de ensino. Aprendizagem. Fisiologia.

Fonte financiadora: Unochapecó.

HÁBITOS ALIMENTARES E ESTILO DE VIDA DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CHAPECÓ (SC)

Michelli Distler Mueller¹, Daline Guerre

¹ Acadêmica de Nutrição da Unochapecó

INTRODUÇÃO: Atualmente, a questão nutricional ocupa um lugar de destaque no âmbito mundial, assim como é percebida a preocupação com a nutrição adequada e com as consequências de uma alimentação incorreta. Embora alimentar-se seja uma necessidade básica do ser humano e parece ser simples, esse ato envolve uma abundância de aspectos que influenciam a qualidade de vida do indivíduo, onde deste modo, a adoção de hábitos alimentares saudáveis trás benefícios à qualidade de vida do indivíduo. O estilo de vida passou a ser visto como um dos mais importantes determinantes de saúde dos indivíduos, grupos e comunidades, quando considerado seu conceito como um conjunto de ações que refletem as atitudes, valores e oportunidades na vida das pessoas. Ele passou a ser fundamental na promoção da saúde e redução da mortalidade por várias causas. Nesse contexto, no cenário educativo, também pode-se afirmar que a qualidade de vida e a prática de hábitos saudáveis são fundamentais para o bom desempenho no trabalho, favorecendo assim a qualidade do ensino e a relação professor-aluno. **OBJETIVO:** Verificar o perfil de estilo de vida e estado nutricional de docentes de uma Escola Parque Cidadão e um Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM) do município de Chapecó (SC). **METODOLOGIA:** Estudo do tipo transversal, quantitativo e descritivo sendo realizado através da aplicação de uma entrevista baseada no questionário “Como está sua alimentação?”, que foi adaptado pelas pesquisadoras. Além disso, foi realizada avaliação nutricional com alguns dos pesquisados para análise da associação desta variável com os hábitos alimentares. A coleta de dados foi realizada em uma escola e em uma creche localizadas no bairro Efapi, em Chapecó (SC), cidade polo da região oeste de Santa Catarina, apresentando, segundo o Censo Demográfico (2010), uma população de aproximadamente 185 mil habitantes. A população estimada para o ano de 2014 foi de 202 mil habitantes. A pesquisa foi realizada com vinte professores, dos quais 12 também aceitaram fazer a avaliação nutricional com medidas de altura, peso e circunferência abdominal. A atividade foi realizada entre os dias 20 e 26 de agosto de 2015, tendo duração em média de sete minutos para o questionário e três minutos para a avaliação nutricional. Os instrumentos utilizados na atividade foram cópias do questionário adaptado, papéis para marcação da resposta e caneta. Para a realização da avaliação nutricional utilizou-se uma balança digital da marca G-Tech com peso máximo de 150 quilogramas (kg), devidamente calibrada, uma fita métrica para medir a altura, outra fita métrica para a medida da circunferência abdominal, uma régua tipo esquadro, fita

Michelli Distler Mueller, Daline Guerre

adesiva, caderno e caneta para marcar os resultados. Os professores que também participaram da avaliação nutricional tiveram os resultados calculados e interpretados na hora através das tabelas de Índice de Massa Corporal (IMC) e de circunferência abdominal, ambos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O cálculo foi feito de acordo com a seguinte fórmula: $IMC = \text{peso (kg)} / \text{altura}^2 \text{ (cm)}$. A base de IMC adotados foram os preconizados pela OMS, ou seja, baixo peso (IMC < 18,5); eutrofia (IMC 18,5-24,99); sobrepeso (IMC 25-29,99) e obesidade (IMC \geq 30,00). Para a circunferência abdominal a interpretação foi baseada de acordo com o grau de risco para doenças cardiovasculares: risco aumentado para mulheres (CA > 80 cm) e para homens (CA > 94 cm), e risco muito aumentado para mulheres (CA > 88 cm) e para homens (CA > 102 cm). **RESULTADOS:** Dos entrevistados, 80% (N = 16) foram do sexo feminino. De acordo com a avaliação dos dados quanto aos hábitos alimentares, observou-se o consumo de frutas adequado (três porções ou mais/dia) com apenas 20% (N = 4) dos entrevistados, 80% (N = 16) dos professores costumam consumir duas porções ou menos, ou não costumam comer frutas todos os dias. Em relação ao consumo de legumes e verduras, observou-se que 70% (N = 14) não consomem a quantidade adequada (três porções ou mais por dia) destes alimentos. Ainda, se tratando de leguminosas, 85% (N = 17) consome adequadamente de acordo com a recomendação (uma porção diária) este tipo de alimentos, sendo que, o feijão foi o único alimento citado deste grupo. Os alimentos fontes de fibras e ricos em compostos antioxidantes que contribuem para a proteção de várias doenças e o seu consumo diário juntamente com alimentos pouco processados e ricos em carboidratos complexos, garante um aporte adequado de micronutrientes e fibras, proporcionando melhor funcionamento do organismo, sendo muito importante que a população estudada aumente o consumo destes alimentos para a saúde. Em relação às leguminosas, em especial o feijão, vale destacar que são alimentos muito nutritivos ricos em proteínas, fibras, vitaminas do complexo B e minerais como ferro, zinco e cálcio, além de possuírem um alto poder de saciedade. O fato de que o feijão foi o único tipo de leguminosa que os entrevistados costumam comer é de que o Brasil, em especial, tem a mistura de arroz com feijão como a mais popular no país inteiro, podendo, portanto, ser considerado um costume brasileiro, fazendo com que as leguminosas estejam presentes no prato dos brasileiros. Em relação às carnes/ovos temos um alto consumo diário deste alimento, entretanto, os brasileiros, principalmente na região Sul, onde este alimento representa algo cultural e social, seguem este padrão alimentar de produtos proteicos, em especial a carne. Quanto ao grupo de leites e derivados, o resultado não foi tão díspar, entretanto, muitos ainda não consomem estes alimentos adequadamente. Em relação ao consumo de água, apenas 35% (N = 7) tem o hábito de consumi-la adequadamente, dos quais, 65% (N = 13) relataram consumir menos de cinco copos de água por dia, abaixo da recomendação diária que é de cinco a oito copos ou mais diariamente. Quando perguntado das refeições, 90% (N = 18) disseram fazer de três a quatro refeições/dia. E ainda 65% (N = 13) costumam trocar pelo uma das refeições principais (café da manhã, almoço e jantar) por lanches rápidos. E sobre o costume de ler as informações nutricionais nos rótulos de alimentos, 95% (N = 19) relataram nunca ler, quase nunca ou costumam ler algumas vezes. A rotulagem nutricional é essencial para permitir aos consumidores escolhas alimentares mais saudáveis. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) elaborou, entre os anos de 2000 e 2001, a legislação que determina as informações nutricionais obrigatórias a serem veiculadas nos rótulos de alimentos dando assim a oportunidade do consumidor saber o que está comendo. Quanto aos hábitos relacionados à qualidade de vida, 65% (N = 13) relataram não fazer nenhum tipo de atividade física. Porém, a prática de atividades físicas proporciona uma série de benefícios, como o aumento do bem-estar e

Michelli Distler Mueller, Daline Guerre

autoestima, o alívio do estresse, o estímulo à convivência social, a melhora da força muscular, o fortalecimento dos ossos e o pleno fortalecimento do sistema imunológico, e também protege contra obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares, alguns tipos de câncer e transtornos mentais. Entretanto, 90% (N = 18) relatou ter entre sete a oito horas de sono/noite e ainda 85% (N = 17) costuma tirar pelo menos uma hora/dia para atividades de lazer. A avaliação nutricional foi realizada com doze dos vinte professores pesquisados por questões de disponibilidade. O resultado mostrou que a maioria está acima do peso e todos estão em risco cardíaco por causa da circunferência abdominal. **CONCLUSÕES:** A partir deste estudo, conclui-se que os professores têm fragilidades em suas práticas de vida saudável, como, por exemplo, o baixo consumo de frutas, legumes e verduras, de água e a não prática de atividade física. Sendo a infância a fase da vida em que são formados os hábitos e estilo de vida e onde são definidas estas práticas que podem durar nas outras fases da vida, é relevante falar que o professor é um ator importante no que diz respeito à influência, principalmente alimentar, em seus alunos, pois, muitas vezes, o professor é tido como um ídolo/modelo a ser seguido. Dessa forma, poderia haver uma maior articulação entre os profissionais da saúde e da educação, para desenvolverem e compartilharem atividades voltadas à promoção da saúde da comunidade escolar incentivando alunos e professores. O estágio é uma ótima oportunidade para pôr em prática estes critérios, portanto, deveria haver mais incentivo e também valorização desta relação entre comunidade escolar e universidade.

Palavras-chave: Hábitos alimentares. Professores. Estilo de vida.

Fonte financiadora: Unochapecó.

AS IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS EDUCATIVOS: QUAL O SENTIDO DO TERRITÓRIO ESCOLAR?

Misael Szytko¹, Silvia Maria Alves de Almeida

¹Acadêmico de Psicologia da Unochapecó, m.szytko@unochpeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O presente trabalho é decorrente dos componentes curriculares Estágio Acompanhado em Psicologia e Processos Educativos I e II e Seminário em Psicologia e Processos Educativos I e II, situados respectivamente no oitavo e nono período do curso de graduação em Psicologia da Unochapecó. Os componentes caracterizam-se como um dos estágios curriculares obrigatórios do curso e justificam-se como fundamentais para a formação acadêmica e profissional da psicologia. Eles permitiram a inserção do estudante em instituições educacionais, possibilitaram o desenvolvimento da observação, compreensão da complexidade da realidade, desenvolvimento de competências, habilidades de intervenção e análise de implicação necessária para a inserção e atuação nos processos de ensino-aprendizagem. O desenvolvimento do estágio caracterizou-se pela elaboração de uma proposta de intervenção fundamentada na ética, na formação profissional e técnico-científica, sendo elas comprometidas com as implicações sociais, com o planejamento e implementação de estratégias adequadas, contribuindo para o desenvolvimento de uma proposta mais consistente e crítica dos processos e fenômenos envolvidos na escola, visando o desenvolvimento de práticas em espaços educacionais voltadas aos processos de ensino-aprendizagem. A realização do estágio teve duração de um ano e ocorreu em uma escola da rede municipal de Chapecó (SC). A relevância deste trabalho consiste na construção de novas problemáticas sobre o sentido da instituição escolar na contemporaneidade, desenvolvendo assim a produção de conhecimentos em relação aos processos educativos na área da Psicologia Escolar. **OBJETIVO:** Desenvolver ações coletivas envolvendo a comunidade escolar visando ressignificar e/ou engendrar novas formas e novos sentidos de relacionar-se com o território escolar, através de processos de criação e relações estéticas e éticas, possibilitando mudanças nos processos educativos em práticas mais humanizadoras. Além do objetivo principal, o processo de estágio teve como objetivos específicos construir propostas voltadas a mobilização da comunidade escolar na/para participação acerca dos processos educativos; a organização de um processo de acolhimento com a gestão escolar e o grupo de professores, constituindo posteriormente um grupo de intervenção; diálogos e reflexões sobre o papel do psicólogo no contexto escolar; a ressignificação e a produção de novas formas e novos sentidos de relacionar-se com o território escolar e mercado de trabalho; ações sobre temáticas demandadas no território escolar, pensando na construção de propostas, e a elaboração de documentários. **METODOLOGIA:** A prática foi baseada nos fundamentos teórico-metodológicos do método cartográfico, o qual apresenta-se como um instrumento de

Misael Szytko, Sílvia Maria Alves de Almeida

investigação que permite compreender e acompanhar a processualidade dos atravessamentos e agenciamentos que ocorrem no campo da pesquisa. A cartografia como método pressupõe um caminho que não é permeado por regras fixas, mas por pistas que consideram as implicações e afetos emergidos no caminho (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). Os resultados foram produzidos por meio da realização de entrevistas, observação e acompanhamento das atividades do território escolar, e através das atividades desenvolvidas, como grupo de estudantes, de professores e comunidade escolar, e todos os resultados foram analisados a partir das contribuições do referencial da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural.

RESULTADOS: Retomando o objetivo geral, a respeito do sentido e função da escola perceptível e retratada ao longo do estágio, pode-se afirmar que por meio dos diálogos e reflexões concretizadas no decorrer dos encontros foi possível a ressignificação da concepção desses sujeitos para a escola, gerando benefícios nos processos educacionais e no estabelecimento de relações mais humanizadoras. A partir do acompanhamento dos processos no território escolar constatou-se a presença e a reprodução de características semelhantes acerca do conceito de participação e a imagem atribuída à instituição escolar. Com referência a característica de participação, essa foi retratada como ausente na escola, sendo marcada por uma participação que precisava ser qualificada. Acerca da imagem da escola, os sujeitos relacionados no território escolar geralmente a retratavam como algo “sem sentido”, de aspecto negativo e/ou obrigatório. Os sujeitos ainda relacionavam a escola como um espaço de lazer a distanciando de questões pedagógicas, sendo que tal definição produzia implicações na relação desses sujeitos com a instituição escolar e com os processos educacionais. Essas características da ausência de participação e da imagem estavam relacionadas ao sentido da instituição escolar atribuído pelos sujeitos (estudantes, professores, comunidade). Vygotsky (2005) define o conceito de sentido junto com o conceito de significado. O autor distingue dois componentes que compõem uma palavra: o significado propriamente dito e o sentido. O primeiro refere-se ao sistema de relações objetivas que se formou no processo do desenvolvimento da palavra, consistindo num núcleo relativamente estável de compreensão da palavra, compartilhado por todas as pessoas que a utilizam. Já o segundo, o sentido, trata-se de algo que se refere ao significado da palavra para cada indivíduo, composto pela vivência individual e relacionado ao intercâmbio social. O sentido ao mesmo tempo é algo individual e coletivo. Tomando como base a definição de sentido formulado por Vygotsky e refletido para a relação sujeito e objeto, torna-se claro que o significado do sentido atribuído pelo sujeito ao objeto, seja ele qual for, acaba implicando nesta relação. Nesta perspectiva, ampliando o conceito de sentido para a concepção (imagem) da instituição escolar, dependendo do sentido atribuído pelos sujeitos presentes no território escolar, logicamente que o mesmo resultará em implicações na relação com escola e com os processos de ensino-aprendizagem. Percebeu-se que o grupo de professores a partir dos disparadores conseguiu refletir sobre o papel do professor, a postura e os discursos do grupo na escola, as práticas pedagógicas e as relações estabelecidas com os estudantes. A comunidade escolar aprofundou o conceito de participação, resultando na aproximação da relação família-escola, diminuindo os discursos de críticas entre ambas as instituições. No grupo de estudantes foi perceptível a instrumentalização nos conceitos de autonomia, argumentação e participação, os quais foram relacionados e interferem na temática do sentido da escola. Dessa maneira, as atividades desenvolvidas resultaram em problematização acerca do conceito de participação, contribuindo no fortalecimento de uma identidade coletiva e na instrumentalização do conceito de autonomia. A autonomia ocorre na medida em que sua proposta é proporcionada nos contextos formativos, sendo amparada na ética, devendo ser conquistada e construída por

Misael Szytko, Sílvia Maria Alves de Almeida

escolhas, decisões e vivências dos sujeitos, fazendo com que os todos se percebam como sujeitos autônomos e não apenas como modelos produzidos (FREIRE, 1998). O trabalho em viés coletivo fortaleceu todos os sujeitos de modo a proporcionar um empoderamento para novas formas de existência, instaurando momentos de ruptura e criação voltados para o sentido da escola. Causando reflexões nos processos educacionais, uma vez que identificavam-se como passivos as normas ou implicações institucionais e sociais. O processo de estágio também resultou na produção de dois documentários os quais envolveram a gênese de sentidos via relações estéticas. É a partir de uma relação estética que o sujeito vivencia novas formas de se relacionar com realidades impostas e exprimir através do objeto criador sua singularidade, possibilitando aos sujeitos sentir-se autores de sua história e não apenas meros reprodutores (ZANELLA et al., 2006). Também, a produção dos documentários destacaram-se pelo seu viés coletivo, pois abrangeram a participação de vários sujeitos do território escolar qualificando e potencializando as relações estabelecidas. **CONCLUSÕES:** É evidente que o processo de estágio não cessou as diversas dificuldades ou atravessamentos presentes neste contexto, mas proporcionou momentos de reflexão, diálogos, escutas e aprendizagens para todos os envolvidos e principalmente, um outro olhar sobre a instituição escolar. O trabalho concretizado demonstrou como as dificuldades podem ser enfrentadas por um viés coletivo, abrangendo a participação de todos os sujeitos que constituem a escola. Nesse sentido, os diálogos e discussões constantes acabaram por aproximar os sujeitos, evidenciando um objetivo único em prol da educação. Os vários grupos tornaram-se um coletivo, totalmente mais consistente e forte. Os objetivos propostos foram construídos com a comunidade escolar, porém estes poderiam ter uma ressonância maior dentro da escola, pois são vários os atravessamentos presentes que influenciaram nos processos de transformações. Mas ao mesmo tempo esses atravessamentos auxiliaram para a reflexão das ações e da visualização das potencialidades e das conquistas. Ainda há muito que se fazer na instituição escolar em sua totalidade, principalmente quanto a construção do papel do psicólogo nesse contexto. Pode-se ainda trabalhar com as potências dos sujeitos por um viés coletivo, fortalecer o trabalho em grupo em toda a instituição, contribuir nos conceitos de participação social, ampliar as diversas capacidades e habilidades, problematizar as relações estabelecidas entre os sujeitos e com a instituição, problematizar as práticas pedagógicas e continuar os diálogos e reflexões sobre o sentido da escola.

Palavras-chave: Sentido da escola. Psicologia escolar. Processos de criação.

Fonte financiadora: Unochapecó.

DESPERTANDO UM OLHAR E AÇÕES INCLUSIVAS A PARTIR DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: EXPERIÊNCIAS DO PIBID

Moises de Amaral¹, Caroline A. Z. de Amaral, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

¹ Acadêmico de Educação Física e bolsista do Pibid na Unochapecó,
moisesdeamaral@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este texto visa apresentar experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do Ensino Médio Inovador (EMI) por intermédio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) de Educação Física (EF) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e teve como foco a mudança de paradigma por parte dos educandos em relação às pessoas com deficiência, pois é possível identificar, ao longo da história humana, que desde a antiguidade vem ocorrendo um grande processo de exclusão social, por diferentes motivos. Durante vários séculos, inúmeras atrocidades foram cometidas com os “diferentes”, com os que não se enquadravam nas descrições do que era normal para cada época. Fatos como o isolamento, o abandono, a discriminação e até mesmo o extermínio dos “diferentes” e das pessoas com deficiência são alguns aspectos desse processo. No decorrer das últimas décadas esta realidade vem sendo questionada, e nas discussões nacionais e internacionais a inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD) vem sendo pauta de políticas públicas e ações efetivas em diferentes contextos. A partir de tais discussões foram criadas várias normatizações e tratados que possibilitam suporte a estes indivíduos, tanto no cenário nacional como internacional. Foram criadas também, a partir desse movimento, leis que garantem a entrada e permanência desses indivíduos no sistema educacional brasileiro. No entanto, muitas vezes, a inclusão realizada pelo sistema educacional não parece conseguir dar conta com o que está preconizado nas leis e registrado no papel. A falta de preparo por parte dos professores, o preconceito dos colegas devido à falta de entendimento sobre o assunto e até a própria autoexclusão por parte do ser deficiente, acaba por deixar o seu processo de aprendizagem muito defasado. Defendemos que o processo de inclusão deve partir de uma conscientização da sociedade em geral, pela mobilização da comunidade escolar, o apoio por parte da família e dos pares e capacitação dos professores para trabalhar com este público, juntamente com o querer ser incluído por parte das PCD. A partir desse tema, montamos uma intervenção com o futebol para cegos em nosso plano de ação pedagógica no Pibid EF da Unochapecó, para estudantes de uma escola pública da rede estadual de ensino em Chapecó (SC). A experiência pedagógica ocorreu com estudantes do EMI, sob supervisão de docente da escola campo e da coordenação de área do Pibid. As oficinas de esportes ofertadas aos estudantes no EMI foram o foco de nossa intervenção, visando despertar um novo olhar por parte dos estudantes da escola para as PCD e suas possibilidades de agir em contexto, usando como ferramenta o futebol de cegos. **OBJETIVO:** Socializar resultados de intervenção pedagógica, de cunho inclusivo, implementada por intermédio do Pibid,

Moises de Amaral, Caroline A. Z. de Amaral, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

com estudantes do EMI em escola da rede pública catarinense, tendo o futebol de cegos como ferramenta para a conscientização sobre o processo de inclusão das PCD no ambiente escolar. **METODOLOGIA:** As intervenções foram organizadas e implementadas pelos Pibidianos de Educação Física e foram realizadas em quatro turmas do EMI, duas aulas em cada turma. Cada aula foi dividida em dois momentos, sendo que no primeiro trabalhamos um breve histórico das PCD em geral e alguns esclarecimentos sobre Deficiência Visual (DV), juntamente com o histórico da modalidade: como e quando surgiu, qual seu objetivo, para que tipo de público foi pensada, quem criou, como apareceu ou se destacou como modalidade esportiva e sua importância, hoje, como modalidade de inclusão social. No segundo momento ocorreu a primeira prática para os estudantes conhecerem as limitações da quadra, as principais regras, os materiais adaptados para o jogo. Também abordou-se os fundamentos da modalidade, como: passe, recepção, condução de bola e chute a gol, juntamente com a percepção espacial e a orientação a partir da audição e o tato. Na segunda aula e terceiro momento, trabalhou-se o jogo em si, sua execução e regras oficiais. No quarto e último momento, realizamos uma roda de conversa sobre a experiência vivenciada por eles e uma possível mudança de visão sobre as PCD. **RESULTADOS:** Observamos a partir das intervenções e de uma prática social inicial que os alunos das turmas trabalhadas tinham pouco conhecimento sobre a PCD e DV e uma curiosidade de como lidar com esses indivíduos. Tinham uma visão que as PCD tinham seu potencial reduzido e desempenhavam funções mínimas na sua comunidade e ou grupos de convívio. As atividades tiveram uma boa participação de alunos, que puderam experimentar e vivenciar uma modalidade paradesportiva. Pôde-se analisar, a partir de relatos dos alunos, que houve aprendizado, assim como alargamento da visão sobre as PCD, pois segundo eles, no início sentiram dificuldades, mas foram desenvolvendo técnica e mecanismos para suprir a falta de visão e em último momento já estavam adaptados. Também, a partir das explicações e vivências, puderam perceber que as PCD, com algumas adaptações, podem desenvolver inúmeras tarefas e que possuem um grande potencial, mas que em alguns momentos necessitaram de algum auxílio dos demais. Para que a inclusão aconteça, a sociedade em geral deve participar ativamente deste processo. **CONCLUSÕES:** Podemos concluir, a partir dos relatos dos estudantes participantes das atividades, mesmo com o tempo limitado das mesmas, que os objetivos estipulados foram alcançados, pois os estudantes ampliaram sua visão de mundo com novos conhecimentos. Passaram a ver as PCD como sujeitos capazes, despertando uma nova forma de pensar e agir não somente em relação à DV. Acredita-se que esse seja um dos passos possíveis, juntamente com discussões, abrangendo a sociedade, sobre o tema, para que a inclusão aconteça, seja ela no sistema educacional ou no cotidiano, apagando de vez um histórico de rejeição por parte da sociedade.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoas com deficiência. Pibid. Educação Física.

Fonte financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

CATEGORIAS FREIREANAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Nadir Castilho Delizoicov¹, Micheli Rosa

¹ Doutora em Educação, Unochapecó, ridanc.nadir@gmail.com

INTRODUÇÃO: O projeto de pesquisa aqui apresentado alinha-se ao grupo de pesquisa Ensino e Formação de Professores e ao Núcleo de Pesquisa *Stricto Sensu* da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Tem como base um projeto desenvolvido anteriormente cujos resultados estão descritos em Delizoicov, Stuani e Delizoicov (2013). Para Freire as questões da educação não são somente pedagógicas, mas, primordialmente políticas. Com base nesse pressuposto, vários estudos e ações foram desenvolvidos. No município de Chapecó, por exemplo, entre os anos de 1997 a 2004, foi implementada uma proposta educacional através do Movimento de Reorientação Curricular (MRC), fundamentada em pressupostos contidos na concepção de educação de Paulo Freire. Inúmeros trabalhos acadêmicos, como teses e dissertações, foram produzidos em programas de pós-graduação de universidades brasileiras. Em programas *stricto sensu* de universidades localizadas na região Sul do Brasil, foram localizados trabalhos dessa natureza, tais como Drews (2006), Giron (2007), Paludo (2009), Santos (2006), Torres (2002), entre outros. Esses trabalhos analisaram, em seus mais variados aspectos e nas diversas áreas do conhecimento, a experiência vivenciada durante o Movimento de Reorientação Curricular (MRC). No âmbito do projeto em andamento busca-se trabalhos produzidos na região circunscrita no projeto anterior e revisita-se os trabalhos já analisados visando identificar categorias freireanas utilizadas na educação formal, entendida como educação escolar, uma vez que Paulo Freire em sua primeira experiência se ocupou de alfabetizar adultos, que estavam fora do sistema formal de ensino. **OBJETIVO:** Descrever/definir as categorias localizadas nos trabalhos para discutir seu potencial e viabilidade na educação escolar, visto que esse não foi o objetivo da investigação anterior. Pretende-se contribuir para ampliar estudos que analisam as repercussões teóricas e práticas das ideias de Paulo Freire e a sua potencialidade para subsidiar discussões baseadas no pensamento freireano. **METODOLOGIA:** A pesquisa está sendo desenvolvida segundo uma perspectiva qualitativa, com análise documental e de conteúdo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; BARDIN, 2009). **RESULTADOS:** As categorias localizadas, nos trabalhos selecionados, tais como problematização, dialogicidade, tema gerador, entre outras, que estão compondo um quadro analítico, serão contabilizadas, contextualizadas, ou seja, como e por que foram utilizadas pelos autores dos trabalhos analisados. A dialogicidade e a problematização, por exemplo, são categorias que se opõem à concepção bancária de educação, segundo a qual não há espaço para diálogo, reflexão e nem espaço para que o aluno exponha suas ideias. O professor “deposita” no aluno conteúdos prontos, acabados e descontextualizados. Para se contrapor a essa forma “engessada” de ensino, Freire (1987), particularmente, em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, defende uma relação “dialógica” entre professor e aluno, visando um

Nadir Castilho Delizoicov, Micheli Rosa

ensino-aprendizagem mais “humanizante”. Para que ocorra uma interação “dialógica” entre professor e aluno se faz necessário a problematização, segundo a qual, ao invés do professor depositar conhecimentos, ele lança desafios para que o aluno possa se expressar sobre problemas que enfrenta em sua realidade. O tema gerador, outra importante categoria é, de acordo com a concepção de educação de Freire, o ponto de partida para o ato educativo, encerra contradições quanto a questões da realidade que devem ser discutidas e refletidas. É a partir do tema gerador que os conteúdos são selecionados, organizados, problematizados e discutidos dialogicamente. A abordagem dos conteúdos deve ocorrer numa perspectiva interdisciplinar, uma vez que para a sua compreensão concorrem conhecimentos das diversas áreas. Pretende-se, como resultado final do projeto, apresentar as categorias localizadas, bem como uma discussão sobre as possibilidades da inserção dessa discussão na formação docente visando o ensino-aprendizagem da Educação Básica. **CONCLUSÕES:** Sistematizar, explicitar e analisar características do projeto já realizado em determinada área do conhecimento, num recorte temporal específico, o que constitui um tipo de estudo que possibilita a identificação de aspectos positivos, como também fragilidades que, ao serem enfrentadas, podem trazer importantes contribuições e sugerir novos encaminhamentos. Assim, as teses e dissertações que estão sendo analisadas poderão apresentar indicativos dos tratamentos dados às dificuldades e avanços identificados nas práticas curriculares e como estas retroagiram.

Palavras-chave: Categorias freireanas. Concepção freireana de educação. Paulo Freire.

Fonte financiadora: Artigo 171 da Constituição Estadual.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 70, 2009.

DELIZOICOV, N. C.; STUANI, Geovana M.; DELIZOICOV, D. Reorientação Curricular na Concepção Freireana de Educação: análises em Dissertações. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 3, n. 11, set./dez. 2013.

DREWS, M. M. **O Tema Gerador no Ensino da História**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GIRON, G. R. **A Política educacional em Caxias do Sul no governo da Administração Popular e a formação continuada de professores (1997-2004)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PALUDO, D. I. S. **Educação com participação popular em Chapecó – SC: a política educacional como possibilidade de transformação social**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Nadir Castilho Delizoicov, Micheli Rosa

SANTOS, J. F. **Produção Textual**: desafios e possibilidades a partir do Tema Gerador. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2006.

TORRES, C. A.; O'CADIS, M. P.; WONG, P. L. **Educação e democracia**: a práxis de Paulo Freire em São Paulo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

VERIFICAÇÃO DO CONTROLE DE TEMPO E TEMPERATURA DE PREPARAÇÕES E EQUIPAMENTOS ASSOCIADO COM A COLETA E ARMAZENAMENTO DE AMOSTRAS EM UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN) HOSPITALAR DE CHAPECÓ (SC)

Talita Brugnera Maronezi¹, Marta Nichelle Amaral

¹ Graduada em Nutrição na Unochapecó

INTRODUÇÃO: O ritmo acelerado da população no dia a dia faz com que os colaboradores se alimentem no próprio local de trabalho, devido à praticidade e pouco tempo disponível para realizar suas refeições em casa. Com isso, ocorre um aumento na produção em Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) e consequentemente maiores riscos de contaminações alimentares, devendo ser intensificado as ações que garantem aos comensais o acesso a alimentos em quantidade e qualidade digna e saudável. Desta forma, através de treinamentos com os manipuladores sobre a necessidade de controle adequado de temperaturas, sejam elas dos alimentos como matérias-primas ou prontos para o consumo, bem como a correta coleta e armazenamento das amostras de alimentos prontos, é uma estratégia que permite maior segurança e qualidade final de produção, além de possibilitar a análise dos produtos prontos, caso necessário. **OBJETIVO:** Analisar as dificuldades encontradas pelos manipuladores de alimentos nos procedimentos de coleta e armazenamento de amostras, bem como no controle das temperaturas dos alimentos expostos no bufê e dos equipamentos que mantêm os alimentos congelados e/ou refrigerados, seguido de um treinamento referente ao assunto com os manipuladores responsáveis por estas atividades. **METODOLOGIA:** A presente intervenção foi realizada na UAN de uma Unidade Hospitalar de Chapecó (SC), no período de agosto a setembro de 2015, com cinco manipuladores de alimentos do presente estabelecimento, destes um responsável pela coleta das temperaturas dos equipamentos frios e quatro responsáveis pelas coletas das amostras e aferição das temperaturas do bufê. Utilizou-se materiais impressos para realizar a intervenção e diálogo com os manipuladores durante a realização das atividades individualmente. Ao final, aplicou-se um questionário avaliativo da atividade. **RESULTADOS:** Após a capacitação, observou-se que as temperaturas dos equipamentos que mantêm os alimentos refrigerados ou congelados foi ajustada, sendo que o manipulador que afere as mesmas passou a ser mais atento as mesmas, além de ser realizado a calibração de alguns termômetros que estavam danificados. A aferição das temperaturas dos bufês ocorre mais frequentemente, entretanto, nem sempre todos os alimentos quentes ficam acima dos 60 °C. A aferição da temperatura das saladas, passou a ser feita com a salada exposta no bufê e não mais apenas com a que ainda aguardava no refrigerador para ser distribuída. A coleta de amostras foi o foco principal da intervenção, pois foi onde encontrou-se maiores falhas, desde a coleta até a etiquetagem e armazenamento. Deste modo, inicialmente, padronizou-se etiquetas para os manipuladores anotarem os dados necessários em cada coleta, o que facilitou bastante o processo.

Talita Brugnera Maronezi, Marta Nichelle Amaral

Padronizou-se em 200 g a coleta de cada amostra. Observou-se muita resistência dos manipuladores em mudar alguns hábitos, porém ao final, os mesmos estavam mais conscientes. Através da avaliação realizada ao final, constatou-se que os mesmos estão mais conscientes sobre a importância do controle das temperaturas. Além do mais, os registros das planilhas estão ocorrendo diariamente, não havendo falhas como anteriormente. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que muitas capacitações são necessárias para que ocorra a real compreensão dos manipuladores sobre os riscos que uma UAN pode representar, demonstrando aos mesmos como eles contribuem para a segurança ou contaminação das refeições oferecidas. Vale ressaltar que tornar os processos mais práticos é uma garantia que a tarefa será realizada, pois se a mesma demanda menor tempo de execução, não terá empecilhos para que não ocorra. Sempre que ocorrer um processo de intervenção ou capacitação com os manipuladores, os mesmos relembram fatos importantes e que acabam sendo esquecidos com a rotina diária. Assim, reforçar frequentemente as orientações, em especial as que garantem maior qualidade final e segurança ao produto oferecido, como é o caso do controle de temperatura nas mais diversas etapas do processo, bem como a forma correta de coletar amostras, são estratégias que devem ser adotadas pelos responsáveis técnicos, pois permitem maior tranquilidade desde a oferta de um produto higiênico sanitário seguro até a análise correta de uma amostra caso seja necessário.

Palavras-chave: Amostras. Temperaturas. Qualidade de produção.

Fonte financiadora: Unochapecó.

INFLUÊNCIAS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS NA FORMAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Thayline Cardoso¹

¹ Acadêmica de Enfermagem da Unochapecó

INTRODUÇÃO: A formação de enfermeiros no Brasil passou por transformações ao longo da história que acompanharam o contexto histórico e econômico do País. Essas mudanças foram orientadas por Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), responsáveis por apoiar a estruturação dos cursos de graduação. Em 2001, foram aprovadas novas diretrizes curriculares para o ensino de Enfermagem, baseadas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em 1996, cuja ênfase foi a formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde (SUS). Salienta-se que as novas diretrizes curriculares possibilitam que as Instituições de Ensino Superior (IES) definam perfis específicos para seus egressos, adaptando “[...] esses perfis às transformações das ciências contemporâneas e às necessidades sócio-político-econômico da sociedade.” (ITO et al., 2006). **OBJETIVO:** Reconhecer como as DCNs dos cursos de graduação em enfermagem podem influenciar a formação profissional, comparando-se o ensino de enfermagem antes e após a aprovação e implementação das novas DCNs. **METODOLOGIA:** O resumo é parte de uma revisão integrativa acerca do ensino de enfermagem no Brasil antes e após as DCNs de 2001. A busca foi realizada no site da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os descritores: “Diretrizes Curriculares” AND “Enfermagem”. Foram utilizados os filtros: idioma português, o texto completo disponível, e o tipo de arquivo, sendo selecionados somente artigos. A busca resultou em setenta artigos que foram lidos e organizados em uma planilha no aplicativo Excel. Os artigos repetidos ou que não correspondiam a temática e ao interesse das autoras foram excluídos, resultando 35 artigos que foram lidos e categorizados. **RESULTADOS:** Durante a graduação, os estudantes são preparados para atuar no mercado de trabalho, desenvolvendo conhecimentos específicos, técnicos, e além disso, competências ético políticas que influenciarão no desempenho profissional do enfermeiro (MEIRA; KURCGANT, 2013). Para que esse processo aconteça, é fundamental que ocorra a abordagem cultural do cuidado, atualizada e contextualizada, possibilitando, dessa forma, uma aproximação maior com a realidade, para que o egresso seja capaz de se apropriar da dimensão complexa da formação em saúde. Na última década, as escolas se mobilizaram para a implantação das mudanças no processo de formação dos enfermeiros (FERNANDES, 2013). Durante esse processo, foi identificada a necessidade de se definir estratégias que articulem o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber conviver. Podemos destacar como foco das DCNs a formação de um perfil profissional que tem como objetivo a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva com ênfase na sua região de atuação para atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso

Thayline Cardoso

com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano (FERNANDES; REBOUÇAS, 2013), com discernimento e autonomia para assegurar a integralidade da atenção à saúde com qualidade e eficiência. Outro fator muito relevante, no que se refere às diretrizes curriculares, foi a mudança do foco de atuação do enfermeiro, que antes era hospitalocêntrico, seguindo o modelo curativista, e hoje foca-se no cuidado integral e holístico do ser humano. Além disso, o novo currículo, baseado nas DCNs, prevê a formação do enfermeiro em quatro áreas de atuação: ensino, pesquisa, assistência e gerência. Para que esse processo ocorra, é necessário que o projeto pedagógico do curso, seja desenvolvido pelas escolas, coletivamente, favorecendo a superação de resistências e possibilitando a programação conjunta de ações que possam despertar para a formação de conceitos, delineamento de propostas, retroalimentação do processo, mudança ou reafirmação de paradigmas como condições para a construção da situação pretendida (FERNANDES et al., 2005). As orientações das diretrizes curriculares permitem que se reflita e se questione, como docentes, formas de despertar no aluno a valorização do agir humanizado, seja no cotidiano da sala de aula, ou em campos de estágio e na prática profissional agregando-o à competência tecnológica (CORBELLINI et al., 2010).

CONCLUSÕES: As DCNs são responsáveis pela estruturação dos currículos dos cursos de graduação em enfermagem, definindo competências a serem desenvolvidas durante a graduação. Como principais avanços, as novas DCNs destacaram a necessidade de formar enfermeiros protagonistas, preparados para atuar na realidade local, capazes de adaptar-se a outras realidades, desenvolvendo o olhar crítico e reflexivo no processo de tomada de decisões, com vistas ao cuidado integral.

Palavras-chave: Enfermagem. Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais.

Referências

CORBELLINI, Valéria Lamb et al. Nexos e desafios na formação profissional do enfermeiro. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 63, n. 4, p. 555-560, 2010.

FERNANDES, Josicelia Dumêt; REBOUÇAS, Lyra Calhau. Uma década de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Enfermagem: avanços e desafios. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 66, n. esp., p. 95-101, 2013.

_____ et al. Diretrizes curriculares e estratégias para implantação de uma nova proposta pedagógica. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 39, n. 4, p. 443-449, 2005.

ITO, Elaine Emi et al. O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia x realidade. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 40, n. 4, p. 570-575, 2006.

MEIRA, Maria Dyrce Dias; KURCGANT, Paulina. O desenvolvimento de competências ético-políticas segundo egressos de um Curso em Graduação em Enfermagem. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 47, n. 5, p. 1203-1210, 2013.

PARQUE ALBERTO FINN: ESPAÇO NÃO FORMAL PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Thiago Bastiani¹, Karen L. M. C. da Silva, Valdecir Luiz Bertolo

¹Acadêmico de Ciências Biológicas da Unochapecó, thiago_b@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O fato da maior parte da população brasileira viver em cidades, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo em uma crise ambiental (JACOBI, 2003). A ação desordenada dos mais diferentes segmentos sociais é refletida pela carência de áreas verdes intraurbana e a degradação das condições de vida nas cidades brasileiras (CORREIA; SILVA; MAGNABOSCO, 2007). Sendo assim, parques se tornam áreas geograficamente delimitadas e estão inseridas em áreas urbanizadas, com uma cobertura vegetal, estão organizados no intuito de diversão, lazer, convivência comunitária, recreação, esporte, espaços estes, que também contribuem com a função da educação ambiental na formação de cidadãos conscientes e aptos a atuar junto a sociedade sem comprometer a vida e o bem estar de todos. Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em relação aos parques como espaços não formais para Educação Ambiental (EA), numa perspectiva de melhor qualidade de vida. **OBJETIVO:** Identificar o potencial da área enquanto parque no âmbito da educação não formal para implantação de programas de Educação Ambiental. **METODOLOGIA:** Primeiramente, foram realizadas pesquisas exploratórias, no intuito de identificar as escolas e a possível população amostral, resultando em sete entrevistados decorrentes de todas as unidades de ensino selecionadas. Caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 1994), o estudo foi realizado com os professores de escolas ou instituições de ensino que realizaram atividades relacionadas à educação no Parque Alberto Finn. Compreendeu professores de escolas municipais, estaduais e centros sociais localizados no entorno do parque. O parque está localizado no perímetro urbano de Chapecó (SC) (27°5'27.53"S e 52° 5'16.88"O) e tem uma área de 5 ha. Sendo os dados coletados a partir da aplicação de uma entrevista semiestruturada apenas para aqueles que de fato realizaram atividades pedagógicas, ou qualquer outra atividade socioambiental. Foi utilizada uma adaptação à metodologia do SWTO ou FOFA que trata da análise da situação e dos planos para o futuro, como forma alternativa de diagnóstico. Pois, para o desenvolvimento de um planejamento estratégico, a análise SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities and threats*), ou FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças), é considerada uma ferramenta que objetiva relacionar as oportunidades e ameaças (relativas ao ambiente externo e que pode ser controlado pela organização) com as forças e fraquezas (do ambiente interno que não pode ser controlado pela organização) (LOBATO et al., 2007). **RESULTADOS:** Os resultados apontam que 100% dos entrevistados entendem que a qualidade do ar é a principal característica positiva do parque. Para

Thiago Bastiani, Karen L. M. C. da Silva, Valdecir Luiz Bertolo

75% dos entrevistados a qualidade de vida que o Parque Alberto Finn proporciona é o principal diferencial que influencia na melhor qualidade da saúde. Pontos negativos apontados foram a ausência de cercas, a falta de apoio da comunidade que pouco frequenta o local, a depredação, onde o vandalismo é frequente, e a ausência de segurança é o principal ponto negativo do parque para 100% dos entrevistados. Apesar dos entrevistados citarem, em 75% dos casos, a boa estrutura do parque, também apontam para a presença de usuários de drogas e a falta de atenção com a limpeza do mesmo. Ameaças: o parque não possui vigilâncias ou sistema de segurança, e, por ser um espaço totalmente aberto, 100% dos entrevistados apontaram como ameaças o possível aumento da presença de usuários de drogas, assim como a possibilidade de o parque servir como esconderijo de produtos de furtos até mesmo de criminosos. Oportunidades: É consensual a compreensão dos parques urbanos como elementos importantes para o equilíbrio ambiental e o convívio social em uma grande cidade. Para 100% dos entrevistados, compreendem como oportunidades a crescente valorização do ambiente natural, cercar o parque e a contratação de um serviço de segurança. Para 50% dos entrevistados, a conscientização dos usuários para preservação dos bens naturais é fundamental, buscar apoio de professores, empresas, universidade, comunidade e o poder público para dar suporte para a melhoria do parque é um dos meios de melhorar a qualidade deste parque. As razões que levaram os entrevistados a frequentar o parque, para 50% dos entrevistados, foi o espaço verde, e para 33% a boa estrutura que o parque oferece. Por essas razões, o parque oferece várias características que beneficiam os alunos, o que levou 75% dos entrevistados, a utilizar o parque para Educação Ambiental (EA). Para 100% dos entrevistados, a atividade prática com maior potencial para EA foi as trilhas, pois, segundo eles, é uma atividade que aproxima os alunos da natureza e proporciona um melhor condicionamento físico. **CONCLUSÕES:** Em virtude dos fatos mencionados, os entrevistados identificam que o parque é um elo afetivo da natureza com o ser humano. Estes ainda reconhecem que tal área verde é importante para o lazer, conforto e para saúde, de toda sociedade, pois para eles a qualidade do ambiente reflete na qualidade de vida das pessoas que frequentam o parque, sendo uma área de fácil acesso e o local proporciona um contato mais fácil do homem com a natureza. Percebeu-se também que o parque está atrelado a diversos fatores relacionados à qualidade de vida das pessoas, tendo em vista que as trilhas interpretativas são atividades que podem ser realizadas no parque, além de proporcionar um contato maior com a natureza, é um modo mais eficaz de conciliar a teoria com a prática. Contudo, notou-se que os professores entrevistados tinham muito receio do parque, pois o mesmo é um espaço totalmente aberto, sem vigias, ou qualquer outro tipo de segurança, contendo alguns pontos abandonados ou sendo ocupados como depósito de lixo e que pode servir como fator para disseminar doenças e inviabilizar algumas atividades de EA. Também as atividades de recreação são sempre estimulantes, para criação de conceitos e ideias que levem a construção do conhecimentos, se tornando importantes ferramentas para a preservação do ambiente.

Palavras-chaves: Parques urbanos. Áreas verdes. Educação ambiental.

Referências

CORREIA, Beatriz da Silva; SILVA, Maclovia Corrêa da; MAGNABOSCO, Milton. **Ocupação do Espaço Urbano e Natureza:** os parques nas cidades. São Paulo: USP, 2007.

Thiago Bastiani, Karen L. M. C. da Silva, Valdecir Luiz Bertolo

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. São Paulo, USP: Cadernos de Pesquisa, 2003.

LOBATO, David M. et al. **Estratégias de Empresas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DESENVOLVIMENTO RURAL: INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM MUNICÍPIOS RURAIS DO OESTE CATARINENSE

Carlos Eduardo Arns¹, Vilson Inácio Engelmann

¹Especialista em Administração Rural pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Unochapecó, tche@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A construção e implementação do curso de Agronomia na Unochapecó aconteceu nos anos de 1990, período que, no Brasil, foi marcado pela superação do paradigma do desenvolvimento agrícola pelo paradigma do desenvolvimento rural, fruto de um longo, doloroso, mas profícuo processo social e político dos sujeitos sociais do campo, do qual a região oeste catarinense é protagonista. Esse processo se reflete claramente no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Agronomia da Unochapecó (2005), razão pela qual está fortemente alicerçada no compromisso da formação de um perfil profissional voltado para o desenvolvimento rural sustentável, no qual a agricultura familiar se constitui elemento estratégico e central. Nessa perspectiva, a integração ao ensino da pesquisa e da extensão se constitui em condição fundamental, para qual, foi articulado e estruturado um conjunto de disciplinas integradoras como o Estágio de Vivência Ativa (EVA) I e II, complementadas pelas disciplinas de Administração e Economia Rural (ADM) I e II, Planejamento Rural (PR), Comunicação e Extensão Rural (CEXR) e Sistemas Agrários (AS). Mais tarde, em 2006, esse processo foi enriquecido e qualificado com a incorporação de outra disciplina-chave, denominada Estudo da Realidade Rural (ERR). Este conjunto de disciplinas, articuladas a outras mais, se constitui como um dos eixos de formação no curso, o desenvolvimento rural e promove a integração da tão decantada indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão. Como princípio das universidades brasileiras, essa integração ainda se constitui em um grande desafio, embora mais metodológico e operativo do que teórico, no processo de aprendizagem. **OBJETIVO:** Apresentar a experiência de integração do ensino, pesquisa e extensão do curso de Agronomia a partir da disciplina Estudo da Realidade Rural (ERR) realizada no município de Caxambu do Sul. Amparada no desenvolvimento local (BURQUE, 1999; CHAMBERS, 1997), pela pesquisa-ação (BORDA, 1983; THIOLENT, 1986) e do planejamento participativo (CARVALHO, 1997; TRIPP, 2005), esta disciplina (ERR) articula a comunidade acadêmica e os atores dos municípios rurais da região oeste de Santa Catarina em dois anos de ações conjuntas. **METODOLOGIA:** O estudo do município de Caxambu do Sul foi realizado por 16 acadêmicos(as) do sétimo período. A metodologia empregada pela disciplina é constituída de quatro momentos distintos e complementares entre si. O primeiro momento se inicia com a sensibilização e preparação, que envolve os sujeitos locais e o suporte teórico metodológico dos acadêmicos, com foco no desenvolvimento rural, que para Buarque (1999) está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. O

Carlos Eduardo Arns, Vilson Inácio Engelmann

segundo momento se constitui no trabalho de levantamento a campo, das informações secundárias e primárias, *in loco* através de entrevistas semiestruturadas, questionário (69 questões) e outros meios (eletrônicos), nas diferentes entidades públicas e privadas, bem como diretamente junto as famílias de agricultores. O terceiro momento se constitui da sistematização e análise das informações e produção do diagnóstico da realidade estudada. No quarto momento são elaboradas propostas de programas de desenvolvimento rural. E, para finalizar, no quinto momento é realizado o seminário de devolução dos resultados (Diagnóstico e Proposição de Programas de Desenvolvimento Rural). O estudo foi realizado no segundo semestre letivo de 2014. **RESULTADOS:** A população do município é de 4.411 pessoas, e destas, 51,14% residem no meio rural e 48,86% na cidade. Isto demonstra a importância do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a área rural do município. A renda *per capita* era de R\$ 727,95 por pessoa mês. Foram entrevistadas 215 propriedades das 17 comunidades, o que representa uma média de aproximadamente 12 entrevistas por comunidade e pouco mais de 13 entrevistas em média por cada um dos 16 acadêmicos da disciplina, correspondendo a 690 pessoas entrevistadas do meio rural. O questionário foi constituído por 69 questões, entre objetivas e abertas, organizadas nos seguintes tópicos: dados dos entrevistados e familiares, relações sociais e comunidade, comunicação, unidades de produção com destaque para a produção leiteira, problemas sociais e ambientais, sucessão e planos futuros. Dentre os resultados obtidos, destacam-se aqui alguns dos mais importantes elementos da realidade como o envelhecimento populacional rural, pois mais de 40% das pessoas residentes nas propriedades rurais possuem mais de 51 anos de idade, 55,34% das propriedades possuem aposentados e destas 48,34% possuem dois ou mais aposentados. Com relação à composição familiar, a média foi de 3,22 pessoas por família, 87% são constituídos de casais regulares ou em concubinato, ainda, 80% da população rural é natural do município. Verifica-se que 7% da população rural permanecem não alfabetizadas, em função do baixo nível de escolaridade da população mais idosa, porém, 64% já possuem entre quatro e oito anos de escola, acima da média nacional. Atenta-se ainda para o fato de 8% da população pesquisada já possuir curso superior (incompleto ou completo). A sucessão familiar apresentou dados de uma realidade global preocupante, pois 28,96% não possuem sucessores para a propriedade, sendo que 98,14% são proprietários de suas unidades produtivas, elemento característico do sistema de colonização camponesa da região oeste catarinense. Com relação à estrutura fundiária, 11% possuíam menos de 5 ha de área, 21% possuíam de 5 a menos de 10 ha, 24% de 10 a menos de 15 ha, 12% de 15 a menos de 20 ha, 12% de 20 a menos de 30 ha, 16% de 20 a menos de 30 ha e 16% mais de 30 ha. Quanto ao questionamento dos problemas ambientais existentes na comunidade ou município, destacou-se à utilização de agrotóxico com 37,29%, a poluição das águas com 28,47%, o desmatamento (falta de mata ciliar, as queimadas) com 13,56%, tratamento inadequado dos resíduos sólidos (queima, depósito à céu aberto e o não recolhimento) 4,07% e, por fim, a erosão do solo (falta de conservação) com 3,39% das citações. Os dados revelam também elementos potenciais como a diversidade de atividades produtivas (pluriatividade), destacando-se no município a criação de aves, lavoura, leite, melancia, entre outros. Percebe-se a forte ligação dos agricultores com associações e cooperativas, sendo que 77,67% estão ligados de forma direta com estas. A busca pela agregação de valor também é expressiva, pois 55,81% realizam algum tipo de processamento de produtos (autoconsumo ou venda). Além destes dados destacado aqui, juntamente com os demais resultantes das 69 questões oriundas das 215 propriedades entrevistadas, que foram sistematizadas pelos acadêmicos em dois dias intensos de trabalho, foi realizada a devolução dos

Carlos Eduardo Arns, Vilson Inácio Engelmann

dados preliminares em um seminário municipal de quatro horas. Após a apresentação dos dados, na forma de audiovisuais, foi realizada uma discussão com a comunidade presente. Dessa discussão resultou na identificação dos principais problemas ou temas para os quais foram definidas seis propostas de programas de desenvolvimento rural, (fortalecimento da piscicultura, produção orgânica de hortigranjeiros, gerenciamento das propriedades rurais, gestão ambiental, êxodo rural e sucessão familiar, incentivos fiscais). Ao final do semestre, em dezembro de 2014 os acadêmicos retornaram ao município, para a entrega dos produtos finais: o diagnóstico analisado e o conjunto das propostas de programas de desenvolvimento local. Cada proposta de programa é constituída por uma introdução que apresenta a temática/problema objeto do programa e a constituição estrutural do documento; uma justificativa embasada no diagnóstico realizado no município; uma análise de contexto que articula um conjunto de informações básicas levantadas junto a fontes especializadas no tema, demonstrando a evolução e as tendências do tema/objeto do programa; os objetivos do programa; são constituídas duas a três linhas estratégicas para cada objetivo específico; para cada linha estratégica são elaboradas duas a três ações estratégicas que por sua vez demanda de duas a três atividades para serem concretizadas. **CONCLUSÕES:** Possibilitam tecer considerações em pelo menos três aspectos do processo aqui apresentado: a integração ensino-pesquisa-extensão, a realidade estudada em Caxambu do Sul e, por último, os processos de desenvolvimento em curso. O processo de integração ensino-pesquisa-extensão dessa disciplina alcançou nestes dez anos de construção (2006/2015) um significativo avanço nos procedimentos operacionais de execução da disciplina (estudo e proposição), muito embora esse processo de aperfeiçoamento é e deve ser contínuo e permanente, próprio da construção do conhecimento. Em função do processo metodológico participativo utilizado, este revela importantes dados, muitos são inéditos (dados indicadores), podendo ser geridos pelo poder público municipal (plano estratégico). Para o município se verifica a verdadeira complexidade e contraditoriedade dos processos de desenvolvimento, por um lado a agricultura sofre diversas transformações, como o envelhecimento, a falta de mão de obra, a especialização na produção, que vão se alterando conforme as necessidades mercadológicas. Por outro lado, faltam indicadores/informações que são indispensáveis para a gestão pública, a qual deve ter papel primordial no gerenciamento e condicionamento do desenvolvimento territorial local. O curso (colegiado) caminha a passos lentos na articulação mais efetiva do conjunto das disciplinas aqui nominadas, pois envolve a vida de professores, técnicos e acadêmicos. A universidade necessita de uma verdadeira reengenharia para esse tipo de integração. No entanto, essa experiência mostra a viabilidade desse tipo de iniciativa. A disciplina resulta de um ensino engajado a partir dos desafios de pensar ações que contemplem os anseios reais desta nova realidade, sendo esta, um instrumento de desenvolvimento local. Este ensino engajado na comunidade deveria ser expandido por todas as áreas, potencializando cada vez mais a universidade como condicionante do processo de desenvolvimento participativo local.

Palavras-chave: Integração ensino-pesquisa-extensão. Formação de agrônomos. Desenvolvimento rural.

Fonte financiadora: Artigo 171.

Referências

BORDA, Orlando Fals. **Conocimiento y Poder Popular**. México: Siglo ZZI Editores, 1983.

Carlos Eduardo Arns, Vilson Inácio Engelmann

BURQUE, S. C. 1999. **Metodologia de planejamento local e municipal sustentável**. Brasília: 1999. INCRA/IICA, PCT.

CARVALHO, Horácio Martins de Carvalho. **Metodologia do Planejamento Municipal Participativo: um modelo Interativo**. Brasília: IICA, 1997.

CHAMBERS, Robert. **Editorial: bem-estar Responsável – uma agenda pessoal para o desenvolvimento**, Desenvolvimento Mundial, Elsevier, v. 25, n. 11, p. 1743-1754, 1997.

THIOLLENT, Michel. **Opinião pública e debates políticos: (subsídios Metodológicos)**. São Paulo: Polis, 1986. 129 p.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

UNOCHAPECÓ. **Resolução nº 98/CONSUN**. Chapecó: Unochapecó, 2005. 3 p.



PESQUISA



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



PERFIL CLÍNICO E IMUNO-HISTOPATOLÓGICO DE PACIENTES DIAGNOSTICADAS COM CARCINOMA INVASIVO DE MAMA PROCEDENTES DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Adir Bruno Serraglio¹, Franciele Meurer, Juliana Cristina Schmidt, Luiz Paulo Lopes Muneron, Maiane Pauletto, Marcelo Moreno

¹ Acadêmico de Medicina da Unochapecó, brunoserraglio@gmail.com

INTRODUÇÃO: O câncer de mama, a neoplasia maligna mais frequente entre as mulheres depois dos cânceres de pele não melanoma (INCA, 2013), é uma doença complexa, com grande heterogeneidade clínica, morfológica e biológica (CIRQUEIRA, 2011). Tumores mamários com histologia e clínica semelhantes podem apresentar diferentes prognósticos e diferentes respostas terapêuticas (CIRQUEIRA, 2011). Traçando um perfil das pacientes com câncer de mama procedentes do oeste de Santa Catarina é possível direcionar e aperfeiçoar as políticas públicas de *screening*. **OBJETIVO:** Avaliar o perfil clínico e imuno-histopatológico de pacientes diagnosticadas com carcinoma invasivo da mama procedentes do oeste de Santa Catarina e que cederam amostras teciduais de seus tumores para análise de mutação genética em um segundo estudo. **METODOLOGIA:** Dados clínicos das pacientes, anatomopatológicos e imuno-histoquímicos das neoplasias mamárias foram coletados. Considerou-se critério de inclusão: mulheres com idade superior a 18 e inferior a setenta anos, procedentes da região oeste de Santa Catarina, diagnosticadas com carcinoma invasivo de mama, que possuíam dados completos em uma clínica privada de Oncologia em Chapecó (SC) e que aceitaram participar mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram manejados através do programa Statistical Package for Social Sciences, versão 21.0. **RESULTADOS:** Dados de 55 pacientes foram coletados: a média de idade foi de 52,4 anos (DP = 9,3 anos); a maioria das pacientes (60%) apresentava idade superior a cinquenta anos. O carcinoma ductal invasivo foi o diagnóstico histológico mais frequente (89,1%). Tanto o carcinoma ductal quanto o lobular invasivo exibiram maior frequência do grau histológico II de Nottingham (77,3%). A maioria das pacientes foram diagnosticadas no estágio clínico I ou II da doença (90,8%). Quanto ao tamanho tumoral, 54,6% das pacientes apresentavam-no com até dois centímetros no maior diâmetro. O comprometimento linfonodal esteve ausente em 60% dos casos e a invasão angiolinfática em 51,8%. As margens eram livres em 87,2% dos casos; componente *in situ* (sólido, comedo, cribriforme, papilar) esteve associado em 75,4% dos casos. Os subtipos moleculares foram distribuídos de acordo com as características imuno-histoquímicas, em luminal A (45,5%), luminal B (25,5%), luminal B like (9,1%), triplo negativo (14,5%) e HER-2 amplificado (5,5%). As pacientes com menor média de idade eram classificadas como triplo negativo. **CONCLUSÕES:** Verificou-se que as mulheres acometidas pelo câncer de mama eram de idade maior que cinquenta anos. Além disso, o carcinoma mamário mais frequente era moderadamente diferenciado, sendo ductal invasivo o tipo histológico mais comum. Na

Adir Bruno Serraglio, Franciele Meurer, Juliana Cristina Schmidt, Luiz Paulo Lopes Muneron, Maiane Pauletto, Marcelo Moreno

maioria, os tumores não ultrapassaram dois centímetros, eram de margens não comprometidas e do subtipo imuno-histoquímico luminal A.

Palavras-chave: Neoplasias da mama. Patologia. Imuno-histoquímica.

Fonte financiadora: CNPq.

Referências

CIRQUEIRA, Magno Belém et al. Subtipos moleculares do câncer de mama. **Femina**, [s.l.], v. 39, n. 10, p. 499-503, out. 2011.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Tipos de Câncer:** Mama. 2013. Disponível em: <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/mama>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PATENTES COM USO DE NANOPARTÍCULAS APLICADAS A FERTILIZANTES

Adriana Ferrazza¹, Liziane Carlesso, Joceli Roque Ferrazza, Regina Bellan Verona, Rosana da Silva

¹ Mestranda de Tecnologia e Gestão da Inovação da Unochapecó, adriferrazza@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O agronegócio brasileiro ocupa posição de liderança em nível global, que reflete, entre outros aspectos, as pesquisas e investimentos ocorridos nos últimos anos no setor. Para o crescente desenvolvimento do País, faz-se necessário continuar a abertura de novos mercados, agregar valor aos seus produtos, sendo necessária a incorporação contínua de novas tecnologias (MASSINI; JESUS, 2013). Assim, a nanotecnologia figura como peça-chave para o contínuo aumento da competitividade e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro, seja em processos que levam à melhoria da qualidade de produtos de origem agropecuária, seja através do desenvolvimento de novos usos destes produtos (MARTINS et al., 2009). A aplicação da tecnologia de nanopartículas no setor agropecuário com finalidade do melhoramento funcional do fertilizante é promissora quando se considera que a liberação progressiva e controlada de nutrientes reduz o número de aplicações de tais materiais e também custos e toxicidade. Além disso, o uso de polímeros naturais biodegradáveis a síntese de nanopartículas é de extrema necessidade para diminuição da poluição ambiental (CORRADINI; MOURA; MATTOSO, 2009). O Brasil é o quarto maior mercado consumidor de fertilizantes do mundo. No entanto, sua demanda apresenta aspecto sazonal de 70% e nota-se que, quando há a instalação das culturas de verão, as vendas acabam se concentrando nesse período, sendo o segundo semestre (FAEP, 2008). O maior desafio da agricultura é atender a demanda mundial prevista para 2025 de alimentar oito bilhões de pessoas com qualidade e segurança. Em 1960, alimentava-se duas pessoas por hectare; em 1995, com o aumento da produtividade, era possível alimentar quatro pessoas por hectare, e a expectativa para 2025 é de alimentar cinco pessoas por hectare (WBG, [s.d.]). Segundo dados da FAO/WHO (2010), na agricultura o uso de agroquímicos nanotecnológicos como fertilizantes, herbicidas, pesticidas e até mesmo medicamentos de uso veterinário contém nanopartículas ativas que oferecem uma melhor distribuição e eficácia do agroquímico no campo e melhor controle da dosagem do medicamento veterinário, assim como também é utilizada para o controle da contaminação microbiana e química, eficiência e aumento da produtividade. A nanotecnologia no setor agroalimentar atrai um maior investimento dos governos e indústria em esfera mundial, devido a sua vasta aplicação. **OBJETIVO:** Identificar o número de propriedades industriais existentes mundialmente utilizando nanopartículas em fertilizantes e suas respectivas classificações. **METODOLOGIA:** Para atingir os objetivos desta pesquisa foram consultadas as bases de propriedade intelectual via internet, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), no escritório europeu European Patent Office (EPO), no United

States Patent and Trademark Office (USPTO), no World Intellectual Property Organization (WIPO) e lens.org, base de patentes da China, Espanha, França e Inglaterra. O escopo metodológico da pesquisa foi composto da seguinte palavra-chave: “nanoparticlesfertilizer”. A metodologia empregada neste estudo se baseou na coleta de informações a partir dos títulos e resumos dos documentos de patentes encontrados, em que foram selecionados todos os documentos que faziam referência a nanopartículas em fertilizantes. Na base do INPI, utilizando a palavra-chave, não foram encontradas patentes registradas. Porém, na base de dados do WIPO, foram encontradas dez patentes de interesse. Na base de patentes americanas USPTO não foram encontrados resultados. A busca na base de patentes europeias, no *site* da EPO, não foram encontrados resultados. Na busca de patentes internacionais lens.org (China, Espanha, França e Inglaterra), foram encontrados 11 resultados. Houve a necessidade de comparar com as patentes já encontradas e verificar se estas são repetidas. **RESULTADOS:** A partir da pesquisa realizada foram identificadas as patentes com aplicação de nanopartículas em fertilizantes. Observa-se que não há patentes sul-americanas, e apesar de o Brasil ser o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, denota a dependência de tecnologia externa. Exibindo os resultados por meio de figura, a área G01 representa análise física de materiais por métodos específicos e ensaios de ligações bioespecíficas. A01N é a classificação de produtos para atender as necessidades humanas, aplicadas a Agricultura, Florestal, Pecuária, Caça e Pesca, sendo N preservação de seres humanos, animais e planeta. E a classificação C05 é destinada a produtos químicos, como fertilizantes inorgânicos de liberação lenta. A patente *WO2013121244* é provisória, a *AU 2012/369910 A1* foi encontrada na base de dados lens.org, porém, é uma patente publicada no Tratado de Cooperação de Patentes (PCT). A *US 2013/0219979 A1* é a patente ativa que substitui a *WO2013121244*, devido a algumas reivindicações terem sido canceladas, seu conteúdo refere-se a fertilizantes inorgânicos de liberação lenta, revestidos de metal. A patente *US 2014/0165683 A1* é ativa e refere-se sobre uma composição de fertilizante sólido contendo um macronutriente (nitrogênio) adsorvido na superfície das nanopartículas de fosfato de hidroxiapatite, que libera lentamente o macronutriente ao solo. A patente *US 2014/0208815 A1* substitui o pedido provisório da patente *WO 2014/117147 A1* depositada. A mesma propõe um sistema e método para proporcionar um fertilizante em solução aquosa para a produção de culturas, compreendendo partículas de fertilizante de tamanho nano para melhorar a absorção pela planta, pois os sistemas de adubação atuais geralmente fornecem adubo em formas que não são facilmente utilizáveis para células vegetais, gerando impactos negativos sobre o meio ambiente devido aos resíduos químicos não sintetizados pela planta. A patente *US 8554381 B2* substitui o pedido provisório da patente *US 2010/0168930 A1* e possui algumas reivindicações que foram canceladas. As duas patentes possuem o mesmo conteúdo, refere-se a um mecanismo de controle de consumo de energia das plantas comparando com a planta padrão. As patentes *WO 2012/166795 A1* e *AU 2012/262322 A1* apresentam o mesmo conteúdo e são provisórias. Algumas reivindicações foram canceladas. A patente *US 2014/0349862 A1* apresenta outras reivindicações que direciona a sua classificação, sendo a patente ativa. Refere-se a método para criação de fármaco permitindo ajuste da dose com utilização de nano partículas de liberação controlada. De um modo geral, a ideia para as patentes é a mesma: oferecer um produto alternativo, que aumente e prolongue o princípio ativo do fertilizante e por consequência reduza a sua quantidade aplicada, contribuindo com as questões de sustentabilidade. As patentes revelam três linhas de pesquisa: novos métodos e processos, fertilizantes de liberação lenta inorgânico e produto sustentável de preservação ambiental. Todas as patentes são estrangeiras, das quais universidades depositaram 20% das patentes, institutos de pesquisa

20%, empresas 20% e 40% das patentes foram depositadas em nome de pesquisador individual, que pode estar ligado a uma universidade, instituto ou empresa. A aplicação de nanopartículas em fertilizantes é uma tecnologia recente, com aumento significativo (600%) de 2010 para 2014. Patentes podem refletir o dinamismo tecnológico e dar indicações sobre as mudanças tecnológicas. Porém muitas inovações não correspondem a invenções patenteadas e muitas patentes correspondem a invenções de valor tecnológico quase nulo (OECD, 2005). Destaca-se que, de acordo com a Lei da Propriedade Intelectual (BRASIL, 1996), há um período de sigilo de no mínimo 18 meses a partir da data de depósito para que o pedido de patente seja publicado no Brasil, portanto, o número de patentes pode ser maior que o divulgado até o momento. **CONCLUSÕES:** A busca nos bancos de dados de patentes mundiais permitiu inferir que há 11 documentos distribuídos de acordo com os termos pesquisados, “nanoparticlesfertilizer”. Estas publicações eram de três áreas distintas: área de física; de materiais biospecíficos – produtos que atendem as necessidades humanas/agricultura/florestal/pecuária observando a preservação – e patentes destinadas a produtos químicos e fertilizantes inorgânicos de liberação lenta. Quanto aos produtos, são destinados à adubação inorgânico com micronutrientes revestidos com nanopartículas, o outro refere-se a uma solução aquosa com partículas de fertilizantes em tamanho nano que objetivam a maior absorção pela planta numa quantidade aplicada em menor escala, diminuindo os resíduos ambientais e, por fim, a composição de um fertilizante contendo nitrogênio revestido para liberação controlada. Quanto aos métodos, envolvem a medição do consumo de energia pela planta e a criação de um método para fabricação de fármaco que permite o ajuste da dose com a utilização de nanopartículas de liberação lenta. Apesar de o Brasil ser um celeiro mundial na produção de grãos, não há patentes registradas na área que atendam a necessidade do mercado, resultando na dependência de tecnologia externa. Faz-se necessário, portanto, o incentivo por parte do governo através de políticas públicas à pesquisa que visa à inovação e tecnologia de novos processos e produtos que objetiva a melhoria da qualidade e competitividade no âmbito agrícola.

Palavras-chave: Agronegócio. Nanopartículas. Fertilizantes.

Referências

ALVES, E. Quem ganhou e quem perdeu com a modernização da agricultura. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 9-39, jul./set. 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Propriedade Intelectual Nº 9.279 de 14 de maio de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm>. Acesso em: 7 maio 2015.

CORRADINI, C.; MOURA, M. R.; MATTOSO, L. H. C. Estudo preliminar da incorporação de fertilizante tipo NPK em nanopartículas de quitosana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍMEROS, 10., 2009, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, out. 2009.

EPO – European Patent Office. **Home**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.epo.org>>. Acesso em: 7 maio 2015.

FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná. **Encarte Especial: fertilizantes**. 2008. Disponível em: <<http://www.sistemafaep.org.br>>. Acesso em: 29 maio 2015.

Adriana Ferrazza, Liziane Carlesso, Joceli Roque Ferrazza, Regina Bellan Verona, Rosana da Silva

FAO/WHO. **Expert meeting on the application of nanotechnologies in the food and agriculture sectors:** potencial food safety implications. Meeting report in Food and Agriculture Organization of the United Nations and World Health organization. Rome: FAO/WHO, 2010. p. 109.

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. **Guia básico.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/>>. Acesso em: 7 maio 2015.

HANSEN, D. R.; MOWEN, M. M. **Gestão de Custos:** Contabilidade e Controle. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

LENS.ORG – Open Public Resouce for Innovation Cartography. **Home.** [s.d.]. Disponível em: <<https://www.lens.org/lens/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

MARTINS, R. et al. Reflexões acerca das nanotecnologias e as novas densidades técnicas-científicas informacionais na agricultura. **Estudios Sociales**, v. 17, n. 34, p. 313-326, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0188-45572009000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 maio 2015.

MASSINI, K. C.; JESUS, K. R. E. de. Prospecção dos riscos ambientais das nanotecnologias aplicadas à agricultura. In: WORKSHOP DE NANOTECNOLOGIA APLICADA AO AGRONEGÓCIO, 7., 2013, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Embrapa Instrumentação, 2013. p. 551-553.

OECD – Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento. **Manual de Oslo:** proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre Inovação Tecnológica. 3. ed. Paris: OCDE, 2005.

RODRIGUES, J. M.; MACHADO, D. G.; CRUZ, A. P. C. da. Evidenciação de custos ambientais em empresas do segmento de adubos e fertilizantes. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 63-86, jan./jun. 2011.

USPTO – United States Patent and Trademarck Oficce. **Home.** [s.d.]. Disponível em: <<http://patft.uspto.gov/>>. Acesso em: 29 maio 2015.

WBG – The World Bank. **Nosso maior desafio:** em vinte anos alimentar 8 bilhões de pessoas. [s.d.]. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 7 maio 2015.

WIPO – Old Intellectual Property Organization. **Home.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.wipo.int/portal/en/>>. Acesso em: 29 maio 2015.

MORTALIDADE NA INFÂNCIA EM CHAPECÓ (SC), UM ESTUDO CASO-CONTROLE

Adriano Seikiti Stychnicki¹, Bernardo Boccalon, Maria Assunta Busato, Sandra Maura Madalosso

¹Acadêmico de Medicina da Unochapecó, adrianoseikiti@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A taxa de mortalidade na infância (TMM5) é definida como o número de óbitos de menores de cinco anos de idade, por mil nascidos vivos (NV), na população residente em determinado espaço geográfico, em um determinado período. É considerada um dos mais importantes indicadores epidemiológicos e utilizada para avaliar o desenvolvimento socioeconômico de um local. Todos os anos, mais de oito milhões de crianças no mundo morrem antes de completarem cinco anos. Adotando medidas simples, cerca de 70% dessas mortes poderiam ser evitadas. **OBJETIVO:** Identificar a TMM5 no município de Chapecó (SC) no período de 2009 a 2014 e associar fatores individuais e maternos com a mortalidade na infância. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo caso-controle, no qual os casos investigados corresponderam a todos os óbitos (n = 204) ocorridos em crianças menores de cinco anos, residentes no município de Chapecó no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2014, e os controles, os nascimentos ocorridos no mesmo período (n = 17907). Os dados foram obtidos das declarações de óbito, declarações de nascidos vivos, Sistema de Informação de Nascidos Vivos e do Sistema de Informação de Mortalidade. As análises foram realizadas a partir da bioestatística descritiva e testes de regressões logísticas. Para interpretação dos dados, comparou-se a razão de chances de ocorrer o óbito entre categorias consideradas ideais com as não ideais de cada fator, considerando em todos os testes significância quando $p < 0,05$ e intervalo de confiança de 95%. **RESULTADOS:** A TMM5 no período de 2009 a 2014 foi de 11,3 por mil NV. No ano de 2014, foi de 8,8 por mil NV. Comparando essa taxa com a do ano de 2009, houve uma redução de 33,4% nesse indicador. Do total de 204 óbitos, 84,8% foram em crianças menores de um ano. A maioria dos óbitos ocorreu em crianças do gênero masculino (60,3%). Ao analisar os fatores associados à mortalidade, o único que não houve significância foi a idade materna. Constatou-se que os fatores de proteção foram a criança ser do sexo feminino e o ganho de peso em cem gramas, que diminuiu 9,3% o risco de morrer. Ademais, em relação às crianças que nasceram com peso adequado (> 2500 g), os recém-nascidos com baixo peso ao nascer apresentaram 5,8 vezes mais chance de morrer. Em relação à duração da gestação, crianças nascidas com menos de 37 semanas de gestação apresentaram um *odds ratio* (OR) de 13 em relação às nascidas a termo. Crianças cujas mães realizaram menos de sete consultas tiveram OR de três em comparação com as que realizaram sete ou mais consultas. Quanto à escolaridade, filhos de mães com escolaridade menor do que oito anos de estudos apresentaram um risco de morrer cerca de 4,5 vezes maior do que mais com oito ou mais anos de estudos. **CONCLUSÃO:** A TMM5 de Chapecó foi uma das

Adriano Seikiti Stychnicki, Bernardo Boccalon, Maria Assunta Busato, Sandra Maura Madalosso

menores do estado de Santa Catarina. O aumento de peso e o sexo feminino foram fatores de proteção. Os fatores de risco evidenciados no estudo são o menor número de consultas de pré-natal, duração da gestação e escolaridade materna.

Palavras-chave: Mortalidade na infância. Saúde da criança. Saúde pública.

Fonte financiadora: Pibic/FAPE, Unochapecó.

CORPOS E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA AFETIVA DOS CORPOS NO FAZER PEDAGÓGICO NOS CURSOS DE ENGENHARIA CIVIL E DE PSICOLOGIA DA UNOCHAPECÓ

Alan David Evaristo Panizzi¹, Celso Francisco Tondin, Isis Dettweiler, Murilo Cavagnoli, Fernanda Aparecida de Mello, Caroline Chiodelli

¹ Psicólogo, mestrando em Educação da Unochapecó, alanpanizzi@gmail.com

INTRODUÇÃO: Este resumo se baseia em projeto de pesquisa de iniciação científica que propõe uma reflexão crítica sobre os efeitos das práticas pedagógicas nos cursos de Engenharia Civil e de Psicologia da Unochapecó no que se refere à construção de uma cultura do corpo. **OBJETIVO:** Dimensionar como a educação universitária tem produzido modos de subjetivação nos encontros com os corpos aos quais se agencia e sobre os quais opera; discutir como, no cotidiano universitário, afecções entre corpos engendram modos de produção de assujeitamentos e modos de produção de sensibilidade e de criatividade; e contribuir, conseqüentemente, com o fazer pedagógico nos referidos cursos por produzir subsídios que possibilitem um campo de problematização sobre os afetamentos dos corpos de acadêmicos. **METODOLOGIA:** Compõem-se de dois momentos que denominamos de expressivos. Coerentes com a política cognitiva proposta pela pesquisa-intervenção, entendemos os instrumentos para produção de informações como dispositivos que, mais do que formas de representação, produzem subjetividades. Inicialmente, será solicitado aos acadêmicos dos sétimos e oitavos períodos de ambos os cursos que façam um desenho, com lápis carbono preto ou multicolorido, que represente, numa imagem, seus corpos após um dia de aula na Universidade e outro que retrate um dia de trabalho. Eles deverão dar um título aos desenhos. Num segundo momento, uma amostra, escolhida por sorteio entre aqueles que se voluntariarem, de quatro destes acadêmicos (de ambos os cursos), terá um momento de entrevista reflexiva em grupo. Espera-se, assim, que as lógicas que produzem assujeitamentos e/ou sensibilidade e criatividade sejam acolhidos, evidenciados, permitindo-se novos posicionamentos éticos e políticos. **RESULTADOS:** Uma possibilidade de resposta ao enrijecimento da educação é criar mecanismos de autoavaliação das lógicas de coexistência, das relações de poder e dos processos pedagógicos, permitindo uma atenção ativa, em que o sofrimento vivenciado seja acolhido, evidenciado e transformado. Ao promovermos uma escuta atenta não apenas da experiência cognitiva, mas também da sensível (afetos), esperamos contribuir com modos de cuidado e respeito nas práticas pedagógicas instituídas. **CONCLUSÕES:** Nossa análise pretende conhecer as narrativas que descrevem como os modos de vida no contexto universitário se articulam com os enunciados que orientam as práticas pedagógicas na relação com os corpos de estudantes. Essa perspectiva aproxima a abordagem genealógica da

Alan David Evaristo Panizzi, Celso Francisco Tondin, Isis Dettweiler, Murilo Cavagnoli,
Fernanda Aparecida de Mello, Caroline Chiodelli

pesquisa-intervenção que possibilita, através da análise micropolítica do cotidiano, a desnaturalização de discursos e práticas acerca das violências e permite abranger tanto o pesquisador como o pesquisado como participantes da produção do conhecimento.

Palavras-chave: Corpos. Educação universitária. Produção de subjetividade.

Fonte financiadora: FAPE, Unochapecó.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DO ÓLEO DE CHIA (*Salvia Hispanica* L.)

Alex Sandra Zanette¹, Thais Karoline Carniel, Micheli Zanetti, Francieli Dalcanton, Márcio Antônio Fiori, Josiane Maria Muneron de Mello

¹ Acadêmica de Engenharia Química da Unochapecó, alexsandrzanette@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Os produtos de origem natural, como os óleos essenciais, revelam-se como importantes matérias-primas para diversos ramos industriais. Segmentos da indústria de cosméticos, farmacêuticos e alimentícia demonstram grande interesse no desenvolvimento de novos produtos aplicando estes óleos. Muitos destes, além de conferir características sensoriais, apresentam também propriedades nutricionais, antioxidantes ou antimicrobianas. Existem óleos essenciais que são antimicrobianos naturais e podem ser utilizados em produtos alimentícios como um adicional determinante para aumentar a segurança e a vida útil dos alimentos, não causando danos à saúde, como é o caso de muitos conservantes químicos (EBRAHIMI et al., 2008). A chia (*Salvia hispanica* L.) é considerada fonte natural de antioxidantes, aminoácidos essenciais, além de fibras dietéticas, proteínas, potássio, cálcio e alto conteúdo de ácido α -linolênico (Ômega-3) e linoleico (Ômega-6) (JÚNIO; LEMOS, 2012), o que lhe agrega um grande potencial de aplicação na indústria de alimentos como condimento. A presença desses ácidos graxos na dieta garante uma diminuição da ocorrência de doenças cardiovasculares (AHA, 2004). O consumo de sementes de chia fornece inúmeros benefícios à saúde e as proteínas podem ser disponibilizadas como peptídeos biologicamente ativos. Os peptídeos, em geral, podem desempenhar diversas atividades, com base na sua composição e sequência de aminoácidos, tais como: imunomodulatória, antimicrobiana, antitrombótica, hipocolesterolêmica, anti-hipertensiva e antioxidante, e o grau de hidrólise é o principal fator que afeta a atividade biológica nos hidrolisados proteicos de chia (SEGURA-CAMPOS, 2013). Na literatura não foram encontrados trabalhos que apresentassem o potencial antimicrobiano do óleo obtido da semente de chia. **OBJETIVO:** Avaliar o potencial antimicrobiano do óleo essencial de chia (*Salvia hispanica* L.) frente a bactérias Gram-positiva e Gram-negativa. **METODOLOGIA:** O óleo de chia, *Salvia hispanica* L., encapsulado, foi comprado em uma casa de produtos naturais na cidade de Chapecó (SC), o mesmo foi armazenado sob refrigeração de 4 °C e ao abrigo da luz. Para a realização das análises, o óleo foi retirado das cápsulas com auxílio de uma seringa descartável e estéril. A atividade antimicrobiana do óleo de chia foi avaliada frente a quatro bactérias: *Escherichia coli* (ATCC 25922), *Staphylococcus aureus* (ATCC 25923), *Pseudomonas aeruginosa* (ATCC 27853) e *Salmonella* spp (ATCC 14028), utilizando-se as técnicas de difusão em meio sólido a partir de orifício e microdiluição em caldo para determinação da Concentração Inibitória Mínima (MIC). A difusão em meio sólido a partir de orifício foi realizada conforme descrito por Alves e colaboradores (2000), com algumas modificações, seguindo as

Alex Sandra Zanette, Thais Karoline Carniel, Micheli Zanetti, Francieli Dalcanton, Márcio Antônio Fiori, Josiane Maria Muneron de Mello

recomendações do *National Committee for Clinical Laboratory Standards* (CLSI, 2012a). Primeiramente, as suspensões bacterianas, cultivadas em caldo *Brain Heart Infusion* (BHI) por 24 horas a 35 °C em estufa bacteriológica, foram ajustadas em água salina estéril (0,85%) para uma concentração de 10 UFC.mL (Unidades Formadoras de Colônia por mL). Após, verteu-se o meio de cultura *Plate Count Ágar* (PCA) nas placas de petri, deixando solidificar. As bactérias foram, então, semeadas nas placas de PCA com o auxílio de um *swab*. Em cada placa, foram feitos três orifícios equidistantes, com diâmetro de aproximadamente 8 mm, sendo depositado nestes o óleo da chia. Incubou-se a 36 °C por 24 horas e, após decorrido este tempo, mensurou-se o halo de inibição de crescimento microbiano formado, com auxílio de uma régua milimétrica. A determinação do MIC foi realizada utilizando-se a metodologia descrita na CLSI (2012b), com modificações. Utilizou-se microplacas estéreis de 96 cavidades com fundo em forma de “U”. Um volume de 200 µL, de uma solução de óleo de chia preparada na concentração de 2000 µg.mL, empregando-se DMSO a 10%, foi inoculada nas colunas de 1, 2 e 3 da linha A, com 100 µL de caldo BHI. Os demais orifícios foram preenchidos com 100 µL de caldo BHI. Em seguida, uma alíquota de 100 µL do conteúdo de cada orifício da linha A foi transferido para os orifícios da linha B e, após homogeneização, repetindo-se este procedimento até a linha H, obtendo-se assim concentrações decrescentes. Para o controle negativo, foram inseridos 100 µL de BHI, 100 µL de água ultrapura e 5 µL de microrganismo. Para o controle positivo, foram inseridos 100 µL de BHI e 5 µL de microrganismo. E uma coluna para o branco, onde adicionou-se somente os 100 µL meio de cultura. Após, as microplacas foram incubadas na estufa a 37 °C por 18 horas. Decorrido esse intervalo de tempo, foram adicionados em cada poço 20 µL de TTC (cloreto de 2,3,5-trifeniltetrazólico), e as microplacas foram novamente levadas para a estufa bacteriológica por mais 3 horas a 37 °C, e depois retiradas para leitura.

RESULTADOS: Os resultados obtidos no teste de difusão em meio sólido mostraram que o óleo de chia não apresentou atividade antimicrobiana para as bactérias estudadas, pois não houve formação de halo de inibição. Porém, apenas este ensaio não permite concluir se a chia tem ou não atividade antimicrobiana, visto que o óleo pode apresentar uma resistência muito grande à difusão no meio em função de suas propriedades físico-químicas (densidade, viscosidade etc.), não inibindo o crescimento microbiano em torno do orifício em que esse estava presente. Para a comprovação da existência ou não da atividade antimicrobiana do óleo da chia, realizou-se o ensaio de Concentração Inibitória Mínima (MIC), na concentração máxima do óleo de chia de 2000 µg.mL. Esse teste também não apresentou inibição para as quatro bactérias analisadas, ou seja, houve o crescimento dos micro-organismos em todas as cavidades da microplaca.

CONCLUSÕES: Diante de tais experimentos, pode-se concluir que o óleo de chia (*Salvia hispanica* L.) não possui atividade antimicrobiana para as bactérias *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus*, *Pseudomonas aeruginosa* e *Salmonella* spp. Apesar de o óleo de chia não apresentar atividade antimicrobiana frente aos microrganismos estudados, este projeto de pesquisa continua em andamento, com a avaliação do poder antioxidante deste óleo, no qual os resultados preliminares encontrados são positivos.

Palavras-chave: Chia. Antimicrobiano. *Salvia hispanica*.

Fonte financiadora: Pibic/FAPE, Unochapecó.

Alex Sandra Zanette, Thais Karoline Carniel, Micheli Zanetti, Francieli Dalcanton, Márcio Antônio Fiori, Josiane Maria Muneron de Mello

Referências

AHA – American Heart Association. **International Cardiovascular Disease Statistics**. Dallas: American Heart Association, 2004.

ALVES, T. M. de A. et al. Biological screening of Brazilian medicinal plants. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 95, n. 3, maio/jun. 2000.

CLSI – Clinical and Laboratory Standards Institute. **Methods for Dilution Antimicrobial Susceptibility Tests for Bacteria That Grow Aerobically**. Wayne, USA: CLSI, 2012a.

_____. **Performance standards for antimicrobial disk susceptible tests**; Approved standard. Wayne, USA: CLSI, 2012b.

EBRAHIMI, S. N. et al. Essential oil composition and antibacterial activity of *Thymus caramanicus* at different phenological stages. **Food Chemistry**, v. 110, n. 4, p. 927-931, Oct. 2008.

JÚNIO, H. P. L.; LEMOS, A. L. A. Chia (*Salvia hispanica*). **Diagn Tratamento**, v. 17, n. 4, p. 180-184, 2012.

PEIRETTI, P. G.; GAI, F. Fatty Acid and Nutritive Quality of Chia (*Salvia hispanica* L.) Seeds and Plant During Growth. **Animal Feed Science and Technology**, v. 148, n. 2-4, p. 267-276, 2009.

SEGURA-CAMPOS, M. R. et al. Biological potential of chia (*salvia hispanica* l.) protein hydrolysates and their incorporation into functional foods. **LWT**, v. 50, n. 2, p. 723-731, Mar. 2013.

DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS DIÁRIOS DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA PARA CHAPECÓ (SC) RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

Aléxander Augusto Ortmeier¹, Ana Laura Vianna Villela, Cláudio Maia, Rosa Salette Alba

¹ Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo da Unochapecó, alex_sankas@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A urbanização no século XX aconteceu de maneira muito intensa, impulsionada, sobretudo, pela industrialização. Sendo a cidade um lugar de produção e circulação, concentra também força de trabalho, atividades comerciais e de serviços, como o educacional – foco deste trabalho –, acumulando capital e poder político e econômico nesses espaços. Na atualidade, a globalização e as tecnologias de comunicação e da informação têm acelerado e influenciado também nos processos migratórios. A compreensão da realidade socioespacial exige conhecimentos específicos sobre as dinâmicas territoriais, assim como dos agentes que influenciam nas transformações locais e regionais. As constantes mudanças econômicas proporcionam usos distintos do espaço geográfico, construindo novas redes de relações e novas articulações espaciais entre as cidades. Tais mudanças têm suscitado em diferentes áreas – como o planejamento urbano e regional e a geografia – novos estudos, análises e interpretações, como os que vêm sendo feitos na Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) através da articulação entre pesquisadores e universidades. Segundo Sposito (2007, p. 9), cidades médias são as “[...] que estabelecem intermediação entre cidades maiores e menores no âmbito de diferentes redes urbanas e que, portanto, diferem das denominadas ‘cidades de porte médio’ cujo reconhecimento advém de seus tamanhos demográficos.” Para Corrêa (2007), a compreensão destes territórios perpassa pela combinação articulada entre tamanho demográfico, funções urbanas e a organização do espaço urbanizado. Assim, o campo de reflexão deste trabalho pauta-se nos estudos das cidades médias realizados pela ReCiMe, ao qual soma-se a importância da observação dialógica que ocorre na articulação entre escalas no território, considerando o local e o regional, observando-os no contexto mundial, visto que muitos dos fenômenos que se manifestam localmente são fruto de uma realidade nacional e/ou mundial, resultantes de um processo de conexões estabelecidas entre os lugares centrais da sociedade contemporânea (BESSA, 2012). A partir disso, ressalta-se que o estudo considera não somente Chapecó (SC), em âmbito local, mas também em escala regional, fruto das articulações estabelecidas entre os lugares da sociedade contemporânea. **OBJETIVO:** Interpretar a dinâmica de estruturação produtiva de Chapecó na região, a partir da avaliação dos movimentos pendulares populacionais relacionados à educação que acontecem para Chapecó. **METODOLOGIA:** Para tanto, utilizou-se da extração dos microdados do IBGE, Censo Demográfico 2000, e 2010, mais precisamente, a variável 4276 do Censo de 2000, que contabiliza o número de pessoas que moram em um município e que trabalham e/ou estudam em outro, e as variáveis 6364 e

Aléxander Augusto Ortmeier, Ana Laura Vianna Villela, Cláudio Maia, Rosa Salete Alba

6604 do Censo de 2010, que contabilizam separadamente o número de pessoas que moram em um município e que trabalham e/ou estudam em outro. Com o auxílio de *software* estatístico, pode-se calibrar/balizar a amostra e levantar o número de pessoas que se deslocam para Chapecó em busca de serviços na área da educação. A partir disso, cartografou-se as cidades de origem desses movimentos pendulares, bem como a porcentagem do impacto de cada uma das cinco microrregiões do oeste catarinense. De modo complementar se realizou trabalhos de campo e de manipulação do banco de dados do e-MEC, do qual foi possível obter as instituições, os cursos e as especializações do Ensino Superior em Chapecó. Para o levantamento das escolas de Ensino Fundamental, médio e pré-escolar utilizou-se dos dados do Censo Educacional de 2012 do INEP.

RESULTADOS: Desta maneira, nos deslocamentos por trabalho e estudo em 2000, Chapecó apresentou uma influência sobre pouco mais de 50% dos municípios, estando estes localizados, predominantemente, a norte e a oeste do município. Ao analisar o impacto dos deslocamentos por trabalho e estudo nas microrregiões em 2000, observa-se um maior atendimento aos municípios da microrregião de Chapecó (60,39%) e Xanxerê (26,11%) e a quase inexistente em relação a microrregião de Joaçaba (2,54%) no centro-oeste do estado. Em 2010, os valores percentuais por microrregião quase não se alteram. Exceção é a microrregião de Concórdia, que dobra seu valor percentual. Ao observar os valores absolutos dos deslocamentos vê-se que estes quase triplicam, passando de 2.140,98 em 2000 para 6.812,22 deslocamentos totais em 2010. Como consequência direta, nota-se o crescente aumento de veículos nas estradas e um mercado imobiliário sempre em alta. Ao comparar o número de municípios que não registraram deslocamentos para Chapecó por trabalho e estudo de 2000 (56 municípios – 47,86%) para 2010 (22 municípios – 18,8%) vê-se o crescimento expressivo do município quanto ao atendimento à geração de emprego e oferta de serviços na área educacional para a região, reforçando a força atrativa, e por muitas vezes centralizadora, de Chapecó. Os microdados de 2010 permitem separar os resultados por atividade: trabalho e educação. Isso possibilita a compreensão do impacto de cada uma destas atividades nos deslocamentos regionais. Observa-se um aumento em torno de 6% no número de municípios não impactados pela oferta de estudo em Chapecó, estando estes localizados principalmente nas microrregiões de São Miguel do Oeste e Joaçaba (SC). Destaca-se que dos 6.812,22 deslocamentos realizados por estudo e trabalho em 2010, 4.057,07 deslocamentos são por estudo, ou seja, praticamente 2/3 da amostra. Quanto aos elementos estruturadores da cidade, de modo geral, destaca-se o papel que os principais eixos viários exercem, enquanto força de atração que motivam os deslocamentos entre Chapecó e os demais municípios da região em função de estudo.

CONCLUSÕES: O trabalho até aqui desenvolvido aponta para a necessidade da análise das quatro microrregiões fronteiriças do Rio Grande do Sul: Saranduvás, Três Passos, Erechim e Frederico Westphalen, pela significativa atratividade de Chapecó neste raio de abrangência. Também se identificou a importância de comparar a centralidade de Chapecó para os serviços educacionais em relação aos municípios da amostra que apresentam mais de cinco instituições de Ensino Superior no e-MEC. Após estas análises, será possível aprofundar a compreensão científica e, sobretudo, social quanto aos serviços educacionais na região oeste de Santa Catarina, a fim de possibilitar contribuições futuras nas políticas públicas e de planejamento dos municípios estudados, bem como subsídios para a complementação dos dados regionais.

Palavras-chave: Educação. Migração Pendular. Chapecó.

Aléxander Augusto Ortmeier, Ana Laura Vianna Villela, Cláudio Maia, Rosa Salete Alba

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina para Núcleos de Pesquisa de Iniciação Científica.

Referências

BESSA, Kelly. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **GeoTextos**, v. 8, n. 1, p. 147-165, jul. 2012.

CORRÊA, Roberto L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades Médias: Espaços em transição**. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades Médias: espaços em transição**. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2007.

_____ et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: _____. **Cidades Médias: espaços em transição**. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.

MIDIATIZAÇÃO CINEMATOGRAFICA: O CONTEXTO EM CHAPECÓ (SC)

Alexandre Frandoloso¹, Dafne Reis Pedroso da Silva, Francisco Duarte Pavin

¹ Acadêmico de Publicidade e Propaganda, bolsista de iniciação científica FUMDES/Unochapecó e integrante do grupo de pesquisa em Comunicação e Processos Socioculturais da mesma instituição, alexandref@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A importância da contextualização para a pesquisa deriva principalmente dos relatos de Maldonado (2011, p. 281), para quem este movimento metodológico “[...] permite uma *visão* abrangente e ao mesmo tempo particular, e situa o *contexto do problema* como articulador dos outros contextos na estruturação da pesquisa.” Bonin (2011) também diz que “[...] saber formular e construir aspectos que deem conta do contexto midiático e comunicacional que configure a sua particularidade é fundamental.” A autora destaca que esse movimento histórico ajuda a entender “[...] os processos e fatores envolvidos na geração do fenômeno investigado.” (BONIN, 2011). Dentro da contextualização, buscou-se perceber os princípios da midiática, especificamente a midiática cinematográfica (SILVA, 2009), pois são eles que refletem as mudanças que ocorreram na região desde o início das exibições até hoje. **OBJETIVO:** Refletir sobre a pesquisa de contextualização, movimento metodológico desenvolvido para a investigação: “Trajetórias de vida midiática: consumo e recepção de filmes por participantes da Cidade do Idoso de Chapecó”. O propósito dessa etapa é compreender como o fenômeno brasileiro de midiática cinematográfica ocorreu na cidade de Chapecó, em que os entrevistados estão inseridos. **METODOLOGIA:** Buscou-se analisar a lógica dos espaços de recepção de cinema de Chapecó (SC), as características das práticas de *moviegoing* (MENOTTI, 2010), o cenário atual de exibição e produção e as relações desses aspectos locais com questões nacionais. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pesquisadores da área audiovisual de Chapecó e feitas buscas em acervos digitais de pesquisas, museus e bibliotecas municipais. Em um segundo momento, serão aplicados questionários e realizadas entrevistas em profundidade com os participantes da Cidade do Idoso, de modo a entender como esse fenômeno se expressa em seus cotidianos. **RESULTADOS:** Como resultados preliminares, percebe-se que as características do contexto cinematográfico nacional, tais como a presença das grandes salas de cinema de calçada e o hábito semanal de consumo de cinema pelos espectadores durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, o declínio das salas nas décadas de 1980 e 1990, a mudança dos espaços de exibição para os *shoppings centers* e a hegemonia dos *blockbusters* hollywoodianos nas telas das salas comerciais também se expressam no contexto local. **CONCLUSÕES:** Quanto à produção audiovisual, o contexto da cultura digital, com o acesso a equipamentos e linguagens, tem possibilitado o desenvolvimento de produções como filmes de curtas e médias-metragens de ficção e documentários, webseries e videoclipes,

Alexandre Frandoloso, Dafne Reis Pedroso da Silva, Francisco Duarte Pavin

mesmo em um espaço longe dos grandes centros produtivos, tais como o eixo Rio-São Paulo, e das capitais que são referência em produção audiovisual, como Recife (PE) e Porto Alegre (RS).

Palavras-chave: Midiatização cinematográfica. Oeste catarinense. Pesquisa de contextualização.

Fonte financiadora: FUMDES/Unochapecó.

Referências

BONIN, J. A. Revisitando os Bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, A. E. et al. **Metodologias da pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.

MALDONADO, A. E. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: _____ et al. **Metodologias da pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MENOTTI, G. Através da sala escura: uma aproximação entre sala de cinema e o lugar do VJing. **Comunicação e sociedade**, v. 17, p. 11-15, 2010.

SILVA, D. R. P. da. **Hoje tem cinema: a recepção de mostras itinerantes organizadas pelo Cineclube Lanterninha Aurélio**. 2009. 292 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

CONSUMO ALIMENTAR E ESTADO NUTRICIONAL DE PAIS E MÃES DE PRÉ-ESCOLARES MATRICULADOS EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Aline Cristina Lalana¹, Talita Menezes da Rosa, Janaévi Michel Belusso, Roberta Lamonatto Taglietti, Nadia Kunkel Szinwelski

¹ Acadêmica de Nutrição da Unochapecó e bolsista do Núcleo de Iniciação Científica em Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas, aline.cristina@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são atualmente as principais causas de morte no Brasil e no mundo. Estudos mostram que hábitos alimentares inadequados, dentre outros fatores, têm sido associados às DCNT, como o *diabetes mellitus*, as doenças cardiovasculares, alguns tipos de câncer e a obesidade (AZEVEDO et al., 2014). O excesso de peso hoje acomete um em cada dois adultos e uma em cada três crianças brasileiras (BRASIL, 2014). Quando há obesos na família, a chance das crianças desenvolverem obesidade é muito maior; esse aspecto é importante para o processo de prevenção, pois quando o pai e a mãe são obesos, a chance da criança se tornar obesa são de 80%, quando apenas um dos pais tem o problema, o número cai para 40%. Além disso, diversos estudos brasileiros mostram a associação entre crianças e adolescentes com excesso de peso e pais obesos (VITOLLO, 2015). **OBJETIVO:** Conhecer o consumo alimentar e o estado nutricional de pais e mães de pré-escolares matriculados em um centro de Educação Infantil do município de Chapecó (SC). **METODOLOGIA:** A pesquisa teve caráter descritivo quanti-qualitativo, do tipo transversal, desenvolvida no mês de agosto de 2015 com 12 pais de pré-escolares matriculados em um centro de Educação Infantil do município de Chapecó, com faixa etária entre 29 a 38 anos de idade. A aferição de medidas antropométricas foi realizada através das variáveis de peso e estatura, após, calculou-se o índice de massa corporal (IMC). A pesagem foi realizada em uma superfície plana por meio de uma balança eletrônica, digital/portátil, com capacidade para 130 quilos, ligada antes de o indivíduo posicionar-se sobre o equipamento. Esperou-se que a balança marcasse o número zero no visor e foi solicitado para que o adulto subisse no centro do equipamento, com o mínimo de roupa possível. Orientou-se a retirarem os objetos pesados, tais como chaves, cintos, óculos, telefones celulares e quaisquer outros objetos que pudessem interferir no peso total; foram pesados descalços, eretos e usando roupas leves (BRASIL, 2008). Após, foram orientados a permanecerem com os pés juntos e os braços estendidos ao longo do corpo. Para aferição da estatura, utilizou-se fita métrica inelástica, fixada na parede. Posicionou-se o adulto descalço e com a cabeça livre de adereços, no centro da fita, de pé, eretos, com os braços estendidos ao longo do corpo, com a cabeça erguida, olhando para um ponto fixo na altura dos olhos, as pernas deveriam estar paralelas, e os pés formando um ângulo reto com as mesmas (BRASIL, 2011). Os dados obtidos através da avaliação nutricional foram classificados com base nos pontos de corte adotados para o IMC, seguido da recomendação da Organização Mundial da Saúde (WHO, 1995). A partir da relação peso (kg)/estatura (m²), a saber: baixo peso (IMC < 18,5

Aline Cristina Lalana, Talita Menezes da Rosa, Janaévi Michel Belusso, Roberta Lamonatto Taglietti, Nadia Kunkel Szinwelski

kg/m²), peso normal, eutrofia (IMC de 18,5 a 24,9 kg/m²), pré-obeso (excesso de peso) (IMC de 25 a 29,9 kg/m²) e obeso (IMC \geq 30 kg/m²); medidas de peso (em quilogramas) e altura (metros). As informações sobre o consumo alimentar foram obtidas usando-se o questionário de frequência de consumo alimentar (QFCA). Ao final do questionário, foram realizadas duas perguntas referentes ao número de refeições realizadas diariamente, ao hábito de realizar as refeições assistindo TV, mexendo no computador ou celular. Foram convidados a participar voluntariamente da pesquisa os pais dos alunos que participavam de um evento no centro de Educação Infantil do município de Chapecó. **RESULTADOS:** Quanto ao IMC, verificamos que dos 12 pais avaliados (oito do sexo masculino e quatro do sexo feminino), 41,66% (n = 5) encontram-se eutróficos; 41,66% (n = 5) encontram-se pré-obesos; e 16,66% (n = 2) com obesidade. Em relação ao consumo alimentar, foi constatado um alto consumo de alimentos ultraprocessados. Ressalta-se que esse grupo de alimentos devem ser consumidos esporadicamente, pois o excesso pode contribuir com o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis devido sua alta densidade energética decorrente dos excessos de açúcares e gorduras que contém. Além disso, por conta de sua formulação e apresentação, tendem a ser consumidos em excesso e a substituir alimentos *in natura* ou minimamente processados (BRASIL, 2014). Destaca-se, ainda, que dos 12 pais entrevistados, apenas três responderam que realizam todas as seis refeições diárias. Sobre o hábito de realizar as refeições assistindo TV, mexendo no computador ou celular, 50% relataram ter o hábito. O *Guia alimentar para a população brasileira* recomenda que telefones celulares sobre a mesa e aparelhos de televisão ligados devem ser evitados (BRASIL, 2014). Diante disso, estudos demonstram associação positiva entre realizar refeições com a família e ingestão de alimentos saudáveis e associação inversa entre este e a ocorrência de excesso de peso. Apontam, ainda, associação positiva do hábito de comer enquanto se assiste televisão com dietas menos saudáveis e com excesso de peso (LEVY et al., 2010). Segundo a Vigitel (2014), vem crescendo o número de pessoas com excesso de peso no País, 52,5% dos brasileiros estão acima do peso, este índice em 2006 era de 43% e, atualmente, 17,9% da população está obesa, com aumento de 23% nos últimos nove anos. A população hoje tem substituído refeições por lanches e alimentos ultraprocessados (VIGITEL, 2014). O fator de risco mais importante para o aparecimento de obesidade na criança é a presença de obesidade em seus pais, pela soma da influência genética e do ambiente (ESCRIVÃO, 2008). Diante disso, ressalta-se que os reflexos do consumo e estado nutricional dos pais interferem diretamente na saúde de seus filhos. **CONCLUSÕES:** Com base nos resultados obtidos é possível concluir que mais da metade da população avaliada nesse estudo encontra-se acima do peso, tendo em vista que estamos vivenciando uma transição nutricional, decorrente do consumo de alimentos ultraprocessados, com alta intensidade energética. Destaca-se, ainda, que as determinações do perfil antropométrico e do consumo alimentar da população adulta constituem importante subsídio às políticas de saúde e intervenções, com intuito de prevenir a ocorrência precoce de doenças metabólicas decorrentes da inadequação alimentar. Além disso, é preciso considerar que os pais são a primeira referência comportamental da criança, e é comum que sigam hábitos alimentares dos mesmos, portanto, torna-se fundamental uma reeducação alimentar na população entrevistada, pois trata-se de um fator promotor de saúde e de melhoria de hábitos saudáveis.

Palavras-chave: Estado nutricional. Consumo alimentar. Hábitos alimentares.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Aline Cristina Lalana, Talita Menezes da Rosa, Janaévi Michel Belusso, Roberta Lamonatto Taglietti, Nadia Kunkel Szinwelski

Referências

AZEVEDO, Edynara Cristiane de Castro et al. Consumo alimentar de risco e proteção para as doenças crônicas não transmissíveis e sua associação com a gordura corporal: um estudo com funcionários da área de saúde de uma universidade pública de Recife (PE), Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1613-1622, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. il.

_____. _____. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. **Orientações para coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde**: norma técnica do sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série G. Estatística e Informação em Saúde).

_____. _____. _____. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional-SISVAN na assistência à saúde**. 2008.

_____. _____. VIGITEL - **Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Brasília: MS, 2014.

ESCRIVÃO, Maria Arlete M. S.; OLIVEIRA, Fernanda Luisa C.; TADDEI, José Augusto de A. C.; LOPEZ, Fábio Ancona. Obesidade exógena na infância e na adolescência. **J Pediatr**, Rio de Janeiro, v. 76, n. Supl 3, p. S305-S310, 2000.

LEVY, Renata Bertazzi et al. Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, suppl. 2, 2010.

VITOLLO, Márcia Regina. **Nutrição**: da gestação ao envelhecimento. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Rubio, 2015. 628 p.

WHO – World Health Organization. **Physical status**: the use and interpretation of anthropometry. Geneva, 1995.

GUARDA COMPARTILHADA: SOLUÇÃO, RESOLUÇÃO E/OU ADMINISTRAÇÃO DO CONFLITO

Aline Fernanda Carlesso Lajús¹, Daniela de Ávila Zawadzki

¹ Graduada em Direito da UnoChapecó, alinefer@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Ao tratar-se de guarda compartilhada, diversas são as reações que surgem, seja pelo interesse suscitado, seja pelo desconhecimento dessa nova modalidade de guarda de filhos. Em razão disso, é fundamental a tarefa dos profissionais do direito de família, de apreender o real significado da guarda compartilhada, para que possam transmitir à comunidade o seu verdadeiro sentido, de modo que ela seja compreendida em toda a sua extensão e corretamente aplicada. Com isso, busca-se afastar a imprecisão da noção de guarda compartilhada que se dissemina para, finalmente, eliminar o conflito conceitual e evitar os preconceitos em razão da falta de informação acerca de sua utilização. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo estudar a teoria do conflito nos aspectos jurídicos e psicológicos juntamente com o tema da guarda compartilhada, para com isso trazer mais subsídios ao tema que é considerado um grande avanço no trato de crianças oriundas de casais divorciados ou separados. O presente estudo visa pesquisar o instituto da guarda compartilhada e do conflito buscando trazer perspectivas que apontem se a guarda compartilhada é uma possível forma de resolução/administração ou solução dos conflitos enfrentados pelos casais em processo de separação, enfatizando os aspectos jurídicos e psicológicos existentes nas relações conflituosas que esses casais juntamente com seus filhos se inserem. Problematicar a questão do conflito é um dos objetivos que visa explorar uma possível solução para o melhor interesse da criança, no processo de separação de seus pais. Neste estudo, será abordado ainda se é possível à guarda compartilhada não consensual ser arbitrada unilateralmente pelo juiz como forma de solucionar os conflitos visando o equilíbrio da relação entre pais e filhos. Assim, aduz-se para os conceitos trazidos ao longo do século XXI relacionados a modelos que visam à solução de questões problemáticas relevantes, voltadas não só para a utilização pragmática do Direito, mas também para absorção de todos os parâmetros científicos que se preocupam em transformar as relações humanas conflituosas em lições de vida harmônica. O referido trabalho tem um enfoque multidisciplinar que visa demonstrar através de um novo prisma da realidade se é possível por meio da guarda compartilhada solucionar/administrar ou resolver conflitos que se inserem nas discussões em um processo de separação. Visando através de profissionais de ramos interdisciplinares como do Direito, Psicologia encontrar a melhor diretriz para a criança inserida no processo, que já sofreu e ainda virá a sofrer possíveis traumas, inseguranças, entre outros. Por isso um trabalho que busque entender melhor o que é o conflito, e se a guarda compartilhada realmente é possível em um processo de separação em que os pais não estejam de acordo com essa forma

Aline Fernanda Carlesso Lajús, Daniela de Ávila Zawadzki

de guarda. Objetivando que a criança não sofra prejuízos e tenha um desenvolvimento saudável visando seu melhor interesse. Ademais, a guarda compartilhada é uma forma de enfrentamento ao conflito familiar?

OBJETIVO: Realizar um levantamento bibliográfico acerca da hermenêutica da teoria dos conflitos e da guarda compartilhada sob as óticas jurídica e psicológica. Têm-se ainda como objetivos específicos: a) compreender o conceito de guarda compartilhada sob a conjuntura do direito e da psicologia; b) analisar a tipologia dos conflitos; c) inter-relacionar os aspectos positivos e negativos da guarda compartilhada na relação familiar; d) compreender os aspectos psicológicos e jurídicos da guarda compartilhada no desenvolvimento da criança/adolescente, sua influência no contexto da separação; e) analisar os princípios que visam o melhor interesse da criança no aspecto da separação; e f) verificar a possibilidade da guarda compartilhada ser uma possível solução para os conflitos ocasionados nas disputas de separação.

METODOLOGIA: Para a apresentação desta pesquisa foi realizado um trabalho dentro de uma perspectiva metodológica que aborda um método dedutivo, dialético. O tipo de pesquisa utilizada foi a bibliográfica, que parte do estudo de doutrinas, jurisprudências e artigos jurídicos. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, o presente trabalho enquadra-se no eixo temático do curso de Direito da Unochapecó, Cidadania e Estado, pois trata-se de uma metodologia mais humanista trazida através de uma hermenêutica do Direito e está estruturada em dois capítulos. O primeiro capítulo traz conceitos que enfatizam o conflito, teorias, aspectos negativos e positivos do conflito, divisões quanto aos tipos de resolução de conflitos, diferenciação entre disputa, competição, dentre outros. O segundo capítulo destaca a guarda compartilhada, o ciclo de vida familiar dentro de uma perspectiva psicológica trazendo a contextualização histórica da família, aborda os benefícios e malefícios da guarda compartilhada, além dos aspectos psicológicos da guarda compartilhada. Por fim, adentramos em uma perspectiva psicológica jurídica para vislumbrar conceitos de guarda compartilhada e conflito, com a intenção de nestes dois capítulos tentarem elucidar formas de melhor convívio da criança com seus pais separados. **RESULTADOS:** Em uma sociedade que sofre imensas mudanças ao longo dos tempos, onde casamentos são desfeitos, em meio a brigas, discussões, injúrias, os filhos são os grandes prejudicados, pois se sentem desorientados, com medo, angústias e frustrações. Atualmente, no Brasil, o instituto da guarda compartilhada ainda é uma alternativa de menor incidência, pois trata-se de uma alternativa relativamente nova que visa o melhor interesse da criança. A separação dos pais não pode ser levada à separação dos filhos. Os filhos podem e devem ter o direito de continuar a conviver com os pais da mesma forma que o faziam antes da separação. Estudar o instituto da guarda compartilhada é procurar verificar se esta não é a melhor maneira para se resolver, modificar ou solucionar diversos conflitos aos quais a criança em meio ao processo de separação se insere, visando o melhor interesse da criança e o seu bem-estar. E é através da guarda compartilhada que os pais têm de forma igual o acesso aos filhos. A criança permanece em uma casa com um dos pais, cabendo ao outro amplo acesso às visitas. O mais importante desse tipo de guarda é que os pais decidem conjuntamente decisões importantes da vida de seus filhos, como médicos, colégio, horários, dentre outros, existindo uma corresponsabilidade sem sobrecarregar nenhum dos dois, mantendo um convívio equilibrado e prazeroso para a criança, e o mais importante é que a criança não se sente desamparada ou abandonada, tendo o afeto e o carinho de ambos os pais em tempo integral. O processo de guarda dos filhos deve ser tratado de forma séria e é por isso que deve ser analisada pelos juristas de forma interdisciplinar. Destarte, a necessidade de um acompanhamento psicológico para avaliar cada caso, unir a teoria ao caso concreto, pois entendemos que a criança sem a adequada convivência com

Aline Fernanda Carlesso Lajús, Daniela de Ávila Zawadzki

os pais pode passar a desenvolver sérias dificuldades de relacionamento, e convívio. Claro que não se pode generalizar, porém são problemas que podem variar para cada criança. A guarda compartilhada é uma opção que pode e deve ser usada nos casos em que os pais tenham o interesse e a vontade de cuidar de seus filhos. Ademais, por isso da necessidade de uma avaliação interdisciplinar nos casos em que tenham crianças envolvidas, para um esclarecimento dos pais, acompanhamento psicológico juntamente com uma avaliação da melhor forma de proceder a guarda. As decisões judiciais têm um papel fundamental na guarda dos filhos e visam a justiça e a certeza nas decisões. A guarda compartilhada, independentemente de ser deferida ou não aos cônjuges, deve ser analisada ao melhor interesse da criança, o que muitas vezes não é respeitado em situações de litígio e inclusive sendo utilizado para uma disputa pelo fim do relacionamento. Porém, é intrínseco que o acordo de vontades sempre produz o melhor efeito e que após os desentendimentos a guarda compartilhada torna-se possível. Assim, mesmo na separação litigiosa, os pais devem deter-se ao melhor interesse da criança devendo permanecer unidos para o desenvolvimento desta. Torna-se evidente que a guarda compartilhada seria uma solução ideal para um melhor convívio entre pais com o intuito de zelar por seus filhos e para filhos que desejam o convívio harmônico com seus pais. Assim, de forma propedêutica para se obter sucesso nesse modelo e o conseqüente bem-estar da criança, os pais precisam deixar seus conflitos conjugais e estabelecer um modelo que vise o melhor interesse da criança. **CONCLUSÕES:** Por isso, acredita-se e conclui-se que para que o poder judiciário determine a guarda compartilhada é necessário uma avaliação prévia da situação do casal que está em processo de separação, e que, para casais em situação de conflito, a guarda compartilhada somente seria possível com uma intervenção interdisciplinar de uma equipe com psicólogos, advogados e assistentes sociais que demonstrasse a realidade a que esta criança que encontra-se na disputa se insere e quais os prejuízos e benefícios desta determinação de guarda, avaliando cada caso em seu contexto e não apenas por uma determinação unilateral do juiz instituir a guarda compartilhada, pois poderia acarretar ainda mais conflitos até mesmo gerando o “problema” da alienação parental que trata-se de um instituto que pode levar a criança a sofrer sérios conflitos psicológicos. Assim, conclui-se que a guarda compartilhada pode ser um instituto de sucesso para casais em separação que tenham um convívio harmônico, porém não se torna solução para casais que já apresentam conflitos. Ademais, é necessária a atenção dos juristas para analisar juntamente com uma equipe interdisciplinar o caso em concreto e não apenas arbitrar a guarda por uma decisão unilateral.

Palavras-chave: Conflito. Guarda compartilhada. Melhor interesse da criança.

Fonte financiadora: Unochapecó.

A LEI 8.078/90 E OS RISCOS DA NANOTECNOLOGIA NO MERCADO CONSUMIDOR

Alisson Guilherme Zeferino¹

¹Acadêmico de Direito e pesquisador de Iniciação Científica pela Unochapecó

INTRODUÇÃO: A nanotecnologia representa impactos econômicos, científicos e sociais, acentuados nas últimas décadas. Seu potencial disruptivo faz com que grandes empresas, dos mais variados ramos, invistam em pesquisas e na transferência tecnológica envolvendo nanomateriais. A nanotecnologia promete revolucionar os processos, os materiais e os produtos nas mais diversas áreas. Os nanomateriais já são, inclusive, aplicados de forma significativa na fabricação de equipamentos utilizados na transmissão e processamento de dados e no diagnóstico de doenças. Já se encontram à disposição do consumidor diversos fármacos, cosméticos, produtos químicos e alimentos contendo nano-objetos em sua formulação, o que levanta a questão dos riscos e a necessidade de protegê-lo diante de sua vulnerabilidade. Relevância acadêmico social: A pesquisa tem por base a análise do risco das nanotecnologias para o mercado consumidor, integrado por indivíduos vulneráveis e por vezes levados a consumir produtos inovadores cujas tecnologias apresentam grandes desafios para a toxicologia e para o Direito, enquanto ciências capazes de fornecer respostas para a problemática dos nanoprodutos. **OBJETIVO:** Analisar o sistema protetivo do consumidor, a Lei n. 8.078/90, enquanto possível resposta para os riscos das nanotecnologias no mercado de consumo. **METODOLOGIA:** Utilizando-se o método indutivo, eminentemente, a pesquisa opera na tentativa de fornecer subsídios que instiguem a discussão e o aprofundamento teórico acerca das nanotecnologias no Brasil. Por tratar-se de pesquisa teórica, será realizada em textos (obras, artigos) na forma impressa ou digitalizada (*sites*). A análise e a apropriação teórica dos dados será mediada pela perspectiva analítica, consistindo na apresentação das descobertas e relações com o tema de pesquisa. O procedimento para construção dos dados consistirá no levantamento das fontes disponíveis seguido de análise preliminar e hierarquização das fontes por critério de relevância acadêmica (autor, editora, revista, *site*, indicadores Qualis, Scielo e outros). Em seguida, será feita a leitura e o fichamento das fontes consideradas relevantes tendo em conta roteiro criado para esse fim. O material produzido a partir das leituras e fichamentos das obras selecionadas será discutido com os integrantes do Núcleo de Iniciação Científica Tecnociência e Ambiente e da Linha de Pesquisa Tecnociência e Meio Ambiente do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Participação Cidadã em reuniões semanais periódicas e tornados públicos em eventos científicos. Deste estudo espera-se obter o domínio necessário do tema para estabelecer comparações, correlações e discrepâncias teóricas que venham a fundamentar a elaboração do artigo a ser submetido para periódico científico. **RESULTADOS:** A revolução da matéria proporcionada pelas nanotecnologias nas últimas décadas é evidente tanto pelos investimentos no setor quanto nas possibilidades criadas pelas nanotecnologias ao inovar

Alisson Guilherme Zeferino

e recriar produtos e processos industriais. A National Science Foundation define a nanotecnologia como o “[...] desenvolvimento de pesquisa e tecnologia em níveis atômico, molecular e macromolecular, em escala de aproximadamente 1-100 nanômetros.” O Brasil já possui um histórico de empresas trabalhando e desenvolvendo nanotecnologia. Alguns dos produtos de destaque são a língua eletrônica, da Embrapa, um sensor gustativo que avalia a qualidade de líquidos e identifica sabores; o grafite da Faber Castell, com nanopartículas organometálicas para dar resistência, maciez e intensidade de cor; o n-Domp da Ponto Quântico, um dosímetro de raios ultravioletas; a Biphor, da Bunge, uma tinta branca com nanopartículas de fosfato amorfo de alumínio que serve de substituto para um composto tóxico, sendo mais barato e dando maior durabilidade; a Prótese Arterial da Nano Endoluminal, uma endoprótese para cirurgia aórtica que diminui o tempo de internação do paciente; o True Life Silpure da Diklatex, nanopartículas de prata aderidas ao tecido e que evitam mau odor, descolorações e manchas; o secador de cabelos da Nanox/TAIFF, com nanopartículas de titânio que eliminam fungos e bactérias do ar; o Sistema de Liberação Controlada de Drogas da Nanocore, sistema de nanocápsulas que aumentam a efetividade da droga com menores concentrações e toxicidade; e o Vitactive nanoserum, antissinais da O Boticário, um nanocosmético com sistema de liberação direcionada dos ingredientes ativos nas camadas da pele. O que provoca a incerteza científica quanto aos riscos das nanotecnologias é a alteração nas propriedades físicas e químicas – decorrentes da diminuição do tamanho e aumento da área superficial de contato e reação das nanoestruturas – no “[...] estado de aglomeração, forma, proporcionalidade, dureza, estrutura cristalina, deformidade, composição química, área superficial, porosidade, carga química da superfície, tipo de modificação da cobertura e solubilidade em água e em gordura [...]” conforme as pesquisas de Arcuri. Engelmann, por sua vez, afirma que as nanopartículas não biodegradáveis são absorvidas, mas não totalmente eliminadas pelo organismo, ocorrendo acumulação prejudicial à saúde por falha do sistema imunológico. Tendo-se que o apelo comercial dos nanoprodutos pode maximizar resultados degradantes à saúde de consumidores impulsionados por promessas veiculadas sem a devida certeza científica, é justo analisar a Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor. O CDC reconhece o consumidor como a parte vulnerável no mercado de consumo, e tem isso como princípio norteador da Política Nacional de Relações de Consumo, bem como a harmonização entre os interesses dos participantes das relações de consumo, a compatibilização da proteção do consumidor e a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico. Para tanto, não deixa de assegurar o respeito aos princípios nos quais se funda a ordem econômica. Assim, como o desenvolvimento econômico traz mudanças nos diversos cenários da economia, a defesa dos direitos do consumidor não pode ficar alheia à mudança, acompanhando-a com vistas a respeitar a harmonia a que se refere a PNRC. Nessa direção, o CDC informa um dos direitos básicos do consumidor, presente no inciso terceiro de seu artigo 6º: “[...] a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade [...] bem como sobre os riscos que apresentem.” O artigo 7º, *caput*, preceitua que os direitos previstos pelo CDC não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil tenha firmado, mesmo os da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como os direitos que derivem dos princípios gerais do direito, da analogia, dos costumes e da equidade. Logo, o CDC não fica obrigado a responder a cada inovação tecnológica que se apresente no mercado, embora, ainda assim, deva obrigar fabricantes e fornecedores às suas regras gerais, como no caso dos riscos, o que se visualiza nos artigos oitavo ao décimo deste diploma legal. Vale ressaltar o artigo 11, vetado, que informava que o produto ou serviço

Alisson Guilherme Zeferino

que, mesmo adequadamente utilizado ou fruído, apresente alto grau de nocividade ou periculosidade deverá ser removido imediatamente do mercado pelo fornecedor e às suas expensas, ficando ainda obrigado à reparação por eventuais danos causados pelo produto ao consumidor. A controvérsia se estabelece quando, analisando a mensagem de veto do dispositivo, resta que o dispositivo era contrário ao interesse público, pois, quando determinava a retirada do mercado de produtos e serviços que apresentassem alto grau de nocividade ou periculosidade, ainda que adequadamente utilizados pelo consumidor, impossibilitava a produção e o comércio de bens indispensáveis à vida moderna, como materiais radioativos, produtos químicos e outros. Caberia, portanto, quanto a tais produtos e serviços, a adoção de cuidados especiais, a serem disciplinados em legislação específica. Tem-se que a função do Código é tratar de forma geral as relações de consumo, estabelecendo obrigações para seus atores ao mesmo tempo em que lhes assegura defesa, sem, no entanto, setorizar mais a sua atuação. Assim considerando, o Código, sem prejuízo do que tratam outros regimentos, mantém-se regrado o que em sua criação foi proposto: a proteção do consumidor, mas deve apresentar relação direta com aqueles e com órgãos de regulação, o que pode apresentar falhas de comando. A tentativa de criar um marco regulatório específico para as nanotecnologias, como se depreende da mensagem de veto do artigo 11 do CDC, que seria uma boa resposta para o risco no mercado de consumo de nanoprodutos, já culminou em dois Projetos de Lei pelo deputado Sarney Filho, um deles dispendo sobre a política nacional de nanotecnologia, tratando de pesquisa, produção, destino de rejeitos e o uso das nanotecnologias no Brasil, o PL 6471/13, e outro regulamentando a rotulagem de produtos da nanotecnologia e dos produtos que dela fazem uso, o PL 5133/138.

CONCLUSÕES: As nanotecnologias, em função de sua escala de tamanho, representam um grande avanço científico pela revolução dos materiais e poder disruptivo para aplicação em produtos com características diferenciadas, sendo objeto de estudo de diversas ciências que, à sua medida, dão subsídios para sua compreensão e controle. Os produtos que contêm nanotecnologia já alcançaram o mercado brasileiro e estão presentes em diversos setores da indústria, movimentando vultosas quantias no desenvolvimento de inovações que são apresentadas ao mercado em resposta à demanda por produtos diferenciados, suprimindo necessidades nas mais diversas áreas, como a saúde, cercada de olhares críticos. Os riscos da nanotecnologia, ainda em estudo, se enquadram no conceito de aversão à perda, de acordo com Sustain, pois a sociedade acadêmica, em primeiro momento, teme mais as eventuais perdas referentes a essas tecnologias, do que considera seus possíveis benefícios, a julgar pela demanda de dados ecotoxicológicos precisos sobre eles. Todavia, observa-se que a falta de regulação e de parâmetro de segurança acabam permitindo um avanço da nanotecnologia sem que haja os cuidados necessários com o meio ambiente. O CDC por si só não será capaz de regular todas as relações de consumo dos produtos da nanotecnologia enquanto este suprimir obrigações dos fornecedores quanto aos riscos dos produtos, dependendo estes de legislação específica nacional ou internalizada através de acordos internacionais. De uma perspectiva garantista, a análise não somente dos riscos que as nanotecnologias representam para o mercado consumidor, mas também para os fornecedores de mão de obra, seja em laboratórios, seja na indústria, permite dar continuidade à pesquisa, norteador-se pelas iniciativas internacionais em matéria de saúde e segurança para o trabalhador em ambientes laborativos com acesso a nanopartículas.

Palavras-chave: Nanotecnologia. Direito do Consumidor. Riscos.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIPROLIFERATIVA DE *Solidago chilensis* Meyen (Asteraceae)

Amanda Patrícia Schönell¹, Denise Bianchim Gomes,
Walter Antônio Roman Júnior, Ana Lúcia Tasca Gois Ruiz

¹Acadêmica de Farmácia da Unochapecó, amanda.s@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O câncer é um grande problema de saúde pública em países desenvolvidos e em desenvolvimento, representando a segunda maior causa de morte da população. Atualmente, a definição científica de câncer refere-se ao termo neoplasia, especificamente aos tumores malignos, como sendo uma doença caracterizada pelo crescimento descontrolado de células transformadas. Existem quase duzentos tipos de neoplasias que correspondem aos vários sistemas de células do corpo, os quais se diferenciam pela capacidade de invadir tecidos e órgãos. A terapêutica do câncer baseia-se na associação da ressecção cirúrgica dos tumores ao tratamento radioterápico e à quimioterapia. Nas últimas décadas, a maioria (60%) dos fármacos oncológicos introduzidos na terapêutica tiveram sua origem nos produtos naturais sendo isolados de micro-organismos ou plantas. Dessa forma, com o propósito de alcançar resultados mais eficazes e seguros, tem-se intensificado os estudos farmacológicos com compostos extraídos de plantas medicinais, bem como derivados sintéticos destes compostos naturais. Ao longo da história, os produtos naturais têm proporcionado uma rica fonte de compostos com muitas aplicações nas áreas de Medicina, Farmácia e Biologia. Para o combate do câncer, um número relevante de novos medicamentos tem sido obtido a partir de fontes naturais, por modificação estrutural de compostos naturais ou pela síntese de novos compostos, concebido de acordo com um composto natural como modelo. Para a espécie *Solidago chilensis* Meyen (Asteraceae), nativa do Cone Sul da América do Sul e utilizada popularmente como anti-inflamatória, não há descrição de trabalhos avaliando a atividade antiproliferativa de extratos das suas partes aéreas. **OBJETIVO:** Avaliar a atividade antiproliferativa frente a linhagens de células tumorais para os extratos hidroalcoólico e diclorometano das partes aéreas de *S. chilensis*, conhecida popularmente como erva-lanceta. **METODOLOGIA:** As partes aéreas da planta foram coletas em Chapecó (SC) (S 27° 06' 38.83"/W 52° 34' 26.52") e uma exsicata foi depositada sob o registro MB 356792 no Museu Botânico Municipal de Curitiba. O material vegetal foi seco em temperatura ambiente, pulverizado (425 µm Mesh) e armazenado ao abrigo da luz. As frações diclorometano (DCM) e hidroalcoólica (70%; HID) foram produzidas com dez gramas de *S. chilensis* (PA) e 200 mL de solventes por maceração (cinco dias). O extrato diclorometano (apolar) foi filtrado, concentrado em rotavapor e liofilizado. O extrato hidroalcoólico (polar) foi filtrado, concentrado em rotavapor e liofilizado. O HID e o DCM foram analisadas em cromatografia líquida de alta eficiência (CLAE). As avaliações antiproliferativas frente a 11 linhagens celulares (U251, CHO-K1, MCF7, NCI/ADR-RES, 786-0, NCI-H460, PC-3, OVCAR-3, HT-29, K-562

Amanda Patrícia Schönell, Denise Bianchim Gomes, Walter Antônio Roman Júnior, Ana Lúcia Tasca Gois Ruiz

e HaCaT) foram realizadas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde foram inoculadas (100 mL) em placas de 96 compartimentos sendo incubadas com DCM e HID nas concentrações de 0,25; 2,5; 25 e 250 mg/mL por 24 h a 37 °C em atmosfera de CO₂ (5%), com posteriores adições de sulforrodamina (SRB) e leituras em 540 nm. Os dados obtidos foram submetidos à análise estatística (Soft Max Pro 4.0), sendo consideradas as médias para produção dos gráficos. **RESULTADOS:** Os extratos (apolar DCM e polar HID) inibiram o crescimento das linhagens de células tumorais até a concentração de 250 µg/mL. HID apresentou efeito antiproliferativo frente a CHO-K1 (ovário), PC-3 (próstata) e U252 (glioblastoma) com inibição total de crescimento (TGI) nas concentrações de 81,96, 102,66 e 202,76 µg/mL, respectivamente. DCM apresentou resultados de eficácia e seletividade frente a U251 (glioblastoma), K562 (leucemia) e CHO-K1 (ovário) com TGI de 33,24, 36,00 e 39,16 µg/mL, respectivamente. **CONCLUSÕES:** Em concentrações baixas, os extratos revelaram eficácia e seletividade frente a linhagens tumorais. A fração diclometano (DCM) de *S. chilensis* apresentou efeitos antiproliferativos eficazes e seletivos frente a células cancerígenas de glioblastoma, leucemia e ovário, que provavelmente estejam relacionadas a substâncias químicas de baixa polaridade, como por exemplo, os terpenos. Perspectivas para continuidade deste trabalho baseiam-se em avaliação *in vivo* destas linhagens tumorais em ratos ou camundongos para complementar as análise *in vitro*.

Palavras-chave: *Solidago chilensis*. Antiproliferativa. Fitoquímica.

Fonte financiadora: Unochapecó, Edital 383/2014, Artigo 170.

ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES BOLSISTAS FEDERAIS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIA

Ana Karina Brocco¹, Nadir Zago

¹ Mestre em Educação da Unochapecó, anakb@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Em um cenário fortemente marcado pela necessidade de políticas públicas de inclusão social, o Brasil vive um período de reformas no Ensino Superior. Durante longo tempo, o acesso à universidade brasileira se manteve distante de grande parte da população, constituindo-se, por assim dizer, num espaço de formação/(re)produção das elites do País. Porém, ao longo desse processo, vale mencionar, marcado por significativas lutas e reivindicações, o acesso ao Ensino Superior ganhou contornos mais elásticos no espectro social brasileiro. Com o intuito de promover a democratização do Ensino Superior e atingir as metas do Plano Nacional de Educação, o governo federal tem criado e fortalecido, principalmente a partir de 2003, vários programas educacionais, dentre eles: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Lei de Cotas, Programa Universidade para Todos (ProUni) e programas de concessão de bolsas de estudo em instituições de Ensino Superior com certificação de entidade beneficente de assistência social. **OBJETIVO:** Compreender as condições de acesso e permanência de estudantes bolsistas em uma universidade comunitária do estado de Santa Catarina, diante das políticas de expansão/democratização do Ensino Superior. Inscrito no campo da Sociologia da Educação e apoiado entre outros autores, na tese dos excluídos do interior (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2001), o trabalho partiu dos pressupostos de que, embora importantes à democratização do ensino, as políticas de ampliação do acesso ao Ensino Superior não garantem a superação das desigualdades sociais e escolares, pois existem formas mais brandas ou dissimuladas de exclusão. Assim, o crescente aumento, nos últimos anos, de um público que tradicionalmente ficou excluído do Ensino Superior no País demandam pesquisas sobre as condições de permanência dos estudantes beneficiados pelas políticas recentes. As questões de pesquisa consistiram em investigar se a bolsa de estudo garantiu o acesso ao Ensino Superior, em que medida ela garante a permanência e em quais condições. **METODOLOGIA:** A opção metodológica adotada foi a realização de uma pesquisa que possibilitasse a interpretação quantitativa e qualitativa dos dados, operacionalizada em duas fases distintas, mas complementares. Na primeira, através de dados quantitativos obtidos junto ao banco de dados da universidade pesquisada, investigamos qual o perfil dos universitários que tiveram acesso à bolsa de estudo com recurso federal no primeiro semestre de 2014, segundo suas características pessoais, origem socioeconômica e condições de permanência no Ensino Superior. Na segunda etapa, priorizamos informações qualitativas, obtidas por meio de entrevistas compreensivas e em profundidade, para aprofundar

Ana Karina Brocco, Nadir Zago

a realidade sobre a condição material e simbólica do estudante e a importância da bolsa de estudo na sua trajetória acadêmica. A seleção dos bolsistas para entrevista ocorreu partir de indicações entre os próprios bolsistas, considerando os critérios da pesquisa: universitário com bolsa de estudo federal (integral ou parcial), no ano de 2014, de ambos os sexos e idade diferenciada, frequentando cursos e períodos distintos da graduação. A partir desses critérios, entrevistamos 11 bolsistas, chegando a certo nível de saturação do *corpus* de análise e ao esgotamento do limite de tempo previsto para a coleta de dados. **RESULTADOS:** Os resultados que nortearam a análise, apoiados na pesquisa de campo e na literatura consultada, sinalizam as transformações no sistema de Ensino Superior e a importância social da bolsa de estudo (com isenção total ou parcial das mensalidades) para esse grupo de estudantes, com reduzidos recursos econômicos e sociais, dar prosseguimento aos seus estudos. Contudo, se considerarmos a democratização num sentido mais amplo, essa política apresenta limitações, pois verificamos um quadro complexo das condições objetivas e subjetivas de permanência dos bolsistas no Ensino Superior. **CONCLUSÕES:** Acreditamos que o acesso e a respectiva permanência no Ensino Superior, mediante programas com isenção total ou parcial das mensalidades, poderá não apenas minimizar as restrições decorrentes das clivagens sociais que se manifestam no conjunto mais amplo da sociedade brasileira, como também viabilizar alternativas de mobilidade social ascendente de segmentos sociais que ficaram tradicionalmente excluídos do Ensino Superior no espectro regional analisado, mas a pesquisa revelou igualmente os impasses vivenciados pelos bolsistas para permanecer na graduação. Nosso estudo não deu conta de abordar todas as dimensões da condição de permanência, o que justifica a realização de novos estudos para ampliar o conhecimento da realidade dos estudantes bolsistas, como: a) a inserção desses jovens na vida social e cultural; b) em relação às condições de saúde e qualidade de vida dos bolsistas; c) sobre condições mais amplas de moradia e seus efeitos na vida estudantil; d) os aspectos subjetivos, como preconceito, discriminação e julgamento meritocrático, também merecem novas pesquisas, com um número maior de sujeitos.

Palavras-chave: Acesso e permanência no Ensino Superior. Bolsa de estudo. Instituições comunitárias de Ensino Superior.

Fonte financiadora: CAPES/FAPESC.

Referência

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E SAÚDE NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO TAXISTA DE CHAPECÓ (SC)

Ana Luísa Damin¹, Scheila Girelli

¹Acadêmica de Psicologia da Unochapecó, analudamin@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: As pessoas usam as vias públicas para diversos fins: passear, viajar, praticar exercícios físicos, deslocar-se para o trabalho, levar os filhos à escola etc. Para atingir estas finalidades, muitas se utilizam de veículos, os quais disputam com os pedestres espaços nas vias. Segundo os dados do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, nos últimos anos o aumento do número de veículos automotores no Brasil foi superior em dez vezes o aumento da população. Enquanto os cidadãos aumentaram 12,2%, o aumento do número de veículos motorizados foi de 138,6%, e o País terminou o ano de 2012 com mais de 50,2 milhões de automóveis e 19,9 milhões de motos. Muitos destes veículos são usados como meio para exercer a profissão, dentre os quais se destacam os táxis. Embora o serviço de táxi assuma um papel importante para a mobilidade urbana, ser taxista possui algumas exigências as quais se correlacionam às variáveis internas e externas, a exemplo da organização e condições de trabalho, relações socioprofissionais, trânsito, leis e normas que regem o exercício profissional. Dependendo de como se configuram estas variáveis e do sentido a elas atribuído pelo sujeito, poderão prevalecer vivências de prazer ou sofrimento, implicando diretamente na saúde deste trabalhador. **OBJETIVO:** Compreender a relação entre trabalho e saúde dos taxistas da cidade de Chapecó (SC). **METODOLOGIA:** O estudo baseou-se nos pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa, interessando-se pelas práticas e conhecimentos produzidos no cotidiano dos participantes. Para tanto, a entrevista semiestruturada foi de extrema valia como procedimento de busca de informações, pois possibilitou ampliar a compreensão acerca do fenômeno estudado, a partir de um processo interativo. Os resultados da pesquisa foram organizados em indicadores e unidades de sentido, a partir da Análise de Conteúdo. Participaram da pesquisa seis taxistas, sendo cinco homens e uma mulher, com idade entre trinta e sessenta anos, com tempo de atuação como taxista que varia entre um e 38 anos. **RESULTADOS:** Os resultados encontrados apontam que o exercício profissional apresenta algumas exigências, dentre as quais cabe ressaltar: habilidade e atenção para dirigir, responsabilidade com o cumprimento dos horários, cordialidade com o passageiro, boa comunicação, conhecimento das vias por onde circula e flexibilidade para o atendimento em diferentes horários, o que leva a jornadas de trabalho extensivas, descanso e alimentação interrompidos pelos constantes chamados por “uma corrida”. Considerando o trânsito como ambiente de trabalho, sua atuação está suscetível à poluição sonora, oscilação de temperatura, poluentes atmosféricos, bem como violência urbana, a exemplo dos assaltos e acidentes de trânsito, com risco de morte. Os

Ana Luísa Damin, Scheila Girelli

entrevistados entendem que estes fatores independem de sua vontade e afirmam prepararem-se para lidar com o estresse e preocupação decorrentes do ambiente externo, tentando, como estratégia individual, manter a calma e a paciência. Além desses aspectos, aparece o trabalho terceirizado, situação de informalidade que fragiliza a garantia aos direitos sociais e trabalhistas. Os aspectos expostos sinalizam para se denominaria de trabalho prescrito e o real do trabalho. Em relação ao primeiro, se observa a existência das normas, regras e técnicas que regulam a prática profissional. Já o segundo deflagra a condição real do trabalho, caracterizada por situações imprevistas que ultrapassam o domínio técnico e conhecimento científico. Esta inferência ao trabalho leva às vivências de prazer e sofrimento, as quais, segundo Dejours, são inerentes ao trabalhar. Partindo da concepção freudiana, o sofrimento deriva do conflito entre as normas e prescrições da organização do trabalho e o desejo presente no funcionamento psíquico do sujeito. Na pesquisa, o sofrimento se expressa pelas exigências que cerceiam a liberdade do sujeito, da organização e as condições que levam à sobrecarga e exposição a riscos, dos sentimentos decorrentes, a exemplo do medo e insegurança, presentes em todas as modalidades. No caso do trabalho terceirizado, a insatisfação e frustração frente à desvalorização profissional e a falta de reconhecimento. Concomitantemente ao sofrimento, evidenciam-se vivências de prazer, as quais prevalecem na percepção dos trabalhadores que estão na modalidade de proprietário e executivo, atuam há mais tempo no ramo e ascenderam pessoal e profissionalmente como taxistas. Sentimentos de orgulho, satisfação e comprometimento com o trabalho levam a uma perspectiva de futuro ligada à continuidade na referida ocupação. Nesses casos, destaca-se uma gestão do trabalho com autonomia que está ligada à participação nas decisões acerca da organização e condições de trabalho, bem como da apropriação dos resultados. Aspectos como este demonstram, a partir da perspectiva dejouriana, o quão o trabalho é também um lugar de relações sociais, onde a identidade é construída através, essencialmente, do reconhecimento. Assim, trabalhar pressupõe uma mobilização da subjetividade, que engloba o uso da inventividade, da criatividade, da engenhosidade, capazes de mobilizar no sujeito a transformação do sofrimento em prazer, a partir do resgate do sentido do trabalho. Logo, ser saudável não corresponde a não ter vivências e condições que acarretam sofrimento, e, sim, ao modo como lidamos com as adversidades do meio. Isso corresponde às estratégias defensivas, individuais e coletivas, as quais podem ser definidas como recursos construídos pelos trabalhadores, para minimizar a percepção do sofrimento no trabalho, tornando possível permanecer no plano da normalidade, a fim de continuar trabalhando. A realização periódica de exames de saúde, de atividades físicas, o conforto e segurança do veículo utilizado e, em especial, a qualidade das relações interpessoais com os passageiros configuram-se como algumas das principais estratégias de enfrentamento às situações adversas utilizadas pelos taxistas pesquisados. A partir do momento em que as estratégias defensivas e de enfrentamento não forem suficientes para proteger o psiquismo e manter o trabalhador submetido às condições de trabalho é que o sujeito está suscetível ao adoecimento. Embora algumas condições deflagrem a precarização do trabalho, a população entrevistada não relatou apresentar danos relacionados à saúde, definindo-a como ausência ou presença esporádica de sintomas físicos (dor nos braços, pernas, cabeça). Para Dejours (1986, p. 11), pensar a saúde com ausência de doença é limitado, pois a saúde consiste em “[...] ter meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem-estar físico, psíquico e social.” Para tanto, é imprescindível a presença de espaços públicos de discussão, que se legitimados e validados pelo coletivo de trabalhadores poderia favorecer a problematização do trabalho, bem como resgatar os vínculos afetivos, de solidariedade e cooperação, tão importantes à construção da saúde

Ana Luísa Damin, Scheila Girelli

mental. Nesse ínterim, caberia a atuação do Sindicato, o qual tem o papel de coordenar, proteger, representar legalmente e orientar os trabalhadores, constituindo-se como uma importante entidade de acolhimento e elaboração das demandas dessa categoria profissional. **CONCLUSÕES:** O serviço de táxi assume, sob a perspectiva dos entrevistados, um papel importante para a mobilidade urbana, contribuindo com o transporte de pessoas com qualidade, conforto e segurança. Contudo, as distintas modalidades de prestação de serviço imprimem modos diferentes de gestão e realização dos processos organizativos, implicando formas singulares de produção de sentido ao contexto laboral, o que influencia vivências significativamente distintas de prazer e sofrimento correlacionados ao trabalho. Enquanto relevância científica, social e acadêmica, a pesquisa produziu novos conhecimentos acerca da relação entre trabalho e saúde, considerando as especificidades da profissão taxista, sem desconectá-lo do contexto social, econômico, cultural e político em que se encontra. Cabe salientar a necessidade e importância da ampliação de estudos e intervenções interdisciplinares nesse contexto, os quais estejam comprometidos eticamente com a melhoria das relações e condições de trabalho, em especial com a ampliação de estratégias defensivas coletivas de promoção à saúde, as quais, como na perspectiva dejouriana, ao invés de conduzir para a alienação, possam romper com o individualismo, a banalização das injustiças e a “submissão” do desejo dos trabalhadores aos objetivos da organização. Por fim, espera-se que o conhecimento produzido possa balizar a intervenção de diferentes áreas profissionais que se voltam à promoção, prevenção e tratamento da saúde do trabalhador, bem como fomentar a construção de políticas públicas voltadas a essa problemática social.

Palavras-chave: Saúde. Trabalho. Taxista.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição Federal.

Referência

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 14, n. 54, p. 7-12, 1986.

INDICATIVOS DE ATENÇÃO À SAÚDE LGBT NOS PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE CHAPECÓ (SC)

Ana Maira Teló¹, Lucas Guerra da Silva, Maria Elisabeth Kleba

¹Acadêmica de Enfermagem da Unochapecó, anamairatelo@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) foi instituída pelo Ministério da Saúde em 2011 e é entendida como um divisor de águas para as políticas públicas no Brasil, uma vez que, até o momento, a atenção a essa população se restringe ao combate à AIDS. A Política apresenta necessidades e fragilidades deste grupo e assegura que seus direitos sejam amparados pelos profissionais de saúde, tendo em vista que as transformações das redes de saúde para o melhor atendimento dessa população também dependem das transformações no modo de pensar e de agir dos profissionais de saúde, uma vez que as questões culturais advindas do padrão heterossexual têm influência no atendimento dos profissionais da saúde. Partindo dessa realidade, destaca-se a importância do Plano Municipal de Saúde (PMS) como instrumento de gestão que define o planejamento de ações e as metas a serem priorizadas em cada município. Este instrumento contempla a percepção dos diferentes sujeitos que participam de sua elaboração e aprovação, incluindo gestores, profissionais e a população, esta especialmente por meio dos conselhos municipais da saúde. Com esta compreensão, buscamos conhecer como essa política é abordada nos Planos Municipais de Saúde do município de Chapecó (SC), com vistas a reconhecer desafios e potencialidades em sua efetivação. **OBJETIVO:** Analisar de que forma os Planos Municipais de Saúde de Chapecó contemplam descritores/termos relacionados à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde LGBT. **METODOLOGIA:** Estudo realizado por meio de pesquisa documental, que “[...] recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias.” (OLIVEIRA, 2007, p. 70). Os dados foram extraídos dos Planos Municipais de Saúde, relativos às gestões 2010-2013 e 2014-2017, disponíveis no *site* oficial da Prefeitura Municipal de Chapecó, utilizando 17 descritores e/ou termos e suas derivações, selecionados a partir de sua relação direta com o tema de pesquisa. A procura pelos descritores e/ou termos foi realizada com a ferramenta de “busca no documento”, disponibilizada no aplicativo PDF. As palavras utilizadas foram: Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti, LGBT, Direito(s), Política OR Politicamente, Social OR Sociedade OR Socialmente OR Sócio OR Socialização, Cultura OR Cultural, Vulnerável OR Vulneráveis OR Vulnerabilizadas, Minoria, Risco, Homossexual, Homofobia, Violência e Gênero. **RESULTADOS:** As palavras Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti, LGBT, Homossexual e Homofobia não são citadas em nenhum dos dois Planos Municipais de Saúde analisados. A palavra “minoria” aparece somente uma vez no Plano da gestão 2010-2013 em um gráfico que descreve as características

Ana Maira Teló, Lucas Guerra da Silva, Maria Elisabeth Kleba

epidemiológicas da cidade; a palavra “gênero” aparece uma vez e apenas no Plano da gestão 2014-2017, quando aponta a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher. A palavra “direito” aparece 17 vezes na gestão 2010-2013, dentre três títulos do Plano, uma vez na apresentação, onde refere a respeitar a autonomia e os direitos de todos os usuários, e outras duas vezes nos compromissos prioritários e metas pactuadas, reportando-se aos direitos dos idosos e da criação de uma cartilha contendo direitos e deveres do servidor, prestador e usuários. O Plano menciona a saúde como um direito dos usuários e dever do Estado, associada ao direito à cidadania, ao acesso qualificado e resolutivo às políticas públicas e sociais, e à priorização das populações mais vulnerabilizadas da cidade, tendo a família como eixo central. A palavra “direito” também vem referindo-se à importância da gestão dos recursos financeiros, para concretizar o direito à saúde, e quando cita a assistência farmacêutica relacionada à tecnologia em saúde, referindo a adesão do Brasil ao acordo sobre Aspectos de Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) em 1994. Na gestão 2014-2017, as três primeiras vezes que a palavra é citada referem-se à saúde da mulher e da criança, abordando a Lei n. 8.069, de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, na menção aos direitos sexuais e reprodutivos com ênfase na melhoria da atenção obstétrica. A última vez que a palavra é citada, esta aparece no plano de ação novamente em referência à saúde da mulher e da criança. Também encontramos o direito nos títulos relativos ao envelhecimento e doenças crônicas, saúde indígena e gestão do trabalho e educação em saúde. Nestes dois últimos títulos e na referência à assistência farmacêutica, a redação é a mesma que consta no Plano da gestão anterior. Por sua vez, a palavra política consta 91 vezes na gestão 2010-2013, dentre os títulos: mensagem do prefeito, sumário, apresentação, introdução, e no decorrer de todo o plano são citadas em torno de 25 políticas que são sugeridas para criação e implantação, no qual é possível identificar a grande preocupação desta gestão com o meio ambiente. Na gestão 2014-2017 encontramos 28 vezes a palavra política, que se distribui entre os títulos: mensagem do prefeito, apresentação, aspectos socioeconômicos e demográficos, diretrizes do plano de saúde de Chapecó, acesso e integralidade, promoção e vigilância em saúde, saúde da mulher e da criança, urgência e emergência, saúde mental, envelhecimento e doenças crônicas, saúde indígena e gestão do trabalho e educação em saúde, gestão do sistema e participação social, assistência farmacêutica e apoio diagnóstico e política no sistema penitenciário. Foi possível observar que, se por um lado a palavra “política” apareceu significativamente menos vezes que na gestão anterior, por outro foram identificadas políticas que não foram citadas na gestão anterior e que, num todo, o novo plano está mais sucinto. As palavras “social” e “congenères” foram encontradas 125 vezes no decorrer do plano da gestão 2010-2013, sobre o que achamos relevante ressaltar a seguinte descrição: “[...] o SUS representa diariamente para as pessoas, sem distinção de cor, classe social ou crença. São milhares de ações de promoção e proteção, de vigilância em saúde [...]” (CHAPECÓ, 2010, p. 31). Esta menção contemplaria o público LGBT, mas não conseguimos pontuar essa possível intenção na leitura do Plano como um todo. Encontramos também a palavra fazendo ligação às vigilâncias em saúde, ao controle social, inclusão social, participação social, dentre outros que não fazem ligação direta com o objetivo do estudo. No Plano da gestão 2014-2017 encontramos 71 vezes essas palavras descritas, quando pudemos pontuar a relação da palavra com assuntos/públicos mais específicos que na gestão anterior, por exemplo, gestantes em vulnerabilidade social, mas ainda assim sem ligação direta com o público LGBT. A palavra cultura aparece 15 vezes na gestão 2010-2013, onde há associação a atividades artísticas e culturais, citando ainda a cultura da paz como uma

Ana Maira Teló, Lucas Guerra da Silva, Maria Elisabeth Kleba

nova possibilidade de olhar. Com esta declaração poderíamos incluir ações sobre as violências no trânsito, escolas, mulheres e crianças e o uso de drogas ilícitas e lícitas. Na gestão 2014-2017, a palavra é citada oito vezes, tendo relação a assuntos abordados na gestão anterior, acrescida ainda a menção ao processo de envelhecimento, que resulta em mudanças significativas na sociedade, com a cultura citada no título envelhecimento e doenças crônicas. Na gestão 2010-2013, a palavra “vulnerável” é descrita duas vezes, tendo ligação com a atenção primária onde expõe a necessidade de uma realidade com menor dependência profissional e medicamentos aos grupos mais vulneráveis. Na gestão 2014-2017, a palavra aparece dez vezes no decorrer do Plano, fazendo referência a públicos específicos como, por exemplo, saúde da mulher e da criança, setor de hepatites, enfatizando a importância da vacinação para grupos de maior risco, mas em nenhum momento a palavra fez referência ao público LGBT. A palavra “risco” aparece 36 vezes na gestão 2010-2013, pontuando o serviço de retaguarda social oferecido pela Fundação de Assistência Social de Chapecó, prevenção e redução de riscos de doenças e agravos, riscos relacionados à saúde da mulher e da criança, saúde mental, dentre outros que não se referem diretamente ao público LGBT. Na gestão 2014-2017, essa palavra é descrita 29 vezes, especificando saúde do trabalhador, saúde da mulher, setor de hepatites e outros que também não se referem diretamente ao público LGBT. A palavra “violência” aparece 12 vezes na gestão 2010-2013, fazendo referência ao trânsito, urgências e emergências decorrentes de violências e propõe a vigilância em violência com o intuito de estimular a cultura da paz, implantar protocolos. Na gestão 2014-2017, a palavra aparece oito vezes, contemplando a saúde da mulher e da criança caracterizando a violência doméstica e sexual e apontando a notificação de violências a ser implantada na Unidade de Pronto Atendimento (UPA). **CONCLUSÕES:** O estudo evidenciou que os Planos Municipais de Chapecó não contemplam descritores e/ou termos que sejam indicativos de atenção à saúde para a população LGBT. Mesmo quando abordando vulnerabilidades, populações em risco ou ainda vinculando com a palavra “política”, não se faz nenhuma referência ao grupo, o que indica que a Política Nacional de Saúde Integral LGBT não está incluída em nenhum plano. Ainda que os resultados não apresentem dados positivos, por não citarem diretamente o público de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), podemos encarar esse vácuo como um desafio a ser superado, salvo que o direito de atenção em saúde a esse grupo já ter sido legitimado. Devemos considerar que a Política de Saúde LGBT é atual, o que implica que, para que seja colocada em prática, deve ser prevista como prioridade nos planos municipais de saúde, pois são eles que firmam o compromisso que governo e sociedade assumem em parceria.

Palavras-chave: LGBT. Plano Municipal de Saúde. Saúde.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: MS, 2013.

Ana Maira Teló, Lucas Guerra da Silva, Maria Elisabeth Kleba

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2015.

CHAPECÓ. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Saúde – Gestão 2010-2013**. Chapecó, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/planomunicipalsaude-chapeco-2010-2013%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/planomunicipalsaude-chapeco-2010-2013%20(2).pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. _____. **Plano Municipal de Saúde – Gestão 2014-2017**. Chapecó, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/plano-de-saude-ii-ed-13052015%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/plano-de-saude-ii-ed-13052015%20(2).pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

REISDORFER, Emilene et al. Plano Municipal de Saúde: um instrumento de transformação social. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 97-102, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265324588016>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

O TEMA DIREITO DOS TRABALHADORES RURAIS NOS CURSOS DE DIREITO

Ana Paula Masetti¹, Laércio Flávio Bonamigo,
Laura Kegler de Lima (*In memoriam*), Lucimare Ferraz

¹ Acadêmica do curso de Direito e bolsista de Iniciação Científica da Unochapecó,
anapaulamasetti@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O Brasil foi por muito tempo um país essencialmente agrícola, baseado na economia primária. Em sentido contrário, entretanto, o trabalhador rural não teve, de início, a mesma proteção estendida ao trabalhador urbano. Não havia interesse político na regulamentação protetiva da categoria trabalhador rural. Cassar (2014) entende que essa falta de interesse talvez derive do fato de, assim como o doméstico, o trabalho rural ter sido originado da escravidão, ou porque o legislador também era dono ou explorador dos grandes latifúndios. O direito do trabalho, seja urbano ou rural, é um conjunto de princípios e regras atinentes ao labor subordinado e situações análogas. A finalidade do direito do trabalho é assegurar ao trabalhador boas condições para desempenhar suas atividades. Visa melhorar, ainda, sua condição social, assegurando ao trabalhador um ambiente salubre, salário, vida digna e outros direitos para o desempenho de seu papel na sociedade (MARTINS, 2010). O direito do trabalho, como qualquer ramo jurídico, constitui um complexo coerente de institutos, princípios e normas jurídicas, que resulta de um determinado contexto histórico específico (DELGADO, 2009). Diante disso, torna-se importante analisar a aplicabilidade do Princípio do Regionalismo no processo de formação acadêmica dos cursos de Direito, verificando o preparo profissional para o enfrentamento dos problemas da realidade social no qual está inserido. Nessa perspectiva, é primordial que os profissionais do Direito tenham uma formação acadêmica na perspectiva de capacitá-los para interpretação-análise-reflexão crítica da realidade em que atuarão. O acadêmico do curso precisa conhecer a realidade social em que está inserido, e a partir dessa realidade aplicar os princípios e diretrizes da ciência do Direito. Para tanto, o conhecimento construído nas universidades devem ser contextualizados historicamente, economicamente, socialmente e culturalmente com a Região na qual o formando desenvolverá sua profissão jurídica. **OBJETIVO:** Expor como a temática “direito do trabalhador rural” é apresentada nas matrizes curriculares dos cursos de Direito na região do oeste de Santa Catarina. Região que possui uma significativa força de trabalho rural. **METODOLOGIA:** Este estudo trata-se de uma pesquisa documental. Foram analisados os documentos de 13 cursos de Direito de Instituição de Ensino Superior (IES) presentes em dez municípios da região oeste de Santa Catarina. **RESULTADOS:** Pode-se observar que as fases reservadas às disciplinas relacionadas ao direito material do trabalho I e II, e processual do trabalho são de 4ª a 9ª fase, com uma maior prevalência nas fases de 5ª a 7ª. Após esse levantamento, observou-se total ausência de uma disciplina específica sobre “direito do trabalhador rural”. Desse modo, entrou-se em contato – via *e-mail* – com

Ana Paula Masetti, Laércio Flávio Bonamigo, Laura Kegler de Lima (*In memoriam*), Lucimare Ferraz

os coordenadores dos cursos, acima mencionados, para saber se o curso oferecia tal disciplina de forma isolada, ou de modo especial, e em que período seria ofertada. De acordo com as respostas obtidas, nenhum dos cursos de Direito da região oferece uma disciplina específica sobre o trabalhador/trabalho rural. Todos os coordenadores que colaboraram com a pesquisa relataram que os conteúdos referentes ao trabalho e direito do trabalhador rural são ministrados nas disciplinas de Direito Trabalhista I e II. Sendo assim, o direito de trabalho rural é um conteúdo do ementário, o que não garante que esse seja abordado na sua complexidade.

CONCLUSÕES: Considerando que a região oeste de Santa Catarina tem sua produtividade econômica baseada na agricultura e agroindústria, e que os processos de trabalho nessas atividades econômicas são muitas vezes precarizados e impulsionadores de danos à saúde e ao bem-estar social do trabalhador rural, é imperativo que a formação acadêmica na área do Direito leve em consideração esse ramo jurídico. Esse compromisso do Ensino Superior, em formar profissionais para o mercado de trabalho – em consonância com o desenvolvimento social, cultural, político e econômico –, exige das instituições de Ensino Superior uma postura interdisciplinar e intersetorial. Nesse caso, é imprescindível o diálogo e a troca de saberes entre cursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A formação acadêmica, em qualquer área, deve visar profissionais comprometidos com a sociedade. Para tanto, faz-se necessário (re)conhecer as demandas comunitárias e oferecer, contemplando as Diretrizes do Ensino Superior, disciplinas focalizadas na realidade local, porém atentas aos fatos contemporâneos nacionais e globais.

Palavras-chave: Direito do trabalho. Trabalhadores rurais. Curso de Direito.

Fonte financiadora: Lei complementar n. 407/2008, que regulamenta o Artigo 171 da Constituição Estadual e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES).

Referências

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Método, 2014.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2009. p. 47-878.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TINTA ACRÍLICA ANTIMICROBIANA POR ADITIVAÇÃO DE NANOPARTÍCULAS DE ÓXIDO DE ZINCO

Ana Paula Roani¹, Evandra Gusatti, Chariane Werlang, Kevin Coelho Piccoli, Jair Fiori Júnior, Raquel Piletti, Raquel Zeni Ternus, Josiane Maria Muneron de Mello, Francielli Decalton, Humberto Gracher Riella, Márcio Antônio Fiori

¹ Acadêmica de Engenharia de Alimentos da Unochapecó, anapr@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Com os avanços da nanotecnologia, muitos aditivos têm sido desenvolvidos com propriedades antimicrobianas e com baixa toxicidade aos seres humanos. Esses avanços têm proporcionado melhorias significativas para diversos setores industriais, em particular para a indústria de tintas (BECHTOLD, 2011). As tintas com propriedades antimicrobianas possibilitam maior segurança ao usuário por eliminarem os agentes patogênicos que causam doenças quando em contato com o ser humano (FAZENDA, 2006). Dessa forma, as nanopartículas de óxido de zinco vêm despertando grande interesse científico e tecnológico como agente antimicrobiano inorgânico devido ao seu efeito oligodinâmico. **OBJETIVO:** Avaliar o efeito antimicrobiano de nanopartículas de óxido de zinco aplicadas em tintas acrílicas. **METODOLOGIA:** Foram desenvolvidas tintas acrílicas com concentrações de 0,4%, 0,8% e 1,2% de nanopartículas de óxido de zinco e caracterizadas com testes microbiológicos. A propriedade antimicrobiana das tintas contendo nanopartículas de óxido de zinco foi avaliada para dois tipos de bactérias, *Escherichia coli* ATCC 25922 e *Staphylococcus aureus* ATT 25923. Como testes foi aplicada a técnica de difusão em meio sólido a partir de orifício. A difusão em meio sólido a partir de orifício foi realizada conforme descrito por Alves e colaboradores (2000), com algumas modificações, seguindo as recomendações do *National Committee for Clinical Laboratory Standards* (CLSI, 2012). **RESULTADOS:** Os resultados demonstraram que com a adição de nanopartículas de óxido de zinco na tinta acrílica a atividade antimicrobiana das bactérias *Escherichia coli* ocorre em 100% em seis horas de contato com o filme seco. A atividade antimicrobiana da bactéria *Staphylococcus áureos* também reduziu em 100%, porém em duas horas em contato com a superfície do filme seco. **CONCLUSÕES:** A partir dos ensaios microbiológicos, conclui-se que as tintas aditivadas com nanopartículas de zinco apresentaram efeito antimicrobiano quando comparados a tinta padrão. Observou-se, ainda, que com o aumento da concentração de nanopartículas de zinco houve um aumento na eficiência antimicrobiana das tintas frente às bactérias *Escherichia coli* e *Staphylococcus áureos*.

Palavras-chave: Tinta acrílica. Nanopartículas de óxido de zinco. Propriedade antimicrobiana.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (PIBIC/FAPE).

Ana Paula Roani, Evandra Gusatti, Chariane Werlang, Kevin Coelho Piccoli, Jair Fiori Júnior, Raquel Piletti, Raquel Zeni Ternus, Josiane Maria Muneron de Mello, Francieli Decalton, Humberto Gracher Riella, Márcio Antônio Fiori

Referências

ALVES, T. M. de A. et al. Biological screening of Brazilian medicinal plants. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 95, n. 3, maio/jun. 2000.

BECHTOLD, M. **Síntese e caracterização de nanopartículas de prata e aplicação como agente biocida em tinta poliuretânica hidrossolúvel**. 2011. 116 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CLSI – Clinical and Laboratory Standards Institute. **Methods for Dilution Antimicrobial Susceptibility Tests for Bacteria That Grow Aerobically**. Wayne, USA: CLSI, 2012.

FAZENDA, J. M. R. **Tintas e Vernizes**: Ciência e Tecnologia. São Paulo: Texto Novo, 2006. v. 2.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A ATUAÇÃO COM ESTUDANTES SURDOS

Anderson Luchese¹, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

¹ Graduado em Pedagogia-Educação Especial (Unoesc); Pós-Graduação *Lato Sensu* em Atendimento Educacional especializado (AEE) (Portal Faculdades); mestrando em Educação (UnoChapecó). Professor da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e professor de Libras na UnoChapecó, andersonluchese@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O sujeito surdo foi concebido, historicamente, como um sujeito a ser corrigido, normalizado, assistido. A escolarização de surdos nem sempre foi considerada um direito, como é reconhecido na contemporaneidade. Houve a negação da identidade surda, da língua de sinais, das possibilidades construídas pelas experiências visuais, enfim, pelas diferenças que caracterizam pessoas surdas. A Língua Brasileira de Sinais (Libras), que vem ganhando crescente reconhecimento no País e, conseqüentemente, também no município de Chapecó (SC), nem sempre teve esse prestígio. Alguns dispositivos legais contribuíram para que a Libras conquistasse crescente espaço. Se analisarmos a história da educação de surdos em Chapecó e conversarmos com alguns surdos adultos, constatamos que a proposta oralista foi precursora. Crianças surdas eram incentivadas a oralizar, repetir sons, muitas vezes com exercícios fonoarticulatórios mecânicos, que não faziam sentido a quem era submetido a tais sessões. A pesquisa que resultará na dissertação de mestrado em Educação tem como tema “Formação docente para a atuação com estudantes surdos”. O estudo será orientado pelo seguinte problema de pesquisa: Que abordagens teórico-metodológicas predominaram na formação de docentes que atuaram/atuam com estudantes surdos no município de Chapecó nas últimas quatro décadas e como elas repercutiram nas práticas pedagógicas? Do problema anunciado derivaram as seguintes questões de pesquisa: Quais as abordagens teórico-metodológicas dos professores atuantes com estudantes surdos no município de Chapecó ao longo da história? Quais as práticas pedagógicas predominantes decorrentes de cada abordagem teórico-metodológica? Como e onde aconteceu/acontece o processo de profissionalização dos docentes que atuaram/atuam com estudantes surdos no município de Chapecó? Que fatores influenciaram para que a Libras ganhasse relevância na educação de surdos em Chapecó? **OBJETIVO:** Identificar as abordagens teórico-metodológicas que predominaram na formação de docentes que atuaram/atuam com estudantes surdos no município de Chapecó nas últimas quatro décadas e como elas repercutiram nas práticas pedagógicas. **METODOLOGIA:** A pesquisa, de caráter qualitativo, será desenvolvida a partir de bases teóricas que darão subsídios para compreender a temática de estudo, além da construção de materialidades empíricas obtidas por entrevistas narrativas com professores de estudantes surdos. A entrevista narrativa, para Andrade (2012, p. 173), “[...] é uma possibilidade de pesquisa ressignificada no campo de pesquisa pós-estruturalista em uma perspectiva etnográfica.” A autora afirma, ainda, que “[...] as narrativas são constituídas a partir da conexão entre discursos que se articulam, que se sobrepõem, que se

Anderson Luchese, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

somam ou, ainda, que diferem ou contemporizam.” (ANDRADE, 2012, p. 179). A coleta de dados acontecerá com professores que atuam ou atuaram com estudantes surdos em Chapecó nas últimas quatro décadas. Será adotado um roteiro para conduzir as entrevistas narrativas que gerará as materialidades empíricas que serão organizadas em agrupamentos temáticos, considerando os aspectos mais relevantes e recorrentes presentes nos discursos. As entrevistas narrativas com ouvintes serão mediadas por um intérprete, filmadas e posteriormente registradas pelo pesquisador, mantendo a estrutura da língua de sinais. As entrevistas com pessoas surdas também serão filmadas e registradas pelo pesquisador. Nas duas situações, o texto escrito será transcrito por intérprete. O material empírico gerado por meio das entrevistas narrativas será analisado pela perspectiva da análise do discurso, amparada na teorização foucaultiana. Para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão “vivas” nos discursos (FISCHER, 2001, p. 198-199). Será analisado também o Projeto Pedagógico do Curso de Letras-Libras da Unochapecó, na busca de compreender o perfil do egresso, como subsídio para analisar os discursos dos estudantes do respectivo curso. Em consonância com a perspectiva foucaultiana, não há a pretensão de tecer juízos de valor acerca das formas como professores ensinaram estudantes surdos ou apontar o caminho verdadeiro, mas compreender os movimentos de formação dos docentes e os efeitos de verdade criados pelas concepções teóricas que direcionaram os educadores e as políticas educacionais no período que será pesquisado. **RESULTADOS:** A pesquisa encontra-se em andamento e, por isso, os resultados obtidos até agora são a aprovação na banca de qualificação do projeto e os estudos teóricos realizados que apontam para a importância do protagonismo dos surdos na luta pelos seus direitos e pela legitimação de sua cultura. Constatamos que a educação de pessoas com surdez se fundamentaram em três abordagens diferentes: a oralista, a comunicação total e a abordagem por meio do bilinguismo. A abordagem “oralista”, proposta na qual os surdos deveriam falar normalmente, como sociedade ouvinte, mostrou resultados pouco animadores. A partir daí, surgiu a abordagem “comunicação total para educandos surdos”, quer dizer, falar e sinalizar ao mesmo tempo, proposta denominada “bimodalismo”. A língua de sinais integrante dessa perspectiva proporcionou evolução na aprendizagem dos surdos. Porém, esta forma de comunicação que utiliza a língua de sinais e o português sinalizado também não atendeu ao objetivo da educação e comunicação, pois mesclava estruturas, prejudicando a formação de conceitos. Surgiu o bilinguismo, que se sustenta até hoje, abordagem que deu uma vitória para a educação de surdos no Brasil, mostrou bons resultados, proporcionou a comunicação em duas línguas (Língua de Sinais e Língua Portuguesa), possibilitando a formação de surdos bilíngues. Compreende-se, atualmente, com base em pesquisas e estudos realizados, que uma das lacunas na aprendizagem dos surdos está relacionada à precarização na aquisição da linguagem nos primeiros anos de vida. Porém, é essencial a compreensão de que as crianças surdas não podem ser generalizadas, pois sua identidade é única, é distinta. Tais crianças podem apresentar diferentes graus de surdez; ter acessado à língua de sinais em diferentes faixas etárias; nunca ter tido contato com a língua de sinais até a vida adulta, enfim, diferentes situações de desenvolvimento. Portanto, não podemos ter a expectativa de identidades únicas, ou de que as crianças surdas oralizem normalmente. As comunidades surdas defendem o contato da criança surda com outros surdos desde o início da vida, o que propicia a aquisição da língua de sinais, favorecendo o desenvolvimento do pensamento. **CONCLUSÕES:** No Brasil, o governo federal instituiu a Lei n. 10.436/2002 (BRASIL, 2002) para oficializar a Libras, o que

Anderson Luchese, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

fortaleceu muitas conquistas, como o ensino desta língua na escolarização dos educandos surdos. Esse foi um fator relevante para o desenvolvimento da criança surda a partir do seu mundo, da valorização da sua cultura no contexto de ensino-aprendizagem. Porém, percebemos nas relações cotidianas a dificuldade de ensinar os educandos surdos, tendo em vista que a apreensão dos conceitos está relacionada à superação de limites, autonomia e autoestima. Assim como os professores ouvintes encontram desafios para atuar com estudantes surdos, também os surdos são diariamente desafiados ao convívio e comunicação com os ouvintes. Atualmente, já identificamos os sujeitos da pesquisa, etapa que está em andamento.

Palavras-chave: Formação docente. Surdez. Cultura surda.

Fonte financiadora: Unochapecó (Bolsa de professor).

Referências

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, MarLucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 173-194.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, Porto Alegre, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

AVALIAÇÃO ECOTOXICOLÓGICA DE CINZAS SOBRE A SOBREVIVÊNCIA DE ENQUITREÍDEOS (*Enchytraeus crypticus*) EM SOLOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

André Junior Ogliari¹, Carolina Riviera Duarte Maluche Baretta,
Dilmar Baretta, Ana Paula Maccari e Patrícia Nogueira

¹ Acadêmico de Agronomia da Unochapecó, andre_ogliari@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A utilização de fertilizantes químicos se tornou uma fonte de alto valor na agricultura, demonstrando necessidade de alternativas mais econômicas e sustentáveis de adubação. Uma alternativa à adubação química convencional é a utilização de cinza de biomassa florestal, um resíduo gerado a partir da combustão de biomassa vegetal para a produção de calor e energia, contendo uma ampla quantidade de macro e micronutrientes. A utilização de resíduos orgânicos pode ser uma alternativa para o fornecimento de nutrientes para as plantas; porém, a aplicação dos mesmos pode causar impactos negativos ao ambiente e aos seus constituintes, podendo contaminar o solo, influenciando sobre a funcionalidade da fauna edáfica. Contudo, para que a utilização de cinzas como fonte de nutrientes possa ser utilizada, a sua aplicação deverá ser tecnicamente avaliada, para não causar danos sobre os atributos biológicos do solo. Testes realizados em laboratório, sob condições experimentais específicas e controladas, onde são determinadas as concentrações e os possíveis efeitos tóxicos que o resíduo analisado pode causar sobre os organismos, constituem uma ferramenta de avaliação ambiental para o estudo das cinzas, a ecotoxicologia. A utilização de ensaios ecotoxicológicos para o monitoramento da atividade biológica na aplicação de resíduos está frequentemente incorporada à identificação e monitoramento de substâncias potencialmente tóxicas, sendo ótimas ferramentas para o auxílio na tomada de decisões visando à preservação da biota, avaliando o efeito de substâncias adicionadas ao solo sobre a diversidade e funcionalidade da fauna. Os enquitreídeos (*Enchytraeus crypticus*) são considerados organismos bioindicadores de qualidade do solo, sendo uma espécie amplamente utilizada nos ensaios de ecotoxicologia terrestre. **OBJETIVO:** Avaliar por meio de testes ecotoxicológicos padronizados (ISO) o efeito da aplicação de cinzas com potencial fertilizante sobre a taxa de sobrevivência de enquitreídeos da espécie *Enchytraeus cripticus*. **METODOLOGIA:** O experimento foi conduzido no Laboratório de Ecotoxicologia do Solo da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/CEO), no *campus* de Chapecó (SC). Para o estudo, foram utilizadas amostras da camada superficial de dois solos classificados de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, como Latossolo Vermelho distrófico, coletado no município de Coronel Freitas (SC), e Neossolo Quartzarênico órtico típico, coletado no município de Araranguá (SC). Ambos os solos foram coletados na camada de 0 a 0,20 m, secos em estufa a 65 °C e tamisados em peneiras de 2 mm para separação de resíduos vegetais e agregados de solo. As cinzas utilizadas no experimento são provenientes de resíduos de caldeiras de indústria do segmento de

André Junior Ogliari, Carolina Riviera Duarte Maluche Baretta, Dilmar Baretta, Ana Paula Maccari e Patrícia Nogueira

produção de ingredientes para alimentação animal, localizada na região de Nova Itaberaba (SC). O solo artificial tropical (SAT) foi utilizado como solo padrão para o teste ecotoxicológico, e consiste em uma mistura de 70% de areia industrial fina, 20% de areia caulínica e 10% de fibra de coco seca e peneirada. Para o teste, o pH dos solos naturais e do SAT foram corrigidos para $6,0 \pm 0,5$ com adição de CaCO_3 e a umidade ajustada para 60% da máxima capacidade de retenção de água (CRA). Os tratamentos consistiram em doses de cinzas aplicadas ao Latossolo e Neossolo e adubação química: T1) sem adubação e sem cinza (controle); T2) adubação química recomendada; T3) 5 ton.ha⁻¹ de cinza; T4) 10 ton.ha⁻¹ de cinza e T5) 20 ton.ha⁻¹ de cinza. As doses de cinzas foram determinadas a partir de experimento conduzido em casa de vegetação utilizando o feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), onde foram testados as mesmas doses e foram avaliados o seu efeito como adubação. O ensaio ecotoxicológico foi conduzido sob delineamento experimental inteiramente casualizado com cinco repetições. Os exemplares de *Enchytraeus crypticus* utilizados nos testes foram obtidos de culturas em laboratório mantidas à temperatura de 20 ± 2 °C e fotoperíodo de 12:12 h (luz/escuro). Para o ensaio, foram utilizados adultos com o clitelo desenvolvido, obtidos a partir de culturas sincronizadas. O ensaio de letalidade de *Enchytraeus crypticus* seguiu as recomendações da ISO 16387. Para tanto, em recipientes plásticos com altura de 6,5 cm e diâmetro de 3,5 cm foram adicionados 30 g de solo (peso úmido). Cada unidade experimental recebeu dez indivíduos. No início do teste e após 14 dias decorridos, os organismos foram alimentados com 50 mg de flocos de aveia moídos, e semanalmente a umidade do solo foi corrigida. Após 28 dias do início do teste foi realizada a avaliação de sobrevivência. Ao final do teste, o número de enquitreídeos foi avaliado após fixação com álcool (80%) colorido com rosa Bengala (solução de 1% com etanol), e as amostras foram lavadas para contagem. Os resultados obtidos foram submetidos à análise de variância (ANOVA One-Way), seguido pelo teste Dunnett ($p < 0,05$) utilizando *software* Statistica 7.0.

RESULTADOS: O teste cumpriu os critérios de validação de acordo com a respectiva norma ISO 16387. A taxa de sobrevivência dos enquitreídeos no solo controle foi \geq que 80% (média de 96%) e o coeficiente de variação foi inferior a 30% (CV = 5,70). Os resultados obtidos no teste de letalidade mostraram que a taxa de sobrevivência dos organismos não foi afetada no Latossolo e no Neossolo na aplicação de doses crescentes de cinzas; da mesma maneira, a aplicação da adubação química também não afetou a sobrevivência dos organismos em ambos os solos testados. Os valores de pH encontrados em ambos os solos para os diferentes tratamentos avaliados encontram-se dentro da faixa de tolerância dos enquitreídeos que toleram o pH na faixa de 3,6 a 7,8. Neste trabalho, a discussão dos dados obtidos à aplicação de cinzas sobre a ecotoxicologia do solo tiveram como base estudos com outros resíduos já testados, uma vez que não existem dados de literatura com a aplicação de cinzas em testes ecotoxicológicos. Os *Enchytraeus crypticus* apresentam uma variação na tolerância de matéria orgânica de 0,3 a 20%. Assim, os teores de MO de ambos os solos apresentaram-se adequados para os organismos testados. Os atributos químicos do solo podem afetar de forma direta os organismos do solo, por influenciar em uma maior ou menor disponibilidade de contaminantes nos solos. No presente estudo não foram verificadas alterações nos parâmetros químicos em ambos os solos a ponto de afetar a sobrevivência dos organismos. Em ensaios ecotoxicológicos utilizando *Enchytraeus crypticus* como bioindicador de qualidade de solo e resíduo da mineração de carvão, afirmou-se que os organismos mostraram sensibilidade elevada à sua aplicação, sendo afetados pelo pH do solo nas diferentes doses de resíduo

André Junior Ogliari, Carolina Riviera Duarte Maluche Baretta, Dilmar Baretta,
Ana Paula Maccari e Patrícia Nogueira

de carvão testados. Alves, avaliando a toxicidade da aplicação de resíduos da vinhaça de cana-de-açúcar, também obteve altos índices de mortalidade dos enquitreídeos, devido ao aumento do pH. **CONCLUSÕES:** A taxa de sobrevivência dos enquitreídeos da espécie *Enchytraeus crypticus* não foi afetada pela aplicação de doses crescentes de cinza, não apresentando toxidez. Recomenda-se realizar novos estudos incluindo outras doses, organismos e classes de solo, para avaliar a toxicidade desse resíduo sobre os parâmetros biológicos do solo.

Palavras-chave: Ecotoxicologia terrestre. Macrofauna edáfica. Resíduos orgânicos.

Fonte financiadora: Unochapecó.

OTIMIZAÇÃO DA EFICIÊNCIA NUTRICIONAL NOS SISTEMAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS (SAPS) EM FUNÇÃO AGRICULTURA DE PRECISÃO (AP)

Luis Pedro Caneppele¹, Andrei Roque Vidor, Neomar Sandrin, Cristiano Reschke Lajús, Gean Lopes da Luz

¹Acadêmico de Agronomia da Unochapecó, luispedro@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A Agricultura de Precisão (AP) pode ser definida como um conjunto de técnicas que auxiliam no gerenciamento de sistemas agrícolas. A AP dispõe de sistemas de posicionamento global por satélite e sistemas de informação geográfica, permitindo a coleta de dados da lavoura e o tratamento diferenciado das áreas (ARGENTA et al., 2003). A análise dos dados permite otimização do uso de insumos agrícolas, possibilitando menor impacto ambiental e maiores ganhos econômicos para o produtor rural, garantindo a sustentabilidade na atividade (ROCHA; LAMPARELLI, 1998). **OBJETIVO:** Avaliar a eficiência nutricional e econômica nos sistemas agrícolas de produção sustentáveis em função agricultura de precisão. **METODOLOGIA:** O projeto foi realizado na Fazenda Fontana, com área utilizada de 56,37 hectares (ha), localizada no município de Faxinal dos Guedes, oeste de Santa Catarina. A área experimental foi conduzida com dois SAPS (S1: georreferenciado e S2: convencional). No sistema S1, foi realizado o mapeamento da área com auxílio do *software* Farm Works™ Mapping. A malha utilizada foi quadrangular de 100 x 100 m totalizando um ponto por 3,76 ha com uma média de vinte subamostras por ponto, de forma a configurar uma melhor distribuição espacial dos pontos na área. Para o sistema S2, a amostra composta foi formada a partir da coleta de 15 subamostras de solo na área de 56,73 ha. Cada SAPS (S1 e S2) seguiu as orientações técnicas de acordo com as instruções do *Manual de adubação e de calagem para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina* (2004). Nos dois SAPS (S1 e S2), foi realizada a coleta de solo na profundidade de 0 a 10 cm, visto que a área experimental foi caracterizada como sistema de plantio direto consolidado, com rotação de culturas: trigo x soja x milho. A respectiva coleta de solo foi feita com trado de rosca, e as subamostras foram homogeneizadas para posterior retirada da amostra principal. Após a coleta, cada amostra dos SPAS (S1 e S2) foi identificada em recipiente plástico fechado e enviada para o Laboratório de Solos da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo (RS). As propriedades químicas analisadas foram: potencial hidrogênico (pH) em água, teor de argila, índice SMP, alumínio (Al), capacidade de troca de cátion (CTC) efetiva, matéria orgânica (MO), nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K). Após a análise das respectivas propriedades, foram realizadas as recomendações de correção do solo e adubação através do *Manual de adubação e de calagem para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina* (2004), conforme o manejo específico de cada SPAS. As práticas culturais foram realizadas conforme as indicações técnicas para os diferentes SPAS da cultura do milho (CRUZ et al., 2009). A metodologia de custo utilizada é a do custo operacional de produção, que considera

Luis Pedro Caneppele, Andrei Roque Vidor, Neomar Sandrin, Cristiano Reschke Lajús, Gean Lopes da Luz

despesas diretas com insumos (sementes, fertilizantes, agroquímicos etc.), serviços de operação (mão de obra e operação de máquinas) e de empreitas (contratação da AP), e despesas indiretas, como encargos sociais, encargos financeiros etc. (MATSUNAGA et al., 1976). A soma das despesas diretas e indiretas o denomina-se custo operacional total (COT). No cálculo do custo de máquinas e equipamentos considerou-se a classificação tradicional de custos em fixos e variáveis (HOFFMANN et al., 1976). Os indicadores de análise de resultados utilizados no trabalho seguiram a metodologia proposta por pesquisadores da respectiva área (MARTIN et al., 1998). As matrizes de coeficientes técnicos de produção foram elaboradas com base em informações coletadas durante a safra 2014/2015 da cultura do milho, junto aos técnicos da Cooperativa Regional Alfa (Cooperalfa), de Chapecó. Os preços dos materiais, da mão de obra e dos serviços empregados (AP) foram obtidos após a colheita do trigo, na primeira quinzena de setembro de 2014 na cidade de Chapecó. Os dados coletados foram submetidos à análise estatística descritiva, os mesmos foram interpretados através da elaboração de tabelas com base nas Normas de Apresentação Tabular do IBGE (1993). **RESULTADOS:** Ao analisar os indicadores econômicos dos SPAS (S1) e (S2), percebe-se que o custo operacional total (COT) de produção do sistema S1 foi de R\$ 2546,94 por hectare. O COT de produção do sistema S2 foi estimado em R\$ 2475,44/ha. O diferencial dos custos do SPAS S1 encontra-se no maior valor dos fatores de produção, com participação de 41,05% para os insumos adquiridos (KCl, Super Fosfato Triplo e Uréia Plus), enquanto que no SPAS S2 essa participação foi de 39,96%, justificando a maior aplicação de adubo a taxa variada, fazendo com que o item fertilizantes tenha maior participação relativa no custo de produção. **CONCLUSÕES:** Neste trabalho é possível perceber diferenças econômicas entre os elementos químicos recomendados para os SPAS S1 e S2 e também diferenças nas quantidades a serem aplicadas em cada um dos SPAS, e estas diferenças impactaram nos custos de produção. Dessa forma, as técnicas propostas pela agricultura de precisão devem ser consideradas como importantes ferramentas para auxiliar o agricultor no manejo da adubação.

Palavras-chave: Sistemas agrícolas de produção sustentáveis. Custo operacional. Indicadores de rentabilidade.

Fonte financiadora: Edital n. 228/REITORIA/2014, de bolsas pela modalidade Pibic/CNPq.

Referências

ARGENTA, G. et al. Adubação nitrogenada em milho pelo monitoramento do nível de nitrogênio na planta por meio do clorofilômetro. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 27, p. 109-119, 2003.

COMISSÃO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO RS/SC. **Manual de adubação e de calagem para o estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina**. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Porto Alegre: SBCS/Núcleo Regional Sul; UFRGS, 2004.

CRUZ, J. C. et al. **Caracterização dos sistemas de Produção de milho para altas produtividades**. 2009. (Circular Técnica, 124).

Luis Pedro Caneppele, Andrei Roque Vidor, Neomar Sandrin, Cristiano Reschke Lajús, Gean Lopes da Luz

HOFFMANN, R. et al. **Administração da empresa agrícola**. São Paulo: Pioneira, 1976.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Normas de apresentação tabular**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Centro de documentação e disseminação de informações. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23907.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

MARTIN, N. B. et al. Sistema integrado de custos agropecuários – CUSTAGRI. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 7-28, jan. 1998.

MATSUNAGA, M. et al. Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 123-139, 1976.

ROCHA, J. V.; LAMPARELLI, R. A. C. Geoprocessamento. In: SILVA, F. M. **Mecanização e agricultura de precisão**. Poços de Caldas: UFV, 1998. p. 1-30.

RELAÇÃO DA LEITURA DO CLOROFILÔMETRO COM OS TEORES DE CLOROFILA EXTRAÍVEL, DE NITROGÊNIO E DE BIOMASSA NA CULTURA DO MILHO (*Zea mays* L.)

Andrei Roque Vidor¹, Neomar Sandrin, Luis Pedro Caneppele, Cristiane Segatto, Mônica Tissiani de Toni Pereira, Radamés Pereira, Cristiano Reschke Lajús, Gean Lopes da Luz, Luciano Luiz Silva

¹ Graduado em Agronomia na Unochapecó, andrei_vidor@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O medidor portátil de clorofila possui baixa sensibilidade ao consumo de luxo de N pelas plantas de milho, o que pode ser atribuído à forma com que esse nutriente se encontra na folha, de modo que, quando absorvido em excesso, acumula-se como nitrato, não se associando à molécula de clorofila e nem detectado pelo medidor de clorofila (ARGENTA et al., 2001). Uma limitação para o caso do milho é que as leituras do clorofilômetro realizadas em estádios iniciais (V4 a V6) podem não ser consistentes para o diagnóstico nutricional de N (HURTADO et al., 2008). Por esse motivo, restringe a possibilidade de intervenção no manejo para aplicação de N em cobertura ainda no início do ciclo, período ideal para a máxima resposta da cultura. **OBJETIVO:** Avaliar a relação da leitura do clorofilômetro com os teores de clorofila extraível, de nitrogênio e de biomassa na cultura do milho. **METODOLOGIA:** O experimento foi instalado na propriedade do Sr. Paulo Sérgio Furlan, localizada na linha Pinheirinho, município de Nova Erechim (SC), safra 2014/2015, de acordo com as respectivas coordenadas geográficas: Latitude 26°53'865", Longitude 52°55'283" e Altitude de 471 metros (GOOGLE EARTH, 2015). As condições climáticas durante o período do experimento foram registradas pela Estação Meteorológica do Cepaf-Epagri de Chapecó. O solo da região caracteriza-se como Latossolo Vermelho Distrófico Típico com textura argilosa, de acordo com o *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos* (EMBRAPA, 2013). Em agosto de 2014, foi realizada a amostragem de solo com trado tipo calador em cinco pontos aleatórios/repetição. Em cada ponto foram coletadas cinco subamostras na profundidade de 00-10 centímetros, totalizando 15 amostras, conforme instruções do *Manual de adubação e de calagem para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina* (QCFS-RS/SC). A análise de solo foi realizada no Laboratório de Solos da Epagri-Cepaf, localizado no município de Chapecó (SC). Após a interpretação dos resultados da análise de solo, foram aplicadas as recomendações conforme Manual de Adubação e Calagem RS/SC da Comissão de Química e Fertilidade do Solo – RS/SC, referentes aos nutrientes (nitrogênio (N): 165 Kg/ha, sendo 30 Kg/ha na base e 135 Kg em cobertura nos estádios fenológicos V4 e V8; fósforo (P_2O_5): 120 Kg/ha e potássio (K_2O): 80 Kg/ha) para uma expectativa de rendimento de nove toneladas por hectare. As fontes de N, P_2O_5 e K_2O foram: ureia, superfosfato triplo e cloreto de potássio, respectivamente. Para os teores de micronutrientes, não houve a necessidade de realizar aplicação dos mesmos, pois estavam acima das exigências da cultura do milho. Em relação à calagem, não foi necessária a correção na respectiva área experimental. As avaliações em relação aos diferentes híbridos de milho e níveis de suprimento de nitrogênio

Andrei Roque Vidor, Neomar Sandrin, Luis Pedro Caneppele, Cristiane Segatto, Mônica Tissiani de Toni Pereira, Radamés Pereira, Cristiano Reschke Lajús, Gean Lopes da Luz, Luciano Luiz Silva

na região oeste de Santa Catarina foram realizadas conforme os seguintes fatores: Híbridos Simples (HS) com o evento VT PRO3®: (AS 1666 e AS 1677); Estádios de Desenvolvimento (ED): (Estádio de três a quatro folhas completamente expandidas (V3-V4); Estádio de seis a sete folhas completamente expandidas (V6-V7) e Estádio de dez folhas completamente expandidas (V10) ou Espigamento (R1) e Níveis de Suprimento de Nitrogênio (NSN): (0% (Testemunha); 25% da Dose Recomendada (DR); 50% da Dose Recomendada (DR); 75% da Dose Recomendada (DR) e 100% da Dose Recomendada (DR) (Consumo de Luxo). O delineamento experimental utilizado foi de blocos completos casualizados, dispostos em parcelas subdivididas com três repetições, totalizando trinta parcelas. Os híbridos simples (HS) foram locados nas parcelas principais, e os níveis de suprimento de nitrogênio (NSN) nas subparcelas. As parcelas foram constituídas de sete fileiras de 3 m de comprimento e 0,45 m nas entrelinhas, perfazendo uma área total da parcela de 9,45 m². Como área útil foram utilizadas as duas linhas centrais, sendo eliminadas a título de bordadura cinco fileiras da extremidade. As determinações dos teores de clorofila das plantas foram estabelecidas através da leitura correspondente ao teor de clorofila na folha com o clorofilômetro da marca Minolta (modelo SPAD-502). As determinações foram realizadas nos estádios de três a quatro folhas, seis a sete folhas e de dez folhas completamente desenvolvidas e espigamento, utilizando-se quatro folhas por subparcela. Nos estádios vegetativos, as leituras com medidor de clorofila foram realizadas na última folha totalmente expandida de cada planta. As leituras no medidor de clorofila (uma por folha) foram feitas em pontos situados no terço médio do comprimento da folha amostrada, a partir da base, respeitando espaço da margem e da nervura central da folha. Após a leitura com o SPAD, das folhas (quatro por subparcela) foi retirado um disco de 1,33 cm da mesma região da leitura do clorofilômetro para determinação dos teores de clorofila a, b e total e de N em laboratório. A biomassa foi determinada na coleta das plantas durante os estádios V4, V6 e V10 ou espigamento. Cortou-se as plantas rente ao solo, armazenadas em sacos de papel identificadas e transportadas ao laboratório de solos da Unochapecó para realizar a secagem do material. As mesmas foram secas em estufa a 65 °C até atingirem peso constante. As espigas da área útil foram colhidas manualmente, trilhadas em debulhador manual e separadas as impurezas, logo após os grãos foram submetidos à determinação da umidade na Cooperativa Agroindustrial Alfa, corrigidos a 13% de base úmida, efetuando-se os cálculos para estimar o rendimento em kg/ha. Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F e análise de correlação linear simples através do coeficiente de Pearson (rx, y) e de regressão com a escolha dos modelos matemáticos através do coeficiente de determinação (R²²) e criteriosa observação dos dados obtidos. **RESULTADOS:** A análise de correlação simples evidenciou que, em dois estádios avaliados (V6/V7 e Espigamento), os parâmetros NSN, leitura SPAD e teor de N na folha correlacionaram-se positivamente com os teores de clorofila total. Em relação às correlações teor de N na folha x NSN, biomassa x NSN e biomassa x rendimento, rendimento x teor de N na folha e rendimento x NSN, houveram influências estatísticas para o efeito da variável influenciadora (x) chamada de independente sobre a variável influenciada ou dependente (y) nos estádios V6/V7 e espigamento, viabilizando a adubação nitrogenada na fase inicial (quatro a cinco folhas), quando se define o potencial servindo como indicador da necessidade de adubação em cobertura. Percebe-se que o híbrido AS 1677 nas doses de 25 a 100% DR aumenta o NSN proporcionalmente em relação ao rendimento, já no híbrido AS 1666, a dose de 75% NSN foi menos eficiente que a dose de 50%, tal fato pode ser relacionado com a condição de solo diferenciada entre os dois NSN. Para ambos os híbridos, os dados obtidos comprovam que o maior rendimento é alcançado com a dose de 100% do NSN. **CONCLUSÕES:** O

Andrei Roque Vidor, Neomar Sandrin, Luis Pedro Caneppele, Cristiane Segatto, Mônica Tissiani de Toni Pereira, Radamés Pereira, Cristiano Reschke Lajús, Gean Lopes da Luz, Luciano Luiz Silva

clorofilômetro é uma ferramenta de AP que pode ser utilizada para diagnóstico nutricional de N no estágio V6 para os híbridos de milho AS 1666 e 1677, possibilitando a intervenção no manejo para aplicação de N em cobertura ainda no início do ciclo, período ideal para a máxima resposta da cultura.

Palavras-chave: Milho. Agricultura de precisão. Clorofilômetro.

Referências

ARGENTA, G. et al. Relação da leitura do clorofilômetro com os teores de clorofila extraível e de nitrogênio na folha de milho. **Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal**, Lavras, v. 13, n. 2, p. 158-167, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-31312001000200005>. Acesso em: 5 jun. 2015.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 3. ed. Brasília: EMBRAPA, 2013.

GOOGLE EARTH. **Google Mapas de Nova Erechim – Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/maps>>. Acesso em: 2 abr. 2014.

HURTADO, S. M. C. et al. Agricultura de Precisão: possibilidades de manejo da adubação nitrogenada para o milho no Cerrado. **Embrapa**, Planaltina, v. 1, n. 214, p. 9-37, maio 2008. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/556775>>. Acesso em: 2 abr. 2014.

QCFS-RS/SC – COMISSÃO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO RS/SC. **Manual de adubação e de calagem para o estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina**. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Porto Alegre: SBCS/Núcleo Regional Sul: UFRGS, 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS

Andressa Bertoncello¹, Rosana Maria Badalotti, Maria Elisabeth Kleba

¹ Mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais na Unochapecó, andressa_bertoncello@hotmail.com

INTRODUÇÃO: O reconhecimento das condições de vulnerabilidade de populações específicas revela-se como um marco para a Constituição, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA). O caráter inovador dessa política foi (e é) a participação de diferentes movimentos sociais, que têm seus modos de vida e reprodução social relacionados ao campo, à floresta e às águas, no seu processo de construção, implementação, acompanhamento e avaliação. Esse processo iniciou em 2004, com a criação do Grupo da Terra, composto por representantes governamentais e por movimentos sociais diversos, objetivando a elaboração de uma política que pudesse dar conta das especificidades dessas populações, bem como a formulação de estratégias para sua implantação. A PNSIPCFA insere-se no contexto das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde, e apresenta como objetivo principal a diminuição das desigualdades sociais e o combate às iniquidades de acesso aos serviços e ações no campo da saúde pública. O recorte deste estudo será a análise da atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no processo de construção da política, entendendo que o campesinato representa um grupo social diretamente implicado pelo texto da política. O MMC possui uma história de discussões sobre saúde pública anterior à existência da PNSIPCFA e, devido a essa trajetória, aliada ao fato de fazer parte da composição do Grupo da Terra, tem contribuído para a construção, implementação e acompanhamento da política. **OBJETIVO:** Analisar a atuação do Movimento das Mulheres Camponesas no processo de construção da PNSIPCFA. Objetivos específicos: Caracterizar espaços e formas de participação do MMC no que se refere à política; identificar ações que o MMC tem desenvolvido e sua relação com a PNSIPCFA; reconhecer as concepções de saúde evidenciadas nas práticas desenvolvidas pelas mulheres vinculadas ao MMC. **METODOLOGIA:** Este projeto insere-se no contexto da pesquisa qualitativa, sendo os procedimentos metodológicos construídos de acordo com essa perspectiva. Na abordagem de campo, serão utilizadas as técnicas de entrevista semiestruturada, observação participante com registro em diário de campo, registro fotográfico e pesquisa documental. Mulheres camponesas da região oeste catarinense, vinculadas ao MMC, compõem os sujeitos da pesquisa. **RESULTADOS:** Na fase exploratória e de elaboração do projeto, foi realizada uma busca por documentos acadêmicos/científicos (teses, dissertações e periódicos/artigos), utilizando os bancos de dados da Capes (teses e periódicos), Scielo e Google Acadêmico, com os seguintes termos: PNSIPCFA; Populações do campo, (da) floresta e (das) águas; MMC AND PNSIPCFA; MMC AND

Andressa Bertoncello, Rosana Maria Badalotti, Maria Elisabeth Kleba

saúde; Movimento de Mulheres Camponesas AND Saúde; Mulheres Camponesas AND Saúde. Nesse levantamento, percebe-se a existência de poucas publicações que relacionam os temas de interesse: Mulheres Camponesas e PNSIPCFA, sendo encontrados apenas duas vezes nas buscas entre os três bancos de dados consultados. Apesar de pouca produção científica relacionada à especificidade do tema, outras publicações foram selecionadas por dialogarem de forma transversal com o objeto de estudo. Cabe salientar que, nessa fase preliminar, foi iniciada uma aproximação com o campo de estudo, incluindo a realização de visitas e a participação de atividades promovidas pelas mulheres camponesas, no intuito de criar laços para a próxima fase da pesquisa. Na pesquisa documental realizada até o momento, é perceptível que o protagonismo dos diferentes movimentos sociais na construção da PNSIPCFA possibilitou contornos com “a cara” das populações a que se destina. Esse processo coletivo permitiu maior aproximação com a realidade e adequação às necessidades de quem vive e sente na pele as iniquidades em saúde, demonstrando a contribuição efetiva da sociedade civil organizada em movimentos sociais na consolidação de uma política pública. **CONCLUSÕES:** Este projeto se encontra em fase de construção e já indica que uma política de saúde pensada especificamente para essas populações deve levar em consideração o modo de vida e organização das famílias camponesas, valorizando o conhecimento tradicional acumulado pelos sujeitos, especialmente pelas mulheres camponesas, no caso deste estudo.

Palavras-chave: Saúde. Movimento de Mulheres Camponesas. Política social.

Fonte financiadora: Unochapecó/Fundeste.

PRODUÇÃO DE BIODIESEL A PARTIR DE GORDURA ABDOMINAL DE FRANGOS

Andressa Karina Roso¹, Janaina Seraglio, João Pedro Gonçalves,
Josiane Kerstik, Thais Carniel, Micheli Zanetti

¹ Acadêmica de Engenharia Química da Unochapecó, andressakarina@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A maior parte de toda a energia consumida provém do petróleo, do carvão e do gás natural. Essas fontes são limitadas e com previsão de esgotamento, tornando, portanto, o emprego de fontes alternativas de energia um empreendimento. O biodiesel é derivado de fontes renováveis, biodegradável, não tóxico e com baixo perfil de emissão comparado ao diesel de petróleo. É obtido comumente a partir de uma reação química denominada transesterificação, pela mistura de óleos vegetais ou gorduras animais com um álcool de cadeia curta na presença de um catalisador, tendo como coproduto da reação o glicerol. A utilização de biodiesel como combustível vem apresentando um potencial promissor no mundo inteiro devido a sua enorme contribuição ao meio ambiente, com a redução qualitativa e quantitativa dos níveis de poluição ambiental, e à sua utilização como fonte estratégica de energia renovável em substituição ao óleo diesel e outros derivados do petróleo. No entanto, a comercialização do biodiesel ainda apresenta alguns obstáculos como o preço da matéria-prima e os custos operacionais. Nesse processo é imprescindível a qualidade do produto final, e um dos aspectos a serem controlados e otimizados é o uso de catalisadores. Através da tecnologia enzimática, podem-se obter produtos de alta qualidade de maneira limpa, atendendo às necessidades tecnológicas, de mercado e de preservação ambiental. **OBJETIVO:** Determinar a viabilidade técnica de obtenção de biodiesel a partir da gordura abdominal de frangos usando catálise enzimática, as condições ótimas de produção de biodiesel a partir da transesterificação enzimática de gordura abdominal de frangos e etanol e as propriedades físico-químicas do biodiesel produzido (massa específica, viscosidade, índice de acidez, índice de iodo) nas condições ótimas de reação. **METODOLOGIA:** Para a realização das reações foi utilizada gordura abdominal resultante do processamento de corte da carne de frango de agroindústria, os quais foram cedidos pelo frigorífico de aves da Brasil Foods de Chapecó (SC), álcool etílico, lipase de *Candida antarctica* (Novozym 435). A gordura é aquecida até seu derretimento, obtendo um óleo e rejeitos sólidos decorrentes do não derretimento total a qual faz-se a separação. Determinou-se a massa específica a 20 °C usando um densímetro, de acordo com a norma ISO 3675 (1998). Para determinação do índice de acidez por titulação, utilizou-se como referência o valor máximo de 0,9% de ácido graxo livre, indicado pelo informe técnico da Anvisa referente a óleos e gorduras. A caracterização do biodiesel produzido é feita de acordo com as normas da ABNT NBR e da ASTM D. A caracterização do biodiesel/gordura é feita pelas normas vigentes, norma a ser utilizada para determinação dos constituintes ácidos presentes no óleo, indicando as variações relativas que

ocorrem durante o uso sob condições oxidantes será a ABNT NBR – 14448. Outros testes para caracterização da gordura e do biodiesel foram realizados como o ponto de fulgor que é a menor temperatura, na qual o combustível, ao ser aquecido sob condições controladas, gera uma quantidade de vapor suficiente para formar com o ar uma mistura capaz de inflamar. Geralmente, o biodiesel apresenta ponto de fulgor em torno de 130 °C. A viscosidade cinemática de um fluido é conceituada como sendo a resistência ao fluxo pela ação da gravidade (ASTM, 2011). A norma vigente para índice de viscosidade cinemática, de produtos de petróleo, devido a mudança na temperatura entre 40 °C e 100 °C é a ABNT NBR – 14358. Outro ponto importante é o teor de água no biodiesel, que afeta na sua degradação, o método é baseado na ABNT NBR. As reações de transesterificação foram realizadas em um reator encamisado à temperatura de 35 °C e 60 °C. A mistura reacional é formada pela razão molar de óleo e álcool (1:3, 1:6 e 1:9) variando concentração enzimática (0,7%, 2,5%, 5%) e tempo reacional (8, 12, 24 horas). Esses reagentes mantiveram-se em reator encamisado sob agitação constante durante todo o período reacional e a temperatura foi controlada e monitorada através de um termopar acoplado ao equipamento. Após o término do tempo de reação, foram testados dois métodos de separação, um por funil de separação retirando a fase biodiesel e após passagem por coluna de sulfato de sódio anidro para a retirada de resíduo do biodiesel. No segundo método, utilizou-se a centrifugação a 3600 rpm por 15 minutos para que ocorresse a separação enzima, biodiesel e glicerol. A última etapa do processo é o encaminhamento do biodiesel para análise cromatográfica. **RESULTADOS:** Com relação ao índice de acidez do óleo, que é um dos principais pontos a ser observado na caracterização, mostra valores de acidez aceitáveis para todas as amostras, confirma que a matéria-prima é indicada para a produção de biodiesel. A média para índice de acidez ficou entre 0,4167%. Um elevado índice de acidez pode afetar a estabilidade do biodiesel e causar corrosão e formação de depósitos nos motores. Esse parâmetro de qualidade reflete o grau de degradação do biodiesel durante a armazenagem, pois aumenta gradualmente com a clivagem hidrolítica das ligações dos ésteres. A necessidade de se conhecer a viscosidade, ponto de fulgor, teor de água e teor de ésteres dos óleos é em relação ao dimensionamento de equipamentos, principalmente de bombas e sistemas de transferência. Todos os testes realizados para caracterização ficaram dentro das normas vigentes. A qualidade do biodiesel pode sofrer variações conforme as estruturas moleculares dos seus ésteres constituintes ou devido à presença de contaminantes oriundos da matéria-prima, do processo de produção ou formados durante a estocagem do biodiesel. Atualmente a cromatografia a gás em altas temperaturas (*High temperature gas chromatography – HTGC*) é a técnica cromatográfica mais amplamente utilizada para análise de glicerina livre e total em biodiesel a qual é a próxima etapa na caracterização do biodiesel. **CONCLUSÕES:** O estudo compreende o conhecimento de técnicas no preparo de biodiesel e no processo de obtenção de matéria-prima a partir de rejeitos de agroindústrias. A utilização do biodiesel é de grande vantagem por ser uma energia renovável. Além disso, o biodiesel é um ótimo lubrificante e pode aumentar a vida útil do motor. O uso do biodiesel como combustível proporciona ganho ambiental para todo o planeta, pois colabora para diminuição da poluição e o efeito estufa, já que todo o gás carbônico emitido na queima do combustível é capturado pelas plantas. O estudo está sendo realizado para apontar a potencialidade da produção de biodiesel a partir da gordura abdominal de frango. Esse processo via enzimática é uma alternativa para as agroindústrias que descartam total ou parcial a gordura de frango em seus efluentes, sendo uma oportunidade para agregar valor ao rejeito frigorífico, melhorando seu rendimento, os quais são

Andressa Karina Roso, Janaina Seraglio, João Pedro Gonçalves, Josiane Kerstik, Thais Carniel, Micheli Zanetti

desafios para o processo produtivo. A perspectiva para término é a análise do biodiesel via cromatográfica e término de sua caracterização.

Palavras-chave: Enzima. Biodiesel. Transesterificação.

Fontes financiadora: Artigo 171.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE OBTENÇÃO DE MICROCÁPSULAS DE β -CICLODEXTRINA CONTENDO EUGENOL FRENTE A DIFERENTES SOLVENTES: ÁGUA E ETANOL

Andrielly Thayná Pereira¹, Alexandra Monego Bugiereck, Raquel Zeni Ternus, Márcio Antônio Fiori, Francieli Dalcanton, Josiane Maria Muneron de Mello

¹Acadêmica de Engenharia de Alimentos da Unochapecó, andrielly6@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Os óleos essenciais com propriedades bioativas como, por exemplo, o eugenol, que possui elevada atividade antimicrobiana, podem se revelar como importantes matérias-primas para diversos setores industriais. Sua designação natural os torna altamente desejáveis para utilização em produtos alimentares em substituição aos aditivos químicos ou sintéticos (HILL; GOMES; TAYLOR, 2013). Porém, essas substâncias são complexas e propensas à degradação na presença de oxigênio, luz, calor, umidade e outros agentes agressivos, tornando-as instáveis e dificultando sua conservação e utilização (SANTOS et al., 2011). Devido a essas circunstâncias, torna-se necessário o desenvolvimento de novas tecnologias para a conservação dos óleos essenciais, que ofereçam maior resistência à oxidação e degradação. Uma alternativa é a microencapsulação desses compostos por estruturas mais resistentes e que promovam mecanismos de proteção ou sirvam como uma estrutura de sacrifício para a proteção dos fatores de degradação. As ciclodextrinas constituem um material conveniente para a encapsulação, pois apresentam em sua estrutura grupos funcionais, como hidroxila e amina, fornecendo habilidades na formação de complexos de inclusão utilizando vários tipos de compostos, ocasionando o aprisionamento de várias moléculas dentro de sua cavidade (FIGUEIREDO, 2010). A forma mais utilizada em complexos é a β -ciclodextrina, as quais favorecem vários parâmetros importantes das propriedades do composto encapsulado, como solubilidade, aumento da disponibilidade, estabilidade química, modificações químicas, diminuição da oxidação, entre outros (DAVIS; BREWSTER, 2004). Dentre os métodos mais usados na obtenção desses complexos de inclusão, está a obtenção por meio de solução, através da dissolução de ambos, hóspede e ciclodextrina em um solvente comum, à temperatura ambiente ou através do aquecimento, com agitação durante tempo suficiente para garantia do estado de equilíbrio. A remoção do solvente é feita por evaporação, liofilização, refrigeração ou *spray-drying*. A presença de água é absolutamente necessária, pura ou em um sistema contendo solvente orgânico, onde este será utilizado para solubilização da molécula hóspede. Frequentemente, são usados como cossolventes, álcoois de cadeia curta como metanol, etanol, isopropanol ou, em certos casos, a acetona (EVANGELISTA, 2010). **OBJETIVO:** Avaliar o processo de microencapsulamento de eugenol frente a diferentes solventes: água e etanol. **METODOLOGIA:** Para a obtenção das microcápsulas empregando água como solvente (HILL; GOMES; TAYLOR, 2013), a β -ciclodextrina e o eugenol foram misturados em uma solução aquosa na proporção 1:1 em concentração molar de 16 mmol/L de cada vez. A solução foi agitada em

Andrielly Thayná Pereira, Alexandra Monego Bugiereck, Raquel Zeni Ternus, Márcio Antônio Fiori, Francieli Dalcanton, Josiane Maria Muneron de Mello

um *Shaker* (Dist THOLZ TDH) com 150 rpm de velocidade de rotação a temperatura de 25 °C por 24 horas. Após esse tempo, o complexo foi congelado a -5 °C em um *freezer* (Dako 380) e colocado no liofilizador (Liotop L101) até remoção de toda água. Para as microcápsulas utilizando etanol, uma alíquota de eugenol foi solubilizada no etanol, a β -ciclodextrina foi solubilizada com etanol e água na proporção 1:2 na temperatura de 55 °C. A mistura, do eugenol e a β -ciclodextrina solubilizados, foi agitada no *Shaker* por 24 horas a 55 °C. Após esse tempo, as amostras foram congeladas por 12 horas no *freezer*, e então submetidas ao processo de liofilização (AGUIAR et al., 2014). Durante a liofilização, realizou-se o controle de secagem das amostras a fim de se obter o tempo de secagem para cada metodologia empregada. A partir das microcápsulas obtidas, realizou-se a análise de espectroscopia na região do infravermelho (FTIR). **RESULTADOS:** Através do controle do tempo de secagem das microcápsulas contendo eugenol durante a liofilização, verificou-se que a metodologia utilizando água como solvente levou 48 horas para que todo complexo fosse liofilizado, enquanto a que utilizava etanol, em 24 horas apresentou-se liofilizado. Analisando-se apenas o tempo de liofilização, o processo mais rápido para a obtenção das microcápsulas foi com o solvente etanol, e na metade do tempo utilizado para a água as amostras obtidas a partir do etanol já estavam secas. Após a liofilização, as microcápsulas obtidas foram submetidas às análises de espectroscopia na região do infravermelho, onde a partir destas análises foi possível comparar as duas metodologias empregadas e afirmar que as duas apresentaram o mesmo comportamento físico na formação do complexo β -ciclodextrina incorporada de eugenol. **CONCLUSÕES:** Através dos experimentos realizados, pode-se dizer que a metodologia que utiliza etanol é mais adequada para ser empregada na obtenção das microcápsulas, uma vez que esta apresenta o menor tempo de secagem pelo método de liofilização e não há diferenças nas estruturas das microcápsulas quanto ao emprego do solvente utilizado. Estudos estão sendo realizados para avaliar o perfil das microcápsulas obtidas frente a diferentes microrganismos de interesse para a indústria de alimentos.

Palavras-chave: Eugenol. β -ciclodextrina. Microencapsulação.

Fontes financiadora: CNPq (Edital 229/Reitoria/2014 Pibiti).

Referências

AGUIAR, Ulisses et al. Preparação e caracterização do complexo de inclusão do óleo essencial de *Croton zehntneri* com β -ciclodextrina. **Quím. Nova**, v. 37, n. 1, p. 50-55, 2014.

DAVIS, Mark; BREWSTER, Marcus. Cyclodextrin-based pharmaceuticals: past, present and future. **Nature Reviews Drug Discovery**, v. 3, p. 1027-1035, Dec. 2004.

EVANGELISTA, Bruno Augusto Leite. **Caracterização, análise físico-química e estabilidade térmica do complexo de inclusão ciclodextrina-17-valerato de betametasona**. 94 f. Dissertação (Mestrado em Fármaco e Medicamentos) – Universidade de São Paulo, 2010.

FIGUEIREDO, Jaciéli Evangelho de. **Estudo da interação da ciclodextrina com fármacos via simulação de primeiros princípios**. 82 f. Dissertação (Mestrado em Nanociências) – Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2010.

Andrielly Thayná Pereira, Alexandra Monego Bugiereck, Raquel Zeni Ternus, Márcio Antônio Fiori, Francieli Dalcanton, Josiane Maria Muneron de Mello

HILL, Laura; GOMES, Carme; TAYLOR, Matthew. Characterization of beta-cyclodextrin inclusion complexes containing essential oils (trans-cinnamaldehyde, eugenol, cinnamon bark, and clove bud extracts) for antimicrobial delivery applications. **LWT**, v. 51, n. 1, p. 86-93, 2013

SANTOS, Juliana Cantalino et al. Atividade antimicrobiana in vitro dos óleos essenciais de orégano, alho, cravo, e limão sobre bactérias patogênicas isoladas de vôngole. **Semina**, v. 32, n. 4, 2011.

USO DE AGROTÓXICOS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Beatris Aparecida Arezi¹, Marcia Aparecida Souza, Maria Assunta Busato, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Junir Antonio Lutinski, Lucimare Ferraz

¹Acadêmica de Nutrição da Unochapecó, biaa@unochapecó.edu.br

INTRODUÇÃO: Agrotóxicos e produtos químicos são agentes danosos ao meio ambiente e à saúde do ser humano, não sendo, muitas vezes, compreendidos pelos agricultores os danos que podem causar. O uso crescente de agrotóxicos na agricultura familiar tem favorecido as grandes produções de alimento, mas, por outro lado, vêm causando efeitos indesejáveis à saúde da população. Um dos principais meios de contaminação são os alimentos *in natura*, cujos vegetais e frutas disponíveis no mercado apresentam um aspecto agradável, embora contenham em sua película externa grande quantidade de agrotóxicos utilizados para sua produção. Na região oeste de Santa Catarina, a agricultura familiar tem se apresentado, historicamente, como uma forma de organização dos meios de produção e um modo de vida fundamental para a reprodução social de agricultores familiares. Nessa forma de agricultura há uma grande diversidade de produtos e de alimentos que o grupo familiar decide cultivar, em que a produção não é destinada apenas para o mercado, mas também para o autoconsumo. As percepções sobre o ambiente agregam valores, identidades e interpretação sobre as relações e conhecimentos acumulados, e são efetivamente conformadas com estratégias de reprodução social. No entanto, nem sempre as práticas produtivas são coerentes com as preocupações do impacto ambiental das atividades agrícolas ou expressam visão de sustentabilidade.

OBJETIVO: Conhecer o processo de utilização de agrotóxicos na produção de alimentos na agricultura familiar e sua relação com a saúde e o ambiente. **METODOLOGIA:** Esse estudo é do tipo exploratório quantitativo de caráter descritivo. A amostra selecionada para o estudo foram as famílias dos estudantes da Escola Familiar Rural Santo Agostinho do município de Quilombo (SC). Foram excluídas as famílias que residem na zona urbana ou rural e não produzem alimentos, as famílias que não aceitaram fazer parte do estudo ou que não apresentaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado. Foram convidadas todas as famílias (N = 77), no entanto, houve a participação de 38. A execução deste projeto teve dois momentos. No primeiro, foi realizado um encontro com os estudantes na Escola e apresentado o estudo proposto. Nesse mesmo dia, os estudantes receberam orientações sobre o questionário a ser respondido pelas famílias. No segundo momento, ocorreu um novo encontro com os estudantes para o recolhimento dos questionários preenchidos pelas famílias e TCLE assinados. A interpretação de dados foi baseada na análise quantitativa (frequência) de dados com caráter descritivo. **RESULTADOS:** Verificou-se que as famílias entrevistadas neste estudo residem em Quilombo, Jardinópolis, Santiago do Sul e União do Oeste (SC). Os respondentes dos questionários foram

Beatris Aparecida Arezi, Marcia Aparecida Souza, Maria Assunta Busato, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Junir Antonio Lutinski, Lucimare Ferraz

o pai ou mãe cujo nível de escolaridade vai do Ensino Fundamental incompleto ao Ensino Superior. Todos são proprietários e possuem de cinco a setenta hectares de terra. A atividade de produção desenvolvida pelos agricultores indicou: bovinos de corte (74%), produção de leite (71%), frangos (66%), suínos e ovos (63%). Destaca-se que os principais alimentos produzidos com agrotóxicos e comercializados são os cereais e leguminosas (milho 65%, soja 47%, feijão 39%, trigo 26% e arroz 15%), hortaliças e legumes (tomate 21%, batata-doce 10%, pimentão, brócolis, rúcula, cenoura e beterraba 3%) e frutas (melancia 13%, melão 10%, uva e pêssigo 8%, morango 5% e laranja 3%). Os agricultores (86%) relataram respeitar o período de carência para o consumo e comercialização dos alimentos. Todos os produtores rurais referiram que trabalhar com agrotóxicos é perigoso, porém esta técnica é praticada por 85% dos agricultores, embora somente 79% tenham afirmado usar equipamento de proteção individual ainda que todos entendam que sua utilização é necessária. Cabe destacar que a maioria das aplicações dos produtos químicos vem sendo realizada pelos homens da unidade de produção familiar (87%, pai e filho) e uma pequena parcela (6%) pelas mulheres. A forma de aplicação ocorre com os pulverizadores costais (37%), trator (21%) e, de forma concomitante, trator e pulverizador costal (29%). Cada aplicação realizada pelos agricultores tem em média duração de duas a quatro horas por dia e de três a oito vezes por mês, prática de aplicação que vem sendo utilizada por, pelo menos, dez anos nas propriedades. Os produtos agroquímicos mais utilizados são *Inseticidas*, *Herbicidas*, *Fungicidas*, *Raticidas*, *Acaricidas*, *Molusquicida* e *Fumigantes*, que têm como finalidade controle de plantas daninhas, roedores, insetos e pragas. Foi constatado que 90% dos produtores rurais adquirem os agrotóxicos em lojas agropecuárias, destes, 24% não recebem orientação no momento da compra e os que recebem são orientados por técnicos (53%), vendedores (21%) ou por outras pessoas, como amigos e vizinhos (26%). Após o processo de compra e pulverização, os agricultores realizam o descarte das embalagens, das quais 63% são encaminhadas para as centrais de recolhimento, 16% devolvidas para os pontos de venda, 13% são utilizadas pelos agricultores para armazenar água ou outros produtos e 8% são incineradas e descartadas ao ar livre ou no entorno da propriedade. Outro item observado neste estudo é em relação às condições climáticas no momento da aplicação, no entanto, conforme os dados apresentados pelos agricultores, todos realizam a aplicação desses produtos em condições climáticas favoráveis. A exposição aos agrotóxicos faz com que haja sintomas após sua aplicação, tendo sido relatado dor de cabeça (32%), tosse (13%), irritação nos olhos/náuseas (8%), irritação na boca/garganta (6%) e cãibra (3%). Durante a aplicação, não é recomendado realizar qualquer ingestão de alimento ou bebida, porém observou-se que alguns agricultores bebem água ou fumam durante essas atividades. Já em relação às intoxicações causadas pelos agrotóxicos, 84% dos agricultores relataram não haver caso na família. Contudo, 8% relataram já ter presenciado caso de intoxicação. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que o conhecimento dos trabalhadores rurais referente aos aspectos relacionados à compreensão das informações sobre manipulação, armazenamento, descarte das embalagens, orientação do uso, condições climáticas no momento da aplicação e o período de carência para o consumo do alimento com agrotóxico é adequada. Com relação ao uso de agrotóxico, os agricultores percebem e entendem o risco a que estão expostos e sabem dos danos que podem causar na saúde e no ambiente, no entanto, a maioria dos agricultores persiste na utilização de forma contínua de agrotóxicos. Nesse sentido, é necessário reforçar a importância do uso de equipamentos de proteção individual, principal recurso adotado para proteger o trabalhador no momento da aplicação e garantir integridade à saúde. Observou-se que a escolha do equipamento de pulverização, em sua grande maioria, se dá através de pulverizadores

Beatris Aparecida Arezi, Marcia Aparecida Souza, Maria Assunta Busato, Carla Rosane Paz Arruda Teo,
Junir Antonio Lutinski, Lucimare Ferraz

costais. Essa técnica mostra que a utilização de agrotóxicos é de forma contínua, uma vez que é usada principalmente nas frutas, legumes e verduras, pela sua praticidade e com o intuito de ampliar a produtividade e o envolvimento de todo o núcleo familiar em torno dos processos produtivos.

Palavras-chave: Agrotóxicos. Agricultura familiar. Saúde e ambiente.

Fonte financiadora: Recurso do Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó, pelo Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina. Edital n. 391/Reitoria/2014, PIBIC/FAPE.

SANEAMENTO BÁSICO E MORTALIDADE NA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Bernardo Boccalon¹, Adriano Seikiti Stychnicki, Maria Assunta Busato, Sandra Maura Madalosso

¹Acadêmica de Medicina da Unochapecó, bernardo_boccalon@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A TMM5 é definida como o número de óbitos de menores de cinco anos de idade, por mil nascidos vivos (NV), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. É utilizada como um dos indicadores de saúde de uma população, também representa o desenvolvimento socioeconômico, sendo considerada um dos mais importantes indicadores epidemiológicos. Todos os anos, mais de oito milhões de crianças no mundo morrem antes de completarem cinco anos. Adotando medidas simples, cerca de 70% dessas mortes poderiam ser evitadas. Os principais fatores de risco globais de mortes de crianças relacionados ao ambiente são o saneamento básico e água imprópria. Estima-se que esses dois fatores sejam responsáveis por cerca de 90% das doenças diarreicas, a segunda principal causa de morte entre crianças com menos de cinco anos de idade. As intervenções de saúde pública em melhoria do saneamento básico são reconhecidas como uma das ações mais efetivas para redução da TMM5, principalmente em países em desenvolvimento. Isso ocorre porque a falta de acesso a saneamento básico adequado cria um ambiente contaminado por resíduos fecais, os quais possuem grande quantidade de agentes infecciosos, como os responsáveis pela diarreia e cólera. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde orienta que o investimento em serviços de promoção de higiene, saneamento e água é fundamental na redução da TMM5, além de a medida possibilitar uma grande economia, pois a cada US\$ 1 utilizado em melhorias no abastecimento de água e saneamento, cerca de US\$ 5 a US\$ 28 deixam de serem gastos posteriormente. Com o objetivo de reduzir a TMM5 em dois terços entre 1990 e 2015, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram assinados por 193 países. Dentre eles o Brasil, que, apesar de uma acentuada redução, obteve quedas desigualmente distribuídas, as quais refletem as condições espaciais da saúde, que podem estar encobrendo más condições de vida em segmentos sociais específicos. Assim, diferentes taxas e causas de morte entre as regiões criam a necessidade de definir perfis regionais para um planejamento adequado das políticas de saúde, além disso, essas informações são importantes para a priorização de intervenções e melhor destino dos recursos financeiros e humanos necessários à redução desse indicador. Dessa forma, caracterizar o perfil da mortalidade na infância no município de Chapecó (SC), no período de 2009 a 2014, possibilita colocar em evidência as regiões de elevado risco de mortalidade, relacioná-las a condições ambientais existentes no território, permitindo subsidiar ações e medidas de maior eficácia para a sua prevenção. **OBJETIVO:** Identificar a relação entre saneamento básico e a mortalidade

na infância em Chapecó no período de 2009 a 2014. **METODOLOGIA:** Trata-se de estudo quantitativo analítico transversal, no qual foram analisadas as informações contidas nas declarações de óbito (DO), nas declarações de nascidos vivos (DNV) e na ficha do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). Para determinar a distribuição geográfica da TMM5 por território dos Centros de Saúde da Família (CSF) foram utilizadas as DOs de todos os óbitos ocorridos no município de Chapecó em crianças de zero a quatro anos e todas as DNV do período de janeiro de 2009 a dezembro de 2014 em crianças de zero a quatro anos. As informações referentes à taxa de cobertura do saneamento básico foram coletadas a partir das informações do SIAB de dezembro de 2014 de cada CSF, que compreenderam percentual de abastecimento de água, destino do lixo e destino de fezes e urina. Os dados foram coletados mediante autorização da Secretaria de Saúde do município. Para a interpretação referente aos dados sobre o saneamento básico foi utilizada como base o Índice de Carência Habitacional (ICH), que oferece informações sobre a oferta de serviços elementares de saneamento básico. Considera-se adequado para o abastecimento de água a rede geral com canalização ou poço com canalização no terreno. Quanto ao tipo de escoadouro sanitário, rede geral ou fossa séptica. Por fim, a porcentagem de lixo coletada é considerada como forma adequada do destino. Na interpretação do ICH há três categorias, sendo: extremo índice de carência, variando o ICH de 0 até 0,5; alto índice de carência variando o ICH de 0,5 até 0,8; e baixo índice de carência, variando o ICH de 0,8 até 1. Tal qual o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o ICH tem nos seus piores casos valores menores. Assim, foi considerado como adequado para o abastecimento de água apenas o fornecido pela rede geral; escoadouro sanitário apenas a rede de coleta de esgoto; e a porcentagem de coleta para o destino do lixo. Os dados foram agrupados e analisados por territórios de CSF. Posteriormente foi realizada comparação entre os territórios. Para análise dos dados foram usados cálculos de bioestatística descritiva e cálculos padrão de mortalidade, além de recursos para criação de figuras dos programas *SPSS vs 21* e *AutoCAD vs 2014*. Foi utilizado o teste *t de Student* para comparação entre a TMM5 e o ICH e análise bivariável, considerando significância quando $p < 0,05$ com intervalo de confiança de 95%. **RESULTADOS:** A taxa de mortalidade na infância do município de Chapecó, no período de 2009 a 2014, foi de 11,3 por mil NV, tendo a menor taxa em 2014, quando esta foi de 8,8 por mil NV. A TMM5 entre os CSF da zona urbana e os da zona rural foram, respectivamente, de 11,21 e 14,61 mortes a cada mil NV. Houve variação na TMM5 por território de CSF, pois, enquanto o CSF Norte apresentou uma TMM5 de 4,96 por mil NV, o CSF Alto da Serra registrou 56,60 mortes a cada mil nascidos vivos, ou seja, aproximadamente 11 vezes mais. Dois CSF apresentaram TMM5 igual a zero, sendo esses o CSF Linha Cachoeira e o CSF Sede Figueira. Na zona urbana, os dois CSFs que apresentaram a maior TMM5 foram o CSF São Pedro (18,34) e o CSF Seminário (16,47). Quanto ao ICH, o menor foi do CSF Alto da Serra, com 0,161, e o maior, do CSF Cristo Rei, com 0,922. Seis CSFs enquadraram-se como extremo índice de carência e dois com baixo índice de carência. Não foi encontrada significância ao correlacionar as variáveis do ICH com a TMM5, seja utilizando os ICHs separados ou o ICH final, em nenhum dos testes utilizados (Pearson, Kendall, Spearman). Foi identificada chance 1,6 vezes maior das crianças que moram em área urbana irem a óbito antes dos cinco anos de vida do que as da área rural, apesar da maior TMM5 para área rural, o que pode ter sido ocasionada devido ao menor número de nascimentos na área rural. As diferentes taxas entre as regiões criam a necessidade de definir perfis regionais para um planejamento adequado das políticas de saúde; contudo, mesmo com amplas disparidades, poucos países analisam de forma rotineira as iniquidades existentes dentro das cidades, e a maioria dos trabalhos tendem a considerar as crianças da área

Bernardo Boccalon, Adriano Seikiti Stychnicki, Maria Assunta Busato, Sandra Maura Madalosso

urbana um grupo homogêneo, sem levar em consideração as desigualdades. Conhecer as taxas de mortalidade entre as diferentes realidades intraurbanas é essencial, devido ao encobrimento da pobreza pela riqueza de uma parte da população, tendo como consequência a privação de serviços àqueles não favorecidos. Apesar de seguir a tendência mundial de reduzir a mortalidade na infância, essa queda no Brasil é desigualmente distribuída, refletindo as desigualdades na saúde e condições de vida da população. Essa desigualdade foi retratada neste estudo, já que uma diferença de aproximadamente 11 vezes na TMM5 entre o CSF Norte (4,96) e CSF Alto da Serra (56,60) foi encontrada. Desse modo, somente a média do município seria insuficiente para apontar as áreas que demandam estratégias específicas. Atenta-se que para os dois CSFs em que a TMM5 foi igual a zero, o número de nascimentos durante o período não ultrapassou setenta, assim, esse valor possivelmente decorre do baixo número de nascimentos, situação que não ocorreu nos demais territórios analisados. A utilização do ICH foi o método encontrado para que se pudessem ter informações referentes a algumas condições determinantes para a mortalidade na infância em cada CSF, já que os principais fatores de risco globais de mortes de crianças relacionados ao ambiente são o acesso a água potável, saneamento básico e a urbanização. Como as condições socioeconômicas apresentam importantes variações até mesmo em um município, o declínio da mortalidade na infância está distribuída de forma desigual tanto entre os diferentes grupos socioeconômicos quanto entre diferentes regiões. Este estudo diferiu do exposto na literatura, pois verificou-se que apenas dois CSFs enquadraram-se na classificação do ICH como baixo índice de carência e que a correlação entre locais com a maior TMM5 e menor ICH não ocorreu. Pode-se inferir que algumas situações possam explicar esse fenômeno. A primeira diz respeito às informações referentes no banco utilizado para o cálculo do ICH, as quais não foram confirmadas ou podem conter erros que não refletem a realidade. A segunda foi de que não foi possível seguir igualmente o disposto no método devido à falta de algumas informações no banco de dados utilizados. E, por fim, a terceira pode refletir as próprias causas de mortalidade, já que o saneamento básico é a medida mais eficaz para reduzir a mortalidade na faixa etária de um a quatro anos e/ou decorrente por doenças infecciosas, situações essas pouco encontradas neste estudo. Também, ao analisar separadamente a relação de cada componente do saneamento básico com a TMM5, não foi encontrado correlação. Mesmo com esses possíveis vieses optou-se em manter este cálculo, a fim de servir de estímulo para que novas formas de avaliar ou considerar estes fatores sejam formulados/melhorados. **CONCLUSÕES:** A TMM5 no município de Chapecó, no período de 2009 a 2014, foi de 11,3 por mil nascidos vivos. Essa taxa, no município, pode ser insuficiente para reconhecer áreas que demandam estratégias específicas, pois houve uma desigualdade entre a maior e a menor TMM5 de aproximadamente 11 vezes entre os diferentes CSFs. A TMM5 foi maior na área rural do que na área urbana. Ademais, não houve relevância estatística entre a falta de saneamento básico e a mortalidade infância entre os CSFs. Contudo, considera-se que a deficiência de saneamento básico no município pode ter contribuído para a mortalidade na infância, no período estudado.

Palavras-chave: Mortalidade na infância. Saneamento básico. Perfis sanitários.

Fonte financiadora: Pibic/FAPE, Unochapecó.

FREQUÊNCIA ALIMENTAR DE CRIANÇAS COM IDADE ENTRE SEIS E DEZ ANOS ATENDIDAS POR UM PROGRAMA DE EXTENSÃO

Bruna da Silva Ravanello¹, Thaís Regina Somavila, Talita Menezes da Rosa, Aline Cristina Lalana, Roberta Lamonatto Taglietti

¹ Acadêmica de Nutrição da Unochapecó e bolsista do Programa Sorriso para a Vida: Consumo Alimentar, brunaravanello@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A infância e a adolescência são compreendidas como fases importantes de crescimento físico e desenvolvimento de habilidades, as quais requerem atenção especial e interdisciplinar. Nesse contexto, a alimentação apresenta-se como um importante determinante de saúde, o qual vem sendo apontado como um dos principais responsáveis pelos agravos à saúde da população, uma vez que a qualidade da alimentação afeta o seu crescimento e pode torná-lo vulnerável a doenças oportunistas e crônicas (SILVA, 2011). No Brasil, uma em cada três crianças apresenta excesso de peso (BRASIL, 2014). Para alguns autores, têm sido apontadas como causas da obesidade e sobrepeso a frequente ingestão de dieta com valor calórico elevado e o gasto energético diminuído, desencadeando patologias como hipertensão arterial sistêmica (HAS), diabetes tipo II e alguns tipos de câncer, com impacto mais pronunciado na morbidade do que na mortalidade (SIMON et al., 2009). Além disso, atualmente as crianças passam por transformações em seus hábitos alimentares que incluem a diminuição no consumo de cereais e vegetais como frutas, verduras e legumes, ao passo que vêm aumentando consideravelmente o consumo de alimentos não saudáveis (MENDES; CATÃO, 2010). É a partir desse diagnóstico que ações de educação alimentar e nutricional precisam ser desenvolvidas, objetivando e incentivando a prática de hábitos alimentares saudáveis e conseqüentemente promovendo saúde, levando em consideração que estes são ciclos de vida onde o aprendizado e a mudança de hábitos alimentares podem ser mais significativos, e somente através da relação entre educadores e profissionais nutricionistas será possível ser colocadas em prática as diversas alternativas pedagógicas, que visam melhorar a alimentação das crianças, abordando temas a fim de proporcionar uma educação em saúde, que não se limite a dar simples informações sobre assuntos de saúde, mas que provoque mudança no comportamento da criança (JUZWIAK; CASTRO; BATISTA, 2013). **OBJETIVO:** Avaliar a frequência alimentar dos últimos sete dias de crianças com idade entre seis e dez anos atendidas por um programa de extensão. **METODOLOGIA:** Este estudo foi realizado com 44 crianças com idade entre seis e dez anos, que participam de ações de promoção da saúde realizadas pelo programa de extensão Sorriso para a Vida na cidade de Chapecó (SC). Considerando que o objetivo é avaliar a frequência alimentar desse grupo de crianças, foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário de frequência alimentar elaborado pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2008) que questiona sobre o consumo de grupos alimentares nos últimos setes dias. A partir desse questionário, foi possível identificar a frequência semanal com que

Bruna da Silva Ravanello, Thaís Regina Somavila, Talita Menezes da Rosa, Aline Cristina Lalana, Roberta Lamonatto Taglietti

consomem alimentos minimamente processados e *in natura* como frutas, verduras e legumes, e alimentos processados e ultraprocessados como achocolatados, balas, biscoitos recheados, chocolates e salgadinhos. O questionário foi respondido pelas crianças com auxílio das bolsistas. Várias metodologias vêm sendo utilizadas para avaliar o consumo dietético de indivíduos em estudos epidemiológicos, objetivando a coleta de dados válidos, reprodutíveis e comparáveis. Dentre esses métodos, destaca-se o questionário de frequência alimentar, que é considerado o mais prático e informativo método de avaliação em estudos que investigam a associação entre o consumo dietético e a ocorrência de desfechos clínicos, em geral relacionados às doenças crônicas não transmissíveis (FIESBERG, 2005). **RESULTADOS:** Com relação ao consumo de alimentos minimamente processados e *in natura*, observou-se que um percentual maior ou igual a 50% das crianças referem consumo diário, sendo este fato positivo, visto as contribuições importantes desse grupo alimentar no suprimento de macronutrientes e micronutrientes essenciais para o adequado crescimento e desenvolvimento da criança. Entretanto, nove crianças relataram não consumir verduras e legumes nos últimos sete dias, fato que precisa ser considerado, uma vez que esses alimentos têm recomendação de consumo diário. Destaca-se, ainda, que apesar de a maioria das crianças apresentarem consumo diário de alimentos do grupo de *in natura* e minimamente processados, ele está associado ao consumo diário de alimentos processados e ultraprocessados, presentes na referência de consumo das crianças em um percentual maior ou igual a 50%, com destaque para biscoitos recheados, balas, chocolate e refrigerante. Algumas pesquisas apontam que tanto a alimentação inadequada como a inatividade física são fatores de risco importantes para o sobrepeso e obesidade em crianças em idade escolar (REGO; CHIARA, 2006; GARCIA et al., 2014). A oferta de alimentos está mudando em todo o mundo, e a disponibilidade de alimentos ricos em calorias, por conterem gordura e açúcar, mas com baixo valor nutricional, tem aumentado significativamente, mesmo para a população de baixa renda (POPKIN, 2006). Há evidências de que os hábitos alimentares adquiridos durante a infância influenciam a saúde durante a adolescência e a vida adulta. A partir dessas constatações, fica evidente a importância do conhecimento dos padrões alimentares para avaliar a necessidade de intervenções precoces durante a infância (SOUZA et al., 2013). A obesidade, quando adquirida durante a infância, tende a persistir na vida adulta, muitas vezes acompanhada de doenças crônicas relacionadas (SOUZA et al., 2013). Atualmente, os países desenvolvidos e em desenvolvimento definem estratégias para o controle de DCNT, que, por sua vez, resultam de uma conduta alimentar não saudável. Esse tipo de conduta reflete num padrão de dieta rica em alimentos com alta densidade energética, ricos em sódio, açúcares e gorduras e baixa concentração de nutrientes. Esses nutrientes apresentam uma relação direta com o aumento de sobrepeso, obesidade, diabetes, hipertensão, dislipidemias e doenças cardiovasculares. **CONCLUSÕES:** Com base nos resultados, é importante considerar que ações de educação alimentar e nutricional com foco na promoção de hábitos alimentares saudáveis precisam ser desenvolvidas com esse público, entendendo que constituem um grupo suscetível a uma rotina alimentar inadequada, consumindo com frequência alimentos que podem, em determinado espaço de tempo, se tornarem agressores à saúde, principalmente em públicos que estão passando por fase de desenvolvimento.

Palavras-chave: Crianças. Hábitos alimentares. Promoção da saúde.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Bruna da Silva Ravanello, Thaís Regina Somavila, Talita Menezes da Rosa, Aline Cristina Lalana,
Roberta Lamonatto Taglietti

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: MS, 2013. 84 p.

_____. _____. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. **Protocolos dos sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN na assistência à saúde**. Brasília: MS, 2008.

_____. _____. _____. **Relatórios Públicos**. Brasília: MS, 2014. Disponível em: <http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvan/relatorios_publicos/relatorios.php>. Acesso em: 30 set. 2015.

FISBERG, R. M. et al. **Inquéritos alimentares: métodos e bases científicos**. 1. ed. Barueri: Manole, 2005.

GARCIA, C. et al. Consumo alimentar: um estudo sobre crianças com sobrepeso e obesidade do Espaço Mãe Criança de Vera Cruz/RS. **Cinergis**, v. 15, n. 4, 2014.

JUZWIAK, C. R.; CASTRO, P. M. de; BATISTA, S. H. S. S. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 1009-1018, abr. 2013.

MENDES, K. L.; CATÃO, L. P. Avaliação do consumo de frutas, legumes e verduras por adolescentes de Formiga – MG e sua relação com fatores socioeconômicos. **Alimentação e Nutrição**, Araraquara, v. 21, n. 2, p. 291-296, abr./jun. 2010.

POPKIN, B. M. Global nutrition dynamics: the world is shifting rapidly toward a diet linked with noncommunicable diseases. **Am J Clin Nutr**. v. 84, p. 289-298, 2006.

REGO, A. L. V.; CHIARA, V. L. Nutrição e excesso de massa corporal: fatores de risco cardiovascular em adolescentes. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 19, n. 6, p. 705-712, nov./dez. 2006.

SILVA, D. A. et al. Percepção materna acerca do distúrbio nutricional do filho: um estudo compreensivo. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 15, n. 4, p. 498-503, out./dez. 2011.

SIMON, V. G. N. et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças de dois a seis anos matriculadas em escolas particulares no município de São Paulo. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 19, n. 2, p. 211-218, ago. 2009.

SOUZA, R. de L. V. de. et al. Padrões alimentares e fatores associados entre crianças de um a seis anos de um município do Sul do Brasil. **Cad. saúde pública**, v. 29, n. 12, p. 2416-2426, 2013.

TERRITÓRIO KAINGANG: PAISAGENS E IDENTIDADE ÉTNICA DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ

Camila Sissa Antunes¹, Rosa Salete Alba, Simoni A. Fortes de Jesus, Queila Ramos Giacomini, João Pablo dos Santos, Patricia Terebinto Lara, Janaina Furlan

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e docente efetiva na Unochapecó, camilasissa@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Atualmente, a presença indígena em nossa região tem como sua principal forma de organização no território a organização de TI (Terras Indígenas), que concentram em seu seio os descendentes dos povos que foram praticamente dizimados pelo processo colonizador. As TIs representam hoje uma pequena parcela de seus territórios tradicionais, e cabe mencionar que “[...] a concepção Kaingang de território ultrapassa evidentemente as fronteiras das terras a eles destinadas pelo Estado brasileiro. Estão incluídos neste território os locais onde estão enterrados seus antepassados e seus ‘umbigos’.” (NACKE, 2007, p. 38). A etnia Kaingang é uma das mais numerosas do Brasil e está localizada nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo Nacke (2007), o nome Kaingang pode ser traduzido como “povo do mato”, e este nome “[...] hoje diferencia este povo dos não-indígenas, ao mesmo tempo em que afirma a especificidade da sua identidade.” Este trabalho compõe as reflexões mais amplas desenvolvidas pelos professores e acadêmicos envolvidos no projeto de pesquisa e extensão “Espaço, paisagem e cultura na Terra Indígena Xapecó, Ipuçu/SC”, e apresenta reflexões a respeito do território indígena Kaingang, em uma abordagem que leva em consideração suas significações simbólicas e materiais. Partimos da análise teórica dos conceitos de território, paisagem e identidade étnica, enfatizando possíveis articulações empíricas a partir da pesquisa na aldeia sede Vankré (Terra Indígena Xapecó, município de Ipuçu/SC). A discussão territorial nesta pesquisa contribui na compreensão do processo de desterritorialização dos povos indígenas a partir da colonização, sua reterritorialização a partir da formação das reservas indígenas e como está se construindo novas territorialidades entre as comunidades. Reconhecer e entender a importância da territorialidade para os indígenas, em especial no oeste catarinense, deixa claro a compreensão da identidade étnica desses povos. O território é o principal elemento para a continuidade da cultura Kaingang e reafirmação de sua identidade. **OBJETIVO:** Analisar o território na aldeia sede Vankré, a partir das significações simbólicas e materiais e processos de territorialização, com vistas a contribuir na proposta de revitalização do ambiente construído para a comunidade indígena. **METODOLOGIA:** A coleta de dados contempla pesquisa bibliográfica; visitas a campo (observação, registro fotográfico e entrevistas); aplicação, compilação e análise dos dados do questionário aplicado em toda aldeia sede; mapeamento da aldeia, contemplando o registro detalhado do território. **RESULTADOS:** Partimos do pressuposto de que o território pode ser compreendido como uma das formas de expressão da identidade étnica do povo Kaingang. Renk (2007) nos aponta caminhos para pensar

Camila Sissa Antunes, Rosa Salete Alba, Simoni A. Fortes de Jesus, Queila Ramos Giacomini, João Pablo dos Santos, Patricia Terebinto Lara, Janaina Furlan

a presença indígena no oeste catarinense a partir das questões de território e alteridade. Dados preliminares do campo informam sobre alguns exemplos etnográficos de territorialização que constroem “sentidos de lugar” e colore o território a partir de significados, sentimentos e memórias. Assim, as formas pelas quais se materializam e são significadas diferentes relações com espaço da aldeia nos possibilita pensar em territorialidades, “[...] mais do que território, a territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato [...] é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território.” Até o momento, selecionamos as seguintes categorias para análise do território: habitação; águas e lugares sagrados; espaços coletivos e caminhos. Com relação às habitações, segundo alguns estudos arqueológicos brasileiros, as primeiras construções indígenas Kaingang foram subterrâneas, encontradas em São Paulo, Paraná e principalmente em Santa Catarina, onde são caracterizadas por terem o formato circular, escavadas na terra, com um tamanho médio registrado de dois a 13 metros de diâmetro. Atualmente, as famílias Kaingang vivem em casas de alvenaria, madeira ou em casas de pau a pique. Não existe uma padronização das casas, já que cada família possui a casa referente a sua condição econômica. Na aldeia Xaçepó, encontramos as mais diversas tipologias, em que o número de pessoas por família também varia. Os telhados mantêm o padrão de duas águas, com telhas de cimento, barro e até “brasilit”. A disposição dessas habitações está próxima às áreas de plantio de cada família, formando alguns núcleos, com a existência de ruas. Segundo D’Angelis e Veiga (2003), em Santa Catarina e no sudoeste do Paraná, durante o auge a exploração madeireira pelas serrarias da própria Funai em áreas como Xaçepó e Mangueirinha, construíram-se casas em tamanho maior, com cerca de 56 m², cobertas de telhas de cimento amianto, sempre pintadas de azul. Com o tempo, a Funai começou a trazer mais qualidade de vida para os indígenas em suas habitações em meados dos anos 1990, quando com uma parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FNS), os índios passaram a possuir uma rede de captação de água encanada, juntamente com a instalação e tubulações para tanques de lavar roupas, chuveiros e vaso sanitário com fossa. A evolução dessas habitações seguem diversos caminhos durante a história, onde em cada região do Brasil as influências foram diferentes. Alguns documentos antigos foram encontrados e descrevem as comunidades Kaingang no Brasil, onde as suas casas são descritas de formas diferentes e distintas, devido a própria diversidade, por estarem localizadas em diferentes pontos do Brasil, ou seja, não há um padrão de reprodução dessas habitações. É objetivo de nossa investigação a compreensão dos núcleos de casas e motivações para seu ordenamento no território. De forma complementar, em nossas incursões ao campo, percebemos a importância das águas ao analisar o território, faz-se menção ao uso das águas (para lazer e outras práticas) e também se identifica a importância das águas sagradas (nascentes de água que permanecem em meio à mata e fornecem a água para rituais e feitura de remédios e abrigam atividades cerimoniais como batizados). Na TI Xaçepó estamos mapeando estes locais, em que se atribuem significações simbólicas sagradas. Os espaços coletivos constituem importantes eixos analíticos para pensar a territorialização na aldeia, pois agregam atividades e manifestações que podem indicar possíveis articulações entre espaço e cultura. Os principais espaços coletivos são a escola e o posto de saúde. Sua importância para a comunidade, caracterização histórica, geográfica e arquitetônica fazem parte dos temas que serão desenvolvidos no decorrer da pesquisa. As categorias analíticas para pensar o território Kaingang que selecionamos (habitação, águas, espaços coletivos e caminhos), ainda permanecem em construção, no entanto, já demonstram temas interessantes para pensar a relação entre território e identidade étnica,

Camila Sissa Antunes, Rosa Salete Alba, Simoni A. Fortes de Jesus, Queila Ramos Giacomini, João Pablo dos Santos, Patricia Terebinto Lara, Janaina Furlan

conformando formas de afirmação e ressignificação da cultura indígena Kaingang em contextos de relações interétnicas e luta por direitos. **CONCLUSÕES:** O projeto promove uma aproximação da universidade e a comunidade, permitindo aos bolsistas e professores envolvidos uma aproximação com a cultura indígena. A perspectiva é que os resultados do projeto possam ampliar os conhecimentos sobre a realidade local e contribuir para o seu desenvolvimento, especialmente através da produção do mapeamento da área a partir das pesquisas, que consolidarão uma proposta de revitalização da paisagem na TI Xapecó.

Palavras-chave: Território. Kaingang. Identidade étnica.

Fonte financiadora: Recursos do Artigo 171 e Fundes, Santa Catarina.

Referências

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; VEIGA, Juracilda. Habitação e acampamentos Kaingang hoje e no passado. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 17, n. 18, p. 213-242, dez. 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 73.

NACKE, Aneliese. Os Kaingang: passado e presente. In: _____; RENK, Arlene; PIOVEZANA, Leonel; BLOEMER, Neusa M. S. **Os Kaingang no Oeste Catarinense:** tradição e atualidade. Chapecó: Argos, 2007.

RENK, Arlene. Território e Alteridade: construções sociais do oeste catarinense. In: NACKE, Aneliese; RENK, Arlene; PIOVEZANA, Leonel; BLOEMER, Neusa M. S. **Os Kaingang no Oeste Catarinense:** tradição e atualidade. Chapecó: Argos, 2007.

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE COLIFORMES E *Staphylococcus aureus* EM HORTALIÇAS MINIMAMENTE PROCESSADAS COMERCIALIZADAS EM CHAPECÓ (SC)

Camila Zamprogna¹, Chariane Werlang, Raquel Zeni Ternus

¹Acadêmica de Ciências Biológicas da Unochapecó, camilazamprogna@gmail.com

INTRODUÇÃO: Com o aumento da procura por alimentos prontos para consumo, novas tecnologias vêm sendo desenvolvidas para o processamento de alimentos (LIMA et al., 2003). Nesse contexto, alimentos frescos estão atraindo a atenção dos consumidores, e o mercado de hortaliças apresenta significativo aumento desde a década de 1990, promovendo a ascensão dos produtos processados frescos que apresentam vida útil prolongada, qualidade sensorial e nutritiva (OLIVEIRA; VALLE, 2000), além de reduzir o desperdício (CENCI, 2000), e fornecer uma grande variedade de vitaminas, minerais e outros fitoquímicos que são importantes para a saúde humana (TOURNAS, 2005). No entanto, esses produtos são mais perecíveis quando comparados ao mesmo produto intacto, uma vez que são submetidos a processos que causam acentuado estresse físico. Esses danos mecânicos aceleram o metabolismo, elevando a taxa respiratória e aumentando a velocidade de deterioração (PICOLI et al., 2010). Essas injúrias provocadas no tecido vegetal através do processamento mínimo aumentam a exposição de tecidos provocando alterações fisiológicas, químicas e microbiológicas. Dessa forma, hortaliças minimamente processadas têm sido associadas à contaminação microbiana, que podem influenciar nas características sensoriais ou até mesmo causar enfermidade à saúde dos seres humanos (NASCIMENTO; SILVA; CATANOZI, 2003; PINHEIRO et al., 2005). Dentre os contaminantes microbiológicos estão os Coliformes, um grupo de enterobactérias fermentadoras de lactose que têm a presença diretamente relacionada com a contaminação de origem fecal do produto; e a bactéria *Staphylococcus aureus*, classificada pela International Commission on Microbiological Specifications for Foods (ICMSF) no grupo de risco III, que inclui doenças de perigo moderado, de curta duração, sem ameaça de morte ou sequelas, mas que causam um severo desconforto. Para assegurar as qualidades do produto, a Anvisa estipula um valor máximo de 5×10^6 UFC/g para coliformes termotolerantes (a 45 °C) para o grupo de alimentos designados como hortaliças, legumes e similares, frescas, *in natura*, preparadas (descascadas, selecionadas ou fracionadas) sanificadas, refrigeradas ou congeladas, para consumo direto. Por se tratar de alimentos previamente higienizados, esses vegetais devem atender às condições mínimas de qualidade e não apresentar riscos ao consumidor. **OBJETIVO:** Avaliar microbiologicamente hortaliças minimamente processadas comercializadas em estabelecimentos comerciais (supermercados) do município de Chapecó (SC) pela quantificação de micro-organismos indicadores de qualidade. **METODOLOGIA:** Considerando que os produtos comercializados em cada rede são originados dos mesmos fornecedores,

Camila Zamprogna, Chariane Werlang, Raquel Zeni Ternus

foram selecionadas duas redes de supermercados e realizada a coleta de seis amostras, e o procedimento adotado foi similar ao de um consumidor comum. Foram realizadas análises microbiológicas de contagem de coliformes totais e termotolerantes (a 45 °C) e contagem de *Staphylococcus* coagulase positiva para amostras de couve manteiga (*Brassica oleracea* var. *acephala*), cenoura (*Daucus carota*), alface (*Lactuca sativa*), cebola (*Allium cepa*), cabotiá (*Cucurbita maxima* x *Cucurbita moschata*) e repolho roxo (*Brassica oleracea*) de acordo com metodologias descritas por Silva, Junqueira e Silveira (2001) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2003). Para contagem de coliformes totais e termotolerantes, o plaqueamento foi de profundidade em ágar Bile Vermelho Violeta (VRBA) e incubados a 45 °C durante 24 h. Após esse tempo, as colônias que cresceram foram testadas em caldo VB e caldo EC. Para contagem de *Staphylococcus aureus*, o plaquamento foi de superfície em ágar Baird-Parker (BP) acrescido de gema de ovo e incubado por 48 h. Após esse período, foram selecionadas três colônias típicas e três atípicas e testadas para coagulase, catalase, oxidase e Gram. **RESULTADOS:** Os resultados obtidos se mantiveram acima dos parâmetros máximos recomendados pela Anvisa (BRASIL, 2001) para Coliformes a 45 °C para 33,33% das amostras analisadas. Para *Staphylococcus aureus*, a presença foi confirmada apenas em uma das amostras (16,67%), porém, como a legislação não define critérios e padrões microbiológicos para este micro-organismo, considera-se que estes resultados não inviabilizam a comercialização do produto. **CONCLUSÕES:** Apesar dos resultados relevantes, indicando elevada frequência de coliformes a 45 °C em hortaliças minimamente processadas comercializadas no município de Chapecó e caracterizando estes como produtos impróprios para o consumo, mais análises devem ser feitas para possibilitar uma comparação e estudo dos resultados. Contagens elevadas de coliformes totais podem indicar condições higiênico-sanitárias insatisfatórias no processamento ou pós-processamento, diminuir a vida útil dos produtos e representar um risco para a saúde do consumidor. Além disso, a presença de coliformes e de *Staphylococcus aureus* nas amostras pode indicar falta de cumprimento com as Boas Práticas de Fabricação, manipulação inadequada e/ou uso de equipamentos em más condições sanitárias. Diante disso, é necessário que haja um maior controle no processo de industrialização desses alimentos. Além de diferentes redes de supermercados, é preciso comparar os dados de dois ou mais fornecedores para chegar a resultados mais conclusivos. Pesquisas como esta contribuem para o aumento de informações sobre este tipo de produto que está sendo inserido no comércio regional, de forma a assegurar que boas práticas de manuseio sejam empregadas, oferecendo ao consumidor um alimento seguro.

Palavras-chave: Minimamente processados. Coliformes. *Staphylococcus aureus*.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária (DISPOA). **Oficializa os Métodos Analíticos Oficiais para Análises Microbiológicas para Controle de Produtos de Origem Animal e Água.** Brasília: MAPA, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Aprova o Regulamento Técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos.** Brasília: MS, 2001.

Camila Zamprogna, Chariane Werlang, Raquel Zeni Ternus

CENCI, S. A. Pesquisa em processamento mínimo de hortaliças no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE PROCESSAMENTO MÍNIMO DE FRUTAS E HORTALIÇAS, 2., 2000, Viçosa, MG. **Anais...** Viçosa: UFV, 2000.

ICMSF – International Commission on Microbiological Specifications for Food. **Microorganisms in Foods 7.** Microbiological Testing in Food Safety Management. New York: ICMSF, 2002.

LIMA, K. S. et al. Cenouras minimamente processadas em embalagens com atmosfera modificadas e tratadas com radiação gama: avaliação microbiológica, físico-química e química. **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, Campinas, v. 23, n. 2, maio/ago. 2003.

NASCIMENTO, M. S.; SILVA, N.; CATANOZI, M. P. L. M. Avaliação microbiológica de frutas e hortaliças frescas, comercializadas no município de Campinas – SP. **Higiene Alimentar**, v. 17, n. 114-115, p. 73-76, 2003.

OLIVEIRA, E. C. M.; VALLE, R. H. P. Aspectos microbiológicos dos produtos hortícolas minimamente processados. **Higiene Alimentar**, v. 11, n. 78-79, p. 50-54, 2000.

PICOLI, A. A. et al. Avaliação de biorreguladores no metabolismo secundário de beterrabas inteiras e minimamente processadas. **Bragantina**, Campinas, v. 69, n. 4, dez. 2010.

PINHEIRO, N. M. de S. et al. Avaliação da qualidade microbiológica de frutos minimamente processados comercializados em supermercados de Fortaleza. **Rev. Bras. Frutic.**, Jaboticabal, v. 27, n. 1, p. 153-156, abr. 2005.

SILVA, Neusely da; JUNQUEIRA, Valéria C. A.; SILVEIRA, Neliane F. A. **Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos**. 2. ed. São Paulo: Varela, 2001.

TOURNAS, V. H. Moulds and yeasts in fresh and minimally processed vegetables, and sprouts. **International of Food Microbiology**, v. 99, n. 1, p. 71-77, 2005.

AMBIENTE E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: PRÁTICAS E PERCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE O AUTOCONSUMO

Camila Kunzler¹, Beatris Aparecida Arezi, Marcia Aparecida Souza,
Maria Assunta Busato, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara Gallina

¹Acadêmica de Nutrição da Unochapecó, camilakunzler@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A alimentação é um fator predisponente para a saúde das pessoas, por isso é importante que todos tenham uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades essenciais e que estes alimentos estejam disponíveis de forma permanente, pois as práticas alimentares devem ser promotoras de saúde, garantindo a segurança alimentar e nutricional dos indivíduos (BRASIL, 2007). Para a produção de alimentos saudáveis é importante que as condições do ambiente sejam favoráveis a essa qualificação, considerando a qualidade da água, do solo, dos produtos utilizados como fertilizantes, bem como as condições do clima e do manejo da produção. Na agricultura familiar há uma grande diversidade de produtos e de alimentos. Os alimentos que o grupo familiar decide cultivar e a diversificação desses também é baseada no espaço disponível para a cultura, em que a produção não é destinada apenas para o mercado, mas se caracteriza pela produção para o autoconsumo, visando a garantia da segurança alimentar do grupo familiar (MINETTO, 2013). **OBJETIVO:** Identificar e compreender as práticas relativas à produção e autoconsumo de alimentos de agricultores familiares do município de Quilombo (SC). **METODOLOGIA:** Essa pesquisa é do tipo exploratório, quantitativo e descritivo. A população estudada foi de 38 famílias cujos filhos estudam na Escola Familiar Rural Santo Agostinho do município de Quilombo. No primeiro momento, foi realizado um encontro com os estudantes na escola, ocasião em que foi apresentado o estudo proposto, bem como foi entregue o questionário para que fosse levado aos seus familiares e respondido. **RESULTADOS:** Entre as famílias estudadas, todas têm produção de alimentos para autoconsumo sem o uso de agrotóxicos, com cerca de quarenta alimentos. Para a comercialização, com o uso de agrotóxicos, são 34 produtos. Observa-se que, entre eles, dez produtos, como frutas, verduras e legumes (alface, couve, pepino, mamão, amendoim, temperos, bergamota, agrião, alho e rabanete), são produzidos somente para consumo da família e não comercializados, indicando que os agricultores optam por não utilizar agroquímicos nas plantações para o autoconsumo. É importante destacar que os principais alimentos produzidos com agrotóxicos e comercializados são os cereais e os sem agrotóxicos para consumo são as frutas, verduras e legumes. **CONCLUSÕES:** As práticas de produção para autoconsumo das famílias estudadas estão associadas à sua segurança alimentar e suas estratégias são feitas de forma a produzir para

Camila Kunzler, Beatris Aparecida Arezi, Marcia Aparecida Souza, Maria Assunta Busato,
Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciana Gallina

o consumo, em sua maioria, alimentos sem o uso de agrotóxicos. Deve haver fortalecimento de ações para a produção de alimentos livres de agrotóxicos, assim como o incentivo dessa produção para garantir a alimentação saudável de pessoas que dependem da compra, além de melhorias no processo da produção e autoconsumo.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Agricultores. Consumo de alimentos.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Alimentação saudável e sustentável**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 92 p.

MINETTO, Marita. Produção de alimentos para autoconsumo na agricultura familiar em Santo Ângelo/RS. **Cadernos de Agroecologia**, Cruz Alta, v. 8, n. 2, p. 1-5, nov. 2013.

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE HORTALIÇAS MINIMAMENTE PROCESSADAS: ENTRE A QUALIDADE E A PRATICIDADE

Chariane Camila Werlang¹, Camila Zamprogna,
Raquel Zeni Ternus, Josiane Maria Muneron de Mello

¹ Acadêmica de Ciências Biológicas da Unochapecó, chariane@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: À medida que os hábitos alimentares se tornam mais modernos, certa praticidade e consumo direto são exigidos na produção de alimentos (GERMANO; GERMANO, 2011), uma vez que o mercado de alimentos minimamente processados tem se apresentado como uma tendência, por oferecer inúmeros benefícios para o consumidor, pois o processamento mínimo torna ainda mais ampla a possibilidade de consumir rapidamente alimentos semelhantes ao fresco, em embalagens econômicas, prontos para o preparo ou consumo direto (MORETTI, 2003), com vida útil prolongada. No Brasil, tornaram-se um mercado importante, e grandes redes de supermercados são responsáveis por 10 a 13% do total de vendas (SILVA; FERNANDES, 2003). Porém, as muitas etapas de preparação por quais passam os itens a serem processados, incluindo pré-seleção, classificação, lavagem, corte, sanitização, secagem, centrifugação, embalagem e armazenamento refrigerado, preconiza higiene (FANTUZZI; PUSCHMANN; VANETTI, 2004). Com os danos físicos ocasionados pelos cortes, descascamento ou injúria, são liberadas enzimas e nutrientes decorrentes de lise celular, que tornam o desenvolvimento microbiano mais acelerado, deteriorando a aparência e sabor do alimento que antes tinha aspecto e sabor iguais ao produto *in natura*. Além disso, a manipulação do alimento e o contato com o ar podem ocasionar a contaminação e posterior multiplicação de bactérias e fungos. O baixo pH juntamente com a temperatura e luminosidade do armazenamento também contribuem para o aparecimento de patógenos, tais como *Salmonella*, *Shigella* e *Escherichia coli* (SILVA et al., 2007). O conhecimento de características da fisiologia de vegetais frescos é amplo, mas ainda deve-se expandir conhecimento sobre as especificidades da produção de alimentos minimamente processados (BRECHT et al., 2007) levando em consideração cada etapa do processo e como estas afetam as características físicas e microbiológicas de cada produto minimamente processado. **OBJETIVOS:** Avaliar a qualidade microbiológica de vegetais minimamente processados, comercializados em supermercados da cidade de Chapecó (SC), através da quantificação de micro-organismos indicadores e pesquisa de *Salmonella*. **METODOLOGIA:** Para a coleta de amostras, o procedimento adotado foi semelhante ao de um consumidor comum, por meio de observação das hortaliças em supermercados que distribuem produtos de fabricantes externos. Foram escolhidas seis amostras de um único produtor, de dois supermercados diferentes: couve manteiga (*Brassica oleracea* var. *acephala*), cenoura (*Daucus carota*), alface (*Lactuca sativa*), cebola (*Allium cepa*), cabotiá (*Cucurbita moschata*) e repolho roxo (*Brassica oleracea* var. *capitata*). As amostras foram obtidas no mesmo dia do ensaio microbiológico, e o

Chariane Camila Werlang, Camila Zamprogna, Raquel Zeni Ternus, Josiane Maria Muneron de Mello

intervalo entre compra e ensaio foi de no máximo três horas. A preparação das amostras seguiu os processos de corte e retirada de unidade analítica de 25 g e acondicionamento em sacos plásticos estéreis para ensaios microbiológicos. Asépticamente, foram adicionados 225 mL de água peptona e homogeneizadas em homogeneizador tipo Stomacher e, a partir dessa, foram preparadas quatro diluições. Para a contagem de micro-organismos mesófilos, o meio ágar Padrão para Contagem (PCA) foi usado em técnica de plaqueamento por profundidade (pour-plate). O tempo de incubação foi de 48 horas, a 36 °C, em estufa bacteriológica. A contagem foi feita apenas em placas que apresentaram contagem entre 25 a 250 unidades formadoras de colônia (UFC). Os bolores e leveduras foram cultivados em ágar Batata Dextrose (BDA) seguindo o método de espalhamento em superfície. As placas foram incubadas em estufa bacteriológica a 25 °C por três a cinco dias. A pesquisa de *Salmonella* em 25 g de hortaliça foi realizada com pré-enriquecimento, em caldo lactosado, com incubação a 35 °C, por 24 h, seguida de enriquecimento seletivo, em caldo tetracionato e caldo Rappaport incubados, respectivamente, a 35 °C e 42 °C, por 24 h. O isolamento de *Salmonella* foi realizado em ágar Xilose Lisina Desoxicolato, ágar Hectoen e ágar Bismuto sulfito incubados a 35 °C, por 24-48 h. A identificação de *Salmonella* foi realizada pelas seguintes determinações: teste de TSI, teste de LIA, coloração de Gram, teste de urease, teste de vermelho de metila e Voges-Proskauer, teste de malonato, teste de indol, teste de fermentação do dulcitol e teste de urease. **RESULTADOS:** Com relação a contagem de micro-organismos mesófilos aeróbios viáveis, estas variaram de $4,5 \times 10^{0,02}$ UFC/g a $7,0 \times 10^5$ UFC/g para couve manteiga e alface, $1,0 \times 10^5$ UFC.g⁻¹ e $4,3 \times 10^5$ UFC.g⁻¹ para cebola e cenoura e $5,3 \times 10^5$ UFC.g⁻¹ tanto para cabotai quanto para repolho roxo. Nenhuma das amostras analisadas apresentou contagem de bolores e leveduras. Da totalidade das amostras analisadas, 16,66% apresentaram contaminação por *Salmonella*, evidenciando que a sanitização não proporcionou a eliminação total do patógeno. **CONCLUSÕES:** Os resultados quanto a micro-organismos mesófilos foram preocupantes, uma vez que cinco das seis amostras mostraram valores elevados, indicando falhas de higienização no processamento das amostras coletadas e representando um real risco à saúde da comunidade local. Patógenos mesófilos podem ser introduzidos na área de processamento por vários vetores e podem se estabelecer e multiplicar, particularmente em locais da área de processamento que são difíceis de limpar e sanitizar, tornando-se focos de contaminação (TRESSELER et al., 2009). A presença de fungos em número elevado é indesejável quando se fala de qualidade microbiológica, porque são capazes de produzir grandes variedades de enzimas, as quais provocam a deterioração de frutos. Além disso, muitos bolores podem produzir metabólitos tóxicos quando estão se desenvolvendo nos alimentos (PINHEIRO et al., 2005). Patógenos como *Salmonella* podem se estabelecer em locais de processamento devido à falta de higiene ou descuido na operação de processos normalmente ligados a corte e lavagem dos produtos sem o devido cuidado com a higienização das mãos, após o contato com fontes de contaminação (ICMSF, 2002). Sabe-se que muitas infecções alimentares estão relacionadas com a presença de *Salmonella*, configurando um perigo para a saúde, uma vez que a presença desse patógeno deixa o produto impróprio para o consumo (MENEZES; MOREIRA, 2012). Considerando os resultados elevados de patógenos encontrados e o fato de que não há legislação específica para alimentos minimamente processados, pesquisas como esta podem trazer informações sobre o real estado do processo mínimo de alimentos no Brasil, e como ele pode ser melhorado a médio e longo prazo, principalmente em regiões de forte produção de agrícola como a do oeste de Santa Catarina. Por fim, são necessários mais estudos sobre o estado do processamento mínimo de

Chariane Camila Werlang, Camila Zamprogna, Raquel Zeni Ternus, Josiane Maria Muneron de Mello

frutas e hortaliças, que beneficiarão não só a região onde esses produtos são produzidos, mas também a comunidade consumidora destes, assim ajudando na implantação de boas práticas, para a melhoria da qualidade dos alimentos e uma possibilidade de agregação de valor aos produtores da região.

Palavras-chave: *Salmonella*. Qualidade. Minimamente processados.

Fonte financiadora: Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina, Edital N.004/REITORIA/2015 da UnoChapecó.

Referências

BRECHT, J. K. et al. **Manual de Processamento Mínimo de Frutas e Hortaliças**. Brasília: Sebrae, 2007.

FANTUZZI, E.; PUSCHMANN, R.; VANETTI, M. C. D. Microbiota contaminante em repolho minimamente processado. **Ciê. Tecnol. Aliment.**, v. 24, n. 2, p. 207-211, abr./jun. 2004.

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos**. São Paulo: Varela, 2011.

ICMSF – International Commission on Microbiological Specifications For Food. **Microorganisms in Foods 7. Microbiological Testing in Food Safety Management**. New York: ICMSF, 2002.

MENEZES L. M.; MOREIRA V. S. Análise Microbiológica de Abóbora Minimamente Processada e Comercializada em Feira Livre no Município de Itapetinga - BA. **Journal of Health Sciences**, v. 14, n. 3, 2012.

MORETTI, C. L. (Org.). **Hortaliças Minimamente Processadas**. Brasília: Embrapa, 2003.

PINHEIRO, N. M. de S. et al. Avaliação da qualidade microbiológica de frutos minimamente comercializados em supermercados de Fortaleza. **Rev. Bras. Frutic.**, Jaboticabal, v. 27, n. 1, p. 153-156, abr. 2005.

SILVA, C. A. B.; FERNANDES, A. R. (Eds.). **Projetos de empreendimentos agroindustriais: produtos de origem vegetal**. Viçosa, UFV, 2003. v. 2.

SILVA, N. et al. Ocorrência de *Escherichia coli* O157:H7 em vegetais e resistência aos agentes de desinfecção de verduras. **Ciê. Tecnol. Aliment.**, v. 23, n. 2, p. 167-173, 2003.

TRESSELER, J. F. M. et al. Avaliação da qualidade microbiológica de hortaliças minimamente processadas. **Ciênc. agrotec.**, Lavras, v. 33, p. 1722-1727, 2009.

PROPOSIÇÃO DE UM ÍNDICE h PARA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NACIONAL

Caroline Dallacorte¹, Cinthia Luana Simioni, Claudio Alcides Jacoski

¹ Mestranda em Tecnologia e Gestão da Inovação da Unochapecó, carold@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O desenvolvimento da produção científica pode ser considerado como um fator-chave para sustentabilidade e desenvolvimento do País, uma vez que a atual conjuntura global imprime uma condição de exigência para utilização do conhecimento para geração de novos produtos e processos inovadores para ganho de competitividade. A cienciometria e a bibliometria são métodos quantitativos e qualitativos de investigação, que utilizam as referências bibliográficas para avaliar a produção científica, impacto e visibilidade de autores e instituições dentro de uma comunidade científica. Através de índices como o fator de impacto é possível mensurar a produção científica de autores que, apesar de possuírem uma produção baixa, desenvolveram material significativo. Essas quantificações estão presentes em diversas bases *on-line*, como Scopus, Google Acadêmico, *ScienceDirect*, além de serem mensuradas através de bases estatísticas como o *Journal Citation Reports* e *Snowball Metrics*, que permitem avaliar e comparar publicações, utilizando dados extraídos da comunidade científica para verificar a relevância de um pesquisador, publicação e/ou universidade. As redes sociais para pesquisadores, como *ResearchGate* e *Academia.edu* também merecem destaque, uma vez que estimulam o *benchmarking* e a produção de novas pesquisas. Ainda nesse sentido, destaca-se o método do índice h , utilizado para estimar a produtividade e o impacto do trabalho em uma pesquisa ao mesmo tempo, tendo como base os artigos mais citados. Algumas características são apresentadas pelo índice como sendo um valor que nunca decresce no decorrer da trajetória de um pesquisador, onde seu aumento não é linear, pois o indicador não é totalmente influenciado pelo número de trabalhos publicados, mas está fortemente associado ao número de citações e depende também da natureza da área do pesquisador. Apresenta vantagens voltadas à possibilidade de combinação da quantidade e impacto de pesquisa em um único indicador, a possibilidade de ser obtido por qualquer pessoa com acesso à base de dados e pela oportunidade de caracterizar a produtividade científica de um pesquisador com objetividade, tendo assim um desempenho melhor do que outros indicadores isolados. Outras vantagens são apontadas, como quanto maior o número de artigos de grande interesse publicado pelo pesquisador, maior será o número de citações alcançadas, e maior será seu índice h , refletindo a qualidade acadêmico-científica do pesquisador e sua capacidade produtiva. Dessa forma, pode-se dizer que o índice h é o resultado do equilíbrio entre o número de publicações e o número de citações. Para realização da referida pesquisa, utilizou-se o infoHab, que é um Centro de Referência e Informação em Habitação, liderado pela Associação Nacional de Tecnologia do

Caroline Dallacorte, Cinthia Luana Simioni, Claudio Alcides Jacoski

Ambiente Construído (Antac) e tem como objetivo facilitar o acesso à informação, abordando todos os conteúdos da construção civil e oferecendo produtos e serviços que possam servir de auxílio nas etapas processo/ciclo de geração do conhecimento. Foi criado em 1999, tendo o apoio de diversas universidades parceiras, e atualmente concentra a sua coordenação na Unochapecó, que encarrega-se dos aspectos operacionais de logística e funções técnico-administrativas. A utilização do índice h para o infoHab será fundamental para engrandecer publicações e pesquisadores, além de estimular os autores a cadastrarem seus artigos e acompanharem o seu impacto científico. **OBJETIVO:** Criar uma proposta de índice h de autores que possuem trabalhos cadastrados no site do infoHab, através da busca de citações em trabalhos que estão contidos no acervo. **METODOLOGIA:** Com o intuito de formular uma proposta para a estruturação do índice h na página do infoHab, estudaram-se alguns modelos que empregam a utilização do índice h, sendo eles o Scopus e Google Acadêmico. No Google Acadêmico, com a permissão do usuário, é possível ter acesso ao índice de citações, incluindo o índice h. Enquanto que na base Scopus, além de ter acesso ao número total de citações e índice h, pode-se ainda obter o número total de documentos publicados pelo autor, avaliando o impacto e os níveis de engajamento da pesquisa na comunidade científica, dando credibilidade ao pesquisador. Para a execução da metodologia, foram avaliadas ferramentas e gerenciadores de referência, dentre eles: *Mendeley*, *Altmetric*, ferramentas *Oracle* e *Lucene*. Nessa etapa, avaliou-se as potencialidades de cada recurso para auxiliar na melhor forma de reconhecimento dos trabalhos de cada autor que estão cadastrados no infoHab, assim como contabilizar as citações dos documentos presentes no acervo do *site*. Após a avaliação das ferramentas, empregou-se na pesquisa os recursos da ferramenta *Oracle*, inclusive por constituir-se no banco utilizado pelo infoHab. **RESULTADOS:** Como um dos primeiros passos para implantar o sistema, analisou-se a base, buscando o número de documentos que permitem a extração de textos e os que estão construídos como imagem (PDF – *Portable Document Format*), realizando-se um estudo para identificação da leitura da referência dos documentos. Buscou-se a inter-relação entre os trabalhos existentes e as referências contidas na base, para que a partir daí pudesse ser gerado o índice h. A implantação do sistema permite identificar os autores cadastrados através das ferramentas do próprio sistema gerenciador de banco de dados *Oracle (interMedia)* para verificar quais autores e quantos trabalhos possuem na base. A partir deste, através de processo automatizado, são buscadas as palavras-chave do sobrenome do autor, bem como termos específicos do título de cada trabalho, a fim de identificar quantas citações cada um dos trabalhos de cada autor possui no infoHab. Após essa identificação, gera-se um gráfico que apresenta os resultados calculando o índice h para cada autor, onde cada trabalho terá *link* específico que levará as informações do autor contendo seu índice. Além disso, no momento em que o usuário realiza o *login* no *site*, é apresentado um *ranking* de autores com maior índice h na página principal, estimulando os autores a enviarem os seus trabalhos para cadastramento. A contagem do índice é realizada pela busca de nome e trabalho de um autor na parte de referências do PDF, através de consultas na base de dados. Todo o processo é automatizado com uma rotina em *php*, uma vez que a base é atualizada com novos acervos diariamente. Com a nova proposta no *site* do infoHab, cada autor poderá cadastrar seu trabalho, que será avaliado por um corpo técnico do infoHab. Para trabalhos já cadastrados e que não possuem texto completo ou estejam com alguma informação pendente, uma notificação será exibida no momento em que o autor realizar o *login* na página, solicitando as informações que estão em pendência. **CONCLUSÕES:** O conhecimento e a produção científica proporcionam o crescimento da competitividade e prestígio dos países, com chances de aumentar

Caroline Dallacorte, Cinthia Luana Simioni, Claudio Alcides Jacoski

a riqueza nacional e o bem-estar da população. Nota-se que a utilização da métrica do índice h para caracterizar produções científicas vem exercendo influência sobre a cultura de publicação de várias áreas do conhecimento, possuindo muitas vantagens e se destacando devido à possibilidade de utilização de uma única medida para caracterizar o impacto da produção científica. A possibilidade de mensurar a relevância dos pesquisadores da área de construção civil contribui significativamente na valorização de tais investigadores. Dessa forma, a proposta apresentada atingiu os objetivos estabelecidos, criando uma proposta de índice h de autores que possuem trabalhos cadastrados no infoHab, através da busca de citações em trabalhos que estão contidos no acervo do mesmo, uma vez que torna possível medir a quantidade e qualidade da produção científica dos pesquisadores dessa área. Com a reestruturação do *site* infoHab e a criação do índice h de cada autor, espera-se que haja maior aproximação dos pesquisadores com a página, incentivando a sua participação e envio de trabalhos, uma vez que almeja-se incorporar este índice ao currículo *lattes*, possibilitando a visualização do impacto desses pesquisadores na página. Portanto, este estudo permite que a comunidade aprofunde ainda mais os conhecimentos a respeito da natureza da produção científica na área da construção civil, apoiando e estimulando a evolução dos pesquisadores.

Palavras-chave: Produção científica. Índice h. Construção civil.

Fontes financiadora: Finep e CNPq.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: ÁREA HABITACIONAL

Clarete Trzcinski¹, Aronildo Pereira Flor

¹ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, clarete@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A trajetória da Política Habitacional no Brasil tem sido marcada por mudanças na concepção e no modelo de intervenção do poder público, especialmente no que se refere ao equacionamento do problema da moradia para a população de baixa renda. A história mostra que muitos avanços surgiram na área, entretanto, com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, o planejamento na área habitacional retoma suas ações a partir da instituição do Ministério das Cidades, em 2003, e pela aprovação da Lei n. 11.124/2005, que pretendem concretizar a gestão compartilhada entre sociedade civil e administração pública, dispostas na Constituição Federal de 1988. O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, assim como a aprovação do projeto de lei que instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), antiga reivindicação dos movimentos de moradia. A adesão ao Sistema e o repasse financeiro para estados e municípios pressupõem, conforme regras estabelecidas, a implantação do fundo de habitação, gerido por conselho com participação popular, e ainda a formulação do plano de habitação de interesse social, responsável pela definição das diretrizes e prioridades da política na escala local. O FNHIS prevê a aplicação de recursos federais subsidiados, permitindo assim o atendimento às necessidades habitacionais direcionadas à população de menor renda (CARDOSO; SILVEIRA, 2011). Os pilares do SNHIS são o Fundo, o Conselho Gestor e o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). O Fundo possui natureza contábil e centraliza os recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de baixa renda. Entre as receitas que o compõem estão recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAZ) e outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FNHIS; dotações do Orçamento Geral da União (OGU), classificadas na função de habitação; recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação; contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais; receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FNHIS; receitas decorrentes da alienação dos imóveis da União; e outros recursos que lhe vierem a ser destinados. Para gerir esse fundo, foi instituído o Conselho Gestor do FNHIS, que é um órgão de caráter deliberativo, composto de forma paritária por órgãos e entidades do poder executivo e representante da sociedade civil. Por sua vez, o Plano Local de Habitação de Interesse Social é um instrumento

Clarete Trzcinski, Aronildo Pereira Flor

de planejamento e gestão do setor habitacional; é definido como documento de caráter administrativo que abrange um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam, em determinado prazo, os instrumentos de planejamento e gestão dos estados, Distrito Federal e municípios para a área de habitação de interesse social (BRASIL, 2006a). O objetivo principal do PLHIS é identificar a demanda habitacional dos municípios brasileiros. Esse Plano é de suma importância, uma vez que contribui, ao mesmo tempo, para a redução do déficit de moradias, aumentando a oferta de habitação no mercado, e no auxílio para a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a realização do planejamento estratégico dos municípios, proporcionando uma nova dinâmica para as cidades beneficiadas (BRASIL, 2006b). Nesse sentido, o Fundo, o Conselho e o Plano são os instrumentos de gestão da habitação nas três esferas de governo. **OBJETIVO:** Caracterizar o grau de implementação dos instrumentos de planejamento e gestão na área habitacional na região da Amosc. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi classificada como qualitativa, do tipo exploratório. Para a coleta de dados será utilizada a pesquisa documental e de campo, realizada nos 21 municípios que compõem a região da Amosc e que se enquadram nos seguintes critérios: (a) tenham elaborado seus planos municipais de Habitação de Interesse Social; (b) tenham instituído Conselho e Fundo; e (c) tenham realizado alguma reunião do Conselho em 2014. A partir dos dados preliminares levantados, observou-se que o PLHIS, o Conselho e o Fundo são os instrumentos jurídico-institucionais disponíveis no âmbito dos municípios para a execução da Política Habitacional. Portanto, a elaboração e criação destes são de responsabilidade da esfera municipal. Caso o município não possua um desses instrumentos, demonstra fragilidade e até mesmo incoerência das estruturas municipais. **RESULTADOS:** Verificou-se que todos os municípios elaboraram o Plano; instituíram Conselho e Fundo através de lei municipal. Entretanto, dos 21 municípios, apenas cinco deles possuem seus conselhos ativos; 16 municípios não possuem seus conselhos em funcionamento e, portanto, a Política Habitacional não está sendo executada. Os conselhos nessa ótica são instâncias institucionalizadas que exercem o controle social, sendo este um dos elementos básicos da PNH. Devido a sua importância estrutural, a instituição desses agentes junto às instâncias municipais tornou-se um dos condicionantes para o acesso aos recursos do FNHIS. Sendo assim, os agentes do SNHIS são o conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social no âmbito federal e os conselhos estaduais e municipais. Conforme Raichelis (2006), os conselhos são importantes canais de participação, que possibilitam a criação de uma nova cultura política e novas relações entre governos e cidadãos. De acordo com os moldes definidos na Constituição Federal de 1988, os conselhos são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, seja na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados. Conforme orienta o Ministério das Cidades (BRASIL, 2006a), os conselhos gestores locais devem ter natureza participativa, garantindo o princípio democrático da escolha de seus membros e a proporção de um quarto das vagas aos representantes dos movimentos populares, podendo ser aproveitados os conselhos setoriais afins, desde que suas competências e composição sejam adequadas às condições estabelecidas pela lei de criação do FNHIS. Porém, não basta apenas a criação dos conselhos, é necessário que sejam atuantes, que exista o respeito à proporcionalidade de participação dos movimentos populares e o caráter democrático da escolha dos membros expressas na lei, bem como a capacitação dos membros acerca de planejamento e gestão financeira para fiscalizar as ações habitacionais. Os fundos, por sua vez, devem ser de natureza contábil, com o objetivo de gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do

Clarete Trzcinski, Aronildo Pereira Flor

SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda, os quais são geridos pelo Conselho. Além do Conselho e do Fundo, outro instrumento de gestão da Política de Habitação são os Planos de Habitação de Interesse Social, instrumento de planejamento e gestão do setor habitacional; conforme o Ministério das Cidades (2006b), é definido como documento de caráter administrativo que abrange um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores, que caracterizam, em determinado prazo, os instrumentos de planejamento e gestão dos estados, Distrito Federal e municípios para a área de habitação de interesse social. O município só terá acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social se instituir Conselho e Fundo e elaborar o PLHIS, que deverá ter a participação da sociedade civil organizada no processo de elaboração, implementação e avaliação, bem como ser aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação. **CONCLUSÕES:** Desde a extinção do BNH, em 1986, visualiza-se uma lacuna até 2003, conjuntura em que foi criado o Ministério das Cidades, como órgão gestor do SNHIS; em 2004 foi aprovada a Nova Política de Habitação, que ficou alinhada ao disposto na Constituição Federal de 1988, e ao Estatuto da Cidade, buscando avançar em relação à função social da propriedade, da questão da habitação como questão do Estado e direito do cidadão; em 2005 foi instituída a Lei n. 11.124. São avanços importantes, os quais demonstram um direcionamento de aplicação de recursos na área habitacional, voltado para famílias com renda mensal abaixo de cinco salários mínimos. Entretanto, o direito a moradia digna, com infraestrutura adequada, não é garantido a todos em nosso país. Nesses avanços, direciona-se para a questão da descentralização das ações, através da gestão compartilhada, e direcionando responsabilidades nas três esferas de governo. Portanto, a gestão da habitação é acompanhada e avaliada tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil, igualmente representada nos conselhos de Habitação. Esse controle social consolida um modelo de gestão transparente em relação às estratégias, à execução e à avaliação da política. Porém, a implementação da descentralização na área da habitação é bastante recente, e muito se tem para avançar nesse sentido. A política de habitação, para se consolidar em nível municipal, necessita de condições de infraestrutura, maior eficiência na administração dos recursos públicos, capacidade de organização política dos conselhos, bem como da expansão da oferta de moradia para a população de baixa renda. Diante disso, visualiza-se em termos de Política Habitacional no Brasil que ela tem sido pautada pela insuficiência, precariedade, exclusão e que os modelos adotados têm se revelado insuficientes e inadequados. Dados que se comprovaram com os dados preliminares, na região oeste de Santa Catarina, onde a grande maioria dos municípios não está com os conselhos em funcionamento. A pesquisa continua em execução.

Palavras-chave: Política de Habitação de Interesse Social. Planejamento. Gestão.

Fonte financiadora: Fundo de apoio à pesquisa da Unochapecó (Pibic/FAPE).

Referências

BRASIL. Ministério das Cidades. **Resolução n. 2, de 24 de agosto de 2006.** Dispõe sobre o Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades, 2006.

Clarete Trzcinski, Aronildo Pereira Flor

_____. **Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social: Guia de Adesão para Estados, DF e Municípios.** Brasília: Ministério das Cidades, 2006b.

CARDOSO, A. L.; SILVEIRA, M. C. B. da. O plano diretor e a política da habitação. In: MONTANDON, D. T.; SANTOS JÚNIOR, O. A. (Org.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade.** Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Cidades, 2011.

IMPLICAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Cledimar Mezzomo¹, Ana Cristina Costa Lima, Tânia Regina Aosani

¹ Acadêmico de Psicologia e bolsista Pibic/FAPE na Unochapecó, cledimar@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este estudo foi realizado em 2014, como projeto de Iniciação Científica no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde (PPGCS), na Unochapecó. A pesquisa “Comportamento e saúde no desenvolvimento infantil: normalidade e patologia na infância” tem como foco a problemática atual de medicalização da vida, em especial da educação de crianças na articulação entre saúde e escola. A implantação e o desenvolvimento de ações intersetoriais, proposta pelo Programa Saúde na Escola (PSE), envolve profissionais de saúde e de educação, crianças e suas famílias. Essas ações necessitam ser acompanhadas para além de dados que produzem medidas de desenvolvimento social, como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Programa Saúde na Escola (PSE), dos ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC), tem a gestão centrada em ações compartilhadas e corresponsáveis, a serem realizadas no âmbito municipal, na perspectiva do trabalho intersetorial e interdisciplinar. O PSE tem entre seus objetivos de formação integral de educandos promover o desenvolvimento psicossocial, em consonância com a construção de uma Rede de Atenção Psicossocial na Região de Saúde. Destaca-se, de material publicado pelo MS, a importância em se conhecer a história da criança e não somente o comportamento que produz a queixa da escola, pois a centralização em desvios de comportamento pode gerar dois problemas graves: a “estigmatização” da criança ou do adolescente e/ou a “hipermedicalização”. A aproximação com a família e as informações sobre a vida dessa criança nos espaços que ocupa auxiliam no entendimento dos fenômenos que se apresentam na escola. **OBJETIVO:** Conhecer o planejamento e as ações do Programa Saúde na Escola (PSE) em um território do Sistema Único de Saúde, em uma cidade de médio porte no oeste catarinense e promover reflexão com profissionais da atenção básica em saúde sobre as ações relacionadas à dimensão psicossocial para a promoção da saúde de crianças em idade escolar. **METODOLOGIA:** A pesquisa de abordagem qualitativa foi realizada com a metodologia de pesquisa-intervenção, em que a produção de dados se construiu na relação entre pesquisadores e participantes da pesquisa, na troca de saberes resultante da implicação dos pesquisadores no campo de pesquisa. Estes pesquisadores entendem que a universidade em sua vocação comunitária, por meio da pesquisa-intervenção, pode qualificar o espaço de educação permanente na atenção básica em saúde – de duas horas semanais em todas as equipes de saúde da família do município, conforme informado pela gestão e confirmado pelos profissionais de atenção básica. O projeto “Etapa 1: Perspectiva da Atenção Básica no município de Chapecó, SC” foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unochapecó

Cledimar Mezzomo, Ana Cristina Costa Lima, Tânia Regina Aosani

– Parecer Consubstanciado n. 242/13. A aproximação com o objeto de estudo foi iniciada através de entrevista semiestruturada, com dois gestores do PSE, na Secretaria Municipal de Saúde, acrescida de pesquisa documental sobre a sua implantação. Posteriormente, foram realizadas três rodas de conversa em uma Unidade Básica de Saúde, no espaço de Educação Permanente em Saúde (EPS). Participaram três equipes de saúde da família, agentes comunitários de saúde e profissionais do Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF), perfazendo um total de 31 trabalhadores. Cada roda foi acompanhada por dois pesquisadores – coordenação e apoio. Foram propostos quatro momentos de discussão e síntese, com dinâmicas coletivas e/ou em dupla. **RESULTADOS:** Da vivência das rodas de conversa, podem-se destacar como resultados: a necessidade da participação dos profissionais da saúde e da educação na elaboração de ações intersetoriais do PSE; a necessidade de uma forma efetiva de comunicação entre pais, professores e profissionais de saúde e a importância da efetivação do espaço de EPS, para além de questões pontuais de capacitações. Evidenciou-se para os participantes que a infância encontra-se em risco – houve relatos de como o espaço escolar está permeado pelo pré-diagnóstico e rotulação. Assim, há possibilidade de estigmatização e hipermedicalização de crianças, na contramão da proposta do PSE, de promoção da cidadania e dos direitos humanos, na perspectiva do direito à infância. Essa pesquisa-intervenção proporcionou a troca de ideias e a reflexão sobre a importância da dimensão psicossocial para a formação de crianças, a partir do potencial do Programa Saúde na Escola. Estimulou a integração de equipe e a percepção da Educação Permanente em Saúde como espaço de construção teórico-prática entre as equipes de saúde. **CONCLUSÕES:** Conclui-se, pelos dados empíricos e pelos estudos empreendidos, que a medicalização da educação poderá dificultar a implementação do PSE. Espera-se que a discussão sobre os modos de educar crianças e a medicalização da infância entrem na pauta da educação permanente, pois o PSE pode contribuir tanto para a desmedicalização da educação como para rotular por meio de diagnóstico psiquiátrico. Isso faz lembrar o livro *A droga da obediência*, de Pedro Bandeira. O PSE pode ser considerado uma potência para a promoção da cidadania e dos direitos humanos, na perspectiva do direito à infância. A etapa em desenvolvimento no ano de 2015, na Iniciação Científica, tem como objetivo mapear aspectos psicossociais nas três escolas inseridas no território de ação dos trabalhadores que participaram da etapa que aqui se encerra. O foco é na compreensão do desenvolvimento integral de crianças em idade escolar, a fim de caracterizar a ocorrência de integração psicossocial e contextualizar os objetivos do Programa Saúde na Escola com os aspectos psicossociais identificados. Desenvolver pesquisas em saúde para a infância, que respeitem o ser biopsicossocial, necessita de clareza epistemológica do relativismo do binômio normal-patológico, de modo a proteger e respeitar as crianças. Nesse sentido, a proposta é desenvolver um conhecimento que possibilite o construir instrumental para um cuidado em saúde que valorize a formação do sujeito biopsicossocial em sua cultura. Conhecer e compreender o espaço escolar inclui a necessidade de (re)significação das práticas dos trabalhadores da educação em interação com trabalhadores da saúde. O PSE compreende a escola como espaço privilegiado para as práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos e doenças, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento integral e propiciando à comunidade escolar o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

Palavras-chave: Programa Saúde na Escola. Atenção Básica de Saúde. Educação Permanente em Saúde.

Fontes financiadora: Pibic/FAPE Unochapecó.

OS INSTRUMENTOS DO NANoREG E A PROTEÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Clemir José Kades Junior¹, Rodrigo da Costa Vasconcellos

¹Acadêmico de Direito da Unochapecó, clemirjunior@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Em um aspecto global, os estudos concernentes à nanotecnologia têm passado por um momento emblemático. Apesar do grande investimento proporcionado por diversos países, empresas, universidades e organizações internacionais em pesquisas que objetivem o desenvolvimento científico dessa tecnologia, o pouco tempo despendido em estudos referentes aos riscos desta nem mesmo se compara com o tempo necessário para tanto. Com efeito, tais preocupações não se minimizam dentro do âmbito do meio ambiente do trabalho. As incertezas com as quais se deparam os poucos estudos acerca dos riscos da nanotecnologia fazem surgir uma ampla discussão sobre os reais impactos que possam vir a decorrer do desenvolvimento de produtos e processos produtivos derivados da nanociência, fazendo-se relevante a centralização dessas buscas nos locais onde a nanotecnologia possa iniciar a oferecer os seus efeitos, ou seja, nos locais onde se encontram e efetivamente atuam os trabalhadores. Nesse liame, em decorrência dos supramencionados fatores, tal investigação deve ser realizada se pautando sob a égide do chamado princípio da precaução, o qual toma força diante de tal cenário de incertezas, uma vez que a chamada “tríplice-hélice” de investidores, qual seja a gama majoritária de investigadores científicos, aliada a alguns demais colaboradores, possuem o condão de dar supremacia à chamada “ciência da produção”, em detrimento à vangloriada “ciência de impacto”. Assim sendo, ante a tais considerações e tendo em conta que tal panorama enseja na consolidação da ora denominada “tecnocracia”, assim entendida como um sistema administrativo e político capitalista que possui por objetivo a sobreposição das ideologias e decisões estatais sobre o viés democrático, é patente a necessidade de solidificação de um contexto investigativo e prático que correlacione os âmbitos social e ambiental, bem como que dê vez a uma regulação específica e efetiva, uma vez que as iniciativas atuais somente constituem o embrião para uma regulação mais uniforme e concreta, e que dê azo à produção científica pautada na descoberta dos riscos e na implementação de técnicas que objetivem a resolução dos mesmos, seja no meio difuso, seja, especificamente, no ambiente laboral, com a maior incidência do então denominado princípio da prevenção, concretizando, assim, um efetivo desenvolvimento sustentável, escopo precípuo da ciência de impacto. **OBJETIVO:** Buscar se há, conjuntamente ao NANoREG, diretrizes e instrumentos capazes de garantir a proteção da saúde do trabalhador, em especial daquele que atua com pesquisas ou montagem de produtos feitos a partir da nanotecnologia, utilizando-se, para isso, de uma pesquisa centralizada, inicialmente, na contextualização do referido projeto e de suas normatizações,

Clemir José Kades Junior, Rodrigo da Costa Vasconcellos

perpassando pelos resultados já levantados em meio a esse novo contexto e engendrando uma busca pela fixação de parâmetros garantistas que tenham em conta a saúde dos indivíduos que laboram em meio a tais condições de incertezas e possuem o condão de repassar tais consequências, também de maneira não especificada, ao restante da sociedade. **METODOLOGIA:** Em conceito, o presente trabalho se traduz, basicamente, em uma pesquisa de caráter eminentemente analítico-indutivo. Por se tratar de uma pesquisa de cunho recente, pela qual se busca a análise de um novo projeto criado para a uniformização de tecnologias de resultados ainda incertos (quando observados de certo ponto de vista) a investigação se pauta, inicialmente, pela análise do projeto em si, para, assim, posteriormente se efetivar uma procura por normatizações de cunho específico, buscando-se, dessa forma, oferecer subsídios a discussões e aprofundamentos teóricos relativos à questão. **RESULTADOS:** É entendimento consolidado a premissa de que a recentidade nos estudos relativos à nanotecnologia, aliada à inércia de investimentos nas ciências de impacto pela tríplice-hélice de investigadores, faz com que permeiem sobre as expectativas acerca da nanotecnologia uma grande variedade de incertezas, sobre a qual paira uma imensurável lacuna no que concerne à solidificação do desenvolvimento sustentável. Entretanto, em que pesem tais considerações, ínfimos são os agentes investidores que primem acerca da supremacia da ciência de impacto sobre a ciência de produção, tendo em vista a criação de barreiras por tal sistema aos rendimentos e retornos primados pelo capital privado, o qual, baseado nisso, constantemente oferece incentivos e subsídios ao desenvolvimento do setor sociotécnico, dando azo, assim, à mentalidade sobre a qual a sociedade deva criar mais tecnologia para resolver os problemas dela própria, com a conseqüente ascensão de um sistema tecnocrático e menos voltado à sustentabilidade. É nesse compasso que urge diante de tal cenário a preocupação acerca dos meios sobre os quais permeiam toda a sociedade (difusos), bem como os meios nos quais convivem quase que diariamente os agentes envolvidos junto ao âmbito produtivo-ocupacional nanocientífico, uma vez que a constante aceleração imposta à denominada “esteira da produção” faz surgir a sobreposição de uma dinâmica mais arriscada, baseada em métodos e técnicas envoltas por maiores quantidades e diferentes propriedades energéticas e químicas, isso com o objetivo de aumentar a produção almejada e os rendimentos e retornos às partes interessadas, sem haver uma atenção ao fato de que a alteração nas propriedades físico-químicas dos materiais faz com que surjam diferentes consequências e impactos sobre quem se expunha aos mesmos, as quais poderão ser facilmente repassadas aos demais agentes que tenham contato com estes últimos, podendo, inclusive, tais consequências serem transmitidas às demais gerações supervenientes. Diante de tal contexto, demonstra-se patente a necessidade de criação de regulamentações específicas às matérias relativas à nanotecnologia, as quais ofereçam um aporte aos moldes produtivos e socioambientais que, aliados, definam um sistema retroalimentar e adequado aos moldes sociais, ecológicos e, principalmente, sustentáveis. Inobstante, apesar das variadas iniciativas regulamentares apresentadas, tais iniciativas não possuem o condão de atuarem como um efetivo marco regulatório específico. Em realidade, tais iniciativas constituem somente o embrião para uma regulação mais uniforme e específica, dados os aspectos gerais com os quais se baseiam tais normativas. Nesse sentido, em resposta a tal lacuna, emerge, junto ao âmbito precípua da União Europeia, uma tentativa cooperativa internacional para a fixação de tal marco regulatório, o ora denominado NANoREG, um projeto de iniciativa da União Europeia, baseado no objetivo de prover aos legisladores um conjunto de ferramentas para a avaliação dos riscos e um conglomerado de instrumentos aptos a auxiliarem na tomada de decisões a serem obtidas pelos mesmos, através da fixação de uma

Clemir José Kades Junior, Rodrigo da Costa Vasconcellos

colaboração interdisciplinar entre os principais agentes interessados nesse processo. Projeto este que, recentemente, passou a ser integrado, em seu corpo de membros oficiais, por dois países que, excepcionalmente, não pertencem ao continente europeu, a Coreia do Sul e o Brasil, país este que permaneceu inerte durante um grande intervalo de tempo no que concerne às suas tratativas regulamentares, trazendo à baila somente alguns projetos, os quais, até o momento, não foram elevados à sua relevância. Entretanto, no que concerne ao NANoREG, sua recentidade ainda não permite a obtenção de resultados práticos mais efetivos. Tendo sido criado junto ao ano de 2013, tal projeto caminha para obtenção de parâmetros que possam permear a tomada de decisões acerca da nanotecnologia, tecnologia esta que, atualmente, pode ser elevada ao patamar de nanociência. **CONCLUSÕES:** Considerada como uma tecnologia ou ciência disruptiva, a nanotecnologia adentrou ao mercado como uma promessa de inovação e avanço. Contudo, ao passo que representa o futuro, tal tecnologia também representa o risco. Assim, diante da coexistência de tal cenário, torna-se vital a majoração de incentivos a pesquisas de cunho científico-impactante. Nesse ínterim, pautado em tais necessidades e, ademais, na necessidade de proteção aos ambientes difusos e ocupacionais, o denominado NANoREG, projeto hoje intercontinental que busca oferecer subsídios a regulamentações consolidadas na concretização de uma nanociência técnica, sustentável e garantista, demonstra-se como um dos meios mais viáveis à obtenção de resultados em tal cenário. Entretanto, por se tratar de um trabalho recente, tal projeto ainda não demonstra uma efetiva gama de resultados. Vale dizer que ainda inexitem publicações efetivas dispostas pelo mesmo a se relacionar a um dos principais ambientes afetados pelos incertos efeitos da nanotecnologia, qual seja o laboral, razão pela qual a continuidade na pesquisa e obtenção de resultados que ofereçam subsídios à presente linha de pesquisa e a discussões relativas a questão é de suma importância, principalmente para fornecer parâmetros mais adequados e comprometidos com um elevado nível de proteção da saúde humana e do meio ambiente.

Palavras-chave: Nanotecnologia. Ciência de Impacto. Regulamentação.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, Edital 383/REITORIA/2014, Unochapecó.

ADOLESCÊNCIA E ATO INFRACIONAL: COMO PENSAR OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO?

Cristiane Dameda¹, Irme Salette Bonamigo

¹ Mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais na Unochapecó, crisdameda@gmail.com

INTRODUÇÃO: “Menores” eram assim chamados os adolescentes pobres, considerados perigosos porque advinham de um lugar associado ao vício e à ociosidade e, portanto, vistos como um potencial para condutas de “risco” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; ZAMORA, 2008). Em 1927, cria-se o Código de Menores, como legislação para controlar e punir estes jovens pobres considerados perigosos e afastá-los do convívio familiar, sob a premissa de que enclausurados evitariam relações viciosas e seriam disciplinados e normatizados para o trabalho. Essa medida de “proteção” regulamentada pelo Estado visava a prevenção da “marginalidade”, e as práticas adotadas pelas políticas públicas em relação ao adolescente autor de ato infracional eram pautadas na força, na violência física e efetivadas na reclusão deste em meio fechado (ZAMORA, 2008). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) tornou-se o marco para uma possível transformação do modelo punitivo para uma prática mais humanitária e educadora em relação ao autor de ato infracional. Com o ECA, os ditos “menores” passaram a ser considerados crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, independente da classe social, igualando-os perante a lei. Os adolescentes foram definidos como pessoas de 12 a 18 anos de idade. Por outro lado, há a possibilidade de alteração da redação do art. 228 da Constituição Federal sobre a imputabilidade penal do maior de 16 anos (BRASIL, 1993), a qual reduzirá a maioridade penal de 18 para 16 anos. Esses movimentos constituem-se como avanços e retrocessos e implicam o cotidiano dos adolescentes vistos apenas como autores de ato infracional. Compreender o cenário sócio-histórico, econômico, político e cultural, suas diversidades e desigualdades é perceber a existência de uma rede de atores que contribuem para a “fabricação” do adolescente autor de ato infracional. Além disso, torna-se importante conhecer elementos singulares referentes a como é ser um adolescente em medida socioeducativa, que sentimentos emergem, como esse adolescente se reconhece diante da medida que lhe foi aplicada, elementos sociais que se mantêm, apesar da passagem pelo sistema. **OBJETIVO:** Analisar processos de subjetivação de adolescentes egressos do sistema de internamento socioeducativo implicados pela medida de Liberdade Assistida. **METODOLOGIA:** Para esse estudo, utiliza-se a cartografia, método proposto por Deleuze e Guattari, que permite vivenciar e acompanhar processos, exigindo do pesquisador habitar o cotidiano a ser pesquisado, visto que é por meio das percepções, sensações e afetos vividos no encontro com outros atores que ocorre a produção do conhecimento. Para a análise de implicação, será utilizada uma ferramenta que concebe a ação da pesquisa como uma intervenção que produz processos

Cristiane Dameda, Irme Salete Bonamigo

de subjetivação. Os participantes desta pesquisa são adolescentes que já passaram pela medida de internamento e que estão em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) de dois centros de referência especializados em assistência social (Creas) da cidade de Chapecó (SC), bem como a rede de atores que os envolvem, como família, profissionais, legislações e demais documentos. Utiliza-se como técnica de pesquisa a observação participante, com registro em diário de campo e entrevistas abertas. Também a realização de pesquisa documental em normativas e legislações referentes a esse público, bem como projetos e prontuários existentes nos Creas e o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Chapecó. **RESULTADOS:** O estudo da rede de políticas públicas envolvidas no atendimento de adolescentes em medida socioeducativa abre possibilidade para acompanhar a forma como essas são tecidas e os modos de subjetivação daí decorrentes, permitindo refletir sobre encontros produzidos, avaliar a implementação e o aprimoramento das políticas para o atendimento destes adolescentes. Chapecó possui, de acordo com o último censo (IBGE, 2010), 183.530 habitantes, destes, de acordo com Plano de Medidas Socioeducativas (CHAPECÓ, 2014), em 2013 e 2014, o município tinha 27.791 habitantes entre 12 a 21 anos, e o Creas, por meio “Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)”, atendeu, nesse período de referência, 389 adolescentes autores de ato infracional dessa faixa etária, o que correspondeu a cerca de 1% do total dos jovens residentes no município. Ao analisar o número de adolescentes que cometeram atos infracionais em comparação com o número de jovens residentes no município, pode-se dizer que não é um índice relativamente alto. As concepções tradicionalistas e enviesadas sobre a perpetuação da violência, o sensacionalismo midiático aborda a ideia construída historicamente de que a juventude é naturalmente violenta e cria discursos de que a única maneira de superar o fenômeno da violência é com práticas punitivas e com o encarceramento dos adolescentes (PAIVA; OLIVEIRA, 2015). Para tanto, promover o exercício da cidadania ao adolescente autor de ato infracional, fortalecer seus laços e relações sociais, é uma demanda das políticas públicas, as quais precisam se articular, promover debates e pensar em novas formas de atuação que garantam os direitos deste público. **CONCLUSÕES:** A pesquisa contribui para a emergência de novos conhecimentos sobre a realidade local, possibilitando dar visibilidade e fomentar o debate abrangendo a complexidade e a amplitude que hoje caracteriza a discussão sobre as medidas socioeducativas, inclusive sobre o processo de operacionalização interdisciplinar. Além disso, mostra-se relevante para pensar ações intersetoriais voltadas a esse público, em articulação com outras políticas públicas.

Palavras-chave: Ato infracional. Políticas públicas. Processos de subjetivação.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

BRASIL. Lei n. 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. Ministério Público do Rio Grande do Sul. Proposta de emenda à constituição n. 171-A PEC 171, que “altera a redação do art. 228 da Constituição Federal” (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos), 1993.

Cristiane Dameda, Irme Salete Bonamigo

CHAPECÓ. Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Decreto Municipal n. 29.563, de 20 de agosto de 2014. Chapecó, 2015.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria. L. do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo C. P.; LULIANELLI, Jorge, A. S. (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de jul. 2015.

PAIVA, Ilana Lemos de; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Juventude, violência e Políticas sociais: Da criminalização à efetivação de Direitos Humanos. In: GUARESCHI, Neuza; SCISLESKI, Andrea (Orgs.). **Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

ZAMORA, Maria Helena. **Adolescentes em conflito com a lei: Um breve exame da produção recente em Psicologia**. 2008.

A FAMÍLIA NA ATENÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICAS: REVELAÇÕES A PARTIR DAS POLÍTICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cristiane Mezzalira¹, Dunia Comerlatto, Maria Elisabeth Kleba da Silva

¹ Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Unochapecó, crismezza@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A família como espaço estratégico de intervenção vem ganhando importância nas políticas públicas brasileiras, em especial nas políticas de saúde e assistência social. Considerada a primeira instituição social em que se vive, a família é historicamente responsabilizada pelo cuidado e proteção de seus membros. Mioto (2010, p. 165) ressalta que as demandas familiares que se apresentam são “[...] expressões de necessidades humanas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista.” Para tal, a família necessita ser apoiada pela intervenção do Estado a partir das políticas públicas que buscam dar respostas às demandas que se apresentam, ao ofertar serviços e programas voltados a fortalecer a família na função de cuidadora e protetora dos que dela fazem parte. A satisfação dessas necessidades exige a implementação de políticas públicas e o envolvimento de profissionais cuja intervenção seja comprometida com a inclusão e a transformação social na perspectiva do acesso e ampliação de direitos, como “[...] caminhos para concretização da cidadania por meio de políticas sociais orientadas para o atendimento das necessidades humanas.” (MIOTO, 2010, p. 165). Este resumo apresenta uma discussão vinculada à dissertação de mestrado, defendida em maio de 2015, apresentada ao Programa Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (Mestrado Profissional) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). **OBJETIVO:** Analisar conceitos e metodologias de trabalho direcionados à família na atenção e proteção social básicas, no âmbito das políticas de saúde e assistência social, considerando aproximações, complementaridades e desafios na intervenção profissional. E os objetivos específicos: (a) reconhecer o trabalho direcionado à família na atenção e proteção social básicas, explicitados pelas políticas de saúde e assistência social; (b) identificar definições sobre família no âmbito das políticas de saúde e assistência social; e (c) sistematizar metodologias de trabalho com famílias utilizadas nas políticas de saúde e assistência social. Associado aos referidos objetivos, o problema de pesquisa que norteou este estudo traz a seguinte questão: quais conceitos e metodologias de trabalho direcionados à família na atenção e proteção social básicas têm sido adotados no âmbito das políticas de saúde e assistência social? **METODOLOGIA:** Optou-se pela revisão integrativa como método de pesquisa, que permitiu identificar em 56 artigos selecionados diferentes concepções, metodologias e técnicas operacionais utilizadas na organização do processo e desenvolvimento do trabalho com famílias. A revisão integrativa foi desenvolvida atendendo a um protocolo que detalhou os procedimentos adotados. Foram definidas as bases de dados *on-line* onde os

Cristiane Mezzalira, Dunia Comerlatto, Maria Elisabeth Kleba da Silva

artigos foram buscados, optou-se pelo portal de periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico. Tendo em vista o objetivo da revisão integrativa, foram utilizados os seguintes descritores e palavras-chave: “trabalho com famílias”; “assistência social”; “proteção social básica”; “atenção básica”; saúde. O recorte da pesquisa priorizou artigos brasileiros, por se tratar de políticas públicas brasileiras, no idioma português ou inglês, publicados entre os anos de 2004 a 2014. Para fins de recorte da pesquisa, foram estipulados critérios de inclusão e exclusão dos artigos. Como critérios de inclusão: (a) trabalhos publicados no formato de artigos (científicos e relatos de experiência); (b) artigos que tratam exclusivamente de uma das políticas mencionadas; (c) idiomas: português e inglês; (d) período: janeiro de 2004 a junho de 2014. E os critérios de exclusão foram: (a) quando as palavras-chave/descriptores não estarem explícitos no título ou no resumo do artigo; (b) aqueles em que não foi possível acessar os textos completos; (c) artigos repetidos, que já surgiram em outra base de dados; (d) os artigos em outras línguas; (e) artigos em que, apesar de constarem as palavras/descriptores, o conteúdo não estiver relacionado ao objetivo da pesquisa; (f) os que tratem da família nas políticas de saúde e assistência social, porém, em outro nível de atenção, que não seja atenção e proteção social básicas. A revisão integrativa passou a ser considerada um método de pesquisa a partir dos anos 1980 e se justifica por permitir uma “[...] síntese de múltiplos estudos publicados, além de possibilitar conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo.” (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008, p. 759). A revisão integrativa exige do pesquisador o estabelecimento de critérios, demanda transparência no que se refere à metodologia utilizada e referência de seus “achados” e seus resultados. Permite deduzir generalizações sobre determinados assuntos, a partir da produção de diferentes autores (GANONG, 1987). Trata-se de um método influenciado pela Pesquisa Baseada em Evidência (PBE), utilizada para justificar as tomadas de decisão e alcançar a melhoria na prática clínica. Apoiou-se no levantamento bibliográfico e documental uma vez que permitem dar sustentação às discussões dos “achados” da revisão integrativa e tecer análises sobre a temática em questão.

RESULTADOS: No que se refere aos resultados obtidos, são evidentes as aproximações e complementaridades, desde a trajetória das políticas, a organização e desenvolvimento do trabalho com famílias, as concepções e até mesmo os desafios apresentados pelos profissionais. Ao discorrer sobre o papel da saúde e da assistência social como políticas públicas integrantes do sistema de Seguridade Social, o século XX foi um marco na conquista de direitos em nível mundial, traduzida em importantes declarações, com destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual estimulou movimentos para ampliar a conquista de garantias de direitos em cada país, na relação sociedade e Estado. No caso brasileiro, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, organiza-se o sistema de Seguridade Social, que se destina a “assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988) conclamando a participação da comunidade em processos deliberativos, decisórios e de controle social na gestão das políticas públicas. Ao estabelecer a saúde e a assistência social como área de intervenção governamental, portanto de caráter público, garante acessos a direitos: na saúde, o acesso universal e igualitário e, na assistência social, a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social. Ambas as políticas avançaram na organização de ações assistenciais com seus próprios sistemas (SUS e SUAS) para assegurar a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a defesa e garantia de direitos e a prevenção de situações de risco, envolvendo indivíduos e famílias. Não resta dúvida de que a família como unidade de acolhida, de cuidados e proteção, coloca-se cada vez mais como espaço privilegiado de intervenção dessas políticas públicas, ao estabelecerem

Cristiane Mezzalira, Dunia Comerlatto, Maria Elisabeth Kleba da Silva

estratégias, programas e serviços de atenção e proteção social básicas no trabalho a ela direcionado. A efetividade das ações nessa modalidade assistencial tem sido problematizada e debatida por diferentes autores. De um lado, autores apontam ser um avanço no âmbito das políticas públicas, ao levar em consideração o território onde a família vive e ao buscar a superação do trabalho focalizado no indivíduo. E, de outro lado, criticam as ações de atenção básica como geradoras de práticas que podem culpabilizar as famílias, em vez de trabalhar no sentido de apoiar para que com o Estado e a sociedade seja possível processar a acolhida, o cuidado e a proteção dos que dela fazem parte. Para dissipar com essa culpabilização, que reduz o investimento de trabalho no potencial parceiro das famílias, permanece o desafio de romper com o modo conservador de concebê-la e abordá-la, bem como de assisti-la na sua integralidade. Na atenção e proteção social básicas, há de se considerar que as referidas políticas públicas têm no seu horizonte uma atuação com capacidade de promoção e proteção de indivíduos e famílias. Evidencia-se nos “achados” da revisão integrativa que os artigos que tratam do trabalho com famílias, tanto na política de saúde quanto na de assistência social, reconhecem as novas formas de organização familiar (arranjos familiares), ao trazerem conceitos ampliados de família. Porém, ainda se espera que a família desempenhe as funções clássicas de cuidado e proteção de seus membros, ou seja, o conceito se amplia, mas a função e as responsabilidades são as mesmas construídas historicamente. **CONCLUSÕES:** Revelam-se com aproximações e complementaridades: a trajetória de organização a partir de leis, estratégias, programas e serviços; o reconhecimento do papel da família na sociedade como espaço de cuidado, proteção e vínculo e, principalmente, como espaço estratégico de intervenção, o que supõe ter a família como parceira das políticas. Destacam a necessidade de superar o atendimento ao indivíduo e compreender a família em sua totalidade, reconhecendo as dificuldades ou desafios, mas também as potencialidades que se apresentam. Ainda aliado a isso, as metodologias utilizadas na organização do processo de trabalho: o território como organizador das ações; a busca pelo trabalho interdisciplinar e intersetorial, que visa a compreensão do indivíduo e das famílias em sua totalidade; e a superação do trabalho focalizado no indivíduo. Demonstra-se também que a educação permanente, assim como o trabalho interdisciplinar e intersetorial, estão previstos em ambas as políticas, algumas experiências são explicitadas, mas principalmente reiteram-se os desafios encontrados. As reuniões de equipe são apresentadas como espaço estratégico de planejamento e organização, bem como avaliação dos serviços, programas e atividades desenvolvidas. No que se refere às técnicas utilizadas pelas equipes no desenvolvimento do trabalho com famílias, tanto nos documentos que as normatizam quanto nos “achados” dos artigos da revisão integrativa, destacam-se: a acolhida e a escuta qualificada consideradas fundamentais no desenvolvimento do trabalho com famílias, por possibilitarem vínculo e proximidade; as fichas técnicas e os sistemas de informação que auxiliam na organização, monitoramento e avaliação dos serviços, e programas, bem como para a identificação das reais demandas das famílias e do território adstrito; a busca ativa, a classificação, avaliação de famílias e escalas de risco, bem como o genograma e ecomapa, destacados por permitirem maior conhecimento sobre a família. Ainda, a visita domiciliar e o trabalho com grupos são citados pelos “achados” e também nos documentos como estratégias que potencializam o trabalho com famílias. Como desafios a serem superados pelas equipes, estão: a educação permanente; a atuação interdisciplinar e intersetorial, pois apesar de atuarem com as mesmas famílias, nos mesmos territórios, ainda permanece um desafio; a concepção de família ainda tradicional; e a atuação ainda frágil, voltada à emancipação e cidadania das famílias. Discutir sobre as concepções e metodologias de trabalho com famílias, no que se refere à

Cristiane Mezzalira, Dunia Comerlatto, Maria Elisabeth Kleba da Silva

atenção e proteção social básicas, no âmbito da política de saúde e assistência social, revelou-se um árduo trabalho, que merece continuidade e aprofundamento, tendo em vista a complexidade de ambas as políticas e do desafiador trabalho com famílias. Mas também permitiu revelar que as políticas de saúde e assistência social são de fato complementares e que apresentam muitas aproximações, em termos de concepção, organização e práticas, e que a família precisa ser fortalecida e reconhecida como parceira do estado e da sociedade.

Palavras-chave: Família. Política de saúde. Política de assistência social.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes).

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Senado Federal [Brasília], [1988]. Disponível em: <http://senado.gov.br/legislação/cont/con1988_05.10.1988/CON1988.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2013.

GANONG, L. H. Integrative reviews of nursing research. **Res Nurs Health**, v. 10, n. 1, p. 1-11, 1987.

MENDES, Katarina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: Método de pesquisa para a Incorporação de Evidências na Saúde e na Enfermagem. **Texto e Contexto enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-64, out./dez. 2008.

MIOTO, Reina Célia. Família, trabalho com famílias e serviço social. **Serviço Social e Revista**, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

UMA REFLEXÃO SOBRE A SAÚDE DO TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Cristiane Regina Gosch Sbeghen¹, Mariangela Mendes

¹ Mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, cris.sbeghen@gmail.com

INTRODUÇÃO: Recentemente se deu um passo importante para a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras com a instituição das políticas de saúde e segurança ao trabalhador, em que visam à promoção e à proteção da saúde dos trabalhadores como também a redução da morbimortalidade decorrente dos processos produtivos. Assim, sabe-se que entender a saúde do trabalhador significa conhecê-la nas diversas formações sociais e na divisão social e técnica do trabalho interrogando as práticas do capitalismo, onde as condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora e sua própria condição de classe são afetadas pelo caráter destrutivo do capital em sua estrutura orgânica, metabólica de relação dos homens entre si e com a natureza, em que a propriedade privada dos meios de produção, a exploração da força de trabalho, e o estado de serviço de ordem burguesa determinam um viver e morrer. Da força de trabalho considerada mercadoria básica neste processo, é exigida pelo mercado ter a saúde necessária para executar um processo de trabalho: “Para o capital, a saúde – entende-se a saúde suficiente – é um simples e relativo componente da mercadoria força de trabalho”. **OBJETIVO:** Conhecer a situação atual da saúde do trabalhador no município de Chapecó, bem como as dificuldades e desafios na efetivação das ações relacionadas à saúde do trabalhador. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma vivência através de observação junto ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Chapecó no período de vinte dias, visando identificar a organização dos serviços que atendem ao trabalhador. **RESULTADOS:** Nos últimos anos, o ramo econômico de Chapecó que mais está evoluindo é a construção civil, se tornando o ramo que mais emprega na região. Diante disso, a preocupação pelos órgãos que cuidam da saúde se evidencia, pois a construção civil é um ramo considerado um dos mais perigosos em todo o mundo. No município de Chapecó, as atividades do Cerest estão articuladas com os demais serviços da rede do SUS, assim como outros setores que possuem interface com a saúde do trabalhador. Ele orienta e fornece retaguarda, a fim de que os agravos à saúde relacionados ao trabalho possam ser atendidos em todos os níveis de atenção no SUS, de forma integral e hierárquica. Porém, uma das dificuldades para o fluxo contínuo do processo de vigilância são as notificações que chegam preenchidas incorretamente ou faltando dados importantes para dar prosseguimento nas ações e estabelecer um perfil de morbimortalidades dos trabalhadores. Tornando-se indiscutível a necessidade de aprimorar a formação dos profissionais, que não tem prática de atuar dentro de uma lógica de complexidade que é a demanda em saúde do trabalhador, assim como o comprometimento das redes que auxiliam nesta empreitada. **CONCLUSÕES:** Percebe-se que há

Cristiane Regina Gosch Sbeghen, Mariangela Mendes

deficiência na articulação entre as diferentes esferas de gestão, assim como falhas na cobertura de alguns setores de trabalho, pois esses precisam de um conhecimento aprofundado, além de trabalhar de forma articulada para viabilizar o funcionamento dos centros de referência em saúde do trabalhador. É um processo difícil e com problemas para ações efetivas, que precisa do empenho de todos os atores, seja de instituições públicas, do meio acadêmico ou da sociedade, para tornar realidade a prática dessa política. Sabe-se que é um imenso desafio, mas com enfrentamento e dedicação acredita-se ser possível ter uma classe trabalhadora com mais saúde.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Política. Ações.

POTENCIAL LARVICIDA DE EXTRATO SUPERCRÍTICO DE *Melia azedarach* SOBRE LARVAS DE *Aedes aegypti* (DIPTERA: CULICIDAE)

Cristiano Moschen Bordignon¹, Maria Assunta Busato,
Denilso Hermes, Junir Lutinski, Jacir Dal Magro

¹ Acadêmico de Ciências Biológicas da Unochapecó, cristianombn@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O *Aedes aegypti* é o mosquito que apresenta a maior dispersão em áreas urbanas do planeta, sendo o maior responsável pela transmissão do vírus da dengue, doença considerada pela Organização Mundial de Saúde como um dos principais problemas de saúde pública no mundo (WHO, 2009). Atualmente, o controle desse vetor é feito quase que totalmente por inseticidas químicos, porém isso acabou tornando resistentes algumas populações (LIMA et al., 2006; OLIVEIRA FILHO et al., 2001). Em virtude da resistência dessas populações aos inseticidas, surge o interesse em estudos para o desenvolvimento de novos produtos que possam atuar com maior eficácia e menor potencial de efeitos adversos quando comparadas aos inseticidas químicos. Uma alternativa é a formulação de compostos com base em produtos naturais (RAMOS et al., 2015). As vantagens estão vinculadas a sua natureza biodegradável, produção a partir de recursos renováveis, e o mais importante: apresentarem desenvolvimento muito lento de resistência, uma vez que essas substâncias são compostas de vários agentes ativos (PROPHIRO et al., 2008). Dessa forma, há uma busca por plantas que apresentem substâncias que possam auxiliar no combate ao mosquito, aparecendo como alternativa as plantas da família Meliaceae, em específico a *Melia azedarach*, essas plantas contêm pelo menos 35 princípios biologicamente ativos, os quais atuam sobre os insetos de diferentes modos de ação, sendo eles: regulação do crescimento, supressão da fecundidade, repelência e condição biológica (MULLA, 1999). **OBJETIVO:** Avaliar o potencial larvicida de diferentes concentrações de extrato supercrítico de *Melia azedarach* sobre larvas de *Aedes aegypti*. **METODOLOGIA:** Após a coleta dos frutos de *Melia azedarach*, foram armazenados em sacos plásticos e mantidos à temperatura de 0 °C. Em laboratório, os frutos foram secos em estufa por 72 horas a 40 °C, posteriormente triturados em liquidificador industrial até ficarem com tamanho entre 1 e 2 mm e submetido à extração. Esta foi realizada com um aparelho de escala laboratorial consistindo um reservatório de CO₂; banho termostático; uma bomba de seringa; um tubo extrator de 0,518 l encamisado onde foram alcançadas pressão e temperatura desejadas. A extração foi realizada a uma temperatura de 40 °C, pressão de 250 bar e um tempo estático de duas horas. Após o procedimento, o produto foi diluído em água com auxílio do Tween, nas seguintes concentrações: 250, 500, 750, 1000 e 2000 µg/ml e armazenado em geladeira (2 °C a 6 °C) até o momento do teste. Os ovos de *Aedes aegypti* foram coletados com auxílio de armadilhas ovitrampas instaladas em pontos estratégicos escolhidos aleatoriamente na cidade de Chapecó (SC). Foram instaladas 12 armadilhas constituídas por frascos plásticos pretos com

Cristiano Moschen Bordignon, Maria Assunta Busato, Denilso Hermes, Junir Lutinski, Jacir Dal Magro

capacidade para 1000 ml e com três palhetas de Eucatex cada uma. As armadilhas foram inspecionadas e as palhetas substituídas em intervalos que variaram de quatro a seis dias. Posteriormente, foram colocadas para secar em temperatura ambiente fixadas a uma folha de papelão para não ocorrer o esmagamento dos ovos até o momento da contagem. Os ovos foram contados com o auxílio de estereoscópio Tecnival (aumento de 4x). Para a obtenção das larvas, as palhetas com número de ovos viáveis previamente contados foram colocadas em bandejas contendo água sem tratamento. A alimentação das larvas foi feita com ração de peixe ornamental e ficaram nas bandejas até atingirem o 3º e 4º instar, o que demorou em média quatro dias. Os testes foram realizados com temperatura controlada de 28 °C a 30 °C desde a eclosão dos ovos até o final do experimento e fotoperíodo de 12 horas. Foram avaliadas cinco diferentes concentrações de extrato supercrítico, sendo elas: 250 µmg/ml, 500 µmg/ml, 750 µmg/ml, 1000 µmg/ml e 2000 µmg/ml. No grupo controle foi utilizada água sem tratamento. Para cada concentração foram feitas três repetições em placa de Petri contendo 30 ml de extrato e dez larvas de *Aedes aegypti*. A suscetibilidade das larvas foi avaliada em 24 e 48 horas de exposição às concentrações de extrato. A mortalidade foi comprovada quando as larvas não responderam a estímulo mecânico. A análise dos dados foi feita a partir da análise de variância sobre o número de larvas vivas. As médias foram agrupadas pelo teste de Duncan apresentando 5% de probabilidade de erro. Os valores foram transformados em Log (x+1). A eficiência dos tratamentos testados foi calculada pela equação de Abbott. **RESULTADOS:** As larvas apresentaram suscetibilidade ao extrato em todas as concentrações avaliadas. A maior parte das mortes (89,8%) aconteceu após 24 horas tendo uma relação entre a mortalidade e o tempo de exposição das larvas ao extrato, uma vez que todos os tratamentos apresentaram mortalidade em 48 horas. A concentração que apresentou a maior taxa de mortalidade foi de 2000 µmg/ml, causando a morte de 43,3% das larvas. Já a concentração que obteve menor mortalidade foi a de 500 µmg/ml, apresentando 26,6% de morte em 48 horas. A diferença de mortalidade entre o tratamento menos eficaz e o mais eficaz foi de 16,7%. Ao considerar todas as concentrações, a média geral de mortalidade das larvas foi de 32,64%. Não foi observado mortalidade no controle. A viabilidade dos ovos, considerando o tempo de armazenamento, apresentou variação quanto à eclosão. Os ovos armazenados por maior período de tempo, 150 dias, teve índice de eclosão de 4,45%, e os ovos armazenados pelo menor período, 22 dias, apresentaram viabilidade de 92,51%. **CONCLUSÕES:** O extrato supercrítico de *Melia azedarach* apresenta efeito larvicida sobre larvas de 3º e 4º instar de *Aedes aegypti*. A partir dos resultados obtidos neste estudo, juntamente com o acréscimo de outros estudos, abre-se a possibilidade de substituição dos métodos convencionais que envolvem agentes químicos de controle do vetor, em que os benefícios dessa substituição são o controle de populações resistentes a outros larvicidas, fácil produção de extrato, abundância da *Melia azedarach* na região Sul do Brasil, biodegradabilidade e não toxicidade para os aplicadores. Contudo, novas pesquisas devem ser feitas a fim de desvendar o melhor método de extração e a parte vegetal que apresenta maior potencial larvicida para o vetor utilizado neste estudo.

Palavras-chave: Produtos biológicos. Extratos vegetais. Dengue. Controle de mosquitos.

Fonte financiadora: Pibic/CNPq.

Cristiano Moschen Bordignon, Maria Assunta Busato, Denilso Hermes, Junir Lutinski, Jacir Dal Magro

Referências

LIMA, Estelita Pereira et al. Resistência do *Aedes aegypti* ao temefós em municípios do estado do Ceará. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 39, n. 3, p. 259-263, 2006.

MULLA, Mohammad. Activity and biological effects of neem products against arthropodes of medical and veterinary importance. **Journal of the American Mosquito Control Association**, California, v. 15, n. 2, p. 133-152, 1999.

OLIVEIRA FILHO, Alfredo Martins et al. Resistência a Temefós em linhagens de *Aedes aegypti* provenientes do Ceará. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINATROPICAL, 37., 2001, Salvador. **Anais...** Salvador, 2001.

PROPHIRO, Josiane Somariva et al. Leaf extracts of *Melia azedarach* Linnaeus (Sapindales: Meliaceae) act as larvicide against *Aedes aegypti* (Linnaeus, 1762) (Diptera: Culicidae). **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 41, n. 6, p. 560-564, 2008.

RAMOS, Ryan da Silva et al. Estudo físico-químico e avaliação do potencial larvicida do extrato etanólico das cascas do caule de *Licaniam.acrophylla benth*. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 5, n. 1, 2015

WHO – World Health Organization. **Temephos in drinking-water**: use for vector control in drinking-water sources and containers. Geneva: World Health Organization, 2009. Disponível em: <http://www.who.int/water_sanitation_health/dwq/chemicals/temephos.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: PARA UM PENSAMENTO DO SUL

Daiane Vidal¹

¹ Acadêmica de Direito da Unochapecó

INTRODUÇÃO: O presente estudo é fruto de pesquisas realizadas pelo Núcleo de Iniciação Científica: Cidadania e Justiça na América Latina, da Unochapecó. **OBJETIVO:** Compreender de que forma as diretrizes epistemológicas do novo constitucionalismo latino-americano contribuem para a edificação de um pensar descolonizado, radicado nas experiências do Sul global. **METODOLOGIA:** Para levar a cabo esta construção, será utilizado o método dedutivo, concentrando-se na análise do processo de decolonialidade epistêmica, com o objetivo de propor um pensamento do Sul. **RESULTADOS:** Durante os últimos quinhentos anos, não foi possível o reconhecimento da pluralidade epistêmica do mundo. Pelo contrário, apenas uma forma de conhecimento, a racionalidade ocidental postulou-se como única solução universal aplicável aos quatro rincões do mundo (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012). Nessa concepção, pensar parece ser uma virtude de poucos indivíduos diante do monopólio do conhecimento, logo, as riquezas das diversidades culturais, do modo de viver, da tradição, dos mitos seculares foram ignoradas, silenciadas, subalternizadas, marginalizadas, ou simplesmente eliminadas, vítimas de um epistemicídio perpetrado em nome da razão, das luzes e do desenvolvimento. Contudo, no decorrer das últimas décadas, vem ganhando novos contornos uma constelação de posições críticas. Tratam-se dos estudos decoloniais, surgidos em reação à colonialidade (do saber, do poder e do ser), que radicaliza a crítica à modernidade eurocêntrica, possibilitando a estruturação de um pensamento do Sul, capaz de harmonizar as diferentes formas de conhecimento, a partir da experiência de vida, de morte e de sofrimento daqueles que foram subalternizados. Diante disso, faz-se necessário um outro pensamento, que recupere a herança dos povos originários e sua ancestral sabedoria, que favoreça as forças da pluralidade epistêmica, para a busca de uma visão de mundo intercultural, inclusiva e democrática. **CONCLUSÕES:** O movimento do novo constitucionalismo latino-americano não surge dos desdobramentos, dos pensamentos e das academias centrais europeias e norte-americanas, mas dos sujeitos excluídos do acesso aos saberes considerados oficiais. Nesse sentido, esse movimento tem demonstrado ser um campo fértil para a promoção e a institucionalização da proposta de um pensamento do Sul original, menos normativo e mais instaurador, constituindo a base para o fortalecimento de ações coletivas, em que a ideia de um pensamento único não prevalece, e sim de um pensamento emancipador, liberto da hegemonia do Norte. Portanto, o escopo do pensamento do Sul não

Daiane Vidal

seria mais aquele de conhecer para dominar, mas aquele de conferir sentido à perene transformação social, que já vem acontecendo em todo o Continente.

Palavras-chave: Colonialidade/Decolonialidade. Novo constitucionalismo latino-americano. Pensamento do Sul.

Fonte financiadora: Recurso do artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Referências

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter (Orgs.). **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na américa latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boitex, 2012.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: _____; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

INFÂNCIA E GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Daniane Fatima Quadrado Caminero¹, Leticia Picoli Carus,
Rosana Maria Badalotti, Edivaldo José Bortoleto

¹ Acadêmica do mestrado em Educação da Unochapecó, daniane_ca@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O presente artigo é um recorte de pesquisa de Iniciação Científica (Pibic/Fape) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), cuja temática está relacionada à infância e questões de gênero na Educação Infantil. A proposta aqui apresentada faz parte do processo de revisão de publicações acerca da temática como parte da pesquisa citada e caracteriza-se com o levantamento de trabalhos apresentados e publicados no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o EDUCERE e Fazendo Gênero, entre os anos de 2008 a 2013. A temática está relacionada também à proposta de dissertação de mestrado da primeira autora deste texto. O estudo proposto está relacionado à linha e ao grupo de pesquisa do mestrado em Educação da Unochapecó, “Desigualdades Sociais, Diversidades Socioculturais e Práticas Educativas”, e vincula-se à linha de pesquisa do referido grupo “Trajetórias dos sujeitos sociais e processos educacionais em contextos escolares e não escolares”, que tem como objetivo aprofundar o conhecimento dos processos e das relações entre educação e grupos sociais, das trajetórias e das práticas socioculturais e escolares. A temática da infância, assim como as relações de gênero na primeira infância, tem despertado o interesse de pesquisadores e profissionais de diferentes áreas no atual cenário acadêmico e educacional. Durante longo período, tais temáticas não eram percebidas criticamente ou relacionadas no meio acadêmico e nos espaços educacionais, como, por exemplo, escolas e creches. De acordo com Faria (2006), a criança e a infância passam a ter visibilidade na esfera pública a partir da década de 1970. Os movimentos feministas, em seu interior, vinham identificando o papel da infância para a construção de uma nova realidade social, fortemente marcada pelo ingresso em massa da mulher no mercado de trabalho. É nesse novo cenário que se configura que o movimento feminista vai exigir creches, para “dividir” com a sociedade a educação de seus filhos e filhas. Também articulados nesse movimento estão os sindicatos e os movimentos de esquerda. A creche tornou-se “patrimônio” do feminismo, dos movimentos sindicalistas e esquerdistas no mundo ocidental, na tentativa de garantir a todas as mães (trabalhadoras ou não) o direito a estudar, trabalhar, namorar e ser mãe. É a partir desse cenário social na década de 1970 que pesquisas relacionadas à criança e à infância começaram a se desenvolver a partir de 1980, também conhecida como a década das crianças, justamente pela crescente expansão de pesquisas. É a partir de pesquisas recentes desenvolvidas nas três últimas décadas que se passou a observar a criança pequena fora do ambiente familiar. Inicialmente, essas pesquisas eram fortemente marcadas pelo viés psicológico, no entanto, a partir

Daniane Fatima Quadrado Caminero, Leticia Picoli Carus, Rosana Maria Badalotti, Edivaldo José Bortoleto

da década de 1990, a Sociologia e a Pedagogia da infância passam a perceber a criança enquanto sujeito que vive seu tempo presente, e não somente como um sujeito que está em fase preparatória para tornar-se um adulto (FARIA, 2006). As relações entre as crianças na Educação Infantil apresentam-se como uma das formas de introdução de meninos e meninas na vida social. Em relação às pesquisas sobre a pequena infância e às questões de gênero, Faria (2006) considera que estamos “numa trajetória promissora”. De fato, as pesquisas relacionadas à infância e às questões de gênero têm crescido nas últimas décadas, no entanto, ainda assim os trabalhos são limitados; autores como Finco (2004, 2010), Sayão (2005), Buss-Simão (2012, 2013), Gobbi (1997), Faria (2006), Cruz (2012) e Felipe (2000) têm se debruçado em pesquisas sobre brincadeiras e jogos entre meninos e meninas, mostrando formas de construção social e cultural do masculino e feminino. Essas pesquisas têm questionado também a Educação Infantil como um espaço único e exclusivamente feminino, buscando desconstruir essa lógica. **METODOLOGIA:** A pesquisa mais ampla que envolve o recorte deste artigo realizou inicialmente busca *on-line* em sites e revistas que discutem a infância e as questões de gênero na Educação Infantil. Para este artigo, optamos pela escolha de trabalhos apresentados e publicados no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o Educere e Fazendo Gênero. O recorte para este trabalho centra-se em dados de publicações sobre o tema nas 34^a, 35^a e 36^a reuniões realizadas pela Anped entre os anos de 2011 e 2013; IX, X e XI Educere entre os anos de 2009 e 2013; e Fazendo Gênero 8, 9 e 10 entre os anos de 2008 a 2013. **OBJETIVO:** Identificar publicações que relacionam infância e questões de gênero na Educação Infantil. Em levantamento realizado por Rocha (1999), a autora chama atenção para o fato de que nas pesquisas relacionadas à educação de crianças de zero a seis anos há uma lacuna relacionada a estudos sobre as relações de gênero e a pequena infância. Ressalta também que nos congressos da Anped entre 1990 e 1996 apenas 3% dos trabalhos analisaram as relações de gênero, questões essas que justificam plenamente a proposta desta pesquisa. Na primeira etapa de nossa busca, procedemos a uma busca pelos Grupos de Trabalho (GTs), Eixos temáticos e simpósios temáticos em cada evento, que apresentavam semelhanças com a temática estudada. Nessa etapa realizamos um levantamento geral a partir da leitura dos resumos dos trabalhos. Na segunda etapa, realizamos uma leitura dos trabalhos na íntegra e optamos por selecionar apenas as produções que abordassem “gênero e infância/gênero na Educação Infantil”. **RESULTADOS:** Ao final das etapas, foram identificados 26 trabalhos que correspondem às respectivas temáticas. No que se refere à Anped, foram identificados dois GTs que discutem as referidas problemáticas: o GT 07 que corresponde à “Educação de crianças de zero a seis anos” e o GT 23, que corresponde às discussões de “Gênero, Sexualidade e Educação”. Foram localizados sete trabalhos que discutem as problemáticas de gênero e infância na Educação Infantil (MAYNART; HADDAD, 2012; SALGADO; FERRARINI; LUIZ, 2012; ARENHART, 2013; BRAGAGNOLO; RIVERO; WAGNER, 2013; ALMEIDA, 2011; BUSS-SIMÃO, 2012; MONTEIRO; ALTMANN, 2013). Ao realizar a mesma busca no Educere, localizamos produções relacionadas à temática escolhida nos seguintes eixos temáticos: “Formação de Professores e Profissionalização Docente” (4) e “Educação da Infância” (9). Foram localizados quatro trabalhos que contemplam a discussão em questão (GARCIA; TOSCANO, 2013; MARQUES; AMORIN, 2013; MOREIRA et al., 2013; SCHINDHELM, 2011). Em busca pelas publicações do Fazendo Gênero, comparando com os dois outros eventos, o número de publicações é significativamente maior: localizamos um total de 15 trabalhos que discutem gênero e infância na Educação Infantil (CRUZ; CEOLIN; MARTINS, 2013; SILVEIRA; SOUZA, 2008; PAZ, 2010; PAZ, 2008; DRUMOND, 2010; BEZERRA,

Daniene Fatima Quadrado Caminero, Leticia Picoli Carus, Rosana Maria Badalotti, Edivaldo José Bortoleto

2008; MEIRELES, 2008; MORUZZI, 2010; SARAT; CAMPOS, 2008; MIRANDA; SOUZA, 2013; LOPES, 2010; BUSS-SIMÃO, 2013; FIGUEIREDO; BANHARA, 2013; MARTINS; LIMA; SILVA, 2013; FINCO, 2008). No Fazendo Gênero entre 2008 e 2012, identificamos dois simpósios temáticos que mais se aproximam à temática em questão: “Educação Infantil e relações de gênero no evento de 2008” e “Feminismo e creche: desafios atuais para uma educação descolonizadora”. Esses simpósios foram delimitados em nosso levantamento, pois de um total de 35 trabalhos, identificamos 15 trabalhos em torno de pesquisas envolvendo crianças pequenas, ou seja, 42,85%. É possível perceber que as publicações relacionadas à infância e às questões de gênero na Educação Infantil, no que se refere ao número de trabalhos apresentados e espaços de socialização (GTs e simpósios), variam entre um evento e outro, embora o número de espaços (GTs e simpósios) seja equitativo. No que se refere ao Fazendo Gênero, em especial, podemos afirmar que por se tratar de um evento específico sobre as questões de gênero tem se constituído espaços particulares para a temática no que se refere aos simpósios temáticos e mesas-redondas. No Fazendo Gênero, outros simpósios, além dos citados anteriormente, foram identificados e se relacionam transversalmente à temática da infância, gênero e Educação Infantil, porém não de maneira tão direta, e por esse motivo apresentaram um número de trabalhos mais reduzido. Destacam-se os simpósios temáticos “Gênero, diversidade e sexualidade no campo da Educação” e “Formação de professoras/es: a importância das questões de gênero e sexualidade” no âmbito do Fazendo Gênero 10, em 2012. Entre os 52 trabalhos apresentados, apenas quatro configuraram em suas problematizações questões relacionadas à infância, gênero e Educação Infantil, ou seja, apenas 10,4%. **CONCLUSÕES:** As discussões de gênero passaram a ser incorporadas nos estudos sobre a infância no Brasil sobretudo a partir dos anos 2000. Embora as três últimas décadas tenham sido fundamentais para o desenvolvimento de tais pesquisas, elas ficam mais evidentes a partir da última década. O número de trabalhos é ainda bastante limitado, principalmente no que se refere a dissertações de mestrado e teses de doutorado (GOBBI, 1997; FINCO, 2004; BRITTO DA MOTTA, 2004; FARIA, 2006; GOMES, 2006; BUSS-SIMÃO, 2013). O caráter interdisciplinar que orienta esses novos campos tem possibilitado também um diálogo profícuo entre pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, instituições, regiões e países. Caracteriza-se, nesse sentido, o desafio de se produzir mais pesquisas que possam dar conta dessas questões. Considerando o recorte estabelecido neste trabalho, avaliamos que se trata de um exercício exploratório, na medida em que temos a intenção de aprofundar no decorrer da pesquisa mais ampla em andamento, bem como no âmbito da dissertação de mestrado da primeira autora, sobre critérios a serem delimitados com mais clareza em torno da natureza das produções identificadas nos eventos delimitados tais como: abordagens teórico-metodológicas, tipos de pesquisa, instrumentos utilizados, categorias analíticas predominantes, entre outros. Por fim, questionamos em que medida a formação inicial e continuada de professoras(es) da Educação Infantil tem investido em discussões e reflexões críticas sobre a constituição das identidades de gênero de meninas e meninos? Em que medida os currículos dos cursos de Pedagogia têm presente em suas matrizes discussões acerca das concepções de infância e gênero? Embora o levantamento aqui apresentado não teve como foco investigar questões relacionadas aos currículos, grande maioria das pesquisas apresentadas demonstram que as práticas cotidianas de professores e professoras nas instituições de Educação Infantil têm reforçado e atualizado estereótipos de gênero, o que têm suscitado a constituição de simpósios temáticos específicos para debater sobre a formação de professores no que se refere à importância das questões de gênero e sexualidade. As publicações analisadas nos permitem considerar também que, apesar das práticas

Daniane Fatima Quadrado Caminero, Leticia Picoli Carus, Rosana Maria Badalotti, Edivaldo José Bortoleto

pedagógicas cotidianas reproduzirem os estereótipos de gênero em situações diversas, as crianças expressam resistência a padrões adultocêntricos do que é ser homem ou mulher e socialmente aceitáveis sobre o masculino e feminino. Cabe destacar que as reflexões aqui apresentadas não podem ser tomadas como definitivas ou concluídas, ao contrário, representam interpretações para contribuir ao campo de pesquisa que envolve a temática Infância, Gênero e Educação Infantil em uma perspectiva mais crítica na direção da desnaturalização das relações de gênero e configurações hierárquicas entre o mundo adulto e infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Infância.

Fonte financiadora: Pibic/FAPE.

PARA UM OLHAR ALÉM DO BLOCKBUSTER: UM ESTUDO DE RECEPÇÃO DOS FILMES DE MOSTRA DE CINEMA INFANTIL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CHAPECÓ (SC)

Daniel Mendes Moreira¹, Ilka Goldschmidt

¹Acadêmico de Jornalismo da Unochapecó, daniel_moreira@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O cinema encontra um espaço privilegiado no cotidiano da sociedade contemporânea e se configura como um dos principais mercados de entretenimento em todo o mundo, atingindo surpreendentes patamares de produção. Com exhibições de filmes, as crianças e pré-adolescentes percebem diferentes maneiras de ver e perceber o mundo. A questão é que, sendo o cinema uma indústria, um negócio, a sua distribuição está sujeita ao fluxo capitalista. Os filmes exibidos nas salas de cinema e na televisão não seguem a lógica da diversidade produzida, mas a da concentração de investimentos. Dessa forma, os mesmos filmes chegam aos espaços formais de exibição em todo o mundo. No Afeganistão e no Brasil, na Itália e no Japão os cartazes são os mesmos e correspondem aos blockbusters americanos, situação essa que contribui para a padronização do comportamento, para um olhar pouco criterioso e pensamentos domesticados. O contraponto a essa hegemonia hollywoodiana são as exhibições de filmes em espaços alternativos: festivais, mostras, cineclubes, escolas, universidades, espaços públicos. São nessas telas improvisadas que a diversidade de narrativas, formatos, culturas e histórias projetam novos olhares sobre a humanidade. Quanto mais cedo esses filmes forem apreciados, mais chances a sociedade terá de reverter o processo de homogeneização cultural. As produções que compõem a Mostra traduzem a multiplicidade cultural do Brasil e do mundo. As intenções e argumentos estão claros, mas o ponto a ser estudado é como se dá a recepção desses filmes pelas crianças, público-alvo do evento e das produções nele exibidas. É importante perceber e compreender os vários significados que o público, nesse caso as crianças, atribuem aos filmes. Esse tipo de estudo que se interessa pelo receptor e pela experiência fílmica tem contribuído para a concepção das teorias do cinema. Afinal, o processo cinematográfico deve levar em conta esse diálogo que reconhece a participação concreta e ativa do espectador de filmes. O cinema, que surgiu no século XX, veio se estabelecendo como a arte audiovisual de excelência. Com uma linguagem e características definidas, que por muito tempo norteou o audiovisual com sua narrativa linear e clássica. O cinema se apresenta como uma continuidade de planos sequenciais que se encarrega de contar uma história com começo, meio e fim. **OBJETIVO:** A pesquisa propõe uma reflexão sobre crianças enquanto receptores de audiovisual, e também compreender como se dá a recepção dos filmes da Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis, com alunos de 11 a 12 anos de idade da Escola de Ensino Básico Marechal Bormann, de Chapecó (SC). Essa pesquisa também pretende compreender como se dá a relação da criança com o novo audiovisual apresentado. **METODOLOGIA:** A primeira etapa do projeto foi a análise socioeconômica

Daniel Mendes Moreira, Ilka Goldschmidt

dos estudantes. Todos os resultados obtidos através do questionário foram transformados em gráficos. Após conhecer o espaço e as condições em que o adolescente está inserido, passamos para o estudo de recepção. As exhibições aconteceram no próprio ambiente escolar, porém, em um espaço alternativo que não a sala de aula, composto de uma sala escura e de uma grande tela branca, cadeiras dispostas como em um cinema, e pipoca, na tentativa de recriar o clima da exibição em sala escura. Queremos, de uma certa forma, criar uma relação “ao avesso” entre a Mostra e a primeira sessão de cinema que aconteceu há mais de dois mil anos, muito antes dos irmãos Lumière. Ela aconteceu na imaginação de Platão, e veio a ser conhecida posteriormente como a “alegoria da caverna”. Ao avesso, porque a proposta da pesquisa é ampliar as perspectivas sobre a realidade através desta caverna em pleno ambiente escolar. **RESULTADOS:** Ao provocar o olhar para filmes com uma narrativa diferente da que predomina nos filmes infantis e infantojuvenis que ocupam as telas de cinema e da televisão comercial, sabe-se que a intenção é habituar a recepção a outras percepções e conteúdos estéticos. A análise dos resultados do questionário possibilita perceber como a recepção dos filmes pelos alunos pode ser influenciada pelos hábitos de consumo já existentes, que estabelecem “cargas” culturais mediadas pela família e pela indústria cultural. Nessa perspectiva, provocar o olhar dos alunos em relação aos filmes que não possuem uma narrativa “hollywoodiana”, gerou certo estranhamento em relação aos filmes exibidos. Eles demoraram a perceber os elementos da narrativa que denotam mais reflexão, passando quase que despercebidos, não fosse o debate após as sessões. **CONCLUSÕES:** O olhar do adolescente de uma certa forma está preparado para situações e acontecimentos que são debatidos no âmbito escolar ou na sociedade em que vivem. É certo que a recepção fílmica é subjetiva e nem tudo é percebido ou relatado logo de imediato ao assistir ao filme. O conhecimento, as reflexões, a identificação ou não com personagens e histórias, os sentimentos provocados podem ser manifestados e percebidos com o passar do tempo, ainda mais quando o público é jovem. Por esse motivo, é importante comentar que os dados observados neste estudo não são absolutos, pelo contrário. Ao provocar o olhar para filmes com uma narrativa diferente da que predomina nos filmes infantis e infantojuvenis que ocupam as telas de cinema e da televisão comercial, sabe-se que a intenção é habituar a recepção a outras percepções e conteúdos estéticos. O foco deste estudo é procurar compreender com se dá essa primeira percepção e, nesse caso, é importante observar que alguns estudantes conseguiram se manifestar mais por desenhos do que pelo texto, outros mais pela expressão oral do que pela escrita e outros com poucas palavras revelam sentimentos e percepções muito intensas. O debate após as exhibições foi muito importante porque, ao discutir o filme, muitos alunos foram provocados a pensar. E, portanto, perceber as entrelinhas da história. É assim que se contribui para a construção de pensamentos mais críticos, o que é possível quando se trabalha com cinema e educação.

Palavras-chave: Recepção. Cinema. Blockbuster.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

POTENCIAL ANTIOXIDANTE, POLIFENÓIS TOTAL E ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE *Philodendron Bipinnatifidum Schott ex Endl*

Daniela Cândido¹, Aline Bohn, Felipe Caus, Jacir Dal Magro, Jaqueline Scapinello

¹ Acadêmica de Engenharia Química da Unochapecó, danielacandido@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: As pesquisas sobre as ações farmacológicas de plantas desempenham um importante papel na descoberta de mecanismos para o desenvolvimento de drogas, como, a manipulação de vias biossintéticas, visando à produção de substâncias sintéticas/naturais com atividades farmacológicas tão eficazes quanto as encontradas naturalmente, ou através da formulação de fitoterápicos, buscando a formulação de novos agentes ativos para o tratamento de doenças. A espécie arbustiva *Philodendron bipinnatifidum Schott ex Endl* é endêmica do Brasil, utilizada na medicina popular como purgante, hemostática e vermífuga. Há também relatos de atividade antitumoral, anestésica e anti-inflamatória. Apesar de ser muito utilizada na medicina popular brasileira, há poucos estudos científicos sobre essa espécie, com relatos do potencial antioxidante das raízes (MENEZES; SCHWARZ; SANTOS, 2004) e atividade antiprotozoária dos ramos e folhas (MUELAS-SERRANO et al., 2000).

OBJETIVO: Avaliar a atividade antioxidante, polifenóis totais e atividade antimicrobiana do extrato etanólico dos ramos de *Philodendron bipinnatifidum* sobre os microrganismos *Staphylococcus aureus*, *Streptococcus agalactiae*, *Streptococcus pyogenes*, *Escherichia coli*, *Escherichia fecalis*, *Pseudomonas aeruginosa* e *Salmonella*.

METODOLOGIA: A atividade antioxidante foi realizada pelo método DPPH (2,2-difenil-1-picril-hidrazila) descrito por Kumarasamy e colaboradores (2002), com algumas modificações. A amostra foi preparada na concentração de 500 mg/ml em solvente metanol, e então diluições foram realizadas para concentrações de 10, 25, 50, 100 e 150 mg/ml. Para cada diluição, pipetou-se 100 µl e colocou-se em frascos contendo o radical DPPH. A leitura das amostras foi realizada por método espectrofotométrico no comprimento de onda de 516 nm. A concentração de compostos fenólicos foi determinada pelo método de Folin-Ciocalteu (KIRALP; TOPPARE, 2006). A partir do método, em meio alcalino, os compostos fenólicos presentes na amostra reduzem a mistura dos ácidos fosfotúngsticos e fosfomolibdicos do reagente de Folin, em óxidos de tungstênio e molibdênio de cor azul, tornando possível realizar leituras de absorvância na região do visível do espectro em 765 nm. Os resultados são expressos em mg equivalente de ácido gálico por 100 g de amostra. Os testes microbiológicos foram realizados por difusão em meio sólido, conforme descrito por Alves e colaboradores (2000), com algumas modificações, seguindo as recomendações do NCCLS/CLSI (2012). As suspensões bacterianas foram ajustadas em água salina estéril 0,85% para uma concentração de 10⁸ UFC/ml, utilizando a escala 0,5 de McFarland. Os microrganismos de interesse foram semeados nas placas com meio de cultura *Plate Count Ágar* (PCA) com o auxílio de um *swab*. Foram feitos três orifícios equidistantes em cada placa, com diâmetro de aproximadamente 0,8 cm,

Daniela Cândido, Aline Bohn, Felipe Caus, Jacir Dal Magro, Jaqueline Scapinello

sendo depositado nestes o extrato na concentração de 0,40 g/ml. Incubou-se a 36 °C por 24 h. Posteriormente, avaliou-se a formação de um halo de inibição de crescimento microbiano, e quando verificado, as medidas foram realizadas com paquímetro. A análise de açúcares totais também foi realizada, a partir do método de Fenol-sulfúrico (DUBOIS et al., 1956), que se baseia na determinação de açúcares simples, que após desidratação dos mesmos pelo ácido sulfúrico e subsequente complexação dos produtos formados com fenol, a mistura apresenta mudança de coloração, que pode ser medida por espectrofotometria visível a 490 nm, e a mudança na coloração é proporcional à quantidade de açúcares presentes na amostra, sendo o resultado expresso em mg equivalente de glicose por 100 g de amostra. **RESULTADOS:** A capacidade antioxidante registrada foi de $74,97 \pm 0,71\%$, e pode-se considerar que o extrato possui elevada capacidade antioxidante e pode ser avaliado quanto a sua ação de neutralizar os radicais livres, visto que estes causam danos oxidativos às células, podendo levar a um grande número de patologias, incluindo o câncer e a aterosclerose. Os compostos fenólicos presentes nas plantas são considerados os principais compostos responsáveis pela atividade antioxidante, devido à presença de um grande número de hidroxilas fenólicas em suas estruturas moleculares. A concentração de compostos fenólicos no extrato avaliado foi de $1329,69 \pm 9,91$ mgEAG/100 g, demonstrando que a elevada capacidade antioxidante está diretamente relacionada com a presença de compostos fenólicos no extrato. Em relação aos testes microbiológicos, o extrato não apresentou atividade antimicrobiana frente à maioria dos microrganismos testados, com fraca inibição apenas frente ao microrganismo *S. pyogenes*, resultando em halo de inibição de $1,287 \pm 0,025$ cm. A baixa atividade antimicrobiana pode ser explicada pela elevada concentração de açúcares no extrato. Após a evaporação do solvente, observou-se a formação de cristais semelhantes aos açúcares, além do odor doce característico, e devido a isso, procedeu-se a determinação de açúcares totais para mensurar a concentração, o qual resultou em 8915,6 EGmg/100 g, o que confirma a alta concentração de açúcares no extrato. A maioria dos microrganismos oxida carboidratos como fonte primária de energia celular, e a glicose é a mais importante molécula utilizada como fonte de energia pelas células. Os microrganismos degradam a glicose em dois processos distintos para permitir que a energia seja captada em formas aproveitáveis, que são a respiração celular e a fermentação. **CONCLUSÕES:** O extrato dos ramos de *Philodendron bipinnatifidum Schott ex Endl* resultaram em elevada atividade antioxidante, a qual está relacionada principalmente com a elevada concentração de compostos fenólicos. Esses resultados demonstram que essa planta pode ser avaliada quanto a sua ação antitumoral, pois os polifenóis naturais possuem efeitos significativos na redução do câncer, já que estudos indicam que essas substâncias auxiliam na prevenção de doenças, possivelmente por suas propriedades antioxidantes. A não atividade antimicrobiana do extrato frente aos microrganismos avaliados pode estar relacionada à elevada concentração de açúcares no extrato etanólico, e a obtenção de um extrato a partir de solventes apolares pode ser avaliada para se certificar se a planta apresenta ou não essa atividade. A partir dos bons resultados de atividade antioxidante, o extrato será avaliado quanto a sua atividade antitumoral *in vitro*. Serão realizadas análises para identificação dos principais metabólitos secundários presentes no extrato, como também serão desenvolvidas técnicas de separação para isolamento dos principais compostos presentes no extrato e, posteriormente, testes biológicos com as substâncias isoladas.

Palavras-chave: Atividade antioxidante. Polifenóis. Inibição microbiana.

Fonte financiadora: Unochapecó Pibic/FAPE.

Daniela Cândido, Aline Bohn, Felipe Caus, Jacir Dal Magro, Jaqueline Scapinello

Referências

ALVES, T. M. A. et al. Biological screening of Brazilian medicinal plants. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 95, n. 3, p. 367-373, maio/jun. 2000.

CLSI – Clinical and Laboratory Standards Institute. **Performance standards for antimicrobial disk susceptible tests**; Approved standard. Wayne: CL, 2012.

DUBOIS, M. et al. Colorimetric method for determination of sugars and related substances. **Analy. Chem.**, v. 28, p. 350-356, 1956.

KIRALP, S.; TOPPARE L. Polyphenol content in selected Turkish wines, an alternative method of detection of phenolics. **Proc. Bioch.**, v. 41, p. 236-239, 2006.

KUMARASAMY, Y. et al. Screening seeds of some Scottish plants for free radical scavenging activity. **Phytother. Res.**, v. 21, p. 615-621, 2007.

MENEZES, P. R.; SCHWARZ, E. A.; SANTOS, C. A. M. In vitro antioxidant activity of species collected in Paraná. **Fitoterapia**, v. 75, p. 398-400, 2004.

MUELAS-SERRANO, S. et al. *In vitro* screening of American plant extracts on *Trypanosoma cruzi* and *Trichomonas aginalis*. **J. Ethnopharmacology**, v. 71, p. 101-107, 2000.

INCLUSÃO: COMPARTILHANDO SABERES ATRAVÉS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOCHAPECÓ

Daniela Maria Carneiro¹, Carla Dos Reis Rezer, Neusa Dendena Kleinubing

¹ Bolsista e acadêmica de Educação Física da Unochapecó, danimaria@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: As conquistas das pessoas com deficiência no sentido de viver em um ambiente menos restrito e integrados à sociedade vem se ampliando grandemente. Muitas leis foram criadas para garantir direitos e benefícios a essas pessoas. Todavia, apesar dos avanços, é inegável que existam espaços escolares onde a inclusão dos alunos com deficiência ainda não acontece. Refletir sobre inclusão implica em pensar e arregimentar mecanismos e estratégias que possam extinguir e/ou reduzir progressivamente os preconceitos que estão plantados na sociedade (DEMO, 1989). Tratando da pessoa com deficiência, pensamos a Educação Física como agente pedagógico para a inclusão social, em função da sua abrangência de conteúdos, que criam possibilidades para amenizar os problemas causados pelos déficits específicos das deficiências. Pois se referindo à educação na perspectiva de educação inclusiva, pode-se considerar a Educação Física como um agente transformador, que pode ser capaz de oportunizar a todos a participação nas aulas. Sabe-se que ainda faltam estruturas nas escolas e há o despreparo por parte dos profissionais para a atuação com os alunos com deficiência. E, diante desse panorama, muitas dúvidas têm sido geradas, debates têm sido levantados e questionamentos feitos acerca do tema. O presente trabalho trata-se de um recorte do projeto de pesquisa em andamento intitulado “O processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar e implicações na prática pedagógica: o que dizem os egressos do curso de educação física da Unochapecó”, que vem sendo desenvolvido desde 2014, objetivando analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar e suas implicações na prática pedagógica dos professores egressos do curso de Educação Física da Unochapecó. A discussão deste texto está vinculada a um dos objetivos específicos já desenvolvidos, qual seja: Verificar a produção acadêmica do curso de Educação Física da Unochapecó sobre a temática inclusão. Esta investigação torna-se pertinente tendo em vista que o curso de Educação Física da Unochapecó apresenta uma trajetória de 16 anos desde sua implantação, tendo formado um número expressivo de professores para atuar na região oeste de Santa Catarina, assim como em outros estados vizinhos. **OBJETIVO:** Analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar e suas implicações na prática pedagógica dos professores egressos do curso de Educação Física da Unochapecó. Sendo um dos objetivos específicos que nortearam esta pesquisa verificar o entendimento do professor de Educação Física em relação ao processo de inclusão de alunos com deficiência. **METODOLOGIA:** Somente pode ser científico o que pode ser discutível (DEMO, 1989), as questões

centrais deste estudo se apresentam exatamente nessa direção, discutir elementos que se apresentam como importantes na contemporaneidade da Educação Física, tais como o processo inclusivo nas aulas de educação física escolar. Este estudo se caracteriza pela abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa trabalha com uma natureza de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que satisfazem um espaço mais intenso das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2008). Nesse sentido, a pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo descritiva, utilizando-se da análise documental como instrumento para a coleta das informações. Num primeiro momento, fez-se o levantamento de todos os trabalhos de conclusão de curso (TCC) catalogados no acervo da biblioteca central da Unochapecó, os quais apresentavam como palavra-chave o termo inclusão. Após a seleção dos TCCs, procedeu-se a leitura de seus resumos e objetivos para verificação de suas intenções de pesquisa. Com base nestas informações formulou-se quadro analítico a fim de identificar as temáticas pesquisadas e os objetivos propostos. **RESULTADOS:** A identificação de TCCs, visualizando as temáticas pesquisadas e seus objetivos, se constituiu como o primeiro passo desta investigação, pois buscamos analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar e as suas implicações na prática pedagógica dos professores egressos do curso de Educação Física da Unochapecó, pois acreditamos que traçar a trajetória dos estudos realizados nesse curso torna-se um elemento essencial, já que nos aponta um panorama sobre o interesse por esta temática, bem como a produção de conhecimento durante o processo de formação inicial. Este levantamento apontou para 24 TCCs no curso de Educação Física que abordam o tema inclusão. Estes foram categorizados em dois blocos, sendo o primeiro vinculado à realização de diagnósticos e o segundo aos trabalhos que se propuseram analisar as intervenções e práticas pedagógicas. No primeiro bloco, identificamos 16 trabalhos que buscaram realizar diagnósticos referentes a questões vinculadas ao processo de inclusão, percebidas tanto por alunos e professores quanto por pais e familiares. No segundo bloco identificamos oito TCCs que investigaram possibilidades de intervenções pedagógicas nos mais diferentes contextos e com diferentes grupos de sujeitos com deficiências. O primeiro trabalho foi realizado no ano de 2002, e desse ano até 2005 foram identificados somente investigações referentes a diagnósticos sobre o processo de inclusão nas diferentes instituições de ensino especializado. A partir de 2005 aparecem novas perspectivas de estudo, com aumento significativo de propostas de intervenção e análise de práticas pedagógicas envolvendo professores e alunos de diferentes instituições e discutindo sobre diferentes deficiências. É possível pensar este avanço com relação ao tipo de pesquisa, que vai ao encontro da argumentação que a aceitação da diversidade exige o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada (PACHECO, 2009). A realidade da escola hoje, que se confronta com a heterogeneidade social e cultural, implica numa outra concepção de organização, que ultrapasse questões de uniformidade e reconheça o direito às diferenças. Necessita-se que a pesquisa na área da inclusão investigue como os alunos considerados diferentes vivem e agem dentro da escola tradicional, para que se possa compreender o modo como os sujeitos agem e percebem as situações vividas nesses contextos. Igualmente, pensar a inclusão para além da escola se faz necessário, pois a pessoa com deficiência também é (ou deveria ser) pensada, vista e, principalmente, incluída de forma efetiva na sociedade. Nesse sentido, percebeu-se que as pesquisas também ampliaram seu olhar para além da escola, a exemplo daqueles que se propuseram investigar a percepção de professores de Educação Física em relação à presença da pessoa com deficiência nas atividades de academia (RADAELLI; KLEINUBING; MAROCCO, 2012), e ao desenvolvimento de uma proposta metodológica para o

Daniela Maria Carneiro, Carla Dos Reis Rezer, Neusa Dendena Kleinubing

tênis de campo para pessoas com deficiência física (cadeirantes) em academia de tênis na cidade de (THOMAZZI; LIMA, 2009). **CONCLUSÕES:** Nesta primeira etapa, nos propomos a traçar a trajetória de estudos referentes à temática inclusão realizados pelos estudantes do curso de Educação Física da Unochepecó. Desde o primeiro trabalho, realizado em 2002 até o último, em 2014, identificamos uma evolução no sentido de aprofundamentos teóricos, bem como implementações e análises de práticas pedagógicas, demonstrando assim a necessidade de verificar limites e possibilidades para que este processo se efetive, tanto no contexto escolar como no não escolar. Assim, pensar e fazer a Educação Física na perspectiva da educação inclusiva compreende um processo pedagógico de formação inicial que deve subsidiar aos estudantes entendimentos com relação a todas as nuances possíveis entre as potencialidades e fragilidades de cada corpo, de cada sujeito, tanto nos aspectos cognitivos quanto físicos, e isso não configura tarefa fácil, pois envolve inúmeros saberes e habilidades pedagógicas e, por que não dizer, humanas.

Palavras-chave: Formação inicial. Educação Física. Inclusão.

Fonte financiadora: Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina, Unochepecó.

Referências

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1989.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PACHECO, J. Berços da desigualdade. In: GOMES, M. (Org.). **Construindo as trilhas para a inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

RADAELLI, D. C.; KLEINUBING, N. D.; MAROCCO, V. **Professores de educação física: entre a percepção e a presença da pessoa com deficiência nas atividades de academia**. 2012. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Educação Física) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2012. Disponível em: <<http://www5.unochapeco.edu.br/pergamum/biblioteca/php/imagens/00008F/00008F4F.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2014.

RODRIGUES, G. M. et al. Demarcações Sociais e as Relações Diáticas na Escola: considerações acerca da inclusão. **Revista Brasileira de Ciências dos Esportes**, Campinas, v. 25, n. 3, maio 2004.

THOMAZZI, E.; LIMA, M. D. de. **Tênis de campo para cadeirantes**. 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Educação Física) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2009.

BRINCAR NA ESCOLA: O QUE DIZEM AS CRIANÇAS DE SEIS A NOVE ANOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Diana Cecon¹, Aline Fátima Lazarotto

¹ Acadêmica de Pedagogia da Unochapecó

INTRODUÇÃO: A presente pesquisa tem por objetivo investigar o brincar a partir das representações das crianças do Ensino Fundamental. Esta temática surge a partir das discussões estabelecidas no grupo de pesquisa “Abordagens do Processo Educativo”, do curso de Pedagogia da Unochapecó que vem, desde 2001, problematizando questões referentes à infância e aos processos de aprendizagem, tendo como espaços de investigação instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Chapecó (SC). Este projeto tem como referência o princípio de “Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão”, apontado pela Política de Desenvolvimento de Extensão da Unochapecó, nos termos do parecer n. 160/CONSUN/2010. Desse modo, a presente pesquisa acontece mediante o Programa de Extensão do curso de Pedagogia: Experiências do Brincar, que tem como objetivo ressignificar experiências do brincar mediado em diferentes espaços e contextos, num processo de mobilização cultural para a formação humana, emancipatória e cidadã dos sujeitos. Realizar uma pesquisa a partir da indissociabilidade entre pesquisa e extensão pode ser um caminho para qualificar as relações entre adultos e crianças, na tentativa de uma formação próxima das especificidades da infância e de uma prática pedagógica que respeite a criança enquanto sujeito histórico, social e cultural. Considerando a escola um espaço privilegiado da infância, comprometido com os direitos fundamentais da criança, é necessário para o processo de formação compreender o brincar a partir das crianças, em que o processo é um elemento cultural e expressão da vida humana. Nessa direção, a pesquisa pretende, dentro dos limites, investigar a relação que as crianças estabelecem com o brincar no espaço educativo, especificamente crianças de seis a nove anos que frequentam os primeiros anos do Ensino Fundamental em uma escola do município de Chapecó. Assim, elegeu-se enquanto problema de pesquisa: Quais são as representações das crianças dos primeiros anos do Ensino Fundamental sobre o brincar na escola? Para direcionar a pesquisa foram levantadas as seguintes questões de estudos: Qual a importância do brincar para a criança? Como são organizadas as brincadeiras infantis na escola pelas crianças? Quais são as representações do brincar na escola para as crianças de seis a nove anos do Ensino Fundamental? Assim, a justificativa deste projeto perpassa a ideia de garantir dentro da escola o direito de brincar e lançar para a sociedade elementos sobre a cultura da infância, deixando claro que a criança não é uma miniatura do adulto, mas um sujeito que brinca e “produz” cultura. O desafio posto nesta investigação é olhar para as crianças no intuito de reaprender o humano através de seus brincares. **OBJETIVO:** Compreender as representações das crianças dos primeiros

Diana Cecon, Aline Fátima Lazarotto

anos do Ensino Fundamental sobre o brincar na escola. Os objetivos específicos são: compreender qual a importância do brincar para a criança; identificar como são organizadas as brincadeiras infantis na escola pelas crianças; analisar quais as representações do brincar na escola para as crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. **METODOLOGIA:** A abordagem deste estudo caracteriza-se enquanto qualitativa do tipo etnográfica, objetivando analisar as representações das crianças sobre o brincar nos primeiros anos do Ensino Fundamental, em uma instituição de ensino do município de Chapecó. A presente pesquisa busca a descrição de elementos da cultura infantil, compreendendo que a criança constrói sua própria cultura e que a mesma possui uma identidade própria. Os relatos infantis envolvem memória e identidade, assim, é preciso aprender a trabalhar com as falas das crianças que dependendo do contexto têm mais ou menos condições de falar. Os sujeitos deste estudo são crianças de seis a nove anos, de ambos os gêneros, que estudam em uma instituição escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental e que, mediante convite, aceitaram participar do estudo. A coleta dos dados foi realizada nos ateliês de brincadeiras tradicionais, por meio do programa de extensão “Experiências do Brincar”, o qual a bolsista desta pesquisa desenvolve atividades semanalmente com o projeto “Pedagogia na Rua”, a fim de aproximar-se das crianças para perceber suas manifestações e representações acerca do brincar na escola e potencializar as atividades extensionistas da universidade, além disto, entende-se esta ação como relevante para construir relações com as crianças qualificando a pesquisa. As atividades lúdicas se constituem num veículo privilegiado para transformar técnicas de coletas de dados em instrumentos lúdicos, procedimentos estes adotados indiscriminadamente, com as crianças, jovens e adultos. A utilização das brincadeiras pretende ampliar a dimensão de afetos entre as crianças, e serão utilizadas no momento do Recreio. Por intermédio das brincadeiras será utilizado enquanto instrumentos de pesquisa: entrevistas individuais e coletivas, utilizando gravador para coletar as narrativas e observação participante com anotações no diário de campo. Entende-se que pela convivência com o grupo, o pesquisador consegue compreender situações diversas, ajuda a vincular e desvendar as práticas do cotidiano da instituição observada. Na pesquisa qualitativa é essencial o envolvimento dos sujeitos, a interação do pesquisador com os pesquisados. Para registro dos dados será utilizado o diário de campo – um caderno no qual realizar-se-á anotações diárias. Entende-se que este instrumento é de extrema importância para a pesquisa, pois através de suas anotações no ato de escrever e registrar percebe-se situações significativas (pontos negativos e positivos), sendo também prático, facilitando as reflexões do pesquisador. Para análise de dados utilizar-se-á o método da “análise de conteúdo”. Far-se-á primeiramente uma decomposição dos dados buscando relações entre as partes que foram decompostas e, concluindo com a interpretação das falas e das ações para se chegar à compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado. Após trabalhar intensamente sobre o material coletado, esse será confrontado com o referencial teórico que fundamenta esta análise. **RESULTADOS:** Pode-se avaliar de forma positiva as atividades realizadas junto às crianças, primeiramente pela satisfação e entusiasmo que os mesmos demonstram nos encontros na “Hora do Recreio”, realizados mediante o projeto de extensão. Falas como: “Por que vocês não ficam aqui mais tempo?”, “Viva, hoje tem brincadeira”, “Mas a gente brincou só um pouquinho, queria brincar mais”, nos mostram como os momentos de brincadeira são importantes para as crianças dentro e fora da instituição escolar, e que esta é uma característica da criança e da infância. A alegria representada ao brincar de peteca, amarelinha ou produzindo um brinquedo, caracteriza o quanto o brincar é necessário e que a escola pode ressignificar as relações entre os pares, por meio de diferentes brincares. Além disso, vale destacar que a participação efetiva

Diana Cecon, Aline Fátima Lazarotto

das crianças nos diversos momentos das brincadeiras tradicionais deixa claro a importância deste projeto e sua relevância enquanto necessidade humana, pois enquanto a criança brinca, ela interage com sua cultura.

CONCLUSÕES: As reflexões e estudos sobre o brincar evidenciam a sua importância na infância, pois o ser humano é um ser brincante e o brincar é um elemento da cultura humana. Pode-se considerar, assim, que é preciso pensar nos espaços que têm sido destinados para que as crianças assegurem os seus direitos. Nos limites deste trabalho é preciso assumir a responsabilidade frente às crianças, considerando que: faz-se necessário uma aproximação entre a formação acadêmica e as realidades sociais. Faz-se emergente ouvir e refletir sobre o que as crianças dizem para garantir o direito à brincadeira na escola.

Palavras-chave: Criança. Infância. Brincar. Escola.

Fonte financiadora: Pibic/FAPE.

AUTOPERCEPÇÃO DO PAPEL DA MERENDEIRA NO ESPAÇO ESCOLAR

Eduarda Mariotti¹, Aline Cristina Lalana, Janaévi Michel Belusso, Nadia Kunkel Szinwelski

¹ Acadêmica de Nutrição da Unochapecó e bolsista do Núcleo de Iniciação Científica, dudamariotti@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: As merendeiras são consideradas manipuladoras de alimentos encarregadas do preparo, da distribuição e de todas as atividades que envolvem a produção de refeições servidas nas escolas. Elas possuem papel fundamental nas ações desenvolvidas pelo PNAE e se configuram o elo entre a alimentação escolar e o aluno. Diante disso, seria interessante criar espaços para efetuar a participação dessa profissional também no âmbito da educação, já que o seu papel no ambiente escolar vai muito além do processo de produção de refeições (COSTA; LIMA; RIBEIRO, 2002). A valorização do papel da merendeira nesse processo apresenta-se fundamental e inicia-se pela compreensão das percepções que os integrantes da comunidade escolar têm sobre ele, percepções estas que não são neutras e que revelam um conjunto de representações de homem e de sociedade construídas nas trajetórias de vida de cada um. **OBJETIVO:** Conhecer a autopercepção de merendeiras sobre o seu papel na promoção da saúde e alimentação saudável no ambiente escolar. **METODOLOGIA:** Estudo descritivo de abordagem qualitativa realizado com merendeiras de 27 escolas públicas estaduais da área urbana do município de Chapecó (SC). As merendeiras foram convidadas a virem até a Unochapecó, onde foi realizada a coleta de dados através das rodas de conversa, a fim de conhecer suas concepções de educação, saúde e educação em saúde, suas percepções de si mesmas enquanto educadoras e sobre seu papel na escola. A coleta dos depoimentos foi semidirigida a partir de um roteiro geral através do qual se pretendeu apenas nortear o depoimento, dando liberdade ao entrevistado de manifestar-se livremente sobre os temas propostos. As rodas de conversa permitem ainda a interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, por ser uma espécie de entrevista de grupo, como o próprio nome sugere, não se tratando de um processo diretivo e fechado em que se alternam perguntas e respostas, mas uma discussão focada em tópicos específicos na qual os participantes são incentivados a emitirem opiniões sobre o tema de interesse (IERVOLINO; PELICIONI, 2001). Os depoimentos das merendeiras foram transcritos, sistematizados e textualizados para posterior análise, a qual seguiu a técnica de análise de conteúdo, que consiste em uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e por reagrupamento segundo a analogia (BARDIN, 2011). O registro das interações aconteceu por meio de gravações de áudio. Ao término da etapa de coleta de dados e registro, aconteceu a análise das mesmas. **RESULTADOS:** As merendeiras sentem-se valorizadas principalmente pelos alunos e pais, no entanto, mostram relevante descontentamento em relação ao olhar que os demais profissionais, com as quais convivem no seu trabalho,

Eduarda Mariotti, Aline Cristina Lalana, Janaévi Michel Belusso, Nadia Kunkel Szinwelski

especialmente os professores, tem sobre o seu papel. Além disso, as merendeiras sofrem com uma grande sobrecarga de trabalho a que são expostas todos os dias, promovendo grande insatisfação e desgaste físico, pois, além de realizarem o preparo e a distribuição de alimentos, elas normalmente são responsáveis pela limpeza da escola e também ao cuidado dos alunos. A percepção quanto à importância do seu papel no cenário escolar, no entanto, ainda é limitada, pois as merendeiras se reservam à condição de fazedoras da merenda, o que parece condizer com a percepção dos demais atores do coletivo escolar, tornando evidente a desvalorização conferida, inclusive por elas próprias, ao seu trabalho, sendo percebido valor na atividade de professora, ou na de bibliotecária, por exemplo, que têm mais estudo (TEO; SABEDOT; SCHAFER, 2010). Essas trabalhadoras acham que todas as escolas deveriam fornecer cursos de qualificação para aprimorar os seus conhecimentos na área da culinária e também aprender coisas novas, pois assim elas aprendem a preparar uma alimentação saudável e variada para os alunos, e os diretores deveriam acompanhar suas funcionárias nos cursos (COSTA; LIMA; RIBEIRO, 2002), assim saberiam valorizar o seu trabalho feito na escola. **CONCLUSÕES:** São necessárias ações que transformem o atual papel da merendeira no espaço escolar, bem como de sua percepção e da percepção dos demais que com ela convivem. Esse processo é possível por meio da disponibilização de um maior número de profissionais para lhe ajudar na cozinha, proporcionando menor carga de trabalho e um maior tempo para a sua atuação também como um agente educativo. Também é evidente que esse profissional necessita de uma melhor remuneração e de maiores possibilidades de qualificar-se, assim, é importante que a ele seja oferecido mais capacitações para que seu desempenho seja melhorado, para cumprir também um papel de educadora na escola.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Esgotamento profissional. Educação em saúde.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011.

COSTA, E. de Q.; LIMA, E. da S.; RIBEIRO, V. M. B. O treinamento de merendeiras: análise do material instrucional do Instituto de Nutrição Annes Dias: Rio de Janeiro (1956-94). **Histórias Ciências Saúde-Manguinhos**, v. 9, n. 3, p. 535-560, 2002.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista Escola de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 115-21, jun. 2001.

TEO, C. R. P. A.; SABEDOT, F. R. B.; SCHAFER, E. Merendeiras como agentes de educação em saúde da comunidade escolar: potencialidades e limites. **Espaço para a Saúde**, v. 11, n. 2, p. 11-20, 2010.

CARBONO MICROBIANO DO SOLO EM CULTIVO DE MILHO (*Zea mays* L.) SOB UTILIZAÇÃO DE BACSOL E ORGASOL

Elston Kraft¹, Carolina Riviera Duarte Maluche Baretta,
Leandro do Prado Wildner, Lúcia Salengue Sobral, André Júnior Ogliari

¹Acadêmico de Agronomia da Unochapecó, elston@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O milho (*Zea mays* L.) é o cereal de maior volume de produção no mundo, com uma produtividade estimada em aproximadamente 960 milhões de toneladas ao ano. Para que possamos obter altas produtividades da cultura, além de boas condições climáticas e um manejo adequado, é necessário que tenhamos boas condições de solo que permitam um ambiente físico e químico adequado para o crescimento radicular da mesma, aumentando a absorção de água e nutrientes pelas plantas. No entanto, acrescido a esses aspectos, não podemos esquecer da manutenção da qualidade biológica do solo através de condições adequadas que permitam o bom estabelecimento e atividade de populações de macro e micro-organismos, sendo estes indicadores de qualidade do solo. A necessidade de meios de produções mais sustentáveis inclui, como acima mencionado, práticas de manejo que favoreçam a diversidade microbiana dos solos e reposição de nutrientes essenciais a atividades destes e de plantas; hoje é possível encontrar no mercado produtos à base de componentes biológicos que contribuem para manutenção e/ou restauração dessa qualidade microbiológica. Podemos mencionar os produtos Bacsol (complexo orgânico composto de bactérias e outros micro-organismos – promotores de crescimento) e o Orgasol (complexo orgânico de aminoácidos – bioestimulante), em que a possibilidade da utilização destes produtos em culturas de grande importância comercial pode auxiliar no crescimento e rendimento da cultura do milho, com melhoria na qualidade do solo, estimulando a atividade microbiana do mesmo. A biomassa microbiana do solo (BMS) é considerada a parte viva e mais ativa da matéria orgânica do solo e pode ser utilizada como um indicador biológico ou índice de adequação de sustentabilidade de sistemas de produção. **OBJETIVO:** Avaliar parâmetros de qualidade microbiana do solo sob a utilização dos produtos Bacsol (bactérias promotoras de crescimento) e Orgasol (bioestimulante) e a combinação dos mesmos, na cultura do milho. **METODOLOGIA:** O experimento foi conduzido em estufa utilizando vasos plásticos com 18 dm³, no delineamento inteiramente casualizado em parcelas subdivididas com nove repetições, sendo as parcelas representadas pelos diferentes estádios de avaliações da cultura (V6, R1 e R6). O solo utilizado foi um Latossolo Vermelho distrófico. Os tratamentos corresponderam às doses comerciais dos produtos ajustadas ao volume dos vasos (T0: Testemunha; T1: Bacsol 200g/ha; T2: Bacsol 500g/ha; T3: Orgasol 200ml/ha; T4: Orgasol 200ml/ha + Bacsol 200g/ha). Os solos de todos os tratamentos foram corrigidos de acordo com a necessidade da cultura baseado em análise de solo. Foram coletadas uma amostra de solo por vaso ao final do experimento (estádio R6), acondicionadas

Elston Kraft, Carolina Riviera Duarte Maluche Baretta, Leandro do Prado Wildner, Lúcia Salengue Sobral, André Júnior Ogliari

em sacos plásticos e transportadas em caixas de isopor com gelo até o Laboratório de Solos da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), onde foram mantidas sob refrigeração até a sua manipulação. As amostras de solo foram peneiradas em malha 2 mm e secas à sombra para determinação dos teores de Carbono da Biomassa Microbiana do Solo (CBM) utilizando o método de fumigação-extração. Para cada amostra foram realizadas três repetições analíticas. Após a fumigação com clorofórmio livre de etanol (CHCl_3), o CBM foi extraído com sulfato de potássio $0,5 \text{ mol L}^{-1}$ (K_2SO_4) e oxidado com dicromato de potássio $66,7 \text{ mmol L}^{-1}$ ($\text{K}_2\text{Cr}_2\text{O}_7$). O teor de carbono foi determinado por titulação com sulfato ferroso amoniacal hexahidratado $33,3 \text{ mmol L}^{-1}$ ($\text{Fe}(\text{NH}_4)_2(\text{SO}_4)_2 \cdot 6\text{H}_2\text{O}$), na presença do indicador difenilamina (1%). O CBM foi calculado através da divisão do valor encontrado entre a diferença do carbono extraído do solo fumigado e não fumigado pelo fator $K_{ec} = 0,33$ e posteriormente sendo corrigido para base seca de solo. A determinação da matéria orgânica do solo (MOS) foi dada por digestão ácida dicromato/sulfúrico e mensurada fotometricamente, utilizando para o cálculo do carbono orgânico total (COT) o fator de Van Bemmelen (1,72). A partir dos resultados de CBM e COT foi calculada a relação CBM:COT, expressa como a percentagem de C microbiano em relação ao C total do solo. Os dados foram submetidos à análise de variância (Anova), utilizando-se o programa estatístico SAS versão 8.2, e as médias comparadas pelo teste LSD ($P < 0,05$).

RESULTADOS: Para o presente estudo, os parâmetros CBM e a relação CBM:COT diferiram estatisticamente ($P < 0,01$) entre os tratamentos avaliados; porém, não foram encontradas diferenças estatísticas para o parâmetro COT. Os resultados dos coeficientes de variação (CV) obtidos através da análise de variância para as variáveis estudada foram: CBM = 8,23%, COT = 1,98% e relação CBM:COT = 5,15%. Para a variável CBM, os maiores valores obtidos foram encontrados nos tratamentos T1, T2, T3 e T4 que não diferiram entre si, porém diferiram em relação à testemunha (T0). Rangel e Silva (2007) encontraram valores semelhantes a este estudo ao avaliarem diferentes sistemas de cultivos em cereais. No entanto, os altos valores encontrados para os tratamentos com a utilização do Bacsol, Orgasol e combinação de ambos são encontrados na literatura em sistemas preservados, sendo citados por alguns autores como aos encontrados na sua grande maioria em área de mata nativa, devido ser um ambiente em equilíbrio com grande diversidade de micro-organismos. Tais valores refletem a influência da utilização do Bacsol e Orgasol, onde é possível identificar o aumento em praticamente o dobro de CBM em relação a testemunha. De acordo com Mercante e colaboradores (2004), altos valores de C microbiano resultam em imobilização temporária de nutrientes e, conseqüentemente, em menores perdas de nutrientes no sistema solo-planta, isso ocorre pelo fato dos micro-organismos serem a chave que controla o acúmulo de matéria orgânica, sendo continuamente assimilados pelo crescimento microbiano dos diferente organismos que compõem o ecossistema (TODA et al., 2010). Mercante e colaboradores (2004) ainda ressaltam que a atividade microbiana elevada está diretamente relacionada com a disponibilidade de C do solo e/ou da biomassa microbiana, podendo assim ser utilizado como um indicador na qualidade do solo. Os teores de COT não apresentaram diferença estatística entre os tratamentos testados, fato que pode ser explicado devido ao COT representar uma característica química mais estável e de menor flutuação no solo em curto prazo (MALUCHE-BARETTA et al., 2007). A relação CBM:COT dos tratamentos T1, T2, T3, T4 diferenciaram estatisticamente em relação a T0, no entanto, estes não diferenciaram estatisticamente entre si, efeito semelhante ao resultado encontrado a variável CBM. Os tratamentos onde foram utilizados os produtos Bacsol e Orgasol apresentaram C microbiano acima de 6% em relação ao COT, sendo estes valores superiores à testemunha que apresentou C microbiano de 3,23% em relação ao COT.

Elston Kraft, Carolina Riviera Duarte Maluche Baretta, Leandro do Prado Wildner, Lúcia Salengue Sobral, André Júnior Ogliari

A relação CBM:COT pode ser utilizada como indicador de estabilidade do sistema, devido a sua velocidade de respostas às mudanças que ocorrem no solo. Borges, em estudo avaliando alterações microbianas sobre diferentes culturas de coberturas de solo em sistema de plantio direto, constatou que a combinação de culturas com elevada produção de massa seca por hectare, aliado a culturas de melhor qualidade da palhada, proporcionaram uma elevação da quantidade de C microbiano, chegando a 5,14% em proporção ao COT e valores próximo a 0,55% quando utilizado materiais de baixa qualidade aliado a baixas quantidades de massa seca, evidenciando a influência do manejo e práticas mais sustentáveis de produção quando da utilização do CBM:COT como indicador de estabilidade, e também de qualidade de solo. **CONCLUSÕES:** Para a utilização de Bacsol, Orgasol e a mistura dos mesmos na cultura do milho em experimento conduzido em vasos, os produtos promoveram a melhora da qualidade microbiana do solo medida através dos seus teores de CBM e da relação CBM:COT. Tais dados sugerem a realização de um novo trabalho a campo, submetendo os produtos testados às adversidades naturais, onde poderão apresentar efeitos positivos ou negativos aos obtidos em vaso.

Palavras-chave: Qualidade do solo. Promotores do crescimento. Bioestimulantes.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, Unochapecó.

Referências

BORGES, C. D. **Alterações microbianas do solo sob sistema de semeadura direta e rotação de culturas.** 2010. 82 p. Dissertação (Mestrado em Microbiologia Agropecuária) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Jaboticabal, São Paulo, 2010.

MALUCHE-BARETTA, C. R. D. et al. Atributos microbianos e químicos do solo em sistemas de produção convencional e orgânico de maçãs no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Ciência do solo**, v. 31, p. 655-665, 2007.

_____. Microbial eco-physiological indicators to assess soil quality. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, Amsterdam, v. 98, p. 285-293, 2003.

MERCANTE, F. M. et al. **Parâmetros microbiológicos como indicadores da qualidade do solo sob diferentes sistemas integrados de produção agropecuária.** Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2004. 27 p. (Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste. Boletim de pesquisa e desenvolvimento, 20).

RANGEL, O. J. P.; SILVA, C. A. Estoque de carbono e nitrogênio e frações orgânicas de latossolo submetido a diferentes sistemas de uso e manejo. **Revista Brasileira de Ciências do Solo**, Campinas, v. 1, p. 1609-1623, 2007.

TODA, F. E. et al. Biomassa microbiana e sua correlação com a fertilidade de solos em diferentes sistemas de cultivo. **Colloquium Agrariae**, v. 6, n. 2, p. 1-7, jul./dez. 2010.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE MICROCÁPSULAS DE β -CICLODEXTRINA CONTENDO ÓLEO DE ALHO

Evandra Gusatti¹, Ana Paula Roani, Raquel Piletti, Raquel Zeni Ternus, Márcio Antônio Fiori, Josiane Maria Muneron de Mello, Francieli Dalcanton

¹Acadêmica de Engenharia de Alimentos da Unochapecó, evandra.gusatti@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Os óleos essenciais há muito tempo vêm sendo estudados devido as suas propriedades antimicrobianas (CALO et al., 2015). Devido a essas propriedades, os óleos podem ser usados em diversos segmentos industriais, sobretudo na área de alimentos (EL ASBAHANI et al., 2015). O alho e seus constituintes possuem atividade antimicrobiana contra importantes bactérias patogênicas, gram-positivas e gram-negativas, principalmente devido à presença da alicina, responsável em grande parte por esta atividade, além de apresentar o aroma e *flavour* característicos (ROHANI et al., 2011). Porém, em decorrência do forte odor, baixa estabilidade térmica e oxidativa muitas das aplicações do óleo essencial são limitadas. Uma das técnicas usadas para aumentar a estabilidade térmica e controlar a liberação do princípio ativo é a microencapsulação (CIOBANU; LANDY; FOURMENTIN, 2013). Este é um processo pelo qual pequenas partículas de ingredientes ativos de gás, líquidos ou sólidos são incorporados em um material encapsulante, onde as cápsulas são idealmente esféricas, embora seu tamanho seja influenciado pela estrutura original do ingrediente encapsulado (RISCH; REINECCIUS, 1995). O material microencapsulado é chamado de núcleo ou fase interna, enquanto a fase externa é chamada de parede, revestimento ou membrana (SILVA JÚNIOR, 2005). A finalidade básica da microencapsulação é proteger os ingredientes encapsulados contra a oxidação química ou de fatores do ambiente, retardar a evaporação de núcleos voláteis como no caso de algumas vitaminas, pigmentos e compostos bioativos, como os óleos essenciais, por suas inúmeras propriedades. Em algumas técnicas, a cápsula pode ser projetada para liberar lentamente o produto ou até que determinada condição físico-química seja alcançada (BARROS; STRINGHETA, 2006). Os mecanismos de liberação dos materiais ativos microencapsulados variam de acordo com a natureza do agente encapsulante e normalmente ocorrem devido a mecanismos como: variação de temperatura e de pH, solubilidade do meio, biodegradação, difusão, ruptura mecânica, permeabilidade seletiva e gradiente de concentração existente em relação ao meio de liberação (FAVARO-TRINDADE; PINHO; ROCHA, 2008). O uso do encapsulamento com β -ciclodextrina (carboidrato amplamente utilizado para este fim) pode ser considerado uma alternativa viável tanto do ponto de vista para proteção do alimento, do consumidor e como também uma inovação para a indústria processadora de alimentos, buscando cada vez mais alternativas para a substituição dos aditivos sintéticos por naturais (BRASILEIRO, 2011). **OBJETIVO:** Avaliar a atividade antimicrobiana de microcápsulas de óleo essencial de alho. **METODOLOGIA:** Os complexos de inclusão foram preparados

Evandra Gusatti, Ana Paula Roani, Raquel Piletti, Raquel Zeni Ternus, Márcio Antônio Fiori, Josiane Maria Muneron de Mello, Francieli Dalcanton

conforme metodologia proposta na literatura (KAMIMURA et al., 2014), onde a β -ciclodextrina (BCD) e o óleo essencial de alho foram misturados em água destilada na proporção de 1:1 em concentrações molares de 16 mmol/L. A microencapsulação do óleo de alho foi realizada fixando-se 1 g de BCD e 16 mmol/L de óleo, a solução foi preparada com água destilada, homogeneizada à temperatura de 25 °C por 24 h, seguido do congelamento, para então ser liofilizada. As avaliações microbiológicas das microcápsulas contendo óleo de alho, do alho sem encapsular e da BCD foram realizadas pelo ensaio de difusão em ágar, para as bactérias *Escherichia coli* (gram-negativa) e *Staphylococcus aureus* (gram-positiva). As placas foram incubadas em estufa a temperatura de 35 \pm 1 °C por 24 h. O diâmetro dos halos de inibição foram mensurados e associados diretamente com a ação antimicrobiana, em que o halo formado é denominado de área biocida, relacionando a efetividade dos compostos analisados sobre as bactérias testadas. **RESULTADOS:** Através do teste de difusão em ágar, para o complexo microencapsulado, foi observado que houve formação de halo de inibição, e que o mesmo apresentou média de 2,2 cm para *Staphylococcus aureus*, porém não houve formação de halo para a bactéria *Escherichia coli*, isso se deve ao fato da concentração de óleo de alho encapsulada ter sido inferior ao necessário para inativar este microrganismo. Esse efeito já era esperado, considerando que as bactérias gram-positivas apresentam-se menos resistentes a agentes biocidas em relação às bactérias gram-negativas (TORTORA; FUNKE; CASE, 2005). Em relação ao óleo de alho sem encapsular, ocorreu total inibição das bactérias *Escherichia coli* e *Staphylococcus aureus*, mostrando-se que o óleo de alho apresenta efeito antimicrobiano frente às bactérias testadas. **CONCLUSÕES:** Neste estudo, as microcápsulas de óleo de alho foram efetivas frente à *Staphylococcus aureus*, um microrganismo causador de doenças transmitidas por alimentos. Já para *Escherichia coli*, também um importante microrganismo, a quantidade de óleo de alho encapsulada não foi eficiente para inativá-lo. Por isso, maiores concentrações de óleo de alho encapsuladas estão sendo realizadas para avaliar a ação frente a este microrganismo. A importância da microencapsulação na indústria de alimentos é que esta protege os ingredientes encapsulados contra a oxidação química ou de fatores do ambiente. Por isso, o processo de microencapsulação é de extrema importância para a indústria de alimentos, sendo uma inovação e busca por mais uma alternativa para a substituição dos aditivos sintéticos por naturais.

Palavras-chave: Óleo de alho. Atividade antimicrobiana. Microencapsulamento.

Fonte financiadora: Pibic/FAPE (Edital n. 391/REITORIA/2014) e Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina, Edital n. 004/REITORIA/2015 da Unochapecó.

Referências

EL ASBAHANI, A. et al. Essential oils: From extraction to encapsulation. *Int J Pharm.*, v. 483, n. 12, p. 220-243, Apr. 2015.

BARROS, F. A. R.; STRINGHETA, P. C. Microencapsulamento de antocianinas: uma alternativa para o aumento de sua aplicabilidade como ingrediente alimentício. *Biotecnologia, Ciência e Desenvolvimento*, v. 36, 2006.

Evandra Gusatti, Ana Paula Roani, Raquel Piletti, Raquel Zeni Ternus, Márcio Antônio Fiori, Josiane Maria Muneron de Mello, Francieli Dalcanton

BRASILEIRO, J. S. L. **Microencapsulação de compostos bioativos**: inovação em diferentes áreas. 2011. 71 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2011.

CALO, J. R. et al. Essential oils as antimicrobials in food systems - A review. **Food Control**, v. 54, p. 111-119, 2015.

CIOBANU, A.; LANDY, D.; FOURMENTIN, S. Complexation efficiency of cyclodextrins for volatile flavor compounds. **Food Res. Int.**, v. 53, n. 1, p. 110-114, 2013.

FAVARO-TRINDADE, C. S.; PINHO, S. C. de; ROCHA, G. A. Revisão: Microencapsulação de ingredientes alimentícios. **Braz. J. Food Technol.**, v. 11, n. 2, p. 103-112, abr./jun. 2008.

KAMIMURA, J. A. et al. Antimicrobial and antioxidante activities of carvacrol microencapsulated in hidroxypropyl-beta-ciclodextryn. **LWT**, v. 57, n. 2, p. 701-709, 2014.

RISCH, S. J.; REINECCIUS, G. A. **Encapsulation and controlled release of food ingredients**. Washington: American Chemical Society, 1995.

ROHANI, S. M. R. et al. The effect of nisin and garlic (*Allium sativum* L.) essential oil separately and in combination on the growth of *Listeria monocytogenes*. **LWT**, v. 44, p. 2260-2265, 2011.

SILVA JÚNIOR, A. A. S. **Micropartículas biodegradáveis para liberação prolongada intraocular de fármacos**. 2005. (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

JUVENTUDE RURAL E O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Fabiana Romancini¹, Alcimara Benedett, Lucimare Ferraz, Janaina Carneiro de Camargo

¹ Acadêmica de Medicina da Unochapecó, fabianaromancini@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A categoria juventude rural é marcada pela exclusão social, devido às difíceis condições de permanência no meio rural e pela invisibilidade de suas demandas diante das políticas públicas, já que a adolescência é considerada um período de transição física e comportamental que predispõe os jovens a situações vulneráveis. **OBJETIVO:** Conhecer o que as publicações nacionais, dos últimos anos, trazem a respeito do uso de drogas na adolescência/juventude do meio rural. **METODOLOGIA:** Revisão bibliográfica da literatura, com busca nas bases de dados da área da saúde, entre os anos 2010 a 2015, utilizando os seguintes descritores: “substância psicoativa”; AND “juventude” OR “adolescente” AND “rural”. A base de dados para essa pesquisa foi a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Como critérios de inclusão, foram utilizados artigos originais, nacionais e no período previsto. Como critérios de exclusão, artigos duplicados e que o conteúdo não contemplava a temática do estudo. **RESULTADOS:** Foram encontrados dez artigos que abordavam a temática deste estudo. As bibliografias apontam que a adolescência é uma fase que deixa o jovem vulnerável a situações nunca antes experimentadas, e geralmente é a época que se tem o primeiro contato com substâncias psicoativas, principalmente se submetidos a condições adversas, como desestruturação familiar, falta de acesso a lugares de lazer e recreação e exclusão social. Também mostram que o uso de drogas tem ocorrido mais precocemente e que é semelhante em ambos os sexos. Igualmente mencionam que o uso abusivo de substâncias psicoativas se disseminou no meio rural e é uma questão de saúde pública e de resolução complexa, já que é uma categoria oprimida pelas transformações e realidade do campo. Também trazem que as condições de exclusão social, como a enfrentada pela categoria da juventude rural, bem como a falta de perspectivas, trabalhos, oportunidades, acessos a informações, cultura, lazer e aparato social, torna essa população vulnerável ao consumo de substâncias psicoativas. **CONCLUSÃO:** É necessário o reconhecimento dessa realidade pelas autoridades governamentais e profissionais da área da saúde e educação, bem como a realização de projetos que promovam a educação do jovem rural perante as drogas, e políticas públicas que protejam a categoria juventude rurais das condições a que são submetidos.

Palavras-chave: Juventude. Adolescente. Meio rural. Substâncias psicoativas.

PRODUÇÃO DE TRIGO DE DUPLO PROPÓSITO SUBMETIDO A DIFERENTES NÚMEROS DE CORTE

Fabio Fedrigo¹, Karen Döering Brustolin Golin

¹ Acadêmico de Agronomia da Unochapecó

INTRODUÇÃO: O trigo é uma das culturas de maior importância para a alimentação humana, está presente na maioria dos alimentos consumidos pelo homem e pelos animais, além de ser um dos cereais mais antigos cultivados pelo homem. No entanto, a cultura do trigo possui pouca atratividade para os agricultores, pois os preços nem sempre compensam e, também, ocorrem riscos de perdas por geadas e chuvas, devido ao desenvolvimento da cultura ocorrer em pleno inverno. Dessa forma, muitas vezes as áreas ficam ociosas nesse período ou, então, são cultivadas com aveia e outros cereais utilizados para alimentação animal, mas que não possibilitam bom valor para comercialização. Segundo Fontaneli e colaboradores (2006), o trigo é a principal alternativa de produção para o inverno, pois pode ser utilizado como duplo-propósito na produção de pastagem fresca ou pastagem conservada na forma de feno ou silagem, possibilita a produção de grãos, para aumentar a renda da propriedade. O autor discorre ainda que o trigo de duplo-propósito propicia uma imediata cobertura do solo logo após a colheita da soja, deixando o solo menos tempo descoberto, quando se compara com outras culturas de inverno, ampliando assim o desenvolvimento de folhas e raízes da cultura, aumentando o potencial produtivo do cereal. Por ser uma nova alternativa de cultivo de inverno na região Sul do Brasil, há a necessidade de verificar qual o melhor manejo para explorar adequadamente a cultura. A utilização do trigo para duplo-propósito na produção de grãos, bem como na produção de forragem, tem sido apresentada como uma alternativa para evitar que as terras fiquem ociosas e, além disso, promover forragem no período hibernal em toda a região Sul do País. Os genótipos existentes apresentam período vegetativo longo, com boa capacidade de produção de forragem e fase reprodutiva curta, mantendo a estabilidade produtiva no que diz respeito ao rendimento e à qualidade industrial dos grãos (WENDT; CAETANO; GARCIA, 2006). **OBJETIVO:** Avaliar a produção de massa verde (MV) e massa seca (MS) do trigo (*Triticum aestivum* L.) de duplo-propósito cv. Tarumã submetido a diferentes números de corte. **METODOLOGIA:** O experimento foi conduzido no município de Planalto (RS), na propriedade da família Fedrigo. Segundo a classificação de Köppen, o clima da região é do tipo Cfa, isto é, subtropical úmido, com chuvas bem distribuídas no verão. O solo da área experimental é um Latossolo Vermelho distroférrico (EMBRAPA, 2006). Para análise da fertilidade do solo foram coletadas várias amostras, utilizando pá de corte, em cinco pontos aleatórios por bloco. Essas amostras foram encaminhadas ao Laboratório de solos e tecidos vegetais da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI). O experimento foi implantado no dia 30 abril de 2015 e o

Fabio Fedrigo, Karen Döering Brustolin Golin

período de avaliação foi de maio a setembro de 2015. Os tratamentos consistiram em manejo sem corte, com um, dois e três cortes, utilizando delineamento experimental de blocos ao acaso. Os quatro tratamentos com cinco repetições totalizaram vinte parcelas, onde cada unidade experimental foi de 3 m x 3 m (9 m²), deixando um espaçamento de 1 m entre as parcelas, sendo a área total do experimento de 256,5 m². Para avaliação da produção de MS, foram realizados cortes manuais em uma área de 0,25 m². Após, o material foi pesado e submetido à secagem em estufa de circulação de ar a 55 °C até atingir peso constante, por aproximadamente 72 horas. Posteriormente, as parcelas com manejo de corte foram submetidas a uma roçada de emparelhamento para uniformização da mesma. As amostragens e cortes ocorreram nos dias 21 de maio, 19 de junho e 21 de março de 2015, sempre que a altura média da forragem estava entre 25 e 30 cm. Depois a cultivar foi direcionada para a produção de grãos. A adubação nitrogenada em cobertura foi realizada em quatro aplicações, uma na fase de afilamento da espécie e as demais logo após cada corte, na dosagem de 100 kg/ha, utilizando ureia (45% N) como fonte de nitrogênio. Os dados coletados foram submetidos à análise de variância e as medidas comparadas entre si pelo teste de Tukey ao nível de 5% de significância, com a utilização do *software* Sisvar 5.3 (FERREIRA, 1992). **RESULTADOS:** Para as variáveis MV e MS, verificou-se diferença significativa para a interação tratamentos x corte. A produção média de MV variou entre os cortes e tratamentos ($P < 0,05$), no entanto, apenas no primeiro corte não houve diferença significativa entre os tratamentos, sendo a produção média dos tratamentos de 21.315 kg de MV/ha. No segundo e terceiro cortes, o tratamento sem corte apresentou produção de MV 35% maior em relação aos demais tratamentos com cortes. Isso pode ser explicado pela produção de MV acumulada, devido a neste tratamento não ser realizado corte. No terceiro corte, os tratamentos com dois e três cortes apresentaram produção inferior aos demais. Considerando a média entre cortes, verificou-se que o segundo e o terceiro cortes, que ocorreram em junho e julho, respectivamente, não diferiram entre si, porém a produção de MV foi 57% superior ao primeiro corte. A produção de MS não apresentou diferença entre os tratamentos no primeiro corte, produzindo, em média, 3.888 kg de MS/ha. No segundo corte houve diferença ($P < 0,05$) apenas do tratamento 1 com os demais, em que este apresentou uma produção de MS 51% superior à média dos tratamentos 2, 3 e 4, que não diferiram entre si. No terceiro corte, os tratamentos 1 e 2 foram superiores ($P < 0,05$) em relação aos tratamentos 3 e 4, em média a diferença entre ambos é de 1.358 kg de MS/ha. Na média dos tratamentos, observou-se que o tratamento sem corte foi significativamente superior aos demais tratamentos. Em relação à média dos cortes, verificou-se que o corte que apresentou maior produção de MS foi o corte de julho (5.507 kg de MS/ha), seguido do corte de junho (4.996 kg de MS/ha), que foi superior ($P < 0,05$) ao de maio (3.888 kg de MS/ha). **CONCLUSÃO:** O manejo sem corte possibilita maior produção de MS e MV, e com o aumento do número de cortes a produção diminui.

Palavras-chave: Trigo duplo-propósito. Matéria seca. Matéria verde.

Referências

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://livraria.sct.embrapa.br/liv_resumos/pdf/00064890.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

Fabio Fedrigo, Karen Döering Brustolin Golin

FERREIRA, D. S. **SISVAR (Sistema para análise de variância para dados balanceados)**. Lavras: UFLA, 1992. 79 p.

FONTANELI, R. S. et al. **Cereais de inverno duplo propósito para a integração lavoura – pecuária no Sul do Brasil**: Estabelecimento de cereais de Inverno de Duplo Propósito. 1. ed. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2006. 104 p.

WENDT, W.; CAETANO, V. R.; GARCIA, C. A. N. **Manejo na cultura do trigo com finalidade de duplo propósito** – forragem e grãos. Pelotas: Embrapa, 2006. (Comunicado técnico. n. 141). Disponível em: <http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/comunicados/Comunicado_141.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

OLHARES SOBRE A DISLEXIA: – “EU NÃO CONSIGO LER. GOSTO DE LER ATRAVÉS DAS IMAGENS.” – “PERCEBO QUE ELA PRECISARIA DE UM NOVO DIAGNÓSTICO!”

Fernanda Aparecida de Mello¹, Celso Francisco Tondin, Silvia Maria Alves de Almeida

¹ Mestranda em Educação na Unochapecó, femello@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A pesquisa foi realizada em 2012, como trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. A motivação para estudar a dislexia iniciou-se durante o componente curricular Dificuldades de Aprendizagem, no 5º período, quando percebemos que os estudos realizados são na grande maioria da área clínica e poucos da área pedagógica, sendo também pouco tratado o assunto na formação dos professores. As professoras afirmam que “não é fácil trabalhar com um aluno disléxico”, o que demonstra que não sabemos como trabalhar de forma significativa o processo de aprendizagem deles. De acordo com Massi (2007), muitas pesquisas realizadas mostram as causas da dislexia e seus sintomas, tanto que, geralmente, encontramos a dislexia caracterizada como distúrbio de aprendizagem, que as crianças disléxicas podem apresentar dificuldades em organizar tarefas, noções espaço-temporais, dificuldades em cálculos mentais, dificuldade na leitura, troca ou omissão de letras, sílabas ou palavras, entre outros. Porém, essas pesquisas não problematizam o conceito de dislexia e tecem análises e conclusões sem maiores questionamentos. **OBJETIVO:** Compreender como os alunos e os educadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental vivenciam a dislexia na sala de aula; identificar a concepção de dislexia dos educadores que atendem alunos dos anos iniciais do ensino fundamental; analisar como os alunos que foram diagnosticados como disléxicos vivenciam o processo de ensino-aprendizagem na sala de aula; e conhecer quais as alternativas que os educadores que trabalham com alunos disléxicos encontram no seu dia a dia como forma de contribuição para o processo de aprendizagem das crianças. **METODOLOGIA:** Trata-se de pesquisa qualitativa (GAMBOA, 2007), cuja coleta de dados foi realizada em três escolas estaduais que oferecem Ensino Fundamental e Médio e que se localizam em bairros urbanos da cidade de Chapecó (SC). Para obtermos os dados, utilizamos a entrevista estruturada que, segundo Deslandes (1994), apresenta perguntas previamente formuladas. As entrevistas foram realizadas com três alunos(as) (duas do sexo feminino e um do sexo masculino) de séries iniciais do Ensino Fundamental diagnosticados como disléxicos e três educadores(as) (duas do sexo feminino e um do sexo masculino) que trabalham como professores regentes dessas crianças, portanto, em cada uma das três escolas foram entrevistados um professor e um aluno. Para fim de preservação da identidade dos participantes, optamos por identificá-los com letras, nas quais a educadora A é regente da turma que a criança A estuda, a educadora B é regente da turma que a criança B estuda e o educador C é regente da turma que a criança C estuda. Como a pesquisa envolveu

Fernanda Aparecida de Mello, Celso Francisco Tondin, Sílvia Maria Alves de Almeida

crianças, encaminhamos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os pais, no qual eles eram informados sobre os objetivos da pesquisa e era solicitada a autorização deles para que seus filhos fossem entrevistados. Os professores também assinaram o TCLE. Para análise dos dados, as entrevistas foram transcritas e, em seguida, agrupamos as respostas dadas a cada pergunta e analisamos os dados a partir do diálogo com o referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica. Optamos em transcrever literalmente algumas falas, as quais aparecem entre aspas. **RESULTADOS:** Através das entrevistas com os educadores, constatamos que todos são formados em Pedagogia, dois em universidades presenciais e uma a distância, com pós-graduação em diferentes áreas. Em relação às dificuldades que os educadores enfrentam com a criança diagnosticada com dislexia, estes relatam que não há possibilidade de um trabalho mais individualizado devido a tantas diferenças e níveis de conhecimento, pois as crianças que são diferentes, aprendem de forma diferente. Ao indagar os educadores sobre sua opinião de como a criança que foi diagnosticada com dislexia aprende em sala de aula, eles afirmaram: “Aprende muito pouco. Ela aprende através do lúdico. Gosta de ouvir história e participa das aulas, principalmente nas aulas de informática. Nas aulas de leitura, olha os livros e conta a história através das figuras. A aluna está frequentando o SASE [Serviço de Atendimento à Saúde do Escolar], faz acompanhamento com uma psicopedagoga e melhorando o desempenho escolar da aluna [...]” (educadora A); “Acredito muito em Vygotsky, que escreve que a criança aprende com a interação. A presença da segunda professora, o planejamento com a atividade voltada ao atendimento da dificuldade da criança a qual busca suprir essas necessidades.” (educadora B); “Em particular a aluna está se desenvolvendo de forma rápida. Quando a conheci não falava, não interagia e ficava isolada. Ela evoluiu muito. Ela mudou de turno na escola, não sei por quê, mas melhorou muito. Pelo fator social dela entende-se por que ela é mais retraída, pois isso que acredito que ela deveria passar por uma nova avaliação; não estou indo contra os pareceres médicos, mas às vezes me pergunto: será que uma criança que recebeu o diagnóstico na 1º ou na 2º série vai levar esse diagnóstico por toda a vida escolar?” (educadora C). Já os dados obtidos nas entrevistas com as crianças demonstram que: elas não identificam a leitura e a escrita como processos que deveriam ser diferentes na escola, pois citam situações ou atividades que gostariam que a escola trabalhasse. Num primeiro momento, a criança não percebe como um problema a leitura e a escrita, mas quando tratamos de quais as dificuldades que ela encontra na escola, percebemos que estas estão relacionadas à leitura e ao cálculo. Com relação às dificuldades encontradas pelas crianças na escola, elas relatam que: “Na matemática e na leitura” (criança A); “Na matemática, a divisão, eu não consigo muito fazer as contas com dois números.” (criança B); “Matemática, porque é mais difícil que as outras.” (criança C). Quanto aos momentos de leitura, perguntamos às crianças se eles ocorrem na sala de aula, se as crianças participam e como participam desses momentos. Conforme as suas falas, a professora solicita para as crianças dirigirem-se até a frente da sala para realizar a leitura. Essa situação, de acordo com os alunos, não é obrigatória, pois aqueles que não querem ir não precisam fazê-lo. Quando perguntadas sobre o gosto por escrever, as crianças citam que gostam, somente uma criança diz gostar “um pouco”. Solicitamos que as crianças contassem um fato sobre a leitura que aconteceu na escola que traz uma lembrança boa e uma que não foi boa. A criança A relatou gostar muito das aulas de leitura, porque pode ver figuras e conversar com a turma. Segundo a criança B: “Quando eu comecei a ler. Foi muito importante aprender a ler. Quando eu não sabia ler, eu me sentia diferente dos outros, porque meus amigos liam, menos eu. Achei que eu ia entrar na escola e já ia ler, mas demorou, eu não conseguia ler. Aprendi a ler só na 3ª série e nesta escola. Eu repeti um ano. Na 3ª série e nesta escola. A professora falou

Fernanda Aparecida de Mello, Celso Francisco Tondin, Sílvia Maria Alves de Almeida

que quem não recebesse o boletim tinha reprovado e quem recebesse estava de férias. Eu fiquei triste, não conhecia nenhum amigo. Não tenho nenhum momento ruim.” As crianças A e B relatam não ter nenhuma lembrança ruim em relação à leitura. A partir dos dados obtidos nas entrevistas, constatamos que a escola não oferece orientação aos educadores sobre os educandos diagnosticados como disléxicos e os professores dizem não saber do diagnóstico deles, nem demonstram conhecer como proceder com o trabalho pedagógico com eles. O entendimento dos educadores sobre a dislexia é o que vivenciam no cotidiano, pois percebe-se que nenhum deles fez leituras acerca do assunto. Quanto aos cursos de formação, todos os educadores participam da formação continuada oferecida pela Secretaria Estadual ou Municipal de Educação, porém, constata-se por meio da fala deles que a dislexia não é abordada. Entendemos que a criança vai se apropriando da língua escrita muito antes de entrar na escola, pois acreditamos que essa apropriação é um processo social que necessita de mediação. Quando imita a escrita do pai ou da mãe, com rabiscos, folheia um livro, jornal, conta uma história através de seus conhecimentos, a criança já está construindo sua língua escrita. Acredita-se que a criança passa por um ciclo de alfabetização, no qual ao final da terceira série deve estar alfabetizada, porém quando nos deparamos com crianças que já passaram da terceira série e ainda estão no processo de alfabetização, perguntamos o que aconteceu com essa criança que ainda não está alfabetizada. De quem é a culpa? Ou será que existe culpado nesse processo? Não podemos ficar com um único olhar sobre as “dificuldades” de aprendizagem, dizendo que a culpa é da criança. Precisamos respeitar o tempo de cada uma delas no processo de alfabetização e compreender que, para se apropriar da língua escrita, precisamos fazer que os educandos participem de momentos diferenciados. Se o professor trabalha de forma mecânica, com tarefas em que as crianças não têm voz e vez, o conteúdo é repassado de forma pouco significativa e o educando não precisa pensar sobre o que está fazendo, a apropriação da escrita por ele dar-se-á de forma fragilizada. Quanto aos alunos com diagnóstico de dislexia, observamos que num primeiro momento a criança não percebe como um problema a leitura e a escrita, mas quando tratamos de quais as dificuldades que ela encontra na escola, percebemos que estas estão relacionadas à leitura e à matemática. As dificuldades na leitura e escrita são focadas mais pelos educadores do que pelas crianças que convivem com o diagnóstico. **CONCLUSÕES:** Consideramos importante que o profissional que atende diretamente a criança conheça o diagnóstico de dislexia como forma de ficar atento às questões que estão envolvidas nesse diagnóstico, até mesmo para acompanhar a criança e observar, registrar seu processo de construção da linguagem da leitura e da escrita. O diagnóstico não deve ser entendido como uma forma de exclusão e preconceito pelo professor em relação à criança. A problematização sobre o diagnóstico de dislexia que fazemos é de que geralmente ele se apresenta sob um olhar clínico, feito apenas a partir de testes e observações sobre a criança e não sobre o contexto escolar no qual ela está inserida. Nesse sentido, é importante que compreendamos e reflitamos sobre o processo de apropriação da linguagem da leitura e escrita pela criança, os processos de alfabetização e letramento, os métodos de ensinar e a postura e concepção dos professores sobre a criança e a aprendizagem da leitura e escrita. Por isso, a formação continuada poderia ser um momento de aprendizagem sobre a dislexia para os educadores.

Palavras-chave: Dislexia. Problemas de aprendizagem. Alfabetização.

Fonte financiadora: Unochapecó.

PROPRIEDADES AGRONÔMICAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DAS SEMENTES DE MILHO TRATADAS COM NANOPARTÍCULAS DE ZnO

Fernanda Lúcia Bortolotti¹, Patrícia Nogueira, Cristiane Segatto, Cristiano Reschke Lajús, Márcio Antônio Fiori

¹Acadêmica de Agronomia da Unochapecó, fernanda.bortolotti@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: As nanopartículas de ZnO são estáveis e inertes quimicamente, apresentam dimensões nanométricas e seus aglomerados apresentam elevada área de atividade superficial. As incorporações das nanopartículas nas sementes de milho proporcionarão diversos benefícios para o crescimento e/ou desenvolvimento da planta. Por serem estáveis e inertes, não sofrerão efeitos das variações de pH dos solos e não serão complexadas por demais moléculas presentes no solo e nas células e tecidos vegetais da planta. Esse fator atribui às nanopartículas maior tempo para as atividades como cofator enzimático e maiores alcances sem complexação ao longo da planta. A tecnologia atual emprega sais de Zn para o tratamento das sementes que, na presença da água, são dissolvidos e liberam o Zn na forma de íons. Os íons de Zn são facilmente complexados por determinados grupos químicos presentes nas moléculas da planta e do solo e participam das reações de neutralização dos solos com a formação de hidróxidos. Assim, são facilmente indisponibilizados para a planta. Por sua vez, as nanopartículas não participarão desses mecanismos e não serão indisponibilizadas devido a sua estabilidade química. **OBJETIVO:** Analisar as propriedades agronômicas qualitativas e quantitativas das sementes de milho tratadas com nanopartículas de ZnO. **METODOLOGIA:** O experimento foi realizado em uma unidade de produção familiar (UPF), localizada no município de Coronel Freitas (SC), safra 2014/2015, de acordo com as respectivas coordenadas geográficas: Latitude 26°53'87"; Longitude 052°55'279" e Altitude de 464 m (GOOGLE EARTH, 2015). As condições climáticas durante o período do experimento foram registradas pela Estação Meteorológica do Cepaf-Epagri de Chapecó (SC). O solo da região caracteriza-se como Latossolo Vermelho Distrófico Típico com textura argilosa, de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA, 2013). Em agosto de 2014, foi realizada a amostragem de solo com trado tipo calador em cinco pontos aleatórios/repetição. Em cada ponto foram coletadas cinco subamostras na profundidade de 00-10 cm, totalizando 15 amostras, conforme instruções do Manual de adubação e de calagem para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (CQSF, 2004). A análise de solo foi realizada no Laboratório de Solos Maravilha, localizado no município de Pato Branco (PR). Após a interpretação dos resultados da análise de solo, foram aplicadas as recomendações conforme Manual de Adubação e Calagem RS/SC da Comissão de Química e Fertilidade do Solo – RS/SC, referentes aos nutrientes (nitrogênio (N): 115 Kg/ha, sendo 30 Kg/ha na base e 57,5 Kg em cobertura nos estádios fenológicos V4 e V8; fósforo (P₂O₅): 285,71 Kg/ha e potássio (K₂O): 166,67 Kg/ha) para uma expectativa de

Fernanda Lúcia Bortolotti, Patrícia Nogueira, Cristiane Segatto, Cristiano Reschke Lajús, Márcio Antônio Fiori

rendimento de nove toneladas por hectare. As fontes de N, P₂O₅ e K₂O foram: ureia, superfosfato triplo e cloreto de potássio, respectivamente. Para os teores de micronutrientes não houve a necessidade de realizar aplicação dos mesmos, pois estavam acima das exigências da cultura do milho. Em relação à calagem não foi necessária a correção na respectiva área experimental. As avaliações em relação às propriedades agronômicas qualitativas e quantitativas das sementes de milho tratadas com nanopartículas de ZnO foram realizadas conforme os seguintes fatores: concentração (mg/L): (C1: 0 mg/L; C2: 6,95 mg/L; C3: 50,00 mg/L; C4: 155,00 mg/L; C5: 626,00 mg/L e C6: 303,05 mg/L) e tempo: (T1: 69 minutos; T2: 180 minutos; T3: 450 minutos; T4: 720 minutos e T5: 830 minutos). O delineamento experimental utilizado foi de blocos completos casualizados, dispostos em parcelas subdivididas com três repetições, totalizando noventa parcelas. O fator tempo (minutos) foi locado na parcela principal e o fator concentração (mg/L), na subparcela. As parcelas foram constituídas de quatro fileiras de 1,36 m de comprimento e 0,45 m nas entrelinhas, perfazendo uma área total da parcela de 2,44 m². Como área útil foram utilizadas as duas linhas centrais, sendo eliminadas a título de bordadura duas fileiras da extremidade, com um total de 1,22 m². As práticas culturais foram realizadas conforme as indicações técnicas para a cultura do milho (CRUZ et al., 2009). Foram avaliados os seguintes caracteres de acordo com a metodologia proposta no referencial (LÁZARO et al., 2013) em estudo. Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F e análise de regressão com a escolha dos modelos matemáticos através o coeficiente de determinação (R) e criteriosa observação dos dados obtidos. **RESULTADOS:** A análise de variância revelou efeito significativo ($P \leq 0,05$) do fator concentração em relação às variáveis: leitura SPAD V4, leitura SPAD V6, leitura SPAD V10, leitura SPAD VT, estatura da inserção de espiga, diâmetro do colmo, peso da espiga despalhada, comprimento do grão, peso de mil grãos e rendimento. **CONCLUSÕES:** Nanopartículas de ZnO podem ser utilizadas no tratamento de sementes da cultura do milho pois influenciam nas propriedades agronômicas qualitativas e quantitativas.

Palavras-chave: Nanotecnologia. Milho. Propriedades quantitativas.

Fonte financiadora: Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina, Edital n. 273/REITORIA/2014.

Referências

CRUZ, J. C. et al. **Caracterização dos sistemas de produção de milho para altas produtividades**. Brasília: Embrapa, 2009. Circular Técnica, 124. 2009.

CQFS – Comissão de Química e Fertilidade Do Solo RS/SC. **Manual de adubação e de calagem para o estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina**. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Porto Alegre: SBCS/Núcleo Regional Sul: UFRGS, 2004

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 3. ed. Brasília: Embrapa, 2013.

GOOGLE EARTH. **Google Mapas de Faxinal dos Guedes – Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/maps>>. Acesso em: 2 out. 2015.

Fernanda Lúcia Bortolotti, Patrícia Nogueira, Cristiane Segatto, Cristiano Reschke Lajús, Márcio Antônio Fiori

LÁZARO R. de L. et al. Produtividade de milho cultivado em sucessão à adubação verde. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 10-17, jan./mar. 2013.

MARCO LEGAL DE MIGRAÇÕES PARA O BRASIL

Fernanda Pilatti de Moraes¹, Ana Cristina Costa Lima, Ana Paula Risson

¹ Acadêmica de Psicologia da UnoChapecó, fernandapilatti@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O presente estudo que discorreremos está inserido em uma pesquisa de Iniciação Científica (Pibic), em andamento desde fevereiro de 2015 e com término previsto para dezembro de 2016, intitulada “Políticas Públicas de Saúde, Marco Legal de Migrações e a Perspectiva de Haitianos Sobre o Acesso ao SUS em Chapecó (SC)”. Ao longo da história, a migração apresenta-se como uma forte manifestação da vontade dos seres humanos de ultrapassar adversidades e buscar novas e melhores condições de vida. Os benefícios da migração, não só para os imigrantes, mas para a sociedade de acolhimento escolhida, vão decorrer da garantia dos direitos humanos fundamentais. Nos últimos anos, identificam-se novos fluxos migratórios para o Brasil, em especial haitianos e senegaleses, o que está exigindo do governo brasileiro e da sociedade civil o investimento em reflexões e ações frente a este movimento, que envolve aspectos culturais e de seguridade social, ou seja, na Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Os desafios diante dessa nova demanda aumentam devido à ausência de um marco legal que propicie a construção de políticas públicas para o cumprimento constitucional de direitos e cidadania de quem mora em solo brasileiro. **OBJETIVO:** Selecionar as legislações em nível federal, estadual e municipal, incluindo projetos de lei, sobre imigração. **METODOLOGIA:** Para a concretização do objetivo, utilizamos como instrumento de produção de dados a análise documental, feita a partir da busca de projetos em tramitação nos portais do Senado Federal, da Câmara de Deputados e no Ministério da Justiça, a fim de conhecer e analisar as propostas para uma nova lei de migrações. A informação de que há três projetos de lei nos órgãos acima citados foi identificada no referencial teórico estudado. **RESULTADOS:** A partir da pesquisa e análise documental, identificou-se que, chegando ao Brasil, os imigrantes, de qualquer nacionalidade estão submetidos legalmente ao Estatuto do Estrangeiro, Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, promulgada em regime de exceção, assinada pelo ditador João Baptista Figueiredo, e que não condiz com a realidade do Brasil do século XXI. Por conta de sua defasagem, órgãos governamentais, de ensino e movimentos sociais iniciaram uma mobilização para a mudança dessa legislação. Para substituir essa defasada legislação, estão em tramitação concomitantemente três projetos de lei. A primeira refere-se ao PL 5.655/2009, que está há dois anos tramitando na Câmara de Deputados, o qual “[...] dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências.” Divergindo do Estatuto do Estrangeiro, esse projeto prima pela

Fernanda Pilatti de Moraes, Ana Cristina Costa Lima, Ana Paula Risson

garantia dos direitos humanos dos imigrantes, tal qual os artigos 2º e 3º, porém os procedimentos administrativos continuam burocráticos, e ainda há uma prevalência na segurança nacional, continua mantendo-os como estrangeiros diferenciando dos demais cidadãos, conforme Art. 4º: “[...] a política imigratória objetivará, primordialmente, a admissão de mão-de-obra especializada adequada aos vários setores da economia nacional.” Novamente, em seu Art. 5º garante direito de acesso à saúde, educação, justiça, direitos trabalhistas, liberdade, igualdade e segurança, enquanto no Art. 7º há proibições, e a visão dos imigrantes como estrangeiros permanece limitando seus direitos à cidadania, que a princípio é um direito para todos. A segunda proposta em tramitação é o Projeto de Lei n. 288/2013, apresentada pelo então senador Aloysio Nunes Ferreira. Essa proposta encontra-se mais próxima à Constituição Federal do Brasil, conforme segue alguns princípios: consideração da interdependência, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos dos imigrantes, repudia a xenofobia e o racismo, ou outra maneira de discriminação, garante a reunião familiar dos imigrantes, igualdade de tratamento e de oportunidades, acesso igualitário aos serviços sociais, bens públicos, saúde, educação, justiça, trabalho, moradia, serviço bancário, emprego e previdência social; também possibilita a participação dos imigrantes nas decisões públicas. Todavia, em seu Art. 6º debilita-se as proibições aos imigrantes, semelhantes ao Estatuto do Estrangeiro e do PL anteriormente citado, tornando-o assim não substituível. A terceira possibilidade constitui-se no Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil, elaborada pela Comissão de Especialistas, criada pelo Ministério da Justiça por meio da Portaria n. 2.162/2013. A qual acreditamos apontar maiores avanços com relação aos projetos de Lei anteriores, pelo fato de ostentar a construção de um coletivo integrado por representantes do Conselho Nacional de Imigração, Defensoria Pública da União, Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A elaboração do Anteprojeto construiu-se em sete reuniões presenciais dentre convidados de órgãos do governo e instituições internacionais a especialistas acadêmicos e membros da sociedade civil e de movimentos sociais, dessa forma, tomamos como o Anteprojeto representativo da sociedade. O Anteprojeto está pautado em cinco características: 1) compatibilidade com a Constituição Federal e com os tratados internacionais de Direitos Humanos; 2) deixa de ser subordinada à segurança nacional e ao controle de documentos para acesso ao mercado de trabalho para tratar as migrações pela perspectiva dos Direitos Humanos; 3) busca o “[...] enfrentamento da fragmentação dos avanços empreendidos pelo Brasil em matéria de regulação migratória, com o objetivo de dotar a ordem jurídica pátria de coerência sistêmica.”; 4) participação da sociedade brasileira na construção da proposta; e 5) preparação para o Brasil enfrentar o momento histórico em que se encontra, no concerne das migrações. Além da instituição da Lei de Migração, concebe a Autoridade Nacional Migratória, entidade da Administração Pública Federal de regime autárquico especial, ligada à Presidência da República, tendo sede e foro no Distrito Federal, com possibilidade de compor unidades regionais. No momento, o atendimento destinado aos imigrantes é desempenhado pela Polícia Federal, compreendemos que a criação da Autoridade Nacional Migratória possuiria maior competência para lidar e gerir o necessário a esta população, o que também diminuiria a burocracia que está fragmentada entre Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Trabalho e Emprego. Diante da morosidade desse processo, reforçam-se as solicitações da sociedade civil e órgãos públicos interessados nessa causa para a aprovação de uma legislação de migração que tenha um papel de proteção e inclusão

Fernanda Pilatti de Moraes, Ana Cristina Costa Lima, Ana Paula Risson

dos imigrantes, pautada nos princípios dos direitos humanos, e não da segurança nacional. Tratamos neste resumo sobre a legislação nacional migratório, mas vale o registro de que a cidade de São Paulo é pioneira no Brasil no que se refere à criação de uma política de migração municipal. O Comitê que apresentou a proposta da nova política migratória municipal na Câmara de Vereadores da cidade é composto por 13 representantes do poder público municipal e 13 representantes da sociedade civil. Desse modo, com a “[...] consolidação de uma política municipal para imigrantes definirá também princípios e diretrizes que servirão de base para planos e programas posteriores, e para o aperfeiçoamento dos serviços já existentes. E esta construção será feita com ampla participação social.” **CONCLUSÕES:** Nosso país foi colonizado por imigrantes, portanto, este seria um dos primeiros fatos para o investimento em um marco legal que atenda e garanta medidas dignas para essa população. Outra razão é a perspectiva de aumento do fluxo de migração, assim, aumentando a necessidade de reger uma legislação capaz de possibilitar a toda sociedade civil, auxílio no balizamento de práticas dos setores públicos e privados em relação a esta demanda e permitiria acesso à cidadania brasileira a todos que aqui vivem e trabalham. O contexto atual da relação migração e desenvolvimento redefine processos históricos, onde o debate não se fundamenta mais numa óptica desenvolvimentista da entrada de imigrantes internacionais, mas no discernimento da construção de um país de emigração, imigração e de trânsito migratório, em que afloram novas formas de interação social nos espaços dessa migração internacional. Portanto, os desafios para as migrações internacionais no século 21 implicam em revisões conceituais acerca das novas mobilidades, modalidades e explicações acerca desse fenômeno social. Reforçando o que foi dito anteriormente, a relação migração e mudança social passa a também compor a agenda para a formulação de políticas sociais, tanto para a compreensão dos fenômenos migratórios atuais quanto para a elaboração de uma política migratória nacional. Os governos, especialmente o federal, deve, além de atrair imigrantes, fornecer condições humanas de permanência, mas para isso acontecer, deve-se iniciar pela criação de um marco legal condizente. Apresentamos neste resumo a etapa inicial desta pesquisa de Pibic, a qual continuará, até dezembro de 2016, com suas duas próximas etapas: a pesquisa sobre as políticas públicas de saúde, a ser realizada no Portal Saúde Legis, e as entrevistas que contarão com a participação de seis haitianos usuários do SUS. Já ao findar desta pesquisa, almejamos alcançar novas possibilidades para os gestores, entidades públicas e privadas, até novas perspectivas para o planejamento em saúde.

Palavras-chave: Marco legal migratório. Migrações contemporâneas. Pesquisa documental.

Fonte financiadora: Artigo 171.

GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXOS NAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Franciele Santos de Lima¹

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó, pola@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este trabalho é fruto de reflexões feitas nas disciplinas de Educação e Instituições Sociais: Família e Escola, e Direitos Humanos e Políticas Sociais, dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, respectivamente, da Unochapecó. **OBJETIVO:** Analisar as questões de gênero na educação e seu impacto nas desigualdades sociais, refletindo sobre a seguinte pergunta: a inclusão da mulher na educação e no mercado de trabalho tem reduzido as desigualdades entre os sexos e equilibrado as relações de gênero? E a partir desta questão central compreender: o que é gênero? Qual a trajetória da mulher na educação e no mercado de trabalho? As desigualdades sociais entre homens e mulheres se reproduzem na educação e no mercado de trabalho? Estas são algumas indagações que norteiam este texto. **METODOLOGIA:** Inicialmente, discorre-se sobre o que é “gênero”? Considera-se que além de uma categoria analítica, gênero é a construção histórica e social dos sexos/sujeitos. Chamamos de “relações de gênero” dado o caráter social e relacional do masculino e do feminino, sendo imprescindível entender que esta construção se faz de acordo com diferentes modelos, ideais, imagens que tem as diferentes sociedades, raças, classes, religiões etc. **RESULTADOS:** Estudos acerca das questões de gênero despontam no Brasil, acompanhando o movimento internacional, na década de 1970, onde são formados os primeiros grupos de estudo sobre o tema, destacando-se na área o texto *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, onde se propõe uma análise histórica dessa nova categoria analítica, articulando-a com as categorias de classe e raça, partindo-se da necessidade de perceber as relações de poder entre os sexos a fim de desnudar uma categoria escondida em análises mais tradicionais, provocando não apenas novas questões, como também novas respostas para velhas questões. Por muito tempo utilizou-se apenas as características biológicas diferentes entre homens e mulheres para justificar suas diferentes posições sociais, sendo o homem, o mantenedor – voltado à vida pública – e a mulher, a submissa – voltada à vida no lar. Há de se ressaltar, contudo, que todo sujeito, ao nascer, traz consigo características biológicas que o predispõe a viver como homem ou mulher, e que, expondo-se a outros fatores determinantes como o social, cultural e psicológico, pode adquirir um papel oposto ou de acordo com as características biológicas. Para dialogar sobre o tema, utilizou-se o conceito elaborado por Bourdieu para demonstrar que o indivíduo social não pode ser compreendido somente como produto consciente e intencional da sua ação individual (de dentro para fora), tampouco como algo determinado de fora para dentro, de maneira inflexível, contrapondo-se a ação individual,

Franciele Santos de Lima

por isso o autor traz o conceito de *habitus* como uma matriz de disposições estruturadas utilizada e adequada as mais diversas situações sociais. Cada sujeito, de acordo com a função e posição que ocupa nas estruturas sociais, vivencia uma série de experiências que se estruturam internamente no seu modo de ser e agir, contudo, essas disposições não são fixas, pois precisam e podem ser adaptadas historicamente pelo sujeito nas mais diversas situações, dando ao *habitus* um caráter flexível, mas durável. Para compreender melhor a relação do conceito de *habitus* com as relações de gênero aqui abordadas utilizaremos os exemplos do próprio Bourdieu no livro *A Dominação Masculina*, onde o autor revela nossa tendência de naturalizar características sociais e historicamente construídas como o falar forte, a dedicação a tarefas que exigem força física entre outras como associadas ao masculino. E como gênero é algo que se compreende em relação a algo, temos em contrapartida o feminino com tendências a ser discreto no falar, dado a trabalhos mais delicados, sobretudo nos assuntos domésticos. Essas disposições ultrapassam o campo das ações sociais atingindo até mesmo o corpo do indivíduo, uma vez que, utilizando-se do dito popular – *homem não chora* –, o social passa a determinar a forma de ser de cada indivíduo, que incorpora uma série de elementos sociais sexualmente diferenciados, tornando-os aparentemente naturais para cada um dos sexos. Nas palavras de Bourdieu, “[...] o golpe de força que o mundo social exerce sobre cada um de seus sujeitos consiste em imprimir em seu corpo [...] um verdadeiro programa de percepção [...]”, explicando que o masculino e o feminino não são construídos apenas socialmente, mas corporalmente, já que cada sexo assume posturas, gestos, falas etc., designados pela sociedade. O autor chama a atenção também para os processos de “*violência simbólica*” impostos de forma imperceptível pela sociedade quando esta legitima alguns padrões como superiores (dominantes), no caso em questão, o masculino passa a ser mais valorizado socialmente em relação ao feminino, considerando que ainda vivemos em uma sociedade marcada pelo patriarcado – tendo o homem como centro da família, o mantenedor a quem todos devem respeito, submetendo o papel da mulher ao papel secundário de cuidadora e submissa aos desígnios do pai ou marido. Para Bourdieu, a violência simbólica existe quando as relações de poder baseiam-se num *arbitrário cultural*, valores ou cultura de um grupo, vividos pelos indivíduos como os únicos possíveis e legítimos, ou seja, naturais. Portanto, torna-se “natural” que o homem seja o líder da família, seja ele o provedor e a ele os demais devam respeito, e esse arbitrário cultural vem sendo mantido historicamente pelas diferentes instituições sociais. Neste trabalho poderíamos explorar a escola e a educação como ferramenta de dominação ou libertação da violência simbólica, pois a partir dos conceitos de Bourdieu podemos perceber o papel da educação e da escola como ferramenta socializadora na manutenção ou mudança nas relações de gênero. Utilizando o campo da Educação, logo percebemos que homens e mulheres ocuparam meios diferentes de educação (moral) e instrução (cultural). O acesso à educação formal para as mulheres foi tardio em comparação aos homens, devido também ao papel secundário atribuído a esta frete a economia agrícola do final do século XIX no Brasil. “[...] as mulheres sempre estiveram mais ligadas a agulha que a caneta [...]”, ou seja, sua educação estava voltada às habilidades de ser esposa, mãe e aos cuidados com o lar. Contudo, com a expansão das cidades e da industrialização, as mulheres começam a ter mais espaço na área educacional, mas mais uma vez ligado ao seu papel de cuidadoras, pois as primeiras escolas abertas às mulheres eram as do Magistério Infantil; mesmo assim, a partir da metade do século XX, principalmente após a Revolução de 1930, as mulheres começam o processo de superação do *gender gap* (diferenças de gênero). E para alcançar os resultados positivos no acesso à educação, as mulheres foram à luta por seus direitos, desde o direito ao

Franciele Santos de Lima

sufrágio universal até a revogação do *Pátrio Poder* exercido pelos maridos e pais sobre as esposas e filhas, tendo destaque ainda a utilização de métodos contraceptivos no controle da fertilidade e a inserção da mulher no mercado de trabalho. Destaco ainda que a inclusão educacional não apenas equilibrou o *gender gap*, como o superou no final do século XX. Contudo, garantir o acesso das meninas e mulheres à educação e possibilitar a inserção destas no mercado de trabalho, não configuram por si só, uma valorização do papel feminino na sociedade, pois o rendimento das mulheres é 35% menor, podendo chegar a 60% se compararmos mulheres negras e homens brancos, portanto, as variáveis ou categorias gênero e etnia/raça sobrepostas agravam o quadro de discriminação salarial em postos de trabalho semelhantes. **CONCLUSÕES:** Diante disso, podemos retornar à pergunta: a inclusão da mulher na educação e no mercado de trabalho tem reduzido as desigualdades entre os sexos e equilibrado as relações de gênero? Fica claro que as implicações da questão do gênero no modo de ser e de viver dos indivíduos leva-os a fazer escolhas e que a educação também pode atuar como ferramenta de opressão e libertação nas relações de gênero, uma vez que o espaço onde as interações sociais acontecem não é neutro, mas carregado de preconceitos acerca dos indivíduos, seu jeito e seu corpo, e como este deve comportar-se socialmente e o quanto essa avaliação velada atinge o futuro profissional dos indivíduos, desde o acesso às instituições de Ensino Superior, bem como no mercado de trabalho, selecionando-os e remunerando-os diferentemente. Por fim, percebe-se o quanto a área de pesquisa em relação às questões de gênero e educação precisam ser repensadas, “[...] precisamos buscar novas respostas a velhas questões e também provocar novas questões [...]” sobre o que vem sendo estudado sobre o assunto.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Desigualdades sociais.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

BELTRÃO, Kaizô; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero**. São Paulo: EDUC, 1994. (Projeto História Mulher e Educação, n. 11).

NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROSEMBERG, Fulvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**, 2001.

POLÍTICAS PÚBLICAS, OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA E MEIO AMBIENTE: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES SOBRE MECANISMOS MITIGADORES E INIBIDORES

Francieli Boito¹, Cláudio Machado Maia

¹ Acadêmica de Direito da Unochapecó, francieliboito@unochapeco.edu.br

A proposta do presente artigo é colocar em evidência algumas reflexões e proposições sobre mecanismos mitigadores e inibidores da obsolescência programada diante das perspectivas de políticas públicas. Além disso, busca-se apresentar um breve histórico da obsolescência programada, assim como sua evolução, conceitos e interpretações tanto no âmbito jurídico quanto no que compete à área de sustentabilidade e proteção ambiental. Para tanto, faz-se necessário a abordagem de entendimentos sobre políticas pública tendo em vista seu alcance restrito, especialmente em virtude da finitude dos recursos orçamentários do Estado. De modo geral, coloca-se em análise mecanismos que proíbem ou reduzem as práticas causadas pela redução da vida útil dos produtos. Embora a obsolescência programada afete o meio ambiente e o consumidor, ela é de extrema importância para o desenvolvimento econômico, pois contribui para o aumento de produção e conseqüentemente o lucro para as empresas no âmbito industrial. Atualmente tem aumentado o interesse, especialmente em países como o Brasil, pelo tema políticas públicas, as quais públicas encontram-se inseridas num contexto multidisciplinar em que busca-se o desenvolvimento de políticas que sejam eficazes para a inclusão social e para o desenvolvimento econômico do País. Assim sendo, é com esse interesse que aborda-se a obsolescência programada que se configura por meio da manipulação da vontade dos consumidores e o valor que estes conferem aos ativos intangíveis (tais qual o *status*) relacionados à mercadoria vendida. Para tanto, nota-se a presença da obsolescência programada nos produtos eletrônicos para diminuir a sua vida útil, o que proporciona o aumento de produção, aumento nas vendas e conseqüentemente o aumento de lucro para as empresas fabricantes do setor. No entanto, a obsolescência programada contribui consideravelmente para a poluição do meio ambiente, haja vista o grande número de resíduos expostos no solo a partir de seu desuso e finalidades inadequadas, e é por meio de políticas públicas bem elaboradas e com objetivos claros que pode-se diminuir o impacto ou minimizar os danos causados por ela ao meio ambiente. É inegável a contribuição das empresas do ramo tecnológico para o aumento da poluição do solo, pois o cuidado com o impacto causado no meio ambiente passa despercebido quando se trata de aumento nas vendas e no lucro da instituição. Para tanto, uma análise dos mecanismos mitigadores e inibidores da obsolescência programada contribuiu positivamente para encontrar soluções para o problema em questão, assim como pode-

Francieli Boito, Cláudio Machado Maia

se trazer novos métodos para avaliação dos meios de fabricação usados pelas organizações, e apresentar políticas públicas eficientes. Em suma, entendo ser de grande valia a realização da pesquisa e elaboração do artigo, pois é um tema abrangente e pouco estudado no âmbito da proteção ambiental e sustentável do meio ambiente.

Palavras-chave: Obsolescência programada. Meio ambiente. Políticas públicas.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PENA, A. Rodolfo. **Obsolescência programada**. [s.l.s.a.]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/obsolescencia-programada.htm>>. Acesso em: 10 set. 2015.

SANTAELLA, Tédde Sandra et al. **Resíduos sólidos e a atual política ambiental brasileira**. Fortaleza: Labomar, 2014.

VIO, Daniel de Avila. O poder econômico e a obsolescência programada de produtos. **Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 43, p. 193-202, 2004.

DETERMINAÇÃO DA CITOTOXICIDADE E GENOTOXICIDADE DO SULFATO DE COBRE (CuSO₄) ATRAVÉS DE ENSAIO DE ABERRAÇÕES CROMOSSÔMICAS EM CÉLULAS MERISTEMÁTICAS DE RAÍZES DE *Allium cepa*

Francini Franscescon¹, Samara Cristina Mazon, Julia Renata Ernetti, Cassiano Lazarotto Rambo, Anna Maria Siebel, Jacir Dal Magro

¹ Graduada em Ciências Biológicas na Unochapecó, francinifranscescon@gmail.com

INTRODUÇÃO: Metais pesados são substâncias presentes no ambiente de forma natural, ou introduzidas por ações antropogênicas, causando alterações ambientais devido a sua toxicidade e propriedades genotóxicas (TCHOUNWOU et al., 2012). Plantas superiores representam ótimos modelos para *screening* e monitoramento ambiental (FISKESJÖ, 1985). Nesse aspecto, o teste *Allium cepa* pode ser utilizado para detectar cito e genotoxicidade induzida por poluentes ambientais e metais pesados. Este teste apresenta boa correlação com outros sistemas de teste (GRANT, 1994), mostrando alta sensibilidade para detecção de danos ao DNA (genotoxicidade) e danos celulares (citotoxicidade). **OBJETIVO:** Considerando o potencial genotóxico dos metais, assim como sua periculosidade e capacidade de causar alterações ambientais, decidiu-se investigar a relação entre concentração e efeito resultante da exposição ao sulfato de cobre (CuSO₄) em células meristemáticas de raízes de *Allium cepa*, buscando assim identificar a concentração desse metal que tem potencial cito e genotóxico. **METODOLOGIA:** O experimento foi realizado de acordo com Fiskesjö (1985), com algumas modificações. Bulbos de igual tamanho de uma variedade comercial (*Allium cepa*) foram usados como organismo experimental. Primeiramente, os bulbos (n = 3) foram descascados e sua parte inferior foi raspada para indução do crescimento dos ápices radiculares primórdios. Bulbos foram expostos à solução salina durante 72 horas, a 21°C e em ausência de luz. Após, as raízes germinadas foram expostas a 10 µM, 50 µM, 100 µM e 500 µM de Sulfato de Cobre (CuSO₄), por 24 horas, com exceção do grupo controle que permaneceu em solução salina durante todo o tempo experimental. Ao final do experimento, as raízes foram colocadas em uma solução fixadora composta por etanol (99%) e ácido acético glacial (3:1) por 24 horas e posteriormente armazenadas em álcool 70% e estocadas em refrigerador. Para o preparo das lâminas, as raízes de *Allium cepa* foram hidrolisadas em uma solução de ácido acético glacial (45%) 2 ml e ácido clorídrico HCl (9:1) 1 ml a 50 °C por cinco minutos. Após, as raízes foram coradas comorceína acética 2% por cinco minutos, utilizando-se o método de *squash*. Foram preparadas três lâminas (triplicata) para cada amostra, sendo três amostras por grupo experimental (n = 3). A técnica do *squash* foi aplicada para estudar o índice mitótico (IM), aberrações cromossômicas (AC) e anomalias nucleares (AN) em células interfásicas. Foram analisadas três mil células de cada tratamento. A partir das análises, obteve-se o IM, AC e AN. Os dados foram analisados por análise de variância (Anova) de uma via que foi aplicada usando o *software* Graphpad Prism 6.1. O pós-teste de Dunn's foi utilizado para comparar vários grupos experimentais com o controle em nível de significância

Francini Francescon, Samara Cristina Mazon, Julia Renata Ernetti, Cassiano Lazarotto Rambo,
Anna Maria Siebel, Jacir Dal Magro

estatística de $P < 0,05$. **RESULTADOS:** Sulfato de cobre CuSO₄ apresentou tendência de diminuição do IM em todas as doses testadas. O controle negativo exibiu um IM superior (12,3% ou 10%), enquanto que células de raízes expostas a 10 µM apresentaram diminuição neste parâmetro (3,3% a 1,3%) para 24 h de exposição. Células expostas a 50 µM, 100 µM e 500 µM também apresentaram decréscimo no IM, sendo 6,3% a 4,1%, 4,8% a 3,0% e 5,5% a 2,1%, respectivamente, em 24 h de exposição. Pode-se afirmar que a citotoxicidade está diretamente relacionada à diminuição ou ao aumento do IM, sendo este um parâmetro utilizado para detecção de agentes citotóxicos em estudos de biomonitoramento ambiental (FERNANDES et al., 2007). Com relação às análises de AC, evidenciou-se tendência a aumento de AC em uma relação dependente da dose. O controle negativo apresentou menos AC quando comparado aos tratamentos 50 µM, 100 µM e 500 µM de CuSO₄. As AC mais comuns após a exposição ao CuSO₄ foram aderências, pegajosidade, atrasos, cromossomos dispersos, quebras, pontes e mitoses perturbadas. Os cromossomos aderidos e/ou pegajosos não apareceram no grupo controle, porém apareceram em todos os tratamentos após a exposição ao CuSO₄. Em relação às AN, evidenciamos tendência de aumento destas após a exposição ao CuSO₄ em todas as concentrações testadas. A exposição a CuSO₄ 10 µM induziu evidente aumento de NA quando em comparação com o grupo controle ($p \leq 0,05$). **CONCLUSÕES:** A análise de aberrações cromossômicas a partir de ensaios com plantas para determinação de cito e genotoxicidade de poluentes ambientais tem sido amplamente empregada em muitas pesquisas nas escalas regional e global (YILDIZ et al., 2009). Esses estudos são necessários para que haja o monitoramento da cito e genotoxicidade dos poluentes ambientais. No entanto, fazem-se necessários estudos futuros que demonstrem o potencial de prevenção de compostos naturais frente a danos ao DNA, causados pela presença e interação de metais com o ambiente e organismos biológicos. Nosso estudo permitiu a padronização dos efeitos da exposição ao metal pesado CuSO₄ e tem como próximo objetivo a identificação e caracterização de compostos que tenham a propriedade de prevenir os efeitos cito e genotóxicos.

Palavras-chave: Genotoxicidade. Aberrações cromossômicas. Sulfato de Cobre.

Fontes financiadora: Unochapecó.

Referências

FERNANDES, T. C. C. et al. Mechanism of micronuclei formation in polyploidized cells of *Allium cepa* exposed to trifluralin herbicide. **Pesticide Biochemistry and Physiology**, n. 88, p. 252-259, 2007.

FISKESJÖ, G. The *Allium* test as a standard in environmental monitoring. **Hereditas**, v. 99, n. 102, 1985.

GRANT, W. F. The present status of higher plant bioassays for detection of environmental mutagens. **Mutation Research**, n. 310, p. 175-185, 1994.

TCHOUNWOU, P. B. et al. **Heavy Metals Toxicity and the Environment**. Institutes health of National, Jackson, n. 101, p. 133-164, 2012.

YILDIZ, M. et al. Determination of genotoxic effects of copper sulphate and cobalt chloride in *Allium cepa* root cells by chromosome aberration and comet assays. **Chemosphere**, n. 75, p. 934-938, 2009.

AVALIAÇÃO DO TEOR DE FIBRAS NA CASCA, SEMENTE E POLPA DA ABÓBORA TIPO *Tetsukabuto*

Giane Beatriz Friedrich¹, Suelen Cristina Mai, Rose Maria de Oliveira Mendes, Raquel Zeni Ternus, Silvana Menoncin, Francieli Dalcanton

¹ Acadêmica de Engenharia de Alimentos da Unochapecó, gianebeatriz@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A abóbora cabotiá, também conhecida como *tetsukabuto*, é um híbrido desenvolvido no Japão, resultante do cruzamento entre *Curcubita máxima* Duch (progenitor feminino) com *Curcubita moschata* Duch (progenitor masculino). A cultura da abóbora cabotiá possui características como rusticidade, precocidade, elevado potencial produtivo, estabilidade de produção, uniformidade no tamanho e coloração do fruto. Além disso, apresenta excelente qualidade organoléptica (incluindo textura e sabor), reduzido tempo de cozimento, fonte de fibras e boa conservação pós-colheita (o que facilita o transporte, a comercialização e a resistência ao armazenamento). Essas características justificam a grande aceitação do produto, principalmente naqueles mercados mais exigentes, onde somente os frutos de alta qualidade têm maior preferência (SEDIYAMA et al., 2009). Em virtude disso, cada vez mais, as fibras alimentares vêm despertando interesse das indústrias de alimentos quanto à nutrição e à saúde. Essas indústrias vêm utilizando fontes alternativas de vegetais e frutas com o intuito de fornecer produtos mais saudáveis e ricos em fibras. Em consequência, sementes e cascas oriundas de resíduos indústrias se tornaram recursos alternativos para essa finalidade (AMBROSIO; CAMPOS; FARO, 2006). Para essa utilização, o conhecimento da composição nutricional dos alimentos consumidos no Brasil é fundamental para se avaliar a disponibilidade de nutrientes e o seu consumo pelas populações, além de verificar a adequação nutricional da dieta. Entretanto, pelas suas dimensões continentais, nosso país possui ainda uma infinidade de alimentos, principalmente de origem vegetal, que devem ser melhor caracterizados (NEPA, 2004). A abóbora cabotiá apresenta elevada importância socioeconômica em diferentes regiões do País e alto valor nutritivo, contendo principalmente alto teor de fibras (AMARO, 2014). Porém, seu consumo e produção são baixos, devido ao tamanho dos frutos e à dificuldade no descascamento, tornando seu preparo muito trabalhoso (ALVES et al., 2010). Nesse sentido, a produção de farinha de abóbora a partir da polpa constitui uma forma de agregação de valor e praticidade para o consumidor, já que as cascas e sementes, resíduos dessa produção, poderiam também ser fontes de fibra na alimentação. **OBJETIVO:** Determinar o teor de fibras da farinha elaborada a partir da casca, semente e polpa da abóbora tipo *tetsukabuto*. **METODOLOGIA:** O teor de fibra bruta foi determinado por meio de digestão do material em solução de H₂SO₄ a 1,25% p/v por duas horas, seguida de NaOH 1,25% m/v por uma hora e trinta minutos, de acordo com a metodologia adaptada da AOAC (1997). **RESULTADOS:** O maior teor de fibra bruta encontrada na abóbora cabotiá foi na semente, 32,87 ± 0,04%, seguido da polpa 22,22 ±

Giane Beatriz Friedrich, Suelen Cristina Mai, Rose Maria de Oliveira Mendes, Raquel Zeni Ternus, Silvana Menoncin, Francieli Dalcanton

0,01%, sendo esta a parte mais consumida da fruta, enquanto a casca apresentou $18,51 \pm 0,004\%$. De acordo com os dados da Tabela Brasileira de Composição dos Alimentos (TACO, 2006), o teor de fibras da casca da abóbora cabotiá encontrado neste estudo foi menor que os 19,13% citados pelos autores. Portanto, devido à alta quantidade de fibras, a farinha da polpa, casca e principalmente da semente da abóbora cabotiá é um potencial alimento, que pode ser incorporado em produtos tais como os *light* e *diet* à base de fibras, bem como incorporado a alimentos industrializados que por vezes possuem pouco valor nutricional, e assim participar da dieta, desempenhando papéis fisiológicos importantes. O interesse pelo teor de fibras contido nos alimentos decorre principalmente da sua alegação de propriedade funcional. O Ministério da Saúde reconhece que “as fibras alimentares auxiliam o funcionamento do intestino” (ANVISA, 2015). Esses compostos são conhecidos, também, por colaborar na redução do consumo de energia, influenciando, conseqüentemente, no controle do peso corporal. De modo geral, auxiliam na diminuição da síntese de colesterol e no controle glicêmico, o que contribui na redução do risco cardiovascular. Além disso, estudos emergentes também sugerem que as fibras dietéticas podem influenciar na imunidade, ao alterarem as concentrações de substâncias bioativas no plasma através da modulação da microbiota intestinal, apontando a importância no seu uso, não apenas por questões econômicas, uma vez que são usualmente descartados pela indústria, mas também pela questão nutricional.

CONCLUSÕES: A farinha da casca, semente e polpa de abóbora demonstrou ser um alimento potencial para incremento de teor de fibras, dos quais, a semente apresentou-se com o maior percentual. Atualmente, o consumo de alimentos industrializados vem aumentando significativamente, sendo necessário que a indústria ajuste seus produtos quanto aos nutrientes presentes. O apelo pelo consumo de produtos naturais e/ou de origem vegetal deve ser incentivado, mantendo sempre suas características organolépticas/sensoriais, em que o desenvolvimento de novos produtos, que possuem baixo valor nutricional, com incorporação no teor de fibras é de fundamental importância. Também, em virtude do reaproveitamento de partes dos frutos pouco valorizados no âmbito industrial e, portanto, desperdiçados, proporciona valor agregado, tanto ao produtor quanto à indústria processadora. A farinha de semente, casca e polpa de abóbora apresenta-se como um ingrediente alimentar com grande potencial de uso em função de suas características benéficas e relevantes sobre o metabolismo, fisiologia e nutrição humana (CERQUEIRA et al., 2008; PUMAR et al., 2008), sendo rica em fibras, proteínas, ácidos graxos poli-insaturados e sais minerais. Além disso, apresenta propriedades antioxidantes devido à presença de vitamina E, principalmente na forma dos isômeros γ -tocoferol e α -tocoferol (GARCIA; KIMURA; MAURO, 2005). Farinhas ricas em fibra estão sendo utilizadas na elaboração de produtos de panificação e industrializados, ampliando a oferta de produtos com elevado teor de fibra, tanto para os consumidores sadios quanto para aqueles que apresentam algumas doenças crônicas não transmissíveis (GUIMARÃES; FREITAS; SILVA, 2010). Dessa forma, este projeto pretende desenvolver um produto alimentício adicionado desta farinha rica em fibras e avaliar a aceitação sensorial do novo alimento desenvolvido.

Palavras-chave: *Tetsukabuto*. Fibra. Farinha.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (Pibic/FAPE 2014) e o NIC de Tratamento e Reaproveitamento de Resíduos Industriais (Artigo 170 da Constituição Federal 2014).

Giane Beatriz Friedrich, Suelen Cristina Mai, Rose Maria de Oliveira Mendes, Raquel Zeni Ternus, Silvana Menoncin, Francieli Dalcanton

Referências

ALVES, J. A. et al. Qualidade de produto minimamente processado à base de abóbora, cenoura, chuchu e mandioquinha-salsa. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 625-634, jul./set. 2010.

AMARO, G. B. **Recomendações técnicas para o cultivo de abóbora híbrida do tipo japonesa**. Brasília: Embrapa, 2014.

AMBROSIO, C. L. B.; CAMPOS, F. A. C. S.; FARO, Z. P. Carotenóides como alternativa contra a hipovitaminose A. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 19, n. 2, mar./abr. 2006.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Fibras alimentares**. Brasília: ANVISA, 2015.

AOAC – Association of Official Analytical Chemists. **Official methods of analysis of AOAC International**. Washington: AOAC, 1997.

CERQUEIRA, P. M. Efeito da farinha de semente de abóbora (*Curcubita maxima, L.*) sobre o metabolismo glicídico e lipídico em ratos. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, n. 2, mar./abr. 2008.

GARCIA, C. C.; KIMURA, M.; MAURO, M. A. Efeito da temperatura de secagem na retenção de carotenóides de abóbora (*Cucurbita moschata*). In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA DE ALIMENTOS, 6., 2005, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2005.

GUIMARÃES, R. R.; FREITAS, M. C. J.; SILVA, V. L. M. Bolos simples elaborados com farinha da entrecasca de melancia (*Citrullus vulgaris, sobral*): avaliação química, física e sensorial. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 354-363, abr./jun. 2010.

SEDIYAMA, M. A. N. et al. Cultura da moranga hídrica ou abóbora Tetsukabuto. Belo Horizonte: EPAMIG, 2009.

NEPA – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação. **Tabela Brasileira de Composição de Alimentos**. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. **Tabela Brasileira de Composição de Alimentos**. Campinas: Unicamp, 2006.

PUMAR, M. et al. Avaliação do efeito fisiológico da farinha de semente de abóbora (*Cucurbita maxima L.*) no trato intestinal de ratos. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v. 28, dez. 2008.

ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE CHAPECÓ: A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DESTES ATORES NO FÓRUM DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CHAPECÓ (FRSC)

Graciela Alves de Borba Novakowski¹, Rafaela Téó Balsi

¹ Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela UnoChapecó; assistente social e técnica de extensão na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da UnoChapecó, gracielan@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O estudo traz a experiência do Fórum de Resíduos de Chapecó (FRSC) e a participação dos catadores de materiais recicláveis do município enquanto espaço de representação política. O FRSC tem como objetivo principal articular a diversidade de forças, processos e organizações, trabalhando interinstitucionalmente temas acerca dos resíduos sólidos, atento aos aspectos educacionais, ambientais e socioeconômicos. Se constitui como espaço de experiências de representação e participação da sociedade civil, organizações visando a discussão e deliberações sobre as temáticas dos resíduos sólidos e catadores de materiais recicláveis no município de Chapecó (SC) em 2010, a partir de um grupo de entidades locais que trabalham diretamente com a questão da coleta seletiva, catadores e educação ambiental. Inicialmente, foi constituído por 12 entidades, hoje apresenta um número significativo de 27 entidades locais ativas no processo de articulação, discussão de políticas públicas e sociais direcionadas para a questão dos resíduos sólidos. O FRSC tem seu calendário definido na primeira reunião ano e são realizadas reuniões ordinárias mensais. Atualmente, possui uma coordenação composta por quatro entidades locais, coordenação que é alterada anualmente. Tem como suporte institucional a atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da UnoChapecó, a qual foi responsável pela elaboração do projeto de uma associação de catadores que permitiu levantar esta discussão no município e constituir o FRSC. A ITCP é um programa permanente de Extensão, que visa efetivar espaços alternativos de formação profissional e acadêmica aos diferentes cursos que a instituição disponibiliza, através do fomento em atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à economia solidária. Constituída no ano de 2003, a ITCP tem atuação junto a grupos sociais excluídos do mercado formal de trabalho e renda do meio urbano e rural e vem se constituindo referência no processo de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no estado de Santa Catarina. Além do processo de incubação, atua no fortalecimento e apoio ao Movimento de Economia Solidária, mais diretamente no Fórum Regional e Estadual de Economia Solidária, na Rede Nacional de Incubadoras e nos processos de desenvolvimento territorial no Estado. Sua atuação com catadores vem desde 2009, trabalhando diretamente com as associações de catadores de materiais recicláveis de Chapecó e da região, através do processo de incubação seguindo os princípios da economia solidária. Este estudo também se justifica pela participação das autoras no FRSC, a segunda autora desde sua constituição em 2010. Nesse sentido, a atuação da ITCP enquanto programa permanente de extensão permitiu de certa forma a continuidade destas discussões, pois

Graciela Alves de Borba Novakowski, Rafaela Téó Balsi

manteve os contatos e reuniões mensais. Atualmente, a ITCP assessora cinco empreendimentos econômicos solidários ligados à cadeia do material reciclável. Esses empreendimentos são constituídos legalmente enquanto associações de catadores de materiais recicláveis localizados no município de Chapecó, destas, três fazem parte do FRSC. Nesse interim, a ITCP, tendo esta atuação junto às associações de catadores de material reciclável, está presente em espaços de discussão, representação e deliberação das questões relacionadas aos resíduos sólidos, tais como o FRSC, fóruns de economia solidária e movimentos sociais.

OBJETIVO: Compreender o processo de participação estabelecida entre os catadores e sua participação no Fórum de Resíduos Sólidos de Chapecó enquanto espaço de representação política. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada para este trabalho inicialmente foi constituída por uma etapa exploratória que, segundo Gil (2010), tem como propósito proporcionar maior familiaridade com a temática, com vistas a torná-la mais explícita ou a construir hipóteses. Neste caso, a coleta de dados envolveu levantamento bibliográfico e documental de relatórios de reuniões. Após a etapa exploratória, foi realizada a pesquisa descritiva. Para Gil (2010), a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis e estudar as características de um grupo, como idade, sexo, nível de escolaridade etc. **RESULTADOS:** As associações de catadores se organizam de forma complexa e em diversos aspectos caminham juntos. Apesar da precariedade no trabalho, os catadores desenvolveram ali sua identidade, reconhecimento social e sentimento de pertencimento, além dos vínculos de solidariedade e afeto que foram criados em determinado grupo, auxiliando em seu trabalho coletivo e até evidenciando uma sexta autonomia que parece favorecer a permanência dos catadores nesse modo de trabalho, eles resistem, persistem e lutam por um Brasil sem exploração, miséria e opressão. Entretanto, ainda é necessário ter uma maior compreensão da natureza desse trabalho, aprofundando as contradições que ele apresenta, especialmente entre as conquistas alcançadas e a precariedade do trabalho, por isso a grande importância do FRSC no município. Olhando para o lado da organização dos catadores em forma de movimentos sociais, constatou-se que o mesmo é recente na região e que os alcances das ações gestadas pelo Movimento Nacional ainda se apresentam carentes, porém, já constatamos que o Movimento Nacional dos Catadores é um espaço de luta e surgiu para dar força ao catador, como uma forma de empoderamento, para superar os estereótipos dados pela sociedade, para terem mais visibilidade e se verem realmente como ser humano de direitos. O surgimento dessa categoria é resultado de um modelo de acumulação do capital e uma consequência do processo de industrialização desigual em que as pessoas foram substituídas pelas máquinas, e, como consequência disso, o desemprego. Quando afirmo que de certa forma eles têm autonomia no trabalho de catador, estou afirmando que, levando em consideração que as associações estão dentro de um modo de produção levada pelas grandes empresas que procedem materiais reciclados e por esse motivo o espaço de autonomia parece estar limitado, de fato, por regras econômicas de valorização. **CONCLUSÕES:** Identificamos que o FRSC permite essa troca de informações com os catadores, que atuam diretamente com os resíduos sólidos do município. O espaço permite que eles expressem suas ideias, anseios e necessidades. Uma luta coletiva que vem permitindo melhorias constantes na separação e triagem, acondicionamento, identificação, coleta, tratamento, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no município de Chapecó. O FRSC também provoca, junto à comunidade, a sensibilização quanto a esta separação dos resíduos sólidos, e vem na reivindicação para que se estabeleça no município uma coleta seletiva que realmente atenda os padrões desse serviço. Segundo

Graciela Alves de Borba Novakowski, Rafaela Téó Balsi

Castilhos Junior (2003), o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos deve ser integrado, englobando etapas articuladas entre si, desde ações que visem a não geração de resíduos até a disposição final, compatíveis com os demais sistemas do saneamento ambiental, sendo essencial a participação do governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada. Identificamos no espaço do FRSC forças sociais opostas, profissionais com conceitos diferentes, o que em muitas situações torna o processo de decisões e deliberações mais lento, porém, mais rico em termos de aprofundamento nos debates. Também observamos que a presença do Poder Público é importante nas discussões, mas muitas vezes as decisões e posicionamentos tendem para siglas partidárias, dificultando determinados encaminhamentos que deveriam ser de interesse público e coletivo. Essa forma de representação que tem sua origem em uma escolha entre atores da sociedade civil, decidida frequentemente no interior de associações civis, exercem o papel de criar afinidades intermediárias, isso é, elas agregam solidariedades e interesses parciais. Ao agregarem estes interesses e afinidades, elas propiciam uma forma de representação por escolha que não é uma representação eleitoral de indivíduos ou pessoas. Em relação aos movimentos sociais na região oeste de Santa Catarina, identificou-se que a mesma apresenta uma trajetória de lutas e garantia de direitos, principalmente no âmbito dos movimentos sociais do campo. Sobre a organização dos catadores em forma de movimentos sociais, contou-se que o mesmo é recente na região e que os alcances das ações gestadas pelo Movimento Nacional ainda se apresentam tímidas. Por outro lado, as ações e políticas públicas, direcionadas a essa categoria necessitam ser fortalecidas no estado de Santa Catarina e na região. Os relatos dos catadores evidenciam, por exemplo, que apesar das dificuldades enfrentadas por essa categoria, os mesmos reconhecem-se de uma maneira diferente em termos subjetivos, principalmente após a inserção nas associações. O catador organizado em espaços coletivos vem desmitificando aos poucos a visão estigmatizada que a sociedade tem dos catadores de rua, como indivíduos que “apenas cata para suprir seus vícios”. Esses aspectos apontam também positivamente para a construção de uma identidade e reconhecimento como categoria profissional. Por exemplo, a organização de alguns grupos de catadores na cidade de Chapecó já apresenta alguns resultados positivos. Um deles é a difusão da problemática do lixo e da importância do catador pela imprensa, na medida em que nos últimos dois anos o tema foi exposto, várias vezes, ao público nos jornais locais. Essa visibilidade deve ser atribuída à organização dos grupos e ao apoio de diversas entidades que participam do FRSC de Chapecó, possibilitando que esses sujeitos se percebam e sejam percebidos como protagonistas de ações políticas e sociais que até há pouco tempo eram invisíveis. As associações de catadores têm se apresentado, dentro dos seus limites, como uma forma de organização principalmente para a sobrevivência, entretanto, precisa-se avançar na expansão de seus direitos sociais e para o exercício mais efetivo da participação.

Palavras-chave: Fóruns. Catadores. Participação.

Fonte financiadora: PRONINC/CNPq, vinculado à Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A ÓTICA DA COMUNIDADE SOBRE AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E DOENÇA

Greice Cristine Schneider¹, Shayane Luiza Rebelatto, Lucimare Ferraz

¹Acadêmica de Medicina da Unochapecó, greicecristine@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A autoavaliação das condições da saúde tem sido utilizada em inquéritos populacionais por sua fácil aplicação e alta validade e confiabilidade. É um recurso importante para a obtenção de medidas objetivas da condição de saúde, ao refletir uma apreensão integrada do indivíduo nas dimensões biológica, psicológica e social. Assim, um dos meios de conhecer a situação de saúde e doença de uma população é a realização de pesquisas sobre autoavaliação em saúde, que têm apresentado indicadores válidos e relevantes. Além de evidenciar a interpretação que as pessoas constroem acerca do seu estado de saúde, contribui para a identificação dos diversos fatores, direta ou indiretamente, relacionados com o processo de saúde e adoecimento, que é multidimensional. Leva-se em consideração que a autoavaliação do estado de saúde é um importante indicador do construto multidimensional da saúde e consiste na percepção que os indivíduos possuem de sua própria saúde. Diante das considerações acima apontadas, surge a seguinte questão-problema de pesquisa: como uma comunidade reconhece e avalia seus problemas de saúde?

OBJETIVO: Conhecer as doenças autorreferidas e avaliação de saúde de famílias assistidas pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família. **METODOLOGIA:** Este estudo se caracteriza por ser descritivo-transversal, realizado num município polo econômico e de referência na área da saúde no oeste de Santa Catarina. Foram entrevistadas 1023 famílias, assistidas por um NASF, no município de Chapecó (SC), que foram selecionadas de forma sistemática, e os dados foram coletados por 108 acadêmicos por meio de um questionário estruturado. Os dados tiveram análise por técnica descritiva. **RESULTADOS:** Neste estudo, a percepção em saúde foi determinada pelo seguinte questionamento: como você avalia as condições de saúde da sua família, segundo a classificação: ótima, boa, regular, ruim e péssima? Entre os entrevistados, 8% (n = 82) classificaram como sendo ótimas as condições de saúde da família, 62% (n = 634) como boas, 24% (n = 245) como regulares, 2% (n = 21) como ruins e 4% (n = 41) como péssimas. Quando questionados se havia alguém na família com problema de saúde, verificou-se que 56,5% (n = 578) das famílias têm algum familiar nessa condição, como dor na coluna (47,6%), hipertensão (42,9%), artrite e reumatismo (28,6%). Além disso, vale destacar também problemas de saúde como LER/DORT, com uma prevalência de 21,6%, e a depressão, que acomete cerca de 21,1% das famílias dos entrevistados, agravos recorrentes de uma mudança da estrutura do trabalho moderno, em que as capacitações do trabalhador nem sempre acompanham os avanços tecnológicos. Na mesma direção, salienta-se a frequência com que foram informados agravos cujo desenvolvimento e/ou

Greice Cristine Schneider, Shayane Luiza Rebelatto, Lucimare Ferraz

tratamento estão diretamente relacionados à alimentação, como úlcera ou problema de estômago (20,1%), doença cardiovascular (15,9%) e diabetes (11,8%). No último ano, 25% (n = 255) das famílias tiveram, pelo menos, um familiar que precisou faltar ao trabalho por problemas de saúde. Dentre as famílias entrevistadas, 4,3% (n = 44) têm um familiar que depende de cuidado, necessitando de auxílio para comer, andar e vestir-se. **CONCLUSÃO:** O estudo mostra que as principais doenças que acometem as famílias são crônicas e não transmissíveis e que na autoavaliação, as famílias, mesmo tendo algum de seus membros em estado mórbido, classifica a saúde familiar como boa.

Palavras-chave: População. Conhecimento. Saúde da família.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES).

VULNERABILIDADE AO USO DE ÁLCOOL ENTRE ACADÊMICOS DE CURSOS DAS ÁREAS DE CIÊNCIAS HUMANAS, EXATAS E BIOLÓGICA DE UMA UNIVERSIDADE DO SUL

Greice Cristine Schneider¹, Shayane Luiza Rebelatto, Lucimare Ferraz

¹Acadêmica de Medicina da Unochapecó, greicecristine@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O álcool é uma das drogas lícitas que tem exibido um aumento de consumo nas últimas décadas e se apresenta como fator de risco para várias doenças. Nesse contexto, os estudantes universitários representam um grupo vulnerável para o consumo dessa e de outras substâncias psicoativas, pois o estilo de vida e o meio em que estão inseridos se tornam fatores de grande influência e estímulo para o consumo. Diante disso, o consumo do álcool entre os acadêmicos se torna preocupante, visto que é esperado desses universitários um maior conhecimento a respeito das implicações de tais substâncias na saúde de cada indivíduo. **OBJETIVO:** Analisar a dinâmica do uso de álcool entre os acadêmicos de cursos das áreas de ciências humanas, exatas e biológica de uma universidade do Sul. **METODOLOGIA:** Estudo descritivo transversal, realizado com 282 acadêmicos, sendo 128 do sexo masculino e 154 do sexo feminino, dos cursos de Medicina, Direito e Engenharia Civil, de uma Instituição de Ensino Superior (IES) da região Sul do Brasil. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário estruturado de autopreenchimento e sem identificação do acadêmico. O questionário foi aplicado a todos os acadêmicos que não se enquadram nos critérios de exclusão e que estiveram presentes em sala de aula no momento da coleta de dados. Os dados tiveram análise por técnica descritiva. **RESULTADOS:** No presente estudo, observou-se que a prevalência do uso de álcool na vida dos universitários foi de 95% entre os estudantes entrevistados. Em relação ao sexo dos indivíduos entrevistados, não houve diferença significativa em relação ao consumo de álcool, e que 95,4% dos homens e 94,8% das mulheres já experimentaram álcool alguma vez na vida. Quanto ao curso, a frequência do consumo de álcool se apresenta de maneira geral mais prevalente no curso de Medicina. Aproximadamente 34,5% dos acadêmicos de Direito e de Engenharia consomem álcool diariamente, enquanto que essa prevalência sobe para 46,5% entre os acadêmicos de Medicina. Além disso, apenas 6,1% dos alunos de Medicina nunca experimentaram álcool, já 21,5% e 17,9% dos estudantes de Direito e Engenharia, respectivamente, nunca ingeriram álcool. Quando questionados quanto à frequência com que fazem uso de bebidas alcoólicas, os universitários entrevistados relataram uma prevalência de 38,5% de consumo semanal de álcool, enquanto 21,9% consomem álcool mensalmente e 2,5% diariamente ou quase todos os dias. Tanto os homens como as mulheres apresentam maior prevalência de consumo semanalmente, porém apenas uma entrevistada (0,6%) relata que ingere álcool diariamente ou quase todos os dias, enquanto que nos homens essa prevalência aumenta para 4,7% (n = 6). Contudo, houve um maior número de estudantes 36,2% que

Greice Cristine Schneider, Shayane Luiza Rebelatto, Lucimare Ferraz

declararam ter consumido álcool duas a quatro vezes por mês e 22,4% se declararam abstinente nos últimos 12 meses, o que indica uma prevalência de baixo risco, entre os estudantes avaliados. Entretanto, 17,1% se enquadraram no grupo de risco e 0,6% apresentaram provável dependência. **CONCLUSÕES:** O presente estudo mostra que a prevalência do uso de álcool entre os universitários é alta, o que evidencia a necessidade de estratégias que visem conscientizar esses acadêmicos para as consequências, bem como os respectivos riscos do uso de bebidas alcoólicas.

Palavras-chave: Bebidas alcoólicas. Universidades. Prevalência.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES).

AS POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÃO ENTRE O MODO DE ENTREVISTAR DE EDUARDO COUTINHO E DOS JORNALISTAS DE TELEVISÃO

Greici Audibert¹

¹ Acadêmica de Jornalismo da Unochapecó, greiciaudibert@gmail.com

INTRODUÇÃO: A pesquisa se baseia nas técnicas de entrevistas utilizadas pelo documentarista Eduardo Coutinho e presentes nos filmes *Santo Forte* (1999), *Peões* (2004) e *O Fim e o Princípio* (2006). O estudo propõe uma análise sobre o modo de entrevistar do documentarista a partir dos conceitos do referencial teórico e relacionado com a prática dos profissionais de televisão, com base no depoimento de jornalistas que atuam na área. As perguntas feitas aos jornalistas foram elaboradas a partir da análise fílmica, para que eles possam indicar dificuldades e possibilidades de utilização dessas mesmas técnicas usadas por Eduardo Coutinho no telejornalismo atual. O que quer dizer respeitar uma pessoa? Para o documentarista Eduardo Coutinho (LINS, 2004), é respeitar a sua singularidade, não importa se é uma escrava que ama a servidão, ou uma escrava que odeia a servidão. Segundo ele, muitos documentaristas só ouvem pessoas que dão as respostas de acordo com suas intenções, o que gera um acúmulo de respostas do mesmo tipo, previsíveis, e que são aquilo que o diretor quer ouvir. Apesar de Coutinho se referir ao cinema, suas palavras não poderiam também representar o jornalismo atual? Mais especificamente o telejornalismo, que assim como o cinema requer uma produção audiovisual? Afinal, no centro de tudo está a problemática da postura do repórter ou do documentarista diante da matéria-prima essencial para ambos: o personagem (MACIEL, 2011). No telejornalismo diário, o tempo destinado à produção das reportagens geralmente é pequeno e as entrevistas muitas vezes são “automáticas”. Esse contexto favorece a prática de um jornalismo de conveniência com perguntas e repostas pré-formuladas. Coutinho sempre teve grande desejo e capacidade de ouvir e, principalmente, trabalhar com o outro. Algo que Pierre Bourdieu (apud LINS, 2004, p. 23) define como “[...] um exercício espiritual, visando obter, pelo esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias da vida.” Medina (2007) acredita que não é possível conceber que tanto a montagem de um filme quanto o desenvolvimento de uma reportagem tenham uma fluência narrativa criativa centrada somente no encadeamento das imagens ou textos. Existe, na verdade, todo um processo de captação de informações, de encontro com os personagens, crucial para o que vem depois. Mas por que é tão raro constatar encontros assim no telejornalismo diário ou encontrar espaço para um jornalismo mais humano e menos engessado nos padrões de televisão, uma área tão marcada pelas pressões de tempo e de espaço? Como utilizar técnicas de entrevistas como as de Coutinho, que priorizava a vida pessoal, as emoções, a simplicidade, sem apelar para o sentimentalismo ou à espetacularização?

Greici Audibert

É para tentar encontrar respostas para esses questionamentos e sugerir um caminho de reflexão para o telejornalismo atual que se projeta esta pesquisa. **OBJETIVO:** Compreender como as técnicas de entrevista utilizadas pelo documentarista Eduardo Coutinho podem ser aplicadas nos programas de telejornalismo. Constituem os objetivos específicos: analisar as técnicas de entrevista utilizadas por Eduardo Coutinho; identificar procedimentos e comportamentos de Coutinho que possam significar um legado para a entrevista em profundidade no jornalismo; e verificar qual a dificuldade dos jornalistas de televisão em utilizar técnicas de entrevistas que humanizem seus personagens e suas reportagens, com base no trabalho do documentarista. **METODOLOGIA:** A análise fílmica do conteúdo dos documentários de Eduardo Coutinho prioriza aspectos relacionados aos procedimentos e comportamentos do diretor enquanto esse pergunta e provoca a fala dos personagens. Seguindo a proposta de Penafria (2009), propõe-se uma análise com algumas etapas pré-definidas. Nesse sentido, são selecionadas partes mais significativas do filme quanto à inserção do diretor no papel de entrevistador. Os documentários são analisados tendo como base os conceitos discutidos no referencial teórico deste projeto e adquiridos no decorrer do desenvolvimento da pesquisa em relação a técnicas de entrevista no telejornalismo e no documentário. Para complementar o estudo e atingir os objetivos propostos, após a análise dos documentários serão entrevistados dois jornalistas Ariel Palácios, correspondente internacional da Globo News, e Domingos Meirelles, hoje apresentador do Record Repórter Investigação. As entrevistas têm como propósito indicar dificuldades e possibilidades de utilização das técnicas usadas por Eduardo Coutinho no telejornalismo atual. **RESULTADOS:** Eduardo Coutinho integrou a equipe do programa Globo Repórter por nove anos. Para ele, a televisão foi uma escola, onde aprendeu a fazer documentário e exercitou sua relação com o outro (LINS, 2004). Os filmes *Santo Forte*, *Peões* e *O Fim e o Princípio* foram selecionados levando em consideração um dos períodos mais intensos da produção do documentarista, além do fato de o cineasta se inserir no espaço dos personagens. A partir da decupagem dos filmes, foram definidas como categorias de análise: a maneira como Coutinho se comporta em relação às fontes, as entrevistas e a reação dos personagens às perguntas e o contexto em que os diálogos ocorrem. Para o estudo, são utilizados conceitos de telejornalismo, documentário e entrevista, através de autores como Alfredo Vizeu, Raymond Williams, Nilson Lage, Cremilda Medina, Bill Nichols, Fernão Ramos, Manuela Penafria, Consuelo Lins e Milton Ohata. **CONCLUSÕES:** A partir das primeiras análises, é possível apontar os seguintes aspectos relacionados ao estudo: de maneira simples e natural, Coutinho cria uma sensação de proximidade com os personagens. Instiga as fontes sem desrespeitar os limites de cada um dos seus entrevistados. Considera o tempo para a formulação das respostas e assim cria oportunidade para a reflexão. Não interfere, nem corrige, mas conduz a conversa tomando para o si o interesse em saber. O cineasta demonstra interesse nos personagens e suas histórias, é informal no uso de vocábulos e na estruturação das frases e não demonstra pré-julgamentos. Atento e perceptivo aos detalhes, o cineasta vive o diálogo e os personagens ganham força na evolução das entrevistas. “Conta pra mim” ou “me conta como foi isso” são termos muito comuns em suas entrevistas. Há uma inserção no contexto e no imaginário das fontes que, conseqüentemente, dão vida aos documentários.

Palavras-chave: Eduardo Coutinho. Entrevista. Telejornalismo.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Greici Audibert

Referências

LINS, Consuelo. **O documentário de Eduardo Coutinho**. Televisão, cinema e vídeo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MACIEL, Alexandre Zarate. Conviver, sentir, narrar: personagens documentais e jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 417-430, jul./dez. 2011.

MEDINA, Cremilda. Jornalismo e signo da relação: a magia do cinema na roda do tempo. **Líbero**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 17-25, jun. 2007.

PENAFRIA, Manuela. **Análise de filmes – conceito e metodologia(s)**. Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-penafriaanalise.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE TREZE TÍLIAS (SC)

Indianara Cristina Bigaton¹, Cláudio Machado Maia

¹ Mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais na Unochapecó, indianarac@hotmail.com

INTRODUÇÃO: Este trabalho foi proposto para conclusão da disciplina de Participação Social e Governança Local do Mestrado de Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó a fim de demonstrar a importância dos conselhos gestores nas políticas públicas. Para Souza (2004), a Constituição Federal foi pródiga quanto aos seus mecanismos de participação da comunidade em alguns fóruns decisórios e no controle dos resultados das implementações de políticas sociais. Com essa premissa, abordaremos o Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) do município de Treze Tílias (SC). Analisar esse conselho se torna relevante, pois exerce grande influência ao direcionar as políticas públicas no município de Treze Tílias, pois o mesmo faz parte do Sistema Municipal de Cultura, conforme as novas políticas propostas pelo Ministério da Cultura através do Sistema Nacional de Cultura (SNC). **OBJETIVO:** Demonstrar a atuação do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Treze Tílias e a sua participação enquanto órgão consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador que institucionaliza e organiza a relação entre executivo e sociedade civil. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada para análise do CMPC de Treze Tílias constituiu através da aproximação com o mesmo, documental e bibliográfica. O primeiro contato foi com a secretária municipal de Cultura, por telefone, e posterior pessoalmente, no município. Ocorreram duas visitas a Treze Tílias, na primeira, foram disponibilizadas ATAs, a lei de criação do Conselho, regimento interno e resoluções que possibilitou a pesquisa documental. Na segunda visita, em conversa informal, foram esclarecidas algumas dúvidas com a secretária e também com os conselheiros. **RESULTADOS:** Com a democratização brasileira, os cidadãos participam da vida pública através de movimentos sociais, ONGs e organizações da sociedade civil, bem como os funcionários de governos comprometidos com a democratização do Estado. Dessa forma, milhares de conselhos gestores foram e estão sendo criados a fim de ter essa dinâmica de interação entre sociedade e o Estado, buscando melhorias e implantações de políticas públicas (ABERS; KECK, 2008). Para compreender o formato dos conselhos gestores no Brasil, devemos considerar fatores históricos. Até os anos 1980, o Brasil preservava que seus representantes deveriam ser mais ricos e instruídos que seus representados. “Cidadãos distintos, socialmente diferentes dos que os elegeram.” (MANIN, 1997, p. 94). Já na década de 1980, com a criação do Partido dos Trabalhadores, houve uma nova ruptura onde os marginalizados e excluídos possuíam a capacidade de se autorrepresentar, entretanto, no parlamento, os novos representantes eleitos não representaram mudanças significativas e/ou esperadas. Na década de 1990, com a frustração da política

Indianara Cristina Bigaton, Cláudio Machado Maia

convencional, buscou-se nos conselhos gestores a possibilidade de uma representação mais autêntica. Importante frisar que, após a Constituição de 1988, movimentos sociais mobilizaram-se para garantir a criação de mecanismos de participação direta em diversas áreas de políticas públicas (ABERS; KECK, 2008). Para Souza (2004), a CF/88 foi importantíssima na criação desses mecanismos de participação da comunidade, empoderando segmentos da sociedade e também promovendo a *accountability* dos gestores públicos. O Ministério da Cultura, por entender que as políticas culturais têm pouco espaço na agenda da maioria dos governos, cria o SNC, com o intuito de fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, estados e municípios com a participação da sociedade. A Cultura, no seu sentido mais amplo, pode ser entendida como modos de viver, fazer e criar de indivíduos, grupos, povos e nações (BRASIL, 2011). Segundo a CF/88, para proteger e promover a cultura, o poder público e a comunidade devem colaborar entre si. Dessa forma, o Ministério, juntamente com o Congresso Nacional, propôs uma série de Emendas Constitucionais (PECS) e Projetos de Lei (PLs) que constituem o marco regulatório da Cultura. Uma das mais importantes é a PEC n. 416/2005, que institui o SNC e a PEC n. 150/2003 (aguardando votação), que vincula à Cultura recursos da União, estados e municípios. O SNC reúne a sociedade civil, União, estados, municípios e Distrito Federal, cada qual com seus respectivos sistemas de Cultura. Para aderir ao SNC, cabe a cada estado ou município assinar um termo de adesão, mesmo que o estado onde o município está inserido não tenha efetivado a adesão, o mesmo, por ser ente autônomo, pode firmar o compromisso com a União (BRASIL, 2011). O estado de Santa Catarina ainda não criou o seu Sistema Estadual de Cultura e tampouco assinou o acordo para aderir ao SNC, o que não foi empecilho para muitos municípios. Treze Tílias firmou o acordo com o Ministério da Cultura no ano de 2009 e, desde então, busca cumprir com as exigências conforme determina o SNC. Dessa forma, no dia 23 de maio de 2013, foi aprovada a Lei n. 53/2013 que institui o Sistema Municipal de Cultura de Treze Tílias, onde estabelece diretrizes para as políticas municipais de Cultura: esse visa proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural a todos os habitantes, estabelece novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais e cria instâncias de efetiva participação de todos os segmentos sociais atuantes no meio cultural. O SMC é formado pelo Cadastro Cultural do Município que organiza e disponibiliza informações sobre os diversos fazeres culturais nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural, bem como sobre seus espaços. Cria o CMPC, órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador que institucionaliza e organiza a relação entre a administração municipal e a sociedade civil e integra o SMC. Institui o Fundo Municipal de Cultura, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado. O percentual é de 1% do orçamento do município, a fim de se cumprir a Lei do SNC. O CMPC é organizado em quatro instâncias de participação: Conferência Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Cultura (CMC), fóruns setoriais e câmaras temáticas. O CMPC de Treze Tílias realiza anualmente a Conferência Municipal de Cultura que, por lei, é prevista para ser de dois em dois anos, porém a Secretaria de Cultura, o Conselho e os atores culturais optam por fazê-la anualmente, devido à troca de experiências e contribuições de melhorias para área cultural. As câmaras temáticas e os fóruns setoriais não foram compostos, pois se tratando de um município de pequeno porte, considerou-se que o CMPC é suficiente para os debates e representações culturais. A Lei Complementar n. 56/2013 altera o Artigo 16 da Lei n. 53/2013, passando o Conselho a ser composto por 12 conselheiros, sendo seis do poder executivo e seis da sociedade civil. Cabe ressaltar que a Lei n. 53/2013 de Treze Tílias extingue o antigo Conselho Municipal de Cultura, optou-se por essa ação uma vez que feita a adesão ao SNC, o

Indianara Cristina Bigaton, Cláudio Machado Maia

Conselho passa a ter novas obrigações – o que tornou mais ativo no município. Por lei, a presidência do CMPC será o secretário(a) de Cultura. As reuniões do CMPC são realizadas praticamente mensalmente. Conforme constatado na pesquisa documental, o CMPC é bem atuante frente às políticas culturais do município. Desde sua fundação, o Conselho já aprovou três editais para serem financiados com recursos do Fundo Municipal de Cultura, sendo eles: Edital 001/2014 e Edital 003/2014 (contratação de pessoa jurídica de direito privado para dar aulas de música através de diversos instrumentos) e Edital 002/2014 (contratação de pessoa jurídica para oferecer aulas de canto junto aos corais da cidade). Todos os editais passaram pelo CMPC, sendo aprovado em reuniões ordinárias. O Conselho criou comissões específicas para análise documental dos projetos que posterior foram levados para apreciação em reuniões onde houve votação para aprovação dos projetos selecionados. Importe frisar que cabe ao próprio Conselho a aprovação das prestações de contas dos editais do FMC. Referente à Conferência Municipal de Cultura, o CMPC tem contribuído na organização e na divulgação, também criticando os pontos falhos e trazendo novas ideias. Uma das grandes conquistas do Conselho foi a oficina de elaboração de projetos, ministrado pela Fundação Catarinense de Cultura. O Executivo desenvolveu meios de comunicações eletrônicos para se aproximar do Conselho, sendo: grupo de *e-mail*, página no Facebook, *blog* da Cultura e publicações em demais *sites* oficiais do município. O município precisa, como parte do acordo junto ao Ministério da Cultura, elaborar o Plano Municipal de Cultura, dessa forma, a UFB está ofertando uma capacitação a distância, na qual participa a presidente do Conselho e uma conselheira da sociedade civil, para, no futuro, ambas serem as coordenadoras do referido plano. Fica evidente a participação dos conselheiros nos eventos culturais e no interesse da promoção da cultura no município. Percebem-se em várias reuniões as interações entre os participantes frente às ações de suas entidades/setor, agregando vivência e despertando soluções aos demais. Os conselheiros trazem preocupações e cobranças em vários níveis da cultura, como por exemplo: manutenção da estrutura física do Museu Municipal, as mudanças e melhorias nas festas culturais no município e a atuação de forma geral do poder executivo nessas ações. Em média, tem-se por reunião a presença de nove conselheiros, sendo esse representativo, uma vez que são 12 conselheiros. Dessa forma, o CMPC de Treze Tílias desenvolve, conforme afirma Tenório (2011), um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio dos diferentes atores envolvidos. **CONCLUSÕES:** O CMPC de Treze Tílias demonstra grande participação nas políticas culturais do município. Efetivamente, torna-se um ente consultivo para muitas ações do executivo, bem como deliberativo referente às questões do Fundo Municipal de Cultura, quanto à distribuição de recursos através dos editais e a fiscalização dos mesmos. Destaca-se quando traz às reuniões, demandas das áreas culturais e na preocupação de que a distribuição de recursos atenda o maior número de grupos possíveis. O mesmo tem representatividade de conselheiros nas reuniões do Conselho e é ativo na aplicabilidade das políticas culturais do município. Nesse processo, que é tratado como um “marco regulatório da Cultura”, Treze Tílias está entre os poucos municípios do Brasil a estar organizado junto ao SNC, e buscando a efetiva participação da sociedade para elaboração e garantias das políticas culturais.

Palavras-chave: Participação social. Conselhos municipais. Cultura.

Fontes financiadora: Unochapecó.

CIDADANIA AMBIENTAL: SANEAMENTO BÁSICO NO MEIO RURAL

Ivan Cesar Cima¹

¹ Graduado em Ciências Agrícolas na UnoChapecó, mestrando em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (UnoChapecó) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), ivancesarcima@hotmail.com

INTRODUÇÃO: Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. De outra forma, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar salubridade ambiental. A pesquisa tem como propósito investigar, observar e compreender as percepções e as práticas de saneamento básico das famílias camponesas, especialmente no ambiente da moradia das pessoas, ou seja, a casa. Este tema tem uma importância significativa para o bom desenvolvimento da nossa região, não apenas no aspecto econômico, mas também social. Esta pesquisa tem relevante importância no sentido de fomentar o debate das políticas públicas de saneamento para além do perímetro urbano, chegando também ao meio rural e, ainda, levar o debate desta temática para dentro da universidade. O campo em que está sendo desenvolvida a pesquisa é Quilombo, no oeste catarinense, um município essencialmente agrícola. Residem no meio rural aproximadamente 1,2 mil famílias, organizadas em mais de quarenta comunidades rurais. Essas famílias têm como base de sustentação econômica a bovinocultura de leite, a avicultura e a suinocultura, bem como a produção de grãos, milho, soja e trigo. A questão central de pesquisa, como mencionamos acima, é a seguinte: Qual a percepção e prática de saneamento dos camponeses, no âmbito doméstico, no município de Quilombo? O processo de colonização iniciou-se na década de quarenta, pelas Colonizadoras Bertaso, Sul Brasil e outras de menor expressão como a Corso, Marafon, Cella e Beux (WOLLF; SCHUH, 2000). Seu território foi redimensionado com a emancipação política dos municípios de Formosa do Sul, Santiago do Sul e Irati. Essa reconfiguração representou diminuição da população. Independente desse fato, a exemplo de outros municípios do oeste, vivenciou a retirada de moradores. Sua dinâmica populacional oscilou. Segundo o IBGE, em 1991, a população era de 19.362. Levando em conta os desmembramentos, em 2007 diminuiu para 10.871, em 2009 foi estimada em 11.259 habitantes e, desses, 4.502 são domicílios rurais. Nessas propriedades rurais pode ocorrer a coabitação de mais de uma geração sob mesmo teto ou mais de um domicílio na mesma propriedade. Por ocasião da colonização, os agricultores adquiriam, dentro de suas possibilidades, lotes rurais de 24,2 hectares, em média. Os “novos” colonos eram descendentes de italianos, alemães e poloneses que se mudavam do Rio Grande do Sul a Santa Catarina para conseguir terras nas áreas de matas, com preços mais acessíveis, e permanecer como colonos, o que já não era possível no Rio Grande do Sul (WERLANG, 2006; RENK, 2000). A entrada

Ivan Cesar Cima

desse agricultores foi repetir o que seus antepassados já fizeram no Rio Grande do Sul, ou seja, o desmatamento para a extração da madeira, seja para a venda, seja para tornar a área agricultável. Esse desmatamento foi estudado por vários autores (NODARI, 2012; CARVALHO; NODARI, 2007). As habitações, no início da colonização, eram precárias, feitas de madeira serradas manualmente, cobertas de tabuinhas e em anexo recolhiam-se bovinos. Posteriormente houve sofisticação, com melhoria de material, com arborização, pomares e jardins. Antes da modernização da agricultura, ocorrida a partir das décadas de 1970 e 1980 (OLINGER, 2006; VIEBRANTZ, 2009), com a chamada Revolução Verde, os suínos eram criados em chiqueiros e seus dejetos eram aproveitados na agricultura como adubo. A extensão rural introduz novos padrões de higiene e sociabilidade no meio rural, dentre os quais o cuidado com dejetos domésticos e de animais, cuidado com fontes, a sociabilidade dos jovens, dentre outros (VIEBRANTZ, 2009). Em 1997, foi implantado o Frigorífico Aurora em Quilombo para o abate de aves, com vistas ao abastecimento interno e à exportação, o que redimensionou a agricultura, intensificando a integração da avicultura nos municípios vizinhos e o recrutamento da mão de obra da agricultura para o frigorífico. Parte dessa mão de obra é oriunda da área rural, no que se nomina de pluriatividade, ou seja, permanecendo parcialmente na agricultura (BAGNARA, 2011). Mais recentemente, a bovinocultura de leite vem ocupado um papel de destaque, tornando-se a atividade principal nas propriedades do município. A economia e os serviços essenciais dos municípios desmembrados, bem como das demais cidades de pequeno porte circundantes, valem-se de serviços essenciais em Quilombo.

OBJETIVO: Analisar a percepção e prática de saneamento da população rural do município de Quilombo. Em relação aos objetivos secundários, busca-se levantar a percepção de saneamento no âmbito das unidades familiares, a identificação das práticas de saneamento realizadas no âmbito doméstico, o levantamento das mudanças históricas de práticas de saneamento nas realidades familiares, a verificação do destino dos dejetos produzidos no ambiente doméstico, a verificação da origem do abastecimento de água da família e confrontá-lo com a perspectiva histórico-cultural e, por fim, a constatação e a percepção da família de seus direitos frente às ações do poder público no âmbito do mundo rural. **METODOLOGIA:** Quanto à metodologia, a pesquisa é exploratória com enfoque qualitativo. Nos valemos da observação e de entrevistas. O trabalho de campo é realizado com a seleção de famílias para entrevistas. O critério de escolha das famílias foi aleatório e considerando aquelas que dispuseram de tempo para nos receber e desejavam dispensar esse tempo em responder a entrevista e dispõem de autonomia e boa vontade para tal. Como critério de inclusão e exclusão, serão sujeitos da pesquisa as famílias que residem há mais de dez anos no município. Foram realizados também registros fotográficos no decorrer da realização das entrevistas, com o consentimento das famílias e entrevistados. Por ocasião do trabalho de campo, foi feita a observação junto às propriedades rurais, e registrado em caderno de campo, para material de controle com o resultado das entrevistas. Junto aos gestores públicos foram realizadas entrevistas. Entrevistamos o prefeito, o secretário de Saúde e o secretário de Agricultura e Meio Ambiente. Ouvimos também três agentes comunitárias de Saúde e um engenheiro agrônomo da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Entrevistamos ainda a representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Quilombo, uma representante da Pastoral da Saúde e uma do Movimento de Mulheres Camponesas. Quanto à análise dos dados, estamos dando tratamento quantitativo e qualitativo do material de campo. Os materiais originados dos levantamentos quantitativos, como os questionários, serão submetidos a tratamento estatístico. Os documentos obtidos qualitativamente, como as observações, entrevistas e os registros fotográficos estão sendo analisados a partir

Ivan Cesar Cima

de indicadores. Ambas as perspectivas, a qualitativa e quantitativa, estarão em diálogo, para melhor compreender a realidade. **RESULTADOS:** Antes de enumerarmos algumas percepções acerca de nossa pesquisa, é importante destacar que ela está em desenvolvimento e os resultados citados podem sofrer alterações. Uma das percepções diz respeito às políticas públicas voltadas para o meio rural, no que tange ao saneamento básico, o rural é invisível, conforme o Plano Municipal de Saneamento Básico de Quilombo deixa explícito, quando afirma que “[...] a área de planejamento do Plano de Saneamento Básico Municipal é delimitada pelo perímetro urbano definido no Projeto de Lei nº. 14/1996, que institui o zoneamento, o uso e a ocupação do solo urbano da sede municipal e a Lei nº. 53/2005 que institui o Plano de Estruturação Urbana de Quilombo, Estado de Santa Catarina.” (PMSB, 2015, p. 6). As políticas públicas, quando destinadas ao meio rural, estão sujeitas ao calendário eleitoral, com isso não tem continuidade. Outro dado diz respeito à carência de conhecimento em relação ao tema saneamento, pois as pessoas buscam e realizam mudanças, cuidam do ambiente a partir do conhecimento que elas têm. É necessário um processo continuado de formação. Um resultado preocupante diz respeito à qualidade da água consumida nas famílias de camponeses, pois, conforme estudo realizado por Endler (2010, p. 23), num universo de 1201 amostras de água examinadas, 72% estão contaminadas e apenas 28% estão aptas para o consumo humano. Em relação às condições de vida das pessoas no meio rural, os entrevistados são unânimes em afirmar que melhorou. No entanto, os relatos históricos demonstram muito sofrimento e na maioria das vezes condições precárias de sobrevivência. **CONCLUSÕES:** Com esta pesquisa, espera-se contribuir para a construção de conhecimento em relação ao saneamento básico e sua importância para as famílias do meio rural, agregando qualidade de vida com preservação do ambiente em que estas se encontram. Espera-se, também, fomentar o debate sobre as políticas públicas que permeiam as ações com relação ao Saneamento Básico na população rural, além de sensibilizar e despertar o poder público para a realidade ora exposta, e que este, através de seus gestores, possa construir ações práticas e eficazes em relação ao saneamento básico, junto ao meio rural. Espero, também, levar o debate do saneamento básico no meio rural junto à Universidade, sendo esta um espaço de debate, de formação de opinião e construtora de conhecimento. Esta pesquisa pode ser também um suporte para futuras ações dos gestores públicos na melhoria das condições de vida da população e do ambiente no meio rural. Por fim, estima-se que a presente pesquisa contribuirá para o estudo das percepções ambientais acerca do saneamento, das concepções nativas e da possibilidade de confrontá-las com aquelas trabalhadas na academia.

Palavras-chave: Saneamento básico. Cidadania ambiental. Meio rural.

Fonte financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc).

Referências

BAGNARA, M. **Representações de mulheres agricultoras do oeste de Santa Catarina:** pluriatividade e ambientalismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2013.

CARVALHO, E. B.; NODARI, E. S. A percepção na transformação da paisagem: os agricultores no desflorestamento de Engenheiro Beltrão-Paraná – 1940-1970. **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 269-287, 2007.

Ivan Cesar Cima

ENDLER, Vander. **Qualidade da água em propriedades rurais do município de Quilombo**. Quilombo, SC. Universidade do Norte do Paraná. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

NODARI, E. S.; KLUG, J. (Orgs.). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2012.

OLINGER, Glauco. **Métodos de extensão rural**. Florianópolis: Epagri, 2006. 163 p.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <<http://www.paho.org/bra/>>.

PSMB – Plano Municipal de Saneamento Básico. Prefeitura Municipal de Quilombo. Quilombo, SC, 2015.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Argos, 2000.

VIEBRANTZ, R. Plano de desenvolvimento da educação: uma caminho a ser seguido. **Competência** – Revista da Educação Superior do SENAC – RS.

WERLANG, Alceu A. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2006.

WOLLF, J. N.; SCHUH, M. B. **Memória e experiência**. Chapecó: Grifos, 2000.

PERFIL DO TRABALHADOR RURAL QUANTO AO USO E INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL (SC)

Jaine Renata de Oliveira Zeni¹, Marcia Regina Silva

¹ Acadêmica de Fisioterapia da Unochapecó, jaine.zeeni@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O setor agropecuário é explorado economicamente, pois é importante fator de contribuição para projeção do País no cenário mundial. As características do trabalho rural com exigência física e exposição dos trabalhadores a inúmeros agentes, tais como ferramentas manuais; animais domésticos e animais peçonhentos; máquinas e implementos agrícolas, bem como agrotóxicos, podem ocasionar acidentes de trabalho afetando suas vidas e a de seus familiares. Há tempos o uso intensivo de pesticidas e fertilizantes químicos tem causado uma série de danos à saúde humana, em particular aos trabalhadores rurais, que poderiam evitar/minimizar esses danos através da adoção de medidas simples, como o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e os de proteção coletiva (EPCs). A contaminação/intoxicação por agrotóxicos é um assunto de estudo que cada vez mais desperta atenção, tendo em vista suas consequências para a saúde humana e o risco de degradação do meio ambiente, causados por seu uso crescente e, às vezes, inadequado. **OBJETIVO:** Descrever o perfil do trabalhador rural quanto ao uso e intoxicação por agrotóxicos no município de Caxambu do Sul (SC). **METODOLOGIA:** Pesquisa quantitativa, transversal realizada com 145 trabalhadores rurais, média de idade de 44,1 (\pm 11,99) anos, sendo 75 mulheres (51,7%) e setenta homens (48,3%). Foi utilizado questionário saúde do trabalhador rural, contendo questões individuais relacionadas ao trabalho, uso e manipulação de agrotóxicos, utilização de equipamentos de proteção individual e relatos de intoxicação pela utilização dos mesmos. A pesquisa foi realizada no ano de 2014, com entrevista individual no domicílio dos trabalhadores. **RESULTADOS:** A utilização de agrotóxicos (produtos químicos) foi relatada em 82,8% dos indivíduos entrevistados, dos quais, 70 a 85% relataram utilizá-los desde a preparação do produto até a aplicação; transporte e armazenamento; limpeza dos equipamentos e higienização de roupas utilizadas na manipulação dos produtos; e a entrada numa lavoura com aplicação recente. Quanto ao uso de EPIs, 88,3% relatam sempre utilizar botas, luvas, chapéu e roupas impermeáveis e 89,7% utilizam máscara para produtos químicos. Ainda, 91% dos indivíduos costumam lavar as mãos e o rosto cada vez que lidam com os produtos, 89,7% tomam banho completo após o trabalho com os produtos, 80% relatam trocar de roupa todos os dias após a utilização dos mesmos e 87,6% evita comer ou fumar enquanto usa os produtos. Apenas 42 trabalhadores (29%) relataram alguma intoxicação pela utilização desses produtos, e desses, 33 (78,57%) informaram ter tido diagnóstico por médicos e 11 (26,19%) foram hospitalizados uma vez por intoxicação. 62 trabalhadores (42,7%) dizem receber orientação de algum técnico sobre o uso dos produtos químicos

Jaine Renata de Oliveira Zeni, Marcia Regina Silva

e outras práticas agrícolas, sendo 34 (23,4%), mais de uma vez por ano e 28 (19,3%) apenas uma vez ao ano. **CONCLUSÕES:** Através deste estudo, verificou-se que a maioria dos trabalhadores rurais entrevistados faz uso de produtos químicos, dos quais, uma parcela já sofreu consequências em decorrência do mau uso desses, necessitando de encaminhamento a uma unidade hospitalar (26,1%). Apesar do elevado número de entrevistados relatarem uso de agrotóxicos, os constantes e devidos cuidados adotados durante o manejo desses produtos minimiza os possíveis riscos, representado pelo baixo percentual de intoxicação (29%). Sendo assim, assegura-se a importância das orientações técnicas em relação aos cuidados com a segurança do trabalho no âmbito rural, evidenciada por 42,7% dos entrevistados. Esse fato reforça a importância da realização de ações que contribuam para a diminuição do índice de intoxicação por produtos químicos e reitera a necessidade de conscientização dos trabalhadores rurais sobre as consequências do mau uso ou falta de equipamentos necessários para a segurança durante o trabalho, além de outras pesquisas que reforcem essa realidade.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Agrotóxicos. População rural.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, Unochapecó.

ANÁLISE DO EFEITO ANTIMICROBIANO DE DIÓXIDO DE TITÂNIO (TiO₂) E ÓXIDO DE ZINCO (ZnO)

Janayne Sander Godoy¹, Alessandra Bellei, Ana Paula Capelezzo,
Laura Cassol Mohr, Josiane Maria Muneron de Mello

¹Acadêmica de Engenharia Química da Unochapecó, jgodoy@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: As infecções por micro-organismos patogênicos representam um problema de saúde pública que se estende desde o fator social até o econômico. O aumento de focos e de infecções patogênicas, resistência bacteriana a antibióticos, mutações bacterianas, falta de vacinas adequadas (principalmente em países subdesenvolvidos) e infecções hospitalares representam perigo para a saúde global humana. Tendo em vista esse cenário, muitas pesquisas vêm sendo realizadas com o intuito de estudar novos agentes antimicrobianos (SIRELKHATIM et al., 2015). O óxido de zinco (ZnO), composto atóxico ao ser humano, é um semicondutor com propriedades fotocatalíticas e atividade antimicrobiana já mencionada na literatura (GITTARD et al., 2009; TAM et al., 2008). O dióxido de titânio (TiO₂) tem sido amplamente estudado devido ao seu efeito fotocatalítico e a sua atividade antimicrobiana, resultado da geração de pares elétron/buraco a partir da irradiação UV/VIS, gerando dessa forma radicais reativos que atingem as membranas celulares e levam à morte e/ou inibição dos micro-organismos (FU; VARY; LIN, 2005). É considerado um excelente absorvedor de raios UV, apresentando outras vantagens como alta estabilidade, custo relativamente baixo e não toxicidade (para seres humanos ou para o meio ambiente) (SINGH; MAHALINGAM; SINGH, 2013).

OBJETIVO: Estudar a atividade antimicrobiana de nanopartículas de óxido de zinco (ZnO) e dióxido de titânio (TiO₂) puros, frente aos micro-organismos *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus*, *Salmonella*, *Streptococcus pyogenes* e *Pseudomonas aeruginosa*, através dos testes de difusão em meio sólido. **METODOLOGIA:** A técnica utilizada foi difusão em meio sólido a partir de orifício, realizada conforme descrito por Alves e colaboradores (2000), com algumas modificações, seguindo as recomendações do *National Committee for Clinical Laboratory Standards* (CLSI, 2012). Primeiramente, as suspensões bacterianas, cultivadas em caldo *Brain Heart Infusion* (BHI) por 24 horas a 35 °C em estufa bacteriológica, foram ajustadas em água salina estéril (0,85%) para uma concentração de 10 UFC.mL⁻¹ (Unidades Formadoras de Colônia por mL), utilizando a escala 0,5 de McFarland. Verteu-se meio de cultura *Plate Count Ágar* (PCA) nas placas de petri, deixando solidificar. Os micro-organismos de interesse foram semeados nas placas de PCA com o auxílio de um *swab*. Em cada placa, foram feitos três orifícios equidistantes com diâmetro de aproximadamente 8 mm, sendo depositado nestes, nanopartículas de ZnO e TiO₂ separados. Incubou-se a 36 °C por 24 h e, após decorrido esse tempo, mensurou-se o halo de inibição de crescimento microbiano formado, com auxílio de uma régua milimétrica. **RESULTADOS:** As placas que continham TiO₂ não apresentaram halo de inibição

Janayne Sander Godoy, Alessandra Bellei, Ana Paula Capelezzo, Laura Cassol Mohr, Josiane Maria Muneron de Mello

para nenhum dos micro-organismos analisados. O TiO₂ é um agente fotocatalisador, que apresenta efeito antimicrobiano associado à sua atividade fotocatalítica na presença de irradiação UV/VIS. Com a incidência de luz, elétrons são promovidos da banda de valência para a banda de condução, gerando radicais livres, os quais são responsáveis pelos danos celulares que levam à morte microbiana (MATOS, 2012). Logo, em virtude da ausência de luz durante o crescimento microbiológico, não observou-se halo de inibição para os referidos micro-organismos. Para as placas que continham ZnO, verificou-se halo de inibição para *E. coli* (1,4667 ± 0,1527 cm), *S. aureus* (1,9333 ± 0,0577 cm) e *Salmonella* (1,4667 ± 0,057 cm). As bactérias *S. pyogenes* e *P. aeruginosa* não apresentaram halo de inibição. **CONCLUSÕES:** Nas condições estudadas, o ZnO proporcionou halo de inibição, apresentando, portanto, atividade antimicrobiana para as bactérias *E. coli*, *S. aureus* e *Salmonella*, não sendo eficaz contra o crescimento de *S. pyogenes* e *P. aeruginosa*. O maior halo de inibição foi verificado para *S. aureus* (classificada como gram-positiva), enquanto menores halos foram verificados para *E. coli* e *Salmonella* (classificadas como gram-negativas). Tal fato pode ser justificado devido à estrutura celular de cada grupo de micro-organismos; bactérias gram-positivas possuem apenas uma camada exterior, diferente das duas camadas fosfolipídicas presentes nas bactérias gram-negativas, que torna esse grupo de micro-organismos mais resistentes (BONILLA; GARCÍA, 2012). Já o TiO₂ não apresentou atividade antimicrobiana para nenhuma das estirpes bacterianas estudadas. Logo, dentre os óxidos estudados, sugere-se a inserção de ZnO em diferentes matrizes com intuito de agregar propriedades antimicrobianas e novas aplicações para esses compósitos.

Palavras-chave: Atividade antimicrobiana. Dióxido de titânio. Óxido de zinco.

Fonte financiadora: Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina Edital n. 298/REITORIA/2015, e Bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Edital N. 180/REITORIA/2015).

Referências

ALVES, T. M. A. et al. Biological screening of Brazilian medicinal plants. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 95, 2000.

BONILLA, A. M.; GARCÍA, M. F. Polymeric materials with antimicrobial activity. **Progress in Polymer Science**, v. 37, p. 281-339, Feb. 2012.

CLSI – Clinical and Laboratory Standards Institute. **Performance standards for antimicrobial disk susceptible tests; Approved standard**. Wayne, USA: CLSI. 2012.

FU, G.; VARY, P. S.; LIN, C. T. Anatase TiO₂ Nanocomposites for Antimicrobial Coatings. **Journal of Physical Chemistry B**, v. 109, n. 18, p. 8889-8898, 2005.

GITTARD, S. D. et al. Assessing the antimicrobial activity of zinc oxide thin films using disk diffusion and biofilm reactor. **Appl. Surf. Sci.**, v. 225, p. 5806-5811, 2009.

Janayne Sander Godoy, Alessandra Bellei, Ana Paula Capelezzo, Laura Cassol Mohr,
Josiane Maria Muneron de Mello

MATOS, M. J. M. **Investigação de TiO₂ aplicado em superfícies cerâmicas para exterior: efeito “self-cleaning”**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente) – Universidade do Porto, Porto, 2012.

SINGH, S.; MAHALINGAM, H.; SINGH, P. K. Polymer-supported titanium dioxide photocatalysts for environmental remediation: A review. **Applied Catalysis A: General**, v. 462-463, p. 178-195, July 2013.

SIRELKHATIM, A. et al. Review on Zinc Oxide Nanoparticles: Antibacterial Activity and Toxicity Mechanism. **Nano-Micro Letters**, v. 7, n. 3, p. 219-242, July 2015.

TAM, K. H. et al. Antibacterial activity of ZnO nanorods prepared by a hydrothermal method. **Thin Solid Films**, v. 516, n. 18, p. 6167-6174, July 2008.

ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE *Philodendron bipinnatifidum* Schott ex Endl

Jaqueline Scapinello¹, Daniela Candido, Felipe Caus, Ana Paula Capelezzo,
Laura Cassol Mohr, Jacir Dal Magro, José Vladimir de Oliveira, Débora de Oliveira

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e docente na Unochapecó, jaquescapinello@gmail.com

INTRODUÇÃO: O número de pesquisas com plantas que apresentam atividades contra vírus, bactérias, fungos e parasitas têm sido significativo e crescente. Os produtos naturais desempenham importante papel na descoberta de mecanismos para o desenvolvimento de drogas, buscando a formulação de novos agentes ativos para o tratamento de doenças. Estima-se que apenas 20 a 30% das plantas superiores tenham sido investigadas (TRETHERWEY, 2004), e fora desse percentual encontra-se a espécie arbustiva endêmica do Brasil, *Philodendron bipinnatifidum* Schott ex Endl, conhecida popularmente como banana-có, banana-imbé ou banana-de-bugre, uma planta utilizada na medicina popular, mas com poucos dados científicos apresentados. **OBJETIVOS:** Avaliar a atividade antimicrobiana do extrato dos ramos de *Philodendron bipinnatifidum* obtido a partir do solvente acetato de etila frente aos microrganismos *Staphylococcus aureus*, *Streptococcus pyogenes*, *Escherichia coli* e *Salmonella*. **METODOLOGIA:** Para obtenção do extrato, os ramos secos e triturados da planta foram macerados com solvente acetato de etila em percolador, por 48 h à temperatura de 25 °C. Após, o extrato foi filtrado e o solvente removido por evaporação sob pressão reduzida, e depois realizou-se processo de liofilização. Os testes microbiológicos foram realizados por difusão em placas, conforme descrito por Alves e colaboradores (2000), com algumas modificações, seguindo as recomendações do NCCLS/CLSI (2012). As suspensões bacterianas foram ajustadas em água salina estéril 0,85% para uma concentração de 10⁸ UFC/ml, utilizando a escala 0,5 de McFarland. Os microrganismos de interesse foram semeados nas placas com meio de cultura *Plate Count Ágar* (PCA) com o auxílio de um *swab*. Foram feitos três orifícios equidistantes em cada placa, com diâmetro de aproximadamente 0,8 cm, sendo depositado nestes o extrato na concentração de 0,40 g/ml. Incubou-se a 36 °C por 24 h. Posteriormente, avaliou-se a formação de um halo de inibição de crescimento microbiano e, quando verificado, as medidas foram realizadas com o auxílio de um paquímetro. **RESULTADOS:** O extrato apresentou halo de inibição para todos os microrganismos avaliados. O maior halo de inibição foi registrado para o microrganismo *S. aureus*, no valor de 3,656 ± 0,05 cm. Para *S. pyogenes* o halo de inibição resultou em 3,565 ± 0,06 cm. Para *E. coli* e *Salmonella*, os halos de inibição formados foram de 3,252 ± 0,02 cm e 3,258 ± 0,09 cm, respectivamente. Os resultados obtidos podem ser comparados a princípios ativos já utilizados em medicamentos, como Sulfametazol/Trimetopim, com halos de inibição de 3 cm para *S. aureus*, 2,5 cm para *Salmonella* e 2,3 cm para *E. coli*; e amoxicilina, com halos de inibição de 2,5 cm, 1,2 cm e 1,7 cm para

Jaqueline Scapinello, Daniela Candido, Felipe Caus, Ana Paula Capelezzo, Laura Cassol Mohr, Jacir Dal Magro, José Vladimir de Oliveira, Débora de Oliveira

os mesmos microrganismos, respectivamente (PORTILHO et al., 2013). Pela comparação, é possível afirmar que o extrato possui elevada atividade antimicrobiana frente a esses microrganismos. **CONCLUSÕES:** O extrato obtido a partir do solvente acetato de etila resultou em elevada atividade antimicrobiana frente a *S. aureus*, *S. pyogenes*, *E. coli* e *Salmonella*, os quais representam alguns dos principais microrganismos patogênicos, que causam infecções em milhares de pessoas em todo o mundo, levando muitas vezes à morte do infectado. Testes de atividade antimicrobiana serão realizados através da técnica de microdiluição em caldo, para encontrar a concentração bactericida mínima, ou seja, a menor concentração de extrato que causa a morte dos microrganismos. O extrato será avaliado por métodos espectroscópicos e cromatográficos para identificação de compostos. O fracionamento do extrato será realizado objetivando o isolamento de substâncias para novos testes antimicrobianos.

Palavras-chave: Inibição microbiana. Banana-imbé. *S. aureus*.

Referências

ALVES, T. M. A. et al. Biological screening of Brazilian medicinal plants. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 95, p. 367-373, 2000.

CLSI – Clinical and Laboratory Standards Institute. **Performance standards for antimicrobial disk susceptible tests**; Approved standard. Wayne, USA: CLSI, 2012.

PORTILHO, D. R. et al. Avaliação da atividade antibacteriana e antifúngica da própolis produzida no estado do Tocantins. **Rev. Cient. ITPAC**, Araguaína, v. 6, n. 2, abr. 2013.

TRETHEWEY, R. N. Metabolite profiling as an aid to metabolic engineering in plants. **Current Opinion Plant Biol.**, v. 7, p. 196-201, 2004.

ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE UM TRITERPENO ISOLADO A PARTIR DOS FRUTOS DE *Melia azedarach*

Jaqueline Scapinello¹

¹ Docente de Engenharia Química na Unochapecó, jaquescapinello@gmail.com

INTRODUÇÃO: As plantas possuem um grande grupo de compostos, denominados de metabólitos secundários, e o interesse do homem por esses compostos decorre dos diferentes efeitos que estes desempenham, em que seu estudo e a identificação possuem grande valor econômico e social. A análise de princípios ativos naturais é algo complexo e demorado, pois os metabólitos secundários presentes em menor proporção nas espécies vegetais são os que, em geral, apresentam melhores efeitos biológicos. Nesse sentido, torna-se indispensável analisar não apenas o extrato obtido a partir de solventes, mas também analisar a atividade de frações, subfrações e principalmente de compostos puros, obtidos através de técnicas de isolamento. A pesquisa de novos agentes antimicrobianos se faz necessária devido ao surgimento de microrganismos resistentes, e várias espécies de *Vibrio* são patogênicas para o homem e podem estar presentes em pescados e moluscos *in natura* ou submetidos à cocção, caracterizando sua capacidade em causar doenças transmitidas através de alimentos. **OBJETIVO:** Avaliar a atividade antimicrobiana de um triterpeno isolado a partir do extrato etanólico dos frutos de *M. azedarach*, sobre dois microrganismos do gênero *vibrio*: *alginolyticus* e *parahaemolyticus*. **METODOLOGIA:** O extrato adsorvido (EA) em sílica na proporção 1:1 foi cromatografado em uma coluna aberta (CC) empacotada com n-hexano 100% e sílica gel 60 F254 (Merck®). Os solventes utilizados para o isolamento da melianona foram n-hexano (Hx) e acetato de etila (AE), na proporção fixa de 70:30. As frações eluídas foram coletadas por gotejamento em frascos de 10 ml. Depois de evaporado o solvente, as frações com o composto de interesse foram purificadas por meio da técnica de cristalização, utilizando o solvente acetona. O composto isolado foi identificado por métodos espectroscópicos convencionais e pela técnica de Ressonância Magnética de Hidrogênio (RMN-¹H) e de Carbono (RMN-¹³C). Os testes microbiológicos foram realizados de acordo com a metodologia dos testes de sensibilidade a agentes antimicrobianos por diluição para bactéria de crescimento aeróbio de acordo com NCCLS/CLSI (2012). A metodologia se baseia na adição de 2 ml de caldo BHI, e 2 ml da amostra que se deseja avaliar a atividade. Desse primeiro tubo, retira-se 2 ml e se transfere para um novo tubo que contém 2 ml de BHI, e assim sucessivamente, a fim de obter diluições pela metade em cada novo tubo. Em todos os tubos foi adicionado 50 µl de inóculo contendo de duas a quatro colônias bacterianas, com turbidez ajustada com a escala 0,5 McFarland. Os tubos foram incubado por 24 h a 37 °C. Avaliou-se o crescimento bacteriano através da turbidez do meio. Nos tubos em que o crescimento não foi observado, uma alíquota

Jaqueline Scapinello

de 100 µl foi passada para placas contendo caldo BHI, e novamente incubado por 24 h a 37 °C, a fim de confirmar o crescimento ou não de células. Foram avaliadas cinco concentrações para o composto isolado, desde 2,200 até 0,137 mg/ml (sempre reduzindo a concentração pela metade), e para o extrato etanólico foram avaliadas nove concentrações, desde 50,000 até 0,195 mg/ml. **RESULTADOS:** Através de análise espectroscópica, identificou-se o composto isolado, sendo este um triterpenóide, denominado melianona, referenciado como um dos principais constituintes de *M. azedarach* (POLONSKY; VARON; RABANAL, 1977). Os terpenos são hidrocarbonetos cíclicos insaturados, com diferentes funções oxigenadas, com subgrupos ligados a um esqueleto carbônico. Esses compostos são referenciados pelas suas ações farmacológicas, como antissépticas, anti-inflamatórias e antipiréticas. O extrato etanólico mostrou atividade antibacteriana apenas na concentração de 50 mg/ml. Para o triterpeno isolado melianona, houve ação antibacteriana em todas as concentrações avaliadas, sendo a menor 0,195 mg/ml. Estes resultados evidenciam a importância de se avaliar a atividade biológica de uma planta não somente através do extrato obtido através de um solvente, pois a atividade antimicrobiana do solvente ocorreu na concentração de 50 mg/ml, e quando avaliada a atividade para um composto isolado da planta, a concentração que causou a atividade resultou em 0,195 mg/ml. Quando um extrato é obtido através do solvente etanol, a grande maioria dos compostos são carregados, tanto polares como apolares, causando uma diluição do princípio ativo que caracteriza a atividade. Extratos etanólicos apresentam elevadas concentrações de açúcares, o que também pode provocar a redução da atividade antimicrobiana. **CONCLUSÕES:** O composto isolado melianona apresenta significativa atividade antimicrobiana frente aos *vibrios alginolyticus* e *parahaemolyticus* e os resultados demonstraram que a ação bactericida da planta *M. azedarach* frente aos *vibrios* está fortemente associada à presença do triterpeno melianona. A partir dos resultados obtidos neste estudo, serão realizados novos testes com concentrações inferiores a 0,195 mg/ml de melianona para se encontrar qual a menor concentração com ação bactericida, e o composto será testado frente a outros microrganismos, como *S. aureus*, *E. coli* e *Salmonella*.

Palavras-chave: Isolamento de compostos. Cinamomo. *Vibrios*.

Fonte financiadora: A bolsa do autor principal foi custeada pelo projeto aprovado na Chamada Pública MCT/FINEP/AT - Carcinocultura 09/2010.

Referências

CLSI – Clinical and Laboratory Standards Institute. **Performance standards for antimicrobial disk susceptible tests; Approved standard.** Wayne, USA: CLSI, 2012.

POLONSKY, J.; VARON, Z.; RABANAL, R. M. 21,20-Anhydromelianone and Melianone from *Simarouba amara* (Simaroubaceae); Carbon-13 NMR Spectral Analysis of Δ^7 -Tirucallol-Type Triterpenes. **Israel J. Chem.**, v. 16, p. 16-19, 1977.

“É DE MORRER? NÃO, É DE VIVER!”: IMPLICAÇÕES DO PROCESSO ONCOLÓGICO NA VIDA DE MULHERES MASTECTOMIZADAS

Jéssica Colpani¹

¹ Acadêmica de Psicologia da Unochapecó

INTRODUÇÃO: Segundo dados do INCA (2010a), o câncer de mama é o segundo tipo de câncer mais comum do mundo, sendo estimado por ano cerca 57.120 novos casos. Tal abrangência revela a necessidade de vê-lo como uma questão de saúde pública, destacando-se a importância de estudos que envolvam as diferentes áreas do conhecimento. **OBJETIVOS:** Compreender as implicações do processo oncológico na vida de mulheres mastectomizadas, desde o momento da descoberta do câncer, o tratamento, até o momento pós-doença. Para tanto, delimitou-se como objetivos específicos: conhecer os sentimentos e percepções decorrentes do diagnóstico de câncer e identificar as mudanças ocorridas no cotidiano após o diagnóstico da doença, entendendo as implicações da mastectomia nas relações afetivas do casal, na autoimagem e qualidade de vida dessas mulheres. **METODOLOGIA:** A pesquisa de caráter qualitativo foi embasada no método de González Rey (2002). Para a busca de informações, foram efetuados três grupos focais (GATTI, 2012), mediados pela intervenção fotográfica (NEIVA-SILVA; KOLLER, 2002). Os dados obtidos foram organizados e analisados a partir dos Núcleos de Significação, proposta de Aguiar e Ozella (2002). Participaram da pesquisa cinco mulheres, usuárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer. **RESULTADOS:** Os resultados encontrados demonstraram que a suspeita do câncer deu-se a partir do toque na mama. O diagnóstico confirmou-se pela visita ao médico e posterior resultado da mamografia. Frente ao diagnóstico de câncer, destacam-se sentimentos como o receio da perda do seio, a desesperança frente à vida e o medo de morrer. O tratamento deu-se a partir da mastectomia, sendo complementado por quimioterapia e radioterapia. Esse processo acarretou perdas cotidianas, como o fato de não poder exercer atividades domésticas, a exemplo do cuidado com os filhos e o lar, rompimento com o vínculo empregatício e implicações negativas nas relações afetivas do casal. Relacionados ao tratamento prevalecem sentimentos como baixa autoestima e adoecimento psíquico por parte de algumas participantes. **CONCLUSÕES:** Durante todo o percurso de luta contra o câncer, destacam-se como rede de apoio a família, a religiosidade, a Rede Feminina e os amigos. Estes contribuíram significativamente para que as participantes pudessem ressignificar o sofrimento gerado pelo processo oncológico, adotando hábitos mais saudáveis e prazerosos de vida. Exemplo disso é a descoberta de novas habilidades para outros tipos de trabalho, práticas de autocuidado com a saúde, convivência com os amigos e participação em viagens e eventos, os quais abriram possibilidade para novos relacionamentos interpessoais. Conclui-se que o processo do câncer de mama causa diversas mudanças no

Jessica Colpani

cotidiano da mulher, acarretando transformações em sua qualidade de vida, autoimagem, relações afetivas e sociais. Diante disso, cabe a reflexão acerca do papel da psicologia, em interface com outras áreas do conhecimento, na promoção e assistência à saúde de pessoas que vivenciam direta ou indiretamente essa situação.

Palavras-chave: Câncer de mama. Mastectomia. Autoimagem.

Fonte financiadora: Unochapecó.

CHAPECÓ: CIDADE MÉDIA?

Jessica Martinelli Dalpiaz¹, Ana Laura Vianna Villela, Cláudio Maia,
Jeferson Scharabum, Rosa Salete Alba

¹Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da Unochapecó, je_martinelli@hotmail.com

INTRODUÇÃO: O processo de industrialização e a revolução informacional influenciaram o contexto metropolitano, bem como acarretaram novos arranjos de organização e dinâmica desses espaços. No caso das cidades médias e suas regiões de abrangência, seu papel até esse momento estava mais definido pela situação geográfica, estruturada segundo as possibilidades dos sistemas de transportes ou mesmo pelos papéis político-administrativos que desempenhavam. Esses novos aspectos levaram a compreender que a conectividade não tem mais relação direta com a contiguidade física, permitindo, assim, a construção de novas articulações espaciais. No contexto da urbanização brasileira, observou-se nas últimas décadas um significativo crescimento das cidades “[...] que estabelecem intermediação entre cidades maiores e menores no âmbito de diferentes redes urbanas e que, portanto, diferem das denominadas ‘cidades de porte médio’ cujo reconhecimento advém de seus tamanhos demográficos.” (SPOSITO, 2007, p. 9). Para Corrêa (2007), a compreensão desses territórios perpassa pela combinação articulada entre tamanho demográfico, funções urbanas e a organização do espaço urbanizado. Esses são alguns dos pressupostos da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) que articula diferentes pesquisadores e universidades e aprofunda a discussão sobre as cidades médias no contexto latinoamericano. Assim, o campo de reflexão deste trabalho pauta-se nos estudos das cidades médias realizados pela ReCiMe, ao qual soma-se a importância da observação dialógica que ocorre na articulação entre escalas no território, considerando o local e o regional, observando-os no contexto mundial, visto que muitos dos fenômenos que se manifestam localmente são fruto de uma realidade nacional e/ou mundial, resultantes de um processo de conexões estabelecidas entre os lugares centrais da sociedade contemporânea (BESSA, 2012). Dessa forma, compreender Chapecó como cidade média requer mais que a compreensão da realidade socioespacial; exige conhecimentos específicos acerca das dinâmicas territoriais, bem como dos processos e agentes que influenciam tais transformações (SPOSITO et al., 2007), pois as constantes mudanças proporcionam usos distintos do território, condicionando o espaço e a sociedade a se adequarem aos novos momentos. **OBJETIVOS:** Compreender a dinâmica de Chapecó enquanto cidade média, a partir da avaliação dos seus dados e resultados e os comparando com as cidades brasileiras já pesquisadas pela ReCiMe: Passo Fundo, Mossoró, Uberlândia, Marília, Campina Grande e Londrina. **METODOLOGIA:** A metodologia de abordagem trata de um estudo comparativo entre as cidade que fazem parte da pesquisa que compõe a rede já pesquisadas pela ReCiMe e que colabora na superação

Jessica Martinelli Dalpiaz, Ana Laura Vianna Villela, Cláudio Maia, Jeferson Scharabum, Rosa Salete Alba

da lacuna teórica-prática-reflexiva existente no que tange esse assunto, contemplando uma abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa. Dessa forma, esta pesquisa contemplará a análise e interpretação dos dados disponíveis nas quatro publicações da coleção Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional, bem como no relatório técnico sobre a cidade de Chapecó, sendo assim sete cidades estudadas. Para a complementação dos dados buscou-se informações em *sites*, seguido de levantamento, coleta e análise de dados, mostrando os resultados obtidos no banco de dados da ReCiMe. Para o tratamento e análise do material, realizou-se tratamento estatístico e qualitativo para fins de comparação e elaboração de cartografias temáticas. **RESULTADOS:** A partir da análise da situação geográfica, apresentada com dados cartográficos, identifica-se a área da unidade territorial, além da densidade demográfica e a compacidade da malha urbana de cada cidade brasileira estudada e de onde já se pode observar que praticamente todas as cidades se encontram no entroncamento de importantes eixos viários. A partir dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita, pode-se definir as atividades econômicas de cada município, a movimentação econômica dos setores da agricultura, indústria e serviços dos anos de 2000 e 2010. Disso foi possível compreender que as cidades exercem funções de intermediação regional e nacional em vários setores da economia, podendo ser destacados os polos principais na região de educação de Ensino Superior, com suas classificações em privadas e públicas. **CONCLUSÕES:** Tendo em vista os aspectos até aqui observados, aponta a análise de seis municípios: Chapecó, Passo Fundo, Mossoró, Uberlândia, Marília, Campina Grande e Londrina, pela importância significativa da análise de cidades médias, identificando raio de abrangência da malha urbana através do índice de compacidade de cada cidade brasileira estudada, pode-se observar que praticamente todas as cidades se encontram no entroncamento de importantes eixos viários. Identificar o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, são confrontados os dados de 2000 e 2010, sobre os rendimentos de responsáveis por domicílios, com diferentes cidades médias brasileiras. Identificar os números de leitos de internação por especialidade da saúde em relação à população de cada município. Apontar número de graduação e alunos matriculados das instituições de Ensino Superior, fazendo uma análise com a população de cada município. Após estas análises será possível aprofundar a compreensão científica e, sobretudo, social quanto aos serviços de saúde, educação, economia e desigualdade socioespacial em cada cidade estudada, a fim de possibilitar contribuições futuras nas políticas públicas e de planejamento dos municípios estudados, bem como subsídios para a complementação dos dados regionais. O cruzamento comparativo de todos os dados permitirá explicitar a caracterização da cidade de Chapecó como cidade média, bem como a sua centralidade regional.

Palavras-chave: Cidade média. Centralidade regional. Chapecó.

Fonte financiadora: Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Referências

BESSA, Kelly. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **GeoTextos**, v. 8, n. 1, p. 147-165, jul. 2012.

Jessica Martinelli Dalpiaz, Ana Laura Vianna Villela, Cláudio Maia, Jeferson Scharabum, Rosa Salete Alba

CORRÊA, Roberto L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades Médias: Espaços em transição**. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional** – Campina Grande e Londrina. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades Médias: Espaços em transição**. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2007.

_____ et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. **Cidades Médias: Espaços em transição**. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.

_____; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional** – Chillán e Marília. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____; _____; _____ (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional** – Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____; _____; _____ (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional** – Tandil e Uberlândia. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VILLELA, Ana Laura Vianna et al. **Relatório Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional** – Chapecó. 2014.

ACESSIBILIDADE PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Jheniffer Andressa Padilha¹, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

¹Acadêmica de Pedagogia da UnoChapecó, bolsista do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde/Licenciatura) e bolsista de estágio não obrigatório no colégio São Francisco

INTRODUÇÃO: A inclusão de crianças com deficiência é um assunto abordado frequentemente, pois elas estão cada vez mais presentes na escola e, atualmente, os seus direitos são cada vez mais reconhecidos, amparados nas políticas internacionais ou nacionais de educação inclusiva. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário não apenas garantir o acesso, mas também a acessibilidade. A acessibilidade é um assunto amplamente debatido na sociedade, nas escolas, especialmente nos aspectos arquitetônicos. No entanto, Pieczkowski e Naujorks (2014, p. 182) salientam a amplitude do conceito de acessibilidade “[...] que abrange a implementação de condições para que as pessoas possam participar de diferentes situações em diversos lugares, não se restringindo apenas aos aspectos arquitetônicos, mas também pedagógicos.” A pesquisa apresenta como tema “Acessibilidade para crianças com deficiência nas escolas públicas de Educação Básica”. Em algumas experiências de estágios nas escolas, houve a constatação da falta de informações acerca da temática e falta de acessibilidade para algumas crianças com deficiência. Ainda é impreciso para alguns profissionais da educação entender o significado da inclusão, pois alguns têm a concepção de “inserção” da criança com deficiência no meio escolar, ou seja, há uma indiferenciação entre integração e inclusão. Diante do exposto, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: quais as condições de acessibilidade para crianças com deficiência na escola pública de Educação Básica? Do problema de pesquisa derivaram as seguintes questões: Quais as diferentes formas de acessibilidade necessárias à inclusão escolar de crianças com deficiência? Quais as condições de acessibilidade para crianças com deficiência presentes na escola de Educação Básica? Quais os limites e possibilidades da gestão escolar na garantia de acessibilidade para crianças com deficiência nas escolas de Educação Básica? **OBJETIVO:** Identificar as condições de acessibilidade para crianças com deficiência existentes na escola pública de Educação Básica. Este projeto de pesquisa foi motivado por aulas de educação especial, por algumas palestras, por observações e vivências. O estudo estará amparado em aspectos legais e teóricos que sinalizam para os direitos de ser diferente. **METODOLOGIA:** Baseia-se em aspectos qualitativos, que buscam compreender o cotidiano escolar relativo à acessibilidade de crianças com deficiência, e a investigação será realizada em duas escolas públicas da rede estadual de ensino de Educação Básica localizadas no município de Chapecó (SC), nas quais estão matriculadas crianças com deficiência. As escolas foram selecionadas pelo contato inicial por meio de estágio de observação. A pesquisa envolverá a aplicação de entrevistas semiestruturadas a gestores das instituições,

Jheniffer Andressa Padilha, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

as quais serão gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. Os critérios para a definição do *locus* da pesquisa é que a escola possua alunos com deficiência, matriculados na Educação Básica. As materialidades empíricas (entrevistas) serão organizadas em categorias e teorizadas com base na análise de conteúdo. Além das entrevistas serão observados os espaços escolares. **RESULTADOS:** O estudo encontra-se em andamento, em fase de aguardo da aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos e, na sequência, acontecerá a realização das entrevistas. Contudo, o referencial teórico construído nos permitiu compreender que a inclusão, diferentemente de integração escolar, significa que além de matricular uma criança com deficiência na escola, requer oferecer os recursos necessários para que ela possa aprender novos conhecimentos com o mínimo de dificuldades. A escola precisa garantir acesso e a acessibilidade. Quando se menciona acessibilidade, a referência não é apenas para a acessibilidade arquitetônica, mas também atitudinal, digital, nas comunicações e nos recursos didático-pedagógicos. **CONCLUSÕES:** É relevante a compreensão de que para a inclusão ser efetiva, as crianças com deficiência precisam maior atenção e acessibilidade nas escolas. Assim, é importante para as crianças com deficiência a disponibilidade das tecnologias assistivas para que elas tenham autonomia, realizando as tarefas com independência, construindo assim uma boa autoestima. Tecnologia assistiva é um termo que identifica “[...] todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida Independente e Inclusão.” (SARTORETTO; BERSCH, 2014). Portanto, para que a inclusão aconteça, os profissionais da educação precisam compreender que não basta apenas matricular, mas dispor das condições física, metodológicas e humanas para que haja o pertencimento.

Palavras-chave: Acessibilidade. Crianças com deficiência. Educação Básica.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro; NAUJORKS, Maria Inês. **Educação, inclusão e acessibilidade:** diferentes contextos. Chapecó: Argos, 2014.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Assistiva:** tecnologia e educação. 2014. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

TAMANHO DO RECIPIENTE E PREFERÊNCIA DE OVIPOSIÇÃO EM *Culex* (DIPTERA: CULICIDAE)

José Junior dos Santos¹, Karen Correa da Silva, Nadia Kroth,
Jennifer Breaux, Daniel Albeny-Simões

¹Acadêmico de Ciências Biológicas da Unochapecó, j.therion@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Na Mata Atlântica, a maioria dos mosquitos veiculadores de doenças procuram por recipientes que acumulam água para colocar ovos e criar seus descendentes (FORATTINI, 1965). Os recipientes são ocas de árvores, cavidades de plantas, mas também podem ser recipientes artificiais. O fato é que tanto recipientes naturais quanto artificiais variam em tamanho e forma e são abundantes, proporcionando assim diferentes criadouros para larvas de mosquitos e produção de adultos (CONSTANZO; MORMANN; JULIANO, 2005). Recipientes artificiais principalmente, por causa de sua facilidade de transporte, podem se situar próximo às habitações humanas (FORATTINI, 1996). Sendo os mosquitos os principais vetores de arboviroses para os seres humanos, entender como a variação do tamanho dos recipientes afeta a dinâmica das populações e comunidades de mosquitos pode contribuir de forma crucial com o entendimento de ecologia de vetores, o que por sua vez pode se tornar uma ferramenta importante no controle mosquitos vetores de doenças (JULIANO, 2007). **OBJETIVO:** Entender qual é o efeito do tamanho do recipiente sobre a escolha de oviposição fêmeas do gênero *Culex* e como essa escolha afeta a composição das comunidades presentes nesses recipientes artificiais. **METODOLOGIA:** O experimento foi executado na Floresta Nacional de Chapecó (Flona) em Chapecó (SC). Recipientes de 1 l, 15 l, 100 l e 200 l foram dispostos em quatro transectos. Mosquitos do gênero *Culex* depositam seus ovos em forma de uma jangada que flutua na superfície da água. As jangadas depositadas foram coletadas de forma manual com o auxílio de uma colher de pvc. As jangadas coletadas foram devidamente acondicionadas em microtubos do tipo Eppendorf e levadas imediatamente para o Laboratório de Entomologia da Unochapecó. Após a eclosão, as larvas foram contadas e criadas em garrafas tipo Malgene com capacidade para 500 mL. Ao atingir o quarto instar, as larvas foram sacrificadas e acondicionadas em álcool 80%. Algumas larvas foram separadas para que pudessem dar origem a mosquitos adultos, o que posteriormente auxiliaria na identificação das espécies. As coletas foram realizadas a cada 15 dias. Início em dezembro de 2014 e término em março de 2015, totalizando sete períodos amostrais. **RESULTADOS:** Um total de 10.335 indivíduos foram coletados, sendo 2562 identificados como *Culex* morfo-tipo 1 e 7793 como *Culex* morfo-tipo 5. Uma análise preliminar dos dados mostrou um efeito significativo da variável tempo sobre a ocorrência de ovos de *Culex* 1 ($F = 2,13$; $p = 0,04$) com mais indivíduos proveniente das jangadas entre os períodos amostrais três e cinco. Contudo, *Culex* 5 foi coletado de forma similar durante o período experimental ($F = 0,39$; $p = 0,21$). **CONCLUSÕES:** Este estudo ainda se encontra em andamento

José Junior dos Santos, Karen Correa da Silva, Nadia Kroth, Jennifer Breaux, Daniel Albeny-Simões

e os espécimes ainda estão sendo identificados a níveis taxonômicos menores. O que apresentamos aqui são dados parciais. Brevemente teremos a conclusão das análises e certamente uma nova abordagem e interpretação dos dados.

Palavras-chave: Culicidae. Arbovirose. Oviposição.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Referências

COSTANZO, K.; MORMANN, K.; JULIANO, S. A. Asymmetrical competition and patterns of abundance of *Aedes albopictus* and *Culex pipiens* (diptera: Culicidae). **Journal of Medical Entomology**, v. 42, p. 559, 2005.

FORATTINI, O. P. **Culicidologia Médica**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996. v. 1.

_____. **Entomologia Médica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1965. v. 1.

JULIANO, S. A. Population Dynamics. **The American Mosquito Control Association**, v. 23, p. 265-275, 2007.

PUBLICIDADE EM CHAPECÓ: UMA HISTÓRIA PARA FAZER HISTÓRIA

Juceli Morello Lovatto¹, Dirceu Hermes, Valéria Marcondes

¹ Docente da Unochapecó, juceli@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O estudo da história da propaganda ajuda a compreender o processo pelo qual a sociedade, em determinados períodos e contextos, define os instrumentos e as formas de publicização de produtos, bens de consumo e valores visando a atenção do público. A história da Publicidade e Propaganda em Chapecó conta com registros ainda incipientes para um acervo que propicie um banco de dados. Registrar a história é um meio de conhecer o passado, construir o presente e planejar o futuro. As ações de publicidade e propaganda geralmente são desenvolvidas em agências de publicidade pelos profissionais publicitários. A Lei n. 4.860, de 18 de julho de 1965, que regulamenta o exercício da atividade publicitária no Brasil, utiliza os dois termos sem distinção. Pelo tempo recente da instituição e reconhecimento da profissão, as linhas tênues que decidem pela formalização de novos cursos de formação de profissionais, também, propiciam o depuramento conceitual à medida que os espaços de atuação vão se definindo. Segundo Marcondes (2001), a evolução da publicidade no Brasil começa no século XIX. Ainda existe a enorme carência de um acervo histórico-bibliográfico com informações sobre o tema, no Brasil. Regionalmente, a carência dessas informações é ainda maior e a pesquisa e registros se justifica em consonância com o que descreve Halbwachs (2006), quanto à relevância da memória coletiva para a compreensão de fatos e cenários sociais. **OBJETIVO:** Criar um museu virtual da Publicidade e Propaganda de Chapecó e região, unificando os resultados decorrentes do levantamento e mapeamento da propaganda em Chapecó, da catalogação dos dados levantados, organizando-os em um banco de dados, de forma a que sirvam de base de pesquisa, estudo e preservação da memória regional e espaço de organização da memória publicitária. **METODOLOGIA:** Para o alcance dos objetivos, foram buscados materiais em acervos públicos e/ou particulares, além de ouvir pessoas vinculadas à área e/ou pesquisadores, seguindo-se as etapas: identificação e catalogação de materiais publicitários presentes nos jornais diários que circularam em Chapecó entre 1992 e 2003, identificação das formas dos materiais publicitários presentes nos veículos midiáticos impressos, estilo, linguagem verbal e não verbal e formatação e análise do processo evolutivo da publicidade e propaganda no período, na perspectiva sócio-histórica e tecnológica, quanto à produção. A pesquisa tem conotação mista, considerando coleta de dados e formação de banco de registros e análise qualitativa do material coletado. **RESULTADOS:** Muitos trabalhos já foram realizados, apresentados e publicados no período de execução do projeto. Parte dos

Juceli Morello Lovatto, Dirceu Hermes, Valéria Marcondes

resultados encontram-se nas páginas: <www.facebook.com/Memória-da-Publicidade-e-Propaganda-em-Chapecó-UnoChapecó> e <<http://memoriachapeco.wix.com/publicidade>>. **CONCLUSÕES:** O que caracteriza essa época da publicidade chapecoense é o fato de ter sido de muito aprendizado e muito esforço para os profissionais de propaganda, que estabeleciam pioneiramente um segmento até então inexplorado regionalmente, mostrando capacidade de superar obstáculos e de evolução constante. Comparações entre a publicidade da década de 1980 e hoje são inevitáveis, mas a principal diferença é percebida na técnica. As restrições gráficas da época são infinitamente maiores que as atuais, o que dificultava bastante o trabalho dos publicitários, mas, essencialmente, o modo de comunicação não mudou muito, apenas se aperfeiçoou e ficou mais rebuscado, o que permitiu o desenvolvimento de outras especificidades dentro da publicidade, como especialistas em mídia, planejamento e atendimento. A profissionalização do mercado publicitário por meio da formação acadêmica é muito recente, até então a atividade era bastante amadora. Mas foi um momento decisivo, muito importante para o segmento em Chapecó e região, o fato de ser pioneiro já algo complicado, quanto mais numa área na qual não se tinha muito conhecimento. Cabe destacar o grande valor que esses pioneiros têm para a publicidade regional, a visão dessas pessoas foi o que impulsionou a publicidade e que, ao longo do tempo, conseguiram aperfeiçoar evoluindo na nova dimensão tecnológica e de inovação.

Palavras-chave: Publicidade. História. Contexto.

Fonte financiadora: Artigo 170.

A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO COMO PEDAGOGIA PRIMEIRA DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

Julia Marta Zamarchi Bertuncello¹, Edivaldo Bortoleto

¹Acadêmica de Direito da Unochapecó, juliam_b10@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Enrique D. Dussel é um filósofo argentino que, através de sua filosofia da libertação e exclusão, tenta resgatar a dignidade dos oprimidos e desprovidos de condições econômicas para serem inseridas numa sociedade neoliberal e mecanicista. Ele apresenta a Ética da Libertação como a ética da vida, sob a práxis da libertação dos oprimidos. Dussel afirma que antes do ego cogito, todos os homens, mulheres, filhos e todas as culturas eram apenas instrumentos de manipulação. Anterior ao ego cogito existe o ego conquiro (eu conquisto, eu penso), questionando o fim do geopolítico central. Vislumbrando um processo de libertação ascendente do homem da periferia? Dando a impressão que a filosofia surgiu na periferia. Emerge das fronteiras do império pensamentos medievais. As classes oprimidas começam a ter o seu pensamento crítico do centro. O não-ser, o nada, o barbárie, o sem sentido está fora de suas fronteiras. Tomás de Aquino contrapõe que o senhor feudal exerce um *ius dominativum* sobre o seu servo, tal qual o varão sobre a sua mulher. A opressão das periferias é a teoria da filosofia clássica. O centro é poder à dominação sobre as colônias, as culturas, sobre os escravos de outras raças. O centro é, a periferia não é. Onde existe o rei existe o poder, controlam os exércitos de Cesar, do Imperador. O ser é, é o que vê o que controla. **METODOLOGIA:** Os caminhos serão os apontados já pela Pedagogia do Oprimido e pela Filosofia da Libertação: o diálogo e a alteridade. A simpatia e a subsunção pelo outro em sua diferença, principalmente o outro enquanto vítima para além do espaço geográfico serão os pontos de partida do trabalho de pesquisa. Aqui não se avança se não se assume ética e epistemologicamente o lugar o outro. Também aqui não se avança se não se assume que a dialogicidade, marca do pensamento filosófico desde o horizonte da antiguidade clássica até o momento presente, faz-se fundamental para uma Pedagogia e para uma Filosofia autênticas. Dialogicidade e alteridade, portanto, dão a marca da autenticidade do quefazer pedagógico e filosófico, principalmente no contexto da América Latina Caribenha. Enrique Dussel, assim diz, já subsumindo a Pedagogia do Oprimido: “Enquanto distinto, o discípulo tem um novo projeto histórico de ser homem (“o Outro” real e historicamente). O mestre não pode simplesmente depositar um certo número de conhecimentos já adquiridos (concepção “bancária” da educação, onde só se trata de ensinar para a memória: para recordar), mas deve transmitir o já adquirido a partir da situação existencial do discípulo e de maneira tal que sua revelação criadora chegue a confundir-se com a própria invenção problematizadora do educando. Em outras palavras, e Heidegger já viu isso em parte, deve-se estabelecer uma analéctica pedagógica que supere a aparente distinção entre pai-filho, mestre-discípulo,

Julia Marta Zamarchi Bertuncello, Edivaldo Bortoleto

analéctica alterativa impossível de pensar dentro da ontologia da Totalidade.” Assim, somente deste a Exterioridade um pensar analeticamente falando será possível, um pensar e um educar, portanto, desde às vítimas. Totalidade, Exterioridade e Analética serão momentos fundamentais do método da Filosofia da Libertação, portanto, e deste processo de Pesquisa de Iniciação Científica. O Novo Mundo (Exterioridade) não faz parte do Velho Mundo (Totalidade). Portanto, a via de acesso ética e pedagogicamente falando como práxis libertadora supõe-se ter como ponto de partida ou via de acesso o outro, o mundo das vítimas desde a exterioridade não totalizada. No lugar da totalidade totalizada o outro é sempre visto como o mesmo, como o idêntico, não como o diferente, o distinto. Então, o que está em jogo ao tomar o outro como exterioridade é o reconhecimento deste outro no amor. Enrique Dussel, assim diz: “Por outro lado, esse amor ao Outro como exterioridade com futuro, realiza-se em sua plenitude alterativa quando detém num Outro prostrado na miséria: misericórdia (amor-de-justiça em sua mais clara gratuidade, expressão de bondade do ser, que ama o Outro como outro sem esperar nada de volta).” **RESULTADOS:** É através de obras de grandes filósofos e pensadores que hoje podemos ver como foi marcada a história da humanidade, com diferenças gritantes, desumanas, por puramente preconceitos de raças, cor, credo, condição social, enfim, por discriminação do ser diferente, daquilo que a sociedade que estabeleceu um padrão de cidadão que tem direitos para ter acesso à educação, moradia, liberdade de pensamento etc. Paulo Freire foi o grande libertador e desafiador desses dogmas impostos por uma sociedade discriminadora. E foi também um oprimido quando no golpe militar de 1964 que levou ao exílio, devido aos opressores da época. Ele mostrou a constatação e preocupação em reconhecer a desumanização na realidade histórica. A opressão, a violência dos opressores, luta dos oprimidos, pelo resgate da humanização deles usurpados. A humanidade na sua história lutou veemente pelo trabalho livre, a desalienação, pela confirmação dos homens como pessoas. Essa confirmação só se deu com muitas lutas sangrentas. “A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si aos opressores.” (FREIRE, 1987, p. 16). Hoje, no mundo do consumo, os jovens sabem se posicionar diante de tanta desigualdade, nos deparamos quase que frequentemente às manifestações de jovens, onde dilaceram a burocracia criada pelo sistema de vários prismas. Colocando esses movimentos dentro de universidades, estabelecendo uma relação mais aberta entre professor-aluno, introduzindo-os acerca da realidade, onde as universidades se renovam a cada dia, rebater velhas ordens estabelecidas, buscando a confirmação dos homens como sujeitos de decisões. Os opressores conseguem seus objetivos através de violência, em virtude de seu poder, é através de falsas generosidades que tentam impor suas ideias, os opressores são lobos com peles de ovelha, é nessa farsa que o opressor nutre a morte, o desalento e a miséria. O que o ser humano necessita não é de generosidade de falsos sentimentos de amor e de caridade. O que estas mãos sofridas e calejadas *a terra* necessitam é de verdadeira generosidade, sejam homens ou povos. Quem melhor que o oprimido sabe melhor o significado de um sistema capitalista que opressor? Quem sente os efeitos dessa opressão? Quem melhor que eles sabem a necessidade de libertação? “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: Os homens se libertam em comunhão.” (FREIRE, 1987, p. 25). Acreditar que a educação é o melhor caminho para a libertação, e nela procurar

Julia Marta Zamarchi Bertuncello, Edivaldo Bortoleto

estabelecer como ser humano pensante, que faz parte de um sistema que se liberta dos grilhões dos opressores. O conhecimento não é privilégio de algumas pessoas, pois faz parte da natureza humana. Damke (1995, p. 55): “Encontramos aí as tarefas de uma pedagogia libertadora, pedagogia comprometida com várias faces da libertação – político-econômico e outras – dos segmentos empobrecidos, que pouco conhecem e que, ainda, não são libertados, mas que podem educar-se, podem libertar-se.” O tempo passou, a história ficou registrada, mas inda se faz necessária a luta contra opressores, que tentam calar as vozes daqueles que lutam por vida menos desigual, por uma educação de qualidade, mesmo sendo pública, que os educadores não sejam amordaçados para que sufoquem tudo aquilo que está engasgado em suas gargantas, contra um sistema capitalista, onde privilégios são para poucos. “O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e repressão maior do opressor.” (FREIRE, 1987, p. 22). Quem que no lugar do oprimido sabe melhor o que é tentar fazer valer sua voz diante do opressor? Como se libertar das amarras para fazer valer seu grito de LIBERDADE? A cada dia somos mais presos dentro de nós mesmos, procurando uma maneira para tentar fazer ouvir aquilo que ao longo da história tenta-se dizer de forma clara onde temos que muitas vezes chamar de doutor aquele que por condições políticas o colocam tal rótulos e tem voz e vez. “Muitas vezes insistem em que nenhuma diferença existe entre eles e o animal e, quando reconhecem alguma, é em vantagem do animal.” “É mais livre do que nós”, dizem (FREIRE, 1987, p. 28). Anotar os dados que podem fornecer subsídios para o trabalho (resumo, opiniões ou citações). Enrique D. Dussel é um filósofo argentino que através de sua filosofia da libertação e exclusão, tenta resgatar a dignidade dos oprimidos e desprovidos de condições econômicas para serem inserida numa sociedade neoliberal e mecanicista. Ele apresenta a ética da libertação como a ética da vida. Sob a práxis da libertação dos oprimidos. Dussel afirma que antes do ego *cogito*, todos os homens, mulheres, filhos e todas as culturas eram apenas instrumentos de manipulação. Antes do ego *cogito* existe o ego *conquiro* (eu conquisto, eu penso), questionando o fim do geopolítico central. Vislumbrando um processo de libertação ascendente do homem da periferia? Dando a impressão de que a filosofia surgiu na periferia. Emerge das fronteiras do império pensamentos medievais. As classes oprimidas começam a ter o seu pensamento crítico do centro. O não-ser, o nada, o barbárie, o sem sentido está fora de suas fronteiras. Tomás de Aquino contrapõe que o senhor feudal exerce um *ius dominativum* sobre o seu servo, tal qual o varão sobre a sua mulher. A opressão das periferias é a teoria da filosofia clássica. O centro é poder à dominação sobre as colônias, as culturas, sobre os escravos de outras raças. O centro é, a periferia não é. Onde existe o rei existe o poder, controlam os exércitos de Cesar, do Imperador. O ser é, é o que vê o que controla. O entendimento é o início da quebra dos grilhões que acorrentam o ser. Como dá-se o processo de aproximação da Pedagogia da Libertação e da Filosofia da Libertação no sentido de ambas se subsumirem enquanto uma necessária e intrinsecamente dependente da outra? O aproximar-se das coisas ou pessoas é encurtar distâncias tanto para o bem, como para o mal. Dussel (1997) fala que a proximidade não é aproximar-se das coisas ou objetos, fala em fraternidade, encurtar distância para alguém que pode nos rejeitar ou acolher, dar as mãos ou nos ferir, beijar ou nos assassinar. A proximidade originária onde o homem nasce de alguém e não de algo, alimenta-se de alguém e não de algo. A proximidade histórica é o nascimento do homem em uma família, num grupo social, numa sociedade, numa época histórica que o homem nasce e cresce. A proximidade, sincronia acrônica é o face a face, o dar as mãos, a carícia suave, a luta cruel e a colaboração fraterna, o diálogo amistoso. A

Julia Marta Zamarchi Bertuncello, Edivaldo Bortoleto

sincronia dos que vivem a proximidade se torna acrônica no instante da proximidade, é o ponto de referência da história, onde começa as idades e as épocas, e onde terminam. Da proximidade arqueológica à escatológica, a proximidade sensual do beijo e do coito, a proximidade política da fraternidade a pedagógica do mamar. O ato de mamar para Dussel é a proximidade da mãe como uma carência orgásmica diante do varão castrador machista. A proximidade assim se torna equivocada. A primeira proximidade, arqueológica, antecipa a última escatológica. É a proximidade como segurança e calor; o calor da carne na imediatez, ou o do vinho; é o esquecimento desta das angústias e o degustar a realidade merecida. A proximidade é festa, “[...] mas festa da libertação e não da exploração, injustiça ou profanação. É festa dos iguais, dos livres, dos justos, dos que esperam uma ordem de proximidade sem contra-revoluções, retrocessos.” (DUSSEL, 1997, p. 27). A Filosofia da Libertação entende-se devido à exclusão social, à pobreza, na América Latina, os dominantes oprimem para não serem dominados pelos oprimidos. A Filosofia da Libertação tenta articular uma filosofia própria, não é uma exigência nacional, mas regional, cultural e de vida. A articulação básica da filosofia e a da pedagogia é a Libertação dos oprimidos. Para Dussel (1997, p. 182), “[...] é o magistério que realiza em nome do pobre, do oprimido, do outro, aquele que como refém dentro do sistema testemunha. O fetichismo de tal totalidade e prediz sua morte o ato libertador do dominado. Pensar tudo à luz da palavra interpelante do povo, do pobre, da mulher castrada, da criança e da juventude culturalmente dominada, do ancião descartado por uma sociedade de consumo, com responsabilidade infinita e diante do infinito, isto é filosofia da libertação. A filosofia da libertação deveria ser a expressão máxima da consciência crítica possível.” A Filosofia da Libertação e Pedagogia da Libertação critica o sistema porque muitos foram expulsos de suas universidades, pátria, condenados à morte por imperialistas, fascistas da extrema-direita. Paulo Freire foi um revolucionário na educação na década de 1960 a 1990, devido as suas divergências quanto à política educacional, estar lado a lado dos menos favorecidos e oprimidos, foi exilado, enfim, onde que tenha trabalhado, sempre modesto em suas teorias e conhecimento intelectual, deixou um legado marcante para educadores e educandos. A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma ou outra vocação – a dor de ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de cria-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos (FREIRE, 1997, p. 41). No livro *Curiosidade e Prazer de Aprender: o papel da curiosidade na aprendizagem criativa*, do autor Hugo Assmann (2004), ele enfatiza que devemos instigar a curiosidade para sentir prazer em aprender, pois só aprendemos quando temos interesse no assunto, pesquisa, disciplina, enfim, a curiosidade a propulsora para a busca do conhecimento. “A curiosidade é praticada com vários nomes. Mesmo porque só hoje, e aos poucos, ser curioso tende a ser visto como virtude.” Assmann (2004, p. 23). Foi através da curiosidade humana que tivemos grandes descobertas, a penicilina, avião, relógio, lâmpada, computador, internet, telefone, enfim, são milhões de descobertas que vieram através de uma curiosidade. E o que o Assmann nos relata é que essa curiosidade deve fazer parte de nossas vidas, instigando para o prazer em aprender, desbravar o mundo se não o universo. **CONCLUSÕES:** Hoje, no mundo do consumo, os jovens sabem se posicionar diante de tanta desigualdade, nos deparamos quase que frequentemente a manifestações de jovens, onde dilaceram a burocracia criada pelo sistema de vários prismas. Colocando esses movimentos dentro de universidades, estabelecendo uma relação mais aberta entre professor-aluno, introduzindo-os acerca da realidade, onde as

Julia Marta Zamarchi Bertuncello, Edivaldo Bortoleto

universidades se renovam a cada dia, rebater velhas ordens estabelecidas, buscando a confirmação dos homens como sujeitos de decisões. Os opressores conseguem seus objetivos através de violência, em virtude de seu poder, é através de falsas generosidades que tentam impor suas ideias, os opressores são lobos com peles de ovelha, é nessa farsa que o opressor nutre a morte, o desalento e a miséria. O que o ser humano necessita não é de generosidade de falsos sentimentos de amor e de caridade. O que estas mãos sofridas e calejadas a terra necessitam é de verdadeira generosidade, sejam homens ou povos. Ética da libertação como a ética da vida. Sob a práxis da libertação dos oprimidos. Dussel afirma que antes do ego *cogito*, todos os homens, mulheres, filhos e todas as culturas eram apenas instrumentos de manipulação. Antes do ego *cogito* existe o ego *conquiro* (eu conquisto, eu penso), questionando o fim do geopolítico central. Vislumbrando um processo de libertação ascendente do homem da periferia? Dando a impressão que a filosofia surgiu na periferia. Emerge das fronteiras do império pensamentos medievais. As classes oprimidas começam a ter o seu pensamento crítico do centro. O não-ser, o nada, o barbárie, o sem sentido está fora de suas fronteiras. Tomás de Aquino contrapõe que o senhor feudal exerce um *ius dominativum* sobre o seu servo, tal qual o varão sobre a sua mulher. A opressão das periferias é a teoria da filosofia clássica. O centro é poder à dominação sobre as colônias, as culturas, sobre os escravos de outras raças. O centro é, a periferia não é. Onde existe o rei existe o poder, controlam os exércitos de Cesar, do Imperador. O ser é, é o que vê o que controla.

Palavras-chave: A Pedagogia do Oprimido como Pedagogia Primeira da Filosofia da Libertação.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Referências

ALVES, Solange Maria. **Freire e Vigotski:** um diálogo entre a pedagogia freireana e a psicologia histórico-cultural. Chapecó: Argos, 2012.

ASSMANN, Hugo. **Curiosidade e prazer de aprender:** o papel da curiosidade na aprendizagem criativa. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Metáforas novas para reencantar a educação:** epistemologia e didática. Petrópolis: Vozes, 1996.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A Ilustração Brasileira e a Ideia de Universidade.** São Paulo: Convívio; Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000. v. 1 e 2.

BORTOLETO, Edivaldo José. Dos Direitos Humanos: por uma arquitetônica crítica e compreensiva. In: GOMES, Cândido Alberto et al. **Culturas de Violência, Culturas de Paz:** da reflexão à ação de educadores dos direitos humanos. Curitiba: CRV, 2012.

Julia Marta Zamarchi Bertuncello, Edivaldo Bortoleto

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia Latino-Americana**: Freire e Dussel. Ijuí: Unijuí Editora, 1991.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

CESAR, Constança Marcondes. **Filosofia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1988.

CRIPPA, Adolpho (Coord.). **As Ideias Filosóficas no Brasil**: Séculos XVIII e XIX. São Paulo: Convívio, 1978.

_____. **As Ideias Filosóficas no Brasil**: Século XX – parte I. São Paulo: Convívio, 1978.

_____. **As Ideias Filosóficas no Brasil**: Século XX – parte II. São Paulo: Convívio, 1978.

DANKE, Ilda Righi. **O Processo do conhecimento na Pedagogia da Libertação**: as idéias de Freire, Fiori e Dussel. Petrópolis: Vozes, 1995.

DUSSEL, Enrique. **Ética Comunitária**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Para uma Ética da Libertação Latino-Americana**: acesso ao ponto de partida da ética. São Paulo: Loyola; Piracicaba: Unimep, [s./d.].

_____. **Para uma Ética da Libertação Latino-Americana**: Erótica e Pedagógica. São Paulo: Loyola; Piracicaba; Unimep, [s./d.].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 49. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. **A Pedagogia**: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. Petrópolis: Vozes, 2010.

GUY, Alain. **Panorama de la Filosofía Iberoamericana**: desde el Siglo XVI hasta nuestros días. Maracaíbo-Venezuela: Universidade Católica Cecilio Acosta, 2002.

MARRACH, Sonia. **Outras histórias da educação**: do Iluminismo à Indústria Cultural (1823-2005). São Paulo: Unesp, 2009.

MOFFATT, Alfredo. **Psicoterapia do Oprimido**: Ideologia e técnica da psiquiatria popular. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

XAVIER, Maria Elizabete et al. **História da Educação**: a Escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

PRESENÇA DO FUNGO *Batrachochytrium dendrobatidis* EM *Hypsiboas curupi* (ANURA, HYLIDAE), EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA MATA ATLÂNTICA NO SUL DO BRASIL

Julia Renata Ernetti¹, Fernanda Weinmann Oliveira, Veluma Ialú Molinari de Bastiani, Flávia Caldeira do Nascimento, Elaine Maria Lucas

¹ Acadêmica de Ciências Biológicas da Unochapecó, juliaernetti@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Os anfíbios são os vertebrados mais ameaçados de extinção da atualidade, e a quitridiomíose, doença infecciosa causada pelo fungo *Batrachochytrium dendrobatidis* (*Bd*), é apontada como uma das principais ameaças (BERGER et al., 1998). *Hypsiboas curupi* é uma espécie de anfíbio endêmica do sul da Mata Atlântica e considerada ameaçada de extinção (categoria “vulnerável”) no Brasil (ICMBio, 2014) e no estado de Santa Catarina (categoria “em perigo”) (CONSEMA, 2011). Entretanto, pouco se sabe sobre a real vulnerabilidade desta espécie, especialmente em áreas legalmente protegidas, sendo fundamental a realização de estudos que avaliem o *status* das populações e auxiliem na implantação de ações para evitar futuros declínios populacionais. **OBJETIVO:** Analisar a presença e a intensidade de infecção do fungo patogênico *Bd* em uma população de *H. curupi* em uma unidade de conservação de proteção integral. **METODOLOGIA:** Realizamos o estudo no Parque Estadual Fritz Plaumann (PAEFP) e em seu entorno (27°16'18"S; 52°04'15"O, aprox. 400 m de altitude), localizado no município de Concórdia, região oeste de Santa Catarina, Sul do Brasil. Realizamos a coleta de dados mensalmente, de outubro de 2014 a março de 2015, correspondentes às estações de primavera e verão, época reprodutiva e de maior atividade da espécie. Determinamos uma meta de coleta amostral de pelo menos vinte indivíduos adultos (KNAPP; MORGAN, 2006) por mês. Utilizamos o método de busca ativa no período noturno e individualizamos os indivíduos capturados. Coletamos o material micótico com o auxílio de *swab* estéril, que era friccionado na região ventral e dorsal do corpo, na região pélvica, na boca e nas membranas interdigitais dos membros inferiores e superiores dos indivíduos. O estado clínico de cada indivíduo, como alterações comportamentais, postura anormal, perda de reflexos, letargia e descamação epidérmica (VOYLES; ROSENBLUM; BERGER, 2011), também era analisado. Armazenamos o material coletado em um microtubo plástico do tipo *Eppendorf*® de 2.0 ml a seco e conservamos sob refrigeração (LAMBERTINI et al., 2013). Posteriormente realizamos a extração de DNA de *Bd* utilizando o *kit de extração* PrepMan ULTRA® (*Applied Biosystems*) (LAMBERTINI et al., 2013), no Laboratório de Genética da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Realizamos a identificação molecular através da técnica de qPCR (*real-time*), no Laboratório de Quitridiomíose da Universidade Estadual de Campinas. Consideramos positivas as amostras com carga de infecção com pelo menos um zoósporo de *Bd* detectado. **RESULTADOS:** Coletamos 83 amostras cutâneas de *Hypsiboas curupi*, das quais 15 apresentaram infecção positiva para *Bd* (18,07% dos indivíduos infectados). Apenas machos testaram positivo. A carga de zoósporos dos indivíduos

Julia Renata Ernetti, Fernanda Weinmann Oliveira, Veluma Ialú Molinari de Bastiani, Flávia Caldeira do Nascimento, Elaine Maria Lucas

infectados variou de 4,08 a 9.379,95 ($1765,53 \pm 3420,78$; $n = 15$). Oito indivíduos (53,33%) apresentaram cargas menores que cem zoósporos, quatro (26,66%) apresentaram carga superior a cem zoósporos e três (20%) cargas superiores a mil zoósporos. Recapturamos 13 indivíduos, dos quais apenas um testou positivo para *Bd* (carga de zoósporos = 41,33). Nenhum dos indivíduos capturados apresentou sinais clínicos visíveis de quitridiomicosose. **CONCLUSÕES:** Este estudo relata o primeiro registro de *Bd* em *H. curupi* em unidade de conservação de proteção integral e o segundo registro em populações dessa espécie (PREUSS et al., 2015). A população amostrada no PAEFP provavelmente não está em risco imediato de declínio devido à quitridiomicosose, pois não foram detectados indivíduos com cargas de infecção acima de dez mil zoósporos (VOYLES; ROSENBLUM; BERGER, 2011). No entanto, é urgente identificar o estado de infecção de outras populações, a fim de detectar populações livres do patógeno. Ainda, é importante monitorar as populações infectadas, dentro e fora de áreas protegidas, para compreender melhor a dinâmica e a ação do fungo. A ocorrência de quitridiomicosose em áreas legalmente protegidas deve servir como um alerta para a implantação urgente de ações específicas que visem a conservação de espécies ameaçadas nessas áreas.

Palavras-chave: Quitridiomicosose. Conservação da biodiversidade. Amphibia.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Referências

BERGER, L. et al. Chytridiomycosis causes amphibian mortality associated with population declines in the rain forests of Australia and Central America. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA**, v. 95, p. 9031-9036, July 1998.

CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente. **Lista de Espécies da Fauna Ameaçadas no Estado de Santa Catarina**. 2011. Disponível em: <<http://ignis.org.br/lista/>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Diagnóstico do Risco de Extinção de Espécies da Fauna: 2012-2014**. Brasília: ICMBio, 2014. 399 p. (Série Estado de Conservação de Fauna Brasileira).

KNAPP, R. A.; MORGAN, J. A. T. Tadpole mouthpart depigmentation as an accurate indicator of chytridiomycosis, an emerging disease of amphibians. **Copeia**, v. 2006, n. 2, p. 188-197, May 2006.

LAMBERTINI, C. et al. Diagnóstico do fungo Quitrídio: *Batrachochytrium dendrobatidis*. **Herpetologia Brasileira**, v. 2, n. 1, p. 12-17, mar. 2013.

PREUSS, J. F. et al. *Batrachochytrium dendrobatidis* in near threatened and endangered amphibians in the southern Brazilian Atlantic Forest. **North-Western Journal of Zoology**, v. 11, 2015.

VOYLES, J.; ROSENBLUM, E. B.; BERGER, L. Interactions between *Batrachochytrium dendrobatidis* and its amphibian hosts: a review of pathogenesis and immunity. **Microbes and Infection**, v. 13, p. 25-32, Jan. 2011.

REFLEXÕES SOBRE AS CONCEPÇÕES DE SAÚDE DE ESTUDANTES CONCLUINTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Julia Stanga Rech¹, Sara Both Rezende

¹ Licenciada e bacharel em Educação Física pela Unochapecó, juliastanga.rech@gmail.com

INTRODUÇÃO: Atualmente, dialogar sobre Saúde é uma tarefa desafiadora, pois como citam de Sá, Ferretti e Kleba (2013, p. 33), “[...] se em um primeiro momento a discussão dessa temática parece desnecessária, basta um olhar mais atento para se perceber que sua compreensão é determinante em todo o processo de tomada de decisões e na efetivação de políticas e de práticas na área da saúde.” Ou seja, discutir elementos acerca desta grande e complexa área é ampliar horizontes perante um assunto relevante e contemporâneo que visa qualificar e nortear políticas e práticas de saúde em nossa sociedade. Dessa forma, trazer esse debate para o meio acadêmico é tarefa de extrema valia, pois, de acordo com Rezer (2010), é a partir de uma compreensão mais profunda das problemáticas presentes em nosso ‘entorno’, que podemos ampliar também as possibilidades de nos movimentarmos frente aos desafios apresentados. Eis que a criação e ampliação de momentos e espaços para reflexões críticas envolvendo a temática das concepções de saúde no processo de formação inicial aparecem como uma possibilidade de alargar a compreensão sobre aquilo que nos relacionamos no cotidiano. Porém, é necessário que se desenvolva um olhar crítico que conduza a um processo de (re)pensar e refletir sobre as concepções e propostas que acabam orientando nossas práticas/intervenções no campo da saúde. Diante dessa realidade, este estudo buscou enfatizar a importância de ampliarmos a discussão acerca do arcabouço de concepções que orientam as intervenções dos profissionais em saúde, especificamente, as implicações de tais concepções no momento da intervenção profissional-pedagógica em Educação Física, com o intuito de enfrentarmos as problemáticas existentes no campo, tais como as famosas dicotomias entre teoria *versus* prática e educação *versus* saúde (REZER; SILVA, 2012). Nesse sentido, o problema orientador do estudo foi a necessidade de identificarmos e analisarmos as concepções de saúde dos estudantes concluintes do curso de Educação Física da Unochapecó. **OBJETIVO:** Analisar as concepções de saúde dos estudantes concluintes do curso de Educação Física e suas implicações na prática pedagógica; e objetivos específicos: Identificar as concepções de saúde dos estudantes concluintes do curso; compreender como vem ocorrendo a discussão sobre concepções de saúde ao longo do processo de formação inicial em Educação Física; e refletir acerca das implicações de tais concepções na prática pedagógica no campo da Educação Física. **METODOLOGIA:** Esta pesquisa caracterizou-se como sendo de natureza descritiva, apoiada por uma abordagem qualitativa, a fim de refletir sobre as concepções de saúde, valorizando a opinião e os diferentes olhares dos estudantes sobre o assunto. Participaram do estudo

Julia Stanga Rech, Sara Both Rezende

trinta egressos do curso de Educação Física (2013/02 e 2014/01). Para a coleta de dados foi utilizado um questionário do tipo semiestruturado, contendo oito questões subjetivas, as quais possibilitaram que os estudantes discorressem sobre o tema proposto com uma maior liberdade de argumentação. Os dados foram analisados e organizados conforme Minayo (2008), com base no registro de unidades, o que possibilitou que o conteúdo de uma determinada mensagem fosse inicialmente organizado, separado e posteriormente categorizado. Os temas que constituíram o questionário e que sucessivamente se desdobraram nas categorias para a análise foram: a) a concepção de saúde dos estudantes; b) as referências mais significativas para eles e que, em tese, deram subsídios para as suas concepções; c) tempos, espaços e oportunidades para diálogo acerca dessa temática dentro do curso; d) as disciplinas da grade curricular que tematizam o conteúdo “Saúde”; e) o conhecimento sobre a concepção de saúde expressa na Proposta Curricular (PC) do curso; f) a contribuição dessa discussão, envolvendo as concepções de saúde para a formação inicial em Educação física; g) estratégias e métodos que visem ampliar e qualificar as compreensões de saúde, bem como gerar novas possibilidades de entendimento acerca de um campo que intervimos como profissionais; e, por fim, h) a importância/relevância da temática “Concepções de Saúde” para a formação inicial, buscando novos sentidos e significados para tal debate inserido no campo da Educação Física. **RESULTADOS:** Verificamos que a Concepção de Saúde dos estudantes concluintes do curso, de forma geral, é similar a definição dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) “[...] estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças [...]” e que apesar de os acadêmicos apresentarem alguns avanços relativos a fatores condicionantes de saúde e lembrarem palavras-chave importantes como equilíbrio e recuperação, ficou notável a falta de subsídios para possíveis avanços no que se refere a aportes teóricos mais elaborados. Também surgiu com evidência fatores que apontaram para uma possível fragilidade do curso, tida como uma das causas de poucos avanços no que se refere às concepções de saúde mais elaboradas, ou seja, para a maioria dos estudantes faltam tempos, espaços e estímulos para a discussão sobre Saúde. Ainda, a temática abordada nesta pesquisa foi reconhecida pelos estudantes como importante, essencial e algo interessante para ser mais aprofundado/estudado. Por fim, salientamos a compreensão de que em tese, concepções de saúde mais amplas e críticas podem sim resultar em práticas pedagógicas melhores e mais qualificadas. **CONCLUSÕES:** Mediante este estudo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) da Unochapecó, da linha de pesquisa sobre Formação e Trabalho em Saúde, conseguimos abordar questões que muitas vezes acabam sendo deixadas de lado tanto pelas próprias universidades, como também pelos docentes e discentes que optam incansavelmente por aspectos/conteúdos de ordem preferencialmente prática. Pois, complementando com Rezer e Silva (2012), ao que parece, as discussões que representam (apenas) um aporte teórico configuram-se como sendo menos importantes dos que os aspectos de ordem prática, inclusive para a própria Universidade, fato este que corrobora para que as concepções e as intervenções, nomeadamente, teorias e práticas, ainda se apresentem como realidades opostas. Concordando com Mezzaroba (2011), consideramos válido pensarmos em novos paradigmas em torno das questões sobre Saúde e Educação Física, visando alargar as compreensões acerca dessa relação histórica e ao mesmo tempo extremamente contemporânea. Para isso, vale o esforço de reconhecermos e compreendermos a dimensão de uma “saúde” perante perspectivas mais amplas, críticas e complexas ao

Julia Stanga Rech, Sara Both Rezende

se pedagogizar/intervir no campo da Educação Física, fazendo com que o “leque” de conhecimentos acerca das concepções de saúde se abra e se desdobre em bases que possam orientar e sustentar as práticas pedagógicas em todos os contextos onde há atuação de um professor de Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física. Concepções de Saúde. Prática pedagógica.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

MEZZARROBA, C. Saúde na Educação Física: Compreensões, reflexões e perspectivas a partir de um conceito amplo e social de Saúde. **Educação Física, Esporte e Sociedade: Temas Emergentes**, v. 5, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

REZER, R. **O trabalho docente na formação inicial em Educação Física: reflexões epistemológicas**. 2010. 394 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

_____; SILVA, T. **Reflexões acerca das concepções de saúde dos professores da Área de Ciências da Saúde da Unochapecó**. Relatório de pesquisa de iniciação científica. PIBIC/FAPE. UNOCHAPECÓ. Chapecó: Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2012.

SÁ, Clodoaldo De; FERRETTI, Fátima; KLEBA, Maria E. Concepções contemporâneas sobre saúde. In: BUSATO, Maria Assunta; SÁ, Clodoaldo De; FERRETTI, Fátima (Orgs.). **Ensaio contemporâneos em saúde: uma perspectiva interdisciplinar**. Chapecó: Argos, 2013.

COMPORTAMENTO DO PERFIL DO PONTO DE DERRETIMENTO DE UM GELADO COMESTÍVEL ELABORADO A PARTIR DE EXTRATO HIDROSSOLÚVEL DE SOJA

Juliana Savio¹, Ana Paula Roani, Bruna Marina Rech, Suellen C. Fernandes, Luciano L. Silva, Murilo Cesar Costelli

¹ Docente da Unochapecó, julianasavio@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Gelado comestível, mais conhecido como sorvete, é uma sobremesa procurada pelos consumidores brasileiros, tanto pelo seu sabor quanto pela sua frescância, já que é servida congelada. É considerado um preparado alimentício levado a um estado sólido, semissólido ou pastoso por congelamento simultâneo ou posterior à mistura das matérias-primas, e que deve manter o grau de plasticidade e de congelamento até o momento de sua venda ao consumidor (ORDÓÑES, 2005). Muitos desses procuram alimentos que tenham uma composição nutricional agregando valor ao que ingere rotineiramente, já que os gelados têm a ideia de que está sendo repassado ao consumidor algo muito gorduroso e calórico. Um dos ingredientes utilizada ultimamente para enriquecer os alimentos é a soja, grão produzido em abundância no Brasil, e que pode ser utilizada, conforme estudos, de forma preventiva e terapêutica no tratamento de doenças cardiovasculares, câncer, osteoporose e sintomas da menopausa (BEHRENS; SILVA, 2004). Porém, além de ter um enriquecimento nutricional, o consumidor também espera que os gelados comestíveis apresentem uma resistência ao seu derretimento, garantindo a manipulação do seu produto até o seu consumo, sem perda de textura. Portanto, a avaliação desse comportamento nesses produtos é de suma importância, pois estão associados com a aceitação do mesmo pelo consumidor. **OBJETIVO:** Avaliar o ponto de derretimento de uma formulação de gelado comestível elaborado com extrato hidrossolúvel de soja. **METODOLOGIA:** Elaborou-se o gelado comestível no Laboratório de Tecnologia de Alimentos da Unochapecó, através de uma formulação previamente definida utilizando na mesma extrato hidrossolúvel de soja (extraído no mesmo laboratório através de soja convencional), água, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, aroma, estabilizante e emulsificante. Após elaborar o produto, avaliou-se o perfil do ponto de derretimento, no Laboratório de Bromatologia da Unochapecó. Inseriu em uma peneira, montada em um tripé, sobre uma balança semianalítica, cem gramas do produto e, a cada cinco minutos, pesou-se a quantidade de gelado comestível que derretia até o total derretimento da massa inicial. A sala de realização do experimento manteve-se em aproximadamente 20 °C. **RESULTADOS:** O resultado do teste demonstra que a massa de gelado comestível inicia seu derretimento a partir de 35 minutos do início do experimento. Aos 75 minutos do experimento, 25% da massa apresentou-se derretida, noventa minutos, 50%; aos 110 minutos, 75% e finalmente aos 145 minutos do mesmo, ocorreu o derretimento completo da massa. **CONCLUSÕES:** Observa-se através desse comportamento que o derretimento se fez uniforme e estabilizado. Esse comportamento apresenta-se satisfatório para o consumidor,

Juliana Savio, Ana Paula Roani, Bruna Marina Rech, Suellen C. Fernandes, Luciano L. Silva, Murilo Cesar Costelli

demonstrando assim um gelado comestível com qualidade nutricional diferenciada pela presença da soja em sua formulação e um perfil de derretimento adequado para manipulação do produto.

Palavras-chave: Gelado comestível. Extrato hidrossolúvel de soja. Ponto de derretimento.

Fonte financiadora: Unochapecó, Artigo 170.

Referências

BEHRENS, Jorge Herman; SILVA, Maria Aparecida Azevedo Pereira da. Atitude do consumidor em relação à soja e produtos derivados. **Ciênc. Technol. Aliment.**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 431-439, jul./set. 2004.

ORDÓÑES, Juan A. **Tecnologia de Alimentos**: componentes dos alimentos e processos. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

O CRÉDITO RURAL NO BRASIL: A POLÍTICA PÚBLICA DO PRONAF

Juliano Luiz Fossá¹, Dunia Comerlatto, Patrícia Chemin

¹ Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais na Unochapecó, j.fossa@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A discussão sobre o crédito rural no Brasil está demarcada desde os primórdios do século XX. Alguns aspectos influenciaram o surgimento dessa modalidade de crédito: (a) proteção do setor agrícola nacional; (b) necessidade de implantação de linhas de crédito voltadas para agricultura; e (c) expansão da produção de alimentos. Em 1937, cria-se a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Craei), por meio do Banco do Brasil, considerada como fator importante de apoio e desenvolvimento de condições de financiamento de atividades agrícolas no País. Em 1965, o estado brasileiro institui o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com o objetivo de fortalecer o meio rural pelo financiamento de atividades produtivas. Esses financiamentos na sua maior parte foram direcionados para o modelo patronal de agricultura, restando à agricultura familiar o papel de coadjuvante nessa política pública. A partir dos movimentos sociais rurais vinculados aos agricultores familiares, houveram mobilizações para criação de uma linha de financiamento específica voltada à agricultura familiar, o que resultou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esse programa tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento da agricultura familiar, principalmente por meio de: (a) aumentar o nível de renda; (b) aumentar o número de pessoas ocupadas na agricultura familiar; e (c) aumentar a produção de alimentos. Para Anjos e colaboradores (2004), o Pronaf significa um divisor de águas em termos de política pública, pois com a sua criação, o governo federal brasileiro cumpre dois aspectos importantes: atender a demanda histórica dos movimentos sociais; reconhecimento da importância da agricultura familiar e seu papel de destaque na estrutura e organização do meio rural. **OBJETIVO:** Demarcar a trajetória sócio-histórica da política do crédito rural no Brasil, considerando a institucionalização do Pronaf. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo e apoia-se no levantamento bibliográfico documental, levando em conta: (a) levantamento de referências e documentos; (b) leituras; (c) registros das informações; e (d) estruturação escrita do texto, o que para Dimitruk (2012, p. 47) consiste num conjunto de procedimentos que permite “[...] recolher, analisar e sintetizar as principais contribuições teóricas sobre um assunto, assim como para elaborar um texto escrito sobre um objeto de estudo.” **RESULTADOS:** Conforme descrito no Art. 1º do Decreto 1.946/1996, o Pronaf tem como finalidade “[...] promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e a melhoria da renda.” E como diretrizes: (a) melhorar a qualidade vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma

Juliano Luiz Fossá, Dunia Comerlatto, Patrícia Chemin

sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda; (b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente; (c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais; (d) adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas; (e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações; (f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações; (g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa; (h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados; e (i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras. Uma vez agregadas, finalidade e diretrizes, o Pronaf passa a ser entendido como “[...] mola-propulsora de uma estratégia nacional da diversidade social da agricultura familiar e do meio rural.” Tem como missão “[...] combater as desigualdades regionais que marcaram as políticas estatais tradicionais, voltadas para estimular a modernização tecnológica da agricultura brasileira.” (AQUINO; SCHNEIDER, 2010, p. 2). O Pronaf financia de forma individual ou coletiva agricultores familiares e assentados de reforma agrária, o programa oferece para seu público-alvo as menores taxas em relação aos outros financiamentos rurais do País. A estabilização da economia brasileira, ocorrida a partir da implantação do plano real em 1994, atrelado a outras condições sociopolíticas do País, proporcionaram uma evolução no volume de recursos contratados via Pronaf em âmbito nacional. Entre as unidades da federação, os cinco estados com maior número de contratos efetivados no ano de 2012 foram: Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Somente esses estados concentram 53,72% dos contratos do Pronaf realizados em 2012, o que ressalta ainda a necessidade de aprimoramentos da política pública em termos de cobertura e abrangência. Por outro lado, a presença de um estado nordestino entre os maiores destinos em número de contratos efetivados, estabelece um dos objetivos das melhorias do programa. A Bahia se apresenta como o segundo estado em número de contratos, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul. **CONCLUSÕES:** A partir do Pronaf, o governo federal estabelece condições legais para concessão de crédito aos pequenos produtores e amplia, pelo menos em parte, a cobertura dos financiamentos no meio rural. Segundo Mattei (2009, p. 470), como política pública vem se aperfeiçoando de modo a transformá-la “[...] efetivamente num instrumento capaz de atender ao conjunto de agricultores familiares em todos os municípios e regiões, dentro de uma perspectiva que privilegie a inclusão dos agricultores familiares.” O Pronaf pode ser considerado um mecanismo importante para desenvolvimento das atividades produtivas do segmento rural familiar. A adesão dos agricultores familiares ao longo da existência do Pronaf, de acordo com os dados do Banco Central foi significativa, passando de aproximadamente 307 mil contratos em 1996 para mais de 1,8 milhões de contratos no ano de 2012, esse fato sinaliza a real necessidade e importância de políticas públicas específicas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Juliano Luiz Fossá, Dunia Comerlatto, Patrícia Chemin

Palavras-chave: Crédito rural. Agricultura familiar. Pronaf.

Fonte financiadora: Bolsa de Apoio à Produção Científica no Programa *Stricto Sensu* Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó.

AVALIAÇÃO ZOOTÉCNICA E ECONÔMICA DA CRIAÇÃO DE BEZERRAS ALIMENTADAS COM LEITE OU SUCEDÂNEO

Karen Döering Brustolin Golin¹, Airton José Jacoby

¹ Docente da Unochapecó, karen.db@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A bovinocultura leiteira está cada vez mais se consolidando como atividade em potencial para o agronegócio. Considerando o crescente desenvolvimento dessa atividade produtiva, pensa-se cada vez mais em qualificar os processos de produção leiteira, o que inclui a adequação do manejo das bezerras às exigências de produtividade, fator fortemente influenciado pela nutrição animal. A criação de bezerras na maioria das explorações leiteiras no Brasil vem sendo realizada de forma inadequada, uma vez que não se dispensam cuidados especiais com as fêmeas e os machos são, em sua maioria, sacrificados ao nascer, em razão do alto custo da dieta líquida, constituída de leite *in natura*, durante a fase não ruminante. Conforme o mesmo autor, nos últimos anos, bovinocultores de leite têm intensificado suas buscas por uma opção capaz de permitir a diminuição dos custos da criação de bezerras com economia de leite e de mão de obra, sem prejuízo no desenvolvimento da bezerra, até a condição de vaca em lactação. Nesse sentido, Vasconcelos (2009) aponta que “[...] o leite representa em torno de 90% do custo de produção das bezerras, dado que reforça a importância do controle da quantidade, sua substituição por um sucedâneo do leite e a utilização de concentrados iniciais.” Os produtores de leite têm como principal objetivo a redução de custos, em que uma das alternativas que vem sendo utilizada pelos mesmos é a criação de suas próprias novilhas para a substituição de matrizes. Mas como o leite teve uma valorização crescente nos últimos anos, a busca por um suprimento na alimentação de bezerras com menor custo e com o mesmo nível de nutrição tem sido uma das alternativas encontradas. **OBJETIVO:** Avaliar bezerras alimentadas com dietas a base de leite e sucedâneo, tendo em vista identificar qual das dietas acarretará menor custo e melhor desenvolvimento e desempenho dos animais. **METODOLOGIA:** O trabalho foi desenvolvido em uma propriedade rural localizada no município de Santa Terezinha do Progresso (SC). Segundo o sistema de classificação de Köppen, o clima é do tipo Cfa, ou seja, clima temperado úmido com verão quente (MOTA, 1985). O período do experimento foi de sessenta dias, entre os meses de agosto e outubro de 2014. Foram utilizados dois tratamentos baseados na dieta alimentar das bezerras, um com Leite + concentrado + feno e outro com Sucadâneo + concentrado + feno. O Delineamento foi Inteiramente Casualizado (DIC), com dez repetições. O rebanho foi composto de bezerras das raças Holandesa e Jersey, adquiridas de três propriedades diferentes, com idades entre dez e vinte dias de vida quando incluídas na pesquisa. Todas as bezerras já haviam passado pelos cuidados iniciais, dentre eles o corte e desinfecção do umbigo, fornecimento do colostro e início de dieta com leite *in natura*. Assim,

Karen Döering Brustolin Golin, Airton José Jacoby

não foi possível avaliar a qualidade do manejo nesse período, embora todos os animais apresentassem boas condições físicas, pesando em média 37 kg na pesagem inicial. O rebanho foi dividido em dois grupos, cada um com dez animais, onde cada grupo teve a mesma proporção de raças, contando com cinco bezerras da raça Holandesa e cinco da raça Jersey. Os animais foram alojados em um galpão coberto contendo baias individuais de 1,30 m x 1 m. A partir disso, cada grupo passou a receber uma dieta específica. Ambos os tratamentos tiveram como base a quantidade de quatro litros diários de alimento líquido mais os alimentos sólidos. O concentrado utilizado apresentava 21% de Proteína Bruta (PB) e feno de Tifton 85 a vontade. O leite *in natura* foi adquirido através da ordenha de vacas sadias, por meio de ordenha mecanizada. Logo após a ordenha, o leite era fornecido em baldes de alumínio. Nas duas primeiras semanas, o balde contava com adaptação para mamada. Nas semanas posteriores, as bezerras ingeriram o leite no próprio balde, individualmente. O sucedâneo era preparado conforme recomendações do fabricante e fornecido também em baldes a uma temperatura média de 38 °C. Para análise do desenvolvimento e desempenho das bezerras foi realizada uma pesagem inicial e avaliação de altura de cernelha logo após a inclusão destas no rebanho, quando as bezerras tinham entre dez e vinte dias de vida. Em seguida, a cada sete dias foi feita nova avaliação da altura e peso, até totalizar os sessenta dias de tratamento, quando ocorreu o desmame, totalizando oito avaliações. Para efetuar a pesagem foi utilizada fita métrica específica, contornando o perímetro torácico do animal, logo atrás das patas dianteiras, procurando manter a fita bem justa. Já para avaliação da altura da cernelha foi utilizada uma fita métrica de alumínio, colocada próxima aos membros anteriores da novilha (logo à frente de onde se coloca a fita métrica para medir perímetro torácico). Um nível de madeira foi colocado em cima da cernelha do animal e ajustado à fita métrica, indicando a altura correta. A partir dos dados coletados a cada sete dias, foi possível avaliar o ganho de peso médio diário (GMD) e o desenvolvimento da altura cernelha de cada bezerra. Para tanto, os dados foram posteriormente submetidos à análise de variância e à comparação das médias pelo teste de Tukey, a 5% de probabilidade de erro, através do programa Sisvar (FERREIRA, 2007). Para análise das variáveis econômicas, foram utilizadas planilhas com os custos individuais de cada tratamento e os custos referentes à medicação e outros itens variáveis. A partir disso, foi realizada a avaliação da relação custo/benefício de cada tratamento utilizado, de acordo com a média de desenvolvimento de cada rebanho. **RESULTADOS:** A diferença na altura da cernelha das bezerras dos distintos tratamentos ocorreu desde a segunda avaliação ($P < 0,05$). No final do experimento, essa diferença chegou a ser de 5,4 cm maior no tratamento com leite em comparação ao sucedâneo, ou seja, a dieta com sucedâneo tem um desempenho 6,3% menor em termos de desenvolvimento no período de sessenta dias. Isso indica que no tratamento a longo prazo, obtém-se um melhor desempenho no desenvolvimento das bezerras alimentadas com o leite *in natura*. Uma das possíveis justificativas para que as bezerras alimentadas com leite tenham crescido mais do que as alimentadas com sucedâneo é a significativa concentração de minerais como cálcio e fósforo no leite. Da mesma forma, o melhor desempenho do leite *in natura* também pode estar associado com a capacidade de absorção dos minerais pelo rúmen do animal, visto que no desenvolvimento precoce, o rúmen absorve melhor os minerais presentes no leite *in natura* do que os do sucedâneo, gerando melhor desenvolvimento das bezerras. O tratamento com leite *in natura* obteve melhor resultado em termos de ganho de peso médio diário, resultando em um GMD 44% maior do que do tratamento com sucedâneo, ou seja, as bezerras alimentadas com leite *in natura* ganharam, em média, 355 g a mais por dia. Quanto aos custos da dieta a base de leite *in natura*, considerando a dieta adotada de quatro

Karen Döering Brustolin Golin, Airton José Jacoby

litros de leite/sucedâneo diários para as bezerras, tendo como base o custo médio do leite de R\$ 1,00 por litro, custo médio do sucedâneo de R\$ 0,40 por litro, mais o uso do concentrado a R\$ 1,84/kg e o feno a R\$ 0,85/kg. Comparando os dados, pode-se observar que a dieta com sucedâneo, sem a adição dos custos com medicamento, teve um custo 28,34% mais barato que na dieta com leite *in natura*. Contudo, ao adicionar os custos do tratamento medicamentoso, a dieta com sucedâneo fica apenas 11,5% mais barata do que a com leite *in natura*. Como o preço total da dieta com sucedâneo foi 11,5% mais barato que o leite *in natura* e o desempenho animal de 44% menor para o sucedâneo, em termos econômicos se torna mais viável continuar com a dieta a base de leite *in natura* para as bezerras. Isso porque, mesmo tendo um custo mais elevado, o leite *in natura* proporcionou melhor desempenho e desenvolvimento das bezerras. **CONCLUSÕES:** O tratamento com leite *in natura* proporciona um melhor desempenho e desenvolvimento das bezerras, apesar de apresentar um custo mais elevado.

Palavras-chave: Ganho médio diário. Altura de cernelha. Custo da dieta.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

FERREIRA, Daniel Furtado. **Programa Sisvar versão 5.1**. Lavras: Departamento de Ciências Exatas da Universidade Federal de Lavras, 2007.

MOTA, Fernando Silveira da. **Meteorologia agrícola**. São Paulo: Nobel, 1985.

VASCONCELOS, Angela Maria et al. Desempenho de bezerros leiteiros submetidos a diferentes dietas líquidas e instalações durante o período hibernal. **Acta Veterinaria Brasilica**, Santa Maria, v. 3, n. 4, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/acta/article/view/1434>>. Acesso em: 1 jun. 2014.

COMPOSIÇÃO QUÍMICA DE GRAMA-MISSIONEIRA-GIGANTE (*Axonopus catharinensis*) ADUBADA COM DEJETO LÍQUIDO DE SUÍNOS

Karen Döering Brustolin Golin¹

¹ Docente da Unochapecó, karen.db@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Em Santa Catarina, a produção pecuária a base de pastagens destaca-se por sua importância econômica e ambiental, pois sua camada vegetal fornece uma ótima proteção ao solo, desde que manejada adequadamente. A grama-missioneira-gigante (*Axonopus catharinensis*) é uma gramínea perene tropical, originária do cruzamento natural entre *Axonopus jesuiticus* (Araújo) Valls e o *Axonopus scoparius* (Flüggé) Kuhl, oriunda do Alto Vale do Itajaí (CÓRDOVA, 2012), que está sendo muito cultivada por pecuaristas da região oeste catarinense. O nitrogênio (N) é um dos nutrientes considerado responsável pelo crescimento vegetativo das plantas, propiciando aumento na produção de pastagens e ainda com alto valor nutritivo agregado (PINHO COSTA, 2009). Uma das fontes de nitrogênio é aquela oriunda dos dejetos líquidos de suínos (DLS), que na região do oeste de Santa Catarina é amplamente disponível. No entanto, o correto uso dos dejetos em pastagens necessita ser investigado nas condições locais e em distintos tipos de espécies, a fim de justificar a sua adequada utilização. **OBJETIVO:** Avaliar a composição bromatológica da grama-missioneira-gigante adubada com diferentes doses de DLS. **METODOLOGIA:** O experimento foi conduzido no Centro de Pesquisas para a Agricultura Familiar (Cepaf) da Epagri, no município de Chapecó, região oeste de Santa Catarina. Na primavera de 2007, foi instalado este experimento e desde então as parcelas recebem tratamentos de adubação com DLS. Neste trabalho, foram avaliados apenas os dados obtidos no período de setembro de 2012 a março de 2013, ou seja, na estação de crescimento da espécie. O solo da área experimental é um Latossolo Vermelho distroférrico (EMBRAPA, 2009). Os tratamentos constaram de cinco doses de dejetos líquidos de suínos (DLS), uma dose de nitrogênio na forma mineral (nitrato de amônio) mais P e K (testemunha positiva) e uma testemunha negativa sem aplicação de N, com adição de K e P. As doses de DLS foram calculadas para fornecer 100, 200, 300, 400 e 500 kg de N/ha/ano fracionadas em quatro aplicações. O DLS foi obtido em uma granja próximo ao experimento, retirado mil litros por carga, era homogeneizado e então retiradas subamostras e encaminhadas para laboratório de solos da Epagri-Cepaf para análise do pH, N-NH₄⁺, N-NO₃⁻, N total, MS, macro e micronutrientes, conforme Tedesco e colaboradores (1995), e efetuada a leitura da densidade do DLS. Os valores obtidos nas quatro leituras da densidade foram somados e efetuada a média, obtendo-se um valor médio da densidade do DLS em cada aplicação, o que implicou em quantidades variáveis do adubo de acordo com a concentração de N do material. Os tratamentos foram alocados em delineamento de blocos casualizados, com cinco repetições. A análise da

Karen Döering Brustolin Golin

variância foi realizada pelo esquema de parcela subdividida no tempo, a fim de avaliar o efeito de adubação e do período de produção da pastagem, bem como da interação desses fatores. A unidade experimental foi uma parcela com 6,0 m x 5,0 m (30 m²), sendo destinada uma área útil de 1,0 m x 5,0 m (5 m²) para as avaliações, na parte central da mesma. Inicialmente, foi feito um corte de uniformização e a partir desse a pastagem foi cortada sempre que as parcelas relativas à testemunha-positiva estivessem com altura próxima a 18 cm (\pm 3,0). Os cortes foram efetuados com motossigadeira de parcela, com barra de corte de 1,0 m, a uma altura de 7 a 8 cm da superfície do solo. Após serem retiradas as bordaduras das cabeceiras das parcelas, foi efetuado o corte da área útil destinado às avaliações de composição química. Após, esse material foi pesado e, dessa fração, foi retirada uma subamostra de aproximadamente 500 g que foram pesadas antes e após a secagem, em estufa com circulação de ar a 65 °C, por 72 horas. Posteriormente, esse material foi triturado em moinho do tipo Willey, com peneira de 1 mm de abertura, para realização das análises de composição química. As amostras moídas foram armazenadas em câmara seca para posteriormente serem submetidas às análises de proteína bruta (PB), fibra insolúvel em detergente neutro (FDN) e fibra insolúvel em detergente ácido (FDA) no laboratório de Bromatologia da Unochapecó. O teor de nitrogênio da forragem foi determinado através do método micro Kjeldahl (AOAC, 1984), sendo o mesmo multiplicado pelo fator 6,25, para estimativa do valor de PB. Para determinação dos teores de FDN e de FDA foi utilizado o método de Van Soest, descrito por Silva (1998). **RESULTADOS:** Os valores de FDN não diferiram estatisticamente tanto para a variável dose quanto para a interação dose x cortes, apresentando variação apenas entre cortes. O aumento do teor de FDN foi proporcional aos cortes, apresentando um comportamento crescente de acordo com a idade, sendo o primeiro corte sempre superior aos demais. Os teores médios de FDN variaram de 51% (primeiro corte) e 66,11% (quarto corte). Os teores de FDA seguiram o mesmo comportamento que o FDN, houve diferença significativa apenas entre os cortes, apresentando uma variação média de 27,51% (primeiro corte) a 33,20% (quarto corte). Independentemente das doses, sempre o primeiro corte apresentou teores de FDA menores que os demais ($P < 0,05$), o que pode ser explicado pela idade da espécie, que nesse corte estava em pleno estágio vegetativo. Os teores de PB tiveram influência da adubação. Os valores de PB obtidos neste trabalho, independentemente de corte e dose, foram maiores que 7%, que é o teor mínimo exigido por bovinos adultos em pastejo (NRC, 1989). A média geral variou de 8,80% (dose 0 kg de N/ha) a 11,90% (dose 400 kg de N/ha). Independentemente do corte, a adubação mineral não diferiu dos demais tratamentos. **CONCLUSÕES:** O dejetos líquido de suínos, utilizado como fonte de nitrogênio, aumenta o teor de proteína bruta da grama-missioneira-gigante. Os teores de FDN e FDA aumentam com a idade da planta e não são influenciados pelas doses de DLS.

Palavras-chave: Composição bromatológica. Grama-missioneira-gigante. Dejetos líquido de suínos.

Fonte financiadora: Artigo 170.

Referências

AOAC – Association of Official Agricultural Chemistry. **Official methods of analyses**. Washington: AOAC, 1970.

Karen Döering Brustolin Golin

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília: Embrapa, 2009.

PINHO COSTA, K. A. de et al. Produção de massa seca e nutrição nitrogenada de cultivares de *brachiaria brizantha* (A. Rich) Stapf sob doses de nitrogênio. **Ciência Agrotécnica**, Lavras, v. 33, n. 6, nov./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-70542009000600017>. Acesso em: 13 jan. 2015.

TCACENCO, F. A.; SOPRANO, E. Produtividade e qualidade da grama missioneira-gigante-gigante [*Axonopus jesuíticus* (Araújo) Valls] submetida a vários intervalos de corte. **Pasturas tropicais**, v. 19, n. 3, p. 28-35, 1997. Disponível em: <http://ciat-library.ciat.cgiar.org/articulos_ciat/PAST1936.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2015.

TEDESCO, M. J. et al. **Análise de solo, plantas e outros materiais**. Porto Alegre: UFRGS, 1995. 175 p.

O OLHAR DAS MULHERES CAMPONESAS SOBRE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Karina Wernke¹, Cristiane Milan, Luciara Souza Gallina,
Carla Rosane Paz Arruda Teo, Maria Assunta Busato

¹ Acadêmica de Nutrição da Unochapecó, karina_nina775@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O debate sobre soberania e segurança alimentar e nutricional reporta necessariamente à discussão sobre produção e acesso aos alimentos como condições para a realização do direito humano à alimentação. Não podendo perder de vista que, para além da garantia de uma alimentação permanente e de qualidade, é fundamental que o modelo de produção seja diverso e sustentado pelo poder da tradição e de práticas sócio-histórico-culturais dos povos. Nesse contexto é que as mulheres trabalhadoras do campo exercem um papel decisivo, uma vez que cabe a elas, principalmente, a provisão da casa e as lidas associadas à produção diversificada dos alimentos que vão à mesa da família. **OBJETIVO:** Verificar o conhecimento das participantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina sobre soberania e segurança alimentar e nutricional, assim como identificar as mudanças ocorridas na vida dessas a partir da produção diversificada de alimentos saudáveis. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal qualitativo, que adotou o referencial teórico-metodológico da análise de conteúdo. Para a efetivação deste estudo foi utilizado um questionário de identificação, posteriormente foi realizada uma entrevista semiestruturada composta de roteiro prévio com perguntas norteadoras sobre as temáticas: soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e produção de alimentos saudáveis. Optou-se por esta técnica por permitir obter informações sobre um determinado tema contidas na fala dos atores sociais envolvidos. Foram entrevistadas dez membros da direção estadual do MMC. **RESULTADOS:** As entrevistadas demonstraram ter conhecimento sobre a temática questionada, afirmando que a soberania alimentar se efetiva quando há autonomia para escolher o quê e como plantar e quando se tem acesso à terra e às políticas públicas, condições fundamentais para a garantia da segurança alimentar e nutricional. Em relação às dificuldades, as entrevistadas citam a falta de incentivo do governo para pequena produção, dificuldade de acesso a políticas públicas que de fato incentivem as mulheres a acessar esse recurso para conseguir produzir, pouca valorização para comercialização desse produto e falta de assistência técnica, bem como não conseguir ter controle sobre todos os alimentos estarem livres da contaminação por agrotóxicos. Além disso, as doenças, a destruição ambiental a escassez da água e a poluição também são fatores dificultadores do processo de produção. Destacaram como potencialidades o hábito de produzir seus próprios alimentos para consumo familiar, produzir alimento orgânico, agroecológico, diversificado e saudável que gera qualidade de vida. Das mudanças ocorridas em suas vidas, relatam a autonomia e liberdade de escolha no plantio, melhora financeira e abundância de alimentos saudáveis.

Karina Wernke, Cristiane Milan, Luciara Souza Gallina, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Maria Assunta Busato

CONCLUSÕES: Os achados deste estudo permitem concluir que o grupo pesquisado possui clareza sobre entendimento de soberania e segurança alimentar e nutricional. Reconhecem o importante papel que têm na defesa da soberania alimentar ao priorizarem a produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados para o mercado interno, buscando a efetivação da segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Mulheres camponesas. Segurança alimentar e nutricional. Soberania alimentar.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

AVALIAÇÃO DO EFEITO DA SECAGEM SOBRE O RENDIMENTO EM ÓLEO DE GENGIBRE

Karine Marafon¹, Gustavo Henrique Medeiros, Luciano L. Silva, Juliana Savio,
Toni J. Lopes, Murilo Cesar Costelli

¹ Acadêmica de Engenharia Química da Unochapecó, karinemarafon@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Essências aromáticas são substâncias oleosas e perfumadas que podem ser retiradas das plantas de diferentes formas, através de pressão, por separação com o uso de calor, por solventes ou até mesmo por afloramentos. A qualidade dos óleos essenciais depende de muitos fatores, como o processo pelo qual a substância é obtida, o estado de maturidade da planta. Os óleos essenciais são facilmente adulterados com alcoóis, óleos fixos e óleos essenciais de menor valor (RICHARDS, 2015). O gengibre tem nome científico de *Zinziber officinale* Roscoe, seus óleos são extremamente antissépticos e ativam o sistema imunológico acabando com infecções bacterianas e virais (McINTYRE, 2001). **OBJETIVO:** Avaliar o efeito da temperatura de secagem do gengibre sobre o rendimento em óleo. **METODOLOGIA:** As amostras de gengibre foram adquiridas em mercados locais, devidamente higienizadas, picadas e separadas em porções de trezentos gramas. As amostras a serem secas foram levadas a estufa microprocessada com circulação forçada, modelo 0314M252 da marca Quimis, para secagem à temperatura de 40 °C, até estabilização de sua massa. Cada amostra, seca e *in natura*, foi colocada em um balão volumétrico de 1000 mL, adicionado de 500 mL de água destilada, sendo colocado sobre uma manta de aquecimento, modelo 0321A25 da marca Quimis. Ao balão, foi acoplado um sistema de extração do tipo Clevenger. O tempo de refluxo adotado foi de oito horas. O rendimento foi calculado dividindo a massa de óleo obtida pela massa de gengibre seca ou fresca, a umidade foi determinada pela razão entre a diferença da massa inicial e final do gengibre e a sua massa inicial, todos os ensaios foram feitos em triplicata e realizados no laboratório de Bromatologia da Unochapecó. **RESULTADOS:** Observou-se nos ensaios com gengibre seco a 40 °C os seguintes rendimentos: 0,54%, 0,57% e 0,52%, e uma redução na umidade de 92,47%. Para os ensaios realizados com gengibre fresco, obteve-se 0,78%, 0,78% e 0,87% de rendimento. Segundo Stoilova (2007), quando se utiliza gengibre *in natura*, obtém-se rendimentos maiores em relação a amostras secas. Balachandran (2006) também afirma que quando os níveis de umidade contidos no gengibre fresco são elevados, como é o caso em rizomas novos, o rendimento do extrato também é maior em relação a uma alimentação seca (BALACHANDRAN; KENTISH; MAWSON, 2006). Maia, Bovi e Duarte (1991), avaliando o efeito da temperatura de secagem sobre o rendimento em óleo de gengibre, obtiveram valores na faixa de 0,56 a 0,92%. **CONCLUSÕES:** Portanto, através dos resultados obtidos, verifica-se que a secagem do gengibre não apresenta efeito sobre o rendimento em óleo, concordando com a literatura.

Palavras-chave: Secagem. Extração. Óleo essencial. Gengibre.

Karine Marafon, Gustavo Henrique Medeiros, Luciano L. Silva, Juliana Savio, Toni J. Lopes, Murilo Cesar Costelli

Referências

BALACHANDRAN, S.; KENTISH, S. E.; MAWSON, R. The effects of both preparation method and season on the supercritical extraction of ginger. **Separation and Purification Technology**, v. 48, n. 2, p. 94-105, 2006. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/222572297_The_effects_of_both_preparation_method_and_season_on_the_supercritical_extraction_of_ginger>. Acesso em: 28 set. 2015.

MAIA, N. B.; BOVI, O. A.; ROMARIZ, F. R. Obtenção e análise do óleo essencial do gengibre: efeito de secagem e processamento. **Bragantia**, v. 50, n. 1, p. 83-92, 1991.

McINTYRE, A. **Bebidas que curam**. Tradução de Dinah Abreu de Azevedo. Barueri: Manole, 2001.

RICHARDS, A. **Faça seus próprios óleos essenciais a partir de plantas cruas**. Tradução de Sandra Schofield. Babelcube, Inc. 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 28 set. 2015.

STOILOVA, I. et al. Antioxidant activity of a ginger extract (*Zingiber officinale*). **Food Chemistry**, p. 764-770, 2007.

MODELAGEM CINÉTICA DOS FENÔMENOS DE ADSORÇÃO DE ESPÉCIES DE Zn^{2+} EM MICROPARTÍCULAS DE VIDRO RICAS EM SÓDIO

Karine Testa¹, Heloísa Riss, Kelly Regina Betiatto, Elton Mendes, Jacir Dal Magro, Humberto Gracher Riella, Márcio Antônio Fiori

¹Acadêmica de Engenharia Química da Unochapecó, karinetesta@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O desenvolvimento e uso de materiais com ação antimicrobiana têm se mostrado uma forma eficiente para a redução de riscos oferecidos à vida humana pela ação de fungos, bactérias e outros patógenos. A partir do processo de troca iônica entre íons de sódio presentes em materiais vítreos e íons Zn^{2+} em soluções salinas é possível obter aditivos com propriedades bactericidas e fungicidas. Por se tratar de um vidro microparticulado, com pequeno tamanho de partícula, se torna viável a utilização do mesmo como aditivo biocida para materiais poliméricos, tintas e cosméticos. A modelagem dos mecanismos cinéticos de troca iônica nos processos de obtenção desses aditivos permite estabelecer o efeito teórico de parâmetros de processo como a velocidade de agitação do meio, temperatura, pH e concentração na eficiência de incorporação de espécies iônicas de zinco nas micropartículas do vidro e as melhores condições de aplicação em meios aquosos desses materiais como agente antimicrobiano. **OBJETIVO:** Obter o modelo cinético do processo de adsorção de espécies iônicas de zinco em micropartículas de vidro ricas em sódio. **METODOLOGIA:** O material vítreo utilizado para dopagem contém alta concentração de sódio na sua composição. Os cátions de Zn^{2+} foram introduzidos na matriz vítrea a partir de reações de troca iônica. A troca iônica foi realizada entre os íons sódio, presentes no vidro, e os íons zinco, presentes no meio iônico. O meio iônico foi preparado contendo uma solução de 0,10 mol/L de $Zn(NO_3)_2 \cdot 6 H_2O$ e 0,35 mol/L de $NaNO_3$. Em 40 mL de solução contendo o meio de troca iônica foram adicionados 0,200 g de vidro. A troca iônica foi realizada em banho termostático, mantendo a temperatura constante em 25 °C. Após as trocas iônicas, as misturas foram submetidas à filtração a vácuo. As soluções remanescentes foram submetidas à análise por absorção atômica e os resultados de concentração de zinco iônico foram empregados para os estudos de modelagem. **RESULTADOS:** Os dados experimentais foram modelados por três equações matemáticas, empregadas em cinéticas de adsorção: modelo de pseudo-primeira ordem, modelo de pseudo-segunda ordem e equação de Elovich. O modelo de pseudo-segunda ordem foi o que apresentou o menor valor de desvio e variância, sendo o modelo que melhor ajustou os dados experimentais. Os valores das constantes k e q_e , obtidos com o auxílio do *software* MATLAB, são de 0,02554 g/(mml.min) e 1,093 mmol/g, respectivamente. O estudo do comportamento do pH na solução mostra que após a adição das partículas de vidro na solução não ocorre variação significativa dos valores de pH durante o intervalo de tempo avaliado. Os dados foram modelados, com ênfase nos mecanismos de adsorção, por três equações matemáticas: isotermas de Langmuir, isoterma

Karine Testa, Heloísa Riss, Kelly Regina Betiatto, Elton Mendes, Jacir Dal Magro, Humberto Gracher Riella, Márcio Antônio Fiori

de Freundlich e isoterma de Redlich-Peterson. O modelo de Redlich-Peterson se apresentou o mais adequado para o ajuste dos dados experimentais. Os valores das constantes K_r , a_R e b_R , obtidos com o auxílio do *software* MATLAB, foram: 1,101 L/g, 0,3655 L/L.mmol e 1,109, respectivamente. **CONCLUSÕES:** O projeto de um processo de adsorção depende dos conhecimentos cinéticos sobre a operação. A partir da análise cinética dos processos de adsorção de Zn²⁺ nas micropartículas de vidro é possível determinar parâmetros importantes para aplicação desses materiais como compostos antimicrobianos. O tempo de saturação da matriz vítrea e a equação que modela a incorporação de zinco no vidro, para uma condição específica de operação, foram obtidas neste estudo.

Palavras-chave: Micropartículas de vidro antimicrobianas. Adsorção de íons em partículas vítreas. Adsorção de zinco iônico em micropartículas de vidro.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (Pibic/FAPE).

A ESPECIFICIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A INTERSETORIALIDADE

Kátia Regina Carlesso¹, Dunia Comerlatto

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, katia_ss@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Durante os anos de 1940 a 1980, a assistência social se caracterizou como campo de doação, tutela e benesse, direcionando o desenvolvimento das ações. Foi uma trajetória que até os dias de hoje deixa um legado de práticas que ainda desafiam seus gestores e trabalhadores para implementá-la reconhecidamente como política pública, uma vez deflagrada pela promulgação da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 (CRFB) (MESTRINER, 2001). Sua implementação e consolidação como política pública de direito decorre do seu entendimento como política setorial na sua especificidade e, ao mesmo tempo, como política totalizante no campo social. Esse entendimento se dá por meio dos levantamentos documentais efetuados que orientam sobre a organização e o funcionamento da política de assistência social em nível nacional, estadual e dos territórios locais. Além disso, pelos aportes teóricos que trazem os elementos fundamentais para sua discussão. São inegáveis os avanços conquistados pela política pública de assistência social, desde que foi regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas/1993) até, principalmente, a implantação da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas/2005), nos últimos dez anos. Resultam de uma caminhada coletiva de lutas participativas e democráticas, que devem continuar, considerando que o atual contexto macropolítico e econômico tem refletido em condições adversas na gestão da política de assistência social, o que incide em limites operacionais rumo à sua consolidação como política pública setorial, na relação intersetorial com as demais políticas. Tecer considerações sobre o tema “a especificidade da política pública de assistência social e a intersectorialidade” é algo complexo, instigante e impulsiona para um processo reflexivo e crítico de análise dessa política pública como “campo social” de trabalho profissional. A condição de trabalhadora nessa política proporcionou uma análise sobre elementos teóricos e empíricos, geradores de informações e, ao mesmo tempo, esclarecedores do contexto vivenciado em Chapecó (SC). Este resumo traz uma discussão que integra a dissertação de mestrado intitulada: *A especificidade da política de assistência social e a intersectorialidade*, defendida em agosto de 2015, apresentada ao Programa Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (mestrado profissional) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). **OBJETIVO:** Caracterizar a especificidade da política pública de Assistência Social na relação intersetorial às demais políticas, considerando aspectos que se colocam desafiadores à articulação e à construção de um caminho estruturador de gestão. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo com predomínio qualitativo. Ocupou-se da estratégia de caso único, uma vez que delimitou a assistência social

Kátia Regina Carlesso, Dunia Comerlato

como política pública no contexto do município de Chapecó (SC). Este estudo foi apoiado pelo levantamento documental e bibliográfico e pela pesquisa de campo. A coleta das informações envolveu seus gestores e trabalhadores, valendo-se da técnica da entrevista individual desenvolvida com sete gestores (assessor executivo, diretores e gerentes) e do questionário via *on-line* aplicado para 14 trabalhadores (assistentes sociais, psicólogos, advogados e pedagogos). A técnica da análise temática, por meio de categorias de análise, apoiou a organização e interpretação das informações colhidas. **RESULTADOS:** Ao descrever sobre a especificidade da política pública de assistência social e sua relação com a intersectorialidade, com base em marcos legais [Loas (2011); PNAS (2004); NOB/Suas (2005, 2012); Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009); Plano Decenal Suas; Plano 10 (2010); Decálogo dos Direitos Socioassistenciais (2005); O Suas no Plano Brasil Sem Miséria (BSM) (2012). A CFRB 1988 (2013) e documentos municipais como o Plano Municipal de Assistência Social (2013); Conselho Municipal de Assistência Social de Chapecó (2014)], várias são as expressões, remetidas à intersectorialidade inerente a essa política que a posicionam como um dos eixos estruturantes. Isso permite afirmar que a intersectorialidade é uma estratégia dinamizadora de gestão no bojo da defesa e ampliação dos direitos e da sua integração no campo da proteção social. Em síntese, as mais diversificadas faces das necessidades e demandas sociais que afetam indivíduos e grupos usuários das políticas públicas exigem do seu conjunto – no intuito de alcançar respostas efetivas – exercitar ações intersectoriais na atenção integralizada das seguranças sociais afiançadas pelo Suas. A política de assistência social posiciona a perspectiva intersectorial no desenvolvimento das ações que se vinculam às proteções sociais – básica e especial. A efetividade dessa perspectiva não se constitui numa tarefa fácil para os gestores e trabalhadores, ao considerar os limites enunciados por eles, como sujeitos pesquisados. Investir no trabalho intersectorial significa desconstruir relações “rígidas e exclusivas” de poder, “egos e estabilidades”, sobreposições de papéis e ações que tradicionalmente se reproduzem, impedindo seu avanço e fortalecimento no campo social. O exercício da intersectorialidade precisa ser iniciado por um “contrato social”, na relação interna e externa à política, que oportunize aos gestores, trabalhadores e usuários (como atores sociais) e aos órgãos públicos (estatais e da sociedade civil) planejarem as ações de modo articulado e integrado, como forma de qualificar a execução dos programas, projetos e serviços executados nos territórios de abrangência da atuação de políticas públicas. Sobre isso, no contexto de Chapecó, mesmo com os limites vivenciados na gestão municipal de política de assistência social, apontam-se potencialidades que favorecem, em certa medida, exercitar o referido contrato, ao considerar a iniciativa de trabalho em rede, como é o caso da Rede de Atendimento à Infância e Adolescência (Raia), vigentes desde meados dos anos 2000. Retomando, a Raia opera em conjunto com a assistência social, educação e a saúde, para atuar especialmente nos territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Seu potencial está em articular a rede socioassistencial e a rede das demais políticas, com o objetivo de analisar e propor ações articuladas para questões voltadas às crianças e adolescentes. No que concerne ao entendimento dos gestores e trabalhadores sobre a especificidade da política de assistência social na articulação com as demais políticas públicas, observa-se que os sujeitos a caracterizam na perspectiva da proteção social e na defesa de direitos. Os gestores indicam a dificuldade de exercitar a intersectorialidade em face dos limites presentes na organização administrativa e operacional envolvendo a gestão, mesmo reconhecendo sua importância, necessidade e urgência no contexto de Chapecó. Da mesma forma, os trabalhadores entendem a importância de investir e consolidar as ações intersectoriais no conjunto com as demais políticas públicas como forma de fortalecer a

Kátia Regina Carlesso, Dunia Comerlato

rede socioassistencial e a integração das ações na totalidade da rede social. Não se pode atribuir somente à assistência social a responsabilidade pela proteção social e defesa dos direitos, pois se trata de uma estratégia de gestão que compete a todos os atores sociais e ao conjunto dos setores das demais políticas públicas. Isso, no contexto de Chapecó, apresenta-se em fase de amadurecimento tanto no que concerne a esse entendimento quanto a implementar essa lógica de gestão. As informações registradas pelos gestores e trabalhadores da política de assistência social, em Chapecó, refletem aspectos relacionados aos limites e às potencialidades que implicam internamente na gestão da própria política e em favor de ações intersetoriais na gestão pública. As iniciativas assumidas como potencialidades, enunciadas pelos informantes, devem ser fortalecidas e disseminadas, uma vez que o trabalho em rede e intersetorial continua se configurando como um “grande” desafio para gestionar ações no conjunto das políticas públicas em Chapecó. Por essa razão, as relações pautadas pelo diálogo (considerando as trocas de saberes, experiências e decisões coletivas), a integração e complementaridade das ações, as afinidades, sintonias e compromissos na condução de objetivos operacionais e as atitudes ético-políticas e técnicas na qualificação dos programas, projetos e serviços em seus processos de oferta e articulação, apresentam-se como fundamentais para superar a fragmentação e o isolamento das áreas setoriais. Assim, a intersectorialidade como estratégia de gestão afirma-se dinamizadora para a efetividade das ações no campo social. **CONCLUSÕES:** A discussão sobre a especificidade da política de assistência social e a intersectorialidade exige um contínuo processo de análises, pautada por compreensões teóricas e de reconhecimentos do seu campo operacional. Relevam-se as quatro dimensões como eixos e pilares que sustentam a especificidade da assistência social como política pública setorial, que oferta ações no campo social, na articulação direta com a rede socioassistencial, vinculada às demais redes sociais. Concorda-se com Sposati (2004) quando afirma que o desafio inicial é defender que a assistência social é uma política setorial, com conteúdo próprio. Nessa direção, entende-se que a especificidade da assistência social transita pelas dimensões: (1) da proteção social; (2) do acesso e a extensão (defesa) dos direitos; (3) da vigilância socioassistencial; e (4) do trabalho em rede e intersectorial. O aprimoramento da especificidade dessa política, para além das deliberações nas conferências de assistência social realizadas em âmbito municipal, estadual e federal, depende do compromisso político e de condições efetivas para sua concretização no âmbito dos territórios locais. Destacam-se como instrumentos de gestão decisivos os planos municipais de assistência social, que orientam e normatizam conteúdos, práticas e aplicações de recursos nessa direção. A vigilância socioassistencial, também considerada como mecanismo de gestão da política de assistência social, deve ser priorizada nos municípios, mas ainda coloca-se como desafio na sua gestão. É fundamental, pois possibilita a leitura e análise da realidade, a busca ativa, a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, o mapeamento da rede socioassistencial e das demais políticas públicas inerentes aos territórios, bem como o aprimoramento da gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil. A intersectorialidade imprime “[...] uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade. Isso passa pelas relações homem/natureza, homem/homem que determinam a construção social da cidade.” (JUNQUEIRA, 1997, p. 37). Por meio da intersectorialidade, tais políticas podem dialogar e construir coletivamente respostas na solução de problemas individuais e coletivos, avançando na atenção e provisão das seguranças sociais. Com base na NOB/Suas (BRASIL, 2012, p. 17), são cinco as seguranças, sendo de “[...] acolhida, renda, convívio ou convivência familiar, comunitária e social, desenvolvimento de autonomia, apoio e auxílio.” Sem dúvida, para alcançar essas seguranças, como forma de prevenir riscos,

Kátia Regina Carlesso, Dunia Comerlato

vulnerabilidades e violação de direitos que afetam a população usuária das políticas públicas, exigem-se ações descentralizadas e integradas, bem como um diagnóstico do território, uma rede socioassistencial efetiva, pautada por ações intersetoriais na relação direta com o conjunto das políticas que operam no campo social.

Palavras-chave: Política de assistência social. Intersetorialidade. Desafios profissionais.

Fonte financiadora: Bolsa de Apoio à Produção Científica no Programa *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIPROLIFERATIVA DE *Alpinia zerumbet* (Zingiberaceae)

Kriptsan Abdon Poletto Diel¹, Ana Lucia Tasca Gois Ruiz,
Denise Bianchim Gomes, Silvana Muraro Wildner

¹Acadêmico de Farmácia da Unochapecó, kriptsan.diel@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O câncer é um grande problema de saúde pública em países desenvolvidos e em desenvolvimento, representando a segunda maior causa de morte da população (SRIVASTAVA et al., 2005). Em 2012, os casos registrados chegaram a 14 milhões por ano, número que deve alcançar 22 milhões por ano nas próximas duas décadas (WORLD CANCER REPORT, 2014). Atualmente, a definição científica de câncer refere-se ao termo neoplasia, especificamente aos tumores malignos, como sendo uma doença caracterizada pelo crescimento descontrolado de células transformadas. Existem quase duzentos tipos de neoplasias que correspondem aos vários sistemas de células do corpo, os quais se diferenciam pela capacidade de invadir tecidos e órgãos (ALMEIDA et al., 2005). Nas últimas décadas, a maioria (60%) dos fármacos oncológicos introduzidos na terapêutica tiveram sua origem nos produtos naturais sendo isolados de micro-organismos ou plantas (HARVEY, 2008). Dessa forma, com o propósito de alcançar resultados mais eficazes e seguros, tem-se intensificado os estudos farmacológicos com compostos extraídos de plantas medicinais, bem como derivados sintéticos destes compostos naturais (NEWMAN; CRAGG, 2005). Algumas avaliações citotóxicas já foram realizadas com extratos e frações de *Alpinia* (*Alpinia galanga*, *Alpinia murdochii*, *Alpinia officinarum* e *Alpinia scabra*). Porém, para a espécie *Alpinia zerumbet* (Pers.) B.L. Burtt & R.M. Sm., que provavelmente contenha substâncias bioativas semelhantes ao gênero, não há relatos na literatura. **OBJETIVO:** Avaliar o efeito antiproliferativo *in vitro* de *Alpinia zerumbet* (Pers.) B. L. Burtt & R. M. Sm. (Zingiberaceae). **METODOLOGIA:** As folhas de *A. zerumbet* foram coletadas em Chapecó (SC) 26° 58' 36,06" S e 52° 44' 27,18" O, e uma exsiccata da planta foi depositada no Herbário do Museu Botânico Municipal de Curitiba com o número de registro MBM 306196. O material vegetal foi desidratado em temperatura ambiente, triturado em moinho de facas, selecionado em tamis de 300 µm (48 Tyler/Mesh), identificado e armazenado ao abrigo da luz. Para obter a fração diclorometano (DCM) foi utilizada uma amostra do material vegetal (25 g) que foi submetida à maceração (cinco dias) com diclorometano (500 ml). O extrato diclorometano (apolar) foi filtrado, concentrado em rotavapor e liofilizado. O resíduo (marco) da droga vegetal foi submetido, após secagem em capela exaustão, à extração hidroalcoólica (etanol 70%) (500 mL) por maceração (cinco dias). O extrato hidroalcoólico (polar) foi filtrado, concentrado em rotavapor e liofilizado. As análises antiproliferativas avaliando 11 linhagens celulares foram realizadas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) utilizando cultura das células frente a concentrações crescentes das frações apolares e polares (0,25; 2,5; 25 e 250 µg/mL). A quantificação

Kriptsan Abdon Poletto Diel, Ana Lucia Tasca Gois Ruiz, Denise Bianchim Gomes, Silvana Muraro Wildner

da densidade óptica foi medida em espectrofotômetro utilizando-se o filtro de interferência de 550 nm após coloração com sulforrodamina B. O *software* estatístico utilizado foi o Origim 4.0 e os gráficos foram gerados a partir da comparação das médias. **RESULTADOS:** Ambos os extratos (apolar e polar) inibiram o crescimento das linhagens de células tumorais até a concentração de 250 µg/mL. O extrato polar inibiu o crescimento de linhagens tumorais somente em elevadas concentrações. No entanto, o extrato apolar revelou maior eficácia e seletividade, apresentando valores de inibição total de crescimento (TGI) de 52,80 e 55,69 µg/mL frente 786-0 (rim) e K-562 (leucemia), respectivamente. **CONCLUSÕES:** Em reduzidas concentrações do extrato diclorometano (apolar) revelou eficácia e seletividade frente às linhagens tumorais de rim e leucemia. Novas estratégias de trabalho preveem o isolamento de substâncias do extrato diclorometano e a realização de novas análises com as mesmas, prevendo um aumento na eficácia e seletividade.

Palavras-chave: *Alpinia zerumbet*. Antiproliferativa. Câncer.

Fonte financiadora: Unochapecó, Edital 383/2014, Artigo 170.

COOPERAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DA COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Lauri Luiz Kunzler¹, Rosana Maria Badalotti

¹ Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, lauri.luiz@gmail.com

INTRODUÇÃO: A região oeste catarinense possui expressiva importância no setor agropecuário estadual, especialmente nas atividades de produção de alimentos, o que pode representar uma ideia equivocada quanto ao seu desenvolvimento. A agricultura familiar é predominante na região, onde também é marcante a presença de grandes agroindústrias que desenvolvem sistemas de integração vertical focados na especialização de atividades e no aumento de escala de produção (MIOR, 2005). Nessa perspectiva também operam as grandes cooperativas, cujo viés empresarial/comercial é predominantemente alinhado ao sistema hegemônico do capitalismo de mercado, servindo-lhe de instrumento de penetração no campo e de subordinação dos agricultores. O processo de concentração e intensificação da produção é seletivo e excludente. Ao longo das últimas décadas, milhares de agricultores não integrados aos sistemas hegemônicos perderam as possibilidades de comercialização de sua produção, o que aumentou significativamente a diferenciação econômica, o empobrecimento e o êxodo rural (PLEIN, 2003). Por outro lado, como movimentos de resistência e construção de alternativas, novas formas de agregação de valor à produção, comercialização e cooperação foram organizadas na região. Mais democráticas e solidárias do que as cooperativas convencionais, as novas organizações têm o propósito de melhorar a condição social e econômica dos associados. Também mais horizontalizadas e descentralizadas, essas formas proporcionam o contato direto de produtores e consumidores, possibilitando maior renda aos primeiros e a preservação de uma identidade diferenciada no mercado. O foco da presente pesquisa é o estudo da atuação da Cooperativa Central Sabor Colonial como instrumento de viabilização da agricultura familiar. Do ponto de vista acadêmico e científico, o trabalho buscou atender ao objetivo da linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, *Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento*, que “[...] compreende estudos que objetivam analisar os processos econômicos, políticos, socioespaciais e culturais que configuram as dinâmicas da região oeste e/ou mesoregião da Grande Fronteira Sul, hierarquicamente dependentes do comércio externo do agronegócio [...]” (UNOCHAPECÓ, [s.d.]), na medida em que se propôs a analisar a ação econômica e política de um modelo organizacional cooperativo da região. **OBJETIVO:** Analisar estratégias de desenvolvimento rural e cooperação para a viabilização da agricultura familiar a partir da atuação da Cooperativa Central Sabor Colonial. Os objetivos específicos são: (a) identificar e compreender o processo de criação do modelo alternativo de cooperativismo; (b) caracterizar a organicidade, o perfil e as

Lauri Luiz Kunzler, Rosana Maria Badalotti

estratégias de ação da cooperativa central analisada; (c) avaliar os efeitos da ação da cooperativa central para as cooperativas e agroindústrias familiares nela inseridas; e (d) identificar os limites e as potencialidades de atuação da cooperativa analisada. **METODOLOGIA:** A pesquisa é um estudo de caso, de caráter qualitativo. O universo de pesquisa é composto pela Cooperativa Central, em toda a sua estrutura orgânica. Nesse sentido, os sujeitos investigados foram intencionalmente selecionados de acordo com sua representatividade. Foram aplicadas 11 entrevistas semiestruturadas contemplando a própria cooperativa central, três cooperativas filiadas, seis agroindústrias familiares rurais (AFRs) e uma organização não governamental (ONG) diretamente envolvida com o processo de construção do modelo alternativo de cooperação na região oeste. A análise e interpretação das informações se deu por meio de categorização, análise de conteúdo e hermenêutica dialética. **RESULTADOS:** O propósito da Cooperativa Central Sabor Colonial é estabelecer e coordenar meios de organizar a produção e impulsionar a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Sua estrutura formal é constituída conforme os parâmetros legais, com conselhos administrativo, fiscal e consultivo. Constatou-se que a infraestrutura administrativa e operacional é bastante limitada, o que está relacionado às dificuldades financeiras, comuns em organizações que não atuam sob o viés da acumulação/exploração econômica. A abrangência da Central é estadual, com 23 cooperativas filiadas, a maioria na região oeste, congregando mais de 3,5 mil associados e contendo em torno de 150 AFRs. No que se refere às estratégias de ação da Cooperativa Central, sua atuação principal é no Mercado Institucional de Alimentos (MIA), principalmente no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Identificou-se como potencialidades desse tipo de mercado a maior regularidade de preço e demanda, inclusive para produtos sem (ou de menor) valor agregado; maior segurança para os estabelecimentos de agregação de valor que estão iniciando; ampliação de vendas e venda de excedentes para os empreendimentos já consolidados. Por outro lado, como principais limites para esse tipo de mercado, foram identificadas dificuldades na regularidade de fornecimento, por eventual falta de produto; baixo preço ofertado nas chamadas para produtos com maior valor agregado; má vontade política dos governos na execução do Programa; concorrência das grandes cooperativas nos produtos não perecíveis; e logística dispendiosa. Todas as cooperativas e AFRs pesquisadas utilizam esse tipo de mercado. No mercado varejista, a Central intermedia e organiza a industrialização e comercialização do leite produzido por grande parte dos agricultores associados às cooperativas filiadas. Entretanto, a cooperativa investigada não atua no mercado varejista para os demais produtos, especialmente aqueles de maior valor agregado, o que representa uma possibilidade em potencial ainda não explorada. Os produtos coloniais/artesanais das AFRs carregam atributos de valor superior, muito apreciado pelos consumidores (DORIGON, 2010). Constatou-se que as AFRs e as cooperativas locais têm limitações na promoção e ampliação da comercialização dos produtos dessa natureza. Por outro lado, a Cooperativa Central representa a possibilidade de expansão e consolidação desse mercado mediante a configuração/construção de redes de comercialização com rotas mais longas, criação de campanhas de incentivo ao consumo de produtos diferenciados nos mercados locais e articulação com outros atores sociais para a organização da produção e comercialização de produtos orgânicos. **CONCLUSÕES:** A Cooperativa Central Sabor Colonial pode e precisa ampliar sua atuação para além do MIA. Seu potencial é tornar-se uma referência e uma via mercadológica para produtos de valor/qualidade superior. É necessário construir uma identificação forte da marca Sabor Colonial com esses atributos, o que só pode ser atingido em produção de pequena escala. Assim poderá dinamizar a comercialização/renda dos empreendimentos consolidados. Precisa também ser

Lauri Luiz Kunzler, Rosana Maria Badalotti

referência/suporte para aqueles empreendimentos em fase de implantação e para todos os outros associados das cooperativas filiadas. Como desafio estratégico, é necessário construir redes estruturadas e articuladas com outros atores, inclusive com órgãos de pesquisa e desenvolvimento, e desenvolver projetos de médio e longo prazos que enfoquem capacitação e formação empreendedora e inovadora, especialmente dos agricultores jovens.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Agricultura familiar. Cooperação alternativa.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

DORIGON, C. O Mercado Informal dos Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina. In: V ENEC – ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, I ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO. **Anais...** Rio de Janeiro, set. 2010. Disponível em: <http://estudosdoconsumo.com.br/wp-content/uploads/2010/09/1.3-_Clovis_Dorigon1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

MIOR, L. C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005.

PLEIN, C. **As metamorfoses da agricultura familiar**: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais**. Linhas de pesquisa. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/mestradopoliticas/info/linhas-de-pesquisa-5>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE PINHALZINHO (SC)

Lenoir Heisler¹, Irme Salete Bonamigo

¹Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, especialista em Juventude, Religião e Cidadania pela Faculdade Católica de Santa Catarina (Facasc) (2015), especialista em Gestão de Cooperativas de Crédito – Horus Faculdades (2013) e bacharel em Sistemas de Informação – Horus Faculdades (2009), lenoir.heisler@cresolcentral.com.br

INTRODUÇÃO: A Constituição Federal de 1988, no Artigo 204, institui como eixo fundamental a participação social na formulação, gestão e controle das políticas públicas desenvolvidas pelas esferas federal, estadual e municipal (ROCHA, 2009). Abers e Keck (2008) destacam que a redemocratização brasileira desencadeou níveis sem precedentes de demanda por participação dos cidadãos na vida pública, sendo os conselhos gestores de políticas públicas um dos principais expoentes desse processo. **OBJETIVO:** Promover o reconhecimento de um conselho gestor de políticas públicas, buscando identificar as suas competências e atribuições, os desafios presentes, sua dinâmica de funcionamento, seu histórico e os atores e organizações representadas. O objeto deste estudo foi o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário de Pinhalzinho (SC) (Condapi). **METODOLOGIA:** Foram realizadas: observação da reunião do Condapi, no dia 6 de maio de 2015, com registro em diário de campo; análise documental através da leitura das atas das reuniões dos últimos dois anos e do regimento interno, incluindo a análise da legislação pertinente ao Conselho; entrevistas semiestruturadas com três membros do Conselho, sendo um representante de entidade representativa (sindicato dos agricultores familiares), um representante do poder público (secretário de agricultura e presidente do conselho) e um agricultor (usuário). Os dados obtidos foram analisados à luz das discussões e leituras efetuadas no âmbito da disciplina de Participação e Governança Local, bem como de literatura específica relacionada ao tema do conselho estudado. **RESULTADOS:** A estruturação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural relaciona-se com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que indicou novas bases para a formulação das políticas públicas de desenvolvimento rural, tendo nos conselhos espaços apropriados para a manifestação de interesses e a tomada de decisão democrática (OLIVAL; SPEXOTO; RODRIGUES, 2007). O Condapi foi criado pela Lei n. 1190/97, inicialmente com o objetivo de ser o gestor do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar de Pinhalzinho (FUNDAFPI), tendo para tanto independência administrativa e financeira, a fim de dar suporte aos programas da Secretaria Municipal de Agricultura, buscando proporcionar à agricultura familiar fatores de produção a baixo preço ou a preço de custo, à vista ou por meio de financiamento (PINHALZINHO, 1997). Diversas mudanças e adequações foram efetuadas nas competências e dinâmicas de trabalho do Conselho, oriundas das diferentes visões dos gestores públicos que estiveram à frente da administração municipal, das exigências para repasses de recursos no âmbito estadual e federal, bem como do amadurecimento do

Lenoir Heisler, Irme Salete Bonamigo

processo participativo em todo território nacional. Atualmente, além de gerir o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário, o Conselho tem por objetivo ser um elo entre a comunidade e o poder público, contribuindo na formulação, avaliação e execução das políticas públicas relacionadas ao setor agropecuário do município, como pode ser observado na criação da Lei n. 2356/2013, formulada a partir das deliberações do Conselho. Tem ainda a função de possibilitar o acesso dos agricultores a programas a nível estadual e nacional (ex. Elegibilidade para acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário). O conselho é composto por 18 membros efetivos e 18 suplentes, sendo assim divididos: um representante do poder executivo municipal, sendo esse o secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente, também designado por lei como presidente do referido Conselho; um representante da câmara municipal de vereadores; um representante do sindicato dos agricultores familiares de Pinhalzinho; um representante do sindicato rural de Pinhalzinho; um representante da Cooperativa Regional Itaipu Ltda; um representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); um representante de cada uma das 12 comunidades do interior do município de Pinhalzinho. A escolha dos representantes efetivos e suplentes no Conselho se dá da seguinte forma: para as comunidades do interior, a escolha é feita a partir das reuniões ordinárias do Orçamento Participativo, com ampla divulgação na mídia local. As entidades, a câmara de vereadores e a Epagri fazem a indicação dos seus representantes. Após, ocorrido o processo de indicação, o prefeito municipal emite decreto homologando e dando posse aos membros, para um mandato de quatro anos. As reuniões ocorrem mensalmente, na primeira quinta-feira de cada mês e contam com participação média de 15 pessoas. No entanto, não foi possível confirmar se todas essas pessoas sejam realmente os conselheiros. O espaço encontra-se aberto à participação de toda sociedade. Seguindo, a agenda da reunião foi pautada por questões burocráticas, voltadas à aprovação de subsídios financeiros. Ao final, surgiram alguns questionamentos acerca dos programas desenvolvidos pela secretaria municipal de agricultura e meio ambiente, como o programa de internet no campo, coleta de lixo, asfaltamento rural, patrulhas agrícolas, distribuição de sementes, festa do agricultor e sucessão familiar. Segundo o secretário de agricultura e presidente do conselho, as decisões são tomadas de forma colegiada. “Nós temos a nossa opinião enquanto governo, mas buscamos ouvir, e a decisão final é dos membros. O que eles decidirem será feito.” (Presidente do Conselho). Corrobora a afirmação do conselheiro quando afirma que a decisão do Conselho é soberana. Porém, o mesmo destaca que a forma de condução do trabalho (pelo presidente) é que indica os caminhos a serem tomados: “[...] temos liberdade para discutir e apresentar ideias, mas a forma de como é conduzida a reunião ajuda o prefeito.” (Agricultor conselheiro). A atuação dos conselheiros ocorre além das reuniões, com a realização de visitas técnicas e de vistoria a empreendimentos, ações de valorização dos agricultores, como a realização da confraternização relativa ao dia do agricultor no mês de julho. O Condapi também possui um assento no Conselho Municipal Permanente de Desenvolvimento (Compede), responsável pela discussão permanente do plano diretor municipal. Nas entrevistas e observações de campo, pudemos identificar alguns desafios inerentes ao Conselho, como a necessidade de empoderamento dos conselheiros para desempenharem melhor suas funções, a fim de superar a visão burocrática, buscando ser mais propositivos e interferindo na agenda pública como sugerem Kleba, Comerlato e Frozza (2015), uma vez que grande parte dos pontos de pauta referem-se à aprovação de auxílios financeiros aos agricultores. A elaboração da ata contemplando todos os assuntos debatidos durante a reunião também é um desafio a ser alcançado, visto que na observação de campo percebemos que o Conselho efetuou várias discussões importantes que não constaram no documento final.

Lenoir Heisler, Irme Salete Bonamigo

Desde a constituição do Conselho, foram criadas organizações com público-alvo do setor agropecuário do município que não possuem representatividade no Condapi. Como exemplo, citamos a Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pinhalzinho e Região que possui foco nas agroindústrias familiares, produção orgânica e agroecológica, Movimento das Mulheres Camponesas e Associação de Criadores de Bovinos. Também não há representação oficial das instituições financeiras, responsáveis pelo repasse do crédito de fomento das atividades agropecuárias e de entidade representativa de assistência técnica. A necessidade da inclusão de mais representantes da sociedade civil pode ser ilustrada com uma discussão suscitada pelos conselheiros acerca do Pronaf, a qual não pode ser esclarecida devido à falta de conhecimento das normas regulatórias, que são de cunho mais técnico e de conhecimento mais intrínseco, das instituições repassadoras dos recursos do programa. Para Franco (1998), os incrementos de capital humano e capital social, que podem ser alcançados por meio da parceria entre Estado, mercado e sociedade civil, são os fatores que fazem a diferença, estimulando, intensificando e mudando de qualidade o processo de desenvolvimento local. E isso não diz respeito apenas à economia, mas também ao desenvolvimento social. Assim, a busca pela intersetorialidade não deve ser apenas uma estratégia técnica, administrativa ou gerencial, mas um processo político que objetiva a articulação das diferentes políticas públicas, dos interesses e jogos de poder presentes na sociedade civil e Estado. Corroborando, Pereira (2014) afirma que a tarefa de intersectorializar não é fácil, mas também não é impossível, desde que todos estejam conscientes de que vale à pena persegui-la em prol da democracia. O Condapi possui assento em outros conselhos como, por exemplo, o Conselho Municipal Permanente de Desenvolvimento (Compede) e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condema). Na leitura dos documentos, houve apenas a menção dos indicados a representar o Condapi nos demais conselhos, não havendo registros sobre a efetiva participação e troca de experiências debatidas. Outra fragilidade encontrada se refere à definição prévia do presidente do Conselho, ficando este sempre atrelado ao poder executivo municipal. Soma-se a esse o fato de que nem todos os conselheiros possuem clareza de suas funções e atribuições no Conselho, situação essa percebida nas entrevistas.

CONCLUSÕES: O processo de reconhecimento do Conselho, ao mesmo tempo que evidenciou alguns desafios, revelou as potencialidades resultantes da interação entre o poder público, entidades representativas e usuários. A expressiva representatividade dos usuários (agricultores), que detém 2/3 das vagas (12 das 18), merece atenção, uma vez que os conselhos também devem ser entendidos como uma instância de exercício de poder, onde a distribuição desigual dos recursos tem como consequência a distribuição desigual também de poder. Assim sendo, as práticas de participação nesse espaço podem colaborar para a democratização das relações ou, ao contrário, perpetua as desigualdades e a submissão (OLIVAL; SPEXOTO; RODRIGUES, 2007). Como potenciais presentes no conselho, citam-se: a dinâmica de encontros mensais, boa participação nas reuniões, superior a 15 pessoas conforme as atas avaliadas (últimos 24 meses), e a liberdade dos membros para trazer assuntos e efetuar debates, exemplo do tema sucessão familiar nas propriedades do meio rural, ocorrido no ato da visita. No entanto, permanece o desafio da intersetorialidade, da representatividade de organizações dos diversos segmentos correlatos ao meio rural, como os órgãos técnicos e de apoio e de setores como saúde, educação, esporte e cultura. Há necessidade de um debate com viés de desenvolvimento e sustentabilidade do meio rural em face ao debate puramente econômico que é apresentado pela maioria dos conselheiros (fator cultural e estímulo de algumas organizações). Assim, também se considera um desafio a participação feminina no espaço do Conselho, já que atualmente todos os conselheiros são do sexo

Lenoir Heisler, Irme Salete Bonamigo

masculino. Outro desafio é o empoderamento dos conselheiros para melhor desempenharem seu papel de promover uma participação ativa e qualificar as discussões realizadas no âmbito do Conselho. Considerando o recente processo de redemocratização e a cultura clientelista/assistencialista ainda presente no Estado e sociedade civil, o Conselho se constitui como um mecanismo importante na democratização da gestão pública, ao permitir a participação dos membros da sociedade civil na formulação, implantação e fiscalização das ações do poder público, contribuindo de forma significativa para aprimorar os processos de governança local, especialmente no setor agropecuário, tão acostumado à resolução dos problemas de forma isolada e independente.

Palavras-chave: Conselhos de políticas públicas. Pronaf. Rural.

Fonte financiadora: Unochapecó.

APERFEIÇOAMENTO DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO PERIFÉRICA EM CANTEIROS DE OBRAS

Letícia Nonnenmacher¹, Flávia Regina Pelissari, Marcelo Fabiano Costella

¹ Acadêmica de Engenharia Civil da Unochapecó, letician@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: As atividades desenvolvidas em canteiros de obras envolvem diferentes riscos em seus processos de execução, incluindo, por exemplo, a exposição do trabalhador a tarefas em altura. De acordo com Mendes Simões (2010), a queda de altura está entre as ocorrências mais comuns entre os profissionais da engenharia civil, sendo seu principal condicionante a falta de uso de Equipamentos de Proteção Coletiva e a conseqüente falta de prevenção. Classificados como Equipamentos de Proteção Coletiva, os Sistemas de Proteção Periférica são destinados a proteger operários contra quedas para um nível inferior e reter determinados materiais através de equipamentos como sistema guarda-corpo e rodapé, telas e redes de proteção. Com o aquecimento do setor, as normas estão sendo adaptadas e incorporadas com determinações cada vez mais rudes, obrigando quem não faz o uso das proteções necessárias ou quem faz uso de equipamentos sem conformidade a adequarem-se. Torna-se assim importante o surgimento de métodos de construção dos equipamentos de proteção que garantam o cumprimento de requisitos como segurança e eficiência, e proporcionem facilidade e economia aos envolvidos. O uso de patentes como fonte de informação tecnológica apresenta-se como possibilidade de se atingir o citado, já que fornece facilidade de consulta e informações exclusivas que as próprias normas não contemplam. **OBJETIVO:** Apresentar um estudo aprofundado em patentes relacionadas a Sistemas de Proteção Periférica, com o intuito de absorver as informações contidas nas mesmas e utilizá-las como fonte de informação tecnológica. A partir do exposto, visa-se propor possibilidades de aperfeiçoamento em equipamentos periféricos atualmente utilizados em canteiros de obras nacionais, proporcionando melhorias com base em requisitos estabelecidos por Peñaloza, Formoso e Saurin (2015). **METODOLOGIA:** Na busca por documentos de patentes foram utilizadas as bases de dados brasileira do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), americana do *United States Patent and Trademark Office* (USPTO) e europeia do *European Patent Office* (EPO). Foi adotada a tipologia de pesquisa prévia, comumente utilizada para fins de estudos, e avançada para o INPI; do tipo rápido em base de patentes, com texto e imagens completas para o USPTO; de acesso direto no caso do EPO. A fim de serem geradas apenas patentes referentes a Sistemas de Proteção Periférica, foi utilizado um método de pesquisa baseado na Classificação Internacional de Patentes (IPC), utilizando-se o código de classificação E04G 21/32. Esse diz respeito à sessão de construções fixas (E), à classe de edificações (04) e à subclasse G de andaimes; armações; fechamentos; implementos ou outros acessórios de construção ou seu uso; manipulação

Letícia Nonnenmacher, Flávia Regina Pelissari, Marcelo Fabiano Costella

de materiais de construção no canteiro de obras; reparo, demolição e outros trabalhos em edificações já existentes. Por fim, o grupo de patentes 21/32 engloba medidas de segurança ou proteção para pessoas durante a construção de edificações e está incorporado ao grupo 21/00, referente ao preparo, transporte ou manipulação dos materiais de construção *in situ*. Quanto aos filtros estabelecidos, foram excluídas da análise as patentes que não apresentavam-se nos idiomas português, espanhol ou inglês; não possuíam data de depósito, material original e completo; apresentavam invenções de dispositivos componentes de Sistemas de Proteção Periférica; possuíam data de depósito fora do intervalo 2010-2015. Ao serem aplicados os filtros, foi obtido um número total de 26 patentes coletadas, sendo três referentes ao INPI, quatro ao USPTO e 19 ao EPO. **RESULTADOS:** Após a realização de um estudo aprofundado das 26 patentes coletadas, essas foram resumidas de modo que incluíssem informações como material de fabricação e método de fixação do sistema. No caso de requisitos que não eram especificados pela invenção, os mesmos foram caracterizados como “Sem descrição”. A invenção “*Safety Guard Rail*” de Williams (2012), por exemplo, apresentava especificação de todos os requisitos estipulados, sendo informados em seu resumo: base, data de depósito e idioma; inventor(es); descrição da invenção; dimensões; distanciamentos; material de fabricação; método de fixação; método de desmontagem; e reutilização. Foram incluídas ainda figuras ilustrativas de cada equipamento, de modo a esclarecer melhor o propósito das patentes e seu funcionamento. **CONCLUSÕES:** Considerando que somente uma parcela dos objetivos estabelecidos pôde ser concluída no decorrer da pesquisa, é possível concluir neste primeiro momento que as patentes são capazes de contribuir na busca por melhorias nos Sistemas de Proteção Periférica utilizados em canteiros de obras, já que apresentam informações diretamente ligadas à técnica. Quanto às especificações e descrição das propostas de adaptações, as mesmas estão sendo desenvolvidas na disciplina de Monografia II do curso de Engenharia Civil da Unochapecó, onde o estudo vem recebendo continuidade como Trabalho de Conclusão de Curso.

Palavras-chave: Sistemas de Proteção Periférica. Canteiros de obras. Patentes.

Referências

MENDES SIMÕES, Tatianna. **Medidas de proteção contra acidentes em altura na construção civil**. 2010. 76 f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PEÑALOZA, Guillermina Andrea; FORMOSO, Carlos Torres; SAURIN, Tarcisio Abreu. Avaliação de requisitos de desempenho de Sistemas de Proteção Periférica (SPP). **Ambiente Construído** [online], v. 15, n. 4, p. 267-289, 2015.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA CONCEPÇÃO DE MONITORES E CRIANÇAS

Leticia Picoli Carus¹, Silvia Maria Alves de Almeida

¹Acadêmica de Pedagogia da Unochapecó, letipc@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O Programa Mais Educação, no Brasil, é uma proposta diferenciada à comunidade e às crianças que frequentam a escola da rede pública do primeiro ao quinto ano, partindo de uma visão de qualidade nos processos de ensino e aprendizagem, por meio de oficinas, atividades e situações de interesse das comunidades atendidas. Atualmente, acontece em várias escolas e regiões, em Chapecó (SC) foi instituído pela Portaria Interministerial n. 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral, bem como busca a qualidade na educação e a diminuição do índice de reprovações das escolas. Esse programa tem a intenção de promover a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar a comunidade escolar, sob a coordenação da escola e dos professores. Tendo em vista que a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens, o programa anda nessa perspectiva. Conforme afirma Gomes e Bisognin ([s.d.]), o programa Mais Educação, além de implementar a educação integral, visa o diálogo com as experiências que as crianças já trazem de seu cotidiano, sendo elas referentes aos conteúdos escolares, a convivência entre os sujeitos da comunidade escolar, visando a integração entre as escolas, instituições, políticas e programas sociais existentes, juntamente com a comunidade. No início de sua implantação, o programa atendia apenas escolas que apresentavam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), localizadas em capitais e regiões metropolitanas. A partir de 2010, o programa se estendeu a todas as regiões do Brasil e vem se ampliando essa política. A Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007, abrange 11 artigos nos quais referem-se a Educação Integral e o programa Mais Educação, contribuindo para que considerassem a ampliação do período e de permanência na escola, a proteção da criança sobre seus direitos e oportunizando o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Além de oportunizar os direitos referentes à vida, como saúde, alimentação, esporte e lazer, promovendo proteção social às crianças, jovens, bem como a suas famílias. Nesse sentido, considerando o programa Mais Educação proposto nas escolas do município de Chapecó, definimos como problema de pesquisa compreender como a proposta é concebida por monitores e crianças, quais os desafios e possibilidades desta para estes sujeitos. **OBJETIVO:** Conhecer quais os desafios e possibilidades da proposta pedagógica do programa Mais

Leticia Picoli Carus, Sílvia Maria Alves de Almeida

Educação; compreender como está organizada a proposta do programa Mais Educação; analisar de que forma o programa atende a comunidade escolar, considerando seus objetivos em proposta; compreender quais os desafios para monitores e crianças; conhecer como os monitores e as crianças concebem o programa Mais Educação. **METODOLOGIA:** A pesquisa parte da leitura da realidade numa abordagem qualitativa, a qual “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2013, p. 21). A população da pesquisa contou com seis monitores de duas escolas de Chapecó, oito alunos que fazem parte do programa e duas coordenadoras pedagógicas. Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa buscaram a análise documental, a observação participante e a entrevista semiestruturada. Na análise documental, analisamos os documentos do programa Mais Educação, os registros disponíveis na escola que são trabalhados com os alunos. Outro instrumento utilizado na pesquisa pressupôs a observação participante em todos os momentos em que os alunos estiveram em atividades dirigidas pelos monitores, que segundo Minayo (2013) pode ser considerada como uma base essencial no trabalho realizado em campo na pesquisa qualitativa. Fizemos uso também da entrevista semiestruturada com os monitores, coordenadores do programa e roda de conversa com as crianças. **RESULTADOS:** A pesquisa está em fase de finalização e os dados preliminares apontam que as atividades desenvolvidas no programa Mais Educação, dividem-se em oficinas de: orientação de estudo e leitura, história em quadrinhos, teatro, esporte, tecnologias educacionais, recreação e lazer/brinquedoteca. A partir da entrevista com as monitoras, percebemos que na opinião destas as oficinas auxiliam no processo de aprendizagem das crianças e dos adolescentes. A participação destes nem sempre é significativa, há faltas e os conteúdos algumas vezes se apresentam descontextualizados da realidade das crianças e da comunidade local. Quanto à formação das monitoras, percebemos que nem todas estão preparadas para o atendimento às crianças, o que leva a reprodução de práticas e de um ensino mais tradicional. Quanto às crianças que participam do projeto, estas dizem que gostam de atividades diferenciadas, de novidades, algumas motivam-se a vir, já outras frequentam e desenvolvem as atividades, sem muito interesse, só pelo fato de não ter outro lugar para ficar. **CONCLUSÕES:** As crianças e adolescentes têm direito à educação, esse direito é defendido no Artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2013, p. 17), o qual cita que: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” O direito que a criança e o adolescente têm à educação faz pensarmos que essa deve ser realmente de qualidade, adquirindo conhecimentos científicos, sociais, morais, os quais auxiliarão no crescimento e na construção da autonomia. No Artigo 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, manifesta que o processo educacional deve respeitar “[...] os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.” (BRASIL, 2010, p. 42). Considerando as informações até então obtidas na pesquisa e partindo dos direitos da criança a uma educação de qualidade, entendemos da importância de construir com os grupos que estão no programa uma proposta que faça sentido, que possibilite a ampliação do conhecimento a partir de outras metodologias e vivências que se diferenciem da sala de aula.

Palavras-chave: Programa Mais Educação. Qualidade na educação. Sentido.

Fonte financiadora: Unochapecó.

MUSEU VIRTUAL DA PUBLICIDADE E PROPAGANDA: LEVANTAMENTO HISTÓRICO DOS REGISTROS PUBLICITÁRIOS NOS VEÍCULOS IMPRESSOS DE CHAPECÓ (SC)

Lidianara Frohlich¹, Valéria Marcondes, Dirceu Hermes

¹ Acadêmica de Publicidade e Propaganda na Unochapecó

INTRODUÇÃO: O curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Comunitária da Região de Chapecó tem contribuído para a preservação da história regional. Por seu pioneirismo, entende-se ser o papel desse curso registrar a memória publicitária. Nessa perspectiva, o projeto Memória da Publicidade e Propaganda de Chapecó foi criado com intuito de contar a trajetória da publicidade e propaganda desde seu surgimento na década de 1980 até os dias atuais. O projeto visa auxiliar no desenvolvimento de pesquisas na área de comunicação social e sua relação com o mercado. **OBJETIVO:** Realizar um levantamento histórico dos registros publicitários nos veículos impressos dos principais jornais e revistas de Chapecó a partir da década de 1980. Através da catalogação, propõe-se a organização de um banco de dados que sirva como base de pesquisa analítica e preservação da memória regional. **METODOLOGIA:** A partir da pesquisa em acervos públicos e particulares, foram identificados e catalogados os materiais publicitários dos principais jornais e revistas impressos. Posteriormente, as peças foram digitalizadas e classificadas segundo tipologia, incluindo veículo de comunicação, anunciante e segmento da empresa, tipo e localização do anúncio. Depois de finalizados os trabalhos de registros dos principais agentes e construtores da Publicidade e Propaganda local e regional, parte-se para estudo e análise dos anúncios nos jornais impressos. **RESULTADOS:** Esta pesquisa faz parte de um projeto de longa duração. Neste ano, foi realizada a catalogação dos anúncios do jornal *Diário da Manhã* da década de 1980, que compreende os anos entre 1980 até 1991, resultando na digitalização e categorização segundo tipologia dos materiais publicitários. Esse material servirá de subsídio para o *site* do Museu Virtual da Publicidade e Propaganda de Chapecó e região, disponível em: <<http://memoriachapeco.wix.com/publicidade>>. **CONCLUSÕES:** O levantamento de dados e registros da memória publicitária regional contribui para o desenvolvimento da comunicação social na medida em que possibilita compreender o contexto sócio-histórico e os modos de produção dos anúncios impressos desde 1980. Conhecer e entender o nascimento da Publicidade e Propaganda servirá de base para pesquisas futuras e, sobretudo, como forma de garantir a preservação da memória da publicidade regional. O banco de dados em formação permite reviver a história da publicidade, do setor produtivo e do comércio ao longo dos anos. Além de permitir a criação do Museu Virtual da Publicidade e Propaganda de Chapecó e Região onde serão arquivados e disponibilizados todos os materiais publicitários compreendidos nesta pesquisa.

Fonte financiadora: Unochapecó.

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE CULTIVARES DE MORANGUEIRO (*FRAGARIA X ANANASSA DUCH.*) NO OESTE CATARINENSE

Liziane Cássia Carlesso¹, Gean Lopes da Luz, Cristiano Reschke Lajús

¹ Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão da Inovação (PPGTI) da Unochapecó, liziane-cc@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O morangueiro é uma cultura de importância econômica e social em diversos países, principalmente nos Estados Unidos e em alguns países europeus. Entretanto, houve aumentos expressivos de produção em outros países fora desse eixo, inclusive latino-americanos (VIEIRA, 2001). No Brasil, pode-se notar que a cultura do morangueiro é uma importante atividade de famílias de pequenos e médios agricultores, com produção que corresponde a cerca de 38 mil toneladas em uma área estimada de 3,5 mil hectares, com destaque para Minas Gerais (41,4%), Rio Grande do Sul (25,6%) e São Paulo (15,4%) (OLIVEIRA et al., 2009). Pode-se dizer que, contrária a outras em que se faz necessário uma grande produção para lograr lucro ao produtor, a cultura do morango é rentável em pequenas áreas, utilizando a disponibilidade da mão de obra familiar e os resíduos orgânicos, fatores que ampliam espaço para crescimento desse cultivo, tornando uma alternativa economicamente viável ao produtor. Dentre as pequenas frutas, o morango é uma das mais importantes, pois apresenta paladar apreciado, versatilidade de uso, elevado retorno financeiro ao produtor e, ainda, tem despertado atenção por ser fonte de princípios bioativos, como as vitaminas C e E, β -caroteno e compostos fenólicos, principalmente antocianinas, chamados de compostos funcionais (OSZMIANSKI; WOJDYLO, 2009). O processamento mínimo do morango visa manter as características sensoriais e agregar valor aos mesmos, além de inovar, conferindo conveniência ao produto, melhorando o manuseio pós-colheita com consequente redução de perdas e melhora na qualidade do produto. Sabe-se que um produto com melhores características físico-químicas gera maior garantia de aceitação pelo consumidor, além de determinar o aumento do rendimento no processo de industrialização (SOUZA, 2005). Assim, diversos fatores de conservação pós-colheita e de produção devem ser considerados para a melhora da qualidade da cultura do morangueiro, uma vez que aliar qualidade e alta produtividade disponibiliza melhores produtos ao consumidor e é importante estímulo ao produtor. A utilização de novas tecnologias para o aprimoramento de sistemas de produção de morangos vem seguindo os princípios da sustentabilidade, garantindo a segurança dos produtores, consumidores e do ambiente, com métodos ecologicamente mais seguros, objetivando minimizar os efeitos colaterais indesejáveis, para contribuir na melhora do aproveitamento dos nutrientes e, conseqüentemente, da saúde humana. A produção integrada é uma consolidação do melhor conhecimento agrônomo disponível de modo a produzir frutas de alta qualidade de maneira ambientalmente sustentável, preservando o meio ambiente, conservando e melhorando o solo (EMBRAPA, [s.d.]). Dessa forma, aliar a

Liziane Cássia Carlesso, Gean Lopes da Luz, Cristiano Reschke Lajús

investigação das características de qualidade de diferentes cultivares de morango com a produtividade, influenciadas por um dos fatores importantes na nutrição da cultura, a oscilação de temperaturas, é necessário para apontar as fontes e otimizar as condições de produção, a fim de manter ou incrementar a qualidade e os benefícios na dieta da população, para promoção da saúde. **OBJETIVO:** Avaliar quantitativa e qualitativamente cultivares de morangueiro (*Fragaria X ananassa* Duch.) cultivadas no oeste catarinense. **METODOLOGIA:** O experimento foi conduzido no setor de hortaliças do Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar (Cepaf), da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), em Chapecó (SC). O clima da região é classificado como subtropical úmido com chuvas bem distribuídas no verão. O solo da área experimental é caracterizado como Latossolo Roxo. A adubação foi realizada conforme a análise de solo, sendo utilizada adubação orgânica: cama de aviário, calcário e fosfato natural. A irrigação foi feita por aspersão e monitorada visualmente (LIMA, 1999). As condições climáticas para fins referenciais foram obtidas junto à estação meteorológica do Cepaf, da Epagri. O delineamento experimental foi o de Blocos ao Acaso, com quatro repetições, utilizando 28 plantas por parcela, considerando as dez plantas centrais como plantas úteis. As parcelas constaram de 1,20 m de largura x 2,10 m de comprimento, com espaçamento entre linhas de 0,30 m. As duas linhas de plantas externas tiveram a função de bordadura, com o objetivo de reduzir os efeitos climáticos externos (vento, temperatura e luminosidade). As cultivares avaliadas foram Camarosa, Dower e Aroma, com mudas provenientes da primeira multiplicação do material em cultura de tecido. Após o plantio, foi realizada deposição de cobertura morta de acículas de pinus, e os tratamentos fitossanitários foram realizados de acordo com as necessidades, mediante observação e monitoramento permanente das plantas. Durante o ciclo da cultura, foi realizado o toailete, com o objetivo de retirar partes atacadas por pragas e moléstias e possíveis plantas espontâneas. As características qualitativas e quantitativas das cultivares foram avaliadas pela coleta dos dados de uma amostra de dez frutos retirados mensalmente de cada tratamento. Foram medidos os teores de açúcar (°Brix) e a acidez total das amostras, bem como determinada a massa de frutos por planta (g), o número de frutos por planta, o rendimento total ($t\ ha^{-1}$) e as porcentagens de frutos comerciáveis e defeituosos. Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F, através do *software* Sisvar e as diferenças entre médias foram comparadas pelo teste de Tukey ($p \leq 0,05$). **RESULTADOS:** O teor de açúcares das cultivares Dover e Aroma foi aproximadamente 0,5 °Brix, superior ao da cultivar Camarosa. Tal fato pode ser atribuído às condições climáticas ocorridas no período experimental, uma vez que o comportamento fisiológico do morangueiro está ligado à temperatura e ao fotoperíodo, favorecendo mais uma cultivar e desfavorecendo outra, conforme suas características adaptativas. Este último é o fator ambiental que controla a transição do crescimento vegetativo para o reprodutivo (COSTA, 2005). Cada cultivar requer um número de horas de luz, necessário para se obter um bom desenvolvimento da cultura e boa produtividade. Para o desenvolvimento vegetativo do morangueiro é imprescindível o calor (RESENDE et al., 2010), enquanto a produção de mudas requer, além de temperaturas acima de 25 °C, a ocorrência de dias longos (VILLELA JÚNIOR; ARAÚJO; FACTOR, 2004). As temperaturas do período de experimento variaram entre -2 e 29 °C, com médias entre 4 e 24 °C. O favorecimento da floração e frutificação é considerado ótimo em temperaturas abaixo de 15 °C, enquanto acima de 25 °C são desfavorecidas (ANTUNES; DUARTE FILHO, 2005). Para a cultivar Oso Grande, encontrou-se valor médio de 7,39 °Brix; para a cultivar Tudla, 6,52 °Brix; para a cultivar Chandler, 7,69 °Brix; enquanto para a cultivar Dover, o valor médio foi 7,35 °Brix. Dados que corroboram aos observados neste estudo (ANTUNES et al., 2006).

Liziane Cássia Carlesso, Gean Lopes da Luz, Cristiano Reschke Lajús

A temperatura ótima para desenvolvimento da cultura encontra-se principalmente em países temperados, variando entre 10 e 26 °C (CQFS, 2004), porém a cultura responde bem a regiões tropicais de elevada altitude como as Filipinas, que possuem temperatura variando entre 12 e 26 °C (DIAS et al., 2007), próximas às encontradas no período analisado no presente trabalho, demonstrando existirem na região características climáticas adequadas para a produção de morangos. Em relação ao pH dos frutos, o comportamento teve tendência inversa ao apresentado na avaliação do teor de açúcares, destacando a cultivar Camarosa o pH menos ácido, significativamente diferente das demais cultivares. Dessa forma, é possível fazer a correlação de que quanto mais doce (mais alto o grau °Brix), menos acidez os frutos têm. Esse comportamento pode ser explicado também pela suscetibilidade da cultivar Camarosa a várias moléstias, tais como mancha de micosferela, antracnose do caule e do fruto e mofo cinzento (SANTOS, 1993), diminuindo a taxa fotossintética e, conseqüentemente, a produção de açúcares. Resultados semelhantes foram encontrados por Grossi e Nesi (2008), que verificaram que o pH das cultivares Aroma, Camarosa, Festival e Saborosa ficou entre 3,2 a 3,5. Conforme os resultados, a cultivar Camarosa apresenta massa de frutos por planta, número de frutos por planta e rendimento maior em, respectivamente, 15%, 12% e 9% do que a média das demais cultivares avaliadas. Porém, nota-se que, em contrapartida, a porcentagem de frutos defeituosos da cultivar Camarosa apresenta-se 33,4% superior à média das cultivares Dover e Aroma. Portanto, por mais que a cultivar Camarosa tenha maior rendimento, a porcentagem de podridão de frutos também é maior quando comparada às demais cultivares estudadas, conseqüentemente, o aproveitamento dos frutos comerciáveis torna-se, em média, 33,4% inferior. Os resultados desse experimento equiparam-se a um estudo (MENDONÇA, 2011) no qual foram avaliadas as cultivares Camino Real, Camarosa, Florida Festival, San Andreas, Portola, Monterey e Ventana quanto a sua produção. Desses cultivares, a Camarosa apresentou maior porcentagem de frutos deformados. Nota-se, dessa forma, que as cultivares Dover e Aroma têm maior produção de frutos comerciáveis, bem como menor acidez e maior teor de açúcares do que a cultivar Camarosa, sendo, portanto, a Dover e Aroma, primeiras, por suas características qualitativas e quantitativas, indicadas para cultivo na região oeste de Santa Catarina. **CONCLUSÕES:** Nas condições em que o experimento foi conduzido, os resultados obtidos permitem concluir que as cultivares Dover e Aroma apresentam os melhores aspectos qualitativos e quantitativos, sendo, portanto, recomendadas para o cultivo na região oeste de Santa Catarina.

Palavras-chave: Morango. pH. °Brix. Produtividade.

Referências

ANTUNES, L. E. C.; DUARTE FILHO, J. **Sistema de Produção de Morango**. Embrapa Clima Temperado, 2005. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Morango/SistemaProducaoMorango/index.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2008.

ANTUNES, O. T. et al. Floração, frutificação e maturação de frutos de morangueiro cultivados em ambiente protegido. **Horticultura Brasileira**, v. 24, n. 4, 2006.

COSTA, F. A cultura do morango orgânico. **Escala Rural**, São Paulo, ano 5, n. 36, p. 38-41, jan. 2005.

Liziane Cássia Carlesso, Gean Lopes da Luz, Cristiano Reschke Lajús

CQSF – Comissão de Química e Fertilidade do Solo – RS/SC. **Manual de adubação e calagem para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina**. 10. ed. Porto Alegre, 2004.

DIAS, M. S. C. et al. Produção de morangos em regiões não tradicionais. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 28, 2007.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Informática agropecuária. **Base de dados pesquisa Agropecuária**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.cnptia.embrapa.br/cgi_bin/útil>. Acesso em: 23 nov. 2008.

GROSSI, R.; NESI, C. **Adaptação dos diferentes cultivares de morangueiro (fragaria x ananassa Duch.) em sistema orgânico de túnel baixo na região oeste catarinense**. 2007. 27 f. Monografia (Conclusão do Curso de Agronomia) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2008.

LIMA, L. C. de O. Qualidade, Colheita e Manuseio Pós-Colheita de Frutos de Morango. Morango: Tecnologia Inovadora. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 20, n. 198, p. 80-83, maio/jun. 1999.

MENDONÇA, H. F. C. **Produção e qualidade de morangos em cultivo protegido consorciado com a figueira**. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

OLIVEIRA, R. P. et al. **'Earlibrite'**: nova cultivar de morangueiro recomendada para o Rio Grande do Sul. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, set. 2009. 20 p.

OSZMIANSKI, J.; WOJDYLO, A. Comparative study of phenolic content and antioxidant activity of strawberry puree, clear, and cloudy juices. **European Food Research and Technology**, v. 228, p. 623-631, 2009.

RESENDE, J. T. V. et al. Produtividade e teor de sólidos solúveis de frutos de cultivares de morangueiro em ambiente protegido. **Horticultura Brasileira**, v. 28, 2010.

SANTOS, A. M. **A cultura do morango**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, centro de pesquisa agropecuária de clima temperado. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 35 p.

SOUZA, C. L. de. **As hortaliças e seu cultivo**. 2. ed. Campinas: Fundação Cargill, 2005. 448 p.

VIEIRA, F. C. V. **A cultura do morangueiro**. Fruticultura - Preços Agrícola. Janeiro, 2001.

VILLELA JÚNIOR, L. V. E.; ARAÚJO, J. A. C.; FACTOR, T. L. Análise do resfriamento da solução nutritiva para cultivo hidropônico do morangueiro. **Engenharia Agrícola**, v. 24, 2004.

TEOR DE NITRATO EM PSEUDOFRUTOS DE MORANGO (FRAGARIA X ANANASSA DUCH.) CULTIVADOS EM SISTEMAS SEMI-HIDROPÔNICO E ORGÂNICO

Liziane Cássia Carlesso¹, Fabiana Casarin, Cristiano Reschke Lajús

¹ Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão da Inovação (PPGTI)
da Unochapecó, liziane-cc@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A cultura do morangueiro tem se destacado nos últimos anos como uma das principais hortaliças-fruto cultivadas e consumidas no Brasil e em nível de mundo, demonstrando crescente demanda deste produto nos mercados locais (ANTUNES et al., 2007). A fruta apresenta paladar apreciado em diversas regiões do mundo, versatilidade de uso, elevado retorno financeiro ao produtor e, ainda, nos últimos anos, tem despertado atenção por ser fonte de compostos bioativos, como as vitaminas C e E, β -caroteno e compostos fenólicos, principalmente antocianinas (ANTUNES et al., 2007). A qualidade físico-química e nutricional do fruto do morangueiro é determinada geneticamente e pode sofrer influência do ambiente de cultivo em função, principalmente, da luz, temperatura e umidade relativa do ar, sistema agrícola de cultivo, adubações, tipo de solo, ponto de maturação na colheita, condições de armazenagem, transporte e embalagem. A qualidade dos alimentos, que englobam as questões sanitárias, organolépticas e nutricionais, é de grande preocupação por parte dos consumidores e produtores. Entre as características nutricionais estudadas, a concentração de nitrato em pseudofrutos de morangos destaca-se pela possibilidade de ser nociva à saúde humana. O nitrogênio é um elemento essencial, ele exerce, nas plantas, função estrutural na formação de aminoácidos, proteínas, enzimas, coenzimas, vitaminas e pigmentos, como nas moléculas de clorofila, determinando o crescimento e o desenvolvimento das plantas e a produtividade dos cultivos. Seus efeitos são ligados ao aumento da área foliar, sendo utilizado em grandes quantidades em adubações de folhosas, como a alface, em que a parte comercial é a parte vegetativa. Os nitratos estão presentes em todas as plantas e são fontes essenciais de nitrogênio para o seu crescimento normal. No solo, a maior parte do nitrogênio absorvido pelas plantas está na forma de nitrato. No sistema hidropônico, o nitrogênio também é fornecido em sua maior parte sob a forma de nitrato, uma vez que o amônio fornecido acima de 15% do nitrogênio total da solução e 30% do nitrogênio total da solução pode ser fitotóxico, causando reduções no rendimento e na qualidade das plantas. **OBJETIVO:** Portanto, em decorrência da busca cada vez mais frequente de conhecimentos com relação à presença e efeitos dessas substâncias nos alimentos por profissionais das áreas de saúde, agricultura e agroindústria, além da população em geral, este artigo pretende avaliar o teor de nitrato em pseudofrutos de frutos de morango cultivados em sistemas semihidropônico e orgânico. **METODOLOGIA:** As amostras de pseudofrutos de morango foram coletadas em dois pontos de venda no município de Chapecó (SC), entre 24 e 28 de março de 2015. Foram coletadas dez amostras de

Liziane Cássia Carlesso, Fabiana Casarin, Cristiano Reschke Lajús

plantas de pseudofrutos de morango produzidas em sistema semi-hidropônico e dez amostras de pseudofrutos de morango produzidas em sistema orgânico. Em cada uma das coletas, foram selecionados dois frutos de cada amostra com aproximadamente 25 a 30 g e imediatamente congelados a $-5\text{ }^{\circ}\text{C}$. No momento da avaliação os mesmos foram lavados em água corrente, destilada e deionizada, triturados e colocados para secar em estufa com circulação de ar a $60\text{ }^{\circ}\text{C}$ até peso constante e, após, foram moídos. Em subamostras secas dispostas na forma de triplicatas foi determinado o teor de nitrato, através da metodologia descrita por Cataldo e colaboradores (1975). Os dados coletados foram submetidos à análise de variância (Anova) através do teste F, e as diferenças entre as médias foram comparadas pelo teste de Tukey ($P \leq 0,05$). **RESULTADOS:** A análise de variância revelou efeito significativo ($P \leq 0,05$) dos tratamentos em relação a variável teor de nitrato. Os pseudofrutos de morango produzidos no sistema semi-hidropônico apresentaram diferenças significativas em relação aos pseudofrutos de morango produzidos no sistema orgânico, ou seja, no sistema semi-hidropônico o teor de nitrato foi de $85,00\text{ mg}\cdot 100\text{g}^{-1}$ e no sistema orgânico o teor de nitrato foi de $56,00\text{ mg}\cdot 100\text{g}^{-1}$. Estes resultados estão de acordo com os resultados obtidos em uma pesquisa conduzida por pesquisadores do Instituto Agrônomo do Paraná/IAPAR, os quais compararam o teor de nitrato em diferentes sistemas de cultivo, ou seja, sistema orgânico (uso de compostos orgânicos e esterco de bovino, como fonte de N), convencional (uso de Ureia, NO_3^- , NH_4^+ , cama de aviário como fonte de N) e hidropônico (estando o N na forma de NO_3^- e NH_4^+ , fornecido em solução nutritiva) e mostraram que o teor de nitrato variou entre 250 a 11.600 mg/kg , em que as menores concentrações de nitrato foram aquelas cultivadas em sistema de produção orgânico. Conforme a Organização Mundial de Saúde, a ingestão diária aceitável de nitrato para o homem é de 5 mg/kg de peso corporal. Portanto, um adulto com 75 kg não deve ingerir mais de 375 mg/dia de nitrato, o que torna possível o consumo de até $14,71$ pseudofrutos de morango, com peso de 30 g produzidos no sistema semi-hidropônico e $22,32$ pseudofrutos de morango produzidos no sistema orgânico. Atualmente, as pesquisas estão se voltando para a desmitificação dos males causados pelo nitrato, surgindo inclusive citações sobre importantes funções do nitrato no organismo humano, principalmente com funções de defesa contra patógenos. A toxidez do nitrato em humanos, por si, é baixa, mas de 5 a 10% do NO_3^- ingerido na alimentação é convertido a nitrito (NO_2) na saliva bucal ou por redução gastrointestinal. Na China, um estudo epidemiológico em população com alto risco para câncer de esôfago confirmou evidências de que a dieta com alto consumo de nitrosaminas e seus precursores (nitratos e nitritos) e com baixo nível de inibidores de nitrosação (vitaminas C e E) são grandes fatores de risco. Há cuidados adicionais para bebês, crianças, grávidas e pessoas com problemas gástricos, devem evitar legumes ricos em nitratos. As crianças, pela imaturidade do seu organismo, são mais vulneráveis. A exposição materna a altos níveis de nitratos e nitritos pode representar sérios riscos de aborto, nascimento prematuro, anemia e pré-eclâmpsia. Nitratos têm sido também detectados em leite materno, devido ao aumento do consumo de nitrato pela mãe. O risco de os nitritos atravessarem a placenta e danificarem o feto impede as grávidas de consumirem legumes que tendem a acumular mais nitratos. Em pessoas com distúrbios gástricos, a conversão de nitratos em nitritos pode ser maior, daí que devam evitar legumes mais ricos nesta substância. A presença de nitratos só se verifica quando há ingestão de elevadas quantidades para crianças nesse caso, ou seja, mais de duzentos gramas por dia. Conforme as ingestões diárias preconizadas pela OMS, citadas acima, para bebês de em média sete meses e com peso de em torno 8 kg , o consumo preconizado diante dos níveis encontrados de nitratos, sem cultivar orgânico, são de $2,3$ pseudofrutos, e de semi-hidropônico de $1,5$ pseudofrutos. E para uma criança de

Liziane Cássia Carlesso, Fabiana Casarin, Cristiano Reschke Lajús

15 meses e peso na faixa de 12 kg, o indicado são 3,57 pseudofrutos do cultivo orgânico e 2,35 pseudofrutos do sistema semi-hidropônico. A sensibilidade de nitratos e nitritos na idade infantil é muito maior à medida que a criança é enfraquecida e desnutrida. O nitrito, presente no organismo infantil, age sobre a hemoglobina, oxidando o ferro ao estado férrico, impedindo assim a função normal da hemoglobina no transporte de oxigênio. Estudos epidemiológicos indicam associação entre exposição a altos níveis de nitratos e aumento da incidência de tumores cerebrais, leucemia e tumores de nasofaringe em crianças. Outros efeitos crônicos incluem: diabetes em crianças, aumento da diurese, depósito de amido e sangramento do baço. Levando-se em conta que indivíduos de diferentes faixas etárias podem vir a consumir estes produtos e que as três maiores concentrações correspondem a valores da IDA acima do peso médio de 60 kg, padronizado pela FAO, o consumo destes alimentos pode representar riscos à saúde, tanto para crianças quanto para adultos. Ainda existe grande divergência no que tange ao assunto nitrato e à saúde humana, dessa forma, mais estudos clínicos do papel do nitrato no organismo humano devem ser realizados, com o propósito de esclarecer se sua ingestão é benéfica ou prejudicial à saúde. **CONCLUSÕES:** Os pseudofrutos de morango cultivados em sistema orgânico apresentam menor teor de nitrato quando comparados aos pseudofrutos de morango produzidos no sistema semihidropônico. O uso de adubação nitrogenada química e/ou orgânica deve ser criterioso, para se evitar problemas ambientais com nitritos e nitratos. Crianças a partir dos seis meses, em média, são grupo de risco em se tratando de intoxicações por nitratos. Para melhor estimativa do risco, são imprescindíveis estudos que caracterizam a dieta habitual dos indivíduos e a sua relação com a saúde, especialmente os de consumo alimentar que incluam alimentos fontes de nitratos e nitritos, para identificação da dieta local e dessa forma contribuir para prevenção e redução dos riscos de câncer. A promoção da qualidade sanitária dos alimentos deve ser uma prioridade na agenda da saúde pública, uma vez que a disponibilidade de alimentos seguros, além de melhorar a saúde das pessoas e a produtividade de um país, é um direito básico dos cidadãos.

Palavras-chave: Pseudofrutos de morango. Sistemas de cultivo. Teor de nitrato.

Referências

- ALMEIDA, M. E. M. de; MARTIN, Z. J. de; MAKIYAMA, P. A. A. Industrialização do morango. **Informe Agropecuário**, Minas Gerais, v. 20, n. 198, p. 84-88, 1999.
- ANTUNES, L. E. C. et al. Produção integrada de morango (PIMo) no Brasil. Morango: conquistando novas fronteiras. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 28, n. 236, p. 34-39, 2007.
- BOINK, A.; SPEIJERS, G. Health effect of nitrates and nitrites, a review. **Acta Horticulturae**, n. 563, p. 29-36, 2001.
- FAQUIN, V. et al. Crescimento e concentração de nitrato em alface sob influência da relação $\text{NO}_3^-:\text{NH}_4^+$ e cloro na solução nutritiva e do horário de colheita. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO DE PLANTAS, 21., 1994, Petrolina. **Anais...** Petrolina: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1994.

Liziane Cássia Carlesso, Fabiana Casarin, Cristiano Reschke Lajús

- KONO, S.; HIROHATA, T. Nutrition and stomach cancer. **Cancer Causes Control**, v. 7, n. 1, p. 41-55, 1996.
- LEIFERT, C.; FITE, A.; LI, H.; GOLDEN, M.; MOWET, A.; FRAZER, A. Human health effects of nitrate. In: IFA. **Agricultural Conference on Managing Plant Nutrition**. Barcelona: IFA, 1999. 9 p.
- MAYNARD, D. N.; BARKER, A. V.; MINOTTI, P. L.; PECK, N. H. Nitrate accumulation in vegetables. **Advances in Agronomy**, New York, v. 28, p. 71-118, 1976.
- OSZMIANSKI, J.; WOJDYLO, A. Comparative study of phenolic content and antioxidant activity of strawberry puree, clear, and cloudy juices. **European Food Research and Technology**, v. 228, p. 623-631, 2009.
- PEREIRA, G. I. S. et al. Avaliação química da folha de cenoura visando ao seu aproveitamento na alimentação humana. **Ciência Agrotécnica** [online], v. 27, n. 4, p. 852-857, 2003.
- SCHWARTZ, K. **Adubação potássica na produtividade e qualidade do morangueiro cv. Camarosa**. 2012. 15 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2012.
- USEPA-U.S. Environmental Protection Agency. **Nitrates and Nitrites**: TEACH Chemical Summary. Toxicity and Exposure assesement for childrens health. 2007. Disponível em: <http://www.epa.gov/tech/chem_summ/Nitrates_summary.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- ZITO, R. K. et al. Fontes de nutrientes, relações nitrato: amônio e molibdênio, em alface (*Lactuca sativa*) produzida em meio hidropônico. **Ceres**, Viçosa, v. 41, n. 236, p. 419-430, 1994.

COMUNICAÇÃO DO GOVERNO MIGLIORINI EM CHAPECÓ (1983-1988) A PARTIR DAS CAPAS DO JORNAL *DIÁRIO DA MANHÃ*

Liziane Vicenzi¹, Vagner Dalbosco

¹ Acadêmica de Jornalismo da Unochapecó, lizivicenzi@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O presente trabalho reflete a segunda etapa de uma pesquisa de iniciação científica que objetiva compreender a exposição do Governo de Ledônio Faustino Migliorini, ex-prefeito de Chapecó (SC), nos anos de 1983 a 1988, nas capas do jornal *Diário da Manhã*. A pesquisa se justifica para preencher uma lacuna sobre estudos em comunicação política governamental no município de Chapecó. Migliorini foi escolhido por ser o primeiro prefeito de Chapecó pós-redemocratização do Brasil, permitindo trazer à tona informações acerca do próprio contexto político que envolveu o determinado período da história. A importância da pesquisa também está em estudar o único meio de comunicação impresso de uma época que não existia internet, e a televisão recém havia chegado a Chapecó. **OBJETIVO:** Analisar o governo de Ledônio Migliorini a partir do estudo das capas do jornal *Diário da Manhã*, identificando como se deu a presença do governo Migliorini no jornal, mapear os temas relacionados ao governo que eram destaque na época e perceber a ênfase dada pelo jornal às pautas do governo municipal. **METODOLOGIA:** O conteúdo foi analisado através da metodologia da amostra por semana composta, de terça a domingo, já que não havia edição nas segundas-feiras, resultando em um total de 147 edições no período em que Migliorini exerceu o mandato de seis anos. Os periódicos foram localizados na Biblioteca Pública Neiva Maria Costella de Chapecó. O estudo é a sequência de uma pesquisa realizada em 2014, que analisou a comunicação institucional no governo de Migliorini em Chapecó, identificando a estrutura de comunicação governamental, as peças de comunicação produzidas e a imagem-conceito que se buscava construir. Cada edição foi analisada no sentido de identificar a presença do governo na capa e a forma que ela ocorria, com a classificação do conteúdo em categorias previamente estabelecidas, à luz dos conceitos de Imagem Pública (WEBER, 2009), Política de Imagem (WILSON GOMES, 2004) e da Teoria da Agenda Setting (MCCOMBS, 2009). As matérias jornalísticas eram categorizadas conforme os seguintes temas: Evento/Agenda; Obra; Gestão Municipal; Política Partidária; e Política Pública. Ao todo, foram 147 edições e 176 conteúdos, pois algumas edições apresentaram mais de um conteúdo do governo na capa. Para classificar o assunto em “Evento/Agenda”, era levado em conta aspectos como reuniões, encontros políticos ou demais eventos que estivessem na agenda pública do governo; “Obra” compreendia todas as ações de infraestrutura urbana e rural, além de inaugurações; “Gestão Municipal” compreendia assuntos relacionados a secretarias, pastas e departamentos do governo, que se referissem apenas ao governo; “Política Partidária” englobou temas referentes ao partido de Ledônio, na

Liziane Vicenzi, Vagner Dalbosco

época PMDB, alianças políticas, encontros do partido; por último, “Política Pública” consistia em temas envolvendo leis, programas e serviços voltados aos direitos da população. Em seguida, em cada categoria as matérias foram classificadas em 23 subtemas: Administrativo, Agricultura, Assistência Social, Articulação Política, Audiência Pública, Cultura, Desastre Natural, Economia, Educação, Efapi, Eleições, Eleições 1988, Obras, Esporte, Infraestrutura Interior, Infraestrutura Urbana, Lazer, Meio Ambiente, Plano de Governo, Reuniões, Saúde, Prefeito e Governo Descentralizado. Posteriormente, os conteúdos eram classificados conforme sua exposição: favorável, desfavorável ou neutra em relação ao governo. Também foram analisadas a presença do prefeito na manchete, nos textos e nas imagens. **RESULTADOS:** Os resultados demonstram que o governo Migliorini esteve na capa em 147 edições, totalizando 176 conteúdos. De 241 edições analisadas, o governo foi notícia de capa em 147 (60,1%), dos quais, em 29 edições (19,7%) havia duas ou mais notícias do governo na capa, totalizando 176 conteúdos em que o governo foi notícia. Os temas mais citados foram Evento/Agenda (46,6%) seguido de Obra (21%). Com base nas análises é possível perceber que o tema Evento/Agenda predomina entre os conteúdos, com 46,7%. As principais notícias (subtema) nesse campo foram relacionadas a Reuniões (8,1%) e Articulação Política (7,6%). Em segundo lugar, o tema que mais aparece é Obra, com 22,3%, em que as principais notícias com essa temática foram relacionadas à Infraestrutura Urbana (12,2%) e Infraestrutura Rural (3%). O tema Evento/Agenda se sobressai em todos os anos do governo Migliorini. No primeiro ano de governo, aparece com 5,1%, seguido de Gestão Municipal, com 4%. No segundo ano novamente o tema Evento/Agenda é destaque, com 3,4%, seguido de Política Pública com 1,7%. No terceiro ano, em 1985, começa a se destacar o tema Obra com 2,3%, evidenciando que nos últimos anos de governo ações de Infraestrutura também prevaleceram, porém o tema em destaque ainda é Evento/Agenda com 4%. De 1986 a 1988, o tema Evento/Agenda registra uma crescente: 10,8%, 13,1% e 10,2%, respectivamente em cada ano. O tema Obra em 1986 é destaque com 8%. Em 1987 com 5,1%, e 2,8% no último ano do governo. Outra análise da pesquisa compreendeu os subtemas mais citados, que foram Articulação Política, referente a reuniões, articulações com outras lideranças municipais, estaduais e nacionais; Infraestrutura Urbana, obras na cidade de Chapecó; Economia, com informações acerca de arrecadações, investimentos e demais notícias relacionadas ao setor econômico; Educação com Políticas Públicas ou obras no setor; e Reuniões com a comunidade ou demais representantes de setores, entidades de Chapecó. Em relação ao destaque em cada ano, os subtemas Administrativo e Saúde ganharam relevância em 1983, ambos com 2%. Em 1984, o destaque é para Educação, com 1,5%, seguido de Cultura, Economia e Governo Descentralizado, todos com 1%. Em 1985, vários subtemas se sobressaem: Articulação Política, Economia, Educação, Efapi e Infraestrutura Urbana, todos com 1,5%. Em 1986, Infraestrutura Urbana salta aos olhos com 5,6%, seguido de Articulação Política com 4,1%. Em 1987, os subtemas apenas invertem a ordem: Articulação Política com 6,6% e Infraestrutura Urbana com 4,1%. No último ano de governo, 1988, destaques para o subtema Eleições 1988, com 4,6%; e Infraestrutura Urbana, com 3%. Em relação à exposição dos subtemas, destaque para Infraestrutura urbana, que configura com 12,7% na exposição favorável, contra 2% de desfavorável. Articulação Política também se destaca com 7,6% na exposição favorável, contra 2,5% de desfavorável. E Educação com 6,6% favorável, contra apenas 1% de desfavorável. A exposição dos conteúdos também chama atenção, pois a maioria, um total de 61,4% é favorável. Na maioria das manchetes, o prefeito não é citado: 80,1% contra 19,9%, onde é citado. Porém ele se encontra muito no texto das matérias de capa: 73,9% contra 26,1% (que indica que não está). A maioria das capas conta com imagem. A porcentagem

Liziane Vicenzi, Vagner Dalbosco

representada é de 67% dos 176 conteúdos com imagens. Dessas imagens, Ledônio está presente em 57%, ou seja, na maior parte delas. A maior exposição do governo em imagens está no enfoque Evento/Agenda, com 57 imagens, um total de 48,3%. A presente pesquisa reflete alguns resultados da primeira etapa que traçou o perfil do governo. Na primeira etapa, a pesquisa demonstrou um governo de perfil desenvolvimentista, tocador de obras, e ao mesmo tempo com habilidades voltadas às relações políticas e à participação popular em processos de discussão. Concluímos, nesta segunda etapa, que o jornal *Diário da Manhã* se configurou como uma importante ferramenta de comunicação para o governo Migliorini, já que era o único jornal diário da época. A visibilidade midiática proporcionada pelo jornal possibilitou ao prefeito a oportunidade de comunicar ao seu público-alvo, os cidadãos, e foi enfatizado em temas como Evento/Agenda e Infraestrutura Urbana, o que demonstrou um perfil de governo voltado especialmente para obras de infraestrutura e articulação política. O jornal ofereceu visibilidade à Ledônio na medida em que em um total de 147 edições, em mais da metade, 60,1% o governo foi notícia. Do total de conteúdos publicados sobre o governo, 61,4%, as notícias foram favoráveis ao governo. **CONCLUSÕES:** Percebe-se que o *Diário da Manhã* pode ser considerado um aliado importante no agendamento da sociedade (MCCOMBS, 2009) acerca das pautas governistas, contribuindo para a execução de uma Política de Imagem (GOMES, 2004) caracterizada pela exposição predominantemente positiva das ações da administração pública e na projeção da Imagem Pública (WEBER, 2009) do governo Migliorini. Também visualiza-se uma significativa exposição pessoal do prefeito Ledônio nos textos e imagens publicadas, no que podemos chamar de personificação do governo na figura do prefeito.

Palavras-chave: Governo Migliorini. Chapecó. *Diário da Manhã*.

Fonte financiadora: Unochapecó, Bolsa de Auxílio à Pesquisa do Artigo 170.

FORTALECENDO PARCERIAS COM ENTIDADES E OUTROS SETORES PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lorizete Gallon¹, Mariângela Weber, Vanise Dal Piva, Maria Elisabeth Kleba

¹Acadêmica de Enfermagem da Unochapecó, enfermeiralori@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: No Brasil, estratégias que orientam o fortalecimento de iniciativas comunitárias como um dos campos de atuação em prol da promoção da saúde são apresentadas pelo Programa Saúde na Escola (PSE), na perspectiva de articular ações intersetoriais em parcerias com entidades locais (BRASIL, 2007). Ao mesmo tempo que a intersetorialidade otimiza esforços e recursos da administração pública, parcerias com organizações e atores locais proporcionam maior interação com os indivíduos, grupos e comunidade, de modo que as ações desenvolvidas contemplem interesses e valorizem potencialidades dos sujeitos envolvidos. A atual Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), aprovada em 2014, propõe que os serviços de saúde atuem por meio da articulação intra e intersetorial, com estímulo e cooperação entre os envolvidos, no planejamento e desenvolvimento de atividades de promoção da saúde com base nos territórios. Busca, ainda, aumentar e fortalecer a participação dos indivíduos e comunidades, instituições governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações e intervenções de promoção da saúde no território (BRASIL, 2014). **OBJETIVO:** Relatar a vivência de acadêmicas do curso de Enfermagem no desenvolvimento de atividades de promoção da saúde no âmbito do PSE, por meio do reconhecimento e fortalecimento de parcerias com entidades e outros setores da comunidade em um município da região oeste catarinense. **METODOLOGIA:** A vivência foi desenvolvida no primeiro semestre de 2015, no território adstrito a uma unidade de saúde, envolvendo diretamente a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) e os trabalhadores da escola municipal localizada nesse território. Num primeiro momento, foi realizada a identificação das entidades atuantes no município, por meio de leituras dos Planos Municipais da Saúde e da Assistência Social e por informações repassadas pela equipe da ESF durante uma de suas reuniões semanais. Tal identificação teve o objetivo de integrar a competência do trabalho coletivo na prática da promoção da saúde, tendo em vista a atuação conjunta de profissionais das áreas da saúde, educação e assistência social que atuam no território delimitado. Esse levantamento proporcionou o reconhecimento de uma organização existente que vem desenvolvendo atividades de combate e prevenção à violência infantojuvenil no município, que é o Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil. **RESULTADOS:** A partir desse reconhecimento, foram realizados três encontros com representantes desse fórum, além de profissionais dos setores da administração pública do município e membros da equipe de saúde e da escola local, sendo organizado o evento denominado dia “Bem-Me-Quer”, com atividades educativas, de esporte, cultura e lazer.

Lorizete Gallon, Mariângela Weber, Vanise Dal Piva, Maria Elisabeth Kleba

Cada entidade assumiu a organização e execução de uma das atividades pensadas em conjunto (oficinas), sendo ainda convidadas outras entidades locais para participarem do evento. As ações do dia “Bem-Me-Quer” foram realizadas em um sábado, dia 16 de maio, na escola municipal acima referida, envolvendo escolares e seus familiares, além de outras crianças e adultos da comunidade, somando um público aproximado de trezentas pessoas. Foram no total 18 oficinas com atividades no âmbito esportivo, cultural, lazer e informações em saúde. A proposta foi planejada com assuntos e atividades que envolvessem pessoas de todas as faixas etárias, por meio de música, pintura, filmes e atividades que envolvessem toda a família. As entidades parceiras abraçaram a ideia de promover a cultura da paz, bem como a prevenção da violência em todos os âmbitos, objetivos do PSE e temas salientados na atual PNPS. O evento contou com o apoio da Pastoral da Criança, acadêmicos dos cursos de Psicologia, Contábeis, Direito e Design da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), *campus* Pinhalzinho, acadêmicos de Educação Física da Horus Faculdade, membros da organização Junior Chamber International, profissionais das Secretarias Municipais da Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social e Habitação, do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, corpo de bombeiros, Centro de Tradições Gaúchas e Conselho Tutelar. A participação e o engajamento das entidades do município, escola e comunidade foram fundamentais para o sucesso. O dia “Bem-me-quer” foi um projeto piloto que deverá ser realizado em outros bairros do município. **CONCLUSÕES:** A presente experiência permitiu o reconhecimento de várias entidades atuantes no município e que podem estabelecer relações de parcerias com os serviços públicos de saúde e com a comunidade, além de compreender que as ações intersetoriais de promoção da saúde se configuram como uma nova proposta, da qual os sujeitos envolvidos ainda estão se apropriando. Portanto, é necessário superar os desafios e as incertezas que se opõem ao novo, viabilizando práticas mais efetivas para a promoção da saúde, que reconheçam as limitações de ações setoriais e as potencialidades de iniciativas intersetoriais no enfrentamento de problemas e na criação de soluções mais próximas das necessidades e dos interesses das pessoas e organizações locais envolvidas. São pequenas iniciativas que podem fortalecer a convicção dos gestores e profissionais da saúde, favorecendo a inclusão de ações de promoção da saúde em sua agenda de trabalho cotidiano na atenção básica. O Programa Saúde na Escola constitui-se, nessa perspectiva, cenário de práticas privilegiado para a promoção da saúde, ao acolher iniciativas criativas e dialógicas dos diferentes sujeitos envolvidos na construção social da saúde na comunidade.

Palavras-chave: Promoção da saúde. Saúde escolar. Participação da comunidade.

Fonte financiadora: Unochapecó – Órgão Financiador: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Programa de Bolsa: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto nº 6286, de 05 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola-PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 dez. 2007.

_____. **Portaria nº 2.446**, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: Ministério da Saúde, dez. 2014.

PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA GENÉTICA DE CLONES LOCAIS PARA BATATA SOB SISTEMA DE CULTIVO ORGÂNICO

Luana Carla Lavall¹, Fábio José Busnello, Mari Inês Carissimi Boff, Tatiana da Silva Duarte, Pedro Boff

¹ Acadêmica de Agronomia da Unochapecó, luanac@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A batateira apresenta alta diversidade genética em genótipos locais, quando comparadas a outras mesmo que sua multiplicação seja quase que exclusivamente clonal. A relevância da pesquisa no âmbito acadêmico reside na sustentabilidade por ela promovida no sentido de tornar contínuo o aprimoramento dos saberes já consolidados e o desenvolvimento de novos. No que se refere ao conhecimento científico, a pesquisa pretende contribuir com informações referentes a clones locais de batata, entendendo-se que há uma escassez de pesquisa sobre o assunto. A avaliação dos dados obtidos, bem como as conclusões deste trabalho, fornecem informações que podem servir de base para os produtores quando da escolha de tubérculos para o plantio. **OBJETIVO:** Avaliar a rusticidade e potencial produtivo de clones locais de batata (*Solanum tuberosum*) comparados a variedades comerciais sob sistema orgânico de produção de batata. **METODOLOGIA:** O experimento foi conduzido em uma propriedade rural no município de Quilombo (SC), no ciclo de cultivo 2013/2014. O experimento foi conduzido em delineamento experimental de blocos ao acaso com quatro repetições. Avaliou-se oito clones locais de origem catarinense e oito cultivares comerciais Ágata, Asterix e Monalisa de origem holandesa, BRS Ana, BRS Eliza Cota, Catucha de origem brasileira e Panda de origem Alemã. As unidades experimentais constituíram de dez tubérculos, espaçados 0,30 m entre plantas e 0,80 m entre linhas. A análise dos dados foi realizada de acordo com o delineamento experimental, adotando-se modelos lineares e Anova. Análise dos resultados referentes à variável (AACPD) área abaixo da curva do progresso das doenças fúngicas *Phytophthora infestans* e *Alternaria solani*. As comparações entre os valores médios dos tratamentos foram efetuados por meio de teste Tukey a 5%. **RESULTADOS:** Os resultados do ciclo de cultivo 2013/2014 referente à produção mostram diferenças significativas entre clones e variedades de batata, onde as variedades BRS Ana apresenta maior produção, diferenciando-se das variedades Panda, Ágata, Cota e os clones 128, E-195, 81/4, E-185 e E-180. Em relação ao número de tubérculos por planta, as variedades comerciais BRS Ana e Asterix tiveram os maiores números, diferenciando dos demais clones e variedades estudados. Os resultados referentes à incidência e severidade da pinta-preta (*Alternaria solani*) e requeima (*Phytophthora infestans*) revelam resultados significativos quanto à incidência da pinta-preta (*Alternaria solani*) entre clones e variedades onde as variedades Panda e Ágata e os clones E-180 e 322 obtivera o maior valor da doença expressa pela Área Abaixo da Curva do Progresso da Doença (AACPD), diferenciando dos demais clones e variedades; em relação à severidade da doença não houve

Luana Carla Lavall, Fábio José Busnello, Mari Inês Carissimi Boff, Tatiana da Silva Duarte, Pedro Boff

diferenças significativas. Para incidência da requeima (*Phytophthora infestans*), as variedades Panda, Ágata, BRS Elisa, Asterix e os clones 332, 128 obtiveram os maiores valores, diferenciando dos demais; em relação à severidade, a variedade Ágata obteve a maior severidade das doenças, diferenciando das demais variedades e clones estudados. **CONCLUSÕES:** A execução deste trabalho permitiu analisar a rusticidade e a produção de diferentes variedades e clones de batata, levando em conta que é crescente a necessidade por materiais que possuam um alto potencial produtivo e que, além disso, consigam aliar esta característica com uma boa sanidade. Clones locais de batata apresentam variabilidade quanto ao potencial para a produção de tubérculos e de resistência a doenças sob sistema de produção batata consumo. Há clones com potencial produtivo igual ou de melhor desempenho apresentado pelas variedades comerciais, ora com tolerância a doenças ou com boa rusticidade. A incidência das moléstias está associada às condições ambientais (temperatura e umidade elevadas), sendo que para melhor avaliação da rusticidade, por exemplo, seria relevante avaliar os tubérculos em diferentes ciclos de cultivo, tendo em vista que as condições climáticas podem variar.

Palavras-chave: Rusticidade. Clones locais. Tubérculos.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, pela concessão de bolsa de Iniciação Científica, através do projeto “Preparados em altas diluições dinamizadas no manejo fitossanitário da batateira”.

ASSEMBLEIAS DE FORMIGAS (HYMENOPTERA: FORMICIDAE) EM AMBIENTES DE RECICLAGEM DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SANTA CATARINA, BRASIL

Luana Melim Neves¹, Suiane de Oliveira Quadros, Junir Antonio Lutinski, Maria Assunta Busato

¹Acadêmica de Ciências Biológicas da UnoChapecó, luana.mneves@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A importância das formigas nos variados nichos dos ecossistemas terrestres e a diversidade desse grupo destacam a necessidade de estudos com foco nesses insetos (HÖLLDOBLER; WILSON, 1990). Em ambientes urbanos, as formigas têm despertado o interesse de pesquisadores pelo seu potencial de transmissão de microrganismos patogênicos. Apesar de um número significativo de estudos focados na fauna de formigas que ocorre em ambientes urbanos, muitos espaços permanecem pouco explorados, como é o caso daqueles utilizados para a deposição, triagem e armazenamento de materiais recicláveis. **OBJETIVO:** Caracterizar a assembleia de formigas presente em áreas de reciclagem da cidade de Chapecó (SC) segundo a riqueza, frequência e dominância e avaliar eficiência de três técnicas de amostragem. **METODOLOGIA:** O inventário da fauna de formigas foi realizado em espaços destinados a reciclagem, no perímetro urbano de Chapecó. As amostras foram realizadas em 12 bairros da cidade, durante o período de abril a junho de 2015, utilizando-se iscas de sardinha e iscas de glicose, além de coletas manuais. Caracterizou-se a fauna encontrada por meio de parâmetros faunísticos da riqueza, dominância e frequência. **RESULTADOS:** Foi identificado um total de 32 espécies, pertencentes a 15 gêneros, nove tribos e cinco subfamílias. Os gêneros que mais se destacaram em número de espécies foram *Pheidole* (S = 8), *Camponotus* (S = 6) e *Solenopsis* (S = 3). A baixa riqueza verificada para a maioria das subfamílias amostradas deve-se à biologia das formigas que necessitam de condições mínimas para nidificação e alimentação. As espécies *Dorymyrmex brunneus* Forel, 1908, *Pheidole brevicona* Mayr e 1887 ocorreram em todas as amostras e se destacaram como muito frequentes e dominantes, destas, a *D. brunneus* foi a espécie com maior frequência com 18,4%, seguida *P. brevicona* com 10,9%. As demais espécies amostradas foram consideradas não dominantes e pouco frequentes. Quanto às técnicas utilizadas, a amostragem manual foi a mais importante no estudo, pois com essa técnica foram registradas 31 espécies (96%) e somados 45,6% de todas as ocorrências. Com a isca de glicose foram obtidas 16 espécies (50%) e 32,7% de todas as ocorrências. Já com as iscas de sardinhas foram amostradas apenas 12 espécies (37,5%) e 21,8% das ocorrências. **CONCLUSÕES:** Quanto à ocorrência da mirmecofauna em ambientes de reciclagem, espécies como *P. brevicona*, *S. saevissima*, *Camponotus mus* Roger, 1863 e *Nylanderia fulva* (Mayr, 1862) podem ser explicadas pela tolerância que esses táxons apresentam para se adaptar e se estabelecer em ambientes com condições ambientais extremas de ação antrópica. Espécies desses gêneros são frequentemente caracterizadas como sendo generalistas e oportunistas que

Luana Melim Neves, Suiane de Oliveira Quadros, Junir Antonio Lutinski, Maria Assunta Busato

toleram áreas abertas e com pouca arborização (LUTINSKI et al., 2014). É relevante evidenciar o elevado registro amostral dos gêneros *Camponotus*, *Pheidole* e *Solenopsis*, uma vez que formigas desses gêneros são frequentes nos biomas brasileiros e algumas espécies são consideradas pragas urbanas (IOP et al., 2009). Considerando a importância ecológica e biológica das formigas e a existência de uma diversidade de outros animais, a presença das mesmas permite supor que os resultados podem contribuir para a elaboração de estratégias eficientes de controle desses insetos nesses ambientes.

Palavras-chave: Gestão de resíduos sólidos. Pragas urbanas. Riqueza.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (FAPE).

Referências

HÖLLDOBLER, B.; WILSON, E. O. **The ants**. Cambridge: Harvard University, 1990. 732 p.

IOP, S. et al. Formigas urbanas da cidade de Xanxerê, Santa Catarina, Brasil. **Biotemas**, v. 22, n. 2, p. 55-64, jun. 2009.

LUTINSKI, J. A. et al. Estrutura da comunidade de formigas (Hymenoptera: Formicidae) em quatro ambientes com diferentes níveis de perturbação antrópica. **Ecol. austral** [online], v. 24, n. 2, p. 229-237, 2014.

A CONSTRUÇÃO DE UM SUPEREGO CISGÊNERO E HETERONORMATIVO E A REPRESSÃO DO CORPO

Lucas Guerra da Silva¹, Myriam Aldana Vargas

¹ Especialista em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica pela Unochapecó, lucasguerra.psicologo@gmail.com

INTRODUÇÃO: Esta pesquisa foi construída para validação do componente curricular de Metodologia da Pesquisa, necessária para a conclusão da Pós-Graduação em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, da Unochapecó. Tem como cerne compreender quais dispositivos da cultura heteronormativa e cisgênera constituem o superego do sujeito, estrutura essa, estudada pela psicanálise. A psicanálise sempre foi referência em estudos sobre sexualidade, apesar de não ser a única abordagem científica (ou metacientífica) que realiza estudos nesse campo do conhecimento. Freud, ainda no final do século XIX, já visualizava que a constituição do sujeito transpassava sua vivência psicosssexual, objeto esse que, dentro da psicanálise, é aceito e trabalhado por diversos teóricos, com maior ou menor ênfase. Apesar de a psicanálise ter iniciado sua fundamentação teórica em um momento histórico onde o patriarcado e o machismo eram ainda mais evidentes que na atualidade, algumas normas atravessaram os tempos e se fazem tão presentes quanto na época, no que diz respeito ao entendimento de “normalidade” e “naturalidade” de desejos e sentimentos. É assim com a norma heterocêntrica e com a norma cisgênera que, juntas, fundamentam a sociedade binária, que divide o mundo em homens e mulheres, e não quaisquer homens e mulheres. Os entendidos como “normais” são exclusivamente os cissexuais, aqueles cujo corpo biológico está de acordo com o gênero compulsoriamente determinado pela sociedade, e os heterossexuais. Quem se identifica com o gênero oposto daquele gênero compulsoriamente designado para seu órgão genital, é considerado patológico. Os construtos teóricos da psicanálise dão conta desde o final do século XIX de compreender e explicar a importância da sexualidade humana na constituição do sujeito. Mas em psicanálise, essa compreensão geralmente relaciona a constituição do sujeito, no que diz respeito à vivência do seu desenvolvimento psicosssexual com as vivências com as figuras parentais, ou as funções que elas exercem durante o processo da construção do mundo interno do sujeito, suas internalizações, seus símbolos e seus significados. Porém, muito pouco se estuda “qual é” essa cultura transmitida de forma inconsciente e transgeracional, que fundamenta a estrutura das regras da sociedade, e quais são os mecanismos de repressão dessa cultura, que terão impacto direto na vivência corporal do sujeito no mundo. Para estabelecer essa relação, precisa-se entender o funcionamento social heteronormativo e cisgênero, que impactará na constituição dos sujeitos, que se constituirão a partir dessas normas, e reproduzi-las constituindo as próximas gerações, fazendo manutenção dessa mesma cultura, que é repressora e abstraída inconscientemente. Dessa forma, justifica-se a necessidade de

Lucas Guerra da Silva, Myriam Aldana Vargas

estabelecer um diálogo entre psicanálise e outras áreas do saber, como os estudos de gênero, e o que eles podem oferecer para compreender esse fenômeno de constituição superegoica. E não apenas isso, é preciso compreender quais são os impactos dessa constituição do sujeito nos processos de repressão do próprio corpo. Torna-se emergente realizar esse paralelo discursivo, para agregar conceitos antes em áreas distintas, e poder elucidar a questão da constituição superegoica do sujeito e saber qual o impacto disso na expressão do corpo no mundo, indo para além do entendimento de desenvolvimento do sujeito, baseado apenas na vivência parental – e levando em conta que essas figuras parentais estão também imersas nessa cultura, reproduzindo-a, também, de forma inconsciente e compulsória. **OBJETIVO:** Analisar através da perspectiva teórica psicanalítica e construtivista quais os impactos da cultura hegemônica heteronormativa e cisgênera na constituição superegoica do sujeito, e a influência de tal constituição no que diz respeito à repressão do seu corpo. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. A amostra da pesquisa foi constituída por obras de autores referências da psicanálise e de estudos de gênero, sendo eles Melanie Klein, Sigmund Freud, Thomas Laqueur, Regina Navarro Lins e Berenice Bento, ou releituras desses autores referências dentro do cenário científico. Para desenvolver esse estudo, postulamos duas categorias de análise, que dessem conta de se aproximar de nossas questões de pesquisa: 1) construção do superego cisgênero e heteronormativo; e 2) repressões superegoicas expressas no corpo. A primeira categoria de análise teve como foco elucidar como o recorte da bibliografia estudada explica a construção do superego na constituição dos sujeitos, com as características especificadas, a heteronormatividade e a norma cisgênera. A segunda categoria teve como foco analisar como tais introyecções superegoicas podem influenciar nas expressões corporais dos sujeitos, levando em consideração que uma categoria é dependente da outra na proposta desse estudo. **RESULTADOS:** Pôde-se perceber, com a aproximação das duas correntes teóricas, algumas características complementares que devem ser consideradas. Primeiramente, podemos analisar que o gênero não vem da natureza, e sim de uma série de construções sociais que ditam como devem ser e se comportar o homem e a mulher. Tanto os estudos construtivistas, quanto a psicanálise, afirmam que é na estrutura cultural e social que ocorre a construção da moral e ética. A psicanálise especificamente dirá que tal construção será introyetada pelo superego dos sujeitos. Os sujeitos estão todos subordinados ao mesmo padrão enquanto estrutura social, pois a sociedade ocidental está subordinada a uma cultura machista, patriarcal, heteronormativa, binária e cisgênera. Em segundo lugar, compreendemos que a construção desse gênero é absolutamente compulsório e transgeracional. Também a expressão da afetividade heterossexual é compreendida como a única natural e normal, tendo como respaldo os discursos da biologia, da complementaridade do macho e da fêmea para a reprodução da espécie. A sexualidade para esse discurso se resume apenas à reprodução, e não leva em consideração os aspectos psicossociais e histórico-culturais, o prazer, e outros elementos que configuram as construções subjetivas dos sujeitos. Aliado ao discurso biologicista, temos o discurso religioso cristão, monoteísta, que prega também a relação heterossexual como a única possibilidade de normalidade. O que fugir dessa relação é considerado pecado. Por terceiro, analisamos que todos aqueles humanos que fogem do padrão social são automaticamente anulados, ou patologizados, como é o caso de travestis e transexuais, que nunca se identificaram com o gênero compulsoriamente designado pela sociedade para seus órgãos genitais e que, por este motivo, estruturaram

Lucas Guerra da Silva, Myriam Aldana Vargas

em si, muitas vezes, sentimentos de culpa e de transgressão da moral e da ética. São essas introjeções, somadas com a introjeção coletiva e massificada da norma, que refletem em adoecimentos emocionais e psicológicos, e coloca essas pessoas em posição de vulnerabilidade social, pois ao passo que eles passam a não ser vistos pela sociedade, também se minimizam os esforços para combater as permissões sociais de agredir, violentar ou mesmo aniquilar os que “feriram a norma”. Finalmente, percebemos que a genitalização está fortemente presente em nossa cultura, e que isso quando introjetado pelo superego força o corpo a repressões exaustivas, desde não poder expressar gestos considerados pela sociedade como do gênero oposto, até na forma de estabelecer relações interpessoais, da forma com que se gostaria, pelo medo do julgamento, do rebaixamento, e da inferiorização, medo esse, que depois de certa idade da criança, não precisa mais ser regulado pelo outro (pais e sociedade), pois já está fortemente internalizado pela própria pessoa, em seu superego, que é seu juiz, seu júri e seu carrasco interno. **CONCLUSÕES:** A partir do trabalho, foi possível perceber que o mundo cultural está esperando pelos corpos que estão nascendo, para colocá-los dentro das regras de compulsão de gênero, em um movimento contínuo. As próprias brincadeiras, forma de se vestir, e os nomes que escolhemos para as crianças, já vão obrigá-la a se reconhecer com determinado gênero, que será parte da estrutura de seu superego enquanto vigiador da norma e da moral estabelecida, que se não se desenvolver da forma com que a sociedade espera que aconteça, serão pessoas consideradas com transtornos mentais, marginalizadas, ou invisibilizadas, e até mesmo tendo direitos civis igualitários negados pela própria estrutura legal do Estado e da sociedade. Essas pessoas hoje invisibilizadas são justamente aquelas cujo corpo, identidade de gênero ou performance de gênero estão em desacordo com toda a norma cisgênera e heterocêntrica, binária e genitalista na qual vivemos. São as travestis, homens e mulheres transexuais, transexuais não binários, crossdressers, as vítimas do cissexismo; e os gays, lésbicas, bissexuais e pansexuais, as vítimas da norma heterocêntrica, que fundamenta uma estrutura homo-lesbo-bi-transfóbica, que violenta e mata o que se entende fora da cultura hegemônica. Humanos aprendem e expressam a identidade de homem ou mulher durante a interação social, de acordo com as suas identificações precoces, que irão moldando seu sentimento de pertencimento ao gênero masculino, feminino, ou nenhum dos dois. Não existem comportamentos biológicos masculinos ou femininos, se tratando de comportamentos humanos. O que temos são construções sociais, e, nesse caso, o que impera em um mundo humano, é o fator psicológico de pertencimento da pessoa, e não sua anatomia, quanto à construção de seu gênero. Significa, portanto, que a pessoa é pertencente ao sexo/gênero que se identifica, mesmo que sua anatomia; mesmo que seu órgão sexual; mesmo que sua carga hormonal; mesmo que sua configuração cromossômica (XX ou XY); seja fisiologicamente oposta àquele que a pessoa em questão almeja. Entendemos que o fato de a sociedade legitimar órgão sexual como gênero, cria o discurso da “cismedicina” e da “cispsicologia”, que as pessoas que fogem da estrutura de gênero, como travestis e transexuais, por exemplo, tem “desacordo” entre o que eles mesmos inventaram como “biológico” e “psicológico”. Quando, na realidade, o “desacordo” acontece pelo discurso, e não pela divisão das categorias “bio” e “psico”, quando o que deve ser problematizado é que a sociedade nos lê a partir do genital tão somente como homem, ou como mulher, de forma compulsória. Os corpos vigiados e punidos pelas regras sociais, através da própria regulação interna do superego, simplesmente não se reconhecem nesse discurso compulsório. E sendo sexo algo plenamente psicológico, e o psicológico,

Lucas Guerra da Silva, Myriam Aldana Vargas

subjetivo, cada ser humano tem sua própria forma de viver o sexo. Não seria errado dizer que num mundo de sete bilhões de habitantes existem sete bilhões de formas diferentes de viver o sexo. E as repressões do corpo para a vivência dessas experiências têm apenas duas fontes: a externa, regulada pela hegemonia cultural, e a interna, quando há a internalização das regras repressoras, fixadas e mantidas pelo sujeito em seu superego.

Palavras-chave: Psicanálise. Superego. Heteronormatividade.

Fonte financiadora: Unochapecó.

PESQUISA NO CURSO DE MATEMÁTICA: CAMINHOS DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi¹, Bruna Larissa Cecco, Daiane Menezes

¹ Docente da Unochapecó, lucib@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este estudo é parte de uma pesquisa mais ampla denominada “Um Estado da Arte: a formação do professor que ensina Matemática”, no período de 2010-2015. O recorte aqui apresentado coloca em tela a produção no âmbito da Iniciação Científica dos estudantes do curso de licenciatura em Matemática da Unochapecó, um curso formador de professores. Conhecer e compreender esse *corpus* de produção colabora no adensamento de pesquisas, também constitui-se âncora para as escolhas teóricas e práticas na caminhada dos pesquisadores vinculados ao curso, bem como a organização de ações de extensão e de ensino. **OBJETIVO:** Sistematizar a produção acadêmica no curso, identificando que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e estudados nas pesquisas desenvolvidas pelos estudantes, vinculadas aos componentes curriculares Monografia II e Pesquisa II. **METODOLOGIA:** Propomos um estudo da produção científica do curso, definida como de caráter bibliográfico. Segundo Ferreira (2002), esse tipo de pesquisa – Estado da Arte – busca mapear e discutir a produção acadêmica em determinado campo do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas. Está delineada a partir de levantamento de dados na Biblioteca da Unochapecó e de registros no Laboratório de Ensino de Matemática. O *corpus* de análise constitui-se de todos os relatórios de pesquisas disponíveis, abarcando o período de 2006 a 2015, totalizando 91 trabalhos. **RESULTADOS:** Os trabalhos analisados estão vinculados a duas grandes áreas do conhecimento: 71% deles tratam da Educação Matemática e 29% da Matemática Aplicada, demonstrando a vocação do curso na investigação de questões pertinentes a região de inquérito da educação. Do universo de 91 trabalhos, 16 tratam de Ensino e de Aprendizagem de Matemática na Educação Básica (18%); sobre Tendências Teóricas, Didático-pedagógicas e Investigativas em Educação Matemática existem 12 trabalhos (13%); há oito pesquisas sobre questões relativas a Educação Matemática e Novas Tecnologias (9%) e dez abordam a Formação do Professor (8%). Outros temas aparecem em proporção menor: Ensino de Ciências (6), Educação financeira e matemática financeira (2), estudos que tratam da Educação Matemática no contexto das Políticas Educacionais Públicas (3), História da Matemática (2), Educação de Jovens e Adultos (2), Ensino Superior (2), Etnomatemática (3) e Afetividade (1). No campo da Matemática Aplicada, 11 trabalhos dedicam-se à Modelagem Matemática (12%) e cinco ao estudo de Equações Diferenciais (5%), os demais ficam assim distribuídos: Estatística (3), *Softwares* (2), Biomatemática (1), Criptografia (1), Estruturas Algébricas (1),

Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi, Bruna Larissa Cecco, Daiane Menezes

Grafos (1), Lógica (1) e Séries (1). A maior concentração ocorre acerca do tema Ensino e Aprendizagem de Matemática na Educação Básica, indicando a preocupação dos estudantes e professores orientadores com os processos educativos escolares. Na diversidade de temas pesquisados pelos acadêmicos do curso de Matemática, as pesquisas na área da Matemática Aplicada são estudadas em menor proporção e, dessas, a maior concentração de trabalhos é na Modelagem Matemática. **CONCLUSÕES:** Com esse levantamento entendemos a dinâmica de relações existentes e as discussões que emergem do curso, bem como as temáticas que os acadêmicos se debruçam ao final de sua caminhada pela universidade. A análise do conjunto desses trabalhos nos permite inferir que: a pesquisa, como iniciação científica, é plenamente institucionalizada no curso; o debate local contempla os campos temáticos em âmbito nacional e internacional, considerando o levantamento apresentado por Jardimino (2011); as inquietudes dos acadêmicos indicam que a trajetória de formação proposta na Unochapecó mobiliza o debate teórico para a formação de profissionais críticos, com autonomia intelectual e visão do papel sociopolítico da matemática e, ainda, sua contribuição para a formação de sujeitos para o exercício da cidadania, compreendendo como o conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos e o seu protagonismo nesse processo, atendendo aos objetivos do curso, como delineado em seu Projeto Pedagógico.

Palavras-chave: Pesquisas do curso de Matemática. Estado da Arte. Educação Matemática.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior/SC (Fumdes/SC).

PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE: QUEM ASSUME ESSE PAPEL?

Maiane Aparecida Marcon¹, Carla Rosane Paz Arruda Teo,
Luciara Souza Gallina, Maria Assunta Busato

¹Acadêmica de Nutrição da Unochapecó, mayane_marcon@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A alimentação é considerada um dos determinantes e condicionantes da saúde e é um direito universal. A promoção e a garantia de uma alimentação saudável e adequada têm movimentado grandes esforços de diversos setores do governo brasileiro, e também das entidades e movimentos da sociedade civil (VASCONCELOS, 2005; ARRUDA; ARRUDA, 2012). Nas últimas décadas, o Brasil vem consolidando a gestão intersectorial de políticas públicas, que têm como principal alvo promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), compreendida como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006). Considerando que o nutricionista é o profissional com formação específica para promover a SAN, aumenta a demanda pela atuação desse profissional, especialmente na atenção básica. Contudo, a inserção do nutricionista nesse contexto, que é a porta de entrada do sistema de saúde, ainda é pequena, e essa lacuna abre espaço para que outros profissionais façam uso, de forma superficial, de conhecimentos sobre alimentação e nutrição, mesmo não tendo formação adequada nessa área (MATTOS; NEVES, 2009). **OBJETIVO:** Identificar como trabalhadores da rede de atenção básica à saúde lidam com as questões da alimentação e da nutrição, com vistas à promoção da SAN, na ausência do profissional nutricionista. **METODOLOGIA:** Este é um estudo descritivo, com coleta de dados realizada no período de fevereiro a março de 2015. A população de estudo foi formada por trabalhadores que atuavam na atenção básica à saúde em municípios da mesorregião oeste de Santa Catarina. Não foi empregado processo de amostragem. Os participantes foram esclarecidos sobre os objetivos e procedimentos de pesquisa; foram convidados a participar todos os trabalhadores de Unidades de Saúde da rede de atenção básica desta região que receberam estagiários do curso de Nutrição da Unochapecó no primeiro semestre do ano de 2015. Aqueles que aceitaram participar, após assinarem termo de consentimento livre e esclarecido, responderam a um questionário semiestruturado aplicado pelas pesquisadoras. A aplicação do instrumento de pesquisa foi realizada em dia, hora e local de escolha do participante. A seguir, os dados foram codificados e tabulados, sendo construído um banco em planilha do Microsoft Excel®. Após a análise de coerência e consistência do banco, os dados foram tratados de forma descritiva e os resultados expressos como frequências (absoluta e relativa). **RESULTADOS:** Participaram do estudo 226 trabalhadores da atenção

Maiane Aparecida Marcon, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara Souza Gallina, Maria Assunta Busato

básica na mesorregião oeste de Santa Catarina, sendo 54 agentes comunitários de saúde (23,9%), 53 técnicos em enfermagem (23,4%), trinta enfermeiros (13,3%), vinte médicos (8,8%), 15 dentistas (6,6%), 11 farmacêuticos (4,9%), 11 auxiliares de enfermagem (4,9%), seis psicólogos (2,6%), cinco educadores físicos (2,2%), cinco auxiliares de consultório odontológico (2,2%), cinco TSB (2,2%), quatro fisioterapeutas (1,7%), um biólogo (0,4%) e seis trabalhadores de apoio administrativo (2,2%). A maior parte dos participantes afirmou ser capaz de identificar os problemas alimentares e nutricionais dos usuários (85,8%; n = 194) e, na ausência de um profissional nutricionista na equipe, 76,1% (n = 172) relataram que, ao identificar situação de risco alimentar/nutricional ou problemas de saúde relacionados com a alimentação, fazem algum tipo de orientação nutricional. Nesse sentido, 58 entrevistados (25,6%) indicaram fazer orientação nutricional para hipertensos, 27,4% (n = 62) para portadores de diabetes mellitus, 37 (16,4%) para mães sobre aspectos da alimentação infantil, vinte (8,8%) para gestantes e 17 (7,5%) para usuários com má nutrição por déficit ou excesso de peso. Contudo, 43,4% (n = 98) dos participantes referiram que desenvolvem esse tipo de orientações por considerá-las fundamentais para a saúde dos usuários, embora não se sintam preparados ou capacitados para tanto, por não terem formação adequada e suficiente na área. **CONCLUSÕES:** Os trabalhadores da rede de atenção básica à saúde, frente às demandas dos usuários no âmbito da alimentação e da nutrição, e na ausência do profissional nutricionista, vêm assumindo fazeres para os quais não têm formação adequada e suficiente. Essa postura evidencia comprometimento com a resolutividade no nível da atenção básica, embora provavelmente repercuta desfavoravelmente na promoção da SAN. Conclui-se que colocar a alimentação e a nutrição como eixo das políticas de saúde no Brasil é um movimento relevante que, para resultar em melhoria das condições de SAN da população, precisa ganhar continuidade por meio do compromisso da gestão pública no nível local, de forma a ampliar a inserção do profissional nutricionista nos cenários da atenção básica.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Nutrição em Saúde Pública. Atenção básica.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina e recurso de custeio pela Unochapecó (Portaria n. 116/VICE-EPE/2010 – Núcleo de Pesquisa de Iniciação Científica em Segurança Alimentar e Nutricional).

Referências

ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Lima Kruse Grande de. Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil: breve enfoque dos delineamentos conceituais e propositivos. In: TADDEI, José Augusto et al. (Orgs.). **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2012. p. 397-410.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006.

MATTOS, Priscila Fonte; NEVES, Alden dos Santos. A Importância da Atuação do Nutricionista na Atenção Básica à Saúde. **Práxis**, Volta Redonda, v. 1, n. 2, p. 11-15, ago. 2009.

Maiane Aparecida Marcon, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara Souza Gallina, Maria Assunta Busato

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul./ago. 2005.

MUTAÇÕES NO GENE *p53* E A CORRELAÇÃO COM O PROGNÓSTICO DE CÂNCER DE MAMA NO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Maiane Maria Pauletto¹, Franciele Meurer, Marcelo Moreno, Juliana Cristina Schmidt

¹Acadêmica de Medicina da Unochapecó, maiane@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O câncer de mama é a principal causa de mortalidade, mundialmente, em mulheres dentre todas neoplasias malignas, com risco estimado de 56,09 casos a cada cem mil brasileiras. Aproximadamente 57 mil novos casos de câncer de mama foram previstos para os anos de 2014 e 2015. O gene *p53* está mutado em 30 a 50% dos casos, podendo participar do desenvolvimento, da progressão e da disseminação neoplásica. O acúmulo de proteína sintetizada por esse associa-se a pior prognóstico. Identificar a frequência das mutações corrobora com o esclarecimento acerca do prognóstico do câncer de mama em pacientes do oeste de Santa Catarina. **OBJETIVO:** Avaliar a presença de relação positiva entre a mutação do gene *p53* e os fatores prognósticos do câncer de mama; estabelecer relação entre os subtipos imunoistoquímicos e a mutação gênica e correlacionar aspectos clínicos, imunoistoquímicos e histopatológicos das pacientes em estudo. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo observacional, descritivo, do tipo transversal. O cálculo amostral foi baseado na incidência da doença na região em estudo e na frequência de mutação do gene *p53* já mencionada. O grupo controle foi composto pelo fragmento de tecido saudável, retirado de local distante da área tumoral de cada paciente. Foram incluídas amostras de tecidos tumorais obtidas por ressecção cirúrgica e/ou já fixadas em parafina de pacientes provenientes da região oeste de Santa Catarina, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram critérios de inclusão: sexo feminino, procedência da região Oeste de Santa Catarina, idade entre 18 e setenta anos, diagnóstico de carcinoma invasivo da mama, amostras em bom estado de conservação em laboratório referência em Patologia e concordância com o Termo de Consentimento. Fragmentos teciduais foram desparafinizados e o DNA foi extraído conforme estudo de Coombs. Eletroforese em gel de agarose a 1% foi realizada após a extração a fim de quantificar o DNA extraído. Posteriormente, amplificou-se o material por Reação em Cadeia da Polimerase, método *Nested*, utilizando *primers* específicos para o éxon 7. Em caso de sucesso dessas reações, verificado através de nova eletroforese, o material obtido será enviado para sequenciamento, realizado por empresa especializada. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unochapecó sob protocolo 171/14. Os dados clínicos e imunoistopatológicos foram manejados no *software* Statistical Package for Social Sciences (SPSS) versão 21.0[®]. Os testes *Qui Quadrado* e *t de Student* foram utilizados para cruzamento de variáveis quantitativas e qualitativas, respectivamente. **RESULTADOS:** A média de idade foi de 52,4 anos (DP = 9,3 anos). O diagnóstico histológico mais frequente foi carcinoma ductal infiltrante (89,1%), com maior frequência

Maiane Maria Pauletto, Franciele Meurer, Marcelo Moreno, Juliana Cristina Schmidt

do grau II de Nottingham (77,3%). O tamanho tumoral não excedeu 2 cm no maior diâmetro em 54,6% dos casos. O comprometimento linfonodal esteve ausente em 60% dos casos e a invasão angiolinfática em 51,8%. As margens eram livres em 87,2% dos tecidos. Os componentes *in situ* estiveram associados ao carcinoma invasivo em 75,4% dos casos, sendo dos tipos sólido, comedo, cribriforme e papilar. Os subtipos moleculares foram classificados de acordo com as características imunoistoquímicas em luminal A (45,5%), luminal B (25,5%), luminal B *like* (9,1%), triplo negativo (14,5%) e HER-2 amplificado (5,5%). Além disso, identificou-se que as amostras tumorais apresentam maior quantidade de material genético extraído e de contaminantes em relação às amostras de tecido saudável de cada paciente. **CONCLUSÕES:** A avaliação de mutações gênicas não foi concluída até o momento, com perspectivas de continuação da ação.

Palavras-chave: Neoplasias da mama. Mutação. Genes *p53*.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

ANÁLISE SONORA DE DUETOS DE *Myiothlypis leucoblephara* (AVES, PARULIDAE)

Marciela Batistela¹, Eliara Solange Müller

¹ Graduada em Ciências Biológicas da UnoChapecó, marcielabatistela@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A vocalização das aves possui um papel fundamental para sua sobrevivência, com função de reconhecimento específico, defesa territorial e reprodução. Algumas espécies de aves vocalizam em dueto, normalmente em resposta à reprodução e defesa de território. Sabe-se que as aves podem reconhecer umas às outras pela sua vocalização, mas pouco se sabe sobre a determinação das características específicas na vocalização que facilitam o reconhecimento individual entre elas. A comunicação sonora das aves tem um papel fundamental na evolução das espécies, no funcionamento dos ecossistemas e sua sobrevivência. *Myiothlypis leucoblephara* (Vieillot 1817), conhecido como pula-pula-assobiador, é uma ave bastante comum e abundante na Mata Atlântica e mantém uma intensa atividade vocal em praticamente todos os períodos do ano. São poucos os trabalhos realizados com a vocalização desta espécie e ainda não existem pesquisas relacionadas à sua vocalização em dueto. **OBJETIVO:** Analisar a estrutura sonora da vocalização em duetos de *M. leucoblephara* buscando características de reconhecimento entre os diferentes pares. **METODOLOGIA:** Selecionamos três remanescentes de formação florestal localizados no oeste de Santa Catarina para a gravação de duetos da espécie: Área da Cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora) e Gleba I e Gleba II da Floresta Nacional de Chapecó (Flona). Realizamos um total de 17 gravações de vocalizações em duetos de diferentes indivíduos para análise sonora, sendo cinco duetos na área da Aurora, sete na Flona Gleba I e cinco na Flona Gleba II. Destes duetos, seis foram registrados na borda dos remanescentes e 11 no interior dos remanescentes. Aplicamos os testes Kruskal Wallis e Mann-Whitney U para verificar diferença de caracteres temporais e de frequência dos duetos entre remanescentes florestais e ambientes de borda e interior de mata. **RESULTADOS:** Os principais horários de atividade vocal da espécie foram durante o período da manhã, entre 7 e 10h, e no período da tarde, próximo do escurecer. Como o nome popular da ave já sugere, esta vocalizou enquanto realizava pulinhos frequentes entre a vegetação, nunca parada, sempre seguindo adiante em galhos e ramos do sub-bosque. Em uma das gravações na Flona Gleba I registramos quatro indivíduos vocalizando junto, o que provavelmente é mostrado pela similaridade entre os parâmetros analisados que podem ser do mesmo grupo familiar. Os duetos de pares diferentes, analisados em todos os remanescentes, apresentaram diferenças descritivas na frequência, número de notas por frase e tempo na emissão de notas, em que a principal característica é a mudança de frequência de algumas notas da segunda parte da frase. A frequência mínima das vocalizações foi menor na área da Aurora quando

Marciela Batistela, Eliara Solange Müller

comparada com Flona Gleba I e Flona Gleba II ($p > 0,05$), frequência máxima ($p > 0,05$), tempo de duração das frases ($p > 0,05$) e número de notas por frase ($p > 0,05$). Também não apresentaram diferença significativa entre ambiente de borda e interior de mata a frequência mínima ($p > 0,05$) da primeira nota de cada frase e o tempo de intervalo (em segundos) entre a 1ª e a 2ª nota de cada frase ($p > 0,05$). A frequência máxima da primeira nota de cada frase foi marginalmente maior ($p = 0,049$) no interior dos remanescentes quando comparado com a borda. A espécie não apresentou um padrão específico na emissão das frases nos duetos, apresentando cinco padrões diferentes e estes são variáveis entre os pares. *M. leucoblephara* apresenta características de diminuição brusca ou alternância de frequência entre notas da segunda parte da frase para o reconhecimento entre pares diferentes. As variações encontradas na vocalização em diferentes duetos da espécie apontam as características de reconhecimento entre os pares. **CONCLUSÕES:** Constatamos que *M. leucoblephara* não possui diferenças significativas em sua vocalização em ambientes de interior e borda de mata, mas possui reconhecimento entre pares diferentes, apresentando características específicas para cada par, seja de número de notas, frequência máxima, mínima ou ambas, duração da frase e diferença de frequência entre notas específicas da metade da frase em diante. É importante que novos estudos sejam realizados com duetos da espécie com o intuito de avaliar modificação de sintaxe, modulação das frases e dispersão de casais ou familiares para avaliar a área de abrangência da territorialidade de cada grupo. Além disso, sugerimos que sejam realizados experimentos com playback para testar reconhecimento individual e que sejam realizados estudos filogenéticos da vocalização das diferentes espécies do gênero *Myiothlypis* da família Parulidae, na qual *M. leucoblephara* faz parte.

Palavras-chave: Bioacústica. Comportamento vocal. Mata Atlântica.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DEFESA DE DIREITOS E O PROJETO PRÓ-CIDADANIA: A ESTRATÉGIA DA PESQUISA-AÇÃO

Marcos Antonio Nunes¹, Dunia Comerlatto

¹ Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó; Especialista em Docência na Educação Superior e pós-graduado em Gestão Social de Políticas Públicas da Unochapecó, mnunes@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este tema em torno da extensão universitária na perspectiva da defesa de direitos surge articulado ao projeto Pró-Cidadania, idealizado a partir de experiências vivenciadas no Programa Permanente de Extensão Universitária Centro de Atendimento à Comunidade (CAC), composto pelos projetos Escritório Sócio Jurídico (ESJ), Serviço de Mediação Familiar (SMF), Projeto de Extensão Comunitária Jurídica (Pecjur) e Serviços de Psicologia. A proposição do projeto Pró-Cidadania foi estimulada por demandas que se identificaram nos atendimentos do CAC, prioritariamente de indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social que chegam para ser atendidos com carência de informações básicas nessa perspectiva. Outros, ainda, tampouco chegam ao atendimento, por desconhecerem canais de acesso como esse. Considerando que um grande número de pessoas desconhece seus direitos sociais básicos e as formas de acesso e que o exercício da cidadania passa pela informação no que tange a serviços e bens coletivos, é de suma importância desenvolver um trabalho socioeducativo que ultrapasse os “muros institucionais”. Desde que esse projeto iniciou suas atividades, com interesse por uma dinâmica diferenciada na relação produção de conhecimento e prática, a pesquisa-ação se coloca como estratégia metodológica de pesquisa, pelo entendimento da relevância do referido projeto, quer seja para qualificação técnica da equipe, quer seja para formação cidadã de indivíduos e/ou famílias. Vislumbra-se, por meio da pesquisa-ação, contribuir para melhorias permanentes ao trabalho desenvolvido, com o exercício efetivo de avaliação processual e produção de conhecimentos acerca da realidade social, na direção da consolidação do projeto Pró-Cidadania e das transformações que almeja produzir junto à realidade social. Nessa perspectiva, o problema a ser pesquisado pretende responder ao questionamento: como as ações desenvolvidas pela equipe técnica do projeto Pró-Cidadania impulsionam para a defesa de direitos de cidadania? **OBJETIVO:** Analisar o processo de desenvolvimento das ações inerentes ao projeto Pró-Cidadania, na busca de compreender sua contribuição para melhoria da prática de trabalho da equipe e do nível de informações sobre direitos na resolução de problemas coletivos pelos usuários. **Objetivos Específicos:** Demonstrar a importância de desenvolver ações de extensão universitária na relação com as funções da política pública de assistência social (defesa de direitos, proteção social e vigilância socioassistencial). Explicitar a organização dos processos de trabalho inerentes às ações desenvolvidas no projeto Pró-Cidadania. Reconhecer as potencialidades e os limites envolvendo a equipe técnica na execução das ações do Projeto Pró-Cidadania e a difusão das informações

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

em apoio à resolução de problemas coletivos. Sistematizar conhecimentos e metodologias que subsidiem o processo de desenvolvimento (execução, avaliação e (re)planejamento) de ações de extensão universitária.

METODOLOGIA: A pesquisa se desenvolve junto à equipe técnica executora do projeto Pró-Cidadania e grupos em atendimento, e indiretamente junto à rede socioassistencial dos municípios integrantes da Comarca de Chapecó. Tem como “orientação teórica” a “concepção materialista dialética”, baseada nas elaborações de Triviños (1987, p. 51), ao referir que “[...] o materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e, como tal, realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento.” A concepção materialista dialética apresenta três características importantes: “[...] a primeira delas é a da materialidade do mundo [...]. A segunda peculiaridade do materialismo ressalta que a matéria é anterior à consciência. [...]. E, por último, o materialismo afirma que o mundo é conhecível [...]”, entendimento que compartilhamos na presente pesquisa. Está caracterizada como uma pesquisa qualitativa, a qual “[...] intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as conseqüências que terão para a vida humana.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 129). Como estratégia, utiliza-se a da “pesquisa-ação”, a qual tem por objetivo primeiro “[...] mudar uma dada situação particular levando em consideração a totalidade concreta tal como é vivida.” (DIONNE, 2007, p. 23). “A pesquisa-ação conserva a distinção entre a abordagem científica e a abordagem da ação em si mesma. Ela tende a associar os dois processos, cada um deles guardando sua especificidade. Feito isso, a pesquisa-ação provoca uma redução da distância entre a teoria e a prática.” (DIONNE, 2007, p. 29). A pesquisa-ação pode ser organizada em cinco etapas, dentre as quais: (a) Identificação da situação que será estudada; (b) Definição dos objetivos da pesquisa e da ação; (c) Planejamento metodológico da pesquisa e da ação; (d) Realização da pesquisa e da ação; (e) Análise e avaliação dos resultados (DIONNE, 2007). Com relação às técnicas de coleta de dados, utiliza-se da “observação participante”, da “entrevista individual” e da “discussão de grupo”. Utiliza-se ainda como técnica, o levantamento documental (documentos e relatório produzidos pelo Projeto Pró-Cidadania) durante o desenvolvimento das atividades junto à equipe e grupo referenciado de usuários, bem como do “diário de pesquisa”, no qual são registradas questões pertinentes ao processo de observação. A análise dos dados será realizada a partir da abordagem marxista, a qual “[...] se propõe a captar o movimento, as contradições e os condicionamentos históricos.” (MINAYO, 2004, p. 230). Ainda segundo Minayo, apesar das dificuldades, o método hermenêutico-dialético é o “[...] mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade. Ele coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida.” (MINAYO, 2004, p. 231). **RESULTADOS:** Trata-se de uma pesquisa em fase inicial de organização para compor o projeto de dissertação de mestrado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. Como resultados, têm-se a participação em núcleos de estudos e orientações, bem como participação em atividades de campo com equipe técnica envolvida na execução, do Projeto. **CONCLUSÕES:** Os avanços tecnológicos e o acesso à informação na sociedade contemporânea não significam uma maior possibilidade de acesso ao conhecimento e informações em prol da vida pública de indivíduos, famílias e grupos. Pelo contrário, têm se constituído em desafio à garantia de direitos, pois é necessário apreender formas de ler e interpretar criticamente as informações disponíveis, tanto do ponto de vista da formação acadêmica, quanto por parte dos “cidadãos” que buscam acessar a justiça e garantir seus direitos de cidadania.

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

A informação e o conhecimento dos direitos são condicionantes do efetivo exercício da cidadania e da possibilidade de acesso à justiça, considerado o mais básico dos direitos humanos. O acesso à justiça não é apenas um direito social crescentemente reconhecido e assegurado, mas deve ser efetivo para alcançar a ordem jurídica justa para toda a população. Numa sociedade que se pretende justa e equilibrada, as pessoas devem exercer plenamente seus direitos e deveres, atuando como sujeitos de direito. Para Caovilla (2006), no Brasil, o acesso à justiça está basicamente centrado no judiciário e as políticas públicas se constituem campo de intervenção central para estabelecer mediações práticas. A existência de políticas públicas efetivas é condição para que as populações mais vulneráveis socialmente acessem a justiça e garantam seus direitos de cidadania, os quais estão intimamente ligados ao processo de desenvolvimento regional, uma vez que não é possível pensar o desenvolvimento de uma região sem a garantia dos direitos à sua população. Como projeto de extensão universitária, o Pró-Cidadania busca produzir conhecimentos pautados pela pesquisa-ação como metodologia participativa de (re)planejamento e avaliação processual em face das próprias ações desenvolvidas e, ao mesmo tempo, influenciar nesse sentido os demais programas e projetos no âmbito da extensão da Unochapecó. A pretensão de análise de como as ações desenvolvidas pelo projeto Pró-Cidadania impulsionam a defesa de direitos pautada pela estratégia da pesquisa-ação – que busca soluções para os problemas vividos pelos sujeitos e organizações e, ao mesmo tempo, objetiva a melhoria direta da prática profissional – apresenta-se relevante para as ações de extensão universitária da Unochapecó.

Palavras-chave: Extensão universitária. Defesa de direitos. Pesquisa-ação.

Fonte financiadora: Unochapecó.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIPROLIFERATIVA DE *Eugenia uniflora* (Myrtaceae)

Mariane Schneider¹, Denise Bianchim Gomes,
Ana Lúcia Tasca Gois Ruiz, Walter Antônio Roman Junior

¹Acadêmica de Farmácia da Unochapecó, marianes@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Câncer é o nome dado a um conjunto de mais de cem doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células que invadem tecidos e órgãos. Dividindo-se rapidamente, essas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, determinando a formação de tumores malignos que podem espalhar-se para outras regiões do corpo. Pode surgir em qualquer parte do corpo, mas alguns órgãos são mais afetados do que outros. Entre os mais suscetíveis estão o pulmão, a mama, o colo do útero, a próstata, o colón e o reto (intestino grosso), a pele, o estômago, o esôfago, a medula óssea e cavidade oral. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 30% das mortes por câncer resultam dos seguintes fatores: obesidade, dieta inadequada, falta de atividade física e uso de tabaco e álcool. O tratamento do câncer pode ser feito através de cirurgia, radioterapia, quimioterapia ou transplante de medula óssea. Em muitos casos, é necessário combinar mais de uma modalidade.¹ A procura de melhores agentes citotóxicos continua a ser uma linha importante na descoberta de fármacos anticancerígenos modernos (KOEHN; CARTER, 2005). Os produtos naturais têm proporcionado uma rica fonte de compostos que têm encontrado muitas aplicações nas áreas de Medicina, Farmácia e Biologia (MUKHERJEE et al., 2001). Para o combate do câncer, um número relevante de novos medicamentos tem sido obtido a partir de fontes naturais, por modificação estrutural de compostos naturais ou pela síntese de novos compostos, concebido de acordo com um composto natural como modelo (NEWMAN; CRAGG, 2005). O gênero *Eugenia* L. é um dos maiores da família Myrtaceae, com mais de quinhentas espécies, das quais, cerca de quatrocentas encontram-se no Brasil e assumem destaque especial por serem utilizadas como plantas medicinais. Dentro desse gênero, tem-se *Eugenia uniflora* L. (pitangueira), que se apresenta como um arbusto ou árvore. É uma espécie que cresce na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e no Brasil. As folhas da *E. uniflora* são ricas em óleos essenciais contendo citronelol, geraniol, cineol e sesquiterpenos, os quais têm demonstrado possuir atividade antimicrobiana (FIUZA et al., 2008). Já o seu extrato hidroetanólico dos frutos de *Eugenia uniflora* L. revelou efeitos apoptóticos e antiproliferativos em células hepáticas estreladas, mas não há trabalhos com extratos das folhas do vegetal. (DENARDIN et al. 2014). **OBJETIVO:** Avaliar a atividade antiproliferativa *in vitro* de *Eugenia uniflora* L. (Myrtaceae). **METODOLOGIA:** As folhas de *E. uniflora* foram coletadas em Chapecó (SC) (27°05'33.4"S 52°39'54.3"O), e uma exsicata da planta foi depositada no Herbário do Museu Botânico Municipal de Curitiba, com o número de registro MBM 316818. O material vegetal foi desidratado em temperatura ambiente, triturado

Mariane Schneider, Denise Bianchim Gomes, Ana Lúcia Tasca Gois Ruiz, Walter Antônio Roman Junior

em moinho de facas, selecionado em tamis de 425 μm (35 Tyler/Mesh), identificado e armazenado ao abrigo da luz. Uma amostra (25 g) foi submetida à extração por maceração com diclorometano (DCM; 500 mL) e posteriormente o “marco” (resíduo vegetal) foi extraído com etanol 70% (HID; 500 mL) por maceração. Ambos os métodos extrativos por cinco dias. Os extratos DCM e HID de *E. uniflora* foram filtrados em funil de Büchner, concentrados em rotavapor sob pressão reduzida, liofilizadas e estocadas em freezer a $-20\text{ }^{\circ}\text{C}$ até a realização dos ensaios *in vitro*. As análises antiproliferativas foram realizadas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) utilizando cultura das células frente a concentrações crescentes das frações DCM e HID (0,25; 2,5; 25 e 250 mg/mL) utilizando 11 linhagens de células tumorais. A quantificação da densidade óptica foi medida em espectrofotômetro utilizando-se o filtro de interferência de 550 nm após coloração com sulforrodamina B. O software estatístico utilizado foi o Origim 4.0 e os gráficos foram gerados a partir da comparação das médias. **RESULTADOS:** A atividade antiproliferativa de HID foi observada somente em altas concentrações (> 160 mg/mL). A fração DCM revelou atividade mais eficiente, apresentando inibição de crescimento (GI₅₀) frente a NCI-H460 (pulmão) e OVCAR-3 (ovário) nas concentrações de 12,17 e 18,39 mg/mL, respectivamente. A inibição total de crescimento (TGI) foi verificada frente às células tumorais OVCAR-3 (ovário) na concentração de 51,29 mg/mL. **CONCLUSÕES:** A fração DCM de *E. uniflora* apresentou atividade antiproliferativa eficiente, frente a linhagens de células tumorais de ovário. Perspectivas para continuidade deste trabalho baseiam-se em isolamento da substância majoritária por coluna cromatográfica e avaliações *in vivo*.

Palavras-chave: *Eugenia uniflora* L. Antiproliferativa. Fitoquímica.

Fonte financiadora: Bolsa de Pesquisa do Edital 383/2014 (Art. 170).

Referências

- DENARDIN, C. C. et. Antiproliferative and aytotoxic effects of purple pitanga (*Eugenia uniflora* L.) extract on activated hepatic stellate cells. **Cell Biochem Funct.**, v. 32, n. 1, p. 16-23, jan. 2014.
- FIUZA S. T. et al. Caracterização farmacognostica das folhas de *Eugenia Uniflora* L. (MYRTACEAE). **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 2, p. 1-11, 2008.
- KOEHN, F. E.; CARTER, G. T. The evolving role of natural products in drug discovery. **Nature Rev Drug Discov**, v. 4, n. 3, p. 206-220, mar. 2005.
- MUKHERJEE, A. K. et al. Advances in cancer therapy with plant based natural products. **Curr Med Chem**, v. 8, p. 1467-1486, 2001.
- NEWMAN, D. J.; CRAGG, G. M. Antitumor agents from natural sources. In: CRAGG, G. M.; KINGSTON, D. G. J.; NEWMAN, D. J. (Eds.). **Anticancer Agents from Natural Products**. Boca Raton: CRC Press; Taylor & Francis Group, 2005.

FATORES DE RISCO PARA O PÉ DIABÉTICO

Marília Klein Reis¹, Júlia Scaravelli Mario, Mari Cassol Ferreira,
Larissa Giordani Tozzi, Samira da Silva Pinto

¹ Acadêmica de Medicina da Unochapecó, marilia.kr@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O pé diabético é uma complicação crônica do diabetes *mellitus*, que pode se manifestar por neuropatia, vasculopatia, acometimento osteoarticular e infecções. Lesões no pé estão entre as complicações mais graves e custosas do diabetes, além de serem as principais causas de amputações não traumáticas de membros inferiores, cujo risco é quarenta vezes maior em diabéticos do que na população em geral; e a taxa de sobrevivência em cinco anos após a amputação é de aproximadamente 28% (VILAR, 2006). O desenvolvimento e a evolução do pé diabético estão associados com a presença de dois ou mais fatores de risco concomitantes, os sistêmicos – como o comprometimento nervoso e vascular periférico –, e os fatores externos – como hábitos de vida, más condições de higiene e cuidado e calçados inapropriados (PEDROSA, 2001; BAKKER; APELQVIST; SCHAPER, 2012). A neuropatia é um dos mais importantes fatores de risco para o desenvolvimento do pé diabético, pois leva a insensibilidade na região e perda de estímulos protetores, deixando o paciente mais vulnerável a lesões e deformidades (BARKKER; APELQVIST; SCHAPER, 2012). A vasculopatia, tanto macro quanto microangiopática, colabora amplamente para a morbidade e mortalidade em indivíduos diabéticos. Programas para cuidados com os pés são capazes de reduzir a ocorrência de lesões em até 50% (PEDROSA, 2001). Sendo assim, é primordial a avaliação dos membros inferiores de pacientes diabéticos, considerando o aspecto dermatológico, estrutural, vascular e neurológico, com o objetivo de identificar alguns fatores de risco modificáveis, procurando reduzir o risco de lesões mais severas, assim como ulceração e amputação (SBD, 2014). **OBJETIVO:** Avaliar os fatores de risco determinantes do pé diabético em indivíduos portadores de diabetes *mellitus* assistidos no serviço público de saúde de Chapecó (SC); verificar a presença de perda da sensibilidade protetora, o acometimento arterial periférico, a prevalência e a gravidade de úlceras e amputações de membros inferiores em indivíduos portadores de diabetes *mellitus*. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo, transversal, realizado no período de julho de 2014 a agosto de 2015. Foram avaliados 178 indivíduos diabéticos tipo 1 e tipo 2, maiores de 18 anos, concordantes com o termo de consentimento livre e esclarecido. O instrumento de pesquisa “Rastreamento e avaliação precoce dos fatores de risco e prevenção do pé diabético”, desenvolvido pela Sociedade Brasileira de Diabetes/Distrito Federal e pelo Grupo de Pé Diabético do Brasil, foi utilizado para a análise de sintomas neuropáticos, achados clínicos na inspeção dos pés, limitação da mobilidade articular, perda de sensibilidade protetora (PSP), doença arterial periférica (DAP), úlceras, amputação e classificação do risco – sendo risco

Marília Klein Reis, Júlia Scaravelli Mario, Mari Cassol Ferreira, Larissa Giordani Tozzi, Samira da Silva Pinto

0 a ausência de PSP e DAP; risco 1 a presença de PSP com presença de deformidades ou não; risco 2 a DAP com presença de PSP ou não; e risco 3 a presença de úlceras e/ou amputação prévia. **RESULTADOS:** Na amostra avaliada, 99,4% eram portadores de diabetes *mellitus* tipo 2, 65,7% dos indivíduos eram do sexo feminino, idade média de $64,84 \pm 10,85$ anos, tempo de doença médio de $9,92 \pm 8,7$ anos, 92,7% utilizavam medicação oral e 19,1% eram usuários de insulina. A média do valor da hemoglobina glicada foi $7,53 \pm 2,69\%$. Limitação da mobilidade articular foi observada em 1,7% da amostra. Sintomas neuropáticos foram referidos por 73% dos indivíduos, sendo queimação, dormência ou formigamento os relatos predominantes. Os sintomas neuropáticos foram mais frequentes nos pés (51,5%), e com maior frequência e intensidade no período noturno (47,7%). Os achados clínicos mais prevalentes foram pele seca, rachaduras ou fissuras (77%), micose ungueal (36%) e calosidades (28,1%). O uso de calçado inadequado foi percebido em 67,4% dos indivíduos diabéticos. Perda da sensibilidade protetora foi identificada em 25,3% da amostra, dos quais, 71,1% tinham valores de hemoglobina glicada maior de 7% ($p = 0,07$). O valor alterado da hemoglobina glicada também estava presente em 75% dos sujeitos com úlcera ativa e 100% dos que apresentavam amputação. 66,7% dos pacientes que apresentaram úlcera prévia ($p = 0,036$), 50% daqueles com úlcera ativa ($p = 0,268$) e todos com amputação ($p < 0,01$) apresentavam perda de sensibilidade protetora. A maioria (61,4%) dos indivíduos com envolvimento de fibras finas ($p = 0,216$) – caracterizado por sintoma neuropático de queimação, sensibilidade térmica ou dolorosa diminuídas –, e 55,6% dos pacientes com prejuízo das fibras finas e grossas ($p = 0,02$) – caracterizado por acometimento de fibras finas + teste do monofilamento ou sensibilidade vibratória alterados – apresentavam diabetes há menos de dez anos. Sinais de doença arterial periférica foram observados em 16,9% da amostra. 3,4% dos pacientes relataram úlcera prévia, 2,2% possuíam úlcera ativa e 1,7% da amostra apresentou amputação de membro inferior, todas foram amputações menores. Quanto à classificação de risco, 62,9% foram classificados como risco 0, 18,5% dos indivíduos tiveram risco 1, 14,6% dos sujeitos possuíam risco 2 e 3,9% da amostra foi classificada como risco 3. Houve maior prevalência do sexo feminino nos riscos 0, 1 e 2; já no risco 3, o sexo masculino predominou, sendo aproximadamente 2,5 vezes maior. **CONCLUSÕES:** Os dados avaliados permitem confirmar o importante impacto do tempo de evolução do diabetes e do descontrole glicêmico sobre o surgimento e a evolução do pé diabético. A perda de sensibilidade protetora demonstrou relação com a presença de úlcera prévia, úlcera ativa e amputação. O comprometimento de fibras nervosas finas e grossas antes dos dez anos de doença serve de alerta para o rastreamento e diagnóstico precoce da neuropatia periférica. O acometimento arterial periférico foi verificado em uma porcentagem significativa da amostra. A presença da úlcera prévia, da úlcera ativa e da amputação foi semelhante à encontrada em outros estudos. A maioria dos indivíduos classificada como risco 0 demonstra que as ações em saúde realizadas estão surtindo efeito; porém, a maior prevalência do sexo masculino em graus mais elevados de risco reitera que ainda é preciso realizar ações para aumentar a participação e o interesse dos homens nos cuidados em saúde.

Palavras-chave: Pé diabético. Complicações do diabetes. Diabetes *mellitus*.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Marília Klein Reis, Júlia Scaravelli Mario, Mari Cassol Ferreira, Larissa Giordani Tozzi, Samira da Silva Pinto

Referências

BAKKER, Karen; APELQVIST, Jan; SCHAPER, Nicolaas C. Practical guidelines on the management and prevention of the diabetic foot 2011. **Diabetes Metab Res Rev**, v. 28, n. 1, p. 225-231, out. 2012.

PEDROSA, Hermelinda C. (Dir.). Grupo de trabalho internacional sobre pé diabético. **Consenso Internacional sobre Pé Diabético**. Tradução de Ana Claudia de Andrade. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2001.

SBD – Sociedade Brasileira de Diabetes. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2013-2014**. São Paulo: AC Farmacêutica, 2014.

VILAR, Lucio. **Endocrinologia Clínica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO SOBRE A NOÇÃO DE INTERLÍNGUA NO DISCURSO DA CIÊNCIA

Marina Serpa¹, Taisa Tarso, Marcia Ione Surdi

¹ Acadêmica de Letras da Unochapecó, marina.srp93@gmail.com

INTRODUÇÃO: Neste texto, apresentamos o projeto de nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para o curso de Letras, da Unochapecó, que versa sobre o tema interlíngua, em especial sobre o que se discursiviza sobre interlíngua em produções científicas nos últimos cinco anos. Estudar o que dizem as produções acadêmicas sobre interlíngua nos últimos anos, possibilita-nos diagnosticar o “estado da arte” da pesquisa acadêmica na área de Linguística, em especial aquelas que voltam o olhar para a língua, posta em relação com os sujeitos. Para Lagazzi-Rodrigues (2007, p. 12): “A Linguística é legitimada por quem institui uma ciência, por quem pratica uma ciência, por quem ensina uma ciência, por quem divulga uma ciência [...]”, portanto, por todos aqueles que tomam a Linguística como seu objeto de “trabalho”, nesse viés, centramos nosso olhar para a divulgação científica, via publicização que se realiza por meio de periódicos especializados. Orlandi (2001, p. 149) considera a divulgação científica como “discursos da ciência fazendo seu percurso na sociedade e na história”, e de acordo com a autora, a produção científica é indissociável da ciência, tecnologia e administração (governo). Considerando que o TCC tem como objetivo promover a investigação científica na área acadêmica, escolhemos este tema por compreender que o processo de aquisição de uma segunda língua não é estática, renova-se a cada aprendizagem, e a língua materna serve como base para que a língua estrangeira seja adquirida. Porém, nesse percurso ficam migalhas, as quais pesquisadores designaram de interlíngua. Diante do exposto, emerge o seguinte problema: o que se discursiviza sobre interlíngua em produções científicas, na área de Linguística, nos últimos cinco anos, e como essa noção teórica se aproxima de noções advindas do campo da Análise de Discurso? Nessa direção, as dúvidas se materializam nas seguintes questões: quais são as noções de interlíngua que emergem nas produções científicas? Ao se discursivizar sobre interlíngua, no âmbito do discurso da ciência, que possíveis efeitos de sentido emergem, o que é dito e o que é silenciado? Há uma relação de sentidos entre as noções de Interlíngua, língua fluida e língua imaginária? Ao considerar o tema da pesquisa, as leituras teóricas e as investidas iniciais em relação ao *corpus*, percebemos que sob o viés da Análise de Discurso ainda são poucas as investigações desenvolvidas sobre a noção de interlíngua, bem como sobre a produção e efeitos de sentido dos discursos, materializados nas divulgações científicas. Nessa perspectiva, o aporte teórico-metodológico para desenvolver este estudo será o da Análise de Discurso, de Linha Francesa, fundada por Michel Pêcheux e, atualmente, desenvolvida por Eni Orlandi (e outros) no Brasil, por que em “[...] análise

Marina Serpa, Taisa Tarso, Marcia Ione Surdi

de discurso, tratando-se a questão pela noção de discurso – efeito de sentidos entre locutores – e pensando a forma material como sendo aquela em que o linguístico e o histórico não são correlatos mas constitutivos entre si, essa questão adquire outros matizes.” (ORLANDI, 1996, p. 124). **OBJETIVO:** Analisar o que se discursiviza sobre interlíngua em produções científicas nos últimos cinco anos, e como essa noção teórica se aproxima de noções advindas do campo da Análise de Discurso. Para os objetivos específicos, delimitamos descrever quais são as noções de interlíngua que emergem nas produções científicas e compará-las às noções de língua fluida e língua imaginária, considerando as condições de produção desses discursos, bem como compreender a produção e efeitos de sentido que emergem ao se discursivizar sobre interlíngua, no âmbito do discurso da ciência. **METODOLOGIA:** Conforme Minayo (2003), a pesquisa é a atividade básica da ciência na sua construção da realidade. A pesquisa qualitativa, que propomos desenvolver neste estudo, trata-se de uma atividade da ciência, que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Godoy (1995) apresenta algumas características da pesquisa qualitativa, a qual embasam também este trabalho: considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, tem como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados. Para constituir o *corpus* de análise, tomaremos como materialidade linguística artigos, selecionados de publicações *on-line*, da área de Linguística, dos últimos cinco anos. Para chegar à seleção dos artigos, nosso movimento será o de localizar artigos que tenham como palavra-chave a designação interlíngua. Para desenvolver as análises, selecionaremos sequências discursivas (SD) que descrevam as noções de interlíngua que emergem nas produções científicas e, na sequência, vamos compará-las à noção de interlíngua e às noções de língua fluida e língua imaginária, compreendendo, assim, a produção e efeitos de sentido que emergem ao se discursivizar sobre interlíngua, no âmbito do discurso da ciência. Tal proposta será desenvolvida de acordo com a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso. **RESULTADOS:** Esta pesquisa está em desenvolvimento e as análises serão o próximo passo. Ainda não finalizamos o estudo, mas já podemos antecipar que tratar de produção e efeitos de sentido permite-nos sair de uma perspectiva somente sistêmica de se pesquisar e entender a língua, neste caso, a interlíngua, pois se vai além do sistema e da norma, remetendo-a a uma nova ordem, como aponta Grigoletto (2007, p. 31), “[...] significa considerá-la incompleta, como um corpo atravessado por falhas, fissuras, lapsos e silêncios, os quais produzem sentidos pela inscrição do sujeito e, por sua vez, da língua na história.” Os movimentos de análise do *corpus* acontecerão no primeiro semestre de 2016, a fim de se concluir a pesquisa.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Interlíngua. Divulgação científica.

FORMAÇÃO ACADÊMICA PARA A REORIENTAÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE: DESAFIOS ENCONTRADOS PELO NUTRICIONISTA DOS NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA EM CHAPECÓ (SC)

Marta Nichelle do Amaral¹, Maria Elisabeth Kleba

¹ Mestre pela Unochapecó, m_nutricionista@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) oferecem aporte às equipes de Saúde da Família por meio de um grupo de profissionais de diferentes áreas de conhecimento, incluindo o profissional nutricionista. O campo da nutrição e da alimentação constituem-se dimensão social que integra saberes e práticas, mediados por relações de poder. Nesse sentido, esse campo é, necessariamente, interdisciplinar, pois inclui não apenas o saber técnico, mas a cultura e todas as relações que permeiam o sentido e as práticas alimentares. A formação acadêmica tem importante contribuição nas práticas do cuidado em saúde; assim, um ensino que valorize a integralidade, o cuidado humanizado e a promoção da saúde, prepararia futuros profissionais capazes de conhecer seus usuários e suas necessidades de modo mais integral. O ensino deve contemplar os estudantes, por intermédio da academia, um referencial teórico e prático voltado ao cuidado integral, à humanização no atendimento, à clareza de termos como vínculo, acolhimento, afetividade e respeito. Este artigo apresenta parte dos resultados de uma dissertação de mestrado que trata sobre a atuação do nutricionista do Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Para este trabalho, o recorte realizado elegeu uma subcategoria da dissertação, visando mostrar a contribuição da formação acadêmica do profissional nutricionista do NASF, na perspectiva da reorientação profissional do cuidado em saúde, no município de Chapecó, situado no oeste de Santa Catarina. **OBJETIVO:** O interesse em discutir a formação acadêmica dos nutricionistas que atuam no NASF do município de Chapecó partiu do querer conhecer suas experiências e saberes voltados aos serviços da saúde pública e como a formação acadêmica pode contribuir para o alcance dos objetivos e para a consolidação dos princípios do SUS no Brasil. **METODOLOGIA:** A pesquisa, de abordagem qualitativa, delineada como estudo de caso exploratório, utilizou como técnicas de coleta de dados a análise documental, o grupo focal e a entrevista semiestruturada, envolvendo 27 profissionais de saúde, sendo: nutricionistas e outros profissionais que compõem o NASF e a ESF, bem como gestores que acompanham o trabalho dos nutricionistas no município. **RESULTADOS:** Os resultados encontrados revelam que o profissional nutricionista tem contribuído na formação acadêmica dos futuros nutricionistas para o cuidado da saúde. As atividades nos cenários de práticas, ditas estágios, foram anunciadas como pontos favoráveis e preparatórios em sua formação acadêmica. Já o despreparo para atividades coletivas foram elencadas como uma fragilidade na formação acadêmica; por sua vez, os gestores referiram que a pouca iniciativa e a falta de um trabalho mais articulado, interdisciplinar, são consequências de um ensino que

Marta Nichelle do Amaral, Maria Elisabeth Kleba

prioriza o atendimento individualizado, sendo o trabalho em equipe uma demanda insuficiente aplicada pelos educadores das instituições de Ensino Superior (IES). O profissional nutricionista tem encontrado desafios e ao mesmo tempo tem superado esses desafios e mostrado suas potencialidades na conquista de práticas que geram saúde e bem-estar ao indivíduo, família e comunidade. **CONCLUSÕES:** O presente estudo permitiu conhecer e identificar os desafios e potencialidades do nutricionista na ESF, na perspectiva do contínuo e permanente cuidado integral a todo indivíduo, família e sociedade. As IES assumem compromisso essencial na formação desse profissional que, como membro da equipe multidisciplinar de apoio à saúde da família, tem contribuído na qualificação da assistência e, conseqüentemente, na consolidação do SUS.

Palavras-chave: Nutricionista. Formação acadêmica. Saúde.

REDES SOCIAIS E INTELECTUAIS EM EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO CAMPO DISCIPLINAR DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL (1980-2014)

Miguel Ângelo S. da Costa¹, Ana Paula Antonello,
Luciano Gonçalves de Oliveira, Roberta Knapik Brum

¹ Doutor, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó, miguel.costa@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Sabe-se que nas últimas três décadas, os estudos históricos em educação foram beneficiados com a institucionalização, seguida da consolidação e expansão dos programas de pós-graduação em Educação no Brasil. Inscrita numa estrutura acadêmica de ensino e pesquisa, a história da educação (brasileira) paulatinamente se consolidou como disciplina acadêmica, nos currículos de cursos de graduação e pós-graduação, emancipando-se gradativamente de outros domínios disciplinares conexos. Em diálogo com esse novo cenário, a paisagem intelectual, delineada pela matriz historiográfica herdada das décadas anteriores, passou por sucessivas clivagens, das quais decorreu a adoção de outros modelos teórico-explicativos e métodos críticos, reorientando, enfaticamente, o campo teórico e empírico da produção em história da educação no cenário intelectual brasileiro. **OBJETIVO:** Investigar, portanto, as redes sociais e intelectuais que influenciaram na (re)configuração e consolidação deste campo disciplinar e de pesquisa no Brasil é o objetivo mais amplo do projeto “Redes sociais e intelectuais em Educação: uma abordagem a partir do campo disciplinar da História da Educação no Brasil (1980-2014)”, em execução desde fevereiro de 2015 e cuja equipe executora é formada por pesquisadores doutores, mestrandos e bolsistas de iniciação científica. Entende-se que a pesquisa em desenvolvimento tem contribuído para uma melhor compreensão não apenas acerca da conformação de nichos – redes – sociais e intelectuais dedicados ao grande tema que a área contempla, mas, principalmente, em relação à influência que essas redes e intelectuais exerceram e exercem na consolidação desse campo de conhecimento no País. De outra parte, tem contribuído para melhor avaliar não somente os possíveis avanços que a produção do conhecimento em História da Educação alcançou desde a década de 1980 – quando foi criada a Sociedade Brasileira de História da Educação – até o primeiro decênio do século XXI, como, ainda, o impacto atual dessa produção no âmbito mais amplo da pesquisa na área da Educação no Brasil. Além disso, entende-se que a efetiva participação de mestrandos e acadêmicos de cursos de graduação no desenvolvimento das atividades previstas no projeto contribui para uma sólida formação acadêmica e intelectual destes estudantes. Portanto, entende-se que a pesquisa em andamento possui ampla relevância acadêmica, científica e social, uma vez que, além de contribuir para produção de novas interpretações/entendimentos acerca do objeto em análise, também contribui para formação de jovens pesquisadores na área das Ciências Humanas e sua futura inserção social na área da Educação. **METODOLOGIA:** Metodologicamente, à luz do recurso instrumental da *network analysis*, a pesquisa foi

orientada na esteira de dois eixos de reflexão: a) o aspecto social dos relacionamentos de produção científica no processo de construção do conhecimento no campo da História da Educação e b) as estruturas intelectuais configuradas nesse mesmo campo. Não se trata, evidentemente, de uma inovação sob o ponto de vista metodológico, até porque, usado em larga escala, o termo “rede” desfruta de significativa expressividade na linguagem acadêmica, o que denota a importância particular que a metodologia assumiu no campo da produção do conhecimento acadêmico. As análises baseadas na *network analysis* consistem em apreender o modo como os indivíduos situam-se, interatuam e criam mecanismos de circulação de recursos individuais e coletivos, no seio de esquemas virtuais de aglutinação social (BERTRAND, 2000). Nessa perspectiva, o conceito de rede migra do uso metafórico para uma ferramenta fundamentalmente capaz de permitir a observação da complexidade das realidades e das relações sociais, sem impor antecipadamente uma definição ao grupo social em análise, sejam quais foram suas características. Assim sendo, o método de pesquisa utilizado é de corte quantitativo apoiado na análise qualitativa das redes. Considera-se adequado aos objetivos deste projeto, tendo em vista os seguintes fatores: a) permite a análise e o uso de informações sobre o relacionamento entre os atores (intelectuais) vinculados às redes (grupos de pesquisa), possibilitando avaliar tanto os aspectos descritivos dos relacionamentos, quanto a realização de procedimentos estatísticos complementares no âmbito da produção de conhecimento; b) porque este cruzamento de informações de corte quantitativo e qualitativo contribui para a investigação de implicações causais entre as variáveis estudadas. Para isso, foram construídos modelos de regressão com o propósito de avaliar a influência das relações diádicas no âmbito das redes (grupos) e de produção científica (variáveis independentes) sobre a estrutura intelectual, representadas por meio da rede de afinidade de produção intelectual entre pesquisadores. No que consiste ao entendimento teórico acerca do campo disciplinar da História da Educação no Brasil, esse foi analisado com base nas formulações do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983), que define “campo científico” como um espaço social configurado por meio de relações de força e disputas, que visa beneficiar interesses específicos dos participantes deste campo. Desse ponto de vista, a capacidade de “produzir ciência” e/ou conhecimento, por parte de um determinado indivíduo e/ou grupo, está agregada a um determinado poder social. **RESULTADOS:** A pesquisa desenvolvida até o presente momento resultou na criação de um banco de dados (fomentado continuamente), a partir do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, base de dados que oferece, por exemplo, informações relacionadas aos recursos humanos participantes nos grupos, às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades de conhecimento e aos setores de atividades envolvidos, aos cursos de mestrado e doutorado com os quais o grupo interage e à produção científica e tecnológica de pesquisadores. A partir da coleta realizada, identificou-se 35.424 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil até 2014. Desses, 3.219 (9,1%) cadastrados na área da Educação e 204 (0,6%) na subárea da História da Educação (BRASIL, DGP – CNPq, 2015). Na subárea da História da Educação e por grandes regiões, tem-se 24% desses grupos na região Sul, 41,2% na região Sudeste, 6,4% no Centro-Oeste, 4,4% na região Norte e 24% na região Nordeste. No que consiste ao processo de implantação dos grupos de pesquisa na subárea da História da Educação, verificou-se que de 2000 a 2014 houve a criação de 165 novos grupos, o que representa um aumento de 423,08%. Distribuídos em 204 grupos de pesquisa, identificou-se 4.432 pesquisadores: doutores (1.336); estudantes de doutorado (534); mestres (461); estudantes de mestrado (582); graduados (22), estudantes de graduação/BIC (504) e outros estudantes (993). Ainda em relação aos recursos humanos e produtividade em pesquisa, foram

Miguel Ângelo S. da Costa, Ana Paula Antonello, Luciano Gonçalves de Oliveira, Roberta Knapik Brum

identificados 75 bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, o que em termos percentuais representa apenas 5,61% do total de doutores cadastrados. Além disso, esses 75 bolsistas em produtividade do CNPq são responsáveis pela produção de 963 trabalhos na subárea da História da Educação: 420 artigos em periódicos científicos; 147 livros e 396 capítulos. Embora parciais, os resultados obtidos permitem a reconstrução do cenário de constituição do campo de pesquisa na área da Educação, o qual vem se consolidando substancialmente nas últimas décadas. Concluída a etapa de coleta de dados e de identificação dos atores que integram/formam as redes de pesquisa e intelectuais em História da Educação no País, faz-se necessário analisar cada ligação existente no conjunto desse universo relacional. Logo, a análise da configuração destas redes possibilitará diversos ensaios de cunho qualitativo e quantitativo e, principalmente, no que diz respeito à produção científica no âmbito das redes e intelectuais que reconfiguraram este campo disciplinar. Essa, portanto, será a próxima fase da presente pesquisa, o que também permitirá melhor avaliar o impacto atual desta produção no âmbito mais amplo da pesquisa na área da Educação no Brasil.

Palavras-chave: História da Educação. Grupos de Pesquisa do CNPq. Redes intelectuais.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (Pibic/FAPE) e Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior Fumdes/Uniedu.

MODOS DE VIDA DE FAMÍLIAS ATINGIDAS APÓS A INSTALAÇÃO DA UHE FOZ DO CHAPECÓ SEGUNDO MODALIDADES DE INDENIZAÇÃO

Myriam Aldana Vargas Santin¹

¹ Docente da Unochapecó, aldana@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O rio Uruguai, que no Brasil faz divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e também entre Argentina e Uruguai, tem sido alvo de grandes projetos hidrelétricos que foram concebidos ainda na década de 1970 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó está localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó, no estado de Santa Catarina, e Alpestre, no estado do Rio Grande do Sul. Instalada em 2010, atingiu 13 municípios desses dois estados. A Foz de Chapecó Energia, responsável pela Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, recebeu em julho de 2010 a concessão do uso da água da Agência Nacional de Água (ANA), outorgando-lhe o direito do uso de recursos hídricos para fins de aproveitamento do potencial hidrelétrico da UHE Foz do Chapecó, e a licença de operação da hidrelétrica foi concedida pelo Ibama no mesmo ano. Nesse grande projeto, o processo de indenizações aos atingidos foi bastante complexo e conflitivo. Pretende-se então apresentar a dinâmica desse processo com a participação dos atores sociais envolvidos, assim como a situação das famílias atingidas após cinco anos da instalação. Nas famílias do reassentamento rural coletivo, uma das formas de indenização negociadas na UHE Foz do Chapecó, expressões significativas apareceram nas entrevistas realizadas quando se perguntou sobre a escolha pelo reassentamento. Em uma das famílias visitadas, conversamos com um senhor de aproximadamente setenta anos, que era o dono de uma quantidade significativa de terra no município de Alpestre (RS). Toda a sua propriedade foi inundada pelo lago da barragem. Perguntamos a ele sobre a escolha de ter ido para o reassentamento, olhou para nós e com uma voz de resignação falou: “Fazer o quê?” Essa afirmação breve e simples sintetizou a impossibilidade de escolha frente à realidade do sistema: precisamos produzir a energia e este é o local onde se vai construir a usina. **OBJETIVO:** Caracterizar os modos de vida segundo as modalidades de indenização realizadas entre o empreendedor responsável pela instalação da Usina Hidrelétrica – UHE Foz do Chapecó – e os atingidos pela construção da barragem. **METODOLOGIA:** Foi realizado um estudo de caráter exploratório descritivo, com abordagem qualitativa, que possibilitou um aprofundamento no universo dos significados, permitindo compreender as representações das famílias que escolheram modalidades de indenização dentro das opções colocadas pelo empreendedor. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas de opinião, gravadas e transcritas, permitindo ao pesquisador desenvolver uma conversa mais ampla com o sujeito de pesquisa. Igualmente foi realizado levantamento documental relativo aos processos que envolveram a construção da usina. **RESULTADOS:** Com relação

Myriam Aldana Vargas Santin

às indenizações e às estratégias de negociação utilizadas pela UHE Foz de Chapecó, mesmo que seu representante tenha declarado que “todos foram indenizados”, o interessante é observar, porém, se todos os atingidos foram de fato indenizados, como foram indenizados e como foram convencidos a ser indenizados. De acordo com o MAB, 10% das propriedades “indenizadas” estão em disputa na Justiça. Ou seja, 10% dos atingidos não concordaram com o valor pago na indenização. Essas afirmações suscitam algumas dúvidas. Até que ponto uma Usina Hidrelétrica construída para o desenvolvimento regional compensa os eventuais impactos das comunidades, essencialmente agrícolas, envolvidas? E quando o Setor Público, maior fomentador do empreendimento, se alia a “interesses” contrários aos da população, não se está diante de uma crise de representatividade? E será que não houve a preocupação de estudar qual seria o resultado da sinergia gerada pelo efeito de tantas usinas sobrepostas na bacia do rio Uruguai? **CONCLUSÕES:** Os questionamentos citados acima foram levantados ao acompanhar os diversos processos de negociação e os diferentes interesses provenientes dos atores envolvidos nas negociações. Estes questionamentos fomentam as discussões deste trabalho que está em desenvolvimento.

Palavras-chave: Usina hidrelétrica-UHE. Modalidades de indenização. Impactos nos atingidos.

Fonte financiadora: Pibic/CNPq.

COMUNIDADES DE MACROINVERTEBRADOS ASSOCIADOS A BROMÉLIAS DE RESTINGA DO GÊNERO *VRIESEA*

Nádia Kroth¹, José Junior dos Santos, Karen Correa da Silva, Angelica Soligo Cassol, Daniel Albeny Simões

¹Acadêmica de Ciências Biológicas da Unochapecó, nadia.kroth@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A Mata Atlântica está presente em boa parte do Brasil e é composta por várias formações, uma delas é a restinga, que pode ser vista no litoral (MENEZES; FARIA, 2004). Nesse bioma, encontramos clima do tipo tropical, o que favorece a presença de bromeliáceas. Essas, por sua vez, servem como depósitos de água e constituem um micro-habitat rico em nutrientes (BATISTA, 2010). Em consideração, o padrão de distribuição espacial de bromeliáceas em um determinado *habitat* é determinado por fatores intrínsecos e extrínsecos à planta, que terão de ser favoráveis no micro-habitat (FREITAS et al., 2000). Sabe-se que as restingas apresentam uma considerável diversidade biológica, e são *habitats* característicos do litoral brasileiro (NUNES-FREITAS et al., 2006). Espécies da família bromeliaceae geralmente têm riqueza e alta abundância em locais que apresentam características de restinga (ROCHA-PESSOA et al., 2008), e eficientemente têm a capacidade de interceptar e de acumular água e matéria orgânica em decomposição. Essa capacidade de acúmulo está relacionada com a forma de cone invertido e com a disposição espiralada e imbricada das folhas (COGLIATTI-CARVALHO et al., 2010). Um dos possíveis micro-habitats presentes em restinga acontece no espaço entre as folhas das bromélias (ARMBRUSTER, HUTCHINSON; COTGREAVE, 2002), onde a água da chuva acumula-se na roseta foliar, e pode ser considerado um “ambiente limnológico isolado”, ou micro-habitat, para inúmeras espécies de animais e plantas (MESTRE; ARANHA; ESPER, 2001). Essas habitações naturais, chamadas fitotelmatas (FRANK; LOUNIBUS, 1983), são frequentemente utilizadas por várias espécies de insetos e outros macroinvertebrados. O volume de água presente nas fitotelmatas tem grande importância para as espécies que ali vivem, e pode influenciar diretamente em sua comunidade (ARAÚJO et al., 2007). Contudo, bromélias são bons modelos para estudos de colonização, predação e estrutura de comunidades (SRIVASTAVA et al., 2004), onde a relação espécie-área prevê que o aumento da área amostrada está diretamente relacionada com o aumento do número de espécies (WILLING; KAUFMAN; STEVENS, 2003). Áreas maiores são mais heterogêneas e estruturalmente complexas, e conseqüentemente suportam populações maiores, mas ambientes e comunidades também podem acontecer em escalas micro, como por exemplo, em cavidades de plantas, onde é comum o acúmulo de água (ARMBRUSTER; HUTCHINSON; COTGREAVE, 2007). **OBJETIVO:** Analisar a abundância e riqueza de macroinvertebrados na água coletada da folha central e lateral de cada planta, bem como avaliar os efeitos das variáveis de altura, diâmetro, número de folhas e volume de água acumulado em cada planta, sobre a riqueza e abundância de

Nádia Kroth, José Junior dos Santos, Karen Correa da Silva, Angelica Soligo Cassol, Daniel Albeny Simões

macroinvertebrados. **METODOLOGIA:** A coleta foi feita dia 18 de abril de 2015 em uma área de restinga situada no Parque Municipal da Lagoa do Peri (S 27° 43'38.2, W 48° 30'30.9), na cidade de Florianópolis (SC). Foram aferidas as variáveis de altura (da base até a folha mais alta) e diâmetro do reservatório (contagem do número de folhas/planta) de um total de 49 plantas. A água foi removida utilizando-se um aparato para sucção, onde a água e organismos presentes coletados das folhas laterais foram guardados separadamente das folhas centrais. Todas as plantas amostradas pertencem ao gênero *Vriesea*. Em laboratório foi realizada a triagem do material retirando os organismos presentes em cada planta, conservando-os em álcool, e medida a quantidade de água coletada em cada parte da planta, seguida de coagem da água e pesagem de sedimento orgânico presente. Continuando com a separação de organismos presentes em folhas laterais e centrais. Em análise em estereomicroscópio eletrônico, os espécimes foram separados em grupos seguindo a menor classificação possível. Análises de variância (Anova) foram realizadas para verificar a correlação entre riqueza e abundância total dos táxons coletados e as variáveis supracitadas. **CONCLUSÕES:** A altura das plantas analisadas variou de 17 a 71 centímetros, e o diâmetro variou de 23 a 92, as medidas de água oscilaram de 18 a 960 ml em folhas laterais, e em folhas centrais de 0 a 400 ml, no total foram coletados 2245 indivíduos pertencentes a ordem díptera: *Culex*, Chironomídeos e Ceratopogonídeos, ordens Ephemeroptera e Odonata, ordem coleóptera: Scirtidae e também microcrustáceos: ostracoda e anelídeos. A família chironomidae foi a mais representativa, com cerca de 917 indivíduos, sendo 40% do total de indivíduos coletados. Tanto a abundância total quanto a riqueza de espécies diferiram significativamente entre as folhas centrais e laterais. Folhas laterais abrigam uma maior riqueza ($F_{2,96} = 27,36$; $p < 0,0001$) e também abundância total ($F_{2,96} = 24,42$; $p < 0,0001$). O volume de água ($F_{1,48} = 11,94$; $p = 0,001$) e a altura das plantas ($F_{1,48} = 14,25$; $p = 0,006$) afetam a abundância total. Ocorre também uma interação entre estas duas variáveis ($F_{1,48} = 9,37$; $p = 0,004$). Plantas mais altas e com mais água abrigam mais indivíduos. Entretanto, nenhuma das variáveis mensuradas, exceto tipo foliar, correlacionou-se com riqueza de espécies. **CONCLUSÕES:** Nas 49 bromélias amostradas em ambiente de restinga, posição foliar (central, lateral), o tamanho da planta e o volume de água são os principais preditores da abundância de macroinvertebrados. Entretanto, este estudo ainda se encontra em andamento e os espécimes ainda estão sendo identificados a níveis taxonômicos menores. O que apresentamos aqui são dados parciais. Brevemente teremos a conclusão das análises e certamente uma nova abordagem e interpretação dos dados.

Palavras-chave: Bromélia. Macroinvertebrados. Restinga.

Fonte financiadora: Bolsa de pesquisa de Iniciação Científica com recursos do fundo de apoio à pesquisa da Unochapecó, Edital n. 391/REITORIA/2014 – Pibic/FAPE.

Referências

ARAÚJO, V. A. et al. Relationship between invertebrate fauna and bromeliad size. **Brazilian Journal Biology**, v. 67, n. 4, p. 611-617, 2007.

ARMBRUSTER, P.; HUTCHINSON, R. A.; COTGREAVE, P. Factors influencing community structure in South American tank bromeliad fauna. **Oikos**, v. 96, p. 225-234, 2002.

Nádia Kroth, José Junior dos Santos, Karen Correa da Silva, Angelica Soligo Cassol, Daniel Albeny Simões

BATISTA, J. M. Relevância de bromélias como reservatório de larvas de *aedes aegypti* no município de Paraty-RJ. **Controle Biológico**, v. 2, 2010.

COGLIATTI-CARVALHO, L. et al. Volume de água armazenado no tanque de bromélias, em restingas da costa brasileira. **Acta Bot. Bras.** [online], v. 24, n. 1, p. 84-95, 2010.

FRANK, J. H.; LOUNIBUS, L. P. **Phytotelmata**: Terrestrial plants as hosts of Aquatic Insects Communities. New Jersey: Plexus Publishing, 1983.

FREITAS, André F. N. et al. Distribuição espacial de bromélias na restinga de Jurubatiba, Macaé, RJ. **Acta Bot. Bras.** [online], v. 14, n. 2, p. 175-180, 2000.

MENEZES, C. M.; FARIA, G. A. **Diagnóstico de vegetação terrestre da área de influência direta do futuro empreendimento Iberistar**. Paia do Forte, Mata de São João, Bahia. Impr. Gaia Consultoria em Recursos Naturais. EIA/RIMA, 2004.

MESTRE, L. A. M.; ARANHA, J. M. R.; ESPER, M. de L. P. Fauna de macroinvertebrados associados à bromélia *Vriesea inflata* da Mata Atlântica (Estado do Paraná, sul do Brasil). **Braz. Arco. Biol. Tecno.**, v. 44, n. 1, p. 89-94, 2001.

NUNES-FREITAS, A. F. et al. Bromeliaceae da restinga da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul: composição, abundância e similaridade da comunidade. **Acta Bot. Bras.**, v. 20, n. 3, p. 709-717, 2006.

ROCHA-PESSOA, T. C. et al. Espécies composição de Bromeliaceae e sua distribuição na restinga de Massambaba, Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, Brasil. **Braz. J. Biol.**, v. 68, n. 2, p. 251-257, 2008.

SRIVASTAVA, D. S. et al. Are natural microcosms useful model systems for ecology? **Trends in Ecology & Evolution**, v. 19, n. 7, 2004.

WILLING, M. R.; KAUFMAN, D. M.; STEVENS, R. D. Latitudinal gradients of biodiversity: pattern, process, scale and synthesis. **Annual Review Ecology Systatics**, v. 34, p. 273-309, 2003.

RELAÇÃO ENTRE PLANOS PLURIANUAIS, PLANOS DE GOVERNO E PLANOS SETORIAIS: CASE DE UM MUNICÍPIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CHAPECÓ (SDR-CHAPECÓ)

Nemésio Carlos da Silva¹, Rosana Maria Badalotti,
Naína Ariana Souza Tumelero, Natália Pereira Lima Brandt

¹ Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e docente da Universidade Comunitária da UnoChapecó, nemesio@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) determina a todos os entes federados a elaboração do Plano Plurianual (PPA) quadrienal, como o principal instrumento de gestão de médio prazo, contendo as diretrizes, os objetivos, estratégias, metas e ações da administração pública, além de definir os recursos orçamentários de investimentos, receitas e despesas e indicadores de monitoramento. A obrigatoriedade do planejamento das ações públicas está explícita na Carta Magna, ao estabelecer que os investimentos públicos devam estar previstos no Plano Plurianual, sob pena de crime de responsabilidade, o mesmo valendo para qualquer emenda a projetos de lei orçamentária (LDO e LOA), que somente serão possíveis se compatíveis com o PPA (artigos 166 e 167) (BRASIL, 1988). Para Paulo (2010, p. 171), “[...] é possível afirmar que a Constituição Federal atribuiu ao PPA um papel central de organização da ação do Estado, uma vez que submete a elaboração dos demais documentos de planejamento e orçamento às suas disposições.” Assim, o Plano Plurianual Municipal (PPAM) não deve ser visto como uma mera peça contábil ou orçamentária, mas resultado de ampla participação social na definição de prioridades, programas, metas e prazos, que contribuam para a resolução dos problemas municipais, compatíveis com as receitas e despesas previstas, bem como de monitoramento ou indicadores para as ações e programas. O presente estudo pretende responder qual a relação entre os PPAM relativos ao período de 2014-2017, os planos de governo e os planos setoriais em municípios de pequeno porte que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó (SDR-Chapecó). Os municípios de pequeno porte que compõem a SDR-Chapecó são: Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Águas Frias, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Guatambu, Planalto Alegre e Caxambu do Sul. Constam como questões complementares responder se a mensagem e ou lei municipal que instituiu o PPAM 2014-2017 contempla as estratégias e ações prioritárias previstas no plano de governo registrado na eleição de 2012 e se os programas e prioridades previstas nos planos setoriais de diferentes órgãos municipais estão integrados no PPAM 2014-2017. **OBJETIVO:** Analisar a relação entre os Planos Plurianuais Municipais do período de 2014-2017, planos de governo e planos setoriais em municípios de pequeno porte que compõem a SDR de Chapecó. **METODOLOGIA:** Abordagem qualitativa, baseada em pesquisa exploratório/descritiva, fundamentada em dados bibliográficos e documentais, tomando como case o município de Águas Frias. As fontes principais constituíram-se de documentos oficiais, tais como os Planos Plurianuais, os planos de governo apresentados na campanha eleitoral de 2012 e registrados no respectivo Cartório Eleitoral e planos setoriais

da saúde, educação e agricultura/desenvolvimento rural sustentável, disponibilizados *on-line* e em outros bancos de dados. **RESULTADOS:** Tomando como base o case de Águas Frias, apresentaremos uma análise que busca relacionar as intenções e ações previstas no Plano de Governo do município em relação ao PPAM no que se refere especificamente às ações previstas para as áreas da Educação, Saúde e Agricultura. O Plano de Governo do município de Águas Frias corresponde à coligação “Todos por Águas Frias”, e contempla nove temáticas macros: Administração, Agricultura, Educação, Saúde, Assistencialismo Social, Esporte e Cultura, Indústria e Comércio, Segurança Pública, Transporte e Obras. Na Educação, o Plano de Governo prevê ações a fim de “Enfrentar os desafios que se apresentam, formando cidadãos críticos, criativos, que tenham uma missão clara, nos aspectos sociais, políticos, intelectuais, éticos, adaptados às rápidas mudanças da ciência e da tecnologia”, o que deve ser feito por meio das seguintes ações: Ampliação e melhoria nas escolas da rede municipal (manutenção, ampliação, informatização); Transporte escolar; Apoio pedagógico com profissionais competentes; Incentivo aos universitários e estudantes técnicos agrícolas; Manutenção da creche com profissionais especializados; Aquisição de novos acervos bibliográficos para a biblioteca pública e informatizá-la; Oferecer merenda escolar de qualidade; Manutenção e melhoria de laboratórios de informática nas escolas municipais; Convênios para desenvolvimento de cursos profissionalizantes voltados aos interesses dos profissionais da educação para melhoria no ensino público; Aquisição de veículos para transporte escolar; Ampliar o atendimento da Educação Infantil; e a construção de novos ginásios de esporte. Para efetivar essas ações, identificamos no plano plurianual o programa “Educação para Todos”, tendo como responsável pelo mesmo o Departamento de Educação, com custo total estimado de R\$ 11.157.500,00. Esse programa apresenta como objetivos: Melhorar o espaço físico, atender a demanda escolar, facilitar o transporte dos alunos do interior do município, melhorar a prática pedagógica, garantir a frequência do aluno na escola e diminuir a repetência, compreender as teorias educacionais que sustentam as práticas pedagógicas, manter as crianças em idade escolar na escola, saber utilizar recursos tecnológicos para adquirir e construir o conhecimento, viabilizar a manutenção das atividades escolar e viabilizar o transporte escolar. Identificamos que algumas das propostas previstas no Plano de Governo estão contempladas no PPAM, porém, outras não foram contempladas, sendo elas: incentivo aos universitários e estudantes técnicos agrícolas; manutenção da creche com profissionais especializados; oferta de merenda escolar de qualidade; manutenção e melhoria de laboratórios de informática nas escolas municipais; convênios para desenvolvimento de cursos profissionalizantes voltados aos interesses dos profissionais da educação para a melhoria no ensino público; e construção de novos ginásios de esporte. Na área da Saúde, o plano de governo apresenta como objetivo principal: “Aprimorar o atendimento à saúde pública, garantindo atendimento a todos os cidadãos aguafrienses com ações de caráter individual e coletivo [...]”. Contava com as seguintes ações: transporte (aquisição de veículos novos e manutenção da frota de veículos disponíveis ao transporte de pacientes); distribuição gratuita de medicamentos básicos; manutenção e aprimoramento nos programas federais (PSF e outros); aquisição de equipamentos hospitalares, laboratoriais de caráter emergencial; melhoramento da equipe de profissionais na área da Saúde e assistência social; manutenção nas unidades sanitárias; e continuidade e aprimoramento do programa da saúde da família PSP. Para atingir tais ações, o PPAM apresenta o programa “Saúde para Todos”, tendo como unidade responsável o Fundo Municipal de Saúde, com custo total estimado de R\$ 11.951.500,00, e possui como objetivo: Consolidar o Sistema Único de Saúde como Política Pública, através de ações governamentais conjuntas no ambiente municipal, estadual e federal, garantindo o atendimento primário de média e alta

Nemésio Carlos da Silva, Rosana Maria Badalotti, Náina Ariana Souza Tumelero, Natália Pereira Lima Brandt

complexidade à população de forma eficiente e resolutiva, melhorando sua qualidade de vida. Identificou-se que o objetivo do programa não abrange nenhuma das ações previstas no Plano de Governo. Em relação à agricultura, o Plano de Governo tem como objetivo principal: “Implementar e manter mecanismos e programas que busquem a sustentabilidade e a manutenção dos agricultores em suas propriedades.” E as seguintes estratégias: ampliação e melhoria contínua da telefonia rural e internet; continuação e melhoria do programa de perfuração de poços artificiais, estação de tratamento e de água nas propriedades rurais; desenvolver programa incentivado de horas máquinas; programas com incentivo para distribuição de sementes, insumos, calcário, sêmen, adubação verde e orgânica, pastagens etc.; acompanhamento técnico para a atividade agrícola e agropecuária; convênios para desenvolvimento de cursos profissionalizantes voltados aos interesses dos agricultores para melhoria da lavoura, propriedade e produção; incentivo a associações e grupos de equipamentos mecanizados; incentivo a associações de agricultores; incentivos para terraplanagem nas construções de pocilgas, estábulos, aviários galpão de fumo e outros; aquisição de máquinas e equipamentos para patrulha agrícola; incentivar a formação de renda por fontes alternativas. O PPAM conta com o programa “Agricultura e Meio Ambiente”, tendo como responsável o Fundo Municipal do Desenvolvimento Agropecuário, e como custo total estimado R\$ 5.991.300,00. O objetivo do programa é criar fontes alternativas de renda através do fortalecimento da agricultura familiar, procurando elevar a rentabilidade, garantindo ao produtor rural melhores condições de vida, melhorar as condições de acesso e escoamento da produção nas propriedades rurais. **CONCLUSÕES:** Em relação ao desenvolvimento e evolução da pesquisa, é preciso ressaltar as seguintes dificuldades: 1) Ausência de documentos obrigatórios disponibilizados *on-line* pelos municípios através de canais de transparência e acesso público dificultou o desenvolvimento dos objetivos propostos, conforme prevê a Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública, ou LAI, a Administração Pública deve prestar as devidas respostas ao cidadão, garantindo-lhe o acesso à informação. Essa Lei veio complementar a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 5º já assegurava o direito de todos os cidadãos obterem informações dos órgãos públicos, sejam de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral; 2) Demora dos responsáveis das prefeituras/municípios investigados em responder as solicitações dos pesquisadores e fornecer as informações necessárias para o bom andamento da pesquisa; 3) Qualidade dos documentos acessados impossibilitou uma análise detalhada sobre a existência nos PPAM 2014-2017 de integração dos programas e prioridades previstas nos planos setoriais de diferentes órgãos municipais. É importante ressaltar que os PPAM da maioria dos municípios que compõem a SDR de Chapecó não apresentam em sua estrutura questões básicas, como: a mensagem do prefeito, o projeto de lei e os anexos. Diante disso, constata-se, em um primeiro momento, que embora os municípios pesquisados estejam em consonância ao que prevê a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a qual determina a todos os entes federados a elaboração do Plano Plurianual (PPA) quadrienal, não se observa rigor e qualidade por parte dos mesmos, na elaboração de instrumentos de gestão de médio prazo, contendo as diretrizes, os objetivos, estratégias, metas e ações da administração pública, com definições claras dos recursos orçamentários de investimentos, receitas e despesas e indicadores de monitoramento para o período referido, conforme prevê a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Palavras-chave: Planos Plurianuais. Planos de Governo. Planos setoriais.

Fonte financiadora: Pibic/CNPq.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM SISTEMAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS ATRAVÉS DA AGRICULTURA DE PRECISÃO (AP)

Neomar Sandrin¹, Andrei Roque Vidor, Luis Pedro Caneppele, Cristiano Reschke Lajús, Gean Lopes da Luz

¹Acadêmico de Agronomia da Unochapecó, sandrinagro@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Com o avanço no setor tecnológico da informática e a necessidade de conhecimento detalhado e específico da lavoura, o produtor rural passou a dispor de novas ferramentas, proporcionando ao empresário rural melhor gerenciamento dos custos de produção e maior lucratividade em sua propriedade. Uma das principais estratégias da AP consiste em um sistema de gerenciamento mais elaborado agronomicamente, que considera a produtividade e/ou rendimento das culturas anteriores como um dos parâmetros para aplicação de reposição dos nutrientes extraídos pela colheita. **OBJETIVO:** Avaliar a inovação tecnológica em sistemas agrícolas de produção sustentáveis através da agricultura de precisão. **METODOLOGIA:** O projeto foi realizado na Fazenda Fontana com área utilizada de 56,37 hectares (ha), localizada no município de Faxinal dos Guedes, oeste de Santa Catarina. A área experimental foi conduzida com dois SAPS (S1: georreferenciado e S2: convencional). No sistema S1 foi realizado o mapeamento da área com auxílio do *software* Farm Works™ Mapping. A malha utilizada foi quadrangular de 100 m x 100 m, totalizando um ponto por 3,76 ha com uma média de vinte subamostras por ponto, de forma a configurar uma melhor distribuição espacial dos pontos na área. Para o sistema S2, a amostra composta foi formada a partir da coleta de 15 subamostras de solo na área de 56,73 ha. Cada SAPS (S1 e S2) seguiu as orientações técnicas de acordo com as instruções do *Manual de adubação e calagem para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina* (CQSF, 2004). Nos dois SPAS (S1 e S2) foi realizada a coleta de solo na profundidade de 0 a 10 cm, visto que a área experimental foi caracterizada como sistema de plantio direto consolidado, com rotação de culturas: trigo x soja x milho. A respectiva coleta de solo foi feita com trado de rosca, e as subamostras foram homogeneizadas para posterior retirada da amostra principal. Após a coleta, cada amostra dos SPAS (S1 e S2) foi identificada em recipiente plástico fechado e enviada para o Laboratório de Solos da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo (RS). As características físico-químicas analisadas foram: potencial hidrogênico (pH) em água, teor de argila, índice SMP, alumínio (Al), capacidade de troca de cátion (CTC) efetiva, matéria orgânica (MO), nitrogênio, fósforo e potássio (N, P, K). Após a análise das respectivas propriedades, foram realizadas as recomendações de correção do solo e adubação através do *Manual de adubação e calagem para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina*, conforme o manejo específico de cada SPAS. As práticas culturais foram realizadas conforme as indicações técnicas para os diferentes SPAS da cultura do milho (CRUZ et al., 2009). Os dados coletados foram submetidos à análise estatística descritiva. **RESULTADOS:** Ao analisar as características

Neomar Sandrin, Andrei Roque Vidor, Luis Pedro Caneppele, Cristiano Reschke Lajús, Gean Lopes da Luz

físico-químicas da referida área experimental (potencial hidrogênico (pH) em água, índice SMP, alumínio (Al)), percebe-se que a mesma não necessita de calagem, indicando que a fertilidade do solo vem sendo construída há vários anos, devido à intensificação das tecnologias de manejo. A presente pesquisa identificou os atributos físico-químicos: matéria orgânica (MO), nitrogênio (N), teor de argila, fósforo (P), capacidade de troca de cátion (CTC) efetiva e potássio (K). Para a recomendação N e P, percebe-se que os indicadores evidenciam diferenças nos atributos químicos do solo justificando a AP. Para o K, a respectiva tecnologia não demonstra variações. **CONCLUSÕES:** A agricultura de precisão é um conjunto de ferramentas capaz de ajudar o produtor a conhecer melhor e mais detalhadamente sua área, permitindo aumentar a eficiência produtiva das culturas em áreas pequenas, médias e grandes, aproveitando melhor o uso dos insumos e do solo, reduzindo custos e impactos ao meio ambiente. Deve-se intensificar as pesquisas adequando melhor as técnicas para sistemas de produção familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agricultura de precisão. Sistemas agrícolas de produção sustentáveis.

Fonte financiadora: Edital n. 229/REITORIA/2014, de bolsas pela modalidade Pibiti/CNPq.

Referências

CQSF – Comissão de Química e Fertilidade do Solo RS/SC. **Manual de adubação e de calagem para o estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.** Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Porto Alegre: SBCS/Núcleo Regional Sul: UFRGS, 2004.

CRUZ, J. C. et al. **Caracterização dos sistemas de Produção de milho para altas produtividades.** Circular Técnica 124, 2009.

MODELAGEM MATEMÁTICA E SIMULAÇÃO NUMÉRICA DO FLUXO DE ERUCAMIDA PARA A SUPERFÍCIE DE POLÍMEROS

Oscar Wilson Pietsch Júnior¹, Márcio Antônio Fiori,
Josiane Maria Muneron de Mello, Francieli Dalcanton

¹Acadêmico de Engenharia Química da Unochapecó, oscarpietsch@unochapeco.edu.br,

INTRODUÇÃO: Embalagens de alimentos, produtos de limpeza, produtos empacotados por polímeros em gerais e até mesmo revestimentos em materiais que necessitam ter um baixo coeficiente de fricção, tem como alternativa a utilização de um agente deslizando a fim de obter um controle de movimento quando houver contato com a superfície do polímero ou material que foi empregado este agente deslizando. A erucamida, composto obtido através do ácido erúico, é basicamente formada por amida e possui inúmeras utilidades como agente deslizando, inibidor de corrosão, lubrificante para películas de plástico, agentes tensoativos utilizados em detergentes e outros (RODOLFO JR.; NUNES; ORMANJI, 2006). No entanto, o problema está quando a erucamida, utilizada no polímero polietileno, acaba migrando rapidamente para a superfície de forma não uniforme devido a sua alta mobilidade e assim gerando regiões com maior coeficiente de atrito e outras com menor (SAVARGAONKAR; McKINLEY, 2006; I.A.P., 2005). Para solução, pode-se aplicar a adição de nanoargila, a fim dessa se ligar à molécula desse agente deslizando, erucamida, assim aumentando seu tamanho de partícula, aumentando sua área de contato e por consequência dificultando a passagem da partícula ao longo do polímero e principalmente alterar sua taxa de migração para a superfície do polímero. Essa nanoargila, por possuir um tamanho de partícula pequeno comparado às demais, quando misturada à erucamida, acaba por melhorar a homogeneização da mesma no polímero e, assim, fazendo com que esse agente deslizando migre para a superfície de forma mais homogênea, mantendo um coeficiente de fricção constante ao longo da superfície do polietileno (SOUZA; PESSANI; RODOLFO, 2006). Quando adicionada essa nanoargila apolar com a erucamida polar, isso faz com que a partícula fique com uma “cabeça” polar e uma “calda ou corpo” apolar, que o mesmo ao interagir com o polímero apolar acaba por afetar diretamente o coeficiente de difusão efetivo e a taxa de migração deste agente deslizando para a superfície. Para prever a taxa com que a erucamida migra para a superfície do polímero em determinado tempo e espessura, se modela matematicamente expressões que demonstrem a concentração de agentes deslizantes na superfície do polímero e assim sendo possível a simulação do processo. A importância em simular este processo se deve pelo fato de evitar fazer inúmeros testes laboratoriais e por consequência poupando tempo e dinheiro.

OBJETIVO: Descrever o processo de migração da erucamida como agente deslizando para a superfície do polímero polietileno. **METODOLOGIA:** O modelo matemático utilizado foi a equação da espécie química para coordenadas cartesianas (CREMASCO, 2003). O modelo considera apenas o termo difusivo e o termo de

acúmulo. Considerou-se que não há fluxo de erucamida nas direções x e y . O método numérico utilizado foi o Método de Diferenças Finitas, o qual serve para transformar equações diferenciais parciais, através da aproximação da série de Taylor, em equações algébricas (MALISKA, 1995). O algoritmo computacional foi escrito em linguagem Fortran 5.0 e os gráficos construídos com o auxílio do *software* Excel. O critério de convergência adotado é o número máximo de iterações informado ao programa, de forma que a solução independa desse parâmetro. Parâmetros como coeficiente de difusão efetivo (Def), espessura da placa de polietileno, concentração de erucamida e taxa de migração foram obtidos na literatura por analogia devido ao fato de ainda não haver registro de experimentos feitos nessa área. O valor do Def foi estimado por Giroto e Paoli (1997), onde analisaram o transporte de massa em polímeros intrinsecamente condutores, $5,5 \times 10$ ($\text{cm}^{-112}/\text{s}$). A espessura do filme de polietileno foi definida conforme Gava (2007), no valor de 0,025 mm, pois é a espessura média utilizada para filmes de polietileno em embalagens de alimentos e a concentração de erucamida foi estabelecida segundo Garcia (2009), no valor de 500 ppm e 1000 ppm. Para a taxa, foi estipulado um valor de $4,2 \times 10$, pois não foi encontrado registro na literatura que demonstre o valor médio dessa taxa de migração da erucamida, e para ser possível gerar os gráficos estimou-se este valor. Como condição inicial, considerou-se que a erucamida pura se encontra totalmente no centro do polímero⁷¹. E como condições de contorno, utilizou-se condição de fluxo difusivo conhecido no centro da placa, e fluxo nulo na superfície da placa. **RESULTADOS:** Os resultados obtidos pela simulação numérica mostraram que a concentração de erucamida, vai diminuindo no centro da placa à medida que o tempo aumenta, isso ocorre devido ao fato de estar migrando para a superfície por difusão. Já na superfície da placa polimérica, a concentração de erucamida cresce com o aumento do tempo e tende a se estabilizar, isso ocorre pelo fato de a erucamida estar migrando do centro do polímero para a superfície e assim fazendo com que a concentração da mesma aumente. Por fim, um ponto entre a superfície e o centro do filme polimérico apresenta o comportamento de concentração igual a zero no início do processo de difusão, por ela estar começando a migrar do centro, conforme passa o tempo, a erucamida vai passando por este ponto atingindo um pico máximo e decaindo logo em seguida, pois a migração continua até atingir a superfície. Esse comportamento é esperado, visto que a tendência é que toda erucamida saia do centro do filme polimérico e se concentre na sua superfície. Quando analisada a variação de concentração ao longo da espessura da placa polimérica e fixando o tempo se obtêm diferentes perfis. Logo, quando avaliando no ponto zero, ou seja, no tempo zero, a erucamida possui valor de concentração máximo no centro e conforme avança ao longo da espessura da placa a concentração de erucamida decresce bruscamente pelo fato de considerar que ao início de processo ela se encontra totalmente no centro da placa e assim justificando as condições iniciais impostas no modelo matemático. Ao analisar um quinto do tempo total, representando um tempo pequeno, observou-se que a erucamida no centro já migrou por completo, alcançando um pico máximo de concentração bem próximo ao centro do polímero e decaindo a zero até chegar à superfície, pois não houve tempo suficiente para a erucamida migrar até este ponto. Analisado o tempo total de processo, verifica-se que no centro da placa a erucamida já migrou por completo, alcançando um pico máximo próximo à espessura de 0,001 cm e decaindo sua concentração até chegar na superfície com uma concentração de $3,5 \times 10^{-8} \text{ g/cm}^3$ e assim observando que este tempo foi necessário para parte da erucamida migrar até a superfície. **CONCLUSÕES:** De uma forma geral, pode-se dizer que o modelo matemático proposto, juntamente com o algoritmo numérico desenvolvido são uma importante ferramenta para prever o comportamento dinâmico da difusão de um aditivo em um filme polimérico. O algoritmo

Oscar Wilson Pietsch Júnior, Márcio Antônio Fiori, Josiane Maria Muneron de Mello, Francieli Dalcanton

computacional desenvolvido pode ser utilizado para determinar as condições operacionais economicamente ótimas do sistema e auxiliar em projetos de otimização de processos já existentes. Com relação ao processo, pode-se dizer que à medida que o tempo aumenta, a concentração de eurucamida tende a sair do centro do filme polimérico e migrar para a superfície, isso porque ela tem pouca afinidade com o polímero.

Palavras-chave: Erucamida. Modelagem matemática. Diferenças finitas.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Edital n. 229/REITORIA/2014.

Referências

CREMASCO, M. A. **Fundamentos de Transferência de Massa**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

GARCIA, H. C. **Efeito dos aditivos deslizantes nos polímeros olefínicos**. São Paulo: FATEC, 2009.

GAVA, A. J. **Princípios de tecnologia de alimentos**. São Paulo: Nobel, 2007.

GIROTTO, E. M.; PAOLI, M. A. Transporte de massa em polímeros intrinsecamente condutores: Importância, técnicas e modelos teóricos. **Química Nova**, v. 22, n. 3, 1999.

I.A.P. – Instituto Avançado do Plástico. **Manual básico dos principais aditivos e cargas usados para reforçar e estabilizar plásticos**. 2005.

MALISKA, C. R. **Transferência de calor e mecânica dos fluidos computacional – fundamentos e coordenadas generalizadas**. Rio de Janeiro: LTC, 1995. 125 p.

RODOLFO JR., A.; NUNES, L. R.; ORMANJI, W. **Tecnologia do PVC**. São Paulo: Braskem, 2006.

SAVARGAONKAR, S.; MCKINLEY, B. **Slip agents: extended performance range for polyolefin films**. *Plastics Technology*. 2006.

SOUZA, M. A.; PESSAN, L. A.; RODOLFO, A. **Nanocompósitos de poli(cloreto devinila) (PVC)/argilas organofílicas**. 2006.

SUPERAÇÃO DA DORMÊNCIA DE SEMENTES DE GRÁPIA (*Apuleia leiocarpa* (Vog.) Macbr.) – CAESALPINIACEAE

Patricia Nogueira¹, Lúcia Salengue Sobral, Carolina R. Maluche Barreta,
Lucilene de Abreu, Matheus Santin Padilha

¹ Acadêmica de Agronomia da Unochapecó, patriciaqbo@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A característica de certas plantas de retardarem a germinação de suas sementes, até as condições do ambiente estarem adequadas, é um importante mecanismo de sobrevivência. Esse fenômeno chama-se dormência e geralmente ocorre devido à redução da hidratação do citoplasma. Isso permite a maior resistência dessas sementes a possíveis condições adversas (MEDEIROS, 2001). Na maioria das espécies florestais nativas é comum a ocorrência de dormência, que dificulta a avaliação da germinação e a emergência das plântulas em viveiros, onde é necessário que grandes quantidades de sementes germinem em pouco tempo. A dormência é um fenômeno intrínseco da semente, funcionando como mecanismo natural de resistência a fatores adversos do meio, podendo manifestar-se de três formas: dormência imposta pelo tegumento, dormência embrionária e dormência devido ao desequilíbrio entre substâncias promotoras e inibidoras da germinação (CARVALHO; NAKAGAWA, 2000). O conhecimento dos processos germinativos, sobretudo daquelas sementes com tegumentos resistentes, pode fornecer subsídios para a produção de mudas e recomposição de áreas degradadas (PIÑA-RODRIGUES; NOGUEIRA; PEIXOTO, 2007). **OBJETIVO:** Determinar o método mais adequado para a superação da dormência de sementes de grápiá. **METODOLOGIA:** O trabalho foi desenvolvido no Laboratório de Análise de Sementes da Unochapecó, no período de fevereiro a novembro de 2015. Os tratamentos testados foram: testemunha; imersão em água a 100 °C por 15", 30" e 1'; imersão em ácido sulfúrico (H₂SO₄) a 96% por 5', 10' e 20'; imersão em ácido sulfúrico (H₂SO₄) a 25% por 5', 10' e 20'; imersão em hipoclorito de sódio (NaClO) a 1% por 3'; e escarificação do tegumento com lixa (nº 60) no lado oposto ao eixo embrionário. Após a imersão em água (100 °C), H₂SO₄ e NaClO as sementes foram submetidas a lavagem em água corrente e secagem sobre papel germitest para retirada do excesso de umidade. O teste de germinação foi conduzido com cinquenta sementes (2 x 25) em germinador, modelo Mangelsdorf, na temperatura constante de 25 °C e substrato vermiculita, acondicionado em caixas gerbox. O experimento foi realizado em delineamento experimental Inteiramente Casualizado com quatro repetições (4 x 50 sementes). As variáveis estudadas foram percentagem de plântulas normais e anormais, sementes duras e mortas; índice de velocidade de germinação (IVG) (MAGUIRE, 1962) e tempo médio de germinação (TMG) (LABORIAU, 1983). As contagens foram realizadas diariamente, sendo consideradas como plântulas normais aquelas que apresentavam raiz primária desenvolvida, plúmula visivelmente normal e, aproximadamente, 2 cm de comprimento. O cálculo da porcentagem de plântulas normais e anormais e sementes duras e

Patricia Nogueira, Lúcia Salengue Sobral, Carolina R. Maluche Barreta, Lucilene de Abreu, Matheus Santin Padilha

mortas foi efetuado de acordo com as Regras para Análise de Sementes (BRASIL, 2009). Os resultados foram submetidos à análise de variância (teste F) pelo *software* Assistat, sendo que os dados expressos em porcentagem tiveram transformação angular pela fórmula $Y = \arcsin \sqrt{\frac{\%}{100}}$, para atendimento à normalidade. A comparação entre as medias foi efetuada através do teste de Skot-Knott, ao nível de 5% de probabilidade. **RESULTADOS:** O teste F foi significativo para plântula normal, semente dura e morta, Índice de Velocidade de Germinação (IVG) e Tempo Médio de Germinação (TMG). O número de plântulas anormais não foi relevante, sendo essa variável desconsiderada para fins de análise estatística. Para a porcentagem de plântulas normais, os tratamentos de imersão em H₂SO₄ (96%) por 5', 10' e 20' não diferiram entre si e foram significativamente superiores aos demais. A testemunha não diferiu da imersão em NaClO por 3' e da imersão em H₂SO₄ (25%) por 5', 10' e 20', sendo os tratamentos com a menor taxa de plântulas normais. A porcentagem de sementes duras no método de imersão em H₂SO₄ (96%), nos três tempos testados, e na escarificação com lixa foi significativamente reduzida. Porém, a redução na porcentagem de sementes duras no tratamento de escarificação com lixa não implicou em aumento do número de plântulas normais. Com relação à porcentagem de sementes mortas, a imersão em H₂SO₄ (25%) por 20' e a escarificação com lixa foram os métodos que proporcionaram a maior taxa de mortalidade. A velocidade de germinação foi superior quando as sementes foram submetidas à imersão em H₂SO₄ (96%) por 5', 10' e 20'. Os métodos de imersão em NaClO por 3', imersão em H₂SO₄ (25%) por 5', 10' e 20' e a testemunha apresentaram IVG significativamente inferior aos demais tratamentos. Quanto ao tempo médio de germinação (TMG), os tratamentos de imersão em H₂SO₄ (96%) por 5', 10' e 20' e escarificação com lixa não diferiram entre si e proporcionaram o menor tempo de germinação. **CONCLUSÕES:** O método de imersão em H₂SO₄ (96%) por 5', 10' ou 20' é eficiente na superação da dormência tegumentar de sementes de grápiá; a germinação das sementes desta espécie é desuniforme e se distribui ao longo do tempo, quando não for utilizado tratamento pré-germinativo que elimine a impermeabilidade do tegumento à água.

Palavras-chave: Germinação. Dormência tegumentar. Ácido sulfúrico.

Fonte financiadora: Artigo 170 da Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina.

Referências

- BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. **Regras para Análise de Sementes**. Departamento Nacional de Defesa Vegetal. Brasília, 2009.
- CARVALHO, N. M.; NAKAGAWA, J. **Sementes**: ciência, tecnologia e produção. Jaboticabal: Funep, 2000. 588 p.
- LABORIAU, L. G. **A Germinação de Sementes**. Washington: OEA, 1983.174 p.
- MAGUIRE, J. D. Speed of germination-aid selection and evaluation for seedling emergence and vigor. **Crop Science**, Madison, v. 2, p. 176-177, 1962.

Patricia Nogueira, Lúcia Salengue Sobral, Carolina R. Maluche Barreta, Lucilene de Abreu,
Matheus Santin Padilha

MEDEIROS, A. C. de S. **Aspectos de dormência em sementes de espécies arbóreas**. Colombo: Embrapa/CNPF, 2001. 12 p. (Circular técnica, 55).

PIÑA-RODRIGUES, F. C. M.; NOGUEIRA, E. S.; PEIXOTO, M. C. Estado da arte da pesquisa em tecnologia de sementes de espécies florestais da Mata Atlântica. In: PIÑA-RODRIGUES, F. C. M. et al. (Orgs.). **Parâmetros técnicos para produção de sementes florestais**. Rede Mata Atlântica de Sementes Florestais. Seropédica: UFRRJ, 2007. p. 105-1141.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO RURAL: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS CURSOS DE ENFERMAGEM, MEDICINA E ODONTOLOGIA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Patricia Rauber¹, Larissa Giordani Tozzi, Lucimare Ferraz

¹Acadêmica de Medicina da Unochapecó, patricia.rauber@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Estima-se que aproximadamente 16% da população brasileira viva na zona rural (IBGE, 2010). No estado de Santa Catarina, esse índice é semelhante ao nacional (SEBRAE, 2013a). Já na região oeste catarinense, essa taxa alcança os 26,9% (SEBRAE, 2013b). Considerando o alto índice de habitantes da zona rural, espera-se que instituições educacionais presentes no oeste de Santa Catarina atuem promovendo ações que visam a integração do ensino com a população regional. Principalmente, almeja-se que cursos da área da Saúde inseridos nessa região formem profissionais habilitados para atender a demanda local. Os ministérios da Saúde e da Educação preconizam que a formação dos cursos de Enfermagem, Medicina e Odontologia seja embasada na realidade socioepidemiológica local (BRASIL, 2006). Como o oeste catarinense apresenta grande percentual de habitantes na zona rural, torna-se importante a avaliação da formação acadêmica voltada para a assistência à saúde da população rural. A Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), localizada no oeste de Santa Catarina, região com forte influência do meio rural, é um estabelecimento de ensino comunitário que há quarenta anos procura formar profissionais capacitados para atuar nas demandas da população local e no desenvolvimento regional (UNOCHAPECÓ, [s.d.]). Os egressos dos cursos da área da Saúde formam-se com perfil de atuação visando às necessidades da atenção básica (BRASIL, 2006), que é a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) (TANAKA, 2011). Dentre as modalidades da atenção básica, destaca-se a Estratégia de Saúde da Família (ESF), um programa do Ministério da Saúde utilizado com o objetivo de ampliar a assistência à saúde no território de cobertura das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Uma equipe mínima da ESF é formada por profissionais das áreas de Enfermagem, Medicina e Odontologia (BRASIL, 2011), por isso este estudo analisará a formação desses três profissionais. Considerando que os egressos dos cursos da área da saúde atuarão na ESF junto à atenção básica, é atribuído a esses profissionais “[...] participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades.” (BRASIL, 2011). Diante disso, reconhecer o território e a demanda da comunidade é fundamental para que as ações de saúde sejam mais contextualizadas e resolutivas. A população rural apresenta maior vulnerabilidade a agravos à saúde, comparando-se à população urbana, decorrente da falta de acesso aos serviços e de proteção contra os danos da radiação solar e dos agrotóxicos (CARNEIRO et al., 2012). Além disso, essa população está exposta a longas jornadas de trabalho, com esforço físico intenso e sem uso de equipamentos

Patricia Rauber, Larissa Giordani Tozzi, Lucimare Ferraz

de proteção individual (EPI), corroborando para maiores riscos de lesões ocupacionais (BRASIL, 2013). Dentre os diversos agravos à saúde que a população rural está exposta, este estudo abordará lombalgia, câncer de pele e intoxicação por agrotóxicos. A dor lombar afeta aproximadamente 80% das pessoas em pelo menos alguma época da vida (ANDERSSON, 1999). A lombalgia crônica é causa frequente de invalidez e diminuição da qualidade de vida, além de gerar custos elevados ao sistema de saúde (STEFANE, 2013). Os trabalhos exercidos diariamente pela população rural demandam esforço físico intenso e posturas indevidas (MEUCCI et al., 2014), acarretando, dessa forma, maiores probabilidades de desenvolver dor lombar crônica. O câncer de pele é a neoplasia mais frequente tanto no sexo feminino quanto no masculino. A exposição solar se caracteriza como a principal causa da neoplasia (ALMEIDA; NAI, 2010). A população rural está constantemente exposta à radiação ultravioleta, aumentando a vulnerabilidade para desenvolver o câncer de pele (HAYASHIDE et al., 2010). Outro agravo que acomete a saúde da população rural é a intoxicação por agrotóxicos. Estima-se que mais de vinte mil mortes não intencionais sejam provocadas pelos agrotóxicos a cada ano em todo o mundo (ARAÚJO; NOGUEIRA; AUGUSTO, 2000). No Brasil, a utilização de agrotóxicos aumentou consideravelmente nos últimos anos. A população rural é a que mais se submete a essa forma de intoxicação, seja por meio do contato direto com o produto ou através da contaminação do ambiente em que vivem (SILVA et al., 2005). **METODOLOGIA:** Será realizado um estudo observacional descritivo, de abordagem híbrida, com o objetivo de analisar o processo de formação acadêmica frente à assistência à Saúde da população rural em cursos da área da Saúde da Unochapecó. Os dados serão coletados por meio de um questionário abordando conhecimentos e condutas referentes à assistência à saúde da população rural apreendidos durante a graduação, que será aplicado em ambiente universitário aos egressos de Enfermagem, Medicina e Odontologia. **RESULTADOS:** As informações obtidas na interpretação dos dados serão comparadas com as previstas. Espera-se que os acadêmicos egressos dos cursos da saúde sintam-se preparados para assistir à população rural, fundamentados em conhecimentos teórico e prático adquiridos durante a graduação. Os resultados deste estudo subsidiarão uma reflexão sobre o processo de formação profissional da área da Saúde, considerando que muitos egressos desses cursos atuarão na atenção básica junto à população rural. **CONCLUSÕES:** A análise sobre a formação acadêmica voltada à assistência da população local é fundamental para identificar possíveis falhas e promover melhorias na educação. O ensino deve comunicar-se com a realidade regional, visando aprimorar a formação profissional e qualificar a assistência necessária à população local.

Palavras-chave: População rural. Avaliação do ensino. Assistência à saúde.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

ALMEIDA, Ariane Maria Peres T. de; NAI, Gisele Alborghetti. Câncer de pele e sua associação com dano solar. **RBM Especial Dermatologia**, São Paulo, v. 67, p. 16-21, dez. 2010.

ANDERSSON, Gunnar B. J. Epidemiological features of chronic low-back pain. **Lancet**, v. 354, n. 9178, p. 581-585, ago. 1999.

Patricia Rauber, Larissa Giordani Tozzi, Lucimare Ferraz

ARAÚJO, Adélia C. P.; NOGUEIRA, Diogo P.; AUGUSTO, Lia G. S. Impacto dos praguicidas na saúde: estudo da cultura do tomate. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 309-313, jun. 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **A aderência dos cursos de graduação em enfermagem, medicina e odontologia às diretrizes curriculares nacionais**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/imprensa/2006/doc_saude.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. _____. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. **Portaria n. 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília: Ministério da Saúde, [2011]. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 25 abr. 2015.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Mapeamento de vulnerabilidades socioambientais e de contextos de promoção da saúde ambiental na comunidade rural do Lamarão, Distrito Federal, 2011. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 143-148, jan./jun. 2012.

HAYASHIDE, Juliana Midori et al. Doenças de pele entre trabalhadores rurais expostos a radiação solar. Estudo integrado entre as áreas de medicina do trabalho e dermatologia. **Rev. Bras. Med. do Trab.**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 97-104, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso?view=noticia&id=1&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

MEUCCI, Rodrigo Dalke et al. Limitação no trabalho por dor lombar em fumicultores do sul do Brasil. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, v. 39, n. 129, p. 6-16, jan./jun. 2014.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Santa Catarina em números**. 2013a. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio%20Estadual.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. **Santa Catarina em números**: macrorregião oeste. 2013b. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Macrorregiao%20%20Oeste.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SILVA, Jandira Maciel da et al. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 891-903, out./dez. 2005.

Patricia Rauber, Larissa Giordani Tozzi, Lucimare Ferraz

STEFANE, Thais et al. Dor lombar crônica: intensidade de dor, incapacidade e qualidade de vida. **Acta Paul Enferm.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 14-20, 2013.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi. Avaliação da atenção básica em saúde: uma nova proposta. **Saude Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 927-934, out./dez. 2011.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **A Unochapecó**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.unochapeco.edu.br/info/a-unochapeco>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL

Queila de Ramos Giacomini¹, Clarete Trzcinski, Claudio Machado Maia

¹ Especialista em Arquitetura Comercial com ênfase em Construtibilidade; docente do curso de Arquitetura e mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, queila_arqui@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A Constituição Federal de 1988 foi considerada a “Constituição Cidadã”, por ter disposto em seus artigos uma gama de direitos civis, políticos e sociais nunca antes garantidos à população brasileira. Nesse viés, uma grande vitória política ocorreu com a inserção do capítulo II – da Política Urbana, que desenha as diretrizes para uma política de desenvolvimento urbano. Na perspectiva da gestão democrática e participativa das cidades, os artigos 182 e 183 estabeleceram alguns instrumentos supostamente capazes de dar ao poder público melhores condições de regular a apropriação do espaço urbano, com critérios socialmente mais justos, e introduziram o princípio da chamada “função social da propriedade urbana”. Nessa nova relação entre o Estado e a sociedade, a participação é peça fundamental na gestão das políticas. A gestão compartilhada na visão de Bravo (2002) ocorre através da participação da sociedade organizada, via conselhos de política e de direitos, no planejamento e na fiscalização das ações da esfera pública. Porém, Souza, Mourão e Lima (2007) avaliam que, mesmo com o reconhecimento de que a descentralização pode propiciar maior participação, esta não está necessariamente garantida, assim como também não podemos reafirmar que a mesma seja diretamente benéfica aos interesses dos grupos mais vulneráveis. Nesse sentido, o que se deve reforçar é que o conceito de descentralização configura uma proposta de ação político-administrativa que, dependendo do enfoque ideológico adotado, pode visar objetivos diferentes e até opostos. A democratização instaurada no País se viabilizou através do processo de descentralização das ações, nas quais o município passa a ser instância privilegiada do agir, a partir de uma rede articulada de serviços governamentais e não governamentais (SILVA, 1998). Cardoso (1999) entende o processo de descentralização e de municipalização das políticas que ocorreu a partir de meados dos anos de 1980, foi positivo, pois ressalta a potencialidade de gestão local na ampliação da eficácia, da eficiência e da democratização das políticas. O Estatuto da Cidade, através da Lei n. 10.257, aprovado em 10 de julho de 2001, introduziu instrumentos de gestão e controle para garantir a função social da cidade e da propriedade urbana. O Estatuto da Cidade, de acordo com Costa (2007), apresenta diversos instrumentos que procuram garantir às pessoas um direito tal que torne segura a posse do local onde habitam. Maricato (2010) completa salientando que o Estatuto traz à tona a questão urbana e a insere na agenda política nacional. Nesse contexto, em 2003, foi constituído o Ministério das Cidades, possuindo atualmente a incumbência de apoiar os estados e municípios na consolidação de um novo modelo de desenvolvimento urbano, que engloba habitação, saneamento e mobilidade urbana, por meio da Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Com a Constituição

Queila de Ramos Giacomini, Clarete Trzcinski, Claudio Machado Maia

Federal e o Estatuto da Cidade surge a exigência do Plano Diretor, sendo um dos principais mecanismos para a implementação do desenvolvimento urbano, consistindo em uma lei específica do município que se refere ao elemento central da política de desenvolvimento urbano, devendo, segundo o Estatuto da Cidade, destinar-se à plena realização das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes. No Plano Diretor, a sociedade ocupa posição de destaque em todas as suas fases de elaboração, com previsão legal e garantia de participação, decidindo os mecanismos de aplicação da lei no município conjuntamente com o Poder Público. **OBJETIVO:** Compreender a importância da participação popular no planejamento urbano municipal. **METODOLOGIA:** A pesquisa é exploratória, busca proporcionar maior familiaridade com o problema. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa será de caráter bibliográfico, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A escolha do tema se deu por ser um assunto atual, em virtude de a importância da participação popular nas relações públicas vir sendo discutida mundialmente e contribuir muito para o desenvolvimento local e regional, o que possibilita uma melhora na qualidade de vida de toda a população. A participação popular auxilia na tomada de decisões referente a problemas urbanos, contribuindo para a descentralização do poder do Estado sobre o rumo da cidade e a transparência das decisões dos problemas urbanos. Através dessas ações, pode-se sonhar com uma cidade mais igualitária. Assim, a importância da participação popular na gestão urbana e na elaboração de Planos Diretores, pensando em um desenvolvimento ordenado do município, é o principal eixo de análise desse estudo. **RESULTADOS:** A participação da população no processo de planejamento urbano municipal é de grande importância, mas para termos uma cidade ideal, onde não haja desigualdade e todos tenham acesso a uma vida digna com tudo o que tem direito, há um longo caminho a ser percorrido. Os cidadãos devem se organizar, participar e colocar em prática um dos seus direitos como cidadãos, que é o direito à igualdade. Todos os segmentos da sociedade devem ter voz e vez nas decisões que dizem respeito à tomada de decisões de interesse da coletividade. Para o município poder crescer e se desenvolver ordenadamente e com qualidade de vida para seus munícipes, todos devem se engajar na mesma causa, enfrentando o grande desafio de implementação das formas de planejamento e controle do território. Todos os cidadãos têm o direito e o dever de intervir na realidade de seu município. **CONCLUSÕES:** Deve-se levar em consideração também que a efetiva participação depende diretamente do interesse das pessoas em participar mais diretamente da gestão pública. Tem alguns casos onde os mecanismos de participação são feitos, mas a população não se interessa ou não tem empoderamento para participar das decisões governamentais, já que ela é corresponsável pela implementação das ações. A participação não pode existir só no papel. A participação nas decisões acerca dos problemas das cidades foi uma solicitação e conquista dos movimentos sociais urbanos, mas para que seja efetiva é preciso que ocorra a mobilização da sociedade, pensando e discutindo sobre os problemas urbanos de forma permanente através dos instrumentos preconizados em Lei. A participação popular deve se tornar um costume cotidiano da sociedade, pois só assim será possível construir uma cidade democrática. Pensando na continuidade do estudo, será desenvolvida a análise do Plano Diretor do Município de Chapecó, levando em consideração a participação popular no processo de revisão do Plano, que aconteceu no ano de 2014.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Plano Diretor. Participação popular.

Fonte financiadora: Unochapecó.

ESTUDO DAS MELHORES CONDIÇÕES DE OBTENÇÃO DA ENZIMA PEROXIDASE DE BROTO DE VEGETAIS

Rafael Henrique Martello¹, Suellen Cadorin Fernandes, Luciano Luiz Silva, Murilo Cesar Costelli, Juliana Savio

¹Acadêmico de Engenharia Química da Unochapecó, 8rafam6@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: As enzimas são proteínas responsáveis pela catálise de reações essenciais a vida e estão presentes em todos os seres vivos. A propriedade mais importante das enzimas é sua capacidade de atuar como catalisadores, aumentando a velocidade das reações. A cinética enzimática fornece informações indiretas sobre suas especificidades e seus mecanismos catalíticos. O controle da enzima peroxidase é de grande importância para a indústria, principalmente a de alimentos, onde a mesma afeta a qualidade e durabilidade do produto. Além disso, as necessidades de obtenção de peroxidases a preços viáveis para várias aplicações práticas como produção industrial ou uso como componente de reagentes para teste de diagnóstico clínico, demandam cada vez mais pesquisas de preparações de enzimas de baixo custo obtidas de diferentes fontes. **OBJETIVO:** Comparar diferentes brotos de plantas nativas da região de Santa Catarina, para controle e determinação de quantidade da enzima peroxidase. Assim como os catalisadores químicos, as enzimas apresentam uma faixa de trabalho e um ponto de otimização, deste modo, com o melhor dos resultados buscou-se a identificação da faixa de pH, temperatura, tempo de cultivo e método de germinação para a melhor aplicação da enzima peroxidase obtida através do extrato bruto da planta. Também buscou-se saber qual a relação de atividade enzimática fonte-dreno e a influência de inibidores e ativadores sobre estas enzimas. **METODOLOGIA:** Os ensaios foram realizados no Laboratório de Análise Instrumental da Unochapecó. As matérias-primas foram sementes e brotos de trigo, milho comum, milho crioulo, soja e girassol obtidos por doação do Viveiro Florestal Unochapecó e da Cooperativa Triticola de Sarandi (Cotrisal) de Nonoai (RS). Inicialmente, analisou-se qual das diferentes sementes obtidas apresentavam maior atividade através do plantio em bandejas laboratoriais com areia. A análise do extrato bruto, diluído em solução tampão fosfato de pH neutro, das plantas se deu através do método de espectrofotometria no comprimento de onda de 470 nm, analisando a reação que ocorre com Guaiacol e Peróxido de Hidrogênio. Após a escolha do broto com maior atividade, analisou-se a melhor atividade enzimática provinda do método de plantio, comparando-se o método da areia com o plantio em folhas de papel *germitest*. Posteriormente, comparou-se a relação entre fonte-dreno, tempo de plantio, faixa de pH variando os valores de três a dez, a influência dos inibidores e ativadores feita com diferentes faixas de concentração 1×10^{-2} , 1×10^{-3} e 1×10^{-4} mol/L e por fim analisou-se a influência da temperatura sobre a atividade enzimática, a qual foi controlada com banho maria e variou-se de 10 °C a 60 °C. **RESULTADOS:** Através das análises realizadas no espectrofotômetro, determinou-se os valores de atividade

enzimática, para as diferentes condições que foram definidas, sendo que escolheu-se o trigo como o principal broto a ser analisado devido a elevada atividade enzimática e disponibilidade. Na análise do plantio, o método do papel apresentou resultados melhores com 51265,106 unidades/mL contra 34096,38 unidades/mL da areia, posteriormente analisando-se a relação fonte-dreno, também foi possível definir que o dreno apresenta maior quantidade de enzimas do que a fonte na relação de 34096 e 4260 unidades/mL, respectivamente. Já no estudo do tempo de plantio obteve-se dois picos que mostram o crescimento da planta, um aos quatro dias e outro aos 13 dias, sendo o melhor resultado obtido em 13 dias. Para o pH, tornou-se possível verificar que o melhor resultado se deu no pH 6 e 7 que é o pH normalmente contido na literatura para este tipo de enzima. Na análise dos inibidores e ativadores, tornou-se possível identificar que as soluções de KCl, NaCl e EDTA, no caso do KCl o potássio é um ativador de mais de sessenta enzimas que tem grande importância no crescimento da planta, o NaCl causa um estresse salino sobre as enzimas e as mudanças na atividade enzimática, estão baseadas na suscetibilidade específica destas enzimas ao agente causador do estresse e o EDTA atua sobre os metais, removendo-os do sistema, assim aumentando a atividade enzimática das proteínas solúveis, já o ácido ascórbico e a cistina diminuem a influência dessa enzima, pois a cisteína é um aminoácido que contém um grupo tiol, com ação redutora que atua sobre a enzima, e o ácido ascórbico atua sequestrando o cobre, grupo prostético da polifenoloxidase, e reduzindo quinonas de volta a fenóis, antes de formarem pigmentos escuros. Por fim, o estudo da temperatura identificou a melhor faixa de trabalho no valor de 20 °C a 30 °C, que seria próximo à temperatura ambiente; segundo a Sigma-Aldrich, a temperatura ótima de trabalho apresenta-se em 25 °C. **CONCLUSÕES:** Através das análises realizadas neste experimento, tornou-se possível a identificação das melhores condições para obtenção da enzima peroxidase. Analisou-se diferentes extratos de plantas típicas da região de Santa Catarina, definindo-se os brotos de trigo como maior fonte dessa enzima. Tornou-se possível verificar que ao realizar-se a germinação em papel *germitest* a atividade enzimática apresentou elevação, assim, é possível dizer que a presença de areia interfere significativamente na análise enzimática realizada. Ao comparar-se a fonte dreno também foi possível verificar que as folhas apresentam menor atividade enzimática do que a raiz em si. Determinou-se que os brotos de trigo germinados no período de 13 dias, utilizando uma solução de pH 6 e temperatura próxima da ambiente, 20 °C, resultou nas melhores atividades enzimáticas, deste modo, pode-se afirmar que as enzimas obtidas do extrato de trigo apresentaram um valor elevado, sendo uma possível fonte alternativa deste tipo de enzimas.

Palavras-chave: Enzimas. Brotos. Espectrofotometria.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

AÇÕES IMPLEMENTADAS NO TERRITÓRIO OESTE PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: POSSIBILIDADES E LIMITES

Rosana Maria Badalotti¹, Maria Luiza de Souza Lajús,
Carolina Bernasconi da Silva, Patricia Caldart Bertan

¹ Doutora em Ciências Humanas e Sociais; docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, rosana@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A perspectiva da institucionalização da ação coletiva e do retorno do ator na gestão de estratégias de desenvolvimento passa a constituir elemento fundamental na formulação e implementação das políticas públicas e sociais que a partir dos anos 2000 passaram a adotar a abordagem territorial. De acordo com Schneider (2004, p. 94), a definição de desenvolvimento rural envolve quatro elementos-chave: “[...] a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental.” A emergência de uma abordagem territorial do desenvolvimento rural no que se refere às políticas públicas adquire, portanto, um caráter normativo, na medida em que define formas de intervenção e gestão e um aparato institucional que lhe garanta suporte (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012). Nessa direção, Schneider (2010) enfatiza que a abordagem territorial do desenvolvimento rural surge em um contexto de redefinição do papel do Estado e do realinhamento dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento. **OBJETIVO:** Analisar as possibilidades e limites para o desenvolvimento rural, tendo em vista ações implementadas no território oeste, como parte das estratégias de intervenção do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); refletir sobre o processo de planejamento das ações e estratégias para o território oeste; apresentar dados e informações sobre as ações e projetos desenvolvidos, buscando problematizar sobre as possibilidades e limites dos mesmos para o desenvolvimento rural. **METODOLOGIA:** Abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. **RESULTADOS:** A abordagem territorial do programa analisado sugere um processo de desenvolvimento baseado na relação entre as políticas públicas em suas diferentes esferas a partir de um “ciclo de gestão” (BRASIL, 2005, p. 6) que pressupõe planejamento, organização e controle social por parte dos atores sociais envolvidos. No caso investigado, foram constituídos espaços de institucionalidade e ações coletivas para o desenvolvimento no território oeste, tendo como base a atuação de diferentes atores sociais. Esses processos se caracterizam em inovações institucionais híbridas democráticas, como “[...] formas institucionais que envolvem a partilha de espaços de deliberação entre as representações estatais e de organizações da sociedade civil.” (CUNHA, 2007, p. 26). As ações e estratégias para o território oeste entre 2004 e 2013 foram planejadas a partir de espaços denominados de oficinas, dos quais participaram representantes do Núcleo Dirigente e Técnico, constituindo o Colegiado de Desenvolvimento Territorial, composto por entidades governamentais e não governamentais. O colegiado do território oeste possui como objetivo

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajús, Carolina Bernasconi da Silva, Patricia Caldart Bertan

planejar ações, avaliar propostas de projetos e o processo de implementação dos mesmos. As oficinas constituem também espaços de discussões temáticas relacionadas aos eixos estratégicos de desenvolvimento das ações territoriais. Os eixos estratégicos para as ações a serem realizadas foram assim definidos: Eixo 1 – cadeias produtivas, com ênfase a cadeia do leite; Eixo 2 – comercialização; Eixo 3 – educação no campo; Eixo 4 – meio. Em relação aos critérios para a definição dos projetos foram identificados os seguintes: beneficiar um maior número de agricultores familiares; ser intermunicipais; contemplar os eixos estratégicos; estar articulado com organizações e associações; realizar articulação com o poder público; contemplar experiências já existentes; incluir questões de gênero e da juventude; ser estratégico para o desenvolvimento territorial; ter foco na região e embasamento social (APACO, 2005). Para a definição das prioridades, elaboração, escolha e trâmite legal dos projetos, os territórios devem se guiar pelas orientações institucionais do MDA que definem critérios obrigatórios a serem seguidos pelos colegiados, entre os quais se destacam: estar vinculados aos eixos temáticos dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); ter caráter de integração territorial ou intermunicipal; atender o público beneficiário das ações do MDA, como agricultores(as) familiares, assentados(as) da Reforma Agrária, quilombolas, indígenas, pescadores(as) artesanais e extrativistas; e indicar a forma de gestão que inclua a participação do colegiado territorial e público beneficiário. Os projetos de agroindústrias devem ser destinados a grupos com dificuldade de acesso ao crédito (jovens, mulheres, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas) e a agricultores(as) familiares que se enquadrem no Pronaf (BRASIL, 2007). Considerando os critérios definidos pelo MDA, identificou-se que, dos projetos executados entre 2003 a 2013, o território oeste realizou ações relacionadas prioritariamente a investimentos voltados exclusivamente a aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, móveis, construção de unidades e serviços relacionados à adequação e reformas de instalações e ações de apoio à agricultura, familiar, totalizando, entre 2004 a 2014, recursos no valor de R\$ 5.799.000,00. As ações consideradas nesse total configuram aquelas em situação normal concluída e prestação de contas final concluída, em que, do total de 112 ações identificadas, 93 constam nessa classificação (BRASIL, 2015). Como consideração inicial e exploratória em relação a estes dados, podemos afirmar que o território oeste de maneira geral não atendeu aos critérios definidos. Entretanto, como não tivemos acesso aos projetos para analisar qualitativamente a identificação do objeto, a justificativa da proposição, as metas e estimativas de custo, bem como a metodologia de execução, não temos elementos para avaliar em que medida as ações atenderam ao público-alvo priorizado pelo MDA, se caracterizam iniciativas intermunicipais e regionais, se estão articuladas a organizações e associações e se estão vinculadas aos eixos estratégicos definidos no PTDRS. Por outro lado, se observa que o território está cumprindo a “articulação” com o poder local, na medida em que maioria das proposições tem como executor as prefeituras municipais, o que em nossa avaliação pode estar caracterizando mais uma estratégia de “prefeiturização” na distribuição dos recursos do que um planejamento local ou regional, gerando “[...] uma competição entre as municipalidades por investimentos públicos e privados.” (GERALDI, 2012, p. 163). No que se refere à cadeia produtiva do leite, entre 2003 e 2009, foram identificadas 14 ações que totalizaram R\$ 2.233.100,00 de investimentos em máquinas, equipamentos para industrialização, armazenagem e resfriamento do leite (principalmente tanques isotérmicos). No que se refere a ações voltadas para mobilização e capacitação dos atores territoriais, identificamos que estas se concentraram entre 2004 a 2007 em 13 ações voltadas para a cooperação agrícola, gestão solidária e participativa, planejamento de ações do território, capacitação de famílias assentadas, entre outras previstas de maneira generalizada como seminários e cursos, totalizando R\$ 1.394.592,00. Identificou-se somente uma ação em 2008 de apoio a Educação do campo

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajús, Carolina Bernasconi da Silva, Patricia Caldart Bertan

e adequação de Centro de Profissionalização da Agricultura Familiar em unidade municipal, no valor de cem mil reais. Em 2010, realizou-se, também, ação desenvolvida por Cooperativa Central Cresol, tendo em vista a qualificação do sistema de cooperativas solidárias de crédito rural no valor de R\$ 479.660,00. Das 15 ações identificadas, somente uma delas teve como executor a prefeitura municipal, as demais foram executadas por cooperativas de crédito e produção, sindicatos, ONGs de apoio e assessoria à agricultura familiar e cooperação agrícola, entre outras entidades. **CONCLUSÕES:** Do ponto de vista discursivo, identificamos nas premissas do programa, bem como no processo de gestão e planejamento das ações do território oeste, elementos que dialogam com a literatura. Os processos de indução ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas têm pressuposto mecanismos de reformulação do papel do Estado e participação da Sociedade Civil, a partir da institucionalização da ação coletiva e do “retorno do ator” na gestão de estratégias de desenvolvimento. Tais mecanismos têm se desenhado no processo de mobilização e planejamento das ações do território oeste, que envolve diferentes agentes sociais na busca de alternativas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento territorial, a exemplo dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial, constituído por entidades governamentais e não governamentais. As atividades vinculadas às cadeias produtivas e agroindústrias familiares, desde que orientadas para processos mais alternativos, diferenciados do mercado convencional e baseados em princípios de autogestão, poderão se constituir em perspectivas contra-hegemônicas à globalização econômica representada pelos grandes conglomerados agroindustriais privados. Apesar das ações de mobilização e planejamento estarem orientadas por grandes eixos estratégicos, identificamos também limites para a gestão do Plano Territorial, ao verificamos a participação de um número reduzido de municípios, bem como a não concretização dos princípios do programa que sugere a articulação entre os municípios e diferentes atores da sociedade, o que significa que consensos e acordos em territórios rurais não são tão simples, na medida em que exigem “mudanças na gestão dos municípios e impedindo muitas vezes o apoio a dinâmicas produtivas locais”, significando que a concentração de investimentos em equipamentos e infraestrutura revela uma lógica “tecnocrática e profissional” por parte dos proponentes, bem como um problema de operacionalização do financiamento dos projetos, pois os mesmos “[...] dependem de verbas anuais, o que leva a fragmentação dos projetos que passam por diferentes estágios (elaboração, aprovação e execução), dificultando a implementação de projetos mais amplos e intersetoriais.” (SABOURIN, 2007, p. 731). É possível afirmar também que a construção de um plano de desenvolvimento territorial e rural requer um planejamento a médio e longo prazos, que efetivamente integre as ações e eixos estratégicos. Constatamos, por fim, que o apoio à cadeia produtiva do leite se constitui em importante estratégia para o desenvolvimento territorial e rural, tendo em vista que as atividades agroindustriais estão concentradas nas mãos de poucas empresas voltadas principalmente para o mercado internacional e globalizado. As particularidades socioeconômicas do território oeste em torno da produção familiar demonstram as potencialidades desejadas pelos formuladores de políticas dessa natureza em relação ao desenvolvimento sustentável, entretanto, essas potencialidades ainda não confluem em projetos intersetoriais e de alcance territorial e regional.

Palavras-chave: Territórios rurais. Desenvolvimento territorial e rural. Território oeste.

Fonte financiadora: Artigos 170 e 171.

PROGRAMA MAIS MÉDICOS: O DESAFIO DE UMA EQUIPE

Samara Bordignon Antunes¹, Jacqueline Göttlicher Eckert Zolet,
Ana Cristina Costa Lima, Ana Paula Risson

¹ Graduada em Psicologia na Unochapecó

INTRODUÇÃO: O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Programa Mais Médicos: o desafio de uma equipe”, partiu da seguinte questão: como a inserção de médicos estrangeiros por meio do Programa Mais Médicos interfere nas concepções e práticas de uma equipe que atua na atenção básica no Sistema Único de Saúde (SUS)? **OBJETIVO:** Analisar a dinâmica de uma equipe de saúde da família inserida no Programa Mais Médicos, e como objetivos específicos: identificar as concepções e práticas em saúde dos integrantes de uma equipe de saúde da família inserida no Programa Mais Médicos e conhecer as relações estabelecidas em uma equipe de saúde da família com a inserção temporária de uma médica estrangeira. **METODOLOGIA:** A pesquisa de abordagem cartográfica foi realizada em um município de aproximadamente 18 mil habitantes, no oeste de Santa Catarina, com uma equipe de saúde da família, com referência populacional de quatro mil habitantes, composta por: médica do Programa Mais Médicos, dentista, enfermeira e técnica de enfermagem. Os instrumentos utilizados para produção de dados foram: observação participante, conversas informais, diário de campo e entrevista semiestruturada. O referencial teórico para análise e compreensão dos discursos e relações de trabalho é da psicologia social crítica e de políticas públicas, em especial a Política Nacional de Atenção Básica e o Programa Mais Médicos. **RESULTADOS:** Podemos destacar que a Estratégia de Saúde da Família deste território tem a sua capacidade técnica focada em atender a demanda espontânea na Unidade Básica de Saúde, e não tem um plano de ações na comunidade. As visitas domiciliares são realizadas por informações advindas de observações das agentes comunitárias de saúde ou por solicitações de familiares. Percebemos que a formação em Atenção Primária em Saúde da médica de família, do Programa Mais Médicos, é baseada em ações de orientação e promoção de saúde, com respeito à cultura local. Identificou-se, por meio das falas da médica, que, apesar de os protocolos médicos serem similares nos dois países, Brasil e Cuba, a prática de trabalho é diversa. Além disso, a médica teceu críticas sobre a postura medicalizante reproduzida pelos usuários, em suas experiências em duas equipes neste período de um ano no Brasil (2014-2015). **CONCLUSÕES:** Pelo discurso dos participantes, conclui-se que os aspectos mais evidentes das diferentes posturas nas ações de atenção básica estão relacionados à formação na área de saúde e à abertura para compreender e respeitar a cultura local. Ainda, compreendeu-se que a inserção da médica do Programa Mais Médicos nesta Unidade Básica de Saúde trouxe impactos positivos, principalmente com a possibilidade de dividir o cotidiano de trabalho com um profissional formado em outro modelo de ensino.

Palavras-chave: Programa Mais Médicos. Equipe de Saúde. Atenção Primária em Saúde.

OS SABERES E FAZERES CONSTRUÍDOS NO ESPAÇO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIA COM A DANÇA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Samuel de Paula¹, Neusa Dendena Kleinubing

¹ Acadêmico de Educação Física e bolsista de Iniciação Científica da Unochapecó,
samue.de.paula@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A formação inicial em Educação Física, a partir das orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, sinaliza para uma formação generalista, humanista e crítica, visualizando um egresso capaz de realizar sua intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta cidadã e ética. Nesse processo, entendemos que o espaço da extensão universitária possibilita diagnosticar, a partir da atuação direta no futuro campo de atuação, dimensões do processo de formação que precisam ainda ser aprofundadas e qualificadas. As experiências da práxis, ou seja, da articulação teoria-prática que as atividades de extensão oferecem, exigem tanto do estudante quanto do docente um olhar cauteloso e cuidadoso com o processo de formação, tomando este espaço como um princípio de aprendizagem (SÍVERES, 2008). A extensão universitária deve constituir-se “[...] numa ambiência apropriada para fazer do processo de ensino-aprendizagem um projeto de vida, bem como um movimento adequado para transformar o percurso aprendente numa dinâmica reveladora de uma educação superior qualificada.” (SÍVERES, 2008). Assim, entendemos que o espaço da extensão universitária deve oferecer experiências significativas para o estudante, a fim de que este construa habilidades e competências necessárias a sua atuação profissional, potencializando as ações do ensino, bem como da pesquisa. **OBJETIVO:** Analisar os saberes e fazeres em dança construídos na formação inicial em Educação Física a partir do espaço da extensão universitária. A discussão trazida nesta comunicação se refere ao objetivo específico de verificar as experiências anteriores a formação inicial dos estudantes do curso de Educação Física com relação à dança. **METODOLOGIA:** A metodologia da pesquisa segue os preceitos da abordagem qualitativa e se estrutura a partir da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2007). Os estudantes do curso de Educação Física foram convidados a participar de um grupo de estudos em dança e nove compareceram no primeiro encontro realizado no dia 29 de maio. Neste momento, realizamos a roda de conversa na qual fizemos o questionamento inicial referente aos entendimentos e experiências que apresentavam sobre e com a dança. As respostas obtidas naquele momento são objeto de análise deste texto e foram realizadas a partir da análise temática (MINATO, 2008). **RESULTADOS:** As falas iniciais surgidas na roda de conversa apontam que os estudantes participantes do grupo de estudo têm algum tipo de experiência com dança, seja como observador, apreciador ou como praticante de algum estilo, como as “dançadas” em festas e momentos de lazer. Identificamos que há interesse desses sujeitos em se aprofundar nas questões relacionadas à dança, mas, segundo eles, não têm muitas

Samuel de Paula, Neusa Dendena Kleinubing

oportunidades. Para alguns dos estudantes, a dança já faz parte da rotina diária ou já foram vivenciadas, a exemplo do sujeito E, que diz dançar desde quando era criança e hoje trabalha com dança, e do sujeito G, que fala sobre sua experiência em montar coreografias para uma turma do “terceirão” na escola, em cursos e disciplinas da graduação. Alguns estudantes relataram que tiveram o primeiro contato com a dança na universidade nas disciplinas ofertadas pelo curso de Educação Física, como é o caso do sujeito H e G, que dizem que suas experiências foram nas disciplinas e que não fizeram dança em nenhum outro lugar. Esse grupo de estudantes é representativo da realidade que temos em relação ao conteúdo dança e o campo da Educação Física. Poucos relataram ter aprendido/vivenciado a dança na escola e isso nos remete aos inúmeros resultados de estudos realizados por pesquisadores que apontam que a dança é praticamente inexistente nas aulas de educação física escolar, e o maior argumento dos professores para o não trabalho com este conteúdo é que se sentem inseguros por conta da pouca carga horária deste componente curricular na formação inicial (KLEINUBING; SARAIVA, 2009). Nisso, podemos pensar que os professores também tiveram poucas experiências relacionadas a dança para além daquelas da formação inicial, o que dificulta ou gera o sentimento de não capacidade para desenvolvê-la junto aos seus alunos. Outro elemento de nosso interesse foi identificar os entendimentos que estes estudantes apresentam em relação à dança, e percebemos duas percepções distintas. A primeira apresenta a dança como uma manifestação artística que compreende os elementos da criatividade, expressividade e sensibilidade como, por exemplo, na fala do sujeito D, que diz que a dança “[...] é a expressão do corpo e da alma, demonstrando suas experiências artísticas, emocionais.” A segunda nos mostra um entendimento instrumental relacionado à dança, entendendo-a como uma atividade de lazer, promotora de saúde e bem-estar. A fala do sujeito G é representativa desta ideia ao sugerir que dança “[...] são movimentos feitos pelo corpo, coreografados ou não, usando a memória para guardar passos. A dança seria como uma ginástica, fazendo bem à saúde.” Entendemos que esta compreensão da dança é legítima, pois ela pode ser pensada como um meio para melhora da saúde e bem-estar, porém na sua essência ela é arte e nisso pode ensinar muito sobre nós mesmos e ampliar nossa leitura sobre o mundo. **CONCLUSÕES:** Ao final da primeira etapa desta investigação podemos sugerir que as atividades de dança realizadas a partir do grupo de estudos contribuem com a formação do estudante de Educação Física com relação a sentir-se capaz de trabalhar a dança junto aos futuros alunos. Acreditamos que as experiências práticas e teóricas poderão auxiliá-los a perceber esta prática corporal como potencializadora das capacidades e habilidades dos sujeitos, inclusive as próprias, enquanto professor, mediador de aprendizagens. As vivências práticas aliadas às reflexões teóricas poderão fazer com que acreditem em si mesmos e que continuem aprofundando seus estudos, pois somente dessa forma conseguirão trabalhar a dança com maior qualidade, identificando e valorizando todos os seus aspectos. Estes primeiros momentos já sinalizam para a importância de uma articulação efetiva entre ensino, extensão e pesquisa em torno de um tema no qual a formação inicial em Educação Física precisa avançar.

Palavras-chave: Extensão universitária. Dança. Formação inicial em Educação Física.

Fonte financiadora: Bolsa de auxílio à pesquisa, com recurso do Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Samuel de Paula, Neusa Dendena Kleinubing

Referências

KLEINUBING, N. D.; SARAIVA, M. C. Educação Física escolar e dança: percepção de professores do ensino fundamental. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 193-214, out./dez. 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SÍVERES, L. A extensão como princípio de aprendizagem. **Diálogos**, v. 10, 2008. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/1946/1266>>. Acesso em: 7 jan. 2013.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

HAITIANOS EM SANTA CATARINA: DO DIREITO À EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Sandra de Avila Farias Bordignon¹, Leonel Piovezana, Maria de Lourdes Bernartt

¹ Mestranda na Unochapecó, sandra.bordignon@uffs.edu.br

INTRODUÇÃO: O novo processo migratório tem trazido um grande contingente de haitianos ao oeste do estado de Santa Catarina, especialmente a partir de 2012, com amparo na Política Nacional Humanitária, em ajuda ao país caribenho. A necessidade de comunicação e aprendizagem da língua portuguesa e a oportunidade de se profissionalizar são fatores que têm levado estes estrangeiros a ir além das atividades laborais a que estão ligados, e nesse viés a garantia de direito à educação. Este estudo apresenta resultados de uma pesquisa documental e observação participante (em fase de desenvolvimento, vinculada ao mestrado em Educação, da Unochapecó) sobre a inserção e acompanhamento de estudantes haitianos em sua inserção escolar, bem como aponta níveis de escolarização onde os haitianos se encontram: Educação Infantil (20), Ensino Fundamental (5), além de quarenta matriculados no Ensino Superior na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) por meio do Programa Prohaiti (por processo seletivo especial). Os dados coletados se referem às diferentes etapas, desde a inscrição no processo seletivo até a obtenção do primeiro histórico de desempenho ao final do semestre letivo do ano de 2014. A maioria dos alunos tem registrado níveis de adaptação razoáveis e bom. As fragilidades relacionam-se à comunicação e às metodologias de ensino do idioma pátrio brasileiro. Aponta-se a necessidade de considerar aspectos culturais (KUPER, 2002), multiculturais, pluriculturais e/ou interculturais no atendimento a esses estudantes, especialmente no período de recepção, e a necessidade de novos e outros olhares, apontando diferentes variáveis de adaptação. Inserção social e escolar dos haitianos em Santa Catarina é um estudo que tem como foco principal a reflexão sobre as possibilidades e fragilidades do campo educacional (JULIA, 2001) para esses imigrantes. Nesse contexto, a educação está vinculada às categorias de cidadania e cultura. O espaço de inserção e vislumbrado é a cidade de Chapecó, localizada no oeste de Santa Catarina. O processo migratório haitiano nesta região tem se intensificado e vem sendo marcado com expressivo número de imigrantes, especialmente entre os períodos de 2012 a 2015, ancorados pela Política Nacional Humanitária de apoio ao Haiti. Entende-se que esse fenômeno social demanda cuidados especiais e atenção das políticas públicas, em especial para os processos educacionais formais e informais da região. Como oportuno aparece a necessidade de aprender a língua portuguesa, bem como a necessidade de se profissionalizar e estudar. Sendo assim, aponta-se esses como fatores que têm levado os imigrantes haitianos a procurarem espaços educacionais para além das atividades laborais previstas na política migratória a que estão ligados ou destinados. O estado de Santa Catarina e toda a região Sul foram

Sandra de Avila Farias Bordignon, Leonel Piovezana, Maria de Lourdes Bernartt

predominantemente colonizados por povos de matizes europeia, o território está marcado com a presença de povos indígenas, portugueses e africanos escravizados. Assim, o texto se divide com um breve relato sobre o movimento migratório no oeste de Santa Catarina e na cidade de Chapecó, contextualizando a presença dos imigrantes haitianos nos espaços educacionais e os processos de inserção (DUTRA; GAYER, 2015), dificultados ou não pela burocracia e desatualização da legislação brasileira. Assim, problematizamos os processos educativos de inserção e enfrentamentos institucionais de acesso e permanência dessas pessoas.

METODOLOGIA: Delimitamos para campo de estudo e de pesquisa o município de Chapecó, localizado na região oeste de Santa Catarina, fundado em 1917, com menos de um século de emancipação política. Esta pesquisa é denominada como documental e se caracteriza com a observação participante dos envolvidos no processo de inserção dos haitianos na região. **RESULTADOS:** Inserção social e escolar dos haitianos em Santa Catarina é um estudo que tem como foco principal a reflexão sobre as possibilidades e fragilidades do campo educacional (BAPTISTA, 2015) para esses imigrantes. Nesse contexto, a educação está vinculada às categorias de cidadania e cultura. O espaço de inserção e vislumbrado é a cidade de Chapecó, localizada no oeste de Santa Catarina. O processo migratório haitiano nessa região tem se intensificado e vem sendo marcado com expressivo número de imigrantes, especialmente entre os períodos de 2012 a 2015, ancorados pela Política Nacional Humanitária de apoio ao Haiti (BRASIL, 2012). Entende-se que esse fenômeno social demanda cuidados especiais e atenção das políticas públicas, em especial para os processos educacionais formais e informais da região. Como oportuno aparece a necessidade de aprender a língua portuguesa, bem como a necessidade de se profissionalizar e estudar. É notório que as grandes mudanças sociais passam pela educação. Toda e qualquer mudança passa pelo processo de aquisição de conhecimento que quando refletido exerce um momento de consciência desse saber. Educação no sentido mais amplo e em todos os níveis. Precisamos ser educados não só para a escola, para aprendermos ler e escrever. Educados no sentido de nos sentirmos e nos tornarmos cidadãos. Cidadãos que sabem, cumprem e exigem seus direitos. Precisamos ser educados para a cidadania, no combate à corrupção, no cumprimento da lei e do respeito às instituições. Essa temática é nova, porém já percebida na academia, como aponta os autores abaixo. “Em relação à presença haitiana no Brasil, a discussão sobre a inserção no ambiente escolar é nova, contudo, não é uma novidade em relação à mesma problemática em outros lugares [...]. Dada a dinâmica da imigração haitiana e, ao mesmo tempo, do desenvolvimento de estudos sobre o tema, não podemos fazer afirmações de que não haja trabalhos que contemplem a temática no Brasil.” (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2015). Os dados oriundos da Secretaria Municipal de Educação de Chapecó, fornecidos pela Amosc, indicam a presença de 25 crianças inseridas na rede municipal de ensino nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Uma das poucas ações institucionalizadas na região para os imigrantes haitianos foi o Programa da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó, intitulado Prohaiti. O Programa de acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – Prohaiti – é uma experiência pioneira na educação pública federal brasileira. Regulamentado pela Resolução nº 32/2013 – Consuni – que institui o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS e dispõe sobre os procedimentos para operacionalização das atividades do programa. **CONCLUSÕES:** Os estudos aqui fazem parte do caráter preliminar de pesquisa e dos programas que se inserem com a presença dos haitianos na sociedade chapecoense, internacionalizada pela força econômica, mas que ainda não se deu conta da valorização e do ganho intercultural que está

Sandra de Avila Farias Bordignon, Leonel Piovezana, Maria de Lourdes Bernartt

vivendo. Apontamos que o maior fator de inserção é a aquisição e a aprendizagem do idioma português pelos haitianos. Quanto às demandas burocráticas, precisam ser enfrentadas com preparo e sensibilidade dos envolvidos na implantação de uma política pública de atendimento coerente e agregador.

Palavras-chave: Haitianos. Educação. Direitos Humanos.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

BAPTISTA, Dulce. O migrante no município de São Paulo: educação e cidadania. In: CUTTI, Dirceu et al. (Orgs.). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo: EDUC, 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012**. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

COTINGUIBA, M. L. P.; COTINGUIBA, G. C. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 33, p. 61-87, jul./dez. 2014.

DUTRA, Cristiane Feldmann.; GAYER, Suely Marisco. **A Inclusão Social Dos Imigrantes Haitianos, Senegaleses e Ganeses no Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/File/13067/2282>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

EDITAL Nº 38/UFFS/2014 - Processo seletivo especial para acesso à educação superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-42, jan./jun. 2001.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. São Paulo: Edusc, 2002. 322 p.

RESOLUÇÃO Nº 32/2013 – CONSUNI. **PROHAITI UFFS**. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/images/sic/SECO/032_-_Institui_o_PROHAITI.pdf>.

HERMENÊUTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: NEXOS COM O CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Sara Both Rezende¹, Angelica Madela, Jamile Dal-Cin, Ricardo Rezer

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde, Unochapecó, sararezende@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O processo de formação de professores necessita incorporar um sentido formativo amplo nas suas práticas educativas, ultrapassando os limites das finalidades técnicas – dimensão imprescindível, porém, insuficiente em um processo de formação docente. Para tal, temos de aprender a reconhecer a pluralidade política e epistemológica do campo da Educação Física (EF) como uma possibilidade que venha a enriquecer propostas de formação de professores nesse campo. A partir desta problemática, buscamos discutir quais as possíveis contribuições da hermenêutica para o processo de formação de professores no campo da EF.

OBJETIVO: Abordar possíveis aproximações entre a formação de professores no campo da EF e um referencial hermenêutico. No primeiro momento, apresentamos uma breve compreensão de hermenêutica. Em seguida, abordamos a questão da hermenêutica no processo de formação de professores e especificamente no campo da EF. Discussão: De origem grega, hermenêutica se origina do verbo *hermeneuein*, e significa interpretar – já no substantivo, significa interpretação. Segundo Ruedell (2005, p. 224), o uso dessa palavra remete à mitologia grega, mais precisamente ao deus Hermes, conhecido como deus mensageiro. “Hermes associa-se à transmutação, à transformação de tudo o que está acima da compreensão humana, tornando-o acessível à inteligência humana.” Assim sendo, o esforço hermenêutico, a partir da ampliação de nossa compreensão sobre ele, amplia também as relações e as possibilidades de interpretar e compreender os fenômenos que vivenciamos no processo de intervenção pedagógica. Ou seja, possibilita a construção de espaços para a aproximação entre diferentes, através do diálogo, que permita aos sujeitos envolvidos a constituição de um campo para a ampliação da capacidade de interpretar e produzir sentidos em comum. Nossa aproximação com a hermenêutica filosófica, a partir especialmente do referencial clássico de Gadamer (2007), bem como de autores contemporâneos, tais como Hermann (2002), Ruedell (2005, 2007), Palmer (2011), entre outros. Nessa direção, Hermann (2002) entende que a hermenêutica, a partir do momento que identifica uma dimensão criadora da compreensão, amplia-se o sentido da educação para além da normatividade técnico-científica. Essa ampliação de sentido é o processo educativo de uma experiência própria do aluno, que acontece pela linguagem. Assim, o processo educativo extrapolaria a relação hegemônica sujeito-objeto (pautada pelas referências da ciência clássica), na qual há um sujeito que domina o objeto. Assim, a ação educativa, através de uma reflexão hermenêutica, implica na compreensão de algo ou alguém, produzindo, antes de tudo, uma autocrítica sobre si mesmo. Aquele que compreende não adota uma atitude de superioridade, mas permite

Sara Both Rezende, Angelica Madela, Jamile Dal-Cin, Ricardo Rezer

um exame de sua suposta verdade, de seus próprios preconceitos. Ao abordar este debate na formação de professores no campo da EF, a hermenêutica pode ser entendida como um princípio transformador para o campo, onde o esforço hermenêutico se refere ao sentido da interpretação, gerando novas e maiores janelas para o mundo, permitindo a constituição de aberturas na direção de uma nova dimensão para a formação docente, sem pretensões de uma posição definitiva. Assim, assumindo uma postura gadameriana, visualizamos a formação de professores como um processo de construção de diálogos entre os sujeitos envolvidos, que representam diferentes “Educações Físicas”, o que permitiria a edificação de sínteses, derivadas de distintos horizontes, no qual a fusão entre eles permitiria a abertura de novas e maiores perspectivas para propostas de formação de professores nesse campo. Nesse sentido, construir um olhar hermenêutico sobre a formação docente em EF não se trata de pouca coisa, pois instiga a construção de horizontes interpretativos acerca de si mesmo, do outro e do mundo, possibilitando a construção de horizontes compartilhados entre os sujeitos, ao mesmo tempo que estimula um olhar sobre os significados de ser professor e do ato de ensinar. Assim, se torna um grande desafio na formação de professores de EF possibilitar ao estudante uma compreensão alargada da EF enquanto campo de conhecimento, no qual possa ser atribuído um estatuto epistemológico capaz de romper com um processo que o reduz a uma atividade prática instrumental. Berticelli (2004, p. 297) sinaliza, a partir de um referencial hermenêutico, o trabalho docente como condutor de um campo de liberdade do fazer educativo, que “[...] nos afasta de pressupostos dogmáticos e fundacionalistas por princípio. Esta é uma condição atrativa e motivadora ante as demandas de novas formas de entender o conhecimento em nosso tempo.” Ou seja, assumir a hermenêutica como referência se coloca na contramão de fomentar dogmas e pensamentos feitos. Eis aqui, um nobre empreendimento derivado de aproximações com a hermenêutica: concordando com Gadamer (2001), a hermenêutica representa, na contemporaneidade, um caminho para pensar por si. Segundo ele, não se aprende nada que não tenha sido pensado por si mesmo. Nesse caso, a docência em EF pode ser compreendida como um jogo de pergunta e resposta, considerando a noção dialética da pergunta e da resposta fundamentada em Gadamer (2007). O ponto de partida é a pergunta que coloca o sujeito em um horizonte amplo, e a resposta não está determinada *a priori* por nenhuma entidade supra-humana, mas se edifica na medida em que passa a fazer sentido para os envolvidos. Compreender, orientado pelo horizonte da pergunta, é compreendê-la no momento em que os sujeitos compartilham do mesmo horizonte. **CONCLUSÕES:** Para pensar em um referencial hermenêutico na formação de professores no campo da EF, é necessário refletir sobre sua possibilidade e responsabilidade dentro desse contexto. Neste caso, a hermenêutica filosófica busca ampliar o sentido da formação para além de uma compreensão técnico-científica, pensando num processo educacional em que a experiência do professor e aluno aconteça no e pelo diálogo. Diante disso, é necessária a reflexão sobre as escolhas epistemológicas e políticas que se desdobram em conteúdos, metodologias e modos de avaliação utilizados pelos docentes em processos de formação docente. Muitas vezes, se aliam e representam uma hegemonia “não pensada”, que acaba por reduzir o espaço do acontecimento da experiência, tanto do professor como do aluno (por vezes, sem a consciência desse reducionismo). Baseados em Gadamer (2007), o professor precisa compreender o aluno como sujeito que possui limites e capacidades que devem ser respeitados, possibilitando assim a ampliação do conhecimento através da experiência. Constituir experiências de conhecimento representa, então, uma possibilidade significativa que se abre a partir de aproximações com o referencial hermenêutico ora proposto. Esta experiência possibilita, entre docente e discente, o diálogo, que ocorre através da conversação entre

Sara Both Rezende, Angelica Madela, Jamile Dal-Cin, Ricardo Rezer

sujeitos. Assim, o diálogo permite a compreensão e o aprendizado, em um eterno “de novo”, como se fosse, sempre, a “primeira vez”. Podemos considerar então, que o diálogo também proporciona aos sujeitos envolvidos a troca de conhecimentos diferentes e divergentes, respeitando as opiniões, sem absolutizá-las, conduzindo a fusão de horizontes, o que permite considerar novas perspectivas através de novos horizontes que se abrem. Levar esta discussão para a formação de professores de EF, considerando as manifestações da cultura corporal de movimento com as quais nos aproximamos na condição de professores, eleva nossas possibilidades de lidar com fenômenos que jogam conosco, que nos subtraem a condição de sujeitos, que nos arrebatam de tal forma que nos transformam, tais como o esporte, o jogo, a dança, entre outros.

Palavras-chave: Educação Física. Hermenêutica. Formação de professores.

Fonte financiadora: Unochapecó.

VULNERABILIDADE AO USO DE TABACO ENTRE ACADÊMICOS DE CURSOS DAS ÁREAS DE CIÊNCIAS HUMANAS, EXATAS E BIOLÓGICA DE UMA UNIVERSIDADE DO SUL

Shayane Luiza Rebelatto¹, Greice Cristine Schneider, Lucimare Ferraz

¹Acadêmica de Medicina da Unochapecó, srebelatto@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O tabagismo é considerado uma dependência química decorrente do uso de substâncias psicoativas. Também acarreta maior vulnerabilidade às doenças cardiovasculares, câncer, doenças pulmonares obstrutivas crônicas, doenças bucais e outras. Considerado um dos principais fatores de risco para mais de cinquenta outras doenças, destacando-se as doenças cardiovasculares, as neoplasias e as doenças respiratórias obstrutivas crônica. **OBJETIVO:** Analisar a dinâmica do uso de tabaco entre acadêmicos de cursos das áreas de ciências humanas, exatas e biológica de uma universidade do Sul. **METODOLOGIA:** O estudo caracteriza-se por uma pesquisa documental, de caráter exploratório-descritivo com delineamento de um estudo transversal. A população do estudo foi composta por 282 acadêmicos dos cursos das áreas do conhecimento: saúde, humanas e exatas. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário estruturado e as informações necessárias para contemplar os objetivos foram obtidas por meio da aplicação de um questionário elaborado com bases nos instrumentos de coleta e já utilizados em estudos brasileiros. Os dados tiveram análise por meio de técnica descritiva. **RESULTADOS:** Segundo a entrevista realizada com acadêmicos dos cursos de Medicina, Direito e Engenharia, 25,2% deles relatam já terem utilizado tabaco alguma vez na vida. Ainda de acordo com esses dados, os cursos de Medicina e Direito apresentaram uma prevalência semelhante, de 51,5% no curso de Medicina e 50% no curso de Direito, o que os difere do curso de Engenharia, em que apenas 38,5% dos acadêmicos já tenham experimentado tabaco uma vez na vida. Na mesma direção, quando os universitários são questionados com a frequência com que utilizam o tabaco, 3,8% dos acadêmicos do curso de Engenharia relatam fazer uso diariamente ou quase todos os dias, já no curso de Medicina, nenhum estudante relatou consumir tabaco de forma diária. De acordo com o sexo dos indivíduos entrevistados, houve uma diferença significativa entre homens e mulheres em relação ao uso do tabaco. O sexo feminino relatou que 36,4% já experimentaram tabaco uma vez na vida, enquanto que no sexo masculino esse índice foi de 56,2%. Em relação a frequência com que faziam uso de tal substância, 10,2% dos entrevistados relataram utilizar tabaco uma ou duas vezes. Já o consumo semanal ou diário do tabaco novamente apresentou uma prevalência maior para o sexo masculino, que teve índices de 4,7% e 3,1%, respectivamente, enquanto que no sexo feminino esses números foram de 1,9% e 1,3%. Referindo-se ao semestre em que estavam cursando a faculdade, 54,8 (n = 155) dos entrevistados nunca experimentaram tabaco na vida. E dentre os que consumiam, a maior prevalência foi o uso de uma ou duas vezes na vida,

Shayane Luiza Rebelatto, Greice Cristine Schneider, Lucimare Ferraz

em que 12%, 11,4% e 6,9% dos acadêmicos do primeiro, terceiro e último ano, respectivamente, utilizaram tabaco. Diariamente ou quase todos os dias, apenas seis (2,1%) acadêmicos referiram que fazem uso.

CONCLUSÕES: A prevalência do tabaco não apresentou-se elevada, porém, levando-se em consideração todos os malefícios que o tabaco causa no organismo, evidencia-se a necessidade de prevenção ao uso entre os acadêmicos e sugere-se a necessidade de políticas de intervenção no meio acadêmico.

Palavras-chave: Uso de tabaco. Estudantes. Prevalência.

Fonte financiadora: FUMDES.

A CASA QUE HABITO: APROPRIAÇÃO DE UM ESPAÇO CONSTRUÍDO NOVO

Sidney Bressan¹, Maria Luiza de Souza Lajús

¹ Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó

INTRODUÇÃO: O acesso à moradia digna deveria ser um direito de todos, porém no mundo capitalista marcado por enormes desigualdades o que se verifica é que esse acesso também é desigual. É marcado por construção de habitações que utilizam as mais novas tecnologias para atender as necessidades de conforto e segurança, enquanto outras são construídas em lugares de risco ou ilegais. Normalmente não apresentam as mínimas condições de habitabilidade, sem instalações sanitárias e condições de infraestrutura como água, luz, coleta de lixo, saneamento e pavimentação. Cabe ao poder público tomar as devidas providências para modificar essas situações por meio de programas voltados para habitação de interesse social que envolve desde a regularização fundiária, técnica e urbanística. O poder público na atualidade, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visando a permanência ou reassentamento das famílias, vem atuando por meio de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão. A pesquisa aqui apresentada se refere ao estudo realizado na cidade de São Domingos (SC), com famílias de baixa renda que residiam em áreas irregulares e de risco, selecionadas pelo PAC 2, urbanização, regularização e integração de assentamentos precários. O loteamento Vida Nova compreendeu a construção de casas, praça, parque para as crianças, pavimentação e urbanização dos espaços. Com o passar do tempo, verificou-se que as famílias se apropriaram do espaço novo construído de formas diferentes, realizando intervenções significativas, algumas em desacordo com as normas do programa, gerando situações irregulares. Esta pesquisa procurou entender o que levou as famílias a personalizarem suas casas e as flexibilizações que julgaram necessárias ao se apropriarem de um espaço novo. Entende-se que esta pesquisa é relevante considerando a padronização dos projetos habitacionais para a população de baixa renda, que dificultam a inserção social, a apropriação do espaço e a fixação das famílias em seu local de moradia (ABIKO; ORNSTEIN, 2002, p. 184). Também compreende-se que os resultados poderão contribuir para o desenvolvimento de projetos futuros que considerem as necessidades dos futuros moradores, suas características, sua cultura como forma de qualificar o projeto e garantir a inserção social. **OBJETIVO:** Compreender os fatores que influenciaram na apropriação das moradias pelos beneficiários do loteamento popular Vida Nova, um conjunto de interesse social na cidade de São Domingos (SC). Os objetivos específicos são: reconhecer as relações morador/moradia no processo de pós-ocupação; identificar as intervenções e personalizações conferidas ao ambiente; conhecer os diferentes fatores situacionais (social, econômico, cultural) que interferiram na ocupação e modificação física dos

Sidney Bressan, Maria Luiza de Souza Lajús

espaços. **METODOLOGIA:** A fim de compreender como os moradores do loteamento Vida Nova se apropriaram de suas moradias no período da pós-ocupação foi utilizada a Teoria das Representações Sociais, que tem em Serge Moscovici (2013) seu principal autor, que defende uma estrutura teórica para as representações sociais. Defende que não é possível separar a face figurativa, correspondente ao objeto da face simbólica referente ao sentido que o sujeito atribui ao objeto. Portanto, toda representação se constrói na relação estabelecida do sujeito com o objeto representado. Jovchelovitch (1995, p. 78) aponta que “[...] é através da atividade do sujeito de sua relação com outros que as representações sociais têm origem, permitindo uma mediação entre o sujeito e o mundo que ele ao mesmo tempo descobre e constrói.” A Teoria das Representações Sociais vem sendo usada em pesquisas que envolvem estudos pós-ocupacionais de habitações de interesse social por vincular aspectos subjetivos, “[...] buscando uma compreensão do comportamento do morador e suas motivações para a intervenção na moradia na fase de uso.” (SANTOS et al., 2013, p. 277). Também apoiou teoricamente esta pesquisa a Psicologia Social do Ambiente, por reconhecer a importância do ambiente e suas relações com o indivíduo. Fischer (1994, p. 15) diz que “[...] a psicologia do ambiente [...] visualiza o indivíduo através de sua inserção nos lugares, considerando que não pode ser isolado do seu meio.” O autor aponta três dimensões para caracterizar o espaço: o enraizamento, quando o indivíduo projeta o seu eu no espaço (dialética pertença/não pertença); a habitabilidade, expressa a qualidade das relações vividas (dialética imposição/liberdade); e territorialidade, em que a delimitação do espaço individual se dá em relação aos outros (dialética dentro/fora). Considera-se que estes conceitos foram fundamentais para fundamentar teoricamente esta pesquisa. O *locus* da pesquisa foi o município de São Domingos, no loteamento Vida Nova. Utilizou-se do Estudo de Caso por permitir, de acordo com Yin (2005, p. 35), “[...] uma reflexão analítica do contexto estudado.” A pesquisa combina dados qualitativos e dados quantitativos na identificação das famílias e na percepção das mesmas no processo de intervenções ocorridas nos espaços residenciais. Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas, observações *in loco*, testes de evocações de palavras, pesquisa documental caracterizada por análise de arquivos como projeto arquitetônico e especificações técnicas para obtenção de dados. Foram utilizadas peças gráficas por meio de observações diretas do ambiente para leitura espacial com a utilização de croquis dos espaços observados. Foi realizado levantamento fotográfico. A seleção dos moradores se deu por amostragem não probabilística intencional. Foram sujeitos da pesquisa 17 moradores do citado loteamento. A análise dos dados se deu por meio da análise do discurso combinando falas dos moradores, observações *in loco*, análise dos croquis, do levantamento fotográfico e dos dados quantitativos. **RESULTADOS:** Considerando que a pesquisa ainda não foi concluída, apresentar-se-ão resultados parciais, porém muito significativos. Foi verificado que os entrevistados moravam anteriormente em situação de precariedade. Moravam em área de risco, em casas de madeira em péssimas condições, chovia dentro, parte da madeira estava apodrecida e “quase caindo.” Consideravam as casas feias. Tratava-se de moradias que não ofereciam segurança e proteção para os moradores e seus pertences. Porém, relataram que, por morarem há muitos anos nesse local, criaram laços com esse ambiente, seu entorno e com os vizinhos. Com relação à casa nova, consideram como principal fator a segurança de ser proprietário. A maioria define como felicidade o sentimento de ter uma casa para morar com terreno para plantar. Os dados aqui apresentados mostram, de acordo com a Teoria das Representações Sociais, que os moradores, embora em um espaço construído novo, falam de suas identidades relacionais entre o espaço e o sentimento representados por imagens negativas relacionadas ao espaço físico de habitações em péssimo estado e da falta de

Sidney Bressan, Maria Luiza de Souza Lajús

infraestrutura, mas apontam que a história das relações com o espaço e com as pessoas trazem sentimentos de pertença e de afetividades. Quando se referem ao espaço novo, evocam sentimentos relacionados apenas ao que representa o acesso à moradia nos aspectos da posse. Não referem sentimentos relacionados às relações de pertencimento comunitário. Quanto à teoria da Psicologia ambiental, observa-se a apropriação do espaço pelas intervenções realizadas nos ambientes interno e externo à moradia. **CONCLUSÕES:** Mesmo que de forma parcial, conclui-se que a casa nova representa os muitos significados que assume para cada morador: espaço, segurança, conforto, adaptação, zelo, felicidade, abrigo, superação, família, tranquilidade, sossego, economia, permanência, proteção das intempéries e, acima de tudo, fé, que está expressa no número de vezes que se referiram a Deus, principalmente em agradecimento à generosidade divina pela casa nova. Nenhuma vez foi mencionada a palavra direito, o que demonstra a relação clientelista com o poder público. Quanto às intervenções realizadas, foram muitas, e de diferentes formas, significando principalmente a necessidade de um processo de pertencimento da moradia e do morador. Considera-se que este estudo dará ensejo a novas pesquisas, demonstrando a necessidade da participação dos futuros moradores em projetos de interesse social. Com base nos resultados parciais da pesquisa, é possível afirmar, embora não definitivamente, que o objeto de pesquisa sobre o porquê de alguns moradores, ao se apropriarem de um espaço novo, mesmo assim sentirem a necessidade de intervir neste ambiente, está relacionado ao que a psicologia ambiental aponta sobre o significado da habitação a relação pessoa-ambiente em seus aspectos sociais, psicológicos, culturais, de afetividade, pertencimento a um determinado lugar. A teoria das representações sociais permitiu demonstrar que o pertencimento ainda se dá a partir de subjetividades relativas a necessidades individuais no nível de intervenções nas residências e não nos espaços coletivos.

Palavras-chave: Habitação. Participação. Moradia.

Fonte financiadora: Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Referências

ABIKO, Alex Kenia; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Eds.). **Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social**. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitare/FINEP, 1).

FISCHER, Gustave-N. **Psicologia Social do Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**. Investigação em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

SANTOS, Mario Cesar de Oliveira et al. APO da habitação com base na teoria das representações sociais. In: ORNSTEIN, Sheila Walbe; VILLA, Simone Barbosa (Orgs.). **Qualidade Ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Book, 2005.

MIGRAÇÃO PENDULAR NA REGIÃO OESTE CATARINENSE COM DESTINO OS FRIGORÍFICOS NA CIDADE DE CHAPECÓ

Simone Ostrowski¹, Ana Laura Vianna Villela,
Claudio Machado Maia, Laiz Arruda, Rosa Salete Alba

¹ Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da Unochapecó, simone_ostrowski@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O crescimento da cidade de Chapecó é marcado, ao longo do processo histórico de sua formação territorial, pelo desenvolvimento de seu potencial agroindustrial. A suinocultura foi se firmando como uma forte atividade comercial na região, tendo como principal mercado São Paulo. Isso possibilitou o surgimento de vários frigoríficos na região, sendo Chapecó a cidade polo de maior concentração de grandes frigoríficos, como Sadia, Aurora e Chapecó. Ao longo desse processo histórico restaram apenas dois grandes conglomerados, a BRF e a Aurora, com o total de quatro unidades industriais. Esses frigoríficos possuem uma grande demanda de mão de obra e que é suprida por trabalhadores advindos de cidades próximas a Chapecó e também do Rio Grande do Sul. Estudos que envolvem a população local e regional são muito importantes do ponto de vista científico e sobretudo social, a fim de trazer contribuições nas políticas públicas e planejamentos que possam vir a ser desencadeados. Tais dados vão trazer subsídios para a complementação dos dados econômicos que até o momento direcionaram nossos estudos. **OBJETIVOS:** Interpretar a dinâmica de reestruturação produtiva de Chapecó, avaliando as diferentes redes de deslocamentos populacionais que acontecem entre os municípios do oeste catarinense que possuem frigoríficos de aves ou suínos. Objetivos específicos: (a) Realizar um levantamento do número de pessoas que se deslocam diariamente a Chapecó e nos municípios que possuem frigoríficos para trabalhar nestes locais; (b) Identificar e mapear as cidades de origem da população que se desloca para Chapecó; e (c) Quantificar o número de pessoas de cada unidade frigorífica que faz este deslocamento diário. **METODOLOGIA:** A metodologia de abordagem faz parte de uma pesquisa que compõe a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), que colabora na superação da lacuna teórica-prática-reflexiva existente no que tange este assunto e abrange uma abordagem tanto quantitativa como qualitativa, contemplando-se no Eixo II: Dinâmica Populacional e Mercado de Trabalho. Sendo o deslocamento diário objeto de análise. Para a coleta de dados foi prevista a busca de dados secundários em sítios eletrônicos de institutos de pesquisa, órgãos setoriais, prefeituras e secretarias municipais, regionais, estaduais e federais. Foi feito, até o momento, o levantamento de dados secundários em uma empresa frigorífica, e está em andamento pesquisa nas empresas de ônibus que transportam os trabalhadores e aplicação de questionários com os próprios trabalhadores. Todos os dados levantados passarão por um tratamento estatístico; elaboração de cartografia temática (ex.: mapeamento dos municípios de origem da população, redes de cidades desencadeadas a partir destes deslocamentos). A análise de

Simone Ostrowski, Ana Laura Vianna Villela, Claudio Machado Maia, Laiz Arruda, Rosa Salete Alba

dados está sendo realizada com o auxílio de dados e a interpretação dos cartogramas e mapas. Também serão realizados relatórios e artigos a serem apresentados tanto para ReCiMe quanto para a instituição conforme o edital. Ainda serão obtidos dados e pareceres que nos levarão a compreender a situação da população que se desloca para o trabalho na cidade de Chapecó no setor frigorífico, obtendo uma visão de como se comporta esta população e os fatores que influenciam nesta rotina de trabalho, bem como seu contexto social. **RESULTADOS:** O acelerado desenvolvimento da cidade de Chapecó e a oferta de empregos nos frigoríficos geram significativos deslocamentos populacionais diários na região oeste de Santa Catarina. Percebemos com a pesquisa que grande parte deste volume empregatício é garantido pelos frigoríficos abrangendo raios expandidos no oeste do estado e de municípios do norte do Rio Grande do Sul, gerando a grande migração pendular com a expectativa de renda familiar de parcela desta população. Outra observação que colocamos é sobre o contexto da migração pendular no estado de Santa Catarina quanto à entrada de pessoas nos municípios. Observa-se que numa escala que vai de até cem a sete mil, Chapecó, juntamente com outros 22 municípios do estado, encontra-se na 4ª posição na escala de 1.001 a cinco mil pessoas. Em primeiro lugar, com até sete mil pessoas, está apenas o município de Florianópolis. Em segundo e terceiro estão outros oito municípios. O censo demográfico de 2000 apontou Chapecó na posição de 15º lugar, entre os municípios de destino da migração pendular, com 2.197 pessoas (IBGE, [s.d.]). Esta mesma fonte não apresenta Chapecó na relação dos municípios de origem de população, significa dizer que não temos registros de população que se desloca de Chapecó para outra cidade diariamente. Destas pessoas que se deslocam diariamente para Chapecó, dados levantados em um dos frigoríficos mostram que 1.260 pessoas trabalham neste local. Quanto à origem dessas pessoas, podemos observar que advêm de 26 municípios regionais, sendo 61% do estado de Santa Catarina e 39% do Rio Grande do Sul. De Santa Catarina são 16 municípios: Águas de Chapecó, Caibi, Concórdia, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Flor do Sertão, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Paial, Palmitos, Planalto, Xanxerê e Xaxim. E do Rio Grande do Sul são dez municípios: Aratiba, Barão de Cotegipe, Benjamin Constant do Sul, Constantina, Entre Rios do Sul, Erval Grande, Nonoai, Palmitinho, Rio dos Índios, Engenho Velho e São Valentim. O maior número de pessoas que se deslocam é verificado nos municípios de Guatambu, com 330, compondo mais de um quarto dos deslocamentos, com 26% da faixa de pessoas que se deslocam para trabalho no frigorífico estudado. Águas de Chapecó com 242, com 19% do total. Nonoai com 170, com 14%. Planalto com 161, com 13%. Caxambu do Sul com 91 pessoas e Erval Grande com 76. Estas duas cidades representam 13% do total de deslocamentos com mais de cinquenta funcionários. Enquanto as demais cidades apresentam número de deslocamentos menor de cinquenta. Sete municípios possuem até cinquenta pessoas com 13% e, por fim, 14 cidades com até dez pessoas, que representam 2% dos deslocamentos. Estas cidades encontram-se em um raio de abrangência que vai de dez km a cem km de distância, e as viagens chegam a durar até duas horas. Quanto à idade das pessoas que trabalham no frigorífico em análise, as faixas etárias variam de 16 a 65 anos, das quais, 46% das pessoas possuem de 21 a trinta anos de idade, 28% de 31 a quarenta anos, 12% de 41 a sessenta anos, 10% de 19 a vinte anos, 4% de 16 a 18 anos e por fim apenas uma pessoa com mais de sessenta anos de idade. Estas faixas de idade representam ambos os sexos. **CONCLUSÕES:** Observa-se que Chapecó se estruturou como cidade centrada na economia agroindustrial, porém sua centralidade regional teve destaque nos últimos anos devido a sua inserção em redes do mercado nacional e mundial em atividades ligadas ao comércio e aos serviços. As diversas nuances da dinâmica populacional demonstram e

Simone Ostrowski, Ana Laura Vianna Villela, Claudio Machado Maia, Laiz Arruda, Rosa Salete Alba

reforçam a sua centralidade regional e o peso que as agroindústrias ainda representam nesta questão. A migração pendular para Chapecó reforça a oferta de trabalho não especializado que os frigoríficos apresentam e que Chapecó não consegue atender, demonstrando, por outro lado, fragilidades destas e outras cidades de origem da população em termos de oferta de empregos nestes locais, obrigando a população ao deslocamento diário, muitas delas se submetendo a algumas horas de viagens diárias. A finalização desta pesquisa certamente trará possibilidades de compreensão do fenômeno populacional relacionado com a pendularidade populacional que envolve Chapecó como cidade destino, porém a pesquisa também nos remete a necessidade de qualificar melhor quem é esta população. De que espaços eles vêm, de áreas agrícolas ou urbanas? Eles desenvolvem outras atividades econômicas? Por que a busca por este trabalho? O que os levam a tomar tal decisão? E muitas outras questões que uma pesquisa do campo da Geografia Populacional, da Sociologia ou da Antropologia traria elucidacões significativas. Outra questão que poderá vir a ser pesquisada é a migração temporária e a internacional para Chapecó. Certamente uma pesquisa que apenas começa a dar seus primeiros passos.

Palavras-chave: Migração pendular. Centralidade. Agroindústrias.

Fonte financiadora: Projeto de Iniciação Científica Associada. Bolsa de Auxílio à Pesquisa pela Modalidade Artigo 171 da Constituição Estadual.

Referência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420420&search=santa-catarinalchapeco>>. Acesso em: 2 out. 2015.

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS

Solange Cavalheiro¹, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

¹ Acadêmica de Pedagogia da Unochapecó; bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid); bolsista de estágio não obrigatório no Serviço Social do Comércio (SESC); bolsista de pesquisa do Pibic/FAPE; aluna do curso de especialização *Lato Sensu* em Educação na Faculdade Santa Rita, solangecavalheiro@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O tema da pesquisa “Inclusão de crianças com deficiência nos anos iniciais da Educação Básica: percepção das famílias” surgiu a partir dos estudos realizados no componente curricular Fundamentos da Educação Especial, no curso de Pedagogia. O referido componente foi cursado no primeiro semestre do ano de 2014, e proporcionou discussões relativas à Educação Especial e inclusão. Tais discussões contemplaram aspectos históricos, filosóficos e legais, possibilitando compreender a importância da inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes segmentos sociais e escolares, foco deste estudo. No segundo semestre de 2014, o componente curricular Trabalho Pedagógico com Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais propiciou maior imersão ao tema, consolidando o desejo de aprofundar conhecimentos por meio da pesquisa, somam-se também as vivências do Programa de Iniciação à Docência (Pibid), que visa a inserção dos estudantes dos cursos de licenciatura no ambiente escolar como forma de preparação para as práticas pedagógicas e futuro exercício profissional. A realização desta pesquisa configura-se como parte do processo de graduação do curso de Pedagogia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, e tem como ênfase compreender como as famílias de estudantes com deficiência incluídos nos anos iniciais da Educação Básica percebem o processo. A inclusão é um tema que vem ganhando destaque no campo educacional, possibilitando aos educadores maior apropriação sobre o assunto. Ao longo da história, os indivíduos com deficiência enfrentaram a exclusão, consequência de olhares que definem a normalidade em cada tempo, tanto no contexto escolar como social. Diante das potencialidades e inquietações destacadas, apresento a questão que instigou a busca por reflexões: Qual a percepção das famílias de estudantes com deficiência incluídos nos anos iniciais da Educação Básica acerca da inclusão? **OBJETIVO:** Identificar as expectativas que as famílias possuem acerca da escola inclusiva; conhecer quais as dificuldades identificadas pelas famílias no processo de inclusão; compreender as potencialidades identificadas pelas famílias no processo de inclusão; investigar se as famílias consideram os professores capacitados para atuar com crianças com deficiência. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi realizada com cinco famílias cujos filhos com deficiência estão matriculados em uma escola da rede estadual de Santa Catarina. A pesquisa envolveu a aplicação de entrevistas narrativas, as quais foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. As materialidades empíricas (narrativas) foram organizadas em agrupamentos temáticos e analisadas com base na análise de discurso, amparada na perspectiva foucaultiana. Os agrupamentos temáticos resultaram da recorrência e da relevância das falas,

Solange Cavalheiro, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

pois compreende-se o ser humano como um ser que interpreta, e para a autointerpretação emprega-se as formas narrativas. Com a pesquisa não há a pretensão de chegar a respostas definitivas e generalizantes, mas, de acordo com a perspectiva pós-estruturalista de pesquisa, compreender a percepção das famílias em determinado tempo e contexto, pois “[...] as narrativas não constituem um passado em si, mas sim aquilo que os/as informantes continuamente (re)constróem desse passado como sujeitos dos discursos que lhes permitem significar suas trajetórias escolares de determinados modos.” (ANDRADE, 2012, p. 176). **RESULTADOS:** Com base nas entrevistas realizadas, compreende-se a escola inclusiva como um espaço que acolhe a diversidade e encontra valorização no contexto atual. Esse foi um tema no qual as famílias revelaram interesse em abordar e outras desconheciam a terminologia. Os discursos das famílias revelaram dificuldades que as mesmas vêm enfrentando no processo de inclusão de seus filhos com deficiência, as fragilidades encontradas não só em uma sala de aula, mas em todo o contexto escolar, na organização/formação pedagógica explicitando a ação que se almeja do profissional docente atuante com crianças com deficiência. As famílias manifestaram medos e ansios decorrentes do processo de inclusão, demonstraram compreender que a escola não possui organização coletiva e condições adequadas de acessibilidade para atender as crianças com deficiência. Reforçando a concepção, Montoan (2013) explicita inquietações que nos fazem refletir sobre a escola que realmente queremos e a escola que temos hoje em nossa sociedade. É de suma importância que seja compreendido quais propostas caberiam para a escola do novo milênio e realizar análises da sociedade para entender os reflexos na educação escolar que essa mesma sociedade criou. É válido destacar que assim como foram apresentadas fragilidades também foram destacadas potencialidades vistas a partir do processo de inclusão. As famílias almejam conquistar avanços no espaço escolar, avanços que garantam que os alunos tenham o direito de serem alunos, mesmo sendo diferentes. Apesar de as famílias destacarem o despreparo dos profissionais docentes, revelaram também as potencialidades que encontraram durante o processo de inclusão de seus filhos no contexto escolar. **CONCLUSÕES:** Decorrente das entrevistas com as famílias e das leituras realizadas a partir dos livros e cenários escolares para a construção e aprimoramento da pesquisa, compreende-se que o movimento de inclusão, embora amplamente focado na contemporaneidade, revela estranhamentos e silenciamentos. Conhecer as famílias e participar do processo foi de suma importância, pois possibilitou conhecer o cotidiano das famílias, concretizando a realidade e desmitificando visões equivocadas. O estudo não se encerra aqui, mas nos provoca a investigar a inclusão em novas facetas, destacando-se a perspectiva dos próprios estudantes, dos professores, dos gestores e de outros segmentos afetados pelas políticas educacionais inclusivas.

Palavras-chave: Inclusão. Famílias. Crianças com deficiência.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

ANDRADE, S. S. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 173-194.

MONTOAN, Maria Teresa Égler. **Para uma escola do século XXI**. Campinas: Unicamp, 2013.

MULHERES NA POLÍTICA: SUA ATUAÇÃO NOS PARTIDOS POLÍTICOS DA REGIÃO DA AMOSC

Suziane Boneti¹, Myriam Aldana Vargas

¹ Graduada em Jornalismo na Unochapecó, suziane@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Para que as mulheres pudessem ter acesso à política, muitas lutas foram travadas. Historicamente, foram confinadas ao ambiente doméstico e submissas aos homens soberanos, que tinham o poder absoluto sobre elas. A sua participação sequer era aceita ou vista com bons olhos, sendo proibidos os direitos políticos de se candidatar e de votar. Com o passar dos anos, inconformadas com sua condição social e contrárias às falas e atitudes populares de que eram naturalmente mais fracas e vulneráveis, iniciaram várias lutas por meio do movimento feminista para serem reconhecidas. Até a década de 1930, no Brasil, os registros históricos de ações realizadas por parte das mulheres são escassos. O que se encontram são algumas notas de acontecimentos isolados, promovido por uma ou outra mulher, não considerado como movimento legítimo, declarado. Para alguns autores, talvez essa escassez de registros sobre os movimentos das mulheres se dá principalmente porque os que estavam no poder eram homens e estes dominavam tudo, até mesmo o que era emitido em documentos na época. É posterior à década de 1930 que se encontram relatos das passeatas realizadas pelo Movimento Feminista, liderado por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Em 1922, Bertha Lutz fundou no Brasil a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), sendo o primeiro partido político com participação ativa de mulheres. Em 1927, protocolou, no Senado, um abaixo-assinado pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres (PINTO, 2010, p. 16). Em razão desse ato, as mulheres conseguem, em 24 de fevereiro de 1932, que Getúlio Vargas promulgue o Novo Código Eleitoral brasileiro, assegurando o direito das mulheres de votarem e serem eleitas para cargos executivos e legislativos. Mesmo assim, ainda haviam restrições, pois apenas algumas poderiam votar, a título de exemplo, as casadas mediante autorização do marido. Há de se considerar que nossa sociedade é baseada na estrutura patriarcal, onde, desde os tempos remotos, os homens foram “do público” e as mulheres do “privado”, podendo ser este considerado um dos fatores da inserção tardia da mulher na política brasileira. Após longos períodos de manifestações, alguns avanços ocorreram, principalmente o envolvimento das mulheres com a política e conquistas históricas, como, por exemplo, Carlota Pereira de Queiroz, eleita para deputada federal brasileira (1933); Antonieta de Barros (1934), primeira mulher a integrar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Euníce Michiles, primeira senadora (1979); Esther de Figueiredo Ferraz, primeira ministra (1982); Roseana Sarney, primeira governadora

Suziane Boneti, Myriam Aldana Vargas

(1995); e Dilma Vana Rousseff, primeira mulher presidente da República Federativa do Brasil (eleita em 2010 e reeleita em 2014). Na década de 1990, um dispositivo importante é conquistado, sendo a criação das leis n. 9.100/95, n. 9.504/97 e n. 12.034/09 conhecidas como “Lei de Cotas”, considerado o primeiro ato a introduzir o sistema de cotas para o estímulo da igualdade entre homens e mulheres no País. Essas leis traduzem o reconhecimento da luta política do movimento feminista possibilitando maior conscientização a respeito da igualdade de direitos, bem como ampliando os debates em torno da mulher, da participação e representação política. A Lei n. 9.100/95 refere-se apenas às eleições para as câmaras municipais de 1996. Já a lei n. 9.504/97, posteriormente alterada pela reforma eleitoral de 2009 (lei n. 12.034/09), determina que “[...] do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.” Mas, mesmo com essa medida, o número de mulheres que atuam na política no Brasil é inexpressivo, pois andam lentamente, ano após ano, sejam como eleitoras (direito conquistado em 1932) ou como candidatas a cargos públicos, nos processos eleitorais. Para melhor visualizar, de um total de 190 países, o Brasil ocupa a 116ª posição no *ranking* de representação feminina no Legislativo. Algumas pesquisas realizadas apontam que as mulheres não se interessam na política pela falta do apoio familiar, dos partidos políticos, de recursos financeiros, do acúmulo da terceira jornada, da descredibilidade política e de que esta não poderia ser pensada como carreira profissional. Em relação aos partidos políticos, estes muitas vezes fraudam a lei, utilizando, por exemplo, as “candidatas laranjas”, que são mulheres que se sujeitam ou se submetem a se inscreverem em processos eleitorais, dando a falsa ideia de que o partido atingiu a porcentagem mínima prevista. É fato que a grande maioria das mulheres não recebem o apoio necessário para que possam participar do processo eleitoral com dignidade, disputando as vagas de igual para igual. Portanto, é preciso haver reforma política nos próprios partidos, especialmente porque esses não criam condições adequadas para ajudar a ampliar as candidaturas femininas e ainda reforçam a ideia de que ações não são necessárias para inseri-las na arena política. Os partidos políticos precisam reconhecer que a presença da mulher na política é substancial para o fortalecimento da democracia prevista na Constituição Federal de 1988, pois elas contribuem para a construção de novas posturas, pensamentos políticos e legitimam a política de nosso país. Ressalta-se que muito há de se “descobrir”, “explorar”, principalmente o que perpassa nas entrelinhas desse processo da atuação da mulher na política, para que possamos compreender o que impede estas de atuarem de forma efetiva e igualitária na política, sem precisar apenas “fazer de conta”. Este tema, ao mesmo tempo que parece ser irrelevante, se torna polêmico na medida em que se percebe que, enquanto mulheres, avançamos pouco no campo da política. A luta do movimento feminista no Brasil iniciou em 1930 e hoje, em 2015, após 83 anos, precisamos compreender o que ainda bloqueia, prejudica o envolvimento da mulher nos espaços de poder e decisão. **OBJETIVO:** Analisar a participação das mulheres no processo eleitoral das Câmaras de Vereadores, no ano de 2012, na região da Amosc. Objetivos específicos: 1) conhecer o perfil das mulheres candidatas no pleito eleitoral para a câmara dos vereadores de 2012; 2) caracterizar os contextos políticos partidários onde as mulheres desenvolvem sua atuação; 3) identificar os fatores sociais e culturais que interferem na atuação política dessas mulheres. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo qualitativo, que tem como objetivo principal aprofundar-se no significado dos fenômenos a serem estudados que, neste caso em específico, refere-se às mulheres atuantes na política. Como instrumento para coleta de dados será feito: 1) levantamento documental; 2) levantamento de dados já produzidos e disponíveis, sejam eles pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por

Suziane Boneti, Myriam Aldana Vargas

jornais, revistas ou pesquisas com informações, dados estatísticos para aprimorar o estudo; e 3) entrevista semiestruturada de opinião que contém um roteiro, mas também certa flexibilidade para obter dados mais amplos e maior interação entre pesquisador e entrevistado. As entrevistas serão gravadas e depois transcritas. Como sujeitos da pesquisa, serão selecionadas as mulheres que concorreram no processo eleitoral para o cargo de vereadora dos municípios da região da Amosc, no ano de 2012. Na pesquisa qualitativa, a amostra ideal mostra-se como um número suficiente de pessoas que possibilite a reincidência de informações. Dessa forma, serão entrevistadas as mulheres que obtiveram maior e menor votação no processo eleitoral de 2012. Considerando que esta pesquisa abrange a região da Amosc e que ao todo são 21 municípios que a compõe, serão pesquisados somente os municípios com mais de cinco mil habitantes, sendo 1) Chapecó; 2) Coronel Freitas; 3) Pinhalzinho; 4) Quilombo; e 5) São Carlos. Em segundo, os cinco partidos mais citados dentre estes municípios selecionados, a partir do cruzamento de dados do sistema de gerenciamento de informações partidárias do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SC). Desses partidos é que serão entrevistadas as mulheres que obtiveram a menor e a maior votação.

Palavras-chave: Mulher. Gênero. Representação política.

Fonte financiadora: Unochapecó.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUBJETIVAÇÃO DOCENTE

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski¹

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF); especialista em Docência na Educação Superior pela Unochapecó; especialista em Educação Especial pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), taniazp@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este texto está relacionado a um excerto da pesquisa para a elaboração da tese de doutorado em Educação, defendida em 2014, que abordou a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior e seus efeitos na docência universitária, inserida na linha de pesquisa Educação Especial. A inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior é um dos temas que movimenta o cenário educacional contemporâneo, seja no Brasil, seja no mundo. Vivemos um contexto no qual são registradas significativas transformações no mundo do trabalho, transições nos modos de organizar e viver em sociedade, intensificação das formas virtuais de comunicação, impactos das novas tecnologias de comunicação na proliferação da informação, economia baseada no conhecimento, o tensionamento acerca da hegemonia da ciência moderna, expansão, privatização e mercadorização da educação superior, entre outras manifestações. No Brasil, vivemos, na última década, grande expansão de vagas para a Educação Superior. As estatísticas oficiais mostram que contribuem para o aumento das matrículas na Educação Superior, também, os estudantes com deficiência. Esse público, no Brasil, conforme o Censo Demográfico 2010, soma 45.606.048 milhões. Esses registros, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que o número de pessoas que declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas corresponde a 23,9% da população brasileira. **OBJETIVO:** Compreender o processo de subjetivação docente para a inclusão, este texto foi orientado pela seguinte questão de estudo: como acontece o processo de subjetivação docente decorrente das políticas de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior? A subjetividade, para Paraíso, é produzida “[...] pelos diferentes textos, pelas diferentes experiências, pelas inúmeras vivências, pelas diferentes linguagens pelas quais os sujeitos são nomeados, descritos, tipificados.” (PARAÍSO, 2012, p. 30). Segundo Foucault (2010, p. 278): “Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito ao outro através do controle e da dependência, e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento [...]”. Revel salienta que o termo subjetivação, para Foucault, designa “[...] um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade.” (REVEL, 2005, p. 82). A motivação pela escolha do tema advém da trajetória profissional na educação especial, somada ao desafio de ser professora formadora de futuros docentes, atuante na Educação Superior, especialmente nos cursos de licenciatura e de formação para o magistério superior. Quais os efeitos da inclusão de estudantes com deficiência na docência universitária? Este foi o problema de pesquisa que orientou a elaboração da tese de

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

doutorado, a qual sustentou que a presença de estudantes com deficiência produz efeitos na docência universitária, implicando a forma de ser docente, ou seja, as práticas pedagógicas e a forma de conceber a docência. Do problema de pesquisa surgiram questões derivadas, dentre elas, a que direcionou este texto, ou seja, como acontecem os processos de subjetivação docente decorrentes das políticas de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior? Ancorada nos referenciais foucaultianos, a inclusão é tomada como uma tecnologia de governo da conduta docente. Trata-se da forma como os docentes são capturados pelos discursos da inclusão e como esses discursos reverberam na ação docente, traduzidos em efeitos de subjetivação e processos de normalização. **METODOLOGIA:** Para o estudo que resultou na tese foram entrevistados dez professores universitários atuantes, a partir de 2010, com estudantes surdos; cegos/baixa visão; com deficiência física ou deficiência intelectual, em diferentes cursos de graduação, em duas universidades do oeste de Santa Catarina, uma pública federal e uma comunitária. A definição dos sujeitos da pesquisa deu-se junto aos setores institucionais que registram a presença de estudantes com deficiência, como a Diretoria de Políticas de Graduação em uma das universidades e a Divisão de Acessibilidade/Diretoria de Ensino na outra, definidos mediante convite, seguindo a ordem sequencial das indicações institucionais. Trata-se de professores com caminhadas na docência entre dois anos e meio até 25 anos, com formação acadêmica em diferentes áreas do conhecimento. As materialidades empíricas (narrativas docentes) foram examinadas com base na perspectiva da análise do discurso com amparo em referenciais foucaultianos. Para o recorte do estudo aqui relatado, foram analisadas narrativas docentes que permitiram aproximações à temática da subjetivação, ou seja, à constituição do sujeito professor, influenciado pelas políticas de inclusão, as quais produzem efeitos de verdade e difundem a ideia de solidariedade, de respeito à diferença concebida como essencialmente boa, o que gera uma sociedade mais acolhedora. **RESULTADOS:** A análise dos discursos evidencia que os docentes são capturados pelos discursos da inclusão, os quais são traduzidos em processos de normalização e efeitos de subjetivação. O estudo possibilitou compreender como a teia de subjetivação docente é tecida na interface com as políticas de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior. Tais políticas, disseminadas nos discursos da mídia, nas normativas institucionais, nos apelos à ética e responsabilidade social, funcionam como tecnologias que produzem subjetividades docentes traduzidas, predominantemente, em posturas amorosas. Existe um investimento estratégico que captura o docente e o insere em um jogo de culpa (sentindo-se despreparado para a inclusão), de carência (sentindo necessidade de ajuda para melhorar a ação docente), de altruísmo (disposto a dedicar-se ao outro com generosidade). A inclusão frequentemente é tomada como um imperativo, algo inquestionável, algo natural. Porém, ao falar sobre o tema, alguns tensionamentos acerca das políticas inclusivas, da ambivalência da inclusão, são evidenciados pelos docentes, manifestando conflitos diante de perspectivas seletivas e excludentes ditadas pela sociedade neoliberal. O encontro com os estudantes com deficiência permite que o professor reflita sobre os discursos inclusivos frequentemente reproduzidos de forma mecânica, como se fosse algo natural e inevitável. Favorece, também, a compreensão de que exercer a docência com “o diferente” possibilita que o profissional de distintas áreas do conhecimento, atuante na Educação Superior, descubra que docência é outra profissão e que para exercê-la são necessários saberes conceituais, didático-pedagógicos e atitudinais. **CONCLUSÕES:** Na lógica neoliberal há um forte apelo aos discursos inclusivos, e os professores predominantemente os assumem como necessários para a construção de uma sociedade melhor e tornam-se parceiros do Estado no compromisso de efetivar as políticas de inclusão. Os docentes, predominantemente,

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

procuram responder favoravelmente à expectativa disseminada pelas políticas de inclusão no sentido de que gerenciem a própria formação e, se não preparados, preparem-se para atuar com a diversidade, apresentada como um rico mosaico que representa ganhos a todos. Porém, o encontro dos professores com os sujeitos da inclusão gera distintas sensações, interpretações e “desassossegos” em relação a como agir, como avaliar e como conduzir o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes que fogem aos padrões apontados nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação como perfil ideal dos egressos. As políticas de inclusão ganharam evidência nos debates educacionais, associadas à democratização do ensino, em todos os níveis, e o termo inclusão, adotado de forma genérica, remete a argumentos sedutores e inquestionáveis do ponto de vista dos direitos humanos, sociais, educacionais, éticos. Contudo, pode resultar em compreensões ingênuas e posturas acríticas diante do estabelecido. Salientando essa ideia, Veiga-Neto (2008) afirma que a inclusão vem sendo tomada como um imperativo inquestionável, ou seja, ela vem sendo naturalizada e que a naturalização implica na universalização, generalização e necessidade e, assim, subtrai a reflexão necessária. Alerta que se todos estão a favor de uma ideia, parece haver algo suspeito. “Ou estão usando uma mesma palavra para nominar coisas diferentes, ou estão falando de uma mesma coisa a partir de pontos e (principalmente) interesses diferentes.” (VEIGA-NETO, 2008, p. 23). Os discursos, incluindo os que são difundidos pelas políticas de educação inclusiva, são tecnologias do poder, são ferramentas de subjetivação que vão imprimindo nos professores o desejo de serem inclusivos. No entanto, alguns docentes entrevistados identificam na Educação Superior situações que a inclusão é romanceada, naturalizada, mascarada, ambivalente, cujas fragilidades e até impossibilidades estão silenciadas. A ambivalência da inclusão se manifesta no fato de a escola inclusiva sinalizar para princípios como temporalidade distinta, solidariedade, respeito à diferença, porém organizar-se, predominantemente, com base em princípios da Modernidade sólida, com tempos e espaços fixos para todos. O estudo realizado até aqui não se esgotou, se desdobra em novas perguntas, em novos projetos de investigação.

Palavras-chave: Inclusão de estudantes com deficiência. Docência universitária. Subjetivação docente.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), do estado de Santa Catarina.

Referências

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010:** características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 23-45.

REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Clara Luz, 2005.

VEIGA-NETO, A. Neoliberalismo, império e políticas de inclusão. In: RECHICO, Cinara F.; FORTES, Vanessa G. (Orgs.). **A educação e a inclusão na contemporaneidade**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. p. 11-28.

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: PERCEPÇÕES DOCENTES

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski¹, Solange Cavalheiro

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF); especialista em Docência na Educação Superior pela Unochapecó; especialista em Educação Especial pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), taniazp@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Ao longo da história, pessoas com deficiência enfrentaram a exclusão, consequência de olhares que definem a normalidade em cada tempo. Mais recentemente passam a ser percebidas como sujeitos de direito à inclusão escolar e social, é um público expressivo que nas últimas décadas deixou de ser ignorado. Esse movimento visa incluir, porém, nem sempre garante subsídios em todas as atividades voltadas às necessidades da criança, independente de seu grau de dificuldade. A educação inclusiva se constitui numa proposta em que é necessário não só o acesso à escola, mas também a permanência e aprendizagem de todos, “[...] e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem.” (GLAT, 2007, p. 16). O estudo apresentado aborda a inclusão de crianças com deficiências nos anos iniciais da Educação Básica na perspectiva docente e, embora o tema não seja novo, renova-se permanentemente.

OBJETIVO: Compreender como os professores atuantes com crianças com deficiência percebem o processo de inclusão, a pesquisa foi orientada pelo seguinte problema de pesquisa: qual a percepção dos professores dos anos iniciais da Educação Básica acerca da inclusão de crianças com deficiência? Da questão central derivaram as seguintes perguntas: Qual o conceito de deficiência e como são categorizadas nas políticas brasileiras? O que determinam as políticas nacionais de educação especial acerca da escolarização de crianças com deficiência? Como os professores dos anos iniciais da Educação Básica avaliam o movimento de inclusão de crianças com deficiência? Os professores se consideram capacitados para atuar com crianças com deficiência? As motivações para investigar esta temática foram as discussões promovidas em aulas de Pedagogia, durante o desenvolvimento de componentes curriculares relacionados à educação especial e inclusão, quando acadêmicas da turma relataram situações de in/exclusão presenciadas nas escolas durante estágios obrigatórios, não obrigatórios ou na condição de bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (Pibid).

METODOLOGIA: A pesquisa, com abordagem qualitativa, gerou material empírico coletado por meio de entrevistas narrativas com três professoras que atuam com crianças com deficiência nos anos iniciais da Educação Básica, na escola pesquisada, pertencente à rede estadual de ensino, localizada no município de Chapecó (SC). Na escola onde aconteceu a pesquisa, quatro turmas de anos iniciais possuem estudantes com deficiência incluídos. Segundo as professoras, tais estudantes apresentam autismo; Transtorno do Déficit de Atenção (TDH); deficiência intelectual (duas crianças) e Síndrome de Asperger. Todas as turmas estão a

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski, Solange Cavalheiro

cargo de profissionais do sexo feminino. Todas as professoras são graduadas em Pedagogia e cursaram especialização *lato sensu* na área da educação. Possuem tempo de atuação entre quatro e vinte anos. Das quatro docentes atuantes com crianças que possuem deficiência, três concordaram em participar da pesquisa e uma não mostrou disposição. As materialidades empíricas foram examinadas pela perspectiva da análise do discurso, amparada em referenciais foucaultianos. Para Foucault, ao analisarmos discursos, devemos estar atentos, pois estes podem “[...] admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta.” (FOUCAULT, 2005, p. 96). **RESULTADOS:** As professoras entrevistadas demonstram o engajamento da escola e o envolvimento pessoal com as políticas de inclusão, revelando-se parceiras do Estado na busca do êxito da proposta, o que revela potente estratégia de governo de si. Investigar a inclusão nos auxiliou a compreender como a maquinaria escolar opera a produção de subjetividades inclusivas, em consonância com os preceitos da sociedade contemporânea, uma sociedade na qual ninguém fique de fora, mesmo que a inclusão possa representar exclusão. Inquietações docentes com o processo de inclusão também são relatadas, por meio da alegação de “despreparo profissional” ou formação acadêmica considerada insuficiente para atuar com crianças com deficiência. **CONCLUSÕES:** O acesso à educação, no Brasil, foi um caminho sinuoso, difícil de ser trilhado. Se atualmente comemoramos a expansão, é importante sabermos que esse cenário que nem sempre foi assim. No Brasil, país marcado pela colonização imperialista e exploradora, a educação já foi privilégio de poucos e, se falarmos em educação de pessoas com deficiência, esses “poucos” ainda são menos. O discurso docente nos sugere aproximação com a noção de poder pastoral, apontada por Foucault (2010) como uma antiga tecnologia de poder que o Estado moderno ocidental reconfigurou. Essas novas formas do poder pastoral se renovaram. Já não tem a pretensão “[...] de conduzir o povo para sua salvação no outro mundo, mas de assegurá-la neste mundo.” (FOUCAULT, 2010, p. 281). Prossegue o autor na afirmação de que “O poder pastoral não é apenas uma forma de poder que comanda; deve também estar preparado para se sacrificar pela vida e pela salvação do rebanho. Portanto, é diferente do poder real, que exige um sacrifício de seus súditos para salvar o trono (FOUCAULT, 2010, p. 280). Observa-se que ora a escola, ora os professores, ora os próprios estudantes são culpabilizados pelo que se considera insucesso escolar, o que revela as fragilidades no reconhecimento da própria diferença. O estudante com deficiência é percebido como um sujeito a ser corrigido, normalizado. Acreditamos que todos aprendem, porém, não necessariamente as mesmas coisas, nos mesmos tempos e contextos e que “[...] se não conseguirmos romper com a lógica do enquadramento, da categorização, da classificação, da normalização, da normatização, estaremos criando um novo grupo de excluídos, ironicamente denominados de ‘os incluídos’.” (PIECZKOWSKI, 2014, p. 213). A temática da inclusão se revela ambivalente. O apelo do Estado é para instituições e professores inclusivos, mas a sociedade se constrói com bases na competitividade, na competição, na lógica do mérito individual. A educação especial pode se consolidar como um foco de contracultura, que tensiona valores, realidades e fomenta a transformação social. Dos encontros e das leituras que fizemos, seja dos livros, seja dos cenários escolares, identificamos que no contato com crianças com deficiência, docentes descobrem que conviver com a diferença os movimenta a assumir a proposta da educação inclusiva, a tornar-se parceiros do Estado, responsabilizar-se, induzidos por uma governamentalidade neoliberal. O movimento da escola inclusiva também se revela por silenciamentos, decorrentes de dispositivos legais, da força da mídia, dos efeitos dos discursos dos direitos à diferença. Esse movimento vive um processo que ora é traduzido por comemorações,

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski, Solange Cavalheiro

ora por desassossegos e tensionamentos. Os sujeitos da inclusão geram distintas sensações e interpretações por parte dos professores. Os docentes são desafiados a aprender com a diferença, a apropriar-se de conhecimentos sobre tecnologias assistivas e recursos didático-pedagógicos específicos, a adequar espaços e tempos, além de desconstruir olhares padronizadores. Ao tensionarmos a inclusão, de maneira alguma estamos naturalizando a exclusão de pessoas com deficiência na escola. Suspeitamos, porém, da falácia da inclusão circulando em discursos romanceados, que não se concretizam. Não podemos denominar de inclusão o estar, é preciso também pertencer, aprender, ter o direito de ser diferente, reconhecido. Com o estudo, ainda em andamento, não há a pretensão de chegar a respostas definitivas e generalizantes, mas compreender o que é dito pelos professores, em determinado tempo e contexto.

Palavras-chave: Inclusão. Crianças com deficiência. Anos iniciais da Educação Básica.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (Pibic/FAPE).

Referências

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

GLAT. R. (Org.). **Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

PIECZKOWSKI, T. M. Z. Inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual: influências de Vygotsky. In: _____.; NAUJORKS, M. I. (Orgs.). **Educação, Inclusão e Acessibilidade: diferentes contextos**. Chapecó: Argos, 2014. p. 189-216.

DIVERSIDADE DE AVES EM UMA ÁREA URBANA DE FLORESTA OMBRÓFILA MISTA, CHAPECÓ (SC)

Thiago Bastiani¹, Eliara Solange Müller

¹Acadêmico de Ciências Biológicas da UnoChapecó, thiago_b@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: As áreas verdes desempenham um papel importante na manutenção da avifauna em zonas urbanas, uma vez que praças e parques podem ser utilizados como refúgios, “ilhas verdes” ou corredores para as espécies (ARGEL-DE-OLIVEIRA, 1995). As aves estão diretamente relacionadas com a qualidade ambiental de um ecossistema, podendo ser utilizadas como bioindicadoras das alterações ambientais (SCHERER; SCHERER; PETRY, 2010). Logo, as alterações na vegetação sugerem que o ambiente natural pode se tornar impróprio para determinadas espécies de aves que exigem condições específicas para sobreviver (SILVA, 2007). Esse fato indica que as aves muitas vezes selecionam os *habitats* baseando-se nos detalhes florísticos que o ambiente possui, tanto para o forrageamento, como para a proteção de predadores e reprodução (TELINO-JÚNIOR et al., 2005). **OBJETIVO:** Conhecer a diversidade e composição de aves do Parque Alberto Finn (PAF), perímetro urbano de Chapecó, oeste de Santa Catarina. **METODOLOGIA:** O PAF (27°5'27.53"S e 52°35'16.88"O) é um fragmento florestal pertencente à Floresta Ombrófila Mista, tem uma área de 5 ha e atualmente é circundado por intensa urbanização. O PAF tem dois ambientes: um possui 2 ha, onde se localiza a área de lazer do parque, o outro possui 3 ha e nele há maior predomínio de vegetação nativa, com presença de araucárias (*Araucaria angustifolia*), angico-vermelho (*Parapiptadenia rigida*) e cedro (*Cedrela fissilis*). No parque existem trilhas utilizadas para atividade física e atividades socioambientais desenvolvidas por escolas, pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó e pela comunidade do entorno. Para as amostragens matutinas utilizamos levantamento quantitativo através do método pontos de escuta (VIELLIARD et al., 2010) e levantamento qualitativo através de transecções entre os pontos, entre agosto de 2014 e maio de 2015. Demarcamos três pontos de escuta com 200 m de distância entre si. O ponto 1 (PT1) é caracterizado pela ausência de sub-bosque e uso para atividades de lazer, o ponto 2 (PT2) tem sub-bosque e é utilizado para lazer e o ponto 3 (PT3) tem sub-bosque e não é utilizado como área de lazer. O tempo de permanência em cada ponto foi de 20 min. A distância das espécies em relação ao observador foi determinada a partir de um raio de 25 metros. Realizamos quatro amostragens por mês, com início ao nascer do sol, totalizando 80 h de amostragem em quarenta visitas. Para as amostragens noturnas demarcamos três pontos (VIELLIARD et al., 2010) (os mesmos pontos do levantamento realizado no período matutino) distantes 200 m entre si. As amostragens foram realizadas a cada 15 dias, com início 2 h após o pôr do sol, entre as 20 h e 23 h com duração de aproximadamente 60 min em cada ponto totalizando 60 h de esforço amostral

Thiago Bastiani, Eliara Solange Müller

em vinte visitas. Utilizou-se a técnica do *playback*, no qual foram reproduzidas vocalizações das espécies de corujas com possível ocorrência para o estado de Santa Catarina. Selecionamos vocalizações de 17 espécies com ocorrência definida (ROSÁRIO, 2012). Utilizamos as gravações das vocalizações disponíveis em *sites* (www.xeno-cantos.org; www.wikiaves.com). A duração de cada vocalização variava entre 40 seg. a 1 min e 20 seg. Determinamos um intervalo de 2 min após cada vocalização, para que as espécies respondessem ao *playback*. Não havendo resposta, a próxima espécie era reproduzida. Para o registro das aves observadas utilizamos binóculo (Bushnell 10x42 mm). Os dados foram registrados em um minigravador, sendo algumas vocalizações registradas com o auxílio de um gravador MARANTZ®, acoplado a um microfone direcional sennheiser. Sempre que possível as aves foram fotografadas com câmara Sony HX 300. A identificação das aves foi auxiliada por guias de campo e por *sites* de aves especializados. A nomenclatura e a taxonomia das espécies foram baseadas no Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. A partir dos dados obtidos pelos pontos de amostragem calculamos o índice pontual de abundância (IPA). O IPA de cada espécie foi utilizado para calcular o índice de diversidade Shannon-Wiener (H'), índice de equitabilidade ($J = H'/H \text{ Max}$), com auxílio do Programa PAST. Para análise da frequência de ocorrência (FO) realizamos o cálculo a partir da relação do número de registros de cada espécie pelo número total de visitas (quarenta visitas). As espécies foram reunidas em sete categorias, conforme a frequência e uso que fizeram do parque (ARGEL-DE-OLIVEIRA, 1995), são elas: residentes, prováveis residentes, residentes de verão, ocasionais, sobrevoantes, escapes e raras. **RESULTADOS:** Registramos 92 espécies de aves, distribuídas em 14 ordens e 34 famílias. A maioria das espécies pertence à ordem Passeriformes ($n = 48, 52,17\%$) e as famílias com maior riqueza foram Tyranidae ($n = 12$) e Thraupidae ($n = 11$). Dentre as ordens não Passeriformes, as mais representativas foram Columbiformes, Piciformes e Psittaciformes ($n = 6, 6,5\%$ cada uma), destacando-se a família Columbidae ($n = 6, 6,5\%$). Das 92 espécies, 17 foram registradas apenas na amostragem por pontos, 28 apenas nas transecções entre os pontos e 47 pelos dois métodos. O número de espécies registradas no presente trabalho ($n = 92$) representa 13,4% das 682 espécies registrada em Santa Catarina (ROSÁRIO, 2012), percentagem relevante, considerando o tamanho do parque (50 mil m^2) e a localização, uma matriz urbana. Resultado similar ao de outros estudos realizados no Brasil em áreas urbanas. Das 92 espécies registradas, 59 foram registradas no PT2, 55 no PT3 e 40 no PT1. Quatro espécies foram registradas nos campos noturnos, sendo *Athene cunicularia* a única que não foi registrada nas amostragens por pontos. *Tyto furcata*, *Megascops choliba*, *Asio stygius*, foram registradas em todos os pontos. As guildas tróficas onívora ($n = 26, 28,2\%$) e insetívora generalista ($n = 19, 20,6\%$) foram as com maior representação quanto ao número de espécies de aves no parque. Das espécies registradas, 34 foram classificadas como ocasionais, com frequência extremamente baixa entre um a seis contatos, 14 espécies como residentes de verão, 12 espécies como prováveis residentes, dez como residentes, seis espécies como sobrevoantes. *Pyroderus scutatus* foi a única espécie considerada rara para ambientes urbanos. O índice de diversidade de Shannon-Wiener foi de 3,2, e não diferiu entre os pontos de escuta ($p > 0,005$). O índice de equitabilidade do parque é 0,79, o que mostra que a comunidade de aves está relativamente equilibrada, não havendo uma grande dominância de algumas espécies. O resultado do IPA no parque variou entre 0,008 (um contato) e 1,66 (duzentos contatos). A análise de agrupamento inicialmente separou o PT1 (distância euclidiana de 5) dos outros dois pontos. Em um segundo momento a análise de agrupamento separou os outros dois pontos PT2 e PT3 (distância euclidiana de 4,2), estes dois pontos são mais similares quanto à riqueza registrada. **CONCLUSÕES:** A avifauna do

Thiago Bastiani, Eliara Solange Müller

PAF possui características bastante próximas daquelas observadas em outras áreas verdes urbanas, no que se refere à proporcionalidade de ordens e famílias. É importante um monitoramento contínuo da avifauna do parque, para que se possa entender melhor sua dinâmica local e as respostas das aves quanto ao uso público do Parque. A presença de áreas verdes dentro do perímetro urbano de Chapecó e de qualquer cidade é um fator crucial para a conservação das aves, pois essas áreas são fundamentais para a conexão entre pequenos fragmentos, possibilitando que as aves se desloquem com maior facilidade em busca de refúgio, alimentação e local para reprodução. As cidades precisam ser planejadas no sentido de conservar as áreas verdes e proporcionar uma maior relação com a comunidade que usufrui desses ambientes e a natureza.

Palavras-chave: Avifauna. Ambientes antrópicos. Parques urbanos.

Referências

ARGEL-DE-OLIVEIRA, M. M. Aves e vegetação em um bairro residencial da cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 12, p. 81-92, 1995.

ROSÁRIO, L. A. **Portal Aves de Santa Catarina**. 2012. Disponível em: <<http://www.avesdesantacatarina.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

SCHERER, J. de F.; SCHERER, A. L.; PETRY, M. V. Estrutura trófica e ocupação de hábitat da avifauna de um parque urbano em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Biotemas**, v. 23, n. 1, p. 169-180, mar. 2010.

SILVA, R. R. V. **Avifauna de áreas úmidas no município de Caxias do sul, Rio Grande do Sul**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

TELINO-JÚNIOR, W. R. et al. Estrutura trófica da avifauna na Reserva Estadual de Gurjaú, Zona da Mata Sul, Pernambuco, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 22, n. 4, 2005.

VELLIARD, J. M. E. et al. Levantamento quantitativo por pontos de escuta e o Índice Pontual de Abundância (IPA). In: MATTER, S. V. **Ornitologia e conservação: ciência aplicada, técnicas de pesquisa e levantamento**. Rio de Janeiro: Technical Books, 2010. p. 47-60.

_____. Nova metodologia de levantamento quantitativo da avifauna e primeiros resultados no interior do estado de São Paulo, Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ANILHADORES DE AVES, 4., Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1990.

ACESSO? INCLUSÃO? PERMANÊNCIA? A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES

Vanessa Carla Neckel¹, Maria Luiza de Souza Lajús

¹ Mestranda de Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, vcn@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O presente resumo tem como campo temático a assistência estudantil de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da região Sul, trazendo um recorte do projeto de pesquisa em desenvolvimento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* através do mestrado profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. Pretende-se apresentar elementos bibliográficos e proposta de trabalho e pesquisa que permitirão contextualizar as percepções dos estudantes beneficiários pelo Programa de Benefícios vinculados à Política de Assistência Estudantil. Ao contextualizar a assistência estudantil, reporta-se à Constituição Federal de 1988 que preconiza a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família ao pleno desenvolvimento do ser humano (art. 205), tendo como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I). A Constituição Cidadã é considerada um marco histórico nas políticas públicas, pois traz a concepção e a construção da seguridade social, provocando um reordenamento do Estado e o reconhecimento dos direitos sociais e políticos, consolidados através das políticas sociais e setoriais. Nesse contexto, tem-se uma preocupação e mobilização das entidades estudantis para reivindicar ações efetivas na permanência dos estudantes no ensino. Com isso, surgem no debate a implantação e consolidação da assistência estudantil nas instituições educacionais de ensino superior de forma regulamentada. A assistência estudantil caracteriza-se como uma ação do Estado, ou seja, que busca minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais dos estudantes inseridos na Educação Superior. Trata-se de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através da promoção da inclusão social pela educação, democratizando as condições de acesso e permanência e agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão (FONAPRACE, 2012). A assistência estudantil ganha força e respaldo legal em 2007, sendo regulamentada pela Portaria Normativa n. 39 do Ministério da Educação (MEC) de 12 de dezembro de 2007 em Decreto Lei n. 7.234 de 19 julho de 2010, instituindo de modo integral o Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Entende-se que as ações da assistência estudantil devem ser pautadas segundo o art. 3º do Pnaes, a saber: assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Como parte do processo educativo, deve-se articular ao ensino, à pesquisa e à

Vanessa Carla Neckel, Maria Luiza de Souza Lajús

extensão, visando contribuir com o desempenho acadêmico do aluno atendido. No âmbito dos institutos federais, as discussões sobre a assistência estudantil vêm sendo realizadas, desde 2010, nos eventos regionais e nacionais sobre a temática da assistência estudantil, apontam para que a implementação e gestão das ações do Pnaes sejam desenvolvidas por equipes de trabalho interdisciplinares formadas, no mínimo, por profissionais do Serviço Social, da Psicologia e da Pedagogia, sem excluir as demais categorias profissionais: nutricionistas, médicos, professores, dentre outros, com foco no trabalho interdisciplinar. A assistência estudantil é considerada um avanço para a política de educação, ao se consolidar como um programa em nível federal e local ao combate das desigualdades sociais e regionais, tornando-se um mecanismo de ampliação e democratização do acesso e permanência dos jovens ao ensino. Para isso, necessita-se de estudos permanentes para qualificar essa política estudantil, tornando-a sólida e permanente, para evitar a reprodução de ações focalizadas e descontinuadas, frente à gama de necessidades sociais dos estudantes.

OBJETIVO: Analisar o Programa de Benefício vinculado à Política de Assistência Estudantil de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Sul para identificar as possíveis contribuições desse programa para a inclusão estudantil. Objetivos específicos: Contextualizar aspectos históricos da assistência estudantil do instituto federal para compreender os avanços e desafios da implementação dessa política; Caracterizar o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelo Programa de benefícios; Conhecer a percepção e os reflexos na condição de vida dos estudantes beneficiários do Programa de Benefício, buscando identificar as potencialidades e limites do programa; Identificar a ocorrência e os determinantes da evasão de estudantes inscritos no Programa de Benefício. **METODOLOGIA:** Para concretizar os propósitos deste estudo, pretende-se realizar uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa com o apoio no referencial quantitativo. A pesquisa integrará quatro momentos, que buscam atender aos objetivos específicos desta pesquisa e serão estruturados da seguinte forma: No primeiro momento, realizaremos uma pesquisa bibliográfica sobre o tema a ser pesquisado, buscando o embasamento teórico e uma pesquisa documental como legislações, históricos para reconhecer a trajetória da assistência estudantil em âmbito nacional e instituto federal. Para identificar os avanços e desafios da assistência *in loco* será realizada entrevista semiestruturada com os ex-coordenadores do departamento da assistência estudantil (2011 – 2015) e com diretor-geral do instituto. O segundo momento consistirá na caracterização geral dos estudantes atendidos pelo programa de benefício no ano de 2015 do instituto. Esses dados serão coletados através das planilhas e documentos do Departamento de Assistência Estudantil (DAE), identificaremos o perfil socioeconômico dos estudantes: idade, curso, escolaridade, situação de mercado, profissão, composição familiar, município de origem, renda bruta, renda *per capita*, condição de moradia. O terceiro será a organização de quatro grupos focais, dois contemplando trinta estudantes das modalidades de ensino médio integrado, subsequente e concomitância e outros dois grupos com os trinta estudantes do ensino superior. Totalizando sessenta participantes dos grupos focais, abrangendo 20% dos estudantes atendidos pelo programa de benefício da assistência estudantil no ano de 2015. Os encontros dos grupos serão realizados nas dependências da instituição, para garantir a acessibilidade e por contar com espaço adequado as necessidades da pesquisa. Como critério de inclusão nos grupos focais: estudantes atendidos no programa de benefício da Política de Assistência Estudantil nos últimos dois anos e que estejam devidamente matriculados e com 75% frequentes global. A realização do grupo focal tem-se por objetivo evidenciar as contribuições através do compartilhamento de experiências, estimulando os participantes a discutir e avaliar sobre o tema, se apresentando como um

Vanessa Carla Neckel, Maria Luiza de Souza Lajús

debate aberto sobre o tema da pesquisa. No quarto momento, realizaremos entrevistas semiestruturadas, a partir da identificação de evasão com estudantes inscritos no Programa de Benefício. Os sujeitos participantes da pesquisa assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para análise dos dados utilizaremos a análise de conteúdo que consiste em um conjunto de técnicas de investigação, através de procedimentos objetivos e sistemáticos do conteúdo. Com isso, a análise de conteúdo parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para ir mais profundamente nos sentidos do material, procurando captar nas mensagens as variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem (MINAYO, 2008). **RESULTADOS:** Visto que o projeto de pesquisa está em construção, trazemos à tona os resultados obtidos através da revisão bibliográfica nos estudos de Silva (2015), Santos (2012), Cislaghi e Silva (2012), podemos identificar as contradições existentes nas ações da assistência estudantil, ora se apresenta como direito social e garantia de permanência dos estudantes ao ensino, ora como programa de caráter seletivo e burocrático, com a manutenção do sistema capitalista nas políticas sociais. Cislaghie e Silva (2012) defendem que a assistência estudantil tem que atuar na perspectiva da universalidade como direito estendido a todos os estudantes, a partir de equipamentos coletivos com a participação democrática dos estudantes na gestão, garantindo a autonomia universitária na utilização dos recursos frente às necessidades locais. Para Santos (2012), os dados apontaram que a assistência estudantil extrapola os muros institucionais, interferindo na dinâmica familiar, ou seja, aliviando as despesas financeiras da família e produzindo um sentimento de pertencimento, pois contribui para a permanência dos estudantes. Além disso, os dados evidenciaram a contribuição da assistência estudantil para minimizar as desigualdades sociais, visto que permite uma maior independência e autonomia, gerando o empoderamento do estudante. Conforme aponta estudo de Silva (2015), a assistência estudantil traz um impacto na assiduidade das notas, incentiva ao estudo, contribui para o convívio com o outro e garante o apoio familiar na permanência do estudante ao ensino. Ressalta que a assistência estudantil contribui para redução das taxas de evasão escolar, por mais que a evasão há causas multifatoriais. Porém, as ações da assistência ao educando precisa avançar seu caráter seletivo e burocrático, devendo ser reconhecido como direito. Segundo Cislaghie e Silva (2012), existe uma tendência em aproximar a assistência estudantil à assistência social, tentando transformar a assistência estudantil em uma política de combate à pobreza, deixando de entender como parte de um direito a educação – nesse caso a permanência – reduzindo a lógica de focalização e bolsificação. A bolsificação reduz as ações de caráter coletivo e universal, como a construção de restaurantes universitários, moradias estudantis, luta pelo passe livre em detrimento das bolsas alimentação, transporte e moradia. Com isso, reforça-se a lógica mercadológica e capitalista, pois ilude ao estudante consumir no mercado, assim individualizando as necessidades sociais e estudantis. Silva (2015) aponta que as análises socioeconômicas da assistência estudantil destinado às bolsas parte do princípio de “excluir para incluir”, trabalhando com demanda reprimida, dentro de uma política social universal – educação. Reforçando a ideia de ações focalizadas e seletivas, reafirmando “um atendimento restrito aos estudantes mais pobres entre os pobres”, produzindo uma estigmatização aos estudantes – pobres e os ricos. Percebe-se nos estudos que a necessidade de entender a assistência estudantil como direito social e principalmente como um mecanismo de redução da desigualdade social no âmbito educacional, porém precisa romper com o assistencialismo, a doação, a concepção do favor, pois assim reforça a reprodução do sistema capitalista, comprometendo a construção de uma educação emancipatória. **CONCLUSÕES:** Por se tratar de um tema atual, com necessidade de ampliação de produção bibliográfica, indicando assim a

Vanessa Carla Neckel, Maria Luiza de Souza Lajús

importância da reflexão e análise do tema proposto, constituímos o presente projeto de pesquisa que, além do interesse científico, procura contribuir com o campo de atuação, à medida que oferece subsídios para refletir e, de algum modo, qualificar esse programa.

Palavras-chave: Educação. Assistência estudantil. Estudantes.

Fonte financiadora: Unochapecó.

O ENSINO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE EM UM CURSO DE FARMÁCIA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DO SUL DO BRASIL

Vanise Dal Piva¹, Maria Elisabeth Kleba

¹ Farmacêutica, mestranda do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Ciências da Saúde da Unochapecó e bolsista da Fapesc, nisedal@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A partir da década de 1980, existiam muitas expectativas em torno de uma nova saúde pública em todo o mundo e, a partir de conferências internacionais, a promoção da saúde foi amplamente discutida e difundida, resultando em documentos como: Carta de Ottawa (1986), Declaração de Adelaide (1988), Declaração de Sundsvall (1991), Declaração de Santafé de Bogotá (1992), Declaração de Jakarta (1997), Declaração do México (2000), Carta de Bangucoque (2005) Declaração de Nairobi (2009) e Declaração de Helsinque (2013). Tais documentos abordavam conceitos e pressupostos para contribuir na formulação e implementação de políticas públicas e favorecer a melhoria de qualidade de vida dos indivíduos. A promoção da saúde, conforme a Carta de Ottawa, refere-se ao fortalecimento da capacidade da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, intervindo nos determinantes do seu processo saúde-doença, envolvendo cinco campos de atuação: elaboração de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes favoráveis, reforço da ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos serviços de saúde. No Brasil, a promoção da saúde é um dos eixos estruturantes do Sistema Único de Saúde (SUS), o que requer maior debate sobre seus desdobramentos nas competências para todos os profissionais da área, entre estes o farmacêuticos. Consideramos relevante divulgar, discutir e refletir sobre as ações do farmacêutico na promoção da saúde, pois é uma profissão que ainda está construindo sua identidade vem e conquistando cada vez mais espaço no SUS. O farmacêutico é um dos atores envolvidos em atividades de promoção da saúde, mas é necessário conhecer conceitos/concepções relacionados para que suas estratégias e ações sejam construídas com embasamento teórico. Esse reconhecimento inicia-se durante seu processo de formação, para o que as instituições de Ensino Superior assumem grande compromisso, uma vez que as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Farmácia (DCNF) estabelecem um perfil generalista, crítico, humanista e reflexivo, com capacidade para atuar em todos os níveis de atenção à saúde. **OBJETIVO:** Analisar a inserção do tema promoção da saúde na formação de farmacêuticos, a partir da análise de documentos e percepção de docentes do curso de Farmácia de uma universidade comunitária do Sul do Brasil. **METODOLOGIA:** Estudo de caso, de abordagem qualitativa, desenvolvido no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015 no curso de Farmácia de uma universidade comunitária do Sul do Brasil. Os dados foram coletados em Projetos Pedagógicos do Curso (PPCs), Planos de Ensino (PE) e um grupo focal com docentes e membros do Núcleo Docente

Vanise Dal Piva, Maria Elisabeth Kleba

Estruturante do Curso. Esta pesquisa teve a aprovação de seu projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unochapecó, sob Protocolo n. 185/14, obtendo-se consentimento da instituição e todos os participantes.

RESULTADOS: Neste estudo, foram analisados os PE de duas matrizes curriculares: do terceiro ao nono período referente ao currículo em extinção (matriz A); do primeiro e segundo período da matriz curricular iniciada recentemente (matriz B). Da análise dos 48 componentes curriculares obrigatórios e 16 optativos da matriz A, 14 (21%) abordavam a promoção da saúde e temas relacionados. Da matriz B, dos 13 componentes curriculares analisados, quatro (30%) abordavam a promoção da saúde e temas relacionados. Os componentes curriculares que abordavam a promoção da saúde e temas relacionados estão inseridos em diferentes momentos do currículo, com maior concentração nos períodos iniciais do curso, tanto em disciplinas de caráter teórico como nos estágios supervisionados, revelando indícios do comprometimento da instituição com as alterações propostas nas atuais DCNF. Definimos como categorias para nortear a análise dos dados os cinco campos de atuação em promoção da saúde propostos pela Carta de Ottawa, pois consideramos como campos relevantes para atuação dos farmacêuticos, envolvendo uma abordagem intersetorial, multiprofissional e interdisciplinar, bem como pela participação e responsabilidade compartilhada com a população no desenvolvimento de ações para uma melhor qualidade de vida e saúde.

a) **Elaboração de políticas públicas saudáveis:** os políticos e demais envolvidos na elaboração e implementação de políticas públicas devem estar cientes de que suas decisões podem causar consequências no campo da saúde. No curso estudado, vários são os referenciais teóricos relacionados à promoção da saúde para atuação nesse campo, conforme depoimentos dos docentes: as leis 8.080/90 e 8.142/90, a Carta de Ottawa, políticas nacionais relativas à Atenção Básica, medicamentos, assistência farmacêutica, promoção da saúde e humanização, além de normatizações da Anvisa. Além desses, os PE mencionam as Declarações de Alma-Ata, Adelaide, Sundswall e de Bogotá, e as Diretrizes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Um dos docentes referiu que, durante o desenvolvimento dos estágios, o acadêmico de Farmácia pode reconhecer aonde ele se inserirá como futuro profissional da saúde e sua função na atuação das políticas públicas. Em um dos componentes curriculares do curso ocorre a inserção dos estudantes em um projeto denominado Vivências Interdisciplinares e Multiprofissionais (VIM), que se constitui em uma das atividades desenvolvidas pela universidade no âmbito do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde). Este último, busca incentivar os processos de formação, geração de conhecimentos e prestação de serviços à comunidade, de forma mais adequada às necessidades dos usuários e do SUS. Durante o VIM, os acadêmicos compõem grupos com estudantes dos demais cursos da área da saúde da instituição e trabalham de forma multidisciplinar, por meio de cinco momentos tutoriais e oito horas de vivência em Centros da Saúde da Família e seu território de abrangência, permitindo articulação de conteúdos teóricos abordados em sala de aula com a prática dos serviços; b) **Criação de ambientes favoráveis:** os ambientes favoráveis são importantes para a manutenção de boas condições de vida e saúde, além de ser relevante a responsabilidade dos indivíduos e dos setores na criação desses ambientes. Observou-se nos depoimentos dos docentes a preocupação com o meio ambiente, quando citam a importância do fracionamento e o descarte adequado dos medicamentos. Na análise documental, aponta-se a criação de ambientes favoráveis a partir do componente curricular “Farmácia hospitalar” vista sob a perspectiva da administração dos serviços farmacêuticos no cuidado com o meio ambiente; c) **Reforço da ação comunitária:** nesse campo é relevante a participação da comunidade no estabelecimento de prioridades, tomada de decisão e implementação de estratégias de

Vanise Dal Piva, Maria Elisabeth Kleba

saúde. As comunidades podem aprender a reconhecer e ampliar seu poder para utilização dos recursos existentes na comunidade para o desenvolvimento de atividades de promoção da saúde e assuntos relacionados. Segundo depoimentos do grupo focal, os profissionais da saúde têm maiores possibilidades de construir estratégias interativas com a comunidade para o desenvolvimento de atividades de promoção da saúde. Na análise documental, alguns PE revelam indícios da abordagem de temas relacionados ao reforço da ação comunitária: “Deontologia, ética e legislação farmacêutica” por abordar o papel das entidades profissionais e demais órgãos públicos; “Farmácia e sociedade I” por abordar a identificação dos determinantes e condicionantes de saúde, para compreender as condições de vida e relacioná-las aos diversos fatores sociais e da saúde. É relevante que os vários segmentos existentes na comunidade participem na definição de prioridades, pois podem favorecer a efetivação das ações das equipes de saúde, pois é a partir do planejamento da Unidade Básica de Saúde que se reforça a participação social e se incrementa o poder das comunidades; d) Desenvolvimento de habilidades pessoais: busca a intensificação das habilidades dos indivíduos para que exerçam maior controle sobre sua saúde e o meio em que vivem. De acordo com análise documental, os acadêmicos podem contribuir no desenvolvimento de habilidades individuais por meio dos componentes curriculares “Estágio em atenção farmacêutica I, II e III”. Essas disciplinas proporcionam que o acadêmico desenvolva a atenção farmacêutica, utilizando-se de um procedimento denominado Método Dáder de Seguimento Farmacoterapêutico, realizado com usuários da Farmácia Escola e da Clínica Escola de Fisioterapia da instituição estudada. Um dos docentes pontuou que, durante o desenvolvimento da atenção farmacêutica, os acadêmicos realizam visitas domiciliares para acompanhar o tratamento medicamentoso e abordam outras questões que promovem maior adesão dos usuários à terapêutica e seu autocuidado em saúde. Nesse sentido, os indivíduos podem ser estimulados e apoiados a exercerem maior controle sobre sua saúde e o meio em que vivem; e) Reorientação dos serviços de saúde: propõe alterações no ensino e no desenvolvimento dos profissionais da saúde, para que ocorra mudanças de atitude e da organização dos serviços, com vistas ao cuidado integral à saúde. Segundo análise documental e depoimentos dos docentes, o contato dos acadêmicos com os profissionais da saúde, indivíduos e comunidades se dá por meio de estágios supervisionados e vivências em vários cenários de ensino-aprendizagem, mas a sala de aula e os laboratórios da instituição constituem-se ainda o espaço mais utilizado para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas. Entre os cenários de ensino-aprendizagem, merece destaque a Farmácia Escola, por permitir a inserção na prática profissional, criar oportunidades de intercambiar a teoria, os problemas sociais e a prática na formação do farmacêutico. Um dos docentes pontuou a relevância da inserção de acadêmicos na prática profissional por meio dos grupos do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), outra atividade desenvolvida no âmbito do Pró-Saúde na universidade. Outro docente reforçou que a aproximação dos cursos da área da saúde na instituição se dá por meio das atividades desenvolvidas pelo Pró-Saúde, revelando o comprometimento da instituição com o ensino e comunidade. Ainda, conforme depoimentos dos docentes, há o reconhecimento que não é somente o farmacêutico, mas todos os profissionais, quando trabalham em equipe multiprofissional, conseguem atuar de forma mais abrangente na perspectiva da promoção da saúde. Este campo propõe uma mudança na atuação dos profissionais da saúde, de modo a perceber e respeitar as particularidades culturais, apoiando necessidades individuais e comunitárias para uma melhor qualidade de vida, envolvendo o trabalho intersetorial, multiprofissional e interdisciplinar.

CONCLUSÕES: Analisando as DCNF, percebeu-se que existem avanços, fragilidades e potencialidades na

Vanise Dal Piva, Maria Elisabeth Kleba

inserção curricular do tema promoção da saúde na formação de farmacêuticos do curso estudado. Como avanço: os movimentos da instituição, do curso e dos docentes nas alterações dos PPCs e PE, relacionados à formação de um farmacêutico generalista, com desenvolvimento de atividades pedagógicas que possibilitam a interação de conhecimentos, os quais podem contribuir com o ensino da promoção da saúde. Como potencialidade: os cenários de ensino-aprendizagem, que permitem a atuação dos acadêmicos de maneira multiprofissional e interdisciplinar, bem como o conhecimento de vários campos profissionais. Como fragilidade: outros componentes curriculares também poderiam abordar a promoção da saúde; em especial aqueles que permitem a inserção dos acadêmicos nos espaços da prática profissional. Espera-se que este estudo sirva de subsídio para um maior reconhecimento da relevância desse tema no ensino farmacêutico, para que possa instigar os docentes no desenvolvimento de outras estratégias pedagógicas envolvendo a temática. Como farmacêutica e cidadã, este estudo serviu como estímulo para o desenvolvimento de atividades de promoção da saúde no âmbito profissional e pessoal.

Palavras-chave: Promoção da saúde. Educação Superior. Farmácia.

Fonte financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc).



EXTENSÃO



COMO ERA ANTES? O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL DO OESTE CATARINENSE: ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL REALIZADAS PELO CEOM

Aline Bertoncello¹

¹ Graduada em História pela Unochapecó; técnica em Educação Patrimonial do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM); e cursa especialização em Arqueologia e Patrimônio na Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), alinebert@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Com este trabalho apresentamos as atividades de Educação Patrimonial realizadas no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM). O CEOM é um programa de pesquisa e extensão vinculado à Diretoria de Extensão e a Vice-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unochapecó, que atua na salvaguarda, pesquisa e difusão da documentação histórica, bem como dos vestígios arqueológicos do oeste catarinense. **OBJETIVO:** Sensibilizar a comunidade regional e socializar o conhecimento produzido sobre o patrimônio arqueológico da região oeste de Santa Catarina por meio de atividades de educação patrimonial. **METODOLOGIA:** As atividades são realizadas a partir da exposição “Como era antes? O Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial do Oeste Catarinense” sob agendamento. A visitação é organizada em três momentos: inicialmente é realizada uma explanação sobre o povoamento pré-colonial da região a partir de slides que contém fotos das moradias, das ferramentas produzidas e do trabalho do arqueólogo, salientando o significado e a importância que esse patrimônio tem para a compreensão da história regional e sul-americana. O segundo momento é a visita a exposição, mediada por um ou mais monitores. A exposição possibilita o contato do público com os materiais arqueológicos originais e também réplicas que podem ser manuseadas, no primeiro momento propõe-se a observação das vitrines de forma espontânea, em seguida é feita a mediação em sentido cronológico. E o terceiro momento é a realização de atividades de reflexão de acordo com o perfil do público. **RESULTADOS:** A educação patrimonial serve como uma ponte entre o indivíduo e o patrimônio, fazendo com que seja fortalecida a identificação e a aproximação com a comunidade. Para facilitar essa proximidade, são utilizados recursos para fixação do tema abordado, neste caso, o auxílio das atividades pedagógicas apresenta grande efetividade. Os grupos atendidos não são homogêneos, por isso, toma-se o cuidado de elaborar atividades adaptadas para cada faixa etária. Além da visita a exposição, são ofertados cursos de formação para professores com entrega de material complementar e, por fim, todo o material foi traduzido para o braille visando incluir pessoas cegas ou com baixa visão. **CONCLUSÕES:** Percebe-se que a Educação Patrimonial contribui para a visitação à exposição, para a apropriação da comunidade de seu patrimônio também permite um olhar crítico e reflexivo sobre a história. O uso das atividades enriquece a discussão e possibilita ao mediador a percepção da aprendizagem de cada grupo, desta maneira pode avaliar as suas ações e aprimorar os novos atendimentos.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Patrimônio arqueológico. Comunidade.

Fonte financiadora: Unochapecó.

PROJETO RONDON: UM DISPOSITIVO DE FORMAÇÃO DO PROTAGONISMO ESTUDANTIL

Aline Rohden¹, Maria Elisabeth Kleba da Silva

¹ Farmacêutica, mestranda do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Unochapecó, alinerohden@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O Projeto Rondon, mais que um projeto educacional, é um dispositivo gerador de potências na formação de sujeitos críticos e protagonistas na transformação social. Promovendo a participação voluntária de estudantes universitários, este projeto possibilita que estes encontrem ou formulem soluções, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável de comunidades em situação de maior vulnerabilidade e, conseqüentemente, para o bem-estar dessas populações. A participação desses universitários se dá por seleção interna promovida pelas Instituições de Ensino Superior (IES), que estabelecem seus critérios de seleção e encaminham um projeto de ações ao Projeto Rondon para avaliação interministerial, no qual são selecionados os projetos que melhor atendem as necessidades das comunidades onde as operações do ano seguinte irão acontecer. Levando em conta o enriquecimento do saber dos participantes ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento das pessoas e da comunidade, o Projeto Rondon se caracteriza como importante projeto de extensão, viabilizando maior aproximação dos universitários com a realidade e permitindo que os mesmos intervenham no contexto social para atender a problemas reais, exercendo o protagonismo estudantil, uma vez que é ele o ator principal em ações para o bem comum de uma comunidade, além de assumir o compromisso e a responsabilidade sobre essas ações. **OBJETIVO:** Expressar a importância do Projeto Rondon na formação do protagonismo estudantil, através de um relato de experiência. **METODOLOGIA:** Em abril de 2013, o Projeto Rondon publicou o convite as IES interessadas em participar das operações de janeiro/fevereiro de 2014. Dessa forma, a Unochapecó, no período de 10 a 17 de abril de 2013, publicou edital para a seleção interna de estudantes e professores para a elaboração do projeto, tendo como critérios: melhor desempenho acadêmico no curso de graduação; participação em atividades de pesquisa e extensão; maior idade e conjunto de preferência A ou B (Conjunto A: cultura, direitos humanos e justiça, educação e saúde e Conjunto B: comunicação, tecnologia e produção, meio ambiente e trabalho). Foram selecionados 16 estudantes e quatro professores, divididos em dois grupos. O grupo ficou formado por oito estudantes, dos cursos de Ciências Biológicas, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Psicologia e duas professoras. Para elaboração do projeto, fez-se inicialmente um estudo da região na qual ocorreriam as operações e, levando em conta as principais necessidades, elaborou-se um projeto de ações que atendeu aos critérios do Conjunto A, o qual foi encaminhado aos ministérios para avaliação e, posteriormente, selecionado para a Operação Velho Monge, cidade de Sigefredo Pacheco (PI)

Aline Rohden, Maria Elisabeth Kleba da Silva

juntamente com uma equipe do conjunto B da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Em outubro de 2013 ocorreu a viagem precursora, onde um professor viajou até a cidade e fez um reconhecimento das reais necessidades e contatos com algumas pessoas da comunidade. Posterior a isso, ocorreu o período de adequação de acordo com as reais necessidades e organizou-se as oficinas e materiais a serem levados para a realização das atividades. A Operação Velho Monge ocorreu no período de 18 de janeiro a 3 de fevereiro de 2014, em cidades do estado do Piauí e Maranhão. Os grupos foram recebidos no 25º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro em Teresina, onde ocorreu a abertura oficial e dali foram direcionados aos municípios. Em Sigefredo Pacheco, durante 14 dias, realizou-se ações de saúde, educação, direito e cultura, em diferentes espaços e para diferentes ouvintes. O município disponibilizou alojamento, alimentação e transporte para que fosse possível a permanência e a realização das ações. Todas as etapas de elaboração, adequação e execução foram realizadas por estudantes voluntários. **RESULTADOS:** A participação no Projeto Rondon auxiliou de forma ímpar na formação do protagonismo e de um olhar mais humano e reflexivo. Vai muito além do *slogan* “Lição de Vida e de Cidadania”, pois é uma experiência única de aprendizado de cidadania. O projeto permitiu, além do trabalho multiprofissional e interinstitucional, conhecer uma realidade muito diferente da nossa região. Sigefredo Pacheco é uma cidade a 160 km de Teresina, capital do estado do Piauí, com 9,6 mil habitantes e apresenta condições desfavoráveis nos quesitos de saúde, trabalho e meio ambiente. A realização da operação no município criou expectativas e esperanças por parte da comunidade, pois viam nele uma forma de terem suas necessidades atendidas. A mesma acolheu os rondonistas com respeito e carinho, e mesmo com todas as dificuldades que enfrentam, ofereceram o máximo de conforto para que esses se sentissem de suma importância naquela comunidade. A realização das ações, totalmente organizadas e executadas pelos estudantes, foram desafiadoras, uma vez que era necessário respeitar a cultura, trabalhar de acordo com os recursos disponibilizados e repassar a eles informações úteis e condizentes a realidade local. As atividades foram realizadas em escolas, praças, e comunidades do interior, com atividades específicas para as necessidades de cada faixa etária e da comunidade em geral. Foram necessárias algumas adequações, substituições de atividades pela não adesão e repetição de outras pela importância do tema abordado, nesse sentido, o trabalho em equipe de forma solidária e cooperativa foi essencial, tornando possível atender da melhor forma possível as exigências indiretas da comunidade. De forma geral, o protagonismo do estudante auxiliou na formação como profissional de saúde e como cidadão, permitiu que o mesmo fosse ator principal na elaboração, adequação, execução e avaliação do projeto, o que condiz com os desafios diários como profissionais de saúde no contexto social inserido. **CONCLUSÕES:** Ser voluntário do Projeto Rondon é andar sobre o Brasil, é trocar experiências, é aprender com as crianças que é possível ser rico com pouco e que grandes conhecimentos nem sempre estão em páginas de livros. A participação no Projeto Rondon proporciona ao estudante ser o ator principal de todas as etapas do projeto, servindo como importante dispositivo para a formação do protagonismo estudantil e na formação de cidadãos e profissionais mais humanos, preocupados com a realidade social e com a criticidade e criatividade para a elaboração de ações que melhorem a realidade local.

Palavras-chave: Projeto Rondon. Protagonismo estudantil. Formação humanizada.

PIBID: A ARTE DE ENSINAR E APRENDER SOB UMA PERSPECTIVA LÚDICA

Ana Paula Antonello¹, Roberta Weber

¹ Acadêmica de Pedagogia da Unochapecó; cursando pós-graduação em Educação na Faculdade Santa Rita, anapaulaantonello@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que visa aproximar os acadêmicos das diferentes licenciaturas com a realidade escolar, constitui-se por um período de estudos práticos que possibilitam o contato direto com as instituições de ensino, onde, a partir da observação e realização de diferentes atividades, os acadêmicos interagem com professores, alunos e demais profissionais que trabalham nas instituições escolares, a fim de observar a realidade escolar, o modo como os professores realizam a mediação entre o ensino-aprendizagem e interagem com os educandos, bem como o modo em que se dá a vivência dos alunos dentro da instituição escolar. **OBJETIVO:** São objetivos do projeto proporcionar as crianças do primeiro ao quinto ano um momento lúdico através de atividades distintas, com o intuito de contribuir com processo de ensino-aprendizagem, incentivar o gosto pela leitura, contribuir, a partir de teatros, no desenvolvimento de outras atividades teóricas, promover a interação e a socialização através da ludicidade na escola e ao mesmo tempo levar até as crianças algo novo e desafiador, que produza significados relevantes e enriquecedores sob o ponto de vista da nossa formação. Entende-se que, a partir da aproximação entre a universidade (via Pibid) e a escola, construímos conceitos que vem de encontro com a aprimoração da prática educativa escolar, ampliamos nossas concepções no que refere-se ao conceito, significado e papel da educação na sociedade atual, conhecemos como se dão os processos/procedimentos escolares, organização, planejamento, ornamentação, entre outros. Esta inserção na escola contribui efetivamente para a formação acadêmica, já que o fato de estarmos presentes na escola, nos possibilitou idealizar um parecer discrepante e tomar um posicionamento próprio a respeito do que é e o que deveria ser a educação. Esta inserção nos permite observar pontos positivos e negativos, que são fundamentais para o crescimento dos futuros profissionais da educação. Refletimos sobre a nossa profissão, adquirindo assim uma bagagem de conhecimento e experiências. **METODOLOGIA:** As atividades são desenvolvidas para auxiliar no processo educativo das crianças tendo como foco principal o “ensinar e aprender”. O grupo como um todo participou ativamente das atividades, organizadas da seguinte forma: nas segundas-feiras, vamos até a escola para desenvolver as propostas e nas sextas-feiras, organizamos nosso planejamento. A partir dos planejamentos sistematizamos as atividades desenvolvidas dando uma sequência na aplicação das mesmas. A interação é a ferramenta que utilizamos como norteadora das nossas propostas, está diante do desenvolvimento de todas as propostas de trabalho já que ela também é responsável pelo desenvolvimento dos seres humanos,

Ana Paula Antonello, Roberta Weber

estabelecendo uma relação de trocas de experiências, culturas e valores. Estas interações devem acontecer entre criança/criança, criança/família, criança/escola, criança/meio etc., pois é através das interações que a criança se desenvolve de forma constante e significativa, e nosso intuito enquanto acadêmicas do Pibid, é proporcionar para as crianças momentos que favoreçam este desenvolvimento. Para garantir que isso aconteça, oferecemos momentos práticos, organizamos um teatro, intitulado como “a dona baratinha”, onde envolvemos as acadêmicas e professores da escola. As crianças também interagiram, cantaram, riam e se divertiram com o teatro, que apresentava situações voltadas aos valores, amizade, importância de cuidar do outro etc. Proporcionar momentos lúdicos às crianças é oferecer a elas a oportunidade de interagir umas com as outras, construir conhecimentos e explorar as diversas linguagens existentes na educação formal ou informal, experimentando diferentes culturas e sensações através do brincar onde a criança entra no mundo da imaginação, explora os sentidos e significados dos objetos e das diferentes situações. **RESULTADOS:** O Pibid é de fundamental importância na educação, pois, percebe-se que na atualidade ensinar o conteúdo que consta no currículo escolar não é a única função da escola, é preciso mais que isso, é necessário apresentar outras metodologias de ensino. O professor, neste contexto, precisa ser criativo, um inventor de ideias. Desta maneira, o teatro vem contribuindo no processo de crescimento profissional das pibidianas e ao mesmo tempo possibilita as crianças uma outra forma de compreensão de mundo, e neste sentido incentiva a integração, a criatividade, solidariedade, humildade, respeito ao mesmo tempo em que colabora para o melhoramento do vocabulário das crianças, raciocínio lógico, o gosto pela leitura, enfim, contribui para o desenvolvimento como um todo. **CONCLUSÕES:** A educação é algo que se constrói no cotidiano, a partir de práticas escolares e não escolares e o Pibid contribui para que esta construção continue se efetivando dia após dia com diferentes ações, continuando a ser desenvolvido seguindo os eixos propostos nas subações que regem o mesmo.

Palavras-chave: Pibid. Educação. Ludicidade.

Fonte financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE EM PRATICANTES DA GINÁSTICA LABORAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Ana Paula Perondi Barela¹, Josiane S. de Almeida Altemar, Diana Catani

¹ Acadêmica de Fisioterapia da Unochapecó, anna_barela@unochapecó.edu.br

INTRODUÇÃO: As diversas definições de saúde expressam, com maior ou menor nível de detalhe, o conceito atualmente bastante generalizado, de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde (ALMEIDA FILHO, 2003). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade (BRASIL, 2010). Os determinantes da saúde do trabalhador estão compreendidos: os condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais responsáveis pelas condições de vida e os fatores de risco ocupacionais – físicos, químicos, biológicos, mecânicos e aqueles decorrentes da organização laboral – presentes nos processos de trabalho. Assim, as ações de saúde do trabalhador têm como foco as mudanças nos processos de trabalho que contemplem as relações saúde-trabalho em toda a sua complexidade, por meio de uma atuação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial (PIMENTA et al., 2008). **OBJETIVO:** Analisar as condições de saúde dos praticantes da Ginástica Laboral em uma instituição de Ensino Superior. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo quantitativo descritivo transversal com 105 trabalhadores que responderam o questionário de Qualidade de Vida Medical Outcomes Studies 36 – item Short Form (MOS SF-36) –, que é composto por 11 questões e 36 itens que englobam oito componentes (domínios ou dimensões), representados por capacidade funcional (dez itens), limitações físicas (quatro itens), dor (dois itens), estado geral da saúde (cinco itens), vitalidade (quatro itens), aspectos sociais (dois itens), limitação emocional (três itens), saúde mental (cinco itens) e uma questão comparativa sobre a percepção atual da saúde há um ano. O indivíduo recebe um escore em cada domínio, que varia de zero a cem, sendo zero o pior escore e cem o melhor (WARE et al., 1993). Inicialmente, foi contatada a instituição através do termo de ciência e concordância da mesma. A coleta de dados ocorreu entre maio e junho de 2015, e participaram indivíduos com vínculo empregatício com a Unochapecó, que estão inseridos no projeto de extensão em Ginástica Laboral da Universidade. A aplicação do questionário foi de forma individual, autoaplicável, no ambiente de trabalho do indivíduo. **RESULTADOS:** Os escores médios avaliados pelo SF-36, do menor para o maior valor obtido, foi de 58,28 para a vitalidade; seguido de estado geral de saúde, com 60,54; dor, com 65,14; saúde mental, com 70,28; limitação emocional, com 72,36; aspectos sociais, com 72,56;

Ana Paula Perondi Barela, Josiane S. de Almeida Altemar, Diana Catani

limitações físicas com 78,80; o maior escore obtido foi capacidade funcional, com 86,29. **CONCLUSÕES:** Demonstra que os colaboradores apresentam um ótimo estado geral de qualidade de vida, mostrando que a ginástica laboral é uma estratégia eficaz para potencializar e qualificar o trabalho dos funcionários.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Saúde do trabalhador. Condições de saúde.

Referências

ALMEIDA FILHO, N. et al. Research on health inequalities in Latin America and the Caribbean: Bibliometric analysis (1971-2000) and descriptive content analysis (1971-1995). **Am. J. Public Health**, v. 93, n. 1, p. 2037-2043, Dec. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil**. Brasília: MS, 2010.

PIMENTA, Fausto Aloísio et al. Avaliação da qualidade de vida de aposentados com a utilização do questionário SF-36. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, Belo Horizonte, v. 54, n. 1, 2008.

WARE, J. E. et al. **SF-36 Health Survey: Manual and Interpretation Guide**. Boston: The Health Institute, 1993.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA CRIANÇAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA “SORRISO PARA A VIDA”: A EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA VIVER, CHAPECÓ (SC)

Ana Paula Romanzini¹, Mariana Lora Henn, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

¹ Acadêmica de Medicina e bolsista do Programa de Extensão Sorriso para a Vida, Unochapecó, anapaularomanzini@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A extensão universitária concretiza o conceito de universidade, fortalecendo a pesquisa e o ensino, proporcionando à comunidade a apropriação e produção do conhecimento científico produzido no interior da instituição de ensino. A partir de uma relação dialógica, permite o fortalecimento da identidade da universidade na sua relação com a sociedade. É nesta perspectiva que o Programa Permanente de Extensão de Atenção e Cuidado à Criança e Adolescente “Sorriso para a Vida” iniciou as atividades em 2001, tendo como sede o Hospital Regional do Oeste (HRO) em Chapecó (SC). Surgiu no curso de Educação Física da Unochapecó e, atualmente, conta com a participação dos cursos de Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia e Medicina, todos da Área de Ciências da Saúde e formado pelos seguintes projetos: Práticas Corporais, Prevenção de Doenças Transmissíveis, Saúde Bucal, Alimentação Saudável, Brincando no Hospital, Plantão da Alegria, Atenção Fisioterapêutica, Educação Postural, Educando para Saúde, Intervenção Motora Precoce. As ações visam ressignificar as pessoas, os tempos e os espaços em que atua por meio de atividades lúdicas e educativas, visando à promoção da saúde de crianças e adolescentes que se encontram hospitalizadas, em tratamento oncológico ou em situação de risco e vulnerabilidade social. O programa atua em várias instituições no município de Chapecó, sendo que o presente trabalho apresenta como cenário da prática, o Programa Viver, instituição filantrópica não governamental. O referido programa surgiu em maio de 1993 e atende cerca de cem crianças e adolescentes anualmente e situa-se no bairro Quedas do Palmital, em Chapecó. Promove atividades educativas, culturais e recreativas de âmbito social, com ênfase na ressocialização da criança e adolescentes na comunidade, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, oportunizando, ainda, a convivência social e o desenvolvimento integral dos mesmos. A participação cidadã e o exercício do protagonismo é a aposta para a qualificação da vida em sociedade. É neste cenário que o programa “Sorriso para a Vida” atua com ações voltadas à promoção da saúde e ainda compõe o objeto do projeto de pesquisa e extensão “Ressignificando a Produção Social da Infância e Adolescência”. O referido projeto emerge da necessidade da promoção da saúde desde a infância, pois é nesta fase em que o desenvolvimento e o crescimento tem lugar de destaque, facilitando a compreensão e entendimento de questões ligadas ao processo saúde-doença. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a saúde como um estado de bem-estar físico, social e mental, excluindo o conceito de ser apenas ausência de doenças. Uma releitura deste conceito o tornou mais abrangente,

Ana Paula Romanzini, Mariana Lora Henn, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

passando a ser compreendido como uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos, como o bem-estar, a felicidade, o amor, o prazer e a realização pessoal. Nesta perspectiva, as ações do programa “Sorriso para a Vida” estão carregadas de intencionalidades políticas e pedagógicas voltadas à qualificação do viver individual e coletivo ao possibilitar que crianças e adolescentes possam construir conhecimentos que provoquem cuidados e mudanças pessoais e para com os outros. **OBJETIVO:** Relatar experiência que objetivou a problematização e a construção conceitual acerca do tema saúde, promoção da saúde e qualidade de vida com as crianças do Programa Viver. **METODOLOGIA:** As ações implementadas por intermédio dos projetos que compõe o programa “Sorriso para a Vida”, têm como fio condutor a metodologia dialética e permeadas por três eixos transversais, a saber: a ludicidade, o cuidado e a escuta pedagógica. As ações, ora em pauta, foram desenvolvidas por estudantes dos cursos de Educação Física, Medicina, Nutrição, Odontologia e Fisioterapia, sob orientação de docentes dos respectivos cursos, com 52 crianças entre seis a dez anos, participantes do Programa Viver. Os encontros ocorreram semanalmente nas segundas e sextas-feiras no período vespertino, e as atividades realizadas foram: Atividade 1 – apresentação do objetivo do trabalho; a identificação do conhecimento prévio do grupo sobre seu entendimento sobre saúde a partir da seleção e recorte de figuras, em revistas, representativas do entendimento sobre o tema, que foram coladas em um cartaz e complementadas com o registro dos conceitos essenciais sobre saúde para cada imagem selecionada; a partir do exposto ocorreu uma discussão coletiva sobre os conceitos que surgiram e acréscimo de outros até então não mencionados. Atividade 2 – problematização da temática com identificação de aspectos que potencializam e/ou fragilizam a saúde no bairro ou local que residem, listando-os em duas categorias – “que bom que tem” e “que pena que não tem”. 3 – Atividade: a partir do produzido nas atividades 1 e 2, ocorreu planejamento coletivo e seleção de propostas para a implementação de ações voltadas a melhorias no bairro em que residem e a adoção de hábitos saudáveis. **RESULTADOS:** No primeiro momento das atividades, as imagens selecionadas pelas crianças contemplaram práticas desportivas, família reunida, alimentação saudável, profissionais da saúde e ambientes naturais como aspectos representativos de sua compreensão sobre o tema saúde. Durante a discussão e problematização das figuras selecionadas, novos conceitos surgiram, ampliando a compreensão das crianças sobre o tema: educação, drogadição, preservação ambiental, patologias e alimentação relacionada à higiene bucal. Após o debate sobre esses temas, ficou claro a necessidade de abordar assuntos relevantes sobre múltiplas dúvidas levantadas pelas crianças e, posteriormente, abordados pelos estudantes bolsistas do “Sorriso para a Vida”, como a prevenção de doenças transmissíveis, diarreia, dengue, escabiose e cárie dentária, objetivando construir novos conhecimentos que pudessem modificar hábitos de vida. Em relação aos aspectos que potencializam ou fragilizam a saúde e qualidade de vida no bairro ou local que residem, destacaram para as potencialidades: o Programa Viver, a Unidade Básica de Saúde (UBS) local, a escola, os locais de lazer (academias ao ar livre e brinquedos na praça); para a categoria fragilidades destacaram: grande quantidade de lixo nas ruas, terrenos abandonados que servem de depósito de dejetos, saneamento básico precário, riacho que atravessa o bairro altamente poluído, poucas opções de lazer, animais soltos nas ruas, problemas de alagamentos em dia de chuva e intenso tráfego de drogas no local. Em relação às fragilidades, as crianças optaram em redigir uma ata contendo pedidos de melhorias no que diz respeito aos aspectos negativos acima listados que, posteriormente, foi assinada por todas e encaminhada aos órgãos públicos municipais competentes. **CONCLUSÕES:** O conjunto das ações implementadas revelou que houve um alargamento do conceito saúde e a identificação do papel

Ana Paula Romanzini, Mariana Lora Henn, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

de cada sujeito no processo de construção de fatores que possibilitam a ampliação da qualidade de vida da comunidade. O resultado do processo construído com as crianças permitiu a identificação de diferentes elementos que comporão as atividades futuras dos projetos constitutivos do programa “Sorriso para a Vida” – Saúde Bucal, Prevenção de Doenças Transmissíveis, Alimentação Saudável, Práticas Corporais e Educação Postural – entre eles a prevenção a acidentes domésticos, responsabilidade ambiental, cidadania e ética, cuidados e modificações corporais nessa fase da vida, práticas corporais e a qualidade de vida, assegurando seus objetivos voltados à educação e promoção da saúde, com foco na modificação do cenário social em que essas crianças estão inseridas.

Palavras-chave: Promoção da saúde. Extensão. Infância.

Fonte financiadora: Artigo 171 – Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, Unochapecó e Pró-Saúde.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO OESTE CATARINENSE

Andreia Casagrande Begnini¹, Graciela Alves de Borba Novakowski, Carlos Eduardo Arns

¹ Mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais na Unochapecó, andreia.begnini@gmail.com

INTRODUÇÃO: O presente estudo faz parte do trabalho realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). A ITCP é um Programa Permanente de Extensão, que visa efetivar espaços alternativos de formação profissional e acadêmica aos diferentes cursos que a instituição disponibiliza, através do fomento em atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à Economia Solidária. Constituída no ano de 2003, a ITCP tem atuação junto a grupos sociais excluídos do mercado de trabalho e renda do meio urbano e rural no estado de Santa Catarina (SC). Além do processo de incubação, atua no fortalecimento e apoio ao Movimento de Economia Solidária, mais diretamente no Fórum Regional e Estadual, na Rede Nacional de Incubadoras e no processo de desenvolvimento territorial no estado. O estudo em referência compõe as ações de pesquisa realizadas para o projeto “Fortalecimento da Economia Solidária no Território Oeste de Santa Catarina”, financiado pelo PRONINC/CNPq, vinculado a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Justifica-se esse estudo, pois o sistema produtivo do Território Oeste Catarinense (TOC) está assentado sobre a agropecuária, constituído predominantemente sob o modelo de integração industrial verticalizado, fortemente concentrador da produção e excludente de pequenas unidades familiares. O TOC também é marcado pela forte organização social, especialmente no meio rural, com atuação de Movimentos Sociais. **OBJETIVO:** Discutir as características da Economia Solidária do território Oeste Catarinense relacionando com os elementos do perfil do estado de Santa Catarina, a partir dos dados do mapeamento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Ressalta-se que a intenção não é estabelecer uma análise comparativa propriamente dita, mas, sim, captar a existência de particulares que possam servir como base para pesquisas futuras. **METODOLOGIA:** O estudo tem objeto empírico, utilizando os dados do Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, disponibilizados pelo SIES. A abordagem metodológica é qualitativa para análise dos dados. Quanto aos fins, pode ser classificado como exploratório, o que, de acordo com Triviños (2009), permite ao pesquisador intensificar sua experiência em torno da problemática, podendo também ser descritivo, de acordo com Gil (2002), na medida em que contribui para a descrição de características objeto ou população em estudo, estabelecendo relação entre as variáveis analisadas. A Economia Solidária em suas múltiplas experiências, tem se fortalecido na medida em que o capitalismo transparece suas crescentes fragilidades. O Movimento de Economia Solidária no Brasil surge e se constitui de processos

Andreia Casagrande Begnini, Graciela Alves de Borba Novakowski, Carlos Eduardo Arns

diferentes, mas convergentes, dentre os quais podemos citar as iniciativas das organizações religiosas (Cáritas da Igreja Católica, Instituto Marista de Solidariedade), Movimento Sindical com as Empresas Recuperadas (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Auto Gestionárias – ANTEAG) e os demais movimentos sociais surgidos no campo nos anos 1970/1980 (BENINI et al., 2012). No TOC, esse processo ocorre em dois momentos distintos, porém interligados. Com os movimentos do meio rural surgidos em meados dos anos de 1970 e 1980, fruto da exclusão provocada pela modernização capitalista no campo, a partir dos quais, nos anos de 1990 em diante, se constitui no movimento de cooperação agrícola (ARNS, 2010) que se orientam pelos princípios da Economia Solidária. E um segundo momento nos anos de 1990, com a ampliação do desemprego estrutural nas áreas urbanas industriais, provocado pelo processo de reestruturação produtiva, a abertura comercial do país, produzida pelas políticas liberais hegemônicas. Em 2003, com a implantação da SENAES no Brasil, foi iniciada a organização de informações sobre os Empreendimentos de Economia Solidária, existentes no País. O primeiro mapeamento da Economia Solidária foi realizado no período de 2005 a 2006, cujos dados foram publicados em 2007. No período de 2009 a 2011 foram ampliados os dados e publicados em 2013. Os EES podem ser definidos como organizações coletivas (cooperativas, associações, grupos, clubes de troca, redes, empresas autogestionárias), que dispõem ou não de registro legal e fundamentam-se nos princípios da cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica (BRASIL, 2009). **RESULTADOS:** Identificou-se que, em todo Brasil, até o ano 2007, foram mapeados 21.859 EES. De 2007 até 2013 foram identificados 11.663 novos EES, totalizando 33.518 EES dos quais 16,7% (3292 EES) se localizavam no Sul do Brasil (PR, SC, RS), e destes 23,27% (766 EES) se encontravam em Santa Catarina. O estado de Santa Catarina possui um território de 95.703,487 km², que representa 1,12% do território nacional, com uma população de 6.248.436 de habitantes em 2010, dos quais 5.247.913 (83,99%) se encontram na área urbana e 1.000.523 (16,01%) na área rural. O estado se diferencia de outras Unidades da Federação pela grande diversidade de ecossistemas, processos de ocupação territorial, composição étnico-cultural e de sistemas produtivos, possui 295 municípios, organizados em 21 Associações Municipais. O Território Oeste Catarinense, por definição do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), é composto por 27 municípios situados entre os territórios do Meio Oeste Contestado (SC), do Extremo Oeste (SC). O TOC conta com 11,75% do EES de SC, no período do levantamento. Com relação à área de atuação dos EES, os dados do SIES (2013) mostram que um comportamento é semelhante para os EES do Brasil, da região sul, de Santa Catarina e do Território Oeste Catarinense, atuação majoritária no espaço rural. Nesta categoria de análise se percebe ainda uma mudança de comportamento entre os dados dos dois levantamentos (SIES, 2007, 2013) para os EES do estado e do território. Enquanto que em 2007 havia uma distribuição mais equilibrada entre os EES, onde 36%, 30% e 34% do estado e 34%, 31% e 35% dos EES do TOC, atuavam na área rural, urbana e rural-urbano, respectivamente. Em 2013, 56%, 25%, 19% e 50%, 24%, 26% dos EES atuavam no rural, urbano e rural-urbanos no estado de Santa Catarina e Território Oeste Catarinense, respectivamente. Ou seja, no segundo levantamento se amplia a participação dos EES de atuação na área rural em detrimento dos EES de atuação no espaço urbano e rural-urbano em ambos os casos (SC e TOC). A análise dos dados do SIES de 2013, com relação a forma de organização dos EES, mostra que SC e o Território Oeste Catarinense apresentam comportamento diferente da média do país. Enquanto que em nível de país 30,54% 59,99%, 8,88%, 0,64% dos EES são grupos informais, associações, cooperativas e sociedades mercantis, respectivamente, em Santa Catarina os dados mostram que 31%, 43%, 25%, 1% e, por sua vez

Andreia Casagrande Begnini, Graciela Alves de Borba Novakowski, Carlos Eduardo Arns

no Território Oeste Catarinense 17%, 43%, 39%, 1% dos EES são grupos informais, associações, cooperativas e sociedades mercantis, respectivamente. Essa diferenciação pode ser explicada pela significativa ampliação dos EES rurais. Autores, dentre os quais se destacam Arns (2010), Poli (2006), Bach (2000) Massi (1999) e Prim (1996), já demonstraram a histórica tradição da região oeste catarinense na cooperação agrícola e solidária. A cooperação rural é fortemente estruturada pelos movimentos sociais, bem como pelo movimento sindical dos trabalhadores da agricultura familiar. Outro fator que tem contribuído neste sentido é um conjunto de políticas públicas, que estimulam a organização dos camponeses em cooperativas para acessarem o mercado institucional. A forma de organização também incide na comercialização, no primeiro mapeamento 70% da comercialização era realizada de forma direta ao consumidor final e 18% a revendedores e atacadistas. A venda direta ao consumidor permanece no segundo mapeamento como responsável por boa parte da comercialização (50%), sendo possível identificar 15% da comercialização sendo realizada para órgão governamental, dado esse que não representava expressão no primeiro mapeamento. No estado, a maior parte da venda tem como destino direto o consumidor final. Quanto a questão de gênero, o mapeamento de 2013 apresenta o TOC com a maior parte dos sócios sendo homens, apresentando média de 2.228, enquanto que as mulheres possuem média de 1.306 sócias. Em relação ao estado de Santa Catarina, esse mesmo mapeamento apresenta um total médio de 91.853 homens e um total médio de 46.183 mulheres. Com relação a categoria social dos sócios e sócias do EES, o questionário de 2013 apresentava como alternativas dez opções: Agricultores familiares; Artesões; Técnicos profissionais de nível superior; Artistas; Assentados da reforma agrária; Catadores de material reciclável; Garimpeiros e mineiros; Trabalhadores autônomos/Por conta Própria; Desempregados/desocupados. Os EES existentes no TOC são, em sua maioria, 64% de agricultores familiares, seguido por 11% de artesões e 11% que se identificaram como trabalhadores autônomos. No Estado, 72% são agricultores familiares, 13% artesões e 7% trabalhadores autônomos. Essa realidade presente no TOC não difere dos dados do estado e do nacional. “Uma constatação interessante que emerge desses resultados é a de que a grande maioria dos integrantes entrevistados tem seu trabalho diretamente associado aos recursos naturais, como os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores e marisqueiros.” (SENAES, 2014, p. 4). Dentre as principais atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos no TOC, a maior porcentagem, 57%, tem como atividade a produção e/ou produção e comercialização. Outros 27% dedicam-se somente a comercialização ou organização da comercialização. Os EES do TOC parecem não se diferenciar dos demais, que estão espalhados pelo Brasil. **CONCLUSÕES:** O envolvimento e participação de diferentes atores nos empreendimentos tende a possibilitar um fortalecimento das potencialidades locais, ou seja, o desenvolvimento endógeno ocorre também por meio de ações da Economia Solidária. Esses empreendimentos enfrentam como principais desafios: a manutenção econômica, a dificuldade de encontrar formas de viabilizar economicamente, bem como de gerar a renda adequada para os sócios. A realidade dos EES na região de abrangência deste estudo possui peculiaridades que são próprias, contudo, também apresenta características semelhantes em outros empreendimentos de Santa Catarina. Torna-se importante perceber e compreender tais características para a formulação de políticas públicas que auxiliem e promovam o desenvolvimento territorial. Frente aos apontamentos, é possível identificar pontos fortes e necessidades dos EES do TOC. Como perspectiva para continuidade de ação indica-se a realização de pesquisas com entrevistas *in loco* e posterior comparação com este e outros estudos sobre o tema.

Andreia Casagrande Begnini, Graciela Alves de Borba Novakowski, Carlos Eduardo Arns

Palavras-chave: Economia Solidária. Território. Desenvolvimento.

Fonte financiadora: PRONINC/CNPq, vinculado à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Referências

BENINI, E. A. et al. (Orgs.). **Gestão Pública e Sociedade** – Fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. 2. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Guia de orientações e procedimentos do SIES**. Sistema de informações de Economia Solidária. Brasília: Senaes; MTE, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC, DEBATE E ANÁLISE

Andreia Casagrande Begnini¹, Myriam Aldana Vargas Santin, Cláudio Machado Maia

¹ Mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais na Unochapecó, andreia.begnini@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Instituído pela Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), criado com a finalidade principal de proporcionar maior oferta de educação profissional e tecnológica, através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Prioritariamente, pretende atender os estudantes da rede pública ou de instituições privadas na condição de bolsistas integrais, beneficiários dos programas federais de transferência de renda e trabalhadores que buscam qualificação profissional (BRASIL, 2011). Por tratar-se de um programa que interfere diretamente na vida de uma parcela da população envolvendo instâncias públicas, instituições públicas e privadas, é de extrema relevância social e pode ser entendido como uma política pública. Segundo Velásquez (2001), política pública é um conjunto de iniciativas, decisões e ações governamentais que buscam soluções e ou redução de problemas sociais. Nesse contexto, analisar as políticas públicas implementadas é extremamente necessário, porém, complexo e mutante por prever a busca por dados e informações que possibilitem entender e explicar como, porque e o que os governos fazem. **OBJETIVO:** Identificar os resultados do Pronatec na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, no Brasil de 2011 a 2014 e traçar o perfil dos beneficiários do programa neste período. **METODOLOGIA:** Pode ser classificado como estudo exploratório, operado através de dados estatísticos secundários do Relatório de Auditoria Anual de Contas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) disponível na rede mundial de computadores e dados que foram repassados para pesquisadora, pelo Ministério da Educação (MEC), através de solicitação realizada no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). O Pronatec desenvolve as ações em duas modalidades de Bolsa-Formação. A Bolsa-Formação Estudante, que é a oferta de cursos técnicos para estudantes das redes públicas e a Bolsa-Formação Trabalhador que trata dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), destinados aos beneficiários do seguro-desemprego, dos programas de transferência de renda do Governo Federal e população em geral (BRASIL, 2014). O recorte deste estudo centra-se no Pronatec, enquanto modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, nesse âmbito, o programa dispõe de cursos FIC, com duração mínima de 160 horas, ofertados de forma totalmente gratuita aos beneficiários que além dos cursos receberão assistência estudantil (MDS, 2015). Os cursos Formação Inicial e Continuada (FIC) são adaptados a pessoas com baixa escolaridade estimulando o retorno à sala de aula e a continuidade dos estudos. A oferta ocorre por instituições de ensino do Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem

Andreia Casagrande Begnini, Myriam Aldana Vargas Santin, Cláudio Machado Maia

Industrial [SENAI], Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial [SENAC], Serviço Nacional de Aprendizagem Rural [SENAR], Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte [SENAT]) e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSC), bem como as Redes Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, na estrutura da própria instituição de ensino ou em salas de aulas adequadas e estruturadas para a aprendizagem (BRASIL, 2014). A escolha dos cursos a serem ofertados é feita no município, pelo setor designado pela gestão municipal como demandante em conjunto com instituições de ensino, com o Governo do Estado, as secretarias municipais e estaduais de planejamento e desenvolvimento, o Sistema Nacional de Emprego (SINE), os empresários, os sindicatos, entre outros. Os critérios a serem considerados para a escolha dos cursos são: as demandas de trabalho local e o perfil socioeconômico da população a ser beneficiada. De acordo com o Relatório de Auditoria Anual de Contas (CGU, 2014) apresentado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, o Pronatec Bolsa-Formação segue um modelo de gestão flexível, descentralizado e colaborativo de prestação de contas dos resultados, uma vez que envolve o regime de parceria entre órgãos públicos (demandantes) e redes de ensino (ofertantes), que firmam com o MEC um termo de adesão comprometendo-se em ofertar os cursos de Formação Inicial e Continuada e prestar contas das ações e matrículas realizadas. “O modelo é descentralizado porque envolve parcerias entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com as redes de ensino de todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal), públicas e privadas.” (CGU, 2014, p. 3). **RESULTADOS:** Obtivemos que em 2013 assumiram o compromisso de auxiliar na implementação do Pronatec 13 ministérios, seis secretarias vinculadas a órgãos federais e 26 secretarias de educação estaduais, além do Distrito Federal. Com isso, a SETEC classificou a bolsa-formação por modalidade de demanda. São 41 modalidades de demanda que podem ser ofertadas como exclusiva, prioritária ou compartilhada. Com relação aos parceiros ofertantes espalhados pelo Brasil, em 2011 eram vinte em 246 instituições de ensino e em 2014 passaram a atuar 189 parceiros em 2.683 instituições de ensino. Sendo de novembro de 2011 até maio de 2014 transferidos valores que ultrapassam 6,4 bilhões de reais para essas instituições ofertantes. Os Sistemas Nacionais de Aprendizagem foram os principais ofertantes de cursos do Pronatec Bolsa-Formação, um total de 2.228.227 entre técnicos e FICs. O SENAI e o SENAC, juntos, são responsáveis por 70% das matrículas dos cursos FIC (SENAI 978.189 em cursos FIC e SENAC 781.633). Os dez cursos mais ofertados no ano de 2013 foram: Auxiliar Administrativo, Operador de Computador, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Auxiliar de Recursos Humanos, Recepcionista, Inglês Básico, Auxiliar de Pessoal, Almoxarife, Manicure e Pedicure e Costureiro. Com relação ao percentual distribuído por eixo tecnológico de cursos FIC de 2011 a maio de 2014, 28% (711.048 cursos) foram no eixo gestão e negócios, 13% (323.192 cursos) no eixo de controle e processos industriais, 12% (286.456 cursos) no eixo de turismo, hospitalidade e lazer, 10% (252.805 cursos) no eixo de informação e comunicação, o eixo que teve a menor quantidade de matrículas foi o de segurança (11.304 curso), o total de matrículas nos 13 eixos dos cursos de Formação Inicial e Continuada do Pronatec foi de 2.499.713 de 2011 a 2014. A região Nordeste com 41% é a que registrou o maior número de matrículas nos cursos FIC do Pronatec Bolsa-Formação, seguida pelo Sudeste com 20% das matrículas, a região Sul com 18%, a região Centro Oeste com 11% e a Norte com 10%. Com relação às matrículas por estado, no acumulado de 2011 a 2014, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará foram os seis estados que mais efetuaram matrículas. O perfil do público dos cursos Pronatec na modalidade Bolsa-Formação, sem incluir as matrículas dos cursos de nível técnico subsequente, caracteriza-se como sendo

Andreia Casagrande Begnini, Myriam Aldana Vargas Santin, Cláudio Machado Maia

feminino (66% Mulheres e 34% Homens), em sua maioria jovens (47% de 18-29, 25% de 30-39, 12% de 40-49, 10% de 16-17, 5% de 50-59, 1% a partir de 60), com percentual maior de pardos (45% parda, 26% branca, 20% não informado, 8% negros, 1% amarela, 0,4% indígena) e tendo a escolaridade de ensino médio completo ou não (51% ensino médio completo, 23% ensino médio incompleto, 13% ensino fundamental incompleto, 10% ensino fundamental completo, 2% ensino superior incompleto, 1% ensino superior completo).

CONCLUSÕES: Os dados apontam que o acesso à educação profissional vem crescendo em todo o país, podendo ser considerado o Pronatec o meio de estímulo à elevação da escolaridade e ampliação das oportunidades. De 2011 a 2014 ocorreu um aumento de municípios ofertantes, bem como de instituições de ensino ofertantes, ressalta-se que tanto os ofertantes quanto os demandantes recebem incentivos financeiros para a realização do programa. O perfil dos beneficiários matriculados aponta para a maioria de mulheres, jovens com escolaridade de ensino médio incompleto ou não. A articulação requerida em diversas frentes intragovernamental e intergovernamental pode ser entendido como um dos principais desafios do programa. No entanto, cabe ainda como perspectiva de continuidade de ação e do estudo identificar se os quantitativos alcançados e os recursos investidos atendem aos objetivos do programa de oportunizar de qualificação profissional articulada à inclusão produtiva. Como desafio, destacam-se a necessidade de aprimorar e intensificar a pesquisa sobre conclusão, evasão, inclusão produtiva, sobre as categorias de análises: beneficiários e gestão do Pronatec na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador.

Palavras-chave: Pronatec. Inclusão produtiva. Qualificação.

Fonte financiadora: Bolsa de estudos Unochapecó (30%).

COMPREENDENDO E FORTALECENDO O ESPÍRITO COMUNITÁRIO NO ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES

Andreza Leticia Tessaro¹, Carlos Eduardo Arns, Teresinha Rita Boufleuer

¹ Acadêmica de Psicologia da Unochapecó, andreza_tessaro@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O Programa de Apoio a Processos Participativos de Desenvolvimento Local (Papel) iniciou suas atividades na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) a partir do ano 2000. Em sua trajetória, vem coordenando processos de elaboração de planos municipais de desenvolvimento integrado e sustentável em articulação com movimentos sociais e poder público local, visando à superação das desigualdades sociais e promovendo a inclusão social. Desde o segundo semestre de 2014, vem atuando em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) na comunidade e nos principais empreendimentos existentes no Assentamento Dom José Gomes, localizado no município de Chapecó, oeste de Santa Catarina, numa distância de 10,3 km da sede municipal. O assentamento é constituído atualmente por 32 famílias residentes, cultivando e tendo como meio de subsistência principalmente a agricultura familiar. A área total desse assentamento é de 372,3508 hectares. Do total, três lotes de quarenta hectares são destinados como área de cultivo e 14,1692 hectares para pastagens a cada três núcleos de dez famílias. Dessa forma, a área média por família é de 5,4169 hectares. Mas para chegar a isso foi um longo período de lutas, desde 23 de abril de 2002, quando mais de duzentas famílias ocuparam a Fazenda Seringa. As famílias permaneceram em condição de acampamento por sete anos, até que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tomou posse da área, destinando-a para reforma agrária. O acampamento foi nomeado Dom José Gomes, em homenagem ao bispo da Igreja Católica, da Diocese de Chapecó, cujo envolvimento foi fundamental nessa organização (PDA, 2009). O ideal de organização dos assentamentos proposto pelo Movimento Sem Terra (MST) é o sistema cooperativo, onde a terra, os meios de produção e outras riquezas sejam do coletivo organizado através do cooperativismo e da coletividade. Conforme depoimento de lideranças do assentamento, há uma preocupação com a perda ou diminuição do espírito comunitário que historicamente motivou as lutas para a conquista da terra. **OBJETIVO:** Apoiar as iniciativas de organização na Comunidade do Assentamento Dom José Gomes, contribuindo com a promoção do espírito comunitário como condição para o desenvolvimento sustentável. Mais especificamente, compreender a organização comunitária, considerando forças internas e externas quanto ao espírito comunitário, bem como intervir com ações para potencializar e fortalecer a comunidade no seu desenvolvimento comunitário. **METODOLOGIA:** O trabalho é realizado por bolsista de extensão, com o apoio de uma professora e do coordenador da equipe do Papel. Algumas idas ao assentamento são organizadas com a ITCP, para assim

Andreza Leticia Tessaro, Carlos Eduardo Arns, Teresinha Rita Boufleuer

participar dos eventos, atividades e reuniões já agendadas pela comunidade. Como metodologia, utiliza-se a observação participante e entrevistas, o que tem trazido boas informações. Este modelo vem ao encontro da lógica proposta por Barembliitt (2002), que diz respeito ao processo de estar junto à comunidade ou instituição, ouvindo a todos e juntamente com todos identificar a demanda, as verdadeiras necessidades do grupo. Com base neste referencial teórico são realizadas atividades específicas para intervir no contexto. Dessa forma, buscamos sempre realizar intervenções específicas, por meio de um processo coletivo, partindo de uma dialética de autogestão e autoanálise, onde o profissional e a comunidade trabalham juntos, com o objetivo de encontrar e analisar as demandas de modo que o coletivo possa entender e agir sobre suas reais necessidades (PEREIRA et al., 2014). No decorrer dos encontros, as informações coletadas são sistematizadas e analisadas com orientação pedagógica, transformando-se em sugestões para o fortalecimento dos grupos e indivíduos que estejam em consonância com os interesses da coletividade. **RESULTADOS:** Tendo em vista que o Movimento dos Sem Terra (MST) “[...] é um movimento de trabalhadores do campo que lutam para conquistar a posse da terra, à qual nunca tiveram acesso, ou de onde foram expropriados [...]” (POLI, 2009), cabe destacar seu contexto histórico marcado profundamente por experiências capitalistas e que junto a diversos outros movimentos sociais do campo buscaram se organizar e fortalecer suas bandeiras contra o sistema hegemônico que induzia à exclusão social (PEREIRA et al., 2014). Desse modo, “[...] na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, os movimentos sociais reestruturaram a camada popular, fortaleceram a base e construíram uma comunidade alternativa.” (PEREIRA et al., 2014). A comunidade abrange “[...] todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral [...] e continuado no tempo.” (SAWAIA, 2009). De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA, 2009), o ideal de organização dos assentamentos, proposto pelo MST, é o sistema cooperativo, mas são poucos os assentamentos que conseguem organizar-se dessa forma, ficando a maioria deles com organizações semicoletivas ou individuais. Porém o espírito coletivo de luta e organização não deixa de estar presente mesmo nos assentamentos individuais, onde é exercitado através da organização dos núcleos, dos setores, das comissões existentes no assentamento e que buscam tornar a vida em comunidade mais organizada e promover o desenvolvimento econômico e social das famílias. Cabe destacar que os objetivos do MST não acabam quando conseguem ter a posse da terra. A partir de então, inicia-se uma nova luta, em prol de conseguir juntamente a órgãos governamentais e programas apoiadores o processo de formação e capacitação das famílias assentadas. O objetivo é garantir a profissionalização dos moradores do local, visando o desenvolvimento, viabilizando custos de treinamento e garantindo a troca de experiências de produção com outras famílias assentadas (PDA, 2009). Dentre as entidades identificadas como presentes atualmente no Assentamento Dom José Gomes, temos: COOPTRASC, Epagri, Incra, ATER, ITCP, Papel, Senar, Mitra Diocesana, Igreja, Secretaria Municipal da Agricultura e demais setores do MST. A demanda que chega ao programa Papel é que o Assentamento Dom José Gomes não tem funcionado mais como comunidade. Identifica-se nos moradores em geral a preocupação com a perda do espírito de luta por uma comunidade e/ou um pedaço de terra tão enfatizado no período de acampamento. Na perspectiva de comunidade trazida por Sawaia (2009), percebem-se alguns pontos nodais que fazem com que aquelas famílias que lá residem não consigam se desenvolver de forma significativa, nem mesmo estabelecer laços de comunhão. O problema identificado nesta forma de relação está na não circulação do diálogo entre as famílias, ou seja, o coletivo em si não decide, quem delibera são alguns poucos, na maioria das vezes os

Andreza Leticia Tessaro, Carlos Eduardo Arns, Teresinha Rita Boufleuer

responsáveis pelos setores, ou mesmo o representante do assentamento. A deliberação dos rumos a serem tomados pela comunidade acaba ocorrendo de forma arbitrária, rompendo com a ideia de comunidade e democracia. A organização social do Assentamento, que deveria estar mais para a eclosão de um dissenso, para a ascensão da política, acaba por ser restringida, ficando limitada a uma ordem policial, o que afeta diretamente na relação comunitária. Atualmente, vive-se um processo de globalização paradoxal entre dominantes e dominados, no qual as hierarquias dominantes têm cada vez mais garantida sua permanência no poder (PEREIRA et al., 2014). A comunidade aparece hoje como uma “[...] utopia do final do século para enfrentar o processo de globalização, considerando o grande vilão da vida em comum e solidária.” (SAWAIA, 1996). Conforme a teoria marxista a sociedade não é harmoniosa, mas conflitiva, e o fato de ser harmoniosa ou conflitiva não é oriundo necessariamente da presença ou ausência dos valores comunitários, mas da presença de problemas nas relações de produção. Dessa forma, o individualismo é o grande oponente das relações comunitárias, e este é decorrente do desejo de mercadorias desnecessárias e do trabalho alienado (SAWAIA, 1996). **CONCLUSÕES:** Compreendendo o diagnóstico como um processo contínuo, permanente e integrado à intervenção, e na medida em que as atividades vão acontecendo, elas são revistas e adequadas de acordo com as demandas do local. As compreensões diagnósticas vão direcionando as ações enquanto estas trazem novos dados para compreender a realidade. Nesse sentido, cabe considerar as perspectivas e objetivos quanto ao método de autoanálise e autogestão que reconhece que a própria comunidade seja protagonista de suas decisões, para além das intervenções que as entidades presentes no assentamento possam propor. Isso significa que as intervenções não tenham o intuito de dizer às pessoas da comunidade quem elas são, o que podem ou não pedir, fazer ou decidir. Esperamos que este seja um processo simultâneo de auto-organização. Mas para que esta autoanálise seja praticada pelas comunidades, é necessária a organização em grupos de discussão, e aqui entra o Papel enquanto fortalecimento do espírito comunitário a favor da coletividade.

Palavras-chave: Espírito comunitário. Movimento Sem Terra. Coletividade.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio a Projetos de Extensão (Fapex) da Unochapecó; Art. 171 do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes) do estado de Santa Catarina.

Referências

BAREMBLITT, Gregório F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes:** teoria e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002. 235 p.

PDA – PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES CHAPECÓ, SANTA CATARINA. Convênio INCRA/COOPTRASC nº 627.837 Cooperativa dos trabalhadores da Reforma agrária de Santa Catarina. Chapecó, 2009.

PEREIRA, Eliane et al. Epistemologias da terra e práticas educativas: estratégias do MST para uma luta emancipatória frente ao modelo de globalização hegemônico. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4.; Seminário de Estratégias e Ações Multidisciplinares, 1., Joaçaba. **Anais...** v. 2, n. 1, p. 621-634, 2014.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais.** Chapecó: Grifos, 1999.

Andreza Leticia Tessaro, Carlos Eduardo Arns, Teresinha Rita Boufleuer

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina H. de F. **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 35-53.

QUALIDADE DE VIDA DOS FREQUENTADORES DA ACADEMIA ESCOLA DA UNOCHAPECÓ

Bruna Klaus¹, Cristiano Padilha, Diana Catani, Felipe Corbellini

¹Acadêmica de Educação Física da Unochapecó, brunaklaus@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Nos tempos de hoje, que pode ser considerado relativamente curto, a sociedade brasileira, como muitas outras sociedades, tem sofrido mudanças significativas na quantidade de atividade física realizada diariamente. A qualidade de vida precisa ser entendida em termos de expectativas pessoais. Não é só a prática do exercício físico que vai melhorar a qualidade de vida, mas também o sentimento que acompanha a prática, que pode trazer a sensação de felicidade e atender às expectativas, assim consequentemente os indivíduos vão aderir um estilo de vida ativo. O exercício pode ser considerado como um fator de saúde quando ele estiver associado com a alimentação, o repouso, com o equilíbrio ecológico, com a proteção da natureza, ou seja, com todos os fatores que determinam a qualidade de vida dos cidadãos de uma sociedade. Estudos comprovam que a participação de indivíduos em atividades esportivas/recreativas é parte importante do processo de crescimento e desenvolvimento, além da prevenção de diversas patologias, tais como obesidade, diabetes e hipertensão. Além disso, a atividade física e o exercício também oferecem oportunidades de lazer e integração social, possibilitando o desenvolvimento de aptidões que levam a uma maior autoestima e confiança. **OBJETIVO:** Analisar o nível de qualidade de vida dos frequentadores da Academia Escola da Unochapecó. **METODOLOGIA:** O estudo caracterizou-se como quantitativo descritivo transversal, o que, segundo Thomas e Nelson (2007), tem por finalidade o estudo com vários grupos de diferentes faixas etárias ao mesmo tempo, ocorrendo em curto prazo. Hoje, a qualidade de vida é algo de extrema importância para entender as relações do ser humano com a percepção de como está sua saúde. A expressão “qualidade de vida” surgiu em meados dos anos 1960, tendo motivação política pelo discurso do presidente americano na época, Lyndon Johnson, no qual defendeu que o progresso social é avaliado pela qualidade de vida e não pelo balanço dos bancos (CASAGRANDE, 2006). Para Ramos (1995), qualidade de vida é como um conjunto harmonioso e equilibrado de realização em todos os níveis, como saúde, trabalho, lazer, sexo, família e desenvolvimento espiritual. Já a qualidade de vida no trabalho, de acordo com Rodrigues (1994), tem sido uma preocupação do homem desde o início de sua existência, com outros títulos e em outros contextos, mas sempre voltada para facilitar ou trazer satisfação e bem-estar ao trabalhador na execução de sua tarefa. Segundo Nahas (2013), na qualidade de vida do trabalhador ressalta-se o desenvolvimento e a responsabilidade social das empresas, gerando crescentes preocupações com a saúde dos trabalhadores e os meios em que eles trabalham, tendo em vista a necessidade da promoção da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores,

Bruna Klaus, Cristiano Padilha, Diana Catani, Felipe Corbellini

buscando incentivar a mudança de comportamento e oferecer oportunidade para manter o bem-estar do trabalhador. Em relação à qualidade de vida dos estudantes, Martins, Pacheco e Jesus (2008) falam que é preciso considerar que o estilo de vida de estudantes universitários envolve comportamentos de risco e pouco saudáveis, que podem comprometer tanto a saúde quanto a qualidade de vida, pois este período de transição para o ensino superior pode mudar o estilo de vida nos aspectos relacionados a hábitos alimentares, de dormir, práticas de exercícios físicos, consumo de álcool, tabaco e até mesmo de outras drogas. O estudo foi feito com sujeitos frequentadores da academia da Unochapecó, de ambos os sexos, sendo 48 homens e 48 mulheres. Para fazer o estudo foi utilizado o instrumento *Whoqol Bref*, que considera os últimos 15 dias vividos pelos respondentes. O mesmo é composto por duas partes. A primeira é a Ficha de Informações sobre o respondente, onde caracteriza o sujeito; a segunda parte é composta por 26 questões, onde as alternativas variam numa intensidade de um a cinco. Duas questões são gerais, uma se refere à vida e outra à saúde, as outras 24 perguntas são relativas a quatro domínios e suas respectivas facetas. São os domínios: Físicos, Psicológicos, Sociais e Ambientais. Os dados foram analisados através de estatística descritiva, utilizando-se a média e desvio padrão. **RESULTADOS:** Resultados em relação ao domínio físico dos homens, na faceta 3, onde visa a dor e o desconforto, a média ficou $4,40 \pm 0,62$, que é considerada boa, ou seja, os homens se sentem bem para realizar suas tarefas; na faceta 4, onde visa a energia e fadiga, a média ficou $4,63 \pm 0,71$, que é considerada boa, isto é, os homens não se sentem cansados para realizar suas atividades e raramente vão ao médico. Na faceta 15, onde visa a mobilidade, a média ficou $4,5 \pm 0,58$, considerada boa, ou seja, os homens podem se locomover muito bem. Em relação ao domínio psicológico dos homens, na faceta 6, onde visa o pensar, aprender, memória e concentração, a média ficou $4,19 \pm 0,60$, que é considerada boa, quer dizer que para os homens a vida tem um bom sentido; na faceta 7, a média ficou $4 \pm 0,62$, que é considerada boa, ou seja, para os homens a capacidade de concentração está boa; na faceta 19, onde visa os sentimentos negativos, a média ficou em $4 \pm 0,63$, que é considerada boa, e significa que, os homens não possuem sentimentos negativos. Em relação ao domínio social dos homens, na faceta 20, que visa as relações pessoais, a média ficou em $4,19 \pm 0,73$, também considerada boa, quer dizer que os homens estão satisfeitos com as pessoas com quem convivem; na faceta 21, que visa a atividade sexual, a média $4,06 \pm 0,67$, que é considerada boa, isto é, os homens estão satisfeitos com sua vida sexual; na faceta 22, que visa o apoio social, a média ficou $4,10 \pm 0,69$, que é considerada boa, ou seja, os homens estão satisfeitos com o apoio que recebe de amigos e familiares. Em relação ao domínio ambiental dos homens, na faceta 8, que visa a segurança física e a proteção, a média ficou $4 \pm 0,46$, que é considerada boa, ou seja, os homens se sentem seguros de si, na faceta 9, que visa o ambiente no lar, a média ficou $3,54 \pm 0,77$, que é considerada regular, ou seja, os homens não estão totalmente satisfeitos com o lugar onde vivem, na faceta 13, que visa os cuidados com a saúde e o meio social, a média ficou $3,81 \pm 0,73$, que é considerada regular, significa que os homens não se sentem comprometidos com as informações do seu dia a dia. Os resultados em relação ao domínio físico das mulheres, na faceta 3, onde visa a dor e o desconforto, a média ficou $4,19 \pm 0,76$, que é considerada boa, isto é, as mulheres se sentem bem para realizar suas tarefas. Na faceta 4, onde visa a energia e fadiga, a média ficou $4,35 \pm 1,04$, que é considerada boa, ou seja, as mulheres não se sentem cansadas para realizar suas atividades e raramente vão ao médico. Na faceta 15, onde visa a mobilidade, a média ficou $4,40 \pm 0,71$, considerada boa, significa que as mulheres podem se locomover muito bem. Em relação ao domínio psicológico das mulheres, na faceta 6, onde visa o pensar, aprender, memória e concentração, a média ficou $4,25 \pm 0,76$,

Bruna Klaus, Cristiano Padilha, Diana Catani, Felipe Corbellini

que é considerada boa, quer dizer que para as mulheres a vida tem um bom sentido. Na faceta 7, onde visa a autoestima, a média ficou $3,56 \pm 0,83$, que é considerada regular, ou seja, a capacidade de concentração das mulheres precisa melhorar. Na faceta 19, onde visa os sentimentos negativos, a média ficou em $3,79 \pm 0,94$, que é considerada regular, isto é, as mulheres possuem sentimentos negativos. Em relação ao domínio social das mulheres, na faceta 20, que visa as relações pessoais, a média ficou em $4,02 \pm 0,84$, que é considerada boa, ou seja, as mulheres estão satisfeitas com as pessoas com quem convivem. Na faceta 21, que visa a atividade sexual, a média $3,90 \pm 1,06$, que é considerada boa, ou seja, as mulheres estão satisfeitas com sua vida sexual. Na faceta 22, que visa o apoio social, a média ficou $3,94 \pm 0,70$, ou seja, as mulheres não estão satisfeitas com o apoio de amigos e familiares. Em relação do domínio ambiental das mulheres, na faceta 8, que visa a segurança física e a proteção, a média ficou $3,58 \pm 0,77$, que é considerada regular, isto é, as mulheres se sentem seguras de si. Na faceta 9, que visa o ambiente no lar, a média ficou $3,56 \pm 0,77$, que é considerada regular, significa que as mulheres não estão totalmente satisfeitas com o lugar onde vivem. Na faceta 13, que visa os cuidados com a saúde e o meio social, a média ficou $3,75 \pm 0,60$, que é considerada regular, ou seja, as mulheres não se sentem comprometidas com as informações do seu dia a dia.

CONCLUSÕES: No domínio físico, na faceta 3, os homens e as mulheres se sentem bem para realizar suas tarefas; na faceta 4 os homens e as mulheres não se sentem cansados e raramente vão ao médico; na faceta 15, os homens e as mulheres podem se locomover muito bem – no domínio físico o nível e a qualidade de vida de ambos estão bons. No domínio psicológico, na faceta 6, para os homens e para as mulheres a vida tem um bom sentido; na faceta 7, os homens tem uma boa capacidade de concentração, já as mulheres precisam melhorar; na faceta 19, os homens não possuem sentimentos negativos, já as mulheres possuem, ou seja, neste domínio as mulheres precisam aumentar o nível de qualidade de vida. No domínio social, na faceta 20, os homens e as mulheres estão satisfeitos com as pessoas com que convivem; na faceta 21, os homens e as mulheres estão satisfeitos com sua vida sexual; na faceta 22, os homens estão satisfeitos com o apoio que recebem de seus amigos e familiares, já as mulheres não, ou seja, as mulheres precisam melhorar este domínio. No domínio ambiental, na faceta 8, os homens e as mulheres se sentem seguros de si; na faceta 9, os homens e as mulheres não estão satisfeitos com o lugar onde vivem; na faceta 13, os homens e as mulheres não se sentem comprometidos com as informações do seu dia a dia, ou seja, neste domínio os homens e as mulheres precisam melhorar.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Atividade física. Saúde.

Fonte financiadora: Bolsa de auxílio à extensão pela modalidade Artigo 171 da Constituição Estadual FUMDES, Unochapecó.

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL E ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL COM FOCO NA REDUÇÃO DE PESO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Bruna Momoli da Silva¹, Micheli Mayara Trentin, Fernanda Grison Confortin

¹ Acadêmica de Nutrição e bolsista de Extensão Fapex, Unochapecó, brun_ams@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O homem contemporâneo tem incessantemente almejado a saúde adequada e, concomitantemente, tem buscado melhorar o condicionamento físico, o que levou muitas pessoas a procurarem à prática de diferentes modalidades de exercícios físicos nas academias. Nos últimos anos, algumas transformações na sociedade contemporânea têm sido observadas. A combinação de mudanças dos hábitos alimentares saudáveis para outros pouco recomendados, bem como de estilo de vida ativo para uma vida mais sedentária têm contribuído significativamente para o aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade. As ações de educação nutricional juntamente com a análise da composição corporal contribuem para o desenvolvimento da redução de peso e a promoção de saúde. **OBJETIVO:** Realizar avaliação nutricional e orientação nutricional para praticantes de atividade física da academia de musculação da Unochapecó. **METODOLOGIA:** Este projeto de extensão ainda não está findado, porém, até o presente momento participaram do estudo setenta indivíduos matriculados na academia de musculação da Unochapecó, sendo destes 47 do gênero feminino e 23 do gênero masculino. As variáveis antropométricas avaliadas foram: estatura, dobras cutâneas com o protocolo de quatro dobras cutâneas (tricipital, subescapular, supra ilíaca e abdominal), circunferências (braço, cintura, abdômen, quadril e coxa) e bioimpedância em plataforma de balança. A educação nutricional foi abordada em atividades de orientação nutricionais com distribuição de *folders*, exposição de murais. Entre as atividades foi abordado os temas: a importância do profissional Nutricionista na prática esportiva, pirâmide alimentar, alimentos a serem consumidos no pré-treino e pós-treino, quantidade de massa magra e gordura corporal e orientação sobre a diferença das mesmas em nosso corpo. **RESULTADOS:** O grupo do gênero feminino apresentou idade média de 21 anos; IMC médio de $\pm 22,96$; percentual das dobras cutâneas média de $\pm 17,3$; percentual de gordura da bioimpedância média de $\pm 31,30$; percentual de massa magra médio de $\pm 29,24$ e circunferência abdominal média de $\pm 81,63$. O grupo do gênero masculino apresentou idade média de 24 anos; IMC médio de $\pm 23,94$; percentual de dobras cutâneas média de $\pm 15,29$; percentual de gordura da bioimpedância média de $\pm 20,10$; percentual de massa magra médio de $\pm 38,21$ e circunferência abdominal média de $\pm 85,52$. Notou-se evolução nos participantes do estudo com os retornos feitos de oito em oito semanas durante o período do estudo, totalizando uma média de três retornos. **CONCLUSÕES:** Os praticantes de atividade física do gênero feminino tiveram maior percentual de dobras cutâneas e percentual de gordura corporal em comparação com o gênero masculino, enquanto o

Bruna Momoli da Silva, Micheli Mayara Trentin, Fernanda Grison Confortin

gênero masculino apresentou maior IMC, percentual de massa magra e circunferência abdominal em relação ao gênero feminino. Notou-se uma melhora no estado nutricional de todos os participantes após as avaliações e orientações nutricionais, além da melhor percepção dos mesmos em relação a alimentação saudável e a importância do profissional nutricionista na saúde dos indivíduos, principalmente com o atual cenário da população.

Palavras-chave: Estado nutricional. Atividade física. Educação nutricional.

Fonte financiadora: Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex).

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A PERSPECTIVA DIALÓGICA: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO PARTICIPATIVO

Camila Sissa Antunes¹

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e docente efetiva na Unochapecó, camilasissa@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A partir da experiência e processo de desenvolvimento de um projeto de extensão denominado “Quando elas contam suas histórias: narrativas e fragmentos do cotidiano de mulheres dos bairros Bom Pastor e São Pedro”, este trabalho busca refletir sobre as implicações do projeto, seus resultados e processualidade, ressaltando a importância de diálogos entre a universidade, que em sua expressão mais fundamental visa melhorar a vida em sociedade através da reflexão científica e implicação social, com moradores de comunidades periféricas que, por um contexto histórico, social e econômico, vivenciam um distanciamento com relação à universidade. Assim, o desenvolvimento de atividades acadêmicas nestes espaços representa por um lado a inserção da academia em um contexto social excluído ou distante desta, integrando-a com a comunidade, sendo ferramenta no fortalecimento da inclusão social e da cidadania. Por outro lado e de forma análoga, atividades como esta possibilitam o diálogo e a construção de conhecimentos compartilhados, contribuindo para a compreensão da realidade social em que o projeto se inseriu, resultando em diferentes análises e formação de acervo audiovisual que poderá ser utilizado para outras pesquisas, pois do ponto de vista acadêmico, o documentário registra de maneira singular a vida e o cotidiano destes bairros, e permite que a experiência seja compartilhada em outros âmbitos, ampliando o alcance e impacto deste. As pessoas envolvidas no projeto não foram apenas afetadas pela nossa presença, mas enquanto sujeitos do processo e envolvimento, nos afetaram significativamente e contribuíram com suas narrativas e participação para a construção de um documentário participativo, que reflete a possibilidade e importância de intensificar os diálogos e as ações nas comunidades, pois permitem um estreitamento das relações, ampliando possibilidades de ação da universidade na comunidade e oportunizam aos sujeitos participar de uma experiência inédita, onde podem expressar e refletir sobre seu próprio cotidiano. **OBJETIVO:** Desenvolver um documentário participativo contando a história de vida de mulheres moradoras dos bairros Bom Pastor e São Pedro. Nessa perspectiva, o projeto oportunizou às moradoras narrarem sua vida e seu lugar no mundo, relatando como identificam o seu bairro, suas relações, a cidade, vínculos, família, trabalho, entre outros. Elas foram desafiadas a contar sua história, saindo do obscuro lugar do esquecimento em que estão as periferias de nossa cidade. Assim, o projeto também objetivou dar voz às mulheres moradoras da periferia, que assumiram, através de todo o processo, a condição de protagonistas. **METODOLOGIA:** Para o desenvolvimento do documentário participativo, foram desenvolvidas diferentes atividades (encontros, oficinas, entrevistas)

Camila Sissa Antunes

desenvolvidas em espaços comunitários dos bairros. Estas atividades foram desenvolvidas ao longo do projeto e foram muito importantes para garantir o envolvimento das participantes em todo o processo. As atividades realizadas envolveram: encontros introdutórios com mulheres que demonstraram interesse em fazer parte das atividades (os contatos ocorreram por intermédio dos encontros mensais da Pastoral da Criança e outros vínculos já existentes a partir da realização de uma pesquisa de iniciação científica orientada pela coordenadora do projeto, bem como de sua pesquisa de doutorado que também se realizou na área; estes encontros iniciais tiveram como objetivo criar um vínculo coletivo entre as participantes do projeto para, na sequência, dar continuidade às atividades do projeto); oficinas temáticas com o grupo de mulheres participantes do projeto (nestas oficinas – quatro no total –, foram desenvolvidas atividades de reflexão coletivas, em uma delas foi exibido um curta-metragem que posteriormente inspirou discussões entre o grupo de mulheres participantes. Também foi realizada atividade onde as mulheres discutiram sobre a definição de filme e como se sente fazendo parte de um filme. Elas escreveram o que achavam e posteriormente foi realizada uma socialização. Todas as oficinas foram registradas com fotografias e o material das oficinas está arquivado); realização de entrevistas individuais ou coletivas com o objetivo de coletar histórias e perspectiva de vida das mulheres que participaram dos encontros com vistas à produção do documentário; atividades de decupagem e edição do material coletado e produção do documentário (única atividade que não contou com a participação das mulheres protagonistas); evento público de exibição do documentário produto do projeto nas duas comunidades envolvidas. Em termos metodológicos, além destas atividades mais delimitadas ao grupo de mulheres que foram as protagonistas do projeto, cabe salientar que todo o processo dos encontros, oficinas e eventos foi acompanhado de perto pela bolsista e pela coordenadora do projeto, o que favoreceu a contínua atualização e reflexão sobre todo processo de desenvolvimento do projeto e culmina com as reflexões que seguem. **RESULTADOS:** A partir da experiência do projeto “Quando elas contam suas histórias”, pode-se refletir sobre a importância de atividades de extensão que aproximem a universidade da comunidade, em parte por ter sido um projeto construído com um olhar que contempla (no sentido de análise e pesquisa científica), mas que também compartilha, por estar aberto à experiência de alteridade e dando lugar, agência e empoderamento para os sujeitos participantes. A experiência demonstrou o quão pertinente e interessante podem ser as propostas que, em vez de levarem algo pronto e finalizado para a atuação social, se empenham na construção coletiva, na retroalimentação dos objetivos e caminhos possíveis, estabelecendo uma abordagem dialógica e processual. Esta possibilidade de abordagem, aplicada especialmente em contextos de pesquisa para pensarmos o diálogo que estabelecemos com os interlocutores em campo, tanto em seu caráter imediato (realização de entrevistas) como a maneira com que refletiremos sobre estes diálogos no momento da escrita. Penso ser possível transportar essa discussão para os contextos de atividades de extensão, pois, nestes campos, ficam evidentes as diferenças que distanciam o conhecimento científico das comunidades, e os agentes da extensão, inevitavelmente, são colocados em relações de poder. Nesse sentido, Crapanzano (1991) questiona o complexo jogo de poder e desejo envolvido na produção e reprodução, na representação e interpretação dos diálogos, enfatizando não somente as características dialógicas imediatas, mas aquelas ocultas, cuja tomada de consciência e reflexão afeta significativamente a maneira com que concebemos, realizamos e refletimos sobre o trabalho de campo e as nossas interações com nossos interlocutores. Também, ao refletirem sobre a natureza dialógica da produção de conhecimento em antropologia, Mannheim e Tedlock (1995) apontam as implicações éticas e políticas do diálogo entre nativos

Camila Sissa Antunes

e antropólogos, envolvendo questões de autoridade e poder. Ao final do texto, os autores apontam que a representação dialógica do encontro etnográfico cria um efeito ilusório de nivelamento, dissimulando o contexto de relações de poder dentro do qual todo diálogo de campo está inserido. Assim, apesar de apontar os avanços da proposta colocada, indicamos algumas ponderações a respeito de sua efetiva articulação e participação com os sujeitos, a pretensão participativa ainda passa por dificuldades de sua implementação plena, pois, em última instância, estabelecemos padrões e orientações acadêmicas para a prática extensionista. Nesse sentido, as reflexões provenientes da experiência deste projeto de documentário participativo evidenciam a possibilidade de utilizar uma perspectiva dialógica para pensar e desenvolver projetos de extensão como “evento em processo” (BAKHTIN, 2010), em contínua composição e recomposição a partir das diferentes vozes que o constituem, desenvolvido a partir de um processo de “comunicação real”, de uma “vivência participativa”, pois “[...] ser realmente na vida significa agir, é ser não indiferente ao todo na sua singularidade.” (BAKHTIN, 2010, p. 99). Este ser se concretiza através de mim e dos outros. As vozes que ecoam desta periferia são essencialmente vozes femininas, mulheres que contam e recontam sua vida, fragmentos de eventos e trajetórias que dizem, não apenas de processos individuais e subjetivos, mas também de processos amplos de construção deste lugar cotidiano. Certeau e Giard (1996) afirmam que ao levar em conta as práticas cotidianas na caracterização cultural, em detrimento das ordens estabelecidas e sólidas reconhecidas por uma “cultura hegemônica”, busca-se reconhecer a prioridade da oralidade: “[...] a oralidade exige o reconhecimento de seus direitos, pois começamos a descobrir mais nitidamente o papel fundador do oral na relação com o outro.” (CERTEAU; GIARD, 1996, p. 336). As narrativas que compõem o documentário “Quando elas contam suas histórias” estão intimamente relacionadas às práticas cotidianas dessas mulheres, as redes que as enredam, suas famílias, suas trajetórias de vida. Apesar dos apontamentos anteriores que ponderam as relações de poder inerentes ao projeto, percebemos neste fortuitas implicações de ordem acadêmica ou científica, por um lado, e sociais ou políticas, por outro. Primeiramente, sendo a atividade de extensão entendida como o processo que articula o ensino e a pesquisa, levando até a sociedade a contribuição do conhecimento para sua transformação (SEVERINO, 2007), este projeto esteve, desde sua concepção, impregnado e retroalimentado da pesquisa como forma de aproximação e reflexão da realidade estudada/afetada pelo projeto. Ao mesmo tempo, efetivou-se o viés político da extensão, que se caracteriza pela aproximação com a comunidade numa forma de retornar o conhecimento produzido, pois permitiu uma troca de experiências e vivências, através do envolvimento com a comunidade e o reconhecimento do projeto em suas ressonâncias positivas entre as pessoas envolvidas e aquelas que apenas assistiram ao produto final. **CONCLUSÕES:** Ao analisar o resultado final, o documentário em si e as respostas positivas com relação a ele, especialmente pelas pessoas da comunidade, demonstram que é possível desenvolver estratégias participativas em atividades de extensão, bem como a importância de projetos como esses, que se aproximam do cotidiano e consideram em primeiro plano as experiências de pessoas comuns. As falas das mulheres protagonistas vieram no sentido de afirmar que a atividade proporcionou a valorização da comunidade, e os sujeitos envolvidos reconheceram a importância do projeto, especialmente após assistirem ao documentário. Reconhecemos que esta foi apenas uma experiência entre outras já desenvolvidas, e que há muito o que avançar. Uma proposta de continuidade do projeto é realizar, ainda neste semestre, uma mostra e debate do documentário no espaço da universidade, contando com a participação das protagonistas, desta vez não em seu espaço cotidiano, mas dentro da universidade, compartilhando seu conhecimento e experiências.

Camila Sissa Antunes

Palavras-chave: Extensão. Periferia. Documentário.

Fonte financiadora: Fundo de Amparo a Pesquisa e a Extensão (Fapex) da Unochapecó.

Referências

BAKHTIN, Mikhail M. Metodologia das ciências humanas. In: _____. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Uma ciência prática do singular. In: _____. _____. MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 335-342.

CRAPANZANO, Vincent. Diálogo. **Anuário Antropológico 88**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1991. p. 59-80.

MANNHEIM, B.; TEDLOCK, D. (Eds.). Introduction. In: _____. _____. **The Dialogic Emergence of Culture**. Urbana, University of Illinois Press, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Universidade, ciência e formação acadêmica. In: _____. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 21-36.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DESTINAÇÃO CORRETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE PALMITOS (SC)

Carla Cristina Secchi¹, Bruna Benvenuti, Bruna Jahnel,
Gabriela de Souza, Samuel João Marmentini

¹ Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da Unochapecó, cah_secchi@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este projeto visa intervir no problema referente à gestão inadequada dos resíduos sólidos produzidos no município de Palmitos (SC), no que diz respeito à participação da população em seu adequado gerenciamento no âmbito doméstico. Assim, propõem-se a promover iniciativas na área de educação ambiental e um plano de comunicação com a população, relativa ao meio ambiente, a fim de viabilizar a execução do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região da Associação dos Municípios do Entre Rios (PIGIRS/AMERIOS). O destino final dos resíduos sólidos é um dos agravantes da degradação do meio ambiente. Não há como não produzir resíduos, mas é possível reduzir a sua produção, reutilizá-lo e reciclá-los. A conscientização da população é um fator de extrema importância para que as políticas ambientais tenham sucesso. A colaboração entre a sociedade e o poder público estimula e possibilita uma melhor atuação das políticas públicas no município, assim, as campanhas educativas contribuem para mobilizar a população para sua participação efetiva e ativa na coleta seletiva, mediante a separação dos materiais recicláveis e/ou reutilizáveis diretamente na fonte de geração. A educação ambiental pode ser desenvolvida em qualquer lugar e deve ser disseminada nas escolas e comunidades. Para que a coleta seletiva funcione, efetivamente, é necessário que a população detenha informações acerca de sua relevância e de como os resíduos devem ser segregados. Diante disso, pretende-se mobilizar o poder público e a sociedade para a implantação da coleta seletiva, assim como para o reaproveitamento de materiais reutilizáveis e recicláveis, com o propósito de reduzir a geração desses materiais. **OBJETIVO:** Promover a educação ambiental para a correta segregação, coleta e destinação final dos resíduos sólidos no município de Palmitos por meio de ações integradas entre o poder público e as entidades locais. Propor a realização de uma audiência pública envolvendo o poder público, a comunidade e as entidades civis locais para a discussão do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região da Associação dos Municípios do Entre Rios; definir um cronograma de implementação das etapas faltantes a serem executadas para a implantação plena do que está previsto no PIGIRS/AMERIOS no que tange a coleta seletiva; envolver a comunidade local no debate acerca da gestão dos resíduos sólidos urbanos, mediante cartilha voltada à educação ambiental, tornando-a apta a acompanhar e atuar na implantação do PIGIRS/AMERIOS. **METODOLOGIA:** O projeto contempla etapas metodológicas previamente definidas que, no entanto, poderão ampliar-se e sofrer alteração no decurso de sua execução. Após o estudo do PIGIRS/AMERIOS e a realização de contatos

Carla Cristina Secchi, Bruna Benvenuti, Bruna Jahnel, Gabriela de Souza, Samuel João Marmentini

iniciais com autoridades locais de Palmitos, constatou-se a inexistência de coleta seletiva e a dificuldade de implementá-la, tendo-se em conta a ausência de uma cultura da separação dos resíduos domiciliares no município. Concluiu-se que é necessário trabalhar no âmbito da educação ambiental a fim de produzir uma consciência acerca da relevância da correta segregação e destinação desses resíduos. Definiu-se como estratégia, na direção desse objetivo, buscar apoio dos Poderes Executivo e Legislativo do município a fim de promover uma audiência pública para tratar do PIGIRS/AMERIOS e da implantação da coleta seletiva. A ideia é mobilizar todos os setores da sociedade na elaboração de um cronograma de implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos. Assim, elaborou-se ofício para apresentação aos órgãos e entidades públicas, civis e religiosas, e também ao Ministério Público, para que participem, com a população em geral, de uma audiência pública que será realizada. Além da elaboração do cronograma acima mencionado, propõe-se a produção, impressão e distribuição de uma cartilha contendo orientações acerca da correta segregação dos resíduos sólidos urbanos para serem trabalhadas nas escolas e na comunidade. **RESULTADOS:** Promover a conscientização dos munícipes palmitenses acerca da importância de se buscar iniciativas de preservação ambiental, principalmente na gestão correta dos resíduos sólidos e promover a implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos no município de Palmitos. **CONCLUSÕES:** A conscientização da população acerca do tema resíduos sólidos é algo que deve ser difundido. Somente assim a população terá conhecimento sobre o assunto e poderá cobrar de seus governantes a correta gestão e destinação dos resíduos sólidos produzidos no município. Porém, para que a gestão ocorra de forma esperada, todos devem se unir, tanto poder público como a população em geral, pois somente assim os resíduos serão separados adequadamente nas residências e a destinação correta será realizada.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Coleta seletiva. Palmitos.

Fonte financiadora: Proesde/Uniedu.

PROJETO UNOVCIDADE: CONSTRUINDO POSSIBILIDADES COM A COMUNIDADE

Carla Eliane Gatto¹, Lillian Beatriz Schiwin Rodrigues

¹ Acadêmica de Educação Física da UnoChapecó, carlagatto1@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este trabalho foi iniciado para compreender as especificidades do projeto UnoVerCidade, enquanto projeto de Extensão da UnoChapecó, tendo em vista que seu processo de elaboração possibilitou maior proximidade com a comunidade a partir de seis encontros com as lideranças do bairro Efapi. A extensão é vista como parte indispensável do pensar e fazer universitário, sendo assim, busca maior aproximação com a comunidade, propiciando reflexões e trocas entre o saber acadêmico e o saber popular, possibilitando a produção de saberes e a construção do conhecimento. **OBJETIVO:** Fortalecer o vínculo entre a UnoChapecó e as comunidades a partir da construção coletiva de tempos e espaços voltados à formação cidadã, à qualificação do viver individual e coletivo e ao desenvolvimento regional sustentável. A Universidade se traduz por pessoas participantes, sendo agentes ativos de uma identidade exercendo tarefas diante da sociedade, nesta perspectiva existe uma dinâmica relacional necessária entre ensino, pesquisa e extensão que requer comprometimento de todos que estão em conjunto para cooperar e desenvolver uma Universidade mais participativa. **METODOLOGIA:** Foi realizado encontros com as lideranças de seis loteamentos do bairro Efapi, dentre eles o loteamento Colatto, loteamento Jardim do Lago, loteamento Zanrosso, loteamento Auri Bodanese, loteamento Alta Floresta e loteamento Parati no bairro Efapi. Essas lideranças representam um papel importante dentro dos seus respectivos loteamentos, por exemplo, líder da Associação de moradores, líder ou tesoureiro da igreja, para conhecer quais eram suas necessidades em relação à Universidade. **RESULTADOS:** Aconteceram cinco encontros no qual o primeiro encontro foi uma breve aproximação com as lideranças da comunidade, apresentando o objetivo do projeto. No segundo encontro, novamente foram apresentadas as intenções da UnoChapecó com esse projeto, neste encontro as lideranças assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tomando ciência de que o material produzido nos encontros será utilizado pela UnoChapecó para instigar novas pesquisas, projetos de extensão e articulações com o ensino. Também neste encontro foram levantados vários problemas da comunidade como, por exemplo: saneamento, lixo, esgoto, água, arborização na comunidade, idosos e existiu uma demanda de uma capacitação de formação de lideranças para eles terem mais autonomia do seu trabalho e da sua comunidade, outro problema levantado foi que é na adolescência que se tem contato com drogas, gravidez precoce, ato infracional e como inserir esses jovens para participarem da comunidade. Algumas demandas foram elencadas para serem realizadas nesse ano de 2015 e as outras vão ser programadas para ano de 2016. As atividades que

Carla Eliane Gatto, Lilian Beatriz Schiwinn Rodrigues

ocorrerão esse ano, para atender as demandas solicitadas, vão ser a formação de lideranças, que em conjunto com os líderes dos loteamentos optaram que será durante a semana e o local escolhido foi a UnoChapécó. Também foi elencada a arborização dos bairros, ações de esporte e lazer realizados pelo projeto “Esporte Emancipação”, e encontros com mulheres. As primeiras atividades do projeto UnoVerCidade vão ocorrer no bairro Efapi, posteriormente, serão levadas a outras comunidades de Chapécó. Algumas ações estão previstas para ocorrer no segundo semestre de 2015, como a formação de lideranças comunitárias, que já estão em andamento, atividades esportivas com crianças, ações de promoção da saúde com núcleos familiares e atendimentos de crianças e adolescentes pelo projeto “Sorriso para Vida”. **CONCLUSÕES:** Dessa maneira, o projeto UnoVerCidade tem como objetivo fortalecer o vínculo entre a UnoChapécó e as comunidades a partir da construção coletiva de tempos e espaços voltados à formação cidadã, à qualificação do viver individual e coletivo e ao desenvolvimento regional sustentável. Portanto, compreende-se que o projeto UnoVerCidade está em andamento com suas atividades no bairro Efapi e em seus respectivos loteamentos, objetivando uma aproximação dos acadêmicos e a comunidade tendo como instrumento primordial o conhecimento, que transforma as pessoas, o ambiente, a comunidade.

Palavras-chave: Projeto UnoVerCidade. Ensino, pesquisa e extensão.

SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR ITINERANTE – UNOCHAPECÓ

Caroline Fagundes¹, Adriana de Toni

¹ Bolsista de extensão do Projeto SMF Itinerante, Unochapecó, carolinef@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O Serviço de Mediação Familiar (SMF), em vigor desde o ano de 2004, é um projeto da Unochapecó em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Atende famílias com renda *per capita* de até três salários mínimos que residem na Comarca de Chapecó. Consiste num campo de extensão, articulando ensino e pesquisa, espaço para a realização de estágio obrigatório e trabalho voluntário para acadêmicos dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social. Com foco em saberes interdisciplinares, um dos subprojetos que executa é o Serviço de Mediação Familiar Itinerante, nos municípios de Nova Itaberaba e Caxambu do Sul. O deslocamento quinzenal de uma equipe de acadêmicos formada pelos três cursos que integram o projeto, devidamente supervisionados pelos professores, viabiliza os atendimentos através de sessões de mediação para ressignificar e resolver conflitos familiares. A mediação tem como propósito desconstruir o paradigma predominante na sociedade que reforça o litígio fazendo com que o conflito siga via judicial. Nesta perspectiva, a mediação desconstrói a premissa de que uma das partes sai vitoriosa e a outra, portanto, é vencida, comum nos processos judiciais. Pelo contrário, a mediação busca por meio do diálogo e fortalecimento das relações, a autonomia e protagonismo dos mediandos, além do efetivo equilíbrio e preservação das relações familiares, especialmente nas situações que envolvem pais e filhos. É diversa a relevância de projetos como o da Mediação Familiar da Unochapecó: (a) contribui significativamente na formação acadêmica, especialmente pelo caráter interdisciplinar que amplia o olhar dos mediadores/estudantes sobre as possibilidades de resolução dos conflitos; (b) contribui de forma efetiva para que famílias não se dissolvam ante o conflito, mas que consigam se reorganizar em face de novos arranjos, perfeitamente comuns na contemporaneidade; (c) garante o acesso à justiça e à ordem jurídica justa, conforme dispõe a Constituição Federal; (d) reforça a cultura da paz, tão necessária numa sociedade com significativos traços de violência e marcadamente altos índices de violência doméstica e familiar. O projeto advém de parceria entre a Unochapecó e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), atuando numa rede de parceiros que envolvem entidades como CRAS's, CREAS's, Conselhos Tutelares, Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI), Serviços de Psicologia, dentre outras. Percebe-se que cada vez mais as pessoas têm buscado soluções não adversariais para conflitos de ordem familiar, e a mediação (e outras práticas autocompositivas como a conciliação) passam a ser institucionalizadas pelo Judiciário através da Resolução 125/CNJ/2010, da Lei da Mediação (2015) e do Novo Código de Processo Civil (que entra em vigor em março

Caroline Fagundes, Adriana de Toni

de 2016). A mediação é considerada um instituto inovador e, como tal, repleta de desafios. Trata-se de uma forma de resolução de conflitos em que vigoram princípios éticos que visam o diálogo, a boa-fé, o respeito e a empatia, garantindo um resultado final desejável, benéfico e viável para todos os envolvidos. Os mediadores (estudantes e professores) são considerados terceiros imparciais, responsáveis pela condução do diálogo, estímulo à reflexão e construção de alternativas. Portanto, os mediadores identificam interesses comuns, subjetivos e ocultos que se levam ao conflito podem também levar à sua solução. O acordo final, que não é necessariamente o objetivo da mediação transformativa (metodologia adotada pelo SMF da Unochapecó), é estruturado de modo a possibilitar a continuação de relações respeitadas entre os envolvidos no conflito. São muitos os benefícios proporcionados pelo processo de mediação: rapidez processual; eficácia nos resultados; menor índice de descumprimento injustificado do acordo; redução do desgaste emocional da família e de custos econômicos; facilitação da comunicação e restabelecimento do diálogo; promoção da colaboração e melhoria dos relacionamentos; maior compromisso das partes em cumprir o acordo construído por elas mesmas. O subprojeto “Mediação Familiar Itinerante” visa se aproximar da comunidade e das pessoas, tornando-se acessível quando se desloca aos municípios vizinhos. **OBJETIVO:** O subprojeto “Mediação Itinerante” tem como objetivo geral: Mediar as relações familiares, promovendo o acesso à justiça como forma de garantia dos direitos humanos, estimulando a autonomia e protagonismo dos sujeitos na transformação/resolução dos conflitos. Como objetivos específicos, no âmbito da formação profissional pretende: (a) Instrumentalizar os estudantes para atuarem como mediadores, com base nos fundamentos da mediação transformativa; (b) Oportunizar o exercício da interdisciplinaridade, como forma de ressignificação e resolução de conflitos familiares; (c) Desenvolver habilidades e competências específicas relacionadas à prática profissional de cada área; (d) Articular ensino, pesquisa e extensão, a fim de qualificar as ações desenvolvidas pelo projeto. Do ponto de vista da ação profissional os objetivos são: (a) (Re)estabelecer o diálogo, a fim de melhorar a qualidade das relações familiares; (b) Construir alternativas viáveis com os mediandos, materializando-as em acordos judiciais ou extrajudiciais. **METODOLOGIA:** Sob a ótica interdisciplinar os procedimentos metodológicos adotados pelo projeto contemplam: (a) acolhimento de quem procura o serviço; (b) escuta ativa e interessada da problemática e reflexões iniciais sobre a situação apresentada (pré-mediação); (c) elaboração da “carta convite” para que a outra parte participe de uma sessão inicial de mediação; (d) acolhida da outra parte, também com a escuta qualificada e reflexões iniciais (pré-mediação), a fim de estimulá-lo a participar de uma primeira sessão de mediação; (e) após aceite das partes, realização de sessões conjuntas (e novamente escutas individuais quanto necessário), visando entender os reais interesses das partes; (f) condução do diálogo por parte do mediador para que os mediandos elaborem possibilidades resolutivas ao conflito; (g) quando necessário e com a devida permissão do mediandos, escuta de outros membros da família, realização de visita domiciliar, confecção de estudo social e relatório psicossocial; (h) a elaboração de um resumo da sessão aberto às correções por parte dos mediandos; (i) elaboração do acordo, devidamente assinado pelos mediandos, o qual seguirá para homologação judicial. **RESULTADOS:** No primeiro semestre de 2015, o Serviço de Mediação Familiar Itinerante realizou 32 atendimentos, e cada caso demandou de duas a três sessões de mediação. Composto estes atendimentos, 21 pessoas foram atendidas em Caxambu do Sul e 23 em Nova Itaberaba, sendo que as principais temáticas foram alimentos, divórcio, dissolução de união estável, guarda e regulamentação de visitas. A equipe recebeu, ainda, um curso com a temática da mediação familiar e seus instrumentos, ministrado pelo CEJUR – Academia Judicial TJ/SC.

Caroline Fagundes, Adriana de Toni

CONCLUSÕES: A escuta imparcial e informal dos estudantes/mediadores, diferente dos procedimentos judiciais formais é um dos fatores preponderantes para o sucesso da mediação. Quanto à continuidade da mediação itinerante, a equipe gestora está em negociação com as prefeituras dos municípios a fim de firmar parcerias para que assumam despesas com o transporte, sendo que outra perspectiva de financiamento advém de recursos do Proext para o ano de 2016.

Palavras-chave: Conflitos familiares. Mediação Itinerante Transformativa. Abordagem interdisciplinar.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex).

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E DO TERCEIRO SETOR NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL NO VALE DO RIO DO PEIXE EM SANTA CATARINA

Christine Martins Scherer¹, Alesandra Mattei Ranzan, Alyssa Luiza Zanluchi Roman, Amanda Bamberg Ertel, Bruna Heinen, Bruna Ohland, Carlos Henrique Ferreira da Silva, Carolina Maria Sczesny, Cassia Regina Segnor, Catiane Criveletto, Cristiane Tonezer, Daniela Cella, Djanaina Amanda Manfrin, Elizangela Cordenunzzi, Franchiesco Gonzatti, Francieli Merlini, Francine Aparecida Gabrielli, Janaina Furlan, Josiani Balbinot, Karin Cristina Machado, Laiane Karine de Castro Sgarbossa, Larissa Backes Martins, Larissa Sartor Fabre, Laura Nienow Scheffer, Leticia Paula Negri, Luana Stanga de Pellegrin, Maria Eduarda Lemos Beck, Muriel Fernando Barbieri, Nahyra Aline dos Santos, Paloma Lanescka Terebinto de Oliveira, Schirley Maria Machado, Stella Marcon, Suellen Consoli Frigo, Taciana Rodrigues Alves de Assumpção Ribeiro, Thais Mouriel Grandó

¹ Especialista, Unochapecó, chris.arq@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A promoção do desenvolvimento local e regional de um território tem suas origens nas bases históricas, econômicas e culturais como elementos de referência para os dias presentes e se subordina as políticas públicas setoriais e multissetoriais que regem os arranjos econômicos. Nesta direção, o conceito de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), por estar atrelado as características do lugar e, segundo Buarque (2002, p. 25), “[...] tratar-se de um processo endógeno de mudanças que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida, da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos [...]”, faz pensar a importância da valorização do local em relação aos processos de produção atrelados a globalização de mercados, e portanto, traz uma reflexão quanto as dimensões da sustentabilidade. Trusen (2002) aborda o DLIS como uma metodologia que se organiza a partir de quatro dimensões, sendo elas a Dimensão Ambiental: em que a utilização dos recursos naturais locais deve ocorrer de forma sustentável; a Dimensão Social: onde descobrir e despertar as vocações locais no fomento ao capital social, é fundamental na promoção do empoderamento e cidadania; a Dimensão Econômica: que busca desenvolver a cooperação e a integração das cadeias produtivas locais, de modo a reduzir a dependência externa e por fim a Dimensão Institucional: onde reestruturar e modernizar a gestão pública de modo a implementar uma boa governança tem papel fundamental. Pires (2010, p. 108) afirma que: “O desafio atual é transformar exceções em regras, propondo métodos e instrumentos de promoção do desenvolvimento local/regional, por meio de ações voltadas a superar barreiras ao desenvolvimento através de mecanismos organizacionais; e promover a articulação da sociedade com os organismos da administração pública para maior efetividade de suas ações.”

OBJETIVO: Descrever o papel das instituições públicas e do terceiro setor na promoção do desenvolvimento

Christine Martins Scherer, Alesandra Mattei Ranzan, Alyssa Luiza Zanluchi Roman, Amanda Bamberg Ertel, Bruna Heinen, Bruna Ohland, Carlos Henrique Ferreira da Silva, Carolina Maria Sczesny, Cassia Regina Segnor, Catiane Criveletto, Cristiane Tonezer, Daniela Cella, Djanaina Amanda Manfrin, Elizangela Cordenunzzi, Franchiesco Gonzatti, Francieli Merlini, Francine Aparecida Gabrielli, Janaina Furlan, Josiani Balbinot, Karin Cristina Machado, Laiane Karine de Castro Sgarbossa, Larissa Backes Martins, Larissa Sartor Fabre, Laura Nienow Scheffer, Leticia Paula Negri, Luana Stanga de Pellegrin, Maria Eduarda Lemos Beck, Muriel Fernando Barbieri, Nahyra Aline dos Santos, Paloma Lanescka Terebinto de Oliveira, Schirley Maria Machado, Stella Marcon, Suellen Consoli Frigo, Taciana Rodrigues Alves de Assumpção Ribeiro, Thais Mouriel Grandio

local e regional em municípios do Vale do Rio do Peixe. **METODOLOGIA:** A metodologia caracteriza-se como qualitativa e descritiva, utilizando-se da técnica da observação em equipe. A disciplina de Planejamento Regional objetiva interpretar os fenômenos territoriais contemporâneos, a partir da análise das dinâmicas transescalares, dos agentes sociais das transformações espaciais, com vistas a identificar as implicações socioespaciais do planejamento urbano e regional. Com base nestes fatores, a disciplina analisa a configuração urbana territorial de um conjunto de municípios que se configura como uma microrregião, de modo a propor a estrutura básica de um planejamento urbano e regional para os mesmos. A saída de campo para o Vale do Rio do Peixe foi realizada nos dias 17 e 18 de setembro de 2015 e trouxe consigo o contato dos alunos com as instituições governamentais e não governamentais que fomentam as ações de desenvolvimento local e regional com vista a estudar o impacto destas no território. Como a saída de campo previa dois dias para sua execução, foi proposto para cada município uma agenda institucional com o caráter de reunião/palestra, onde a instituição se apresentaria e articulava suas atividades com foco no planejamento local e regional. Os questionamentos realizados abordaram desde questões de infraestrutura básica, relacionadas ao urbanismo das cidades, até questões mais complexas, na compreensão das visões política e administrativa locais e regionais. **RESULTADOS:** O Vale do Rio do Peixe se localiza no meio oeste catarinense e teve seu território conformado através do traçado orgânico do próprio rio. Em paralelo a este, ocorreu a implantação de uma linha férrea que interligava Itararé (SP) a Santa Maria (RS), com cerca de 1.403 km de extensão, criando conexões com outros trechos de modo a possibilitar viagens do Rio de Janeiro até a Argentina e Uruguai. Em um primeiro momento a linha férrea pertencia à empresa norte americana Brazil Railway Company, sendo incorporada à Rede Ferroviária Federal durante o período do Estado Novo. Desde a sua implantação, durante o período de operações e sua posterior desativação, enquanto transportes de passageiros e cargas, marcou, de forma decisiva, o desenvolvimento deste território. Desta forma, um número considerável de municípios surgiu e se conformou ao longo deste trecho férreo dos quais a disciplina de Planejamento Regional, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unochapecó coloca seus olhares, como objeto de pesquisa/estudo, em sete municípios: Piratuba, Capinzal, Ouro, Erval Velho, Joaçaba, Videira e Caçador. O contato com o poder público destes municípios possibilitou observar que estes se diferem de acordo com a economia desenvolvida e as relações que os mesmos mantêm entre si com os demais municípios que conformam a região, de modo que foi percebido os acordos de cooperação no favorecimento do desenvolvimento, através de cooperativas e consórcios intermunicipais. Sendo este último muito atuante em vários segmentos, desde a saúde ao planejamento urbano. O primeiro município visitado foi Piratuba. A característica que mais chamou atenção neste município foi seu potencial turístico. Na cidade era comum visualizar grande número de turistas que buscavam, principalmente, as águas termais. Apesar de contar com um número limitado de moradores, que se aproxima de cinco mil, Piratuba recebe anualmente cerca de 450 mil turistas, o que contribui para seu desenvolvimento econômico. A segunda cidade visitada foi Capinzal. Suas características são distintas de

Christine Martins Scherer, Alesandra Mattei Ranzan, Alyssa Luiza Zanluchi Roman, Amanda Bamberg Ertel, Bruna Heinen, Bruna Ohland, Carlos Henrique Ferreira da Silva, Carolina Maria Sczesny, Cassia Regina Segnor, Catiane Criveletto, Cristiane Tonezer, Daniela Cella, Djanaina Amanda Manfrin, Elizangela Cordenunzzi, Franchiesco Gonzatti, Francieli Merlini, Francine Aparecida Gabrielli, Janaina Furlan, Josiani Balbinot, Karin Cristina Machado, Laiane Karine de Castro Sgarbossa, Larissa Backes Martins, Larissa Sartor Fabre, Laura Nienow Scheffer, Letícia Paula Negri, Luana Stanga de Pellegrin, Maria Eduarda Lemos Beck, Muriel Fernando Barbieri, Nahyra Aline dos Santos, Paloma Lanescka Terebinto de Oliveira, Schirley Maria Machado, Stella Marcon, Suellen Consoli Frigo, Taciana Rodrigues Alves de Assumpção Ribeiro, Thais Mouriel Grandó

Piratuba, principalmente em relação a sua economia que tem como base o setor agroindustrial. A partir da observação em equipe, constatou-se que a cidade de Capinzal investe massivamente na economia, deixando para um segundo plano os investimentos em capital social. Um dado que comprova esta afirmação acentua-se no fato de que grande parte da população deste município trabalha no setor agroindustrial, que, apesar de gerar emprego em massa causa muitos afastamentos por esforços repetitivos dos trabalhadores devido as condições de trabalho muitas vezes desumanas. O terceiro município visitado foi Ouro, este conta com uma população aproximada de 7,4 mil habitantes e, diferente de Piratuba e Capinzal, tem sua economia alicerçada na agroindústria familiar. O município tem como principal estratégia de desenvolvimento fortalecer a economia local e investir no bem estar da população. Apesar de breve, a observação em equipe possibilitou perceber que Ouro, diferente dos dois primeiros municípios, busca pensar não apenas no crescimento econômico, mas também social. O quarto município visitado foi Erval Velho que mais uma vez surpreendeu a equipe por se diferenciar tanto econômico como socialmente. Erval Velho se destaca na região por suas empresas de reciclagem, porém, apesar destas terem uma função importante no âmbito ambiental e trazerem retorno de ICMS para o município, não aloca muitos postos de trabalho. Também por ser uma iniciativa do setor privado, não observou se uma integração e parcerias público-privadas no que tange a cadeia produtiva do lixo e a política de resíduos sólidos, mesmo sabendo que o município abriga um aterro sanitário ao qual se destina os resíduos sólidos de 13 municípios. O quinto município visitado foi Joaçaba. Este é considerado o polo regional e concentra uma série de empresas que movimentam a economia regional. Como entrave, foi possível observar os problemas de mobilidade urbana, bem como a reestruturação do sistema rodoviário, que neste momento causa estresse tanto para o escoamento das produções como para a circulação de pessoas que articulam o movimento pendular da região do meio oeste. O sexto município visitado foi Videira, cujo crescimento e expansão urbanas ocorreram atrelados ao setor de produção agroindustrial. Este crescimento provoca problemáticas de mobilidade e transporte, tanto na malha urbana quanto no escoamento das produções e neste aspecto reside a influência da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Videira, no que tange a captação de recursos para a reestruturação rodoviária. Por fim visitou-se Caçador, este se caracteriza por sua elevada população, se comparado aos demais municípios analisados, girando em torno de setenta mil habitantes. Por outro lado, foi o que mais apresentou problemas de ordem econômica, social e ambiental. Caçador, por ter sido palco de uma maiores guerras da América Latina – Guerra do Contestado –, apresenta baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), visível aos olhos de quem à visita. Por sua vez, a base econômica é o setor madeireiro que, além de gerar concentração de renda nas mãos dos donos das empresas, historicamente, investiu na expropriação dos caboclos, para ocupação, e hoje se vale de matéria-prima de reflorestamento, tendo, por base, o cultivo do *pinus elliotis*, que apresenta alto potencial de degradação ambiental. **CONCLUSÕES:** Apesar de esta experiência ser recente e não permitir uma análise

Christine Martins Scherer, Alesandra Mattei Ranzan, Alyssa Luiza Zanluchi Roman, Amanda Bamberg Ertel, Bruna Heinen, Bruna Ohland, Carlos Henrique Ferreira da Silva, Carolina Maria Sczesny, Cassia Regina Segnor, Catiane Criveletto, Cristiane Tonezer, Daniela Cella, Djanaina Amanda Manfrin, Elizangela Cordenunzzi, Franchiesco Gonzatti, Francieli Merlini, Francine Aparecida Gabrielli, Janaina Furlan, Josiani Balbinot, Karin Cristina Machado, Laiane Karine de Castro Sgarbossa, Larissa Backes Martins, Larissa Sartor Fabre, Laura Nienow Scheffer, Letícia Paula Negri, Luana Stanga de Pellegrin, Maria Eduarda Lemos Beck, Muriel Fernando Barbieri, Nahyra Aline dos Santos, Paloma Lanescka Terebinto de Oliveira, Schirley Maria Machado, Stella Marcon, Suellen Consoli Frigo, Taciana Rodrigues Alves de Assumpção Ribeiro, Thais Mouriel Grandó

mais aprofundada da realidade, a visita aos municípios supracitados e a descrição aqui feita possibilita compreender a importância da análise *in loco*, no sentido de trazer consistência aos dados levantados, tendo por base as pesquisas bibliográficas e censitárias, de modo que doravante sejam finalizados os diagnósticos, que uma vez socializados, sejam as bases para um planejamento territorial baseado no Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Por sua vez, foi possível observar que a promoção do desenvolvimento local e regional do território em análise tem suas origens nas bases históricas, econômicas e culturais como elementos de referência para os dias presentes e se subordina às políticas públicas setoriais e multissetoriais que regem os arranjos econômicos. Percebeu-se também que, apesar de cada município possuir suas particularidades, isso não impede que os mesmos se unam, em determinados momentos, para buscar um maior fortalecimento enquanto região.

Palavras-chave: Vale do Rio do Peixe. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Planejamento Urbano e Regional.

Referências

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 180 p.

PIRES, L. H. A descentralização do poder e a regionalização das soluções como instrumentos de promoção do desenvolvimento local/regional. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. **Políticas para o desenvolvimento local**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 105-129.

TRUSEN, C. **Desenvolvimento Local Integrado:** uma introdução conceitual e metodológica. In: PARÁ, SECRETARIA EXECUTIVA DE AGRICULTURA. **Planejando o Desenvolvimento Local**. Belém: Prorenda Rural Pará, 2002. p. 13-28.

O PROJETO/AÇÃO: FORTALECENDO O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS DE ÁGUAS DE CHAPECÓ E SÃO CARLOS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Cristiane Tonezer¹, Carlos Eduardo Arns, Ricardo Tomasi

¹ Doutora em Desenvolvimento Rural, Unochapecó, tonezer@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) é uma instituição que se preocupa com o desenvolvimento regional estando sempre atenta às necessidades da população e das organizações situadas em sua região de abrangência. O desenvolvimento do processo de integração da pesquisa e extensão ao ensino e da articulação dos Núcleos de Pesquisa e Programas Permanentes de Extensão, nas atividades formativas nos diversos cursos, faz parte do esforço institucional desta instituição. Partindo deste pressuposto, o Programa de Apoio a Processos Participativos de Desenvolvimento Local (Papel) da Unochapecó tem, dentre suas finalidades, o compromisso de contribuir com as organizações locais, potencializando os aspectos positivos e superando os negativos. Um dos principais propósitos do Papel é dar suporte as ações iniciadas por um conjunto de disciplinas do curso de Agronomia da Unochapecó, que buscam articular a pesquisa e a extensão ao ensino, num processo de interação com municípios da região oeste de Santa Catarina. Para dar conta desta proposta de integração o Papel elaborou e aprovou o projeto “Fortalecendo o desenvolvimento rural sustentável dos municípios de Águas de Chapecó e São Carlos no oeste de Santa Catarina”, junto ao Fapex-2015. Pensados a partir da disciplina Estudo da Realidade Rural, do curso de Agronomia, o projeto visa fortalecer os programas municipais de desenvolvimento rural sustentável, através da integração dos instrumentos de Planejamento Estratégico Participativo (PEP) dos municípios envolvidos. Para dar suporte a esta discussão descreve-se sobre a noção de desenvolvimento, destacando que esta se torna mundialmente conhecida, quando é publicado em 1990, o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), que traz à tona o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde, além do Produto Interno Bruto (PIB), se acrescenta medida baseada em três dimensões: alfabetização; expectativa de vida; bem como a renda (PNUD, 2010). A partir desta definição passou-se a afirmar que o sucesso de um país ou região e o bem-estar de um indivíduo não pode ser avaliado somente pelo dinheiro, pois, como bem observado no relatório: “As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação.” (PNUD, 2010, p. 4). O mesmo relatório trouxe à tona que, apesar do rendimento ser crucial, é necessário também levar em conta se as pessoas conseguem ter uma vida longa e saudável, se têm oportunidades para receber educação, se são livres de utilizarem os seus conhecimentos e moldarem os seus próprios destinos. Para uma melhor compreensão deste processo Calegare e Silva (2011) destacam que na sociedade liberal o termo desenvolvimento substitui a noção de progresso, este vigorando até a década de 1930, associado a uma

Cristiane Tonezer, Carlos Eduardo Arns, Ricardo Tomasi

outra ideia de crescimento. A noção de progresso, por sua vez, associava-se mais a um movimento evolucionista, a evolução do crescimento e a ampliação do conhecimento, porém, limitada a uma visão econômica. Dizem os autores que a crise dessa noção surge, a partir do momento em que se observou, que as civilizações possuem características distintas, descartando-se assim a ideia de um progresso evolucionista. A partir daí, surge à noção de desenvolvimento, que ao contrário da noção de progresso, busca contemplar todas as dimensões – econômica, social, cultural e ambiental – da vida social. Isso porque a evolução dos modos de vida compreendem numerosas dimensões que não só econômicas (SILVA; SOUZA; LEAL, 2012). Por fim, destaca-se a necessidade da participação da população na construção de alternativas ao desenvolvimento. **OBJETIVO:** Descrever o projeto: “Fortalecendo o desenvolvimento rural sustentável dos municípios de Águas de Chapecó e São Carlos no oeste de Santa Catarina” e identificar os pontos positivos e os entraves deste processo de integração do ensino/pesquisa/extensão. **METODOLOGIA:** O presente trabalho é composto por um relato de experiência dos próprios integrantes da equipe do projeto “Fortalecendo o desenvolvimento rural sustentável dos municípios de Águas de Chapecó e São Carlos no oeste de Santa Catarina”. **RESULTADOS:** Para que o projeto em questão se concretizasse, a equipe do Papel apropriou-se, em um primeiro momento, dos estudos elaborados pelos acadêmicos da disciplina Estudo da Realidade Rural nos municípios de Águas de Chapecó e São Carlos, no ano de 2013. Estes estudos resultaram de três dias intensivos de levantamento de informações *in loco*, através da aplicação de questionários nas unidades de produção agrícola e entrevistas semiestruturadas aos principais órgãos públicos e entidades locais, além da apropriação dos acadêmicos a dados secundários documentais e de *sites* confiáveis da internet. Como resultado, os acadêmicos elaboraram, para cada município (Águas de Chapecó e São Carlos), um diagnóstico sócio, econômico e ambiental do meio rural e proposição de programas de desenvolvimento rural. Tendo em vista a riqueza do material produzido até então, a equipe do papel encaminha um projeto a Fapex com objetivo de criar ações de extensão universitária. Pode-se dizer que o projeto: “Fortalecendo o desenvolvimento rural sustentável dos municípios de Águas de Chapecó e São Carlos no oeste de Santa Catarina” surgiu do anseio de alguns professores da Unochapecó de irem além do ensino e da pesquisa, buscando ações de extensão, por acreditarem que as informações coletadas a campo mereciam ser melhor exploradas “com” a comunidade. Para tanto, alguns objetivos foram elencados, dentre eles: identificar e caracterizar os instrumentos de planejamento estratégico existentes nos municípios; realizar uma oficina com os gestores públicos municipais, a fim de apresentar o diagnóstico e as propostas de desenvolvimento rural sustentável elaborada pelos alunos; realizar um seminário municipal para discussão do desenvolvimento rural sustentável e integração de políticas públicas locais, regionais, estadual e nacional; realizar uma oficina em cada município para capacitar as equipes técnicas dos programas municipais de desenvolvimento rural sustentável; realizar/participar de um evento de caráter regional para discussão dos processos de desenvolvimento territorial no oeste de Santa Catarina; realizar/participar de uma oficina interna na Unochapecó para divulgar as ações e potencialidade do Papel e identificar potencialidades de ações integradas com outros programas e projetos institucionais; participar de Seminário de Integração de Ensino Pesquisa e Extensão da Unochapecó e da rede Acafe. As ações supracitadas têm um período para serem concretizadas, de abril a dezembro de 2015. Dentre as atividades propostas, um bolsista, orientado pelos professores do Projeto, já realizou a sistematização dos dados, transformando-os em um único documento para cada município. A partir deste trabalho, foi elaborado um artigo para ser apresentado no Seminário de Desenvolvimento Regional da

Cristiane Tonezer, Carlos Eduardo Arns, Ricardo Tomasi

Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), o qual infelizmente não foi aprovado. Este entrave não impediu a equipe de continuar buscando aperfeiçoar o artigo e buscar novos espaços para apresentar esta experiência. Atualmente, a equipe também está realizando a preparação do material para a apresentação e realização dos seminários municipais de desenvolvimento rural em São Carlos e Águas de Chapecó. O projeto vem possibilitando ainda a aproximação do Papel a grupos de pesquisa e aos mestrados, especialmente o de Dinâmicas Regionais e Políticas Públicas, restabelecendo-se como um programa permanente de extensão universitária, ativo e promovendo a articulação ensino, pesquisa e extensão em relação estreita com a comunidade regional, conforme estabelece a política de extensão da Unochapecó. Outros resultados ainda poderiam ser apontados, mas também cabe salientar alguns limites/entraves vivenciados, que impossibilitaram a realização de outras ações prevista e um atraso no cronograma proposto. Um entrave encontrado é que de modo geral as dinâmicas locais (municípios) são muito intensas, provocando um descompasso com a dinâmica do projeto em seu ritmo de organização acadêmica. Em um dos municípios se tem encontrado mais dificuldade na colaboração mais efetiva no desenvolvimento das ações propostas. Mas, por outro lado, considera-se que este processo está sendo enriquecedor por proporcionar momentos de interação e diálogo entre a comunidade (município) e a universidade (equipe Papel), destacando-se dentre as vantagens o acesso dos município a informações inéditas de sua própria realidade e sugestões de programas para o desenvolvimento rural sustentável, e o exercício de interação e sensibilidade às dinâmicas participativas. **CONCLUSÕES:** Considera-se que o projeto “Fortalecendo o desenvolvimento rural sustentável dos municípios de Águas de Chapecó e São Carlos no oeste de Santa Catarina” irá fortalecer não apenas os municípios supracitados, mas a equipe do Papel, que renovada, busca a cada dia se fortalecer. Também sabe-se que há ainda um longo caminho a ser percorrido para alcançar todos os objetivos propostos, mas tem-se consciência de que este processo, que leva em conta a participação social, apesar de mais árduo e delongado, vai ao encontro dos reais anseios da população e conseqüentemente gera desenvolvimento não apenas econômico, mas também social, cultural e ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Participação. Extensão universitária.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio a Projetos de Extensão (Fapex) da Unochapecó. Edital n. 254/2015.

Referências

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; SILVA, Nelson da. **Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento:** uma sucinta revisão de literatura. Curitiba: Editora UFPR, n. 24, p. 39-56, jul./dez. 2011.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010.** A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. Brasília: PNUD, 2010.

SILVA, Antonio Sergio; SOUZA, José Gilberto; LEAL, Antonio Cezar. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamentos da qualidade de vida. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 12, p. 22-42, jan./jun. 2012.

EDUCAÇÃO PARA A TEIA DA VIDA: TECENDO REDES DE SUSTENTABILIDADE

Daiane Vidal¹, Maria Aparecida Lucca Caovilla

¹ Acadêmica de Direito da Unochapecó, daianevidal@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este estudo registra um novo caminhar, que vem sendo trilhado pelo Núcleo de Iniciação Científica Cidadania e Justiça na América Latina, do curso de Direito, juntamente com o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Unochapecó, que com indignação profética e solidariedade militante, alimentados pela esperança de uma educação libertadora, engajam-se afincadamente no projeto extensionista: “Bem-viver – germinando alternativas para uma educação libertadora”, o qual vem contribuindo para o fortalecimento da “teia da vida”, através de ações permeadas pela justiça, respeito, cuidado e a preservação voltadas para o ser humano e o planeta Terra. **METODOLOGIA:** Este artigo apresenta as fases de uma pesquisa-ação, aspirando realizar uma intervenção de modo positivo na escola e na comunidade indígena “Cacique Vanhkre”, na tentativa de buscar, das cinzas da cultura Kaingang, brasas que resistiram e que, se ativadas, podem contribuir para os rumos de uma sociedade sustentável. **RESULTADOS:** O mundo está diante de uma encruzilhada, numa época em que a humanidade pode escolher o seu futuro. À medida que a sociedade torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, há de se reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum e, nesse sentido, devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (Carta da Terra). Nesse contexto, a educação tem um papel fundamental na formação de seres humanos capazes de perceber a interdependência entre todas as formas de vida. A educação germina sonhos, constrói desejos, sentidos e esperanças. Por meio dela somos capazes de construir, no local e no global, uma comunidade promotora da cultura da paz, da justiça social e da sustentabilidade. Não estamos falando de qualquer educação. Falamos daquela que caminha na direção de um “outro mundo possível”. Ela é imprescindível. Sem ela, o sonho da transformação social, do respeito a Gaia, a vida não se realiza. Trata-se, portanto, de uma outra educação, de uma pedagogia do reencantamento do mundo: da sensibilidade, do sonho, da utopia. Uma educação que constrói solidariamente as bases para um novo homem, uma nova mulher, para que um mundo novo possa surgir. Esta prática da educação para a sustentabilidade da vida é cristalizada nas ações do projeto

Daiane Vidal, Maria Aparecida Lucca Caovilla

extensionista: “Bem-viver: germinando alternativas para uma educação libertadora”, cujo objetivo é buscar a reconexão com a teia da vida. Isso significa construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis, conscientes de que o homem não teceu a teia da vida, ele é dela apenas um fio, o que fizer à teia estará fazendo a si mesmo. O desafio, que ora enfrentamos, é o de reencantar as crianças, adolescentes, jovens e adultos para que percebam seu pertencimento ao Planeta. Estamos ousadamente tecendo os fios para a teia da vida. Queremos, portanto, fazer parte da mudança do nosso tempo, despertar uma nova reverência face à vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade. **CONCLUSÕES:** Diante da precariedade e da fragilidade da vida humana e do planeta Terra, a educação remete à esperança, ao sonho possível de provocar mudanças, ao compromisso de fazer a diferença, sendo, portanto, o fio condutor da rede que vem sendo tecida através do projeto de extensão “Bem-viver: germinando alternativas para uma educação libertadora”. Eis que, a extensão constitui-se num laboratório para ações sustentáveis. Uma vez que um dos eixos estruturadores do projeto é justamente educar para a sustentabilidade, para uma ecologia da vida, pois assim, como Paulo Freire, acreditamos que urge assumirmos o dever de lutar pelos princípios éticos fundamentais como o respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. A ecologia tem que estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador. Considerando que a Terra e a humanidade fazem parte de um vasto universo em evolução e têm o mesmo destino, ameaçado de destruição pela irresponsabilidade e falta de cuidado dos seres humanos, e que a Terra forma com a humanidade uma única entidade, e que, portanto a Terra é viva e se comporta como um único sistema autorregulador, formado por componentes físicos, químicos, biológicos e humanos, que a tornam propícia para a produção e reprodução da vida e que, por isto, ela é nossa “Grande Mãe” e nosso “Lar Comum”. Levando em conta que a “Mãe Terra” é composta pelo conjunto dos ecossistemas nos quais ela gerou uma multiplicidade magnífica de formas de vida. É preciso conscientizar que, nós, seres humanos, somos uma parte “não mais” do cosmos, da natureza, não somos o centro, mas simplesmente uma parte muito pequena. A caminhada não se encerra! Há muitos caminhos a percorrer para a construção da sustentabilidade, uma construção que só pode ser edificada com a educação. Caminhamos juntos pela educação! Sejamos, então, como “andarrilhos da utopia e semeadores da esperança”. A esperança é o elemento fundamental para se recuperar a utopia. Esperançar sempre na certeza de que vale a pena persistir na luta. Não tenhamos pressa: a rede pela sustentabilidade da vida deve ser tecida a cada dia!

Palavras-chave: Educação libertadora. Bem-viver. Sustentabilidade.

Fonte financiadora: Unochapecó.

CINE UNO ITINERANTE NO CEU

Daniela da Silva¹, Carolina Boufleuer Florêncio, Dafne Reis Pedroso da Silva

¹Acadêmica de Jornalismo da Unochapecó, danidasilva@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O projeto de extensão Cine Uno Itinerante, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), insere-se no contexto cineclubista brasileiro, e seus propósitos são formação de plateia para o cinema nacional com exposições itinerantes de cinema e sensibilização audiovisual por meio da experiência de produção de curtas-metragens e episódios para webséries. **OBJETIVO:** Descrever e refletir as ações do projeto realizadas com crianças atendidas pelo Centro de Esportes e Artes Unificados de Chapecó (CEU) (Santa Catarina), em junho de 2015. Nesta ocupação foram ofertadas duas sessões de curtas-metragens e uma oficina de sensibilização audiovisual. A primeira exposição, realizada no dia 11 de junho, para alunos da 6ª série da Escola Parque Cidadão Cyro Sosnosky, contemplou produções nacionais voltadas para o público infantojuvenil. A segunda exposição aconteceu no dia 25 de junho, para alunos da 8ª série da Escola de Educação Básica Fedelino Machado dos Santos, voltada para adolescentes. A curadoria contou com diferentes temas e formatos audiovisuais de produção regional e especialmente dos estudantes da área de comunicação da Unochapecó. Já a oficina foi realizada nos dias 12, 19 e 26 de junho e construída em três módulos: “O que é audiovisual e como escrever um roteiro”; “Pré-produção e como fazer um filme” e “Exibição do episódio piloto e possibilidades de distribuição audiovisual”. Os participantes foram crianças de sete a 12 anos de idade e o resultado final foi um episódio piloto para uma websérie intitulado “Uma viagem ao nada” (4’35”). **METODOLOGIA:** O trabalho utilizou-se da pesquisa-ação participante e inspirou-se nas práticas cineclubistas de cinema itinerante e de oficinas de capacitação brasileiras. Nas sessões, foram realizadas observações durante as exposições, nos intervalos dos filmes, no final das sessões, e questionários. Na oficina, foram observados os processos de produção e de gravação do episódio, questionários e entrevistas informais, assim como análise audiovisual articulada à compreensão do contexto produtivo. Para a pesquisa teórica desenvolveu-se os conceitos de cineclubismo (GATTI, 2000), exposições itinerantes (SILVA, 2004), cinema amador (ODIN, 1999), cinema de bordas (LYRA; SANTANA, 2006) e cinema comunitário (SUPPIA, 2013). Além disso, considerações acerca de oficinas de sensibilização audiovisual no cenário brasileiro (BENTES, 2010; SOUZA, 2011) e as relações entre cinema e educação. **RESULTADOS:** Como resultados das exposições, observou-se a necessidade de uma estratégia dinâmica para determinar a ordem das exposições, nesse sentido, a sequência das produções eram escolhidas com base nos comentários e nas interações dos alunos durante a sessão. Em relação à oficina, compreende-se que o propósito do projeto de extensão, a dinâmica das

Daniela da Silva, Carolina Boufleuer Florêncio, Dafne Reis Pedroso da Silva

aulas, o espaço do CEU, o repertório midiático dos estudantes e o contexto cultural e geracional que deixam marcas no produto final. **CONCLUSÕES:** Identificou-se durante as exibições um consumo do público voltado para filmes de franquia, formatos *hollywoodianos* e *blockbusters*, bem como um estranhamento acerca dos curta-metragens apresentados. No produto final da oficina, observa-se o hibridismo de gêneros, representações hegemônicas das narrativas audiovisuais, precariedade técnica e improviso e visibilidade.

Palavras-chave: Cineclubismo. Oficina de sensibilização audiovisual. Exibição Itinerante.

Fonte financiadora: Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex).

VIVÊNCIA ACADÊMICA NA EXTENSÃO EM GINÁSTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Diego Reginato Cichelero¹, Diana Catani, Cristiano Padilha

¹ Acadêmico de Educação Física da Unochapecó, dgo.reginato@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O projeto de extensão Academia Escola iniciou as atividades em 2005. A ginástica (zumba) é um programa de atividades físicas dançadas orientadas por um bolsista de extensão do projeto, promovendo a qualidade de vida, e está vinculada à prática de exercícios físicos orientados por profissional formado e acadêmico da área, colaborando também para o bom desempenho do trabalho dos técnicos, professores e alunos. Desse modo, as pessoas procuram por exercícios que venham a contribuir para a promoção e prevenção da saúde, porém, nota-se que poucas pessoas persistem na atividade continuada e acabam desistindo em pouco tempo de prática. Um dos motivos que leva a desistência de alunos pode ser associado à falta de programas ou aulas que sejam agradáveis a todos os públicos. Este é o objetivo da empresa Zumba Fitness LLC trazendo algo novo no mercado fitness (BASIC STEPS LEVEL, 2013). A ginástica de academia, e dança, é uma atividade física tradicional aeróbica com movimentos de dança e coreografias que misturam uma série de ritmos latinos e internacionais e se diferencia de outras atividades aeróbicas porque a mistura de ritmos feita durante a aula provoca uma oscilação da frequência cardíaca que faz com que o aluno experimente diversos níveis de intensidade sem pausa. Isso possibilita um gasto calórico maior e mais eficiente. Segundo Mendes (1988), a dança, com a música, faz parte de nosso dia a dia: das festas de aniversário ao carnaval, são muitas as ocasiões e os pretextos para a dança no convívio social: em roda, aos pares e em grupo. **OBJETIVO:** Relatar a experiência do acadêmico adquiridas no projeto, identificando as potencialidades existentes nos diferentes aspectos da ginástica, com intuito de proporcionar um espaço para a formação acadêmica, além de melhorar a qualidade de vida do público que frequenta as aulas de ginástica. **METODOLOGIA:** As atividades do Projeto Ginástica acontecem duas vezes por semana, segunda-feira e quarta-feira, tendo uma hora de atividade. A aula começa com um breve aquecimento de 15 minutos, onde o mesmo tem três etapas: passos laterais para começar a acordar o corpo; elevação da frequência cardíaca; tonificação muscular. Após o aquecimento acontece a parte principal da aula, em um tempo de 45 minutos. As músicas usadas geralmente são latinas, para identificar a característica principal da zumba. As intensidades das músicas variam de acordo com os ritmos. Na aula de zumba podemos identificar quatro ritmos: merengue, salsa, reggaeton e cumbia, todos, exclusivamente, da Colômbia. No final da aula há um momento de relaxamento, onde o instrutor passa vários alongamentos articulados com passos de dança, para maior diversão do aluno. **RESULTADOS:** As intervenções no projeto de extensão proporcionam

Diego Reginato Cichelero, Diana Catani, Cristiano Padilha

uma vivência na prática profissional, dentro do ambiente universitário, demonstrando a relevância da aplicabilidade da teoria na prática, tanto para o crescimento profissional quanto pessoal do acadêmico. Além do conhecimento agregado, a vivência no projeto proporciona conhecimentos pessoais e profissionais. A prática da ginástica tem se tornado cada vez mais popular, pela sua beneficência e facilidade, mas visando sempre a qualidade de vida e saúde, que é o objetivo dos participantes do projeto. Os resultados são atingidos se realizados com disciplina e frequência. **CONCLUSÕES:** O projeto de extensão Academia Escola além de proporcionar experiência acadêmica dentro da Instituição, proporciona uma melhora na qualidade de vida dos funcionários, acadêmicos e comunidade externa. Considera-se de suma importância a bolsa de extensão, a prática e inserção do acadêmico no meio profissional, com a possibilidade de maiores estudos acadêmicos. É de grande importância a continuidade do projeto, para que assim siga promovendo mais qualidade de vida de forma generalizada aos profissionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), acadêmicos e demais públicos.

Palavras-chave: Saúde. Qualidade de vida. Ginástica. Projeto de Extensão Academia Escola Unochapecó.

Fonte financiadora: Unochapecó.

RECONHECIMENTO DA REALIDADE DO CENÁRIO DA PRÁTICA DO PIBID EDUCAÇÃO FÍSICA (UNOCHAPECÓ)

Eduardo Lazzaretti¹, Luana Biesdorf, Vando Milani, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

¹ Acadêmico de Educação Física da Unochapecó e bolsista do Pibid, duhcrf@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este resumo buscará apresentar a realidade de um dos cenários da prática do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), instituído e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Ministério da Educação. Saliencia a importância da leitura da realidade do contexto em que ocorre o Pibid Educação Física da Unochapecó para o desenvolvimento das ações voltadas ao reconhecimento e exercício da prática docente. O Pibid é de suma importância para a formação profissional de futuros professores pois a experiência no Pibid traz uma experiência de contato com a realidade que vai além dos estágios obrigatórios. Por mais que tenha uma experiência de estágios atuantes e supervisionados em sua formação inicial, é quando ingressam na carreira que os acadêmicos dos cursos de licenciaturas se deparam, de fato, com todas as responsabilidades de sua atuação profissional. Em projetos como o Pibid podemos perceber a articulação ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento de intervenções pedagógicas, no caso do Pibid Educação Física da Unochapecó, no Ensino Médio Inovador (EMI) na E.E.B. Tancredo Neves, Chapecó (SC). O subgrupo Pibid Educação Física é composto por dez estudantes bolsistas, um supervisor da escola, um professor colaborador e uma coordenadora de área institucional. O subprojeto Pibid Educação Física prevê a atuação no âmbito das práticas corporais, tendo como referência a proposta pedagógica da escola a partir de planejamento a ser realizado com os professores participantes. Neste sentido, conhecer a realidade da escola é importante para a implementação das ações, pois os dados influenciam as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas pelos bolsistas pibidianos. **OBJETIVO:** Identificar a realidade da escola do Pibid Educação Física em relação a sua infraestrutura, pessoas e proposta pedagógica. **METODOLOGIA:** Pesquisa descritiva com abordagem qualitativa que teve como instrumentos para a coleta de dados um questionário com questões fechadas, respondido pela equipe gestora, para levantar a estrutura física e de pessoas da escola de inserção, e análise documental (Projeto Político Pedagógico) para identificação de elementos sobre a proposta pedagógica da escola. Os dados a seguir apresentados foram analisados de forma qualitativa. **RESULTADOS:** Atualmente, a Escola de Ensino Básico Tancredo de Almeida Neves faz parte da rede pública catarinense, está localizada no bairro Efapi, na cidade de Chapecó. A escola conta com 115 funcionários, destes 29 são professores efetivos, seis professores efetivos de outras escolas e que completam sua carga horária na escola e 49 professores

Eduardo Lazzaretti, Luana Biesdorf, Vando Milani, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

em ACTs (admissão de caráter temporário). A escola também conta com um diretor e dois assessores de direção, dois assistentes técnicos e dois assistentes de educação (secretárias). Oferece ensino a partir do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental e também para o Ensino Médio, sendo que no diurno a proposta é Ensino Médio Inovador e possui aproximadamente 680 estudantes no Ensino Médio. Planejado no ano de 2011 e executado a partir de 2012, o EMI possibilita a oferta aos estudantes de primeiros, segundos e terceiros anos diurno o ensino integral, sendo que em um turno os adolescentes cursam o currículo normal e no outro contam com atividades alternativas como esportes, dança, história, matemática, visando uma formação mais ampliada. A escola possui um projeto político pedagógico construído de forma participativa com professores que atuam na escola, tendo por base a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. No que diz respeito à infraestrutura para as aulas, a escola possui uma ampla edificação e conta com ginásio multiuso, com sala anexa para o trabalho com dança, áreas verdes de contato com a natureza e em torno de setenta equipamentos multimídia entre dvds, televisores, computadores, impressoras, retroprojetores e copiadoras. **CONCLUSÕES:** Projetos como o Pibid são essenciais na formação de futuros professores, não somente da Educação Física, mas para todos os cursos de licenciatura, pois oferecem aos acadêmicos a experiência de poder conhecer seus futuros ambientes de trabalho, tendo o contato através das intervenções com alunos, criando estratégias e metodologias de ensino, dando a continuação do que se aprende com os componentes curriculares em sala de aula. Neste sentido, é fundamental conhecer a realidade da escola, pois, conteúdos, metodologias e estratégias de ensino dependem diretamente destas informações. Salientamos ainda a importância do Pibid ao oportunizar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pois, em nossos projetos, não há como não haver esta articulação. Ao mesmo tempo que precisamos elaborar projetos para as intervenções há pesquisas de práticas que já deram ou não certo, práticas que colaborem na formação acadêmica e, principalmente, práticas que interfiram no ensino dos adolescentes participantes do Ensino Médio Inovador (CEMI).

Palavras-chave: Formação acadêmica. Pibid. Educação Física.

Fonte financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Pibid.

PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A FLORA DA MATA ATLÂNTICA DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Fernanda Weinmann Oliveira¹, Camila Isabel Schmidt, Luciane Da Rosa, Ana Cristina Confortin

¹Acadêmica de Ciências Biológicas da Unochapecó, fernandaweinmann@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O projeto “Viveiro Educativo: semeando vidas” é um projeto de extensão dos cursos de Agronomia e Ciências Biológicas da Universidade Comunitária da região de Chapecó (Unochapecó) e caracteriza-se como um trabalho intervencionista de educação ambiental e divulgação científica. Tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade do bioma da Mata Atlântica do Sul do Brasil, por meio de oficinas de educação ambiental, em escolas do entorno da Universidade, no município de Chapecó (SC). Oficinas de educação ambiental nas escolas possibilitam desenvolver nos estudantes novos aprendizados e atitudes de responsabilidade e cuidado com o meio ambiente, constituindo-se numa importante ferramenta para formar indivíduos multiplicadores de ações ambientais conscientes (BATISTA; SILVA, 2013). Neste contexto, o estado de Santa Catarina está inteiramente inserido no bioma Mata Atlântica, um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade, mas, ainda, os estudantes de ensino fundamental pouco conhecem sobre a flora de seu entorno. É sabido que o conhecimento sobre a biologia das espécies vegetais é fundamental para a conservação dos remanescentes da Mata Atlântica (CAMPANILI; PROCHNOW, 2006). **OBJETIVO:** Analisar o conhecimento de estudantes do quinto ano do Ensino Fundamental sobre a flora da região oeste catarinense. **METODOLOGIA:** Este estudo faz parte do projeto de extensão “Viveiro Educativo: semeando vidas” e foi realizado em uma escola municipal de Chapecó, na região oeste do estado de Santa Catarina, durante os meses de agosto e setembro de 2015. Uma vez por semana, o projeto desenvolveu oficinas teórico-práticas, com 52 estudantes de duas turmas do quinto ano do Ensino Fundamental, abordando temáticas sobre a flora regional. A abordagem das oficinas tem como base a exposição dialogada, contemplando os momentos pedagógicos: problematização, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento (DELIZOICOV, 1991). Foram duas oficinas para tratar de conceitos sobre plantas nativas e exóticas da região oeste de Santa Catarina, sendo elas: – nativas: ipê-amarelo (*Tabebuia chrysotricha*), paineira-rosa (*Ceiba speciosa*), araucária (*Araucaria angustifolia*), pente-de-macaco (*Amphilophium crucigerum*); – exóticas: lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*), uva-do-japão (*Hovenia dulcis*) e pinheiro-americano (*Pinnus* spp.). O tempo de cada oficina foi de uma hora e trinta minutos para cada turma, e na parte teórica foram apresentados os conceitos de ocorrência, estado de conservação e importância através de slides ilustrados. Na parte prática, foram demonstradas estruturas das plantas nativas da região, supracitadas. As estruturas incluíram o fruto seco do ipê-amarelo, da paineira, da araucária e do pente-de-macaco, de modo que os estudantes pudessem tocá-las

Fernanda Weinmann Oliveira, Camila Isabel Schmidt, Luciane Da Rosa, Ana Cristina Confortin

para conhecer melhor a morfologia, textura e coloração. Ao final da oficina os estudantes responderam a um questionário com três perguntas: “1 – Você gostou de estudar sobre as plantas da região? Explique; 2 – O que lhe chamou mais a atenção sobre a flora regional?; 3 – Você conhecia alguma planta que foi apresentada na oficina? Qual? Para a análise de dados, as respostas dos estudantes foram categorizadas a fim de abranger os conceitos com categorias semelhantes em grupos únicos (MINAYO, 2010). **RESULTADOS:** Coletamos 52 questionários, totalizando 156 respostas. Todos os estudantes gostaram de estudar sobre as plantas da região oeste de Santa Catarina, sendo que 45% apontaram que conheceram novas plantas durante a oficina, como por exemplo o pente-de-macaco, 33% afirmaram que aprender sobre as plantas é muito importante para a conservação destas, como observado nas falas: “precisamos conservar as árvores porque sem elas não temos vida” e “as árvores purificam o ar que respiramos”, e 22% apontaram que as plantas têm importância para a manutenção da vida. Percebe-se nas respostas que o “conhecer trata-se de uma etapa fundamental para a conservação dos ecossistemas” (SEVEGNANI; SCHROEDER, 2013). Sobre a flora regional, para 50% dos estudantes as flores são as estruturas que mais lhes chamam a atenção nas plantas, 17% afirmam que são os frutos secos, 14% o nome das plantas, 13% a beleza das plantas e 6% a altura das árvores. Entretanto, 23% dos estudantes apontaram que conheciam o ipê-amarelo, 23% a araucária, 16% o pinheiro-americano, 13% a uva-do-japão, 10% o pente-de-macaco, 8% o lírio-do-brejo e 7% a paineira. A araucária é uma árvore facilmente identificada pelos estudantes, pois possui destaque na paisagem local devido ao seu grande porte, sendo que a sua semente, o pinhão, é bastante consumido pela comunidade. Já o ipê-amarelo é uma espécie muito utilizada na arborização urbana, por também ser nativo do bioma Mata Atlântica (CARINI; RECHETTI; BAGATINI, 2014). Os estudantes demonstraram grande interesse pelas oficinas, fazendo questionamentos e interagindo de forma positiva durante as atividades do projeto. Ficaram entusiasmados em tocar nas estruturas das plantas e refletiram sobre atitudes de conservação a partir das oficinas. **CONCLUSÕES:** As oficinas desenvolvidas pelo projeto tiveram potencial de ampliar os conhecimentos dos estudantes sobre a flora regional da Mata Atlântica do sul do Brasil. Ressalta-se a importância de ações de educação ambiental nas escolas que promovam a mudança de atitudes para a conservação da biodiversidade regional, bem como a relação de atividades práticas com o conhecimento teórico. Entende-se que o desenvolvimento deste projeto oportuniza, além da educação científica, a aproximação da Universidade com a escola e a comunidade, cumprindo com o seu papel social.

Palavras-chave: Flora regional. Educação ambiental. Conservação.

Fonte financiadora: Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Referências

BATISTA, R. P.; SILVA, J. N. Diálogos em educação ambiental no meio escolar: desafios e perspectivas. In: JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 13., 2013. **Anais...** 2013, Recife.

CAMPANILI, M.; PROCHNOW, M. **Mata Atlântica:** uma rede pela floresta. Brasília: RMA, 2006.

Fernanda Weinmann Oliveira, Camila Isabel Schmidt, Luciane Da Rosa, Ana Cristina Confortin

CARINI, S.; RECHETTI, E.; BAGATINI, K. P. Identificação de espécies nativas das florestas ombrófila mista e estacional decidual com potencial ornamental. **Unoesc & Ciência** – ACBS, Joaçaba, v. 5, n. 2, p. 165-172, jul./dez. 2014.

DELIZOICOV, D. **Conhecimento**: tensões e transições. 1991. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MINAYO, M. C. S. (Coord.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEVEGNANI, L.; SCHROEDER, E. **Biodiversidade Catarinense**: características, potencialidades, ameaças. Blumenau: Edifurb, 2013.

PROJETO TECENDO A REDE DE RECICLAGEM: O DESPERTAR PARA A ORGANIZAÇÃO EM REDE DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO OESTE DE SANTA CATARINA

Graciela Alves de Borba Novakowski¹, Carlos Eduardo Arns, Luciane Luvizon Campagnolo

¹ Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Unochapecó, assistente social e técnica de extensão na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unochapecó, gracielan@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este artigo traz as primeiras observações e reflexões da equipe executora do Projeto Tecendo Rede de Reciclagem no oeste catarinense, elaborado para chamada pública Senaes/MTE 004/2011, aprovado e ora em execução pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unochapecó. O projeto tem como objetivo fomentar a construção da rede de catadores da região oeste de Santa Catarina a partir dos territórios em construção e fortalecer as organizações e empreendimentos econômicos solidários constituídos principalmente por catadores em situação de extrema pobreza. Iniciou em dezembro de 2012 e está atingindo um universo de 19 municípios e aproximadamente 250 catadores de materiais recicláveis nessa região. A catação de materiais recicláveis trata-se de uma atividade antiga, porém, vem se expandindo ao longo dos anos, constituindo-se numa alternativa inserida no mercado de trabalho (GONÇALVES, 2004). Ser catador ou catadora de material reciclável é uma chance de trabalho e sobrevivência, principalmente para as pessoas excluídas do meio social (SILVA; LIMA, 2007). No atual cenário do sistema capitalista estão imersos os catadores de recicláveis e os conflitos entre essa categoria de profissionais, o governo e os “atravessadores” ou “sucateiros” (empresas do comércio de resíduos e sucatas), onde esses últimos exploram os catadores, especialmente os informais, no momento em que vendem seus resíduos coletados durante o dia, semana, mês de trabalho. A região oeste de Santa Catarina é composta ao todo por 118 municípios organizados em sete associações e dez secretarias de Desenvolvimento Regional. Nessa região, estima-se que existam mais de seiscentas famílias de catadores, e a maioria desenvolve suas atividades de maneira informal, poucos estão organizados em associações e/ou cooperativas. Apesar dos recentes avanços nos processos organizativos, os dados do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) revelam que a grande maioria de catadores e catadoras de materiais recicláveis ainda atua de forma individualizada e precarizada, sem nenhum tipo de suporte organizativo e vulnerável às formas de exploração do trabalho, sobretudo na comercialização dos materiais coletados. É nesse contexto de crise social e econômica da região oeste de Santa Catarina que se origina a ITCP, enquanto programa permanente de extensão da Unochapecó, com o objetivo constituir empreendimentos de economia solidária através do processo de incubação, melhorando as condições de vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo que se encontravam excluídos do mercado formal de trabalho e dos direitos básicos de cidadania. Suas ações contribuem e auxiliam na construção de alternativas de geração de trabalho, renda e organização das populações desta região, que sofrem com o desemprego, a desqualificação diante das

Graciela Alves de Borba Novakowski, Carlos Eduardo Arns, Luciane Luvizon Campagnolo

exigências do mercado de trabalho, o êxodo rural e a baixa qualidade de vida. Criada em 2003, trabalha com a incubação e assessoria a empreendimentos cuja gestão se pauta nos princípios da Economia Solidária, como cooperação, solidariedade e autogestão. **OBJETIVO:** Descrever a experiência da construção da rede de catadores da região Oeste de Santa Catarina através do projeto executado pela ITCP/Unochapecó a partir dos territórios em construção e fortalecer as organizações e empreendimento econômicos solidários constituídos principalmente por catadores de materiais recicláveis em situação de extrema pobreza. **METODOLOGIA:** O projeto está organizado e articulado a partir dos territórios, buscando constituir redes territoriais de empreendimentos e, a partir deles, uma rede regional de organizações de catadores de material reciclável do oeste de Santa Catarina. Para sua execução, o projeto buscou identificar e articular as organizações de catadores de material reciclável e as entidades e organizações que estejam prestando algum tipo de apoio. Para a execução do projeto foram pensadas três fases complementares, sendo elas: 1ª fase: Diagnóstico e estudo da realidade da cadeia produtiva na região oeste de Santa Catarina; 2ª fase: Mobilização e articulação dos atores envolvidos direta e indiretamente com a execução do projeto; 3ª fase: Construção da rede de catadores e de entidades de apoio na cadeia produtiva do material reciclável na região oeste de Santa Catarina. No processo de diagnóstico da cadeia produtiva, foi realizado um cadastro das organizações de catadores, bem como das organizações de apoio e suas ações. O estudo foi desenvolvido pelos agentes territoriais do projeto. Os agentes realizaram visitas a cada município do território que possuíam entidades de apoio, catadores e organizações de catadores. Em parceria com os municípios (contatados por telefone e agendamento prévio), buscaram realizar o cadastramento das famílias envolvidas na cadeia produtiva do material reciclável a partir das informações já disponíveis junto aos órgãos públicos locais, através das jornadas. Também foram realizadas visitas *in loco* para a conferência das informações secundárias e complementação com informações primárias coletadas a campo. Para realizar as três fases e concomitantemente ao processo de sensibilização/articulação, realizou-se um diagnóstico dos catadores. Em 19 municípios envolvendo 275 catadores. Utilizou-se de entrevista semiestruturada, cuja técnica apresenta como vantagem sua flexibilidade e a possibilidade de rápida adaptação. Nessa atividade, realizou-se também uma observação participativa no campo de trabalho e de pesquisa documental a partir de documentos fornecidos pelos municípios e entidades locais. A partir do cadastramento, o trabalho teve como foco a construção dos grupos de catadores por municípios e territórios, levando em consideração suas potencialidades e limitações. Com os grupos em processos de organização em nível local e regional, pode ser iniciada a discussão sobre a formação da rede e a integração com as demais regiões já organizadas no Estado. **CONCLUSÕES:** As considerações foram desenvolvidas em duas direções: uma na direção de confirmação de algumas características gerais marcantes da realidade vivenciada identificados através dos diagnósticos, e outra na direção da percepção de impactos do projeto na realidade regional. Com relação às características marcantes da realidade regional: Sobre o contexto: primeiramente cabe afirmar que as razões de que levaram a elaboração do projeto pela ITCP-Unochapecó se confirmaram de modo muito evidente já nesse início de desenvolvimento das ações (1ª Fase), conforme se demonstra a seguir; Sobre a percepção do problema dos resíduos sólidos: constatou-se que a compreensão sobre resíduos sólidos, tanto na grande parte da literatura encontrada sobre o tema quanto na compreensão presente no imaginário coletivo dos sujeitos envolvidos com a problemática na região, encontram-se fortemente associados às condições de áreas urbanizadas e grandes cidades, ou seja, os pequenos municípios essencialmente rurais (caso da maioria dos municípios do oeste catarinense) tem dificuldade de reconhecer e visualizar a dimensão do problema dos resíduos sólidos e seus impactos em nível

Graciela Alves de Borba Novakowski, Carlos Eduardo Arns, Luciane Luvizon Campagnolo

local e/ou para além. Isso pode contribuir para explicação do uso da medida simples de terceirização da coleta e tratamento dos resíduos locais adotadas pelos gestores locais em sua grande maioria. Sobre os catadores: nos primeiros contatos com os municípios e com as organizações de catadores, confirmou-se o isolamento dos catadores em seus municípios e das suas poucas organizações na região. Observou-se também a falta de conhecimento uns dos outros e a falta de informação sobre políticas públicas de apoio e desconhecimento dos catadores da Lei PNRS 12.305/2010 e, portanto, dos direitos e potencialidades existentes e, por outro lado, das responsabilidades e exigências agora estabelecidas a eles, bem como aos demais segmentos envolvidos no Projeto Tecendo Rede de Reciclagem, na cadeia produtiva. A PNRS está voltada àqueles que vivem da catação de resíduos sólidos, garantindo financiamento aos municípios que executarem o serviço de coleta seletiva junto às cooperativas de catadores de materiais recicláveis, objetivando a inclusão social desses trabalhadores (PEREIRA, 2011). Sobre a organização dos catadores: ainda são poucas as organizações de catadores na região, e cada uma possui um pequeno número de associados. As organizações formalizadas (Estatuto e Ata de fundação Registrada, regimento interno de funcionamento etc.), encontram-se em sua maioria desatualizados e em condições irregulares, pois as trocas de direção não foram regularizadas, encontram-se sem os registros contábeis atualizados, dentre outras irregularidades. Ficou perceptível a falta de compreensão do significado e da organização em rede, de seu potencial para a melhoria das condições de inserção dos catadores na organização e funcionamento da cadeia produtiva na região oeste de Santa Catarina; Quanto aos gestores públicos: percebeu-se um significativo desconhecimento por parte dos gestores, tanto em nível de executivo quanto do legislativo, sobre a realidade dos catadores, da cadeia produtiva e da nova ambiência institucional em construção no país e seus reflexos e responsabilidades locais, em relação ao material reciclável, pois, no início da execução das atividades de campo do projeto (março/2013), nenhum dos municípios contados já possuía o seu plano de gestão dos resíduos sólidos. Na maioria dos municípios, estão envolvidos principalmente a Secretaria da Assistência Social e mais especificamente alguém de algum Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que está dialogando com alguns catadores no desenvolvimento de alguma política de assistência social; a Secretaria da Agricultura e/ou Meio Ambiente, que trata da coleta dos resíduos sólidos; ou, ainda, a Secretaria de Serviços Urbanos/Obras. As pessoas contratadas pela equipe estão envolvidas pela condição concreta das políticas na qual atua o CRAS. A realidade encontrada demonstrou que os gestores públicos estavam relativamente preocupados com o prazo final de elaboração da sua política local, pelo risco de perderem o acesso a recursos públicos federais, mas sem a compreensão e importância do envolvimento dos catadores no processo. Sobre os Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos (PMGRS): A atitude da grande maioria dos gestores públicos locais foi realizar a contratação de empresa privada especializada para a elaboração do plano municipal em curto espaço de tempo e sem seguir minimamente as recomendações da política nacional e das proposições do guia elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sobre a participação dos catadores: a maioria dos municípios envolvidos diretamente com o projeto e dos demais municípios abrangidos indiretamente a partir do recorte territorial adotado não apresentava iniciativas e ações concretas de envolvimento dos catadores na discussão e resolução do problema dos resíduos sólidos locais, nem na construção dos PMGRS estudados até o presente momento.

Palavras-chave: Catador. Rede. Economia Solidária.

Fonte financiadora: Vinculado à Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Graciela Alves de Borba Novakowski, Carlos Eduardo Arns, Luciane Luvizon Campagnolo

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Edital de Chamada Pública SENAES/MTE n. 004/2011**. Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação Atuantes com Resíduos Sólidos Constituídas por Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. MTE/SENAES, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2011.

GONÇALVES, Sérgio Arouca. **Catadores de materiais recicláveis**: Tajetória de vida, trabalho e saúde. 96 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, D. B.; LIMA, S. C. Catadores de materiais recicláveis em Uberlândia – MG, Brasil: Estudo e recenseamento. **Caminhos de Geografia**, v. 8, n. 21, jun. 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 7404 de 23 de dezembro de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm>. Acesso em: 4 maio 2013.

PEREIRA, T. C. G. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Nova regulamentação para um velho problema. **Direito e Justiça**: reflexões sociojurídicas, v. 11, n. 17, 2011. Disponível em: <http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/719>. Acesso em: 24 maio 2013.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UMA PERSPECTIVA POSSÍVEL PARA OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC

Idinéia Weiss¹, Franciele Castanho

¹ Acadêmica de Serviço Social da Unochapecó, edi.weissneia@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) na Unochapecó é um programa permanente de extensão que objetiva a incubagem e acompanhamento de empreendimentos de Economia Solidária (Ecosol), visando a geração de trabalho e renda de forma autogestionária, cooperativa e democrática de grupos socialmente excluídos ou em situação de vulnerabilidade social, buscando contribuir para a construção da cidadania, a partir da organização para o trabalho e gradativa autonomia e independência dos empreendimentos através do desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento da Economia Solidária, buscando a articulação do ensino, pesquisa e extensão na Universidade (ITCP, 2009). A Economia Solidária é uma forma diferenciada de trabalho com o objetivo de desenvolvimento comunitário humanizado, com um olhar a estes indivíduos para uma nova forma de inclusão social onde se busca a prática autogestionária, cooperativa e democrática em que os envolvidos produzem, vendem e trocam em um movimento coletivo de modo que ninguém tira vantagem sobre o outro, se preocupando com as questões sociais e ambientais (MTE; SENAES; FBES, 2007). **OBJETIVO:** Compreender as possibilidades de promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de catadores de materiais recicláveis assessorados pela ITCP no município de Chapecó, no oeste catarinense. **METODOLOGIA:** Utilizou-se como estratégia metodológica para a realização deste estudo, a observação e a análise documental. Deste modo, vale destacar que a observação é uma das principais técnicas da avaliação e é um processo contínuo, pois compreende o olhar atento ao sujeito, tornando mensurável o comportamento que se expõe por parte do observado, possibilitando assim, a formulação de hipóteses sobre o mesmo (CUNHA, 1986). Ao que se refere à pesquisa documental, Marconi (2002) afirma que é a fonte de coleta de dados restrita a documentos, e para iniciar um estudo com tais, se faz necessária uma definição clara dos objetivos, para que se possa escolher que tipo de documentação mais se adequa às finalidades. Laville e Dionne (1999) colocam que a informação constitui a base de um trabalho de pesquisa, e uma importante fonte de informações são os documentos. Os autores trazem também, que um documento é muito mais que um pedaço de papel, é uma rica fonte de dados já existente, poupando assim demais esforços do pesquisador. Para isso, realizou-se a leitura e posterior análise dos dados das sistematizações de intervenções realizadas pela ITCP Unochapecó, junto aos catadores de duas associações do município de Chapecó, sendo elas, Associação de Recicladores Raios de Luz (Amarluz) e Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Vida Nova (Asmavi), localizadas

Idinéia Weiss, Franciele Castanho

no bairro São Pedro do respectivo município, no período de janeiro a agosto do ano de 2015. Para analisar os dados, utilizou-se a análise de conteúdo em que reúne um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42). Considerando que esses EES atuam dentro dos princípios do cooperativismo, sendo eles relacionados à Ecosol, os quais preconizam a participação dos indivíduos por livre vontade e portas abertas aceitando ao grupo àqueles que desejam participar. Ainda, a forma de gestão na Economia Solidária é democrática, realizada pelo conjunto dos cooperados de forma igualitária e participativa. Além disso, a Economia Solidária favorece as inter-relações de maneira não discriminatória e garantindo o respeito e a solidariedade. Para isso, se faz necessário que o grupo participe de formações continuadas a fim de, instrumentalizar-se de teorias e técnicas que favoreçam a cooperação e o protagonismo social (EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS, 2009). Dessa forma, pode-se considerar que a “[...] solidariedade na economia repousa em um projeto econômico, político e social ao mesmo tempo em que conduz a uma nova maneira de fazer política e de estabelecer as relações humanas baseadas no consenso e na forma de agir do cidadão.” (EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS, 2010, p. 10). Acredita-se que os empreendimentos solidários são estratégias que desempenham um importante papel de apoio à autonomia e reeducação dos trabalhadores, visando uma transformação gradual da economia para formas alternativas de consumo não capitalistas. O trabalho desenvolvido pela ITCP nestes empreendimentos tem possibilitado a articulação do ensino, da pesquisa e extensão. **RESULTADOS:** Sabe-se que as condições de trabalho muitas vezes podem trazer adoecimento e sofrimento ao sujeito, deste modo, é de suma importância pensar a saúde do trabalhador numa perspectiva de ações voltadas às práticas solidárias, que visa a Promoção da Saúde. A saúde pode ser definida como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo (OMS, 2007), traz um novo enfoque e uma ampliação do conceito de saúde, como já dito anteriormente. Essa nova forma de pensar a saúde é oportuna e necessária para o momento atual, pois vários trabalhos sugerem que fatores específicos de estilo de vida explicam parcialmente as doenças (CASTANHO; TREMEA, 2010). A partir disto entendemos que os EES trazem junto de si possibilidades para a promoção de saúde dos trabalhadores, pois visam igualdade, propriedade coletiva, liberdade individual, autogestão e um saber coletivo. A relação com o objeto produzido torna-se afetiva diminuindo o estranhamento, ou melhor, reduz o afastamento do homem de sua essência humana. Sendo assim, os catadores de materiais recicláveis, historicamente vêm sendo colocados à margem da sociedade e em situação de vulnerabilidade social, a fim de superar estas condições se engajaram em lutas e movimentos sociais que buscavam a dignidade para o trabalho, o reconhecimento da identidade profissional e acesso integral aos direitos. No ano de 2010, com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei 12.305/10, que prevê a garantia dos direitos e a promoção da qualidade de vida no trabalho dos catadores, pode-se observar que nos dias atuais há um compartilhamento de responsabilidades e deveres entre as três esferas de governo e as empresas, deste modo, percebe-se que o catador assume uma nova posição em que passa a ser um sujeito de direitos. Ainda, importante fato para reconhecimento da profissão catador de material reciclável, foi o reconhecimento pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), valorizando e garantindo a igualdade social desta categoria (BRASIL, 2010). No município de Chapecó há cerca de 420 catadores de materiais de reciclagem, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de

Idinéia Weiss, Franciele Castanho

Resíduos Sólidos (PGIRS), sendo que há algumas associações legalmente formalizadas que são assessoradas pela ITCP, entre elas estão a Amarluz e a Asmavi. As famílias destas Associações de Chapecó foram realocadas do antigo “lixão” municipal, quando o mesmo foi interdito. Apesar de elas passarem a residir no meio urbano, não abandonam o trabalho junto à reciclagem, pois conseguem através desta profissão e trabalho sustentar suas famílias, ou seja, possuem identidade enquanto catadores. Até o ano de 2010 realizavam a coleta porta a porta nas residências e comercializavam de forma coletiva. Mas, após o envolvimento e a participação em movimentos sociais e com reivindicações coletivas recebem a coleta seletiva realizada pela empresa terceirizada contratada pelo município, as cargas são entregues diariamente nos galpões. Mesmo com a aprovação da Lei 12.305 de 2010, os catadores organizados em Chapecó (SC), ainda encontram algumas dificuldades em exercer sua profissão de forma coletiva e autogestionária. A ITCP contribui para os processos de autonomia e autogestão destas associações através de oficinas, seminários e intervenções que objetivam a garantia dos direitos, promoção da qualidade de vida e participação social destes sujeitos. Percebe-se que as ações realizadas pela ITCP buscaram discutir os objetivos e princípios da Economia Solidária, visando o melhor entendimento da qualidade de seu trabalho, onde todos interagem da mesma forma, com direitos e deveres, diferenciando-se assim do mercado de trabalho capitalista. Tais princípios e conceitos foram trabalhados dentro de cada empreendimento, com uma perspectiva de apoio e repasse da informação referente à importância da autogestão, bem como, a relevância do papel de cada sujeito dentro do empreendimento, em especial, o exercício da liderança que promova a democracia, participação e relações interpessoais adequadas entre os associados. Ainda, através da multidisciplinaridade, observa-se que foram realizadas intervenções que objetivavam orientar os catadores sobre a segurança do trabalho e a importância dos usos de Equipamento de Proteção Individual (EPIs), pois, os relatos de contato com materiais perfuro cortantes e contaminados são frequentes, percebeu-se então que o risco é constante, sendo relevante discutir tais questões promovendo a reflexão e sensibilização ao uso de EPIs para garantir a segurança no trabalho dos catadores. Também identificou-se que foram trabalhadas temáticas referentes à saúde do homem e da mulher, a fim de possibilitar orientações de cuidado à saúde, em especial, visando a prevenção de doenças relacionadas ao trabalho como catador. Por fim, garantiu-se através destas ações junto aos catadores o fortalecimento dos vínculos entre ITCP e os catadores, além da autonomia e participação social destes sujeitos. **CONCLUSÕES:** Durante todo o processo de incubação junto aos EES – Amarluz e Asmavi – percebe-se que os catadores de materiais recicláveis necessitam de intervenções que favoreçam seu exercício profissional, bem como, promovam seu protagonismo através da garantia pelos seus direitos como trabalhadores e como cidadão. Acredita-se deste modo que, a melhoria na qualidade de vida, em especial, no trabalho, reflete de maneira significativa nos demais âmbitos de suas vidas e de suas famílias, bem como, possibilita que estes sujeitos sintam-se parte de um coletivo e a partir disso, busquem ativamente inserir-se em espaços de participação social e discussão para implementações de ações que fortaleçam esta categoria.

Fonte financiadora: Unochapecó.

BRINQUEDOTECA NA UNIVERSIDADE

Jiovana Grapilha¹, Silvia Maria Alves de Almeida

¹ Acadêmica de Pedagogia da Unochapecó, jiovana.grapilha@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A Brinquedoteca na universidade caracteriza-se como um espaço em que o brincar está presente sob todas as formas, seja com estudantes de graduação, crianças e ou comunidade que dela façam parte. Nesse sentido, entendemos que o brincar é o objeto de intervenção da Brinquedoteca. Enquanto projeto de extensão, desenvolve suas atividades desde 2008, e em 2015 vincula-se junto com o projeto Pedagogia na Rua, ao programa Experiências do Brincar. O projeto foi criado sob o viés ensino, pesquisa e extensão, também entendido como um laboratório para estudantes e professores do curso de Pedagogia e demais cursos de graduação que se aproximam de sua proposta, e está em processo de constituição e revisão permanentemente quanto a efetivação de seus objetivos e propostas. **OBJETIVO:** Possibilitar um espaço lúdico e educativo, incentivando a brincadeira como forma de construção e desenvolvimento da imaginação, criação, fantasia e das relações interpessoais no grupo; estudar a brincadeira e o brinquedo enquanto formas de expressão e produção cultural da comunidade, como forma de valorização da cultura; propor a comunidade regional espaços de trocas de experiências e estudos, contribuindo na formação de profissionais e estudantes de graduação e pós graduação sobre o brincar enquanto elemento cultural; possibilitar a integração entre as práticas de ensino, pesquisa e extensão, através do movimento, teoria e prática, fazendo interlocução com a comunidade local, regional, graduação e pós graduação; propor situações lúdicas significativas que envolvam os sujeitos e o grupo na construção de relações de convivência, de socialização, de autoconfiança, de cidadania, considerando o contexto das comunidades; incentivar a brincadeira livre e o desenvolvimento integral das crianças. **METODOLOGIA:** O público do projeto de extensão são as crianças na faixa etária de três a dez anos, das escolas da rede estadual e municipal de Chapecó e região, bem como as instituições de educação infantil. O atendimento às escolas, as comunidades e demais sujeitos envolvidos com o projeto ocorre nas terças e quintas-feiras; para as crianças da comunidade do entorno, nas quartas-feiras e nas segundas e sextas-feiras realizamos o planejamento, organização e conservação do espaço. As atividades desenvolvidas preveem a contação de histórias, música, jogos, produção de brinquedos, brincadeiras livres e dirigidas. Outras ações que fazem parte do projeto são: o Cinebrinquê, que envolve o cinema e a brincadeira ou produção de um brinquedo; o Hospital do Brinquedo, que visa a restauração de brinquedos e produção, reelaboração de brincadeiras, e seu público varia, de crianças, estudantes e voluntárias. Desenvolve-se, ainda, no projeto as ações “Amigo do livro” e “Brincando em Casa”, nas quais a criança escolhe um livro e

Jiovana Grapilha, Sílvia Maria Alves de Almeida

um brinquedo e leva-os para casa, junto das famílias, para vivenciarem a história e o brincar. **RESULTADOS:** Quanto aos resultados do projeto para a comunidade externa e acadêmica, percebemos que ao entrar para o espaço da brinquedoteca e participar das ações, tanto crianças quanto adultos conseguem vivenciar situações que envolvem a imaginação, fantasia, faz de conta, resignificando suas relações com as questões que envolvem o cotidiano. As crianças demonstram interesse e prazer em fazer parte das propostas pensadas para elas, pois veem sentido no fazer, participam das decisões e envolvem-se com o brincar. Quanto aos estudantes, percebemos que há uma aproximação entre o ensino, a pesquisa e a extensão no sentido de que conseguem levar para a comunidade o que aprendem no curso, também resignificando conceitos, práticas e teorias que envolvem a criança, o ensino e o brincar. **CONCLUSÕES:** Entendemos que a Brinquedoteca não representa somente um espaço com brinquedos, ela tem como objetivo consolidar-se como espaço lúdico e educativo, criando alternativas de compreensão do mundo. Portanto, a relação entre a extensão, o ensino e a pesquisa nos cursos de graduação e pós-graduação, define-se como princípio fundamental na universidade para a construção e socialização do conhecimento produzido, a partir de suas propostas e ações. As descobertas não se deram e não se dão ao acaso, exigem trabalho, investigação e pesquisa. Logo, o espaço da brinquedoteca deve possibilitar à criança o desenvolvimento da oralidade, a livre expressão das suas manifestações de medo, dúvida e alegria. Nesse sentido, o brinquedo pode ser um importante instrumento de mediação entre os sujeitos e o mundo, pois possibilita que se realize experiências, promova novas relações e o conhecimento entre si e o mundo.

Palavras-chave: Brincar. Imaginação. Ensino, pesquisa e extensão.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex).

A LUDICIDADE NO ESPAÇO HOSPITALAR

Joana Graeff Ferreira de Deus¹, Magnon Patrick Calonego,
Carla dos Reis Rezer, Jaqueline Renni Loss, Daiane Moreto

¹ Acadêmica de Educação Física da Unochapecó e bolsista do programa Sorriso para a Vida, joanagfd@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O programa “Sorriso para a Vida” foi criado em 2001 por acadêmicas do curso de Educação Física da Unochapecó, durante a realização do componente curricular de Recreação e Lazer II, com o intuito de atender as crianças em tratamento oncológico e da área de pediatria do Hospital Regional do Oeste (HRO) e mais tarde no Hospital da Criança (HCÇ) com a pediatria. O programa “Sorriso”, como é conhecido nesta universidade, tem como linha de atuação promover ações voltadas para o planejamento e avaliação de processos de atenção e promoção à saúde de crianças e adolescentes hospitalizados, aos diferentes períodos que compõe a infância de zero a 12 anos e a adolescência dos 12 aos 18 anos, acolhendo não só as crianças em tratamento como também os familiares que os acompanham durante período de internação. O mesmo conta com a participação de acadêmicos bolsistas/estudantes da Unochapecó, sendo estes de diversos cursos da Área de Ciências da Saúde, como: Educação Física, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Enfermagem, e da Área de Ciências Humanas e Jurídicas com o curso de Psicologia. Dentro do projeto “Sorriso”, a Educação Física se insere através do Projeto Brincar, onde há a construção de espaços para discussões sobre a hospitalização infantil, desse modo, as atividades propostas seguem os quatro blocos de conhecimentos da Educação Física, quais sejam: conhecimento e controle corporal; atividades rítmicas e expressivas, ginástica e jogos. As atividades, com crianças, são realizadas durante os atendimentos na Brinquedoteca Hospitalar e/ou nos leitos tanto no HRO quanto no HCÇ. As mesmas são planejadas a partir da ludicidade procurando desenvolver aspectos cognitivos, motores, sociais etc. Dentre essas, podemos destacar a coordenação fina, no manuseio de massinha de modelar, no encaixar as peças do quebra cabeça, no desenhar histórias que são contadas, estimulando o raciocínio, imaginação, memória. Em praticamente todos esses jogos tem-se a presença da formação e desenvolvimento humanista das crianças e adolescentes, a partir do ato de brincar e jogar. A hospitalização é uma situação que pode provocar uma grande sensação de abandono e desespero, estresse, infelicidade, pois dentro das normas do hospital permitem apenas um acompanhante, sendo que para os visitantes são pequenos e limitados os horários. A criança suporta a dor da separação da família, dos brinquedos, amigos de sua vida social, tornando-se assim uma experiência traumática para a mesma. As crianças têm que suportar, na maior parte das vezes, certas limitações, devido à própria situação de enfermidade e também devido à falta de espaço físico, este, normalmente limitado podendo as deixar tristonhas e, assim, podendo contribuir para aumentar o sofrimento físico e psíquico, a hospitalização, além

Joana Graeff Ferreira de Deus, Magnon Patrick Calonego, Carla dos Reis Rezer, Jaqueline Renni Loss, Daiane Moreto

de afastar a criança de sua vida cotidiana, promove um confronto com a dor, com a limitação física e com a passividade, podendo despertar sentimento de culpa, punição e medo da morte, alguns profissionais mencionaram que o hospital limita o espaço da criança e que a sua possibilidade de brincar torna-se restrita, além de ter que submeter-se às normas do hospital, o brincar pode ser visto como um recurso capaz de fortalecer relações e estreitar o contato humano entre o profissional de saúde e o usuário. Nesse meio, o brincar se insere como uma forma de transformar o ambiente, auxiliando a criança na melhora de sua saúde, o brincar permite à criança a melhor forma para ela conhecer o ambiente, aprender, movimentar-se, ser independente, desenvolver o físico, a mente, a autoestima, afetividade e criatividade, nesse sentido as atividades lúdicas como o contar histórias, desenho livre, a utilização das massinhas de modelar auxiliam a criança com a assimilação da realidade interna e externa, facilitando o desenvolvimento das estratégias diante ao enfrentamento da doença e, conseqüentemente, a internação hospitalar. A ludicidade tem grande importância para o desenvolvimento, estimulando assim a criatividade, imaginação, jogo e a brincadeira, incluindo atividades prazerosas, “[...] o lúdico nos remete ao jogo, ao brinquedo e a brincadeira. O jogo de criar e recriar a vida, o jogo como possibilidade de desvelamento do humano no humano.” Quando brinca, a criança delimita o espaço e o tempo da brincadeira, num jogo simbólico ordenado que possibilita uma certa organização do caos que a experiência de hospitalização representa. O lúdico passa a ser visto como uma possibilidade de se ganhar ou construir algo positivo num momento de perdas. Assimilar e compreender os diferentes aspectos da doença e da hospitalização é importante para a criança e sua mãe e ou acompanhante, sendo a atividade lúdica um espaço privilegiado para a expressão das peculiaridades do processo individual de adoecimento e hospitalização. A ludicidade, a brincadeira é importante para a formação da identidade da criança, elas mergulham em um mundo onde é só deles, onde são os próprios protagonistas de sua história, possibilitando a expressividade, o autoconhecimento, exploração do mundo, entendimento de situações vividas e um meio seguro para a expressão da angústia, medo e sensação de desamparo caracterizados pelas experiências hospitalares. Contudo, o sofrimento causado pela hospitalização pode ser amenizado pelo fornecimento e inclusão de certas condições com a presença de familiares e disponibilidade afetiva dos trabalhadores da saúde, como enfermeiras, médicos, educadores físicos, fisioterapeutas, nutricionistas e dentre outros, levando aos pacientes informações, atividades recreativas e atividades lúdicas. **OBJETIVO:** Promover a (re)significação dos espaços e dos sujeitos do processo saúde-doença e em vulnerabilidade e risco social, numa perspectiva interdisciplinar e multiprofissional, por intermédio de ações lúdicas e educativas de promoção à saúde. **METODOLOGIA:** As metodologias utilizadas e sistematizadas neste programa baseiam-se em perspectiva dialética, sendo assim, a realidade dos cenários de prática e as condições técnicas e humanas de cada projeto são o ponto de partida para ações assim como o ponto de chegada de forma renovada. Nesse sentido, as metodologias ativas e problematizadas permeiam a implementação das atividades buscando a afirmação de valores e intencionalidades políticas e pedagógicas que fazem parte desse projeto. **RESULTADOS:** Com base nestas considerações e na concepção da doença como um fenômeno que afeta a criança nas suas dimensões corporal, afetiva, cognitiva e social, justifica-se a necessidade de priorizar, neste projeto de extensão, atividades voltadas para o atendimento de crianças hospitalizadas, na perspectiva de oferecer uma forma de apoio social sistematizado através da atividade lúdica, garantindo assim o direito infantil de experimentar momentos de descontração e alegria essenciais ao processo de recuperação da saúde. Ao nos dirigir ao quarto para brincar com as crianças, perceberemos o quão

Joana Graeff Ferreira de Deus, Magnon Patrick Calonego, Carla dos Reis Rezer, Jaqueline Renni Loss, Daiane Moreto

doloroso para a criança a etapa do adoecimento até a hospitalização. Esta hospitalização, para as crianças, é muito mais dolorosa, pois ela está sendo tirada de sua casa e levada para um lugar totalmente diferente, onde a mesma não conhece nada e ninguém, isso pode gerar algumas mudanças como: a criança ficar insegura e dependente dos pais. O atendimento no Hospital Regional do Oeste muitas vezes é individual, às vezes há só uma criança hospitalizada, e quando há mais estão internadas nos quartos, juntas e com os seus acompanhantes, já no Hospital da Criança o atendimento acontece na Brinquedoteca, com uma ou mais crianças. Nos hospitais, durante os atendimentos, as atividades acontecem com a realização de atividades lúdicas, como a contação de histórias, atividades com balões modelando animais, joguinhos de memória, quebra-cabeça, massinha de modelar, conhecendo o corpo humano através de atividades e livros, pinturas, entre outros, o lúdico busca conhecer os aspectos mais importantes da relevância do brincar no desenvolvimento e no contexto de hospitalização, cabe ao adulto encontrar a melhor maneira de proporcionar momentos lúdicos ao paciente hospitalizado, de acordo com as suas peculiaridades. Uma dessas maneiras é a de utilizar o brincar como uma ferramenta na recuperação do paciente. Alguns dos atendimentos às crianças acontecem mais de uma vez, por conta das mesmas passarem mais tempo internadas, assim, as atividades realizadas nunca são repetidas, sempre há aliança com o que eles gostam com atividades diferentes, devido ao estado do paciente muitas vezes as atividades são adaptadas, procuramos sempre incluir a mãe ou o acompanhante nas atividades realizadas. A reação das crianças ao nos verem é de desconfiança, mas através da conversa inicial, onde perguntamos sobre o que eles gostam de brincar e fazer, sempre respeitando as limitações, percebe-se que a criança começa a gostar da ideia de, mesmo estar doente, brincar e se entregam ao ato lúdico esquecendo de sua enfermidade. Podemos perceber que a Brinquedoteca é um espaço muito importante e essencial para as crianças hospitalizadas, sendo um lugar de descontração, relaxamento e aprendizado. Esse espaço é destinado a elas, trazendo uma melhora muito mais rápida e eficaz. **CONCLUSÕES:** A hospitalização na infância gera uma experiência potencialmente traumática, pois, ela afasta a criança de sua vida cotidiana, do ambiente familiar por certo período de tempo, promovendo um confronto com a dor, à limitação física e a passividade. O programa busca conhecer o que está se passando em cada criança hospitalizada, ou seja, saber como está, principalmente, o lado emocional, a partir de brincadeiras e jogos; para que eu possa intervir de uma forma lúdica animando os mesmos, para que se esqueçam de suas enfermidades e entreguem-se ao brincar e ao jogo. Estar atuando no contexto hospitalar como bolsistas de extensão contribui de forma significativa para o nosso processo de formação inicial, pois estamos diretamente em contato com a realidade propriamente dita, esse contato nos proporciona tomada de decisões que futuramente no campo de atuação fará a diferença. Ao ampliar nosso olhar sobre essa perspectiva, identificamos que a brincadeira faz com que as crianças e adolescentes se esqueçam de que estão internados, que estão doentes e precisam enfrentar e superar essa fase de maneira mais sadia e divertida, evitando que ocorram traumas por estar em um ambiente hospitalar.

Palavras-chave: Criança hospitalizada. Brincar. Ludicidade.

Fonte financiadora: Unochapecó Institucional; Fapex; Pró-Saúde.

PROJETO ACADEMIA ESCOLA UNOCHAPECÓ: RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Jordana da Cunha¹, Emelly Borges, Karine Campos,
Vinicius Cibulski, Diana Catani, Cristiano Padilha

¹ Acadêmica de Educação Física da Unochapecó, jordana.pzo@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O projeto Academia Escola Unochapecó tem como fim promover a qualidade de vida, promoção da saúde dos funcionários, acadêmicos e comunidade externa através da prática de exercícios e atividades físicas orientadas e supervisionadas pelos estudantes e profissionais qualificados participantes do projeto. O projeto de extensão Academia Escola Unochapecó realiza suas ações em consonância com a missão desta instituição, pois visa produzir novos conhecimentos visando à formação profissional cidadã e ética dos estudantes participantes deste projeto. Ao oferecer espaço para articulação entre a teoria e a prática, os estudantes participam e constroem um movimento que favorece a produção científica, visualizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a qual qualifica formação acadêmica. Esta formação qualificada retorna à comunidade por meio de uma intervenção profissional responsável e ética. **OBJETIVO:** Apresentar as experiências vivenciadas e a importância deste na formação qualificada dos estudantes/bolsistas através do ensino-aprendizagem na aproximação dos estudantes do curso de Educação Física com a comunidade em geral. **METODOLOGIA:** O projeto Academia Escola Unochapecó iniciou as atividades em 2005, onde estas ocorrem no Ginásio da Unochapecó, que conta com estrutura física e equipamentos de qualidade, proporcionando assim espaço e tempo ao planejamento, controle e orientação de exercícios e atividades físicas à promoção da qualidade de vida e saúde dos participantes, além de proporcionar aos estudantes/bolsistas uma aproximação das vivências teóricas e práticas, acompanhamento na execução dos treinos e auxílio na montagem de treinos. As atividades do projeto acontecem diariamente em todos os meses do ano (fevereiro a dezembro), onde os estudantes/bolsistas possuem a opção de fazer dez ou vinte horas semanais, as quais envolvem atuações na academia, sendo duas e quatro horas semanais voltadas a estudos, para entendimento da realidade social e interação do ensino, pesquisa e extensão. Proporcionando qualidade de vida ao público que frequenta a academia, o projeto oferece conhecimento científico, estrutura física e equipamentos para o desenvolvimento das atividades. Fazem parte do grupo, além dos estudantes/bolsistas, docentes do curso de Educação Física e técnicos de Educação Física, onde estes têm como função propor atividades que são planejadas e discutidas em reuniões pedagógicas sistemáticas, neste momento são feitas articulações do conhecimento técnico, científico e cultural adquirido no processo de formação inicial. O projeto condiciona à ação e reflexão em reuniões pedagógicas sistemáticas, reconhecendo seu papel como parte do grupo para melhorias na qualidade de vida e saúde. As atividades têm como eixo de trabalho a conscientização da importância da

Jordana da Cunha, Emelly Borges, Karine Campos, Vinicius Cibulski, Diana Catani, Cristiano Padilha

qualidade de vida e saúde, ampliadas pelas práticas de exercícios físicos e atividades físicas na minimização de risco e enfrentamento de danos à saúde dos usuários do projeto. As atividades são realizadas em espaço e com equipamentos especializados para práticas corporais de bases em treinamento de força, tais práticas buscam desenvolver os usuários não apenas no âmbito biológico, mas no contexto social e educativo para a saúde. Segundo ACMS (2009 apud Santarem, 2012), a atividade física é o fator ambiental mais importante para estimular a saúde geral das pessoas, diminuindo a ocorrência de mortes por todas as causas. Nahas (2013) menciona que a atividade física tem grande ligação à saúde e de vida dos indivíduos em todas as faixas etárias, mas que, sobretudo, é ainda mais importante na meia-idade e velhice, pois são nessas faixas etárias que muitas pessoas tornam-se ainda mais inativos, o que se resulta na perda considerável no tempo de vida que poderiam alcançar. Através das diversas metodologias de treinamento e participação das ações e construções dos conhecimentos dos envolvidos no treinamento, buscamos aplicar o conhecimento científico para segurança, qualidade e bem-estar dos praticantes dos diversos tipos de treinamento no projeto Academia Escola Unochapecó. **RESULTADOS:** A intervenção no projeto de extensão é uma experiência única na formação acadêmica, pois proporciona aos estudantes/bolsistas um conhecimento teórico-prático investigativo, tornando o estudante preparado para discussões, exposições de ideias e atividades do futuro profissional, bem como as exigências que a sociedade impõe sobre o profissional de Educação Física. Entendemos o papel do profissional da Educação Física na orientação, conscientização sobre a prática da atividade física na promoção da qualidade de vida e saúde. O projeto Academia Escola Unochapecó proporciona aos estudantes/bolsistas espaço e tempo para interação com a realidade social e integração do conhecimento científico aprofundado no condicionamento físico e psíquico no qual a realidade da profissão é estudada e trabalhada diariamente no exercer da função, contribuindo então na formação profissional e cidadã. **CONCLUSÕES:** O projeto de extensão Academia Escola Unochapecó proporciona além da experiência em uma nova especificidade, carrega consigo a importância da inserção da atividade profissional dentro da graduação e o crescimento pessoal. A oportunidade que a bolsa de extensão oferece aos estudantes da instituição possibilita a criação de maiores estudos acadêmicos, pesquisas e diferentes abordagens. Portanto, vale ressaltar a importância da adesão do projeto, para que assim, além do benefício para o acadêmico, os participantes do projeto também se beneficiem com os exercícios e atividades propostas, já que proporcionam melhora da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar deste público. Sendo assim, é de grande importância a continuidade do projeto, para que abranja mais colaboradores, acadêmicos e comunidade e proporcione uma maior proximidade do bolsista ao seu futuro mercado de trabalho.

Palavras-chave: Saúde. Qualidade de vida. Musculação.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES EM DIABETES: MAPAS DE CONVERSAÇÃO E EXAME CLÍNICO DOS PÉS

Júlia Scaravelli Mario¹, Marília Klein Reis, Mari Cassol Ferreira, Ana Kull Paini, Debora de Cesaro, Jéssica Elisa Riviera, Joana Figueiredo, Larissa Giordani Tozzi, Larry Rodrigues de Campos Junior, Lucas Theodorovitz Prust, Samira da Silva Pinto

¹ Acadêmica de Medicina da UnoChapecó, juliasm@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O diabetes *mellitus* (DM) é uma desordem metabólica crônica que acomete mais de 26 milhões de pessoas na América Central e do Sul (BRASIL, 2013). Os pacientes portadores de diabetes têm risco elevado de desenvolver neuropatia e vasculopatia periféricas, acometimentos osteoarticulares, e processos infecciosos nos membros inferiores; assim como nefropatia, retinopatia, entre outras (AMERICAN DIABETES ASSOCIATION, 2010). Lesões no pé estão entre as complicações mais graves e custosas do diabetes *mellitus*, aproximadamente 20-25% dos pacientes diabéticos apresentarão ulceração nos membros inferiores em algum momento da vida (PARISI, 2011). A educação em saúde é uma ferramenta importante e impactante tanto para os profissionais educadores envolvidos quanto para os indivíduos-alvo; é um processo de ensino e aprendizado que aborda a promoção em saúde e a prevenção de injúrias. Ela se mostra eficiente em prevenção e tratamento de doenças crônicas como o diabetes, pois não somente faz com que os indivíduos mudem seus hábitos, mas promove conscientização dos indivíduos quanto essa mudança de estilo de vida e autocuidado, reduz a barreira entre o diabético e sua rede de apoio, melhora a qualidade de vida, os resultados clínicos e previne as complicações. Estudos têm demonstrado que programas abrangentes para cuidados com os pés, incluindo educação terapêutica, exame regular dos pés e classificação do risco, podem reduzir a ocorrência das lesões nos pés em até 50% dos pacientes (GRUPO DE TRABALHO INTERNACIONAL SOBRE PÉ DIABÉTICO, 2001). Atividades educacionais integrativas permitem que os portadores de diabetes e seus familiares participem ativamente, de modo a trocar e adquirir novas informações e experiências com os condutores do programa bem como com os outros pacientes. Além disso, este tipo de abordagem proporciona para a formação acadêmica maior conhecimento, vivência de novas experiências, maior contato com a realidade, transformação do conhecimento teórico em prático e oportunidade para desenvolver trabalhos científicos. **OBJETIVO:** Desenvolver ações preventivas e educativas direcionadas ao diabetes *mellitus* e suas comorbidades no âmbito secundário, além de ações destinadas ao diagnóstico e prevenção do pé diabético; incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, formando profissionais-cidadãos, estabelecendo mecanismos que relacionem o saber acadêmico ao saber popular; comunicar-se com a realidade local no que se refere à epidemiologia e complicações do diabetes, possibilitando mais uma forma de renovar constantemente a própria estrutura, currículos e ações no âmbito universitário, de forma criativa, voltando-se para o atendimento da verdadeira realidade da região. **METODOLOGIA:** O

Júlia Scaravelli Mario, Marília Klein Reis, Mari Cassol Ferreira, Ana Kull Paini, Debora de Cesaro, Jéssica Elisa Riviera, Joana Figueiredo, Larissa Giordani Tozzi, Larry Rodrigues de Campos Junior, Lucas Theodorovitz Prust, Samira da Silva Pinto, Daiane Moreto

Programa de Educação em Diabetes e Prevenção de Complicações acontece semanalmente no Centro de Referência em Saúde Municipal de Chapecó. Realiza-se uma conversa interativa entre dois acadêmicos de medicina e um grupo de oito a dez pacientes com DM e familiares, utilizando a ferramenta denominada Mapas de Conversação, contendo figuras e cartões sobre questões e situações da vida de pessoas com DM, criada pela *Healthy*. São trabalhados seis mapas ilustrativos, com os seguintes temas: como o corpo e o diabetes funcionam; alimentação saudável e atividade física; tratamento com medicamentos e monitoramento da glicose no sangue; atingindo as metas com a insulina; o diabetes e o cuidado de seus pés; entendendo os muitos fatores do controle do diabetes. Ao final do debate, é realizada individualmente a avaliação clínica dos pés em todos os participantes ao menos uma vez ao ano, utilizando o protocolo intitulado “Rastreamento e Avaliação Precoce dos Fatores de Risco e Prevenção do Pé Diabético”, desenvolvido pela Sociedade Brasileira de Diabetes/Distrito Federal e pelo Grupo de Pé Diabético do Brasil, que analisa fatores de risco para o desenvolvimento e evolução do pé diabético: sintomas de dor neuropática, achados clínicos na inspeção, perda de sensibilidade protetora (PSP), doença arterial periférica (DAP), úlceras, amputação e classificação de risco – riscos 0: sem DAP e sem PSP, risco 1: PSP±deformidades, risco 2: DAP±PSP, risco 3: presença de úlcera prévia e/ou amputação prévia. **RESULTADOS:** Nas conversas interativas, os portadores de DM aprenderam sobre o diabetes e seu envolvimento sistêmico, os fatores de risco e as complicações da doença, como obter um estilo de vida saudável, como os medicamentos funcionam, quais exames são realizados para controle da doença e como atingir seus níveis-alvo. Além disso, percebemos que as reuniões são um meio propício e acolhedor para que os indivíduos possam sanar dúvidas, relatar e trocar experiências. Desde março de 2014, participaram do programa aproximadamente 280 portadores de diabetes *mellitus* e familiares. A avaliação dos pés para detecção de fatores de risco do pé diabético foi realizada em 263 indivíduos com diabetes, a idade média foi de $60,1 \pm 13$ anos, o tempo médio de doença foi de $13 \pm 8,3$ anos, o valor médio de hemoglobina glicada (HbA1c) foi de $9,1 \pm 2\%$. O sintoma neuropático mais prevalente foi fadiga, câibra ou dor (37,6%). Na inspeção dos pés o achado predominante pele seca, rachaduras ou fissuras (65%) e calosidades (41,8%). Deformidades ocorreram em 36,4% dos indivíduos. Perda da sensibilidade protetora foi presente em 41,4% da amostra. Doença arterial periférica foi identificada em 34,2% dos sujeitos. Úlcera prévia foi relatada por 16,7% dos indivíduos, úlcera ativa estava presente em 6,5% e apresentou amputação 6,5% da amostra. Quanto à classificação de risco, estavam presentes no risco 0: 46,4% dos sujeitos, no risco 1: 19,4% da amostra, no risco 2: 21,7% dos indivíduos e no risco 3: 12,5% dos portadores de diabetes *mellitus*. **CONCLUSÕES:** O programa de educação é baseado em uma abordagem sistêmica, incluindo a observação e avaliação das necessidades educativas, do processo de aprendizagem, dos resultados clínicos e da eficácia da intervenção, no decorrer das sessões. Através da compreensão e do debate facilitados pelos Mapas de Conversação, são permitidas trocas de saberes e experiências entre diabéticos, familiares e acadêmicos de medicina. A experiência acadêmica nas atividades contribui para uma consciência social, formando profissionais mais qualificados, que saibam da importância de informar e educar seus pacientes. Para o portador de diabetes, o conhecimento sobre a doença é essencial para o tratamento adequado e prevenção de complicações. Além disso, a avaliação dos fatores de risco do pé diabético realizada permitiu verificar que a maior parte da amostra encontrava-se no grau de risco 0, porém a detecção precoce dos pacientes em graus mais elevados de risco permite cuidados, orientações e seguimento adequados.

Júlia Scaravelli Mario, Marília Klein Reis, Mari Cassol Ferreira, Ana Kull Paini, Debora de Cesaro, Jéssica Elisa Riviera, Joana Figueiredo, Larissa Giordani Tozzi, Larry Rodrigues de Campos Junior, Lucas Theodorovitz Prust, Samira da Silva Pinto, Daiane Moreto

Palavras-chave: Diabetes. Educação em saúde. Prevenção secundária.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex).

Referências

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. **Diagnosis and classification of diabetes *mellitus***. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes *mellitus***. Brasília: MS, 2013.

GRUPO DE TRABALHO INTERNACIONAL SOBRE PÉ DIABÉTICO. **Consenso Internacional sobre Pé Diabético**. 2001.

PARISI, Maria Candida Ribeiro et al. Diabetic foot screening: study of a 3000 times cheaper instrument. **Clinics**, São Paulo, v. 66, n. 6, p. 1105-1107, jun. 2011.

MEDICALIZAÇÃO DE CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Juliana Velasque¹, Silvia Maria Alves de Almeida, Celso Francisco Tondin

¹Acadêmica de Pedagogia da Unochapecó, julianav@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O tema da presente pesquisa parte do interesse em aprofundar as leituras e pesquisas desenvolvidas acerca da medicalização e o processo de ensino aprendizagem na percepção das crianças que fazem uso de medicamentos em idade escolar. Mas o que caracteriza o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)? Historicamente, muitas foram as nomenclaturas utilizadas para conceituar o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade, no entanto, trata-se de um “problema” caracterizado como um transtorno de conduta e processos executivos. Enquanto alguns autores afirmam que o TDAH se apresenta também pela vida adulta, tendo como consequência a medicalização, García (1998) afirma que o TDAH é classificado por condutas perturbadoras que têm início na infância e seguem até a adolescência. **OBJETIVOS:** Conhecer qual a concepção dos professores em relação ao processo de ensino-aprendizagem das crianças diagnosticadas com TDAH; compreender como as crianças diagnosticadas com TDAH vivenciam o processo de ensino-aprendizagem na escola. **METODOLOGIA:** Trata-se de pesquisa qualitativa, cujas participantes foram sete professoras, sendo quatro professoras regentes e três segundas professoras que atuam com crianças diagnosticadas com TDAH. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram a entrevista semiestruturada e a observação participante. A observação aconteceu nas turmas nas quais as entrevistadas trabalham e que são frequentadas por crianças diagnosticadas com TDAH. Trata-se de turmas do 2º ao 5º ano de uma escola estadual de Chapecó, cujos alunos são da faixa etária de 7 a 12 anos. As entrevistadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e são identificadas neste texto por letras para garantir o anonimato delas. **RESULTADOS:** Segundo as professoras, no TDAH a questão mais evidente é a aprendizagem, porém, não se deve observar apenas a aprendizagem. É preciso conhecer a criança, questionar, refletir, esgotar todas as possibilidades antes do diagnóstico ser concluído, evitando que ele seja equivocado. Nesse sentido, o olhar do professor enquanto educador deve ser crítico e reflexivo. Quanto ao conhecimento da medicação prescrita à criança, perguntamos às professoras o que sabiam sobre o uso deste na vida da criança. Quatro professoras (A, B, D e E) informaram não ter conhecimento em relação ao medicamento, como mostram as falas a seguir: “Não sei nem o nome do medicamento que ele toma” (professora A); “Não sei qual o medicamento ele usa ainda pra ter conhecimento sobre este”. (professora E). O desconhecimento dos professores sobre o uso do medicamento e de suas consequências no processo de ensino e aprendizagem nos leva a questionar a concepção de ensino, de aprendizagem, de sujeito e de

Juliana Velasque, Sílvia Maria Alves de Almeida, Celso Francisco Tondin

educação dos profissionais, no sentido de refletir sobre o diagnóstico e do uso da medicação como fatores produzidos por uma sociedade que se constitui a partir do consumo e na hiperatividade. Pensar sobre a concepção do professor em torno do processo de aprendizagem é refletir sobre a prática educacional em diferentes esferas. Qual o conhecimento que temos em relação aos nossos alunos? Conhecemos de fato sua realidade? Somos conhecedores de sua condição enquanto sujeito? Nesse sentido, é preciso muito cuidado antes de se fechar um diagnóstico. Quando não se tem um olhar minucioso da criança há uma grande tendência em classificá-la como “desviante” dos padrões normais de sociedade. As professoras afirmaram que o medicamento é necessário para a concentração e atenção das crianças nas atividades, mas nos questionamos se de fato ele é necessário, pois há um diagnóstico, no entanto, não se sabe se o profissional que avaliou conhece o contexto, a realidade da criança diagnosticada. Seria o diagnóstico um determinante do sujeito? E o professor se pauta nesse diagnóstico para omitir-se de seu papel ou, de outro modo, parte do princípio de ver o sujeito em seus processos de aprendizagem? Quanto às crianças observadas percebemos que elas estão inseridas no processo de forma participativa, envolvendo-se nas aulas com seus pares. Participam de forma ativa do processo de ensino-aprendizagem e através do estímulo dos profissionais qualificam seus conhecimentos, abrangendo os processos formativos como sujeito reflexivo. **CONCLUSÕES:** Percebemos durante a pesquisa que é de suma importância as professoras conhecerem os alunos para que não se tenha uma visão equivocada daqueles ditos com TDAH. Por isso, o processo de aprendizagem das crianças deve ser compreendido no contexto de sua produção histórica e social, de tal forma que as dificuldades de aprendizagem levem em conta o contexto social em que elas vivem, a sala de aula, as questões pedagógicas, a influência da sociedade no contexto escolar etc.

Palavras-chave: TDAH. Processo ensino-aprendizagem. Medicalização.

Fonte financiadora: Pibic/FAPE.

Referências

GARCÍA, Jesus Nicasio. **Manual de dificuldades de aprendizagem:** linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MEDIADORA DE BOA SAÚDE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR INTERMÉDIO DE SUAS PRÁTICAS

Juliana Betlinski¹, Manuelli Scussel, Lainara Patel, Jaqueline Loss, Carla dos Reis Rezer

¹ Acadêmica de Educação Física e bolsista do programa Sorriso para a Vida, Unochapecó, juli_betlinski@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O Programa Permanente de Extensão Universitária Atenção e Cuidado à Criança e Adolescente “Sorriso para a Vida” coloca a criança e o adolescente em situação de hospitalização, tratamento oncológico, vulnerabilidade e risco social e seu núcleo familiar no centro da cena, implicado com ações de promoção à saúde. Este trabalho apresenta elementos sobre as práticas educativas, movimentos corporais e a influência do brincar tendo como foco a vulnerabilidade social que muitas crianças e adolescentes estão envolvidos. Buscamos ressaltar a importância do brincar como atividade de desenvolvimento intelectual, cultural, social, compreendendo assim que os espaços destinados ao atendimento da criança e do adolescente, busca prepara-los para a vida em sociedade. **OBJETIVO:** Apresentar a importância do brincar como cultura de saúde para crianças e adolescentes em risco de vulnerabilidade social. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada neste programa possui como principal objetivo resignificar os sujeitos, que são crianças e adolescentes em processo de saúde doença, risco social e vulnerabilidade social, juntamente com seus espaços de convívio social, em concordância com as equipes de trabalhos multiprofissional e interdisciplinar, com a realização de ações com o intuito de promover a saúde, e com ações lúdicas. Este resumo expandido é o resultado de pontos estratégicos (brincar da criança e do adolescente) observados sob o olhar das bolsistas de Educação Física do programa “Sorriso para a Vida”, nas instituições que acolhem crianças e adolescentes em risco de vulnerabilidade social em parceria com a Unochapecó (SC), em suas vivências práticas. **RESULTADOS:** A Educação Física envolve toda uma gama de movimentos, gestos, expressões e linguagens, a qual chamamos de cultura corporal ou cultura do movimento, e de maneira positiva essas expressões colaboram para uma melhor qualidade de vida do ser humano. O termo qualidade de vida representa a nomeação de algumas características da experiência da condição humana, deste modo, sendo um fator central para determinar a sensação subjetiva de bem estar, e para as crianças e os adolescentes esse bem estar encontrasse na grande maioria das vezes, no seu brincar e na execução dos jogos (ASSUMPÇÃO JR., 2000). Os jogos e as brincadeiras são dois pontos de extrema importância para o desenvolvimento da criança e do adolescente em diversos aspectos, pois é por meio deles que as crianças constroem suas relações sociais, possuem um melhor desenvolvimento motor, cognitivo, criam mais percepções a sua volta, diferem o correto do incorreto, compartilham saberes, aprendendo como ser crítico em um mundo de dúvidas e alegrias, que é a fase da infância e adolescência. Sendo assim, as crianças e os adolescentes irão poder brincar com a imagem do

Juliana Betlinski, Manuelli Scussel, Lainara Patel, Jaqueline Loss, Carla dos Reis Rezer

seu próprio ser, com sua linguagem corporal de mundo, e isto através dos jogos e das brincadeiras, brincar com sua linguagem corporal significa, “[...] criar situações onde a criança entre em contato com diferentes manifestações da cultura corporal, sobre tudo aquelas relacionadas aos jogos e brincadeira, sempre tendo em vista a dimensão lúdica como elemento essencial para a ação educativa na infância.” (AYOUB, 2011). Deste modo, tanto a criança como o adolescente, tem a necessidade de possuir uma boa qualidade de vida, e todos os aspectos positivos desta “qualidade de vida”, devesse as experiências que esses indivíduos passam em sua vida, entre essas experiências as mais marcantes são os jogos e as brincadeiras. O brincar torna-se algo indispensável e insubstituível para crianças e adolescentes, pois o “[...] brincar, mesmo que sozinho, constitui uma zona de desenvolvimento proximal para as crianças, um espaço de relações interpessoais.” (TOURINO, 2013). O jogo pode ser considerado “[...] uma das formas mais comuns de comportamento durante a infância e altamente atrativa e intrigante para os investigadores interessados nos domínios do desenvolvimento humano, educação, saúde e intervenção social.” (NETO, 2003). Os jogos e as brincadeiras são um ponto muito importante, para todas crianças, mas especialmente para aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social. Justificasse o grande número de crianças em risco social, devido ao fato de que a grande maioria convive em famílias carentes, com baixa escolaridade. Para compreender melhor, quando uma família não possibilita a criança ou adolescente condições propícias ao seu desenvolvimento físico, psíquico, social, com más condições de alimentação, moradia, segurança e saúde, ela acaba tendo diversos outros problemas que a longo prazo poderão afetar a sua vida, assim o afastamento das suas famílias para outros centros de convivência acaba, ajudando, protegendo o mesmo aos riscos que a sociedade pode causar. Ao longo do tempo, o atendimento para crianças em risco social modificou-se, atualmente existem centros de apoio à criança e o adolescente, casas lar, famílias acolhedoras, espaços destinados ao convívio com outras crianças, projetos e programas que inserem os mesmos no mercado de trabalho, possibilitam aprendizado de outras culturas, esportes, jogos, enfim, projetos sociais que visam o bem-estar, a segurança da criança e do adolescente, sem ter o intuito de privá-los ao convívio em sociedade. Estes espaços não são para substituir as famílias das crianças ou adolescentes, mas buscam dar o atendimento necessário para que os mesmos tenham uma vida saudável, digna e propícia ao seu desenvolvimento. **CONCLUSÕES:** Através desta pesquisa, foi possível compreender melhor a importância dos profissionais de Educação física, como mediadores da saúde das crianças e adolescentes, bem como a melhora no seu desenvolvimento em todos os aspectos, sendo significativas quando educados nessa perspectiva. Percebemos, também, que os jogos e as brincadeiras devem estar presentes na vida de todas as crianças e adolescentes, principalmente aqueles que estão em condição de vulnerabilidade social, pois, por meio dos jogos e das brincadeiras, esses indivíduos podem criar uma ressignificação de infância, criando suas próprias expectativas de mundo, mudando pensamentos, criando relações sociais, e com isto, criasse diversos outros aspectos positivos que colaboram para essas crianças e adolescentes começarem a formar uma visão de mundo no qual tudo é possível, estimulando-os a pensarem e produzirem ações que os levem a mudar sua própria realidade.

Palavras-chave: Brincar. Cultura de saúde. Vulnerabilidade social.

Juliana Betlinski, Manuelli Scussel, Lainara Patel, Jaqueline Loss, Carla dos Reis Rezer

Referências

ASSUMPÇÃO JR., Francisco B. et al. Escala de avaliação de qualidade de vida. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, v. 58, n. 1, p. 119-127, 2000.

AYOUB, Eliana. Reflexões sobre a educação física na educação infantil. **Revista Paulista de Pediatria**, 2001.

NETO, Carlos. Tempo e espaço de jogo para a criança: rotinas e mudanças sociais. In: _____ (Ed.). **O jogo e o Desenvolvimento da Criança**. Lisboa: Edições FMH, 2003.

TOURINO, Rita de Cássia Cirilo Torres. **A importância e o significado do brincar**. 2013. 70 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

A EXTENSÃO RURAL: DIFUSÃO DE CONHECIMENTO OU INTERVENÇÃO EDUCATIVA?

Juliano Vitória Domingues¹, Leonel Piovezana, Carlos Eduardo Arns, Maria de Lourdes Bernartt

¹ Mestrando em Educação na Unochapecó, juliano.tche@gmail.com

INTRODUÇÃO: Este estudo busca trazer algumas considerações sobre a realidade rural do Brasil e a influência da Extensão Rural na região oeste catarinense, interagindo com processos de desenvolvimento sociopolítico, econômico, ambiental e cultural adotado há muitos anos e legitimado nas suas formas e expressões pelo poder de grupos de interesses alheios aos anseios dos agricultores brasileiros, considerando a interferência da globalização, as diferentes manifestações e os desenvolvimentos locais. As transformações do rural aconteceram e foram motivadas pelas ingerências externas e produzidas por processos educativos e ideológicos de grupos econômicos específicos, defensores do acúmulo de capitais e da extensão rural como difusora de tecnologia. Como resultado dessas políticas e ações, ocorreram mudanças estruturais do meio rural, como o êxodo rural, o envelhecimento, a falta de mão de obra, reordenamento agrário, entre outros movimentos sentidos pelos habitantes deste espaço. Diante da observação dessa realidade rural que possui diversidade social, há a atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Este serviço trás consigo uma bagagem histórico-conceitual de uma metodologia de transferência de conhecimento, onde o técnico repassa ao agricultor um pacote pronto, produzido fora de seu contexto e que deve ser seguido criteriosamente. Aliado a isso, algumas famílias ficaram fora do processo técnico e do desenvolvimento agrícola. Deste modo, o espaço rural se configurou com desigualdades sociais, com conflito agrário, empobrecimento e concentração das riquezas e, sobretudo, a imagem do rural como um espaço apenas agrícola e estigmatizado. A ATER teve seus princípios renovados numa discussão que inicia em 2003 e atualmente é contemplada com a aprovação da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural de 2010 (PNATER), com a transição agroecológica, o desenvolvimento rural sustentável e o processo participativo, direcionado para agricultores familiares e povos tradicionais (BRASIL, 2010). Faz-se assim a pergunta: a metodologia da ATER vem atuando num processo educativo para assessorar as famílias na compreensão da sua realidade e na tomada de decisão? Diante disso, o objetivo deste trabalho é descrever os diferentes serviços da ATER e apontar suas contribuições teóricas-metodológicas para a realidade rural do oeste catarinense. **METODOLOGIA:** A metodologia da pesquisa foi a abordagem qualitativa, considerando a necessidade de compreendermos a ATER relacionada à diversidade social rural. A escolha desta abordagem ocorreu porque ela emprega diferentes estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados. As características principais referem-se a uma investigação reivindicatória, participativa, autorreflexiva e interpretativa. Além disto, o pesquisador vê os

Juliano Vitória Domingues, Leonel Piovezana, Carlos Eduardo Arns, Maria de Lourdes Bernartt

fenômenos sociais holisticamente e reflete sobre quem é ele na investigação, sensível à sua biografia pessoal (CRESWELL, 2007). Este texto teve a junção de dois trabalhos consecutivos e complementares, um com o trabalho de conclusão de curso da graduação em Agronomia e outro atuando como extensionista numa cooperativa de trabalho com agricultores através de uma Chamada Pública da ATER. A pesquisa foi organizada em etapas principais no ano de 2013 no primeiro momento com: 1) levantamento dos dados secundários; 2) observações a campo nas duas realidades estudadas, pela travessia e por conversas com informantes qualificados; 3) questionários aos extensionistas e, por fim, 4) a análise e síntese destes conjuntos de informações. No segundo momento ocorreram também quatro etapas, no ano de 2014 e 2015: 1) o diagnóstico rural participativo; 2) o planejamento comunitário participativo; 3) atividade coletivas e visitas técnicas; e 4) a síntese das informações. **RESULTADOS:** A ATER brasileira foi fundada no modelo difusionista norte-americano e sempre se propôs à um modelo capitalista, baseado em tecnologias de consumo, em que os agricultores e extensionistas são engrenagens do sistema. Tem-se um sistema de ATER feito pelo e para o mercado, em que fatores sociais e ambientais são mais empecilhos para o desenvolvimento do que ações para melhoria da sociedade (LELIS et al., 2012). Neste tipo de relação, segundo Freire (1999), não existe aprendizado, e sim a invasão cultural. O sentido que se dá para a extensão é antagônico ao modelo pedagógico, em que o agrônomo ensina aprendendo com o agricultor que aprende-ensinando. Para o autor, a ação desmistificadora das tecnologias, o trabalho com o agricultor e não para o agricultor, onde o agrônomo atuando pedagogicamente a partir da realidade, fortalecendo a reciprocidade, pois gera relações de ensino e aprendizagem, potencializando alcance dos objetivos traçados. Caporal (2003, p. 6) propõe a conceituação da ATER em nova abordagem, denominado por ele como extensão rural agroecológica, sendo definido como “[...] um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social [...]”. Nesta abordagem o meio rural é visto com um olhar sistêmico e compreendido como um espaço de vida, de novas relações de poder, em que se notam os contrastes sociais. Nas realidades estudadas foi percebida a diversidade social, identificada e tipificada nos grupos humanos: sujeitos pluriativos, produtores capitalizados e os excluídos. Uma constatação interessante é que os produtores capitalizados em duas realidades distintas representam cerca de 5% e 15% das famílias. Ou seja, a função principal daquele espaço social não é a produção de matéria prima para a indústria de alimentos e sim a reprodução familiar, com produção de comida. Para os serviços de ATER podemos tipificar em três tipos gerais: público, privado e de movimentos sociais. O serviço público é constituído pelas esferas federal, estaduais e municipais, e outras instituições públicas, a exemplo do Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incra). O serviço privado é dividido em empresas e cooperativas. Já os movimentos sociais têm diversas organizações, a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST), e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que constituem organizações voltadas ao processo de produção agropecuária. Nota-se que os serviços públicos da ATER ficaram aquém da expectativa em relação a demanda por extensão rural, pois o serviço é feito de forma setORIZADA, com baixo número de agentes por famílias, baixa interdisciplinaridade, estrutura física que limita o serviço e não há formação para atuar com pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, mesmo tendo alta tomada de decisão, um planejamento de baixo para cima, considerando o conhecimento do agricultor e tendo uma boa relação entre agente e agricultor. O serviço da ATER cooperativo ficou restrito ao grupo economicamente estruturado, com capacidade de investimento e de capital de giro, agindo de forma setORIZADA com baixa interdisciplinaridade e com planejamento de cima para

Juliano Vitória Domingues, Leonel Piovezana, Carlos Eduardo Arns, Maria de Lourdes Bernartt

baixo. O serviço de extensão rural dos movimentos sociais não foi estudado. O serviço de assistência social local que assessora as famílias e comunidades carentes, apresentou pouca inter-relação com os serviços de ATER. As instituições pertencentes ao serviço público de ATER atendem todas as comunidades com poucos técnicos e o serviço privado assessora as famílias consideradas produtivas. Desta forma, podemos considerar que o serviço geral da ATER é direcionado para a produção, quando não há possibilidade de produção ele vai para a assessoria do serviço social, além de desconsiderar famílias que não estão nestas duas condições. A atuação como extensionista ocorreu baseado em princípios da Pnater de 2010 e considerando que a extensão rural “[...] deve ter caráter educativo com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos [...]” (BRASIL, 2013, p. 31). Além disso, a cooperativa é apoiada pelo Laboratório de Etologia Aplicado (LETA/UFSC). Na atuação profissional com as famílias, fazendo o diagnóstico, planejamento, execução e avaliação das atividades se percebe uma contradição, pois, a medida que se sabia da necessidade de trazer resultados, tentamos a adoção do Pastoreio Racional Voisin, e esta própria tecnologia agroecológica, trouxe um caráter de difusão e inovação de tecnologia e conhecimento e não de intervenção educativa. Com a percepção crítica da atuação da extensão rural houve uma mudança de estratégia profissional, buscando o ato pedagógico, (re)visualizando o diagnóstico e o planejamento e os problemas das famílias, atuando de forma coletiva e individual na busca de reflexão e solução dos problemas pelos próprios agricultores. Diante da observação, altera-se o tratamento dos agricultores para a atuação do técnico, verificada na maior participação das famílias nas atividades coletivas e, principalmente, na mudança do conceito, em que o técnico para de ser chamado de engenheiro agrônomo para virar professor, segundo as famílias. **CONCLUSÕES:** A reflexão epistêmica e metodológica sobre a problemática de ATER enaltecem a intervenção educativa, na percepção da contradição do saber para uma visão crítica, possibilitando clareza dos problemas concretos e da forma de agir. Em contínua contribuição à prática educativa da extensão rural, eu sou aprovado no mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação (Unochapecó) numa atuação individual que procura o pensamento da ação coletiva. Para tanto, considera-se que à ATER uma apropriação teórico-prática dos princípios da nova política e do conceito de extensão rural agroecológica, como um processo educativo para as famílias na compreensão de sua realidade, entende-se que o conhecimento é um processo de construção coletiva e não é dado pela sabedoria científica. Deste modo, trata-se de construir não somente uma apropriação individual do agente ou da equipe, como também cabe criar outras possibilidades de atuação nesta perspectiva, diante de condições estruturais, profissionais, apontando para a qualidade do serviço e contemplando a diversidade e a interdisciplinaridade. Nesse contexto, é necessário considerar os aspectos sociais, ambientais, econômicos, produtivos em interação e não apenas na sua seção analítica, diante do distanciamento das partes, estranhando a sua síntese e a interligação da dinâmica real do meio rural em seu aspecto estrutural e funcional complexo.

Palavras-chave: Diversidade social. Rural. Processo participativo.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Juliano Vitória Domingues, Leonel Piovezana, Carlos Eduardo Arns, Maria de Lourdes Bernartt

Referências

BRASIL. **Chamada Pública SAF/MDA nº 07/2013**. Chamada Pública para seleção de entidades executoras de assistência técnica e extensão rural para promoção da agricultura familiar sustentável na Cadeia Produtiva do Leite. Brasília (DF), outubro, 2013.

BRASIL. Lei no 12. 188. Institui a Pnater e Pronater, MDA. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 de janeiro, 2010, 189º da Independência e 122º da República. 5 p.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para um nova Ater pública**. Santa Maria (RS), jan. 2003.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosica Darcy de Oliveira e Prefácio de Jacques Chonchol. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 93 p.

LELIS, Davi Augusto Santana de; COELHO, France Maria Gontijo; DIAS, Marcelo Miná. A necessidade das intervenções: Extensão Rural como serviço ou direito? **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 69-80, jan./jun. 2012.

PREÇO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS EM CHAPECÓ (SC)

Julio Cesar Araujo da Silva Junior¹, Fábio Piccinini, Débora Cristina Oliveira, Thaísa Heiden

¹ Mestre em Economia Aplicada, professor da Unochapecó, julio_economia@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Poucas são as cidades do interior do país que dispõem de um índice específico para cálculo aproximado do seu custo de vida. É comum observarmos índices nacionais sendo utilizados como parâmetro da inflação para as mais diversas finalidades, inclusive para reajustes dos impostos, taxas etc. O curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) realiza mensalmente o levantamento de preços e o cálculo do Cesto de Produtos Básicos para o município de Chapecó, tendo como base a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 1994. **OBJETIVO:** Desenvolver, sistematizar, monitorar e divulgar essas informações por meio da página do curso de Ciências Econômicas, imprensa local e BI (*Business intelligence*). Com a divulgação destas informações espera-se que a comunidade local tenha um conhecimento maior sobre os preços dos produtos e sobre seu poder de compra. Desta forma, podendo optar por substituição de alguns produtos, e utilizar este indicador de caráter regional para correções de taxas, serviços e até mesmo solicitação de reposição salarial real. **METODOLOGIA:** Os hábitos de consumo foram estudados com base em entrevistas feitas com famílias do município, escolhidas de acordo com critérios estatísticos. O Cesto de Produtos Básicos contém 57 itens, sendo composto por produtos alimentares *in natura*, semi-industrializados e industrializados, produtos de higiene e limpeza e serviços tarifados. Os itens pesquisados levam em consideração o consumo de famílias que recebem de um a cinco salários mínimos. A partir da POF, o curso de Ciências Econômicas passou a acompanhar desde 1994 a evolução do poder de compra da população do município com a coleta de 57 produtos em dez locais de compra, totalizando 570 preços analisados. Mensalmente são divulgados dois estudos de acompanhamento de preços feitos em Chapecó: o Cesto de Produtos Básicos de uma família chapecoense (57 produtos) e uma síntese dessa pesquisa, denominada Cesta Básica (13 itens, assim como a cesta nacional). **RESULTADOS:** Para o ano de 2015 demonstraram, até agosto, elevações consideráveis nos preços de produtos administrados e nos alimentos. Esses resultados são oriundos de três fatores principais: a tentativa de ajuste fiscal por parte do governo, a elevação do dólar e as secas ocorridas no começo do ano na região sudeste. **CONCLUSÕES:** A perspectiva do projeto é aumentar sua ligação com a sociedade, desenvolvendo atividades conjuntas de educação financeira à população carente. Outro ponto importante a ser desenvolvido é a aproximação com os cursos de nutrição e gastronomia para avaliação da substituição de itens alimentares da cesta, para sugestões de substituição de produtos para os consumidores.

Palavras-chave: Índice de preços. Chapecó. Cesta básica.

Fonte financiadora: Unochapecó.

AÇÕES DE REDIMENSIONAMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNOCHAPECÓ

Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues¹, Manoel Boita

¹ Mestre em Educação, docente dos cursos de Educação Física e Pedagogia e atual Diretora de Extensão da Unochapecó, schwinn@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O trabalho objetiva relatar as ações no âmbito do processo de redimensionamento e institucionalização da extensão universitária à luz dos atuais ordenamentos legais, que estão implicados com as dimensões política, epistemológica e pedagógica do processo formativo na Unochapecó. A dinâmica nacional do Ensino Superior vem sofrendo constantes reformulações curriculares. O que está em jogo é um determinado processo formativo que contempla um determinado sujeito para uma determinada sociedade em cada tempo. À Universidade cabe assegurar o desenvolvimento científico, tecnológico e social, tendo como centralidade de suas funções o processo de formação profissional e de pessoas. No bojo dessas incumbências, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) trouxe à tona uma provocadora forma de promover o processo de formação e de produção, difusão, sistematização e transformação do conhecimento, atribuindo à Universidade o dever de implementar ações de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, autônoma e ética. Em consonância, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996) estabelece que a Extensão Universitária é uma das finalidades da Universidade (Artigo 43), instituindo, também, apoio financeiro do Poder Público, conforme artigos 44, 52, 53 e 77, cujo processo surge, em 1993, o Programa de Fomento à Extensão Universitária (Proext) e que, desde 2013, é acessível às instituições de Ensino Superior comunitárias. Na mesma perspectiva, o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) e PNE (2014-2024) também apontam para novos compromissos a serem assumidos pelas instituições de Ensino Superior, ao propor que estas assegurem 10% da creditação curricular de seus cursos às ações extensionistas. Ao referendar ações indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão, os ordenamentos legais estabelecem como aposta política a construção de um processo formativo pautado na superação da fragmentação e hierarquização dos conhecimentos, assim como o reconhecimento constitucional da extensão projeta possibilidades para sua institucionalização. Como elemento constitutivo do processo formativo, da relação entre a academia e sociedade, entre teoria e prática, entre conhecimento científico e conhecimento popular, entre ensino e pesquisa, a extensão universitária assume um caráter educativo e social de conotação política, conscientizadora e transformadora (JEZINE, 2006). Possibilita o exercício do pensamento crítico a partir da leitura de mundo de forma contextualizada, mediada pelo diálogo com a realidade e suas demandas, no qual educadores, estudantes e os atores sociais das comunidades implicadas assumem compromissos coletivos, permeados por uma prática educativa e social protagonista. Nessa perspectiva, a dinâmica curricular passa a

Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Manoel Boita

ser menos rígida, possibilitando a flexibilização do currículo e a formação mais cidadã, tendo o processo de construção e apropriação do conhecimento como elemento propulsor da transformação e emancipação humana. Vale lembrar que cabe à Universidade promover e assegurar tempos e espaços de aprofundamento da democracia e de luta à exclusão social, da preservação do meio ambiente e da defesa da diversidade cultural, tendo a extensão papel fundamental no apoio a ações solidárias que permitem dar voz a todos, sobretudo aos excluídos e discriminados (SANTOS, 2004). Nessa perspectiva, muitos são os desafios e muitos foram os movimentos já realizados pela Unochapecó, no sentido de redimensionar e institucionalizar a extensão universitária, pauta do presente trabalho. **OBJETIVO:** Socializar as ações realizadas pela Vice-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unochapecó por intermédio da Diretoria de Extensão, em relação à articulação ensino, pesquisa e extensão. **METODOLOGIA:** Caracteriza-se como um estudo de caso, tendo como foco a Unochapecó e seu processo de redimensionamento e institucionalização da extensão universitária. O resumo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, com a finalidade observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN, 2002). O método de pesquisa tem uma abordagem qualitativa, cujos instrumentos de coleta foram os relatórios, memórias descritivas e registros do ano de 2014 até setembro de 2015 da Diretoria de Extensão (DEX) da Unochapecó. Os resultados a seguir apresentados resultam de um intenso processo voltado ao planejamento e implementação de ações nos anos de 2014 e 2015, que objetivaram o fortalecimento e a qualificação de processos já existentes nos programas e projetos de extensão e nos cursos de graduação da Unochapecó, no que diz respeito ao atendimento ao preceito legal relativo a ações indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão. **RESULTADOS:** A Unochapecó se caracteriza como Instituição Comunitária de Educação Superior, cuja natureza é pública, porém não estatal. Isso significa que sua identidade institucional vem sendo construída a partir de sua identificação com as demandas da população e o desenvolvimento regional. Embora as práticas extensionistas sejam uma marca registrada das universidades comunitárias, é importante atentar que o compromisso social com o desenvolvimento regional não pode ocorrer somente por intermédio dessas práticas, mas em associação com o ensino e a pesquisa. Nessa perspectiva, tornou-se necessário repensar um novo jeito de fazer extensão universitária e a criação de tempos e espaços de reflexão, planejamento, implementação, socialização e avaliação de práticas associativas entre o ensino, pesquisa e extensão de modo a reafirmá-la a partir de sua dimensão interdisciplinar, educativa, cultural, científica e política, capaz de promover, via interação, a transformação (FORPROEX, 2012). Assim, as seguintes ações foram implementadas: 1) elaboração de planejamento estratégico, para os anos de 2014 e 2015, com definição de objetivos, metas e estratégias, a partir da análise de potencialidades e fragilidades, com participação da DEX e coordenadores de programas e projetos de extensão; 2) lançamento do Edital n. 384/Reitoria/2014 para cadastramento dos programas e projetos permanentes na perspectiva dos ordenamentos legais, políticos, pedagógicos e epistemológicos que apostam na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, resultando na aprovação de seis propostas de programas e 16 projetos isolados de extensão; 3) lançamento do Edital n. 278/Reitoria/2014 de Pesquisa com Extensão, no intento de aproximar as áreas, fortalecer ações conjuntas e gerar produção científica a partir do desenvolvimento das ações extensionistas, com aprovação de quatro propostas com recursos do Art. 171 do governo do estado de Santa Catarina; 4) retomada do Fundo de Apoio a Projetos de Extensão (Fapex), com aprovação de 16 novos projetos de extensão em 2014 e 2015, com duração de um ano cada; 5) lançamento de editais de aporte financeiro para ações de extensão associadas/

Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Manoel Boita

articuladas ao ensino e à pesquisa em componentes curriculares de graduação e pós-graduação, sendo aprovadas 11 propostas em 2015 (Edital n. 433/Reitoria/2014 e n. 254/Reitoria/2015); 6) constituição do Fórum de Extensão, em 12 de março de 2015, caracterizado como espaço coletivo de diálogo, reflexão, redimensionamento e fortalecimento da extensão na Unochapecó, na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 7) reuniões setorizadas com as quatro áreas acadêmicas que compõem a configuração dos cursos de graduação da Unochapecó para reflexão sobre o tema indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 8) elaboração e aprovação da alteração da política institucional para a extensão, conforme Resolução n. 053/Consun/2015 de 28 de maio de 2015, coadunando-a às novas demandas no âmbito do ensino superior brasileiro, que aponta para os princípios de interação dialógica com os setores sociais, à interdisciplinaridade e interprofissionalidade, à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação do estudante, impacto e transformação social e metodologias avaliativas; 9) Dia da Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão, por intermédio de atividades articuladas entre as Diretorias de Ensino, Pesquisa e Extensão com momentos de reflexão, discussão e deliberação de ações com docentes, discentes e gestores no âmbito da graduação e pós-graduação e realização de três palestras com convidados externos sobre as temáticas de curricularização da extensão e de responsabilidade social das instituições; 10) institucionalização do Dia da Extensão, com atividades específicas e ações de socialização e visibilidade das atividades implementadas pelos programas e projetos; 11) fortalecimento das atividades extensionistas por intermédio de atividades de educação permanente para docentes, técnicos administrativos e discentes, em âmbito interno: A Extensão na Unochapecó: Construindo Possibilidades (2014/1), oficina no XI Ciclo de Estudos: Docência no Ensino Superior – Parte II (2014/2); VI Capacitação para Bolsistas de Extensão (2014/2), oficina no XI Ciclo de Estudos: Docência no Ensino Superior – Parte II (2014/2), I Seminário de Socialização de Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão (2014/2), A Extensão na Unochapecó: Construindo Saberes (2014/2), oficina no XII Ciclo de Estudos: Docência no Ensino Superior – Parte I (2015/1), três etapas do Dia da Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão (2015/1), VII Capacitação para Bolsistas de Extensão (2015/2), Dia da Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão (2015/2), V Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unochapecó (2015/2), e em âmbito externo, a participação em eventos e fóruns, tais como: reuniões do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ForExt), Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (ForProex), Encontro Nacional do Fórum de Extensão das IES Particulares (ForExp), Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), Fórum de Extensão do Mercosul, Câmara Sul do ForExt, entre outros; 12) viabilização de um processo de instrumentalização, orientação e acompanhamento de interessados em submeter propostas ao Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), lançado pelo Ministério da Educação em 2015, que resultou na submissão e aprovação com nota máxima de cinco propostas de programas de extensão, cujo principal foco é a articulação das atividades extensionistas em consonância com as atividades de ensino e pesquisa; 13) implantação de novo roteiro de avaliação parcial/anual dos programas e projetos de extensão, de caráter qualitativo e quantitativo, para identificação de resultados almejados e a instituição de uma nova realidade social, com impactos tanto na formação acadêmica como nas comunidades, e disponibilização dos dados para órgãos internos e externos, tais como: Censo da Educação Superior, Relatório de Autoavaliação Institucional, Balanço Social e no redimensionamento da Extensão Universitária como política de gestão; 14) construção coletiva do

Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Manoel Boita

Programa UnoVerCidade, que objetiva desenvolver ações de ensino, pesquisa extensão em interação com a comunidade e, na primeira etapa, com comunidades do entorno da UnoChapecó, constitutivos do território bairro Efapi; 15) início do mapeamento de ações de associação/articulação entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos componentes curriculares dos cursos; 16) interlocução e parceria entre projetos e programas com atividades comuns nas comunidades. **CONCLUSÕES:** A extensão universitária na UnoChapecó, a partir dos diferentes movimentos realizados, apresenta-se como uma possibilidade concreta de transformação social, via fortalecimento do ensino e da pesquisa, por meio da geração de vínculos e compromissos sociais. As ações implementadas visaram fortalecer as atividades extensionistas vigentes, provocando possibilidades concretas do exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, possibilitando uma formação profissional e de pessoas mais coadunada às necessidades da realidade concreta do futuro mundo do trabalho, fortalecendo o vínculo com as diferentes comunidades. Contudo, muitos são os desafios, como fortalecer a compreensão de que o sujeito da ação extensionista está existencial, ética e socialmente comprometido com seu impactos (SANTOS, 2007) e, concordar com Jezine (2006), em relação à necessidade de superação do tecnicismo e pragmatismo acadêmico; da dicotomia entre teoria e prática; de ações assistencialistas desinteressadas e de uma visão ingênua acerca do sujeito da extensão, do ensino e da pesquisa.

Palavras-chave: Extensão universitária. Ensino Superior. UnoChapecó.

Fonte financiadora: UnoChapecó.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Brasília, 2013.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. p. 128.

_____. Lei. n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Forproex, 2012.

Graciela Alves de Borba Novakowski, Carlos Eduardo Arns, Luciane Luvizon Campagnolo

JEZINE, E. A extensão universitária como prática social. **Temas em Educação**, v. 15, p. 118-129, 2006.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PROMOVENDO MAIS QUALIDADE DE VIDA E QUALIFICANDO A FORMAÇÃO: O PROJETO INTERVENÇÃO MOTORA EM CENA

Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues¹, Michele Minozzo dos Anjos, Daiara Macagnan, Fernanda Canei, Franciele Miranda da Maia, Paula Zeni

¹ Docente do curso de Educação Física e coordenadora do Programa de Extensão Sorriso para a Vida, Unochapecó, schwinn@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A universidade tem um papel permanente em ampliar o saber viabilizador de mudanças na sociedade, a fim de que os sujeitos que por ela passam, possam desenvolver suas potencialidades e, via protagonismo, possam perceber-se e construir-se como sujeitos ativos na produção da realidade societária. Para isso, o processo formativo deve contemplar o ensino, pesquisa e extensão, além de possibilitar ao estudante interagir na sociedade, na realidade concreta de seu futuro campo de atuação profissional e assim desenvolver um caráter reflexivo, crítico e transformador. A Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), através de sua política de desenvolvimento institucional, oportuniza o contato direto e permanente do estudante com a comunidade através das diversas ações de extensão, vinculadas ao ensino e à pesquisa, compreendendo-as como um processo educativo, cultural e científico. A partir das vivências obtidas na esfera da extensão, é possível a construção de um censo humanista, que se reflete na formação acadêmica em curso e, posteriormente, na atuação profissional. Desta forma, a instituição, por intermédio de programas e ou projetos em áreas temáticas, viabiliza ao acadêmico a inserção e a atuação na tríade em discussão, ensino-pesquisa-extensão. Nesta perspectiva, dentro da área temática da saúde, encontra-se o programa “Sorriso para a Vida”, o qual “[...] objetiva promover a ressignificação dos espaços, tempos e sujeitos do processo entre saúde e doença e em vulnerabilidade e risco social, numa perspectiva interdisciplinar e multiprofissional, por intermédio de ações lúdicas e educativas de promoção à saúde.” (UNOCHAPECÓ, [s.d.]). O programa em questão é composto por vários projetos, dentre os quais, elencou-se para o presente trabalho, o projeto “Intervenção Motora”, que está sob responsabilidade dos docentes e estudantes do curso de graduação em Fisioterapia. Consiste em medidas de apoio integrado e centrado na criança, incluindo atividades de natureza preventiva, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social. Suas ações estão voltadas para o desenvolvimento da criança, permitindo o avanço de suas potencialidades e a otimização de ganhos no desenvolvimento motor. Um dos espaços contemplados com as ações do projeto é o Abrigo Municipal de Chapecó (SC), sendo que este também conta com a inserção de demais estudantes dos cursos da área da saúde da Unochapecó, como os cursos de Educação Física, Medicina, Enfermagem e Odontologia. **OBJETIVO:** Intervir no desenvolvimento neuropsicomotor de crianças atendidas pelo programa “Sorriso para a Vida” institucionalizadas no Abrigo Municipal de Chapecó e desenvolver a compreensão diante das diversidades encontradas na sociedade, a partir dos princípios da integralidade, equidade e humanização.

Michele Minozzo dos Anjos, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues, Daiara Macagnan, Fernanda Canei,
Franciele Miranda da Maia, Paula Zeni

METODOLOGIA: As ações são desenvolvidas no Abrigo Municipal de Chapecó, com regularidade semanal, abrangendo crianças e adolescentes de zero a 16 anos, sendo realizadas de acordo com cada faixa etária. Inicialmente, todas as crianças e adolescentes são avaliadas quanto ao desenvolvimento motor através da escala *Brunet-Lézine* e do manual Escala de Desenvolvimento Motor (EDM). Na sequência, as atividades realizadas buscam proporcionar a estimulação precoce para bebês e crianças que tenham algum atraso em seu desenvolvimento motor, coordenação motora e aprendizado. São utilizados recursos cinesioterapêuticos como: *balance pad*, *dynadisc*, *balancin*, cones, pranchas de propriocepção, bolas, faixas elásticas, circuitos de motricidade fina e ampla, encaixes, entre outros. Nesse contexto, cabe ainda ressaltar a parceria estabelecida com os cursos de Odontologia, Educação Física e Medicina na implementação de atividades multiprofissionais nos espaços comunitários, caso da instituição em pauta. As atividades são registradas em diário de campo e/ou em instrumentos específicos, de acordo com a necessidade de cada ação em cada contexto. **RESULTADOS:** As ações de intervenção realizadas na instituição, além dos ganhos em habilidades motoras, despertou nas crianças motivação, inclusão social, cooperação e outras características entendidas como relações sociais. Possibilitou aos acadêmicos envolvidos desenvolver habilidades para competências inerentes à sua futura profissão, principalmente, organizar ações de acordo com as demandas concretas dos sujeitos, dos tempos e espaços nos quais estão inseridos e do agir coletivo, competência importante na área da atuação profissional da saúde, considerando que é necessário apostar em uma formação para atuação em equipe de saúde. Ainda proporcionou e proporciona uma atuação acadêmica interdisciplinar, corroborando para a aquisição e construção de conhecimento concomitante entre teoria e prática. **CONCLUSÕES:** As ações do projeto “Intervenção Motora” contribuíram para o desenvolvimento das crianças atendidas no aspecto neuropsicomotor, e além disto, para o aspecto biopsicossocial. Destaca-se a importância da articulação do ensino e a pesquisa com a extensão universitária, processo que promove a produção e a democratização dos saberes, envolvendo docentes, discentes e a comunidade. Além de despertar nos implicados a necessidade de atentar à necessidade do outro, a importância da humanização nas ações em saúde e a compreensão do indivíduo como um ser global, com desejos e necessidades próprias. A relevância deste exercício de fazer extensão, perspectiva sua continuidade ancorada no ensino e na pesquisa, possibilitando aos acadêmicos e docentes, articular os aspectos que circundam as pessoas em situação de vulnerabilidade, além de ressaltar, via vivência, a importância da equipe multi e interdisciplinar, o vínculo profissional e social, processo no qual cada um exerce papel de extrema significância, estabelecidos nos três níveis de assistência básica à saúde: promoção, prevenção e reabilitação.

Palavras-chave: Humanização. Formação acadêmica. Extensão.

Fonte financiadora: Artigo 171 (FUMDES) e FAPEX, em parceria com a Unochapecó, por intermédio do programa “Sorriso para a Vida” e Pró-Saúde.

Referências

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Sorriso para a Vida**. [s.d.]. Disponível em: <www.unochapeco.edu.br/sorriso-para-vida>.

PECJUR: PROJETO DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA JURÍDICA

Liziane Paula Simonetti¹, Eleandra dos Santos, Thalia Noeli Nicaretta,
Helenice da Aparecida Dambrós, Marli Canello Modesti

¹ Acadêmica de Direito Unochapecó e bolsista de Extensão, liziane_paula@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O PECJUR é um Projeto de Extensão Comunitária Jurídica, vinculado ao Centro de Atendimento à Comunidade da Unochapecó. Sua atuação junto à comunidade regional teve início em março de 2003, atuando a partir do eixo temático Direitos Humanos, Cidadania e Justiça. Tem a finalidade de contribuir na formação humanista e cidadã dos estudantes do curso de direito, bem como, integrá-los à comunidade local e regional, com o objetivo de informar e orientar à população sobre direitos e deveres, como forma de exercício da cidadania. O cidadão que conhece seus direitos e deveres se dá conta do quanto sua participação é importante na sociedade. Os estudantes, por sua vez, atuam como agentes de transformação social e protagonistas na sociedade. As atividades desenvolvidas neste projeto consistem em reuniões de estudos, planejamento e avaliação de ações, produção de materiais, elaboração e execução de projetos, palestras, minicursos e participação em eventos de ensino, pesquisa e extensão. As ações desenvolvidas são definidas a partir das necessidades e interesses da coletividade. Tem como público-alvo: escolas, associações de bairros, organizações de representação popular, entidades e instituições públicas e privadas da sociedade civil, e como parceiros outros programas e projetos da Unochapecó. Compreende-se que a formação, em seu sentido amplo e pleno, requer o compromisso dos atores envolvidos no processo educacional, voltados para o exercício da cidadania e conduta ética. Nesse sentido, Dallari (2004, p. 19), ao abordar sobre o papel dos professores no fomento de uma sociabilidade que respeite os direitos humanos, afirma que “[...] os professores têm uma possibilidade muito grande de influenciar a vida social, principalmente no que tange à fixação de valores e padrões de convivência, tarefa essencial para a construção de uma sociedade justa e em que a dignidade da pessoa humana seja efetivamente promovida enquanto valor e realidade.” Consta o autor que se trata do papel político do professor como ser da *polis*, isto é, destinado à integração e à convivência da sociedade. Dessa forma, o PECJUR se constitui em dimensão privilegiada de e para a formação cidadã, ética e emancipatória, uma vez que os projetos que integram o programa, reservadas as suas peculiaridades e especificidades, já pautam suas ações nesta perspectiva, em consonância com a missão da Unochapecó, tendo toda sua ação voltada à defesa dos direitos humanos, da cidadania e da democracia, que pressupõe respeito aos princípios fundamentais da vida pública e da dignidade do ser humano. **OBJETIVO:** Informar e orientar a população sobre direitos e deveres, como uma forma de exercício da cidadania, visando uma formação profissional integral e autônoma dos estudantes do curso de Direito da Unochapecó. Na formação

Liziane Paula Simonetti, Eleandra dos Santos, Thalia Noeli Nicaretta, Helenice da Aparecida Dambrós, Marli Canello Modesti

qualificada para o exercício da cidadania, os alunos voluntários participam diretamente de todo o processo, desde a decisão sobre qual ação será desenvolvida, na elaboração do material de divulgação (como folders e cartilhas), assim como na divulgação/informação dos direitos e deveres, nos encontros realizados com a comunidade. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada pelo projeto garante o incremento no processo de transformação acadêmica e tem como impacto maior a transformação social, por meio do envolvimento tanto da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa. Foi nessa metodologia e nesse movimento interno, a partir da percepção da realidade em que a comunidade acadêmica está inserida, pelas diversas discussões e oficinas do projeto, que surgiram novas demandas a serem desenvolvidas pela equipe de trabalho. As atividades desenvolvidas pelo PECJUR, orientam-se pelos pressupostos teóricos da educação popular, com a finalidade de desenvolver a informação para o exercício de direitos e deveres. Nesta perspectiva, as atividades são construídas conjuntamente entre os docentes e estudantes voluntários, comprometidos com o projeto, tendo como horizonte a busca da transformação social e a conquista da cidadania. Faz parte da metodologia a aproximação/investigação da realidade social para proposição de ações que direcionem e potencializem os objetivos do projeto. O atendimento destina-se a comunidade em geral, seja ela na forma de sujeito individual, coletivo, organizacional, escolar ou social, no contexto da demanda interna (Unochapecó) ou externa (comunitária). Nas ações específicas: crianças, adolescentes, idosos, profissionais que prestam serviços de cuidados e educação às pessoas idosas. O público-alvo específico são estudantes da rede pública municipal e estadual (crianças, adolescentes e adultos [Educação de Jovens e Adultos], com atuação direta nas escolas, associações de bairros e comunidades do município de Chapecó (SC), grupos de idosos de Chapecó, bem como os estudantes da universidade. Atuação na comunidade externa (em nível local e regional) junto aos órgãos de proteção dos idosos, criança e adolescente (associações, entidades não governamentais, grupos ligados ao público-alvo), escolas de ensino fundamental e médio e outros ambientes em que seja possível o desenvolvimento das atividades. Durante sua caminhada, o PECJUR trabalhou com seus acadêmicos e a comunidade externa, diversos temas em forma de cartilhas de orientação, sendo eles: Estatuto do Idoso; Educação Previdenciária; O jovem em conflito com a lei: qual é o caminho? Violência se combate com direitos; também teve papel importante no movimento pela criação da Defensoria Pública catarinense, tais como a realização do painel Constituição: Defensoria Pública, Emenda Constitucional n. 45 e Cidadania, com a presença de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Poder Judiciário, Defensoria Pública, Poder Legislativo catarinense, estudantes e professores. Na oportunidade, aprovou-se o Manifesto de Chapecó pela Defensoria Pública catarinense, hoje uma realidade em nossa cidade. Nos últimos anos, o PECJUR vem trabalhando a cartilha do idoso, com os grupos de idosos de toda a região, em forma de palestra dinâmica, exaltando quais os direitos e deveres que o Estatuto do Idoso regulamenta, percebe-se na grande maioria dos grupos um grande interesse pelos temas abordados e uma grande participação nas discussões. Nas escolas o trabalho é feito com a cartilha “O jovem em conflito com a lei: qual é o caminho?” Com uma conversa voltada ao Estatuto da Criança e do Adolescente e a redução da maioridade penal, tema este que vem gerando muita discussão e dúvidas aos jovens. **RESULTADOS:** As atividades desenvolvidas pelo PECJUR orientam-se pelos pressupostos teóricos da educação popular, com a finalidade de desenvolver a informação para o exercício de direitos e deveres. Nesta perspectiva, as atividades são construídas conjuntamente entre os docentes, técnicos, bolsistas e estudantes voluntários comprometidos com o projeto, tendo como horizonte a busca da transformação social e a conquista da cidadania. Faz parte da metodologia

Liziane Paula Simonetti, Eleandra dos Santos, Thalia Noeli Nicaretta, Helenice da Aparecida Dambrós, Marli Canello Modesti

a aproximação/investigação da realidade social para proposição de ações que direcionem e potencializem os objetivos do projeto. Fazendo um balanço do PECJUR nos últimos cinco anos, obtivemos números significativos de atendimentos a comunidade, os quais no ano de 2010 chegaram a 1.089 pessoas atendidas; em 2011 foram atendidas 1.199 pessoas; em 2012 foram atendidas 830 pessoas; em 2013 foram atendidas 765 pessoas e, em 2014, 708 pessoas receberam atendimento, obtendo em cinco anos um total de 4.591 pessoas que participaram das ações do PECJUR. A proposta avaliativa das ações do PECJUR está vinculada ao atendimento de pessoas e/ou famílias, e é realizada de forma gradativa com todos os envolvidos por meio de dinâmica. A avaliação do processo de intervenção junto à comunidade, por meio das ações de ensino e extensão, possibilita retorno no que se refere a transformações que possam ter ocorrido, tanto a partir da visão dos beneficiários da ação quanto dos acadêmicos que se constituíram como sujeitos do processo, e que de uma forma ou outra, essa ação refletiu na sua formação profissional. **CONCLUSÕES:** Percebe-se a importância da informação sobre direitos e deveres para a emancipação do cidadão, que passa a ter mais autonomia e participação efetiva na comunidade. As cartilhas são ferramentas eficazes para a difusão do conhecimento. O cidadão que conhece seus direitos e deveres se dá conta do quanto sua participação é importante na comunidade. Os estudantes, por sua vez, atuam como agentes de transformação social e protagonistas na sociedade. Conforme ficou evidenciado na descrição das atividades desenvolvidas, parte-se sempre de um diagnóstico de uma realidade determinada em que se percebiam carências de informações para o exercício da cidadania, para então se definir as ações que serão implementadas. Ou seja, toma-se como ponto de partida das ações o conhecimento da realidade e o diagnóstico das demandas. Após a definição das demandas, busca-se capacitar a equipe nas ações específicas, por meio de leituras, cursos de extensão, reuniões com profissionais de diferentes áreas do conhecimento, tudo com a finalidade de potencializar a intervenção. Diante da grande aceitação que o PECJUR sempre teve por toda a comunidade, pretende-se expandi-lo para toda a região, com o intuito de levar informação para um maior número de pessoas.

Palavras-chave: PECJUR. Informações. Comunidade.

Fonte financiadora: Projeto Institucional Permanente.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DE IMAGENS SOBRE A BIODIVERSIDADE DA MATA ATLÂNTICA DO SUL DO BRASIL

Luciane da Rosa¹, Francieli Delazeri, Ana Cristina Confortin

¹ Acadêmica de Ciências Biológicas da Unochapecó, lurosa@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O bioma Mata Atlântica é considerado um dos maiores reservatórios da biodiversidade do planeta e está presente em 17 estados brasileiros incluindo o território do estado de Santa Catarina (VARJABEDIAN, 2010). A ocupação humana ao longo do tempo fragmentou este bioma deixando apenas 7% da sua cobertura original (LAGOS; MULLER, 2007). Tendo em vista a necessidade de se conservar a biodiversidade deste bioma, a Educação Ambiental vem a contribuir com a valorização e sensibilização, principalmente das crianças e adolescentes sobre este aspecto. No Brasil, a Lei 9.795/99 traz a Educação Ambiental como um processo em que o indivíduo e a coletividade constroem seus valores e atitudes voltadas para a conservação do meio ambiente e para a construção de uma sociedade mais justa (BRASIL, 1999). Freire nos ensina que a educação é uma forma de intervenção no mundo e que os educadores críticos não podem transformar o país ou o mundo, podem apenas mostrar que essa transformação é possível (FREIRE, 2011). Nesse sentido, o educar ambientalmente deve ser maior do que o sentido de simplesmente sensibilizar a população sobre o problema e de saber o que é certo ou errado em relação ao meio ambiente. Para Guimarães (2004), é preciso que as pessoas percebam que a preservação ambiental deve envolver também o amar, o ter prazer em cuidar, o sentimento de pertencimento à natureza. Sendo assim, uma das diversas formas de se fazer Educação Ambiental proporcionando uma construção de saber crítico, é a utilização de imagens como recurso de aproximar o estudante com a realidade do ambiente em que se vive (SANTANA; MOURA, [s.d.]). Tendo isso como base, o projeto de extensão do curso de Ciências Biológicas da Unochapecó “Olhares sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul do Brasil” busca ampliar o conhecimento dos estudantes e da comunidade em geral sobre a biodiversidade regional, por meio de fotografias organizadas em uma Mostra Fotográfica Itinerante. **OBJETIVO:** Sensibilizar os estudantes que participam do programa Protetores Ambientais sobre a importância da biodiversidade da Mata Atlântica e da sua conservação. **METODOLOGIA:** O projeto “Olhares sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul do Brasil” é um projeto de extensão do curso de Ciências Biológicas da Unochapecó, financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX). Faz parte desse projeto uma mostra fotográfica com imagens da fauna e flora pertencentes ao bioma da Mata Atlântica do Sul do Brasil, advindas de pesquisas desenvolvidas por estudantes e professores do curso de graduação em Ciências Biológicas e o mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Na semana de exposição, a Mostra

Luciane da Rosa, Francieli Delazeri, Ana Cristina Confortin

Fotográfica Itinerante foi exposta na 5ª Companhia de Polícia Militar Ambiental de Chapecó, quando aconteceu a formação dos estudantes que participam do programa Protetores Ambientais da Polícia Militar Ambiental. No decorrer desta semana, foram ministradas duas palestras, com as duas turmas de estudantes do ensino fundamental e médio de escolas da educação básica que participam deste programa, para que ampliassem seus conhecimentos sobre a biodiversidade regional, bem como sobre questões relacionadas ao meio ambiente em que vivem. Ao final de cada palestra, os estudantes responderam a um questionário com três questões abertas que versaram sobre o tema da palestra referente ao bioma da Mata Atlântica. **RESULTADOS:** A biodiversidade de animais e plantas foi o que mais chamou a atenção dos Protetores Ambientais. Isso se atribui as imagens da fauna e flora apresentada na mostra, pois se reconhece que há a necessidade de se conhecer melhor para se preservar. Como colocado por Borges, Aranha e Sabino (2010), as fotografias da natureza sensibilizam e provocam curiosidade pelo que compõe a imagem. Outro conhecimento que os Protetores Ambientais relataram foi sobre os biomas do Brasil, onde a maioria declarou não saber da existência de todos os biomas que compõem o espaço brasileiro. O Brasil é rico em sua biodiversidade e ecossistemas, cada um deles com a sua especificidade de acordo com cada região e a importância ecológica e, o ensino de ciências e biologia nas escolas deve oportunizar aos estudantes o conhecimento dos diferentes biomas que existem no Brasil, ampliando, assim, o conhecimento, do local para o global. A diminuição da Mata Atlântica também foi um fator que chamou a atenção da maioria dos Protetores Ambientais, pois demonstraram preocupação com a perda da biodiversidade, marcada pela extinção de muitos animais e vegetais. Ao mesmo tempo, o tráfico de animais vem a corroborar com esta situação. Isso evidencia uma consciência dos conhecimentos científicos relacionando-os com os problemas reais, admitindo uma construção do entendimento (KRASILCHIK, 2008). Os Protetores Ambientais também relataram sobre o bom domínio de conteúdo apresentado pelos bolsistas nas palestras apresentadas, demonstrando a qualidade do trabalho desenvolvido, bem como o papel e o compromisso com a extensão da universidade. Essa questão nos remete a importância da vivência na prática profissional durante a graduação. Freire (2011) nos diz que, enquanto se ensina, há a necessidade de se buscar e procurar. Ensina porque busca, porque indaga e se indaga. Quanto aos novos conhecimentos aprendidos com a palestra e a mostra, os Protetores Ambientais citaram sobre os biomas, trazendo novamente como um aprendizado importante para ser inserido no ensino básico das escolas. Os estudantes também demonstraram não ter conhecimento das pesquisas realizadas no bioma da Mata Atlântica, tão pouco, as desenvolvidas pela Unochapecó, o que demonstra a importância de atividades de ação como estas que divulguem as pesquisas e, assim, a educação científica. Considerando que não há pesquisa sem ensino e ensino sem pesquisa. Muitas vezes os resultados das pesquisas ficam apenas no meio científico sem chegar até a comunidade, isso remonta a questão de que se eu não conheço não me interessa, logo, não se cria um sentimento de pertencimento em relação ao meio ambiente. Fayard (1999) aponta que a ciência e a vida científica se tornaram mais próximas da sociedade por meio da generalização nas práticas de comunicação. Mas um dos desafios atuais no campo da comunicação da ciência não é mais a quantidade de conhecimentos, e sim, a capacidade de criar sentido e a atitude de mobilizar as informações úteis em um momento adequado. Para grande parte dos Protetores Ambientais, os mitos e lendas relacionados com os anfíbios foram de grande interesse e curiosidade, uma vez que esse conhecimento vem a mexer com o imaginário dos adolescentes. Não obstante, ressignificar o senso comum mostra o crescimento e maturidade que vão se construindo os saberes, visto que “[...] todo o conhecimento é síntese de um processo de

Luciane da Rosa, Francieli Delazeri, Ana Cristina Confortin

compreensão e transformação do mundo.” (DICKMANN, 2015). Quando relacionado às atitudes dos estudantes para a preservação do bioma, todos se comprometeram de alguma forma, mas o que mais foi citado foi referente ao cuidado com o lixo produzido para contribuir com a preservação do meio ambiente. Esta é uma questão que já está incorporada, assimilada no dia a dia das famílias, talvez pelo fato de que este assunto foi e é amplamente abordado nas escolas. Ao mesmo tempo, também relacionaram que atitudes como evitar o consumismo exagerado, a denúncia ao tráfico de animais e a não aquisição de animais silvestres podem ser significativas para a preservação das florestas e do meio ambiente. Kraemer e Noguera (2012) nos alertam que se formarmos jovens mais conscientes quanto aos cuidados com o meio ambiente, teremos mais chances de ter adultos que causarão menos danos à natureza. **CONCLUSÕES:** O projeto de extensão “Olhares sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul do Brasil” tem grande potencial em promover a divulgação das pesquisas científicas desenvolvidas na universidade, além de oportunizar o conhecimento sobre a biodiversidade regional e proporcionar mudança de atitudes relacionadas à conservação e melhoria da qualidade ambiental. É um projeto que envolve a educação e comunicação ambiental voltadas para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica. Proporciona também, através do pensamento reflexivo e crítico, habilidades necessárias para a multiplicação de saberes sobre a realidade que os cercam.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Fotografia. Extensão.

Fonte financiadora: Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex).

Referências

BORGES, M. D.; ARANHA, J. M.; SABINO, J. A fotografia de natureza como um instrumento para Educação Ambiental. **Ciência & Educação**, v. 16, n. 1, p. 149-161, 2010.

BRASIL. **Lei n. 9.795 de 27 de abril 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional da educação ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

DICKMANN, I. **Formação de educadores ambientais:** contribuições de Paulo Freire. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FAYARD, P. La sorpresa da Copérnico: el conocimiento gira alrededor del público. **Alambique** – didáctica de las Ciencias Experimentales, n. 21, p. 9-16, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais.** Campinas: Papyrus, 2004.

KRAEMER, D. R.; NOGUERA, J. O. C. A conscientização na infância para a preservação ambiental. **Monografias Ambientais**, v. 5, n. 5, p. 1184-1193, 2012.

Luciane da Rosa, Francieli Delazeri, Ana Cristina Confortin

KRASILCHIK, M. **Prática de ensino de Biologia**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

LAGOS, A. R.; MULLER, B. D. L. Hotspot brasileiro: Mata Atlântica. **Saúde e Ambiente em Revista**, Duque de Caxias, v. 2, n. 2, p. 35-45, 2007.

SANTANA, D. A.; MOURA, J. D. P. A fotografia como instrumento para a consciência socioambiental. In: FÓRUM DE PROFESSORES DE DIDÁTICA DO ESTADO DO PARANÁ, 1., 2012, Londrina. **Anais...** Londrina, 2012.

VARJABEDIAN, R. Lei da Mata Atlântica: retrocesso ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010.

OLIMPÍADAS DE MATEMÁTICA, UMA VISÃO GERAL

Michele Giovana Giachini¹, Rosangela Ramon, Andréia Schmid

¹ Acadêmica de Matemática da Unochapecó e bolsista do projeto ORM-Unochapecó, michelegiovana@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A palavra “olimpíada”, por si só, remete a uma competição importante e na matemática esse conceito não é diferente. As olimpíadas são atividades de cunho intelectual que buscam reunir “atletas” com habilidades cognitivas destacáveis em matemática. Elas podem ser de caráter regional, nacional ou internacional. De acordo com a revista EUREKA! (1998, p. 2): “Aproveitando o natural gosto dos jovens pelas competições, as Olimpíadas de Matemática têm conseguido estimular alunos a estudar conteúdos além do currículo escolar.” De acordo com o acervo digital da Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM), a primeira Olimpíada de Matemática oficial surgiu em 1894, na Hungria. Em 1959, na cidade de Bucareste, na Romênia, aconteceu a primeira Olimpíada Internacional de Matemática, onde cada país poderia contar com presença de oito estudantes. Esse número permaneceu até 1982, quando aconteceu a modificação para seis estudantes por país, número que permanece até os dias atuais. Os competidores devem ter idade inferior a 21 anos e não estarem inseridos no ensino superior. A primeira OBM foi realizada pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) no ano de 1979 e continua sendo disputada até os dias atuais. É realizada anualmente e conta com a colaboração do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Outra Olimpíada de Matemática a nível nacional é a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) realizada pela primeira vez em 2005. Além das olimpíadas nacionais, os estudantes brasileiros participam também de olimpíadas internacionais. Há também as competições em nível regional. Santa Catarina conta com duas, ambas realizadas pela extensão universitária, a Olimpíada Regional de Matemática de Santa Catarina (ORM-UFSC) realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Olimpíada Regional de Matemática da Unochapecó (ORM-Unochapecó) realizada pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Cabe ressaltar que em todas as olimpíadas mencionadas, apresentam em sua estrutura diferentes fases e as mesmas são caracterizadas por provas. **OBJETIVO:** Apresentar as diferentes Olimpíadas de Matemática existentes, bem como as principais características presentes em cada uma. Daremos destaque para as duas olimpíadas de nível nacional e duas olimpíadas realizadas no estado de Santa Catarina. **METODOLOGIA:** Serão elencadas características presentes nas duas olimpíadas a nível nacional e duas olimpíadas a nível de Santa Catarina. Para compor a revisão bibliográfica as informações foram retiradas de acervos digitais, sendo essa a única fonte de consulta disponível. A OBM é uma competição dedicada a estudantes de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, ensino médio e universitário, destinada a escolas públicas

Michele Giovana Giachini, Rosangela Ramon, Andréia Schmid

e privadas brasileiras. É dividida em quatro níveis e três fases. O primeiro nível contempla estudantes de 6º e 7º ano. No segundo nível estudantes de 8º e 9º ano. O terceiro nível é composto por estudantes de ensino médio e o quarto e último nível por estudantes universitários. As provas para estudantes de ensino fundamental e médio são realizadas em três fases. A primeira e a segunda fase são realizadas nas dependências das escolas. A primeira fase contempla questões objetivas. Já a segunda e terceira fase é composta por problemas descritivos. Para estudantes universitários são realizadas duas fases com provas descritivas. Os estudantes que apresentam melhores resultados são premiados em cerimonial. Os objetivos da OBM são, segundo o regulamento, intervir na melhoria do ensino estimulando alunos e professores, descobrir novos talentos, proporcionar condições para uma carreira de pesquisa e selecionar estudantes para realização de Olimpíadas Internacionais. Outra olimpíada em nível nacional é OBMEP, uma competição dedicada somente a estudantes brasileiros de escolas públicas. É dividida em três níveis e duas fases. O nível I é destinado para estudantes de 6º e 7º ano do ensino fundamental e o nível II para estudantes de 8º e 9º ano. O nível III destina-se a alunos matriculados no ensino médio. No que se refere a estrutura das provas, a primeira contém questões objetivas e a segunda questões descritivas. Há premiação aos estudantes, professores, escolas e secretarias de educação. De acordo com o regulamento da OBMEP, seus objetivos são estimular e promover o estudo da matemática, contribuir para a melhoria e qualidade do ensino, identificar novos talentos e incentivar o aperfeiçoamento de professores, contribuindo assim para a integração de escolas e a inclusão social por meio da difusão do conhecimento. No estado de Santa Catarina, é realizado desde 1998 a ORM-UFSC. Desde 2004 é realizada a ORM-Unochapecó. A ORM-Unochapecó é um projeto de extensão da Universidade direcionada para estudantes de 6º ano do ensino fundamental até estudantes do 3º ano do ensino médio de escolas públicas e privadas do oeste de Santa Catarina, noroeste do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná. A olimpíada é dividida em três níveis. Estudantes de 6º e 7º ano fazem parte do nível I, estudantes de 8º e 9º ano do nível II e alunos do ensino médio do nível III. É realizada anualmente em duas fases, sendo a primeira prova a mesma da primeira fase da OBM. A segunda abrange seis problemas descritivos, problemas elaborados pela equipe do projeto e professores do curso de Matemática da Unochapecó. Os estudantes de melhor desempenho participam de premiação cerimonial, que acontece na Universidade com a participação de alunos, pais, professores e a comunidade escolar. A ORM-Unochapecó oferece as escolas participantes treinamentos e listas de exercícios com problemas e desafios. O objetivo da ORM-Unochapecó é estimular o estudo da Matemática nas escolas de ensino fundamental e médio de abrangência, de forma a incentivar o pensamento crítico e investigativo, desenvolver o raciocínio lógico e relacionar a matemática a outras áreas do conhecimento. Outra olimpíada regional é a ORM-UFSC, um projeto que abrange estudantes de escolas públicas ou privadas do estado, desde o 6º ano até estudantes do ensino médio, sendo divididos em três níveis. O primeiro nível é destinado para estudantes de 6º e 7º ano. O nível II a estudantes de 8º e 9º ano. Os estudantes do ensino médio participam do nível III. A olimpíada é realizada em duas fases. A primeira prova é realizada nas dependências das escolas cadastradas, sendo a mesma da OBM. A prova de segunda fase é elaborada por professores da UFSC sendo composta por cinco problemas descritivos. Essa fase é realizada na instituição e nas cidades polo, realizadas ambas no mesmo dia e horário. Após realização das fases é feita a premiação aos estudantes com melhor desempenho. É realizado também vídeo aula ou treinamentos nas escolas. **RESULTADOS:** As olimpíadas não são uma forma de competição entre as escolas e participantes. Os problemas propostos em ambas as provas das olimpíadas assemelham-se por valorizar as diferentes

Michele Giovana Giachini, Rosangela Ramon, Andréia Schmid

formas de resolução dos problemas, os diferentes raciocínios, sendo iguais as distribuições dos níveis. A OBM se difere por apresentar um quarto nível, o nível universitário. As duas Olimpíadas Regionais de Santa Catarina apresentam um mesmo padrão, sendo que a primeira fase das duas Olimpíadas Regionais é a mesma prova da primeira fase da OBM. A segunda fase das regionais se difere no número de questões, na qual a ORM-Unochapecó possui seis questões descritivas e a ORM-UFSC somente cinco. As olimpíadas, nacionais e regionais, mantêm contato frequente com as escolas e também enviam materiais de estudos para professores e alunos. Nas Olimpíadas Regionais são realizados treinamentos nas escolas ou disponibilizado em videoaula. Outra semelhança entre elas está na premiação, que acontece em cerimonial com entrega de medalhas e troféus aos alunos destaque. **CONCLUSÕES:** Em todas as Olimpíadas de Matemática fica notável a preocupação em estimular o estudo da matemática, a criatividade, a imaginação, mostrando uma matemática diferente daquela resumida em regras e fórmulas. Elas também buscam detectar jovens talentos. As Olimpíadas de Matemática, de modo geral, são importantes meios de compartilhamento de saberes e ideias entre alunos, professores e bolsistas dos projetos, ou seja, estimula a participação e a democratização do conhecimento.

Palavras-chave: Olimpíadas de Matemática. História. Objetivos.

Fonte financiadora: Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex) e Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Referências

OBM – Olimpíada Brasileira de Matemática. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.obm.org.br/opencms/>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

OBMEP – Olimpíada Brasileira das Escolas Públicas. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.obmep.org.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

ORM – Olimpíada Regional de Matemática. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.orm.mtm.ufsc.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

ORM – Olimpíada Regional de Matemática da Unochapecó. . [s.d.]. Disponível em: <<http://unochapeco.edu.br/olimpiadas-de-matematica>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

REVISTA EUREKA! **Olimpíada Brasileira de Matemática**. Rio de Janeiro, v. 1, 1998.

MEDIAÇÃO ESCOLAR: EM BUSCA DA PAZ POSSÍVEL

Adriana de Toni¹, Carmen Lúcia de Souza, Daniela Zawadski,
Naína Ariana Souza Tumelero

¹ Docente da Unochapecó, adriana@unochapecó.edu.br

INTRODUÇÃO: O projeto de Mediação Escolar, considerado um subprojeto do projeto de extensão denominado Serviço de Mediação Familiar (SMF/Unochapecó), visa a disseminação da cultura da Paz na Escola de Educação Básica São Francisco. Com a execução do projeto pretende-se garantir relações solidárias e amistosas no ambiente escolar, cada vez mais permeado pela instabilidade e capturadas por distintas formas de violência. Trabalhar na perspectiva da cultura da paz não se trata de um objetivo somente deste projeto, mas também do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, por intermédio das iniciativas de resolução de conflitos de forma não-adversarial. Também o governo do estado de Santa Catarina, por intermédio da Semana Estadual da Paz (de 5 a 12 de outubro de cada ano) visa efetivar a Política de Prevenção, Atenção e Atendimentos às Violências na Escola. É um projeto relevante, pois contribui para a formação profissional e cidadã dos estudantes envolvidos nas atividades, que não apenas vivenciam os fundamentos teórico-metodológicos específicos da sua formação profissional, mas também ampliam o conhecimento sobre a realidade escolar e seus desafios. Destaca-se o caráter inovador do presente projeto, não apenas pela articulação interinstitucional, mas por se tratar da primeira iniciativa na cidade de Chapecó (não se conhece, também, projeto semelhante no Estado de Santa Catarina). O projeto advém de parceria solicitada inicialmente pelo Ministério Público, e da articulação institucional entre a Unochapecó e a quarta GERED (representando o Estado), como forma de contribuir para a melhoria das relações escolares através da mediação escolar. **OBJETIVO:** Contribuir para a redução da violência na EEB São Francisco, por meio da mediação escolar. No que diz respeito à qualificação profissional dos estudantes da Unochapecó envolvidos, apresenta os seguintes objetivos específicos: (a) Instrumentalizá-lo para atuarem como mediadores escolares, com base nos fundamentos da mediação transformativa; (b) Oportunizar o desenvolvimento de habilidades e competências específicas de cada área do conhecimento, permeada pelo exercício da interdisciplinaridade na ressignificação dos conflitos escolares; (c) Articular ensino, pesquisa e extensão, qualificando as ações desenvolvidas pelo projeto;. Quanto aos objetivos específicos voltados à mudança da realidade escolar, pretende-se: (d) Contribuir para a construção de uma cultura escolar fundamentada na paz social, através de hábitos e atitudes voltados à resolução de conflitos de forma não adversarial; (e) Desenvolver o protagonismo da comunidade escolar na identificação das circunstâncias em que ocorrem os conflitos e sua resolução; (f) Formar alunos/gestores/professores mediadores para enfrentar situações de violência; (g) Envolver familiares através do apoio, orientação e esclarecimentos sobre

Adriana de Toni, Carmen Lúcia de Souza, Daniela Zawadski, Naina Ariana Souza Tumelero

a importância do seu papel no desenvolvimento de relações fraternas e solidárias. Em suma, o projeto foca no cumprimento da missão da Unochapecó, promovendo a cidadania de crianças e adolescentes inseridos em ambiente escolar, vulneráveis às mais distintas formas de violência. **METODOLOGIA:** O projeto se propõe a desenvolver ações com caráter participativo, envolvendo gestores, professores, alunos, funcionários da escola e familiares, considerados agentes ativos e não meros receptores de ensinamentos previamente moldados. Tal concepção metodológica parte da ideia de que, mesmo o projeto inicial propondo claramente objetivos, ações e metas, visando resultados plausíveis, é repensado e reelaborado a partir das necessidades, demandas e expectativas que surgem durante a execução. Com base nos diálogos promovidos com a Gered e o Ministério Público, foram propostos os seguintes passos metodológicos: (a) Levantamento de expectativas, percepções sobre o projeto e sugestões dos atores a serem envolvidos; (b) Atividades de esclarecimento coletivo, por meio de contatos e reuniões com a comunidade escolar e famílias; (c) Formação da equipe gestora do projeto orientada pela equipe executora do SMF/Unochapecó; (d) Execução das atividades planejadas, tais como discussões compreendendo violência e conflito nas escolas, cultura da paz, mediação e mediação escolar; (e) A seleção dos participantes das atividades de capacitação; (h) O trabalho com famílias através de visitas domiciliares e encontros coletivos na escola, sempre articulados com as outras ações do projeto; (f) Formação de contadores de histórias que relacionem a cultura da paz. **RESULTADOS:** Concluída a fase de sensibilização, foram capacitadas em Mediação Escolar três turmas do segundo ano do ensino médio. Nos quatro encontros semanais, com a duração de cerca de três horas cada, foram trabalhadas as dificuldades de lidar com as diferenças e escolhas pessoais como possíveis geradoras de conflitos. Além disso, focou-se na mediação como possibilidades de resolução de conflitos, estreitando laços entre os estudantes. Os alunos tiveram a oportunidade de simular sessões de mediação escolar, dramatizando conflitos e a sua resolução como mediandos e mediadores. Por fim, foi realizada avaliação para identificar se gostariam que fosse implementado o projeto de mediação na escola e se pretendiam ser mediadores, e 100% dos alunos sinalizaram a importância do projeto na escola e 16 deles demonstram interesse em ser mediadores. Outra atividade importante do projeto, visando disseminar a cultura da paz, foi a capacitação em contação de história para estudantes do ensino fundamental e médio. No momento, estão sendo realizadas visitas domiciliares, visando conhecer e aproximar as famílias da escola. **CONCLUSÕES:** Especialmente com os estudantes, os resultados têm sido positivos. A mediação escolar exige a vivência de valores e princípios que estimulam o respeito ao outro e a empatia criando um ambiente propício ao diálogo. Pretende-se formar equipes de mediadores contando com professores e estudantes, a fim de efetivamente implementarem a cultura da paz na escola.

Palavras-chave: Conflitos escolares. Cultura da paz. Mediação Escolar.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex).

O PENSAR E FAZER DANÇA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A METODOLOGIA DE TRABALHO DO GRUPO UNIVERSITÁRIO DE DANÇA ESSÊNCIA DA UNOCHAPECÓ

Neusa Dendena Kleinubing¹, Vanessa Gertrudes Francischi, Deizi Domingues da Rocha

¹ Mestre em Educação Física e docente do curso de Educação Física da Unochapecó, neusadk@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O Grupo Universitário de Dança Essência é um projeto de extensão da Unochapecó que visa consolidar permanentemente o desenvolvimento da manifestação cultural no âmbito universitário e na comunidade local. Pensando na formação acadêmica e humana e na inclusão sociocultural, este projeto oportuniza um espaço do exercício do ensino e da pesquisa junto à extensão universitária, possibilitando por meio da experiência estética a reflexão cultural, social e educacional. **OBJETIVO:** Desenvolver a linguagem artística da dança explorando as diversas estéticas a fim de oportunizar vivências, produção e difusão da dança no contexto acadêmico e na comunidade em geral, visando a ampliação e qualificação da formação inicial e humana. **METODOLOGIA:** Este trabalho é de cunho teórico e visa apresentar a metodologia proposta para a criação e produção das atividades artísticas do Grupo Universitário de Dança Essência. Deste modo, neste trabalho discutiremos os princípios nos quais o desenvolvimento do trabalho artístico se fundamenta, quais sejam: 1) todo corpo tem potencial criativo e expressivo; 2) criação do trabalho cênico a partir dos laboratórios de pesquisa; 3) o processo de criação numa perspectiva autoral. **RESULTADOS:** Os preceitos da dança contemporânea fundamentam o trabalho desenvolvido no Grupo Universitário de Dança que, além de propor um trabalho de dança voltado à experimentação, à descoberta e à valorização das diferentes possibilidades de movimentos, problematiza os padrões de corpo, de dança e de *performance* aceitos e reconhecidos hegemonicamente enquanto arte. Um dos mais importantes preceitos da dança contemporânea é de que o movimento é a base do conhecimento no qual experiências transformam modos de pensar e agir (BASTOS, 2007). Nesse sentido, “[...] o corpo em constante relação com o ambiente constrói modos de pensar complicados em modos de fazer. Perceber o mundo é um modo de agir sobre o mesmo: relação intrínseca entre percepção e ação. Pensar implica em fazer e fazer implica em pensar.” (SIEDLER, 2013). No fazer e pensar a dança, todos os corpos são perspectivados como habilitados e capacitados para o processo de criação artística. Nisso, qualquer pessoa que deseja dançar tem a possibilidade de integrar o grupo, e suas características pessoais serão potencializadas. Isto não significa que não há intenção em (re)construir e/ou qualificar tecnicamente esse corpo que dança, mas sim, que parte-se da condição corporal e da experiência de cada integrante com a dança para iniciar todo o processo criativo. Estas ideias balizam nosso entendimento de que todo corpo tem potencial criativo e expressivo. O trabalho de criação do Grupo Universitário de Dança Essência é realizado na perspectiva da dança contemporânea que tem como pressuposto a investigação. A

Neusa Dendena Kleinubing, Vanessa Gertrudes Francischi, Deizi Domingues da Rocha

investigação envolve a busca pelo novo, tanto com relação ao próprio movimento, quanto às relações que os corpos que dançam constroem com os outros e com o espaço. O corpo, no ato de investigar em dança “[...] é um corpo que experiência outras necessidades, outras possibilidades de movimentos como um exercício de especulação, resultado do seu relacionamento com o novo, o diferente, surpreendente, o desconhecido.” (TRIDAPALLI, 2008-2009). Ainda temos o entendimento de que, “[...] a condição de investigação do corpo é uma experiência perceptiva em que o corpo está imerso no mundo, simultaneamente produzindo e sendo produto da experiência. É um corpo, portanto, que se torna sujeito.” (TRIDAPALLI, 2008-2009). Nisso as experiências que cada integrante traz e que marcam sua trajetória de vida são a ignição inicial para o processo de criação e para o processo de produção de conhecimento sobre si mesmo, sobre a dança e o mundo e, nessa perspectiva, a improvisação é a base na qual fundamentamos nossas ações referentes à produção artística. Assim, podemos sintetizar a organização do processo criativo nas seguintes etapas: a) escolha da(s) temática(s) a ser(em) dançada(s)/pesquisada(s); b) preparação corporal para a realização dos processos coreográficos; c) trabalho de ampliação do repertório de movimento a partir da metodologia da improvisação, realizando trabalhos individuais, duplas, pequenos e grande grupo e d) laboratórios de criação e concepção cênica. Todos estes elementos não são necessariamente desenvolvidos nesta ordem, depende do objetivo que se quer desenvolver e de qual a melhor maneira de explorar o movimento de cada um, e de como dar condições para que o processo de criação se dê numa perspectiva autoral. Ao iniciar uma nova composição coreográfica, inicia-se também um novo processo de investigação acerca dos modos pelos quais cada corpo pode “falar sobre o tema” a ser dançado. Estruturamos momentos em que os dançarinos falam para o grande grupo sobre o que entendem e sabem sobre o tema proposto, após, é lançado ao grupo “desafios corporais”, que são exercícios de improvisação em que cada sujeito a partir das suas experiências de movimento vai construindo novos repertórios, e assim criam pequenas “células de movimento” que depois poderão transformar-se em sequência coreográfica. Além de criar sua própria sequência coreográfica os integrantes também são orientados a compartilhar esses movimentos com os outros e assim construir coletivamente sua própria dança, na qual cada um tem a possibilidade de criar a partir do movimento do outro. Com a experiência desenvolvida enquanto grupo pode-se perceber que essa maneira de construir e fazer dança permite dançar com o outro de maneira que todos possam participar, pois os limites e possibilidades de cada corpo são considerados, bem como a criação de cada um. O trabalho com a dança neste projeto de extensão tem como condição primeira possibilitar ao sujeito entender-se no mundo pela dança, tomando consciência das suas limitações e possibilidades. Entende-se que a partir disso, o sujeito será capaz de ampliar seu olhar sobre o mundo e sobre as artes, além de produzir uma dança singular, própria, reveladora de si mesmo, ou seja, uma dança autoral, na perspectiva de criador-intérprete. **CONCLUSÕES:** O trabalho com a dança neste projeto de extensão tem como condição primeira, possibilitar ao sujeito entender-se no mundo pela dança, tomando consciência das suas limitações e possibilidades. Entende-se que a partir disso, o sujeito que dança será capaz de ampliar seu olhar sobre as coisas do mundo e sobre as artes assumindo um papel de protagonista na criação em dança e não mais de reprodutor de passos. Estes entendimentos perpassam o fazer a dança no Grupo Universitário, pois mais do que a produção artística, visa-se (re)construir ideias sobre a dança, o corpo que dança, o espaço da dança na universidade e na vida de quem dança e de quem a aprecia. Nisso, entendemos a importância da abertura de espaços nos quais a arte esteja presente modificando o espaço-tempo universitário e a vida de quem dança ou aprecia esta arte.

Neusa Dendena Kleinubing, Vanessa Gertrudes Francischi, Deizi Domingues da Rocha

Palavras-chave: Extensão Universitária. Dança. Processo criativo.

Fonte financiadora: Recursos advindos da Diretoria de Extensão.

Referências

BASTOS, Helena. Cada dança tem seu jeito ou cada inventor descobre um jeito. In: NORA, Sigrid (Org.). **Húmmus 3**. Caxias do Sul: Lorigraf, 2007.

SIEDLER, Elke. Dançario/compositor na universidade: imbricamento entre pesquisa artística e acadêmica. In: ENCONTRO CIENTÍFICO NACIONAL DE PESQUISADORES EM DANÇA, 3., 2013. **Anais...** Comitê Dança e(m) Política, maio 2013, p. 6.

TRIDAPALLI, Gladis. De aproximações e possibilidades: investigação como uma possível estratégia de aprendizado do corpo que dança. In: FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE, 6., Curitiba. **Anais...** Curitiba: Escola de Música e Belas Artes do Paraná, 2008-2009.

PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDO PELA ITCP JUNTO A COOPERSOL CONFECÇÕES

Raquel Badissera¹, Jessica Lisa da Silva, Kéliana Braghini,
Marina Oliveira, Scheila Girelli, Wilian Pereira

¹Técnica de Extensão em Psicologia da ITCP/Unochapecó, raquelbaldi@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A ITCP é um programa permanente de extensão que oferece serviços de assessoramento a grupos social e economicamente excluídos. A Coopersol é um empreendimento incubado pela ITCP desde 2005, que trabalha sob a perspectiva da Economia Solidária. A sistematização de experiências, compreendida a partir do viés da Economia Solidária, é um processo de resgate histórico e reflexivo sobre o desenvolvimento e trajetória de empreendimentos populares. Consiste na busca, relato e registro de situações vivenciadas pelos associados na construção de um projeto coletivo que se contrapõe ao sistema capitalista. A ideia de Sistematização de Experiências, relacionada ao trabalho da ITCP, pressupõe rememorar acontecimentos, pessoas e situações que marcaram a trajetória dos empreendimentos. Além de lembrar, também instiga a reflexão sobre o que ocorreu e a apropriação da história aos que não participaram de todo o processo. Assim, sistematizar é uma forma de fortalecer a identidade coletiva do grupo e suas relações com a Economia Solidária. De acordo com Barbara, Miyashiro e Garcia (2003, p. 44), “[...] é a possibilidade de construir novos acúmulos a partir da reflexão crítica sobre a experiência e a vivência, permitindo que os sujeitos envolvidos adquiram consciência da validade e da importância do seu trabalho. Ou seja, permite a apreensão da totalidade da experiência e a construção de novos sentidos à prática educativa. Potencializa a construção coletiva de novos conhecimentos e torna viável a socialização da experiência aos sujeitos externos ao processo.” A ITCP propôs à cooperativa de costura Coopersol a realização do processo de sistematização de sua experiência. O processo iniciou no segundo semestre de 2014, contando com uma equipe formada por diferentes profissionais e áreas do conhecimento: dois professores (Psicologia e Agronomia), um técnico de extensão (Economia) e uma bolsista (Comunicação). No ano seguinte, em 2015, houve a modificação de alguns membros da equipe de sistematização, que continuou com a presença dos professores, incluindo uma nova técnica de extensão (Psicologia) e três novos bolsistas (Design Visual, Jornalismo e Psicologia). As ações realizadas basearam-se no estudo e apropriação dos materiais produzidos em 2014, dando continuidade ao processo de reconstrução e análise das informações. **OBJETIVO:** Relatar o processo de sistematização de experiência desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unochapecó junto à Coopersol Confecções. **METODOLOGIA:** Embora não rígido, o processo seguiu um planejamento, organizado em quatro etapas, as quais estão propostas pelo Centro de Formação em Economia Solidária (CFES, 2012). 1ª etapa: Elaborar o plano de sistematização: A equipe técnica da ITCP apresentou e discutiu

Raquel Badissera, Jessica Lisa da Silva, Kéliana Braghini, Marina Oliveira, Scheila Girelli, Wilian Pereira

a proposta de sistematização junto ao empreendimento, refletindo acerca de sua pertinência e viabilidade. Além disso, nesses encontros foi definida a “equipe animadora” (cinco trabalhadoras) as quais, enquanto representantes do coletivo de cooperadas, responsabilizaram-se por coordenar o processo de sistematização na Cooperativa. O passo seguinte foi construir junto a esta equipe a justificativa (por que) e objetivos (para que) da sistematização. Diante das discussões com as cooperadas, respaldou-se que a Coopersol faz parte da trajetória de suas vidas. Portanto, relembrar e registrar a história do empreendimento também é uma forma de valorização da dedicação, esforço, luta individual e coletiva que fazem parte dessa experiência. A expectativa em relação ao processo de produção da sistematização era o de que contribuísse para que todas as cooperadas se apropriassem da história, reconhecendo o empreendimento para além de seu caráter econômico, o que favoreceria a cooperação e responsabilização de todos na continuidade das ações. Nesta primeira etapa, ressaltou-se, ainda, que o produto da sistematização possibilitaria compartilhar essa trajetória, demonstrando o potencial multiplicador dessa experiência como Empreendimento de Economia Solidária. Diante desta justificativa, construiu-se coletivamente o objetivo do trabalho de sistematização: “Resgatar e registrar a história da Coopersol, visando fortalecer a identidade coletiva da cooperativa e os princípios da Economia Solidária”. Definido os objetivos, realizou-se junto às cooperadas um estudo sobre a concepção de sistematização, a qual passou a orientar o trabalho de campo. Ainda nessa fase, estava prevista a definição da forma de comunicação e a divulgação da experiência sistematizada. Contudo, embora muitas discussões tenham sido feitas, e possibilidades levantadas, não se chegou a uma conclusão, preferindo-se, por opção do grupo, adentrar na etapa seguinte, para que os resultados encontrados pudessem servir de subsídio para a tomada de decisão. 2ª etapa: Realizar o trabalho de campo: As atividades desta etapa consistiram em torno da busca de informações por parte de todas as cooperadas, as quais se responsabilizaram em buscar dados, registros e informações que marcaram o processo e pudessem contribuir para que a história da Coopersol fosse (re)contada. A partir da primeira busca foram desenvolvidos dois encontros coletivos com o objetivo de socializar e organizar os dados. Este foi o momento da escuta das diferentes vozes, que por ora se complementavam, mas também divergiram, mostrando diferentes ângulos de uma mesma história. A partir dos relatos foi construída uma linha do tempo com as datas, principais fatos, pessoas e fotos que ilustram os diferentes momentos do empreendimento, definidos, a princípio, como: LLA (quando a atividade produtiva ainda era informal), AGD (quando firmou-se como empresa) e Coopersol (quando assumiu sua condição jurídica-legal de cooperativa). Durante esse processo, as precursoras do empreendimento tiveram um papel fundamental, pois mantém viva a memória da trajetória da cooperativa, desde seus primeiros passos. 3ª etapa: interpretar a experiência: Esta etapa ocorreu concomitante a segunda. Após ouvir o relato das cooperadas, os quais foram gravados e posteriormente transcritos, foi realizado o processo de categorização das informações, a partir de temáticas orientadas pelas proposições de Holliday (2006) e CFES (2012): quando e onde a experiência começou; principais aspectos econômicos, sociais, ambientais e políticos do contexto; estrutura; atores sociais e parceiros envolvidos; mudanças importantes na vida das pessoas; fatores motivadores da mudança de fases; relação com a Economia Solidária; inovação na experiência; potencial multiplicador da experiência; fragilidades e potencialidades; relação da experiência com as políticas públicas territoriais/nacionais; o que o processo de busca de materiais suscitou. Durante a produção e compartilhamento das informações, mediante a apresentação de fotos, objetos e relatos, também foram construídas análises interpretativas da experiência, incluindo sentimentos, opiniões, visões e aprendizados. Tal processo vai ao

Raquel Badissera, Jessica Lisa da Silva, Kéliana Braghini, Marina Oliveira, Scheila Girelli, Wilian Pereira

encontro do que Barbara, Miyashiro e Garcia (2003, p. 45) pontuam: “O percurso teórico-metodológico da sistematização deve ser construído de modo a possibilitar um olhar com outros olhos, com a visão privilegiada dos sujeitos da ação. O ponto de partida é a prática e o ponto de chegada é a prática transformada, à luz da discussão medida pela reflexão teórica.” Desta forma, para concretizar a sistematização da experiência é preciso ir além do processo descritivo, refletindo: “Por que aconteceu o que aconteceu?” **RESULTADOS:** 4ª etapa: Comunicar e divulgar amplamente a experiência sistematizada: O processo de categorização das informações resultou em uma narrativa que servirá de subsídio para publicação de um livro, o qual será utilizado como recurso didático interno. Visando dar maior visibilidade externa do empreendimento, objetiva-se, ainda, a elaboração de outros materiais, a exemplo do vídeo institucional. Para tanto, ainda será feita uma nova revisão das informações até então obtidas, avaliando a necessidade ou não de complementação, o que pode resultar na utilização de novas ferramentas de pesquisa, a exemplo da entrevista, bem como o contato com outros participantes importantes na construção da história da Cooperativa. Cabe sinalizar que, de modo intercalado ao trabalho na Cooperativa, ocorreram encontros da equipe da ITCP, os quais serviram para discussão, problematização, reflexão do andamento da sistematização da experiência – avaliando os avanços, dificuldades encontradas, bem como a projeção para continuidade das ações. **CONCLUSÕES:** O processo de sistematização da experiência já surte efeito, provocou nas cooperadas mais antigas a comoção de relembrar todo o processo de construção da cooperativa, as dificuldades e desafios enfrentados, fazendo-as perceber e valorizar o que conseguiram construir até então. Já para as novas, que não acompanharam o processo de formação do empreendimento, a sistematização de experiências provocou o sentimento de pertencimento e apropriação de uma história que hoje também fazem parte. Neste sentido, até o momento as atividades planejadas foram realizadas com êxito, contando com o envolvimento dos sujeitos no processo e também da apropriação dos conceitos de Economia Solidária. A avaliação feita pela equipe da ITCP é de que a metodologia que norteia o processo de sistematização de experiência é uma prática ainda recente na Economia Solidária, logo, não há uma fórmula específica para seu desenvolvimento. Assim, o “como fazer” depende muito de fatores externos como o tempo (disponibilidade dos participantes), as condições estruturais e psicológicas do grupo e outros atravessamentos que podem vir a ocorrer. Tendo em vista ainda que esta é a primeira vez que a ITCP/Unochapecó desenvolve uma atividade desta origem, a metodologia acaba se estabelecendo muito mais como uma construção, do que um planejamento estruturado e rígido. Por um lado isso se torna um desafio, por outro, permite a criatividade e inventividade tão necessária ao trabalho de extensionista.

Palavras-chave: Sistematização de experiências. Coopersol. ITCP.

Fonte financiadora: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).

Referências

BARBARA, M. M.; MIYASHIRO, R.; GARCIA, S. R. de O. (Orgs.). **Educação integral dos trabalhadores:** práticas em construção. São Paulo: CUT, 2003.

PIBID: O SISTEMA MONETÁRIO NOS ANOS INICIAIS

Roberta Weber¹, Ana Paula Antonello

¹Acadêmica de Pedagogia da Unochapecó e cursando pós-graduação em Educação na Faculdade Santa Rita, roberta_weber@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Nossa prática se deu com alunos dos anos iniciais (1º ao 5º ano) através de alguns diálogos obtidos com professores da escola, onde elencou-se como tema de uma intervenção o trabalho com o sistema monetário. Fomos incrementando essa ideia, assim, dialogamos e decidimos produzir um projeto em cima do contexto das turmas. Porém, como o foco é com todas as turmas dos anos iniciais tivemos de adaptar as atividades para que fosse atrativo e que todas as turmas das diferentes faixas etárias pudessem contemplar e explorar o projeto como um todo. Pensando na realidade das crianças tivemos como questões de pesquisa: Quais são os conhecimentos das crianças sobre o Sistema Monetário? As crianças conseguem fazer cálculos sozinhas? Qual é a importância de se trabalhar o Sistema Monetário? **OBJETIVO:** Proporcionar às crianças conhecimentos relacionados ao sistema monetário, aproximar as crianças do modo como é organizada as cédulas e moedas convencionais do dinheiro e fazer relação com o cotidiano das mesmas, operar e resolver situações problemas que envolvam cédulas e moedas do sistema monetário. **METODOLOGIA:** Levando em consideração a necessidade e a realidade das crianças, construímos com elas um conceito de sistema monetário, apresentamos cédulas de dinheiro, porém, não verdadeiras. De acordo com Rodrigues (2012): “Sistema monetário é o conjunto de moedas utilizadas num país por imposição de curso legal, isto é, obrigatoriedade de aceitação em pagamento de mercadorias, débitos ou serviços. Constitui-se de uma moeda fundamental (moeda padrão), que serve de unidade de valor (padrão de medida de valores) e de moedas auxiliares, cujos valores são múltiplos ou submúltiplos daquela.” As turmas que trabalharam com esses conceitos montaram um minimercado, onde cada aluno ficou responsável por trazer embalagens vazias utilizadas em sua casa, que é material reciclável, e que serviu como mercadoria. Ao final, fizeram simulação de compra, onde estabeleceu-se um determinado valor a ser gasto. Nesta atividade, foram organizados os compradores e os caixas do minimercado, para que todos trabalhassem de forma integrada e fazendo cálculos. Além desta atividade de integração organizamos algumas oficinas para as crianças interagirem umas com as outras e com o sistema monetário em si. Estas oficinas foram: Boliche do real, onde além de “pagarem” para jogar, as crianças tiveram de calcular os pontos que faziam conforme cada boliche derrubado. Os objetivos desta atividade eram: exercitar o cálculo de adição e subtração, desenvolver noções sobre distâncias e ainda construir valores, já que as crianças se envolviam sem se preocupar em ganhar ou perder e sim em participar dessa atividade, não tinha o intuito competitivo, sabendo que elas lidam muito com isso. Boca do

Roberta Weber, Ana Paula Antonello

palhaço: Do mesmo modo como o boliche, as crianças pagavam para jogar. Além de trabalhar com o sistema monetário, buscou-se através deste jogo, instigar a socialização de brinquedos, a atenção, concentração, coordenação motora, direção e cálculo de distância. Confecção de um cofre: Após desenvolvimento das oficinas, confeccionou-se um cofre, com o intuito de instigar as crianças a guardarem suas economias e criarem uma consciência não consumista. **RESULTADOS:** A partir das atividades desenvolvidas, percebe-se a interação maior das crianças. Para a hora do jogo e do minimercado elas ganhavam um valor X em dinheiro, o qual poderiam gastar tanto no mercado, tanto com o jogo, assim elas tinham que ir fazendo os cálculos em suas mentes, e com isso pode-se perceber que algumas crianças dominam os cálculos, mas a grande maioria sentia dificuldades. As crianças que ficaram nos caixas no minimercado sentiram dificuldade na hora da soma dos itens para no fim saber quanto deu a conta, a hora do troco tanto no minimercado quanto no jogo. Ambos sentiram dificuldade na hora de devolver o troco, como o valor do jogo era de R\$ 5,00, quem estava no caixa do jogo falava para a outra criança que iria comprar a ficha e que ela teria que dar nota de R\$ 5,00 e a R\$ 20,00 não podia. Íamos intermediando e as crianças conseguiram compreender o verdadeiro significado do troco. Quanto a produção do cofre, foi significativa, pois, as crianças por si próprias iam falando que iam economizar, pois, cada uma tinha uma meta que queria obter um êxito e ele seria possível através desse cofre, com o dinheiro que conseguiriam guardar. Quando foi dialogado sobre o que é o Sistema Monetário, algumas crianças conseguiam fazer a assimilação com o dinheiro, outras ainda não, mas a partir da explicação, pelo que deu para perceber, ficou claro para elas de que Sistema Monetário tratava-se do dinheiro em geral. **CONCLUSÕES:** Consideramos que atividades mais lúdicas dão um bom embasamento e uma melhor compreensão no desenvolvimento da aprendizagem das crianças, onde todas interagem e quando tem dúvidas pedem para os colegas e intermediadores, assim trabalham em equipe e passam a obter maiores conhecimentos.

Palavras-chave: Sistema monetário. Crianças. Pibid.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

RODRIGUES, Carlos Alberto. **O padrão ouro:** teoria e história. 2012. Disponível em: <<http://www.oaixa.com.br/artigos/rodrigues2.htm>>. Acesso em: 26 out. 2015.

LEITURA EM LÍNGUA INGLESA: ESQUEMAS E O ENTENDIMENTO DE MUNDO

Rosane Natalina Meneghetti Silveira¹, Angela Rodrigues dos Santos

¹ Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora do curso de Letras da Unochapecó, rosanems@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este trabalho aborda uma reflexão teórica à luz de uma ação desenvolvida pelo projeto de extensão Lablin (Laboratório de Línguas) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), o qual desenvolve intervenções na comunidade interna e externa para promover a democratização do ensino de línguas. O estudo insere-se também na docência que vem sendo desenvolvida pelas autoras, enquanto prática pedagógica. Entende-se que a leitura é uma prática diária e essencial ao ser humano, é por meio dela que o ser humano se constitui enquanto sujeito social, que questiona e transforma o contexto em que se insere. Se tratando de leitura de textos em língua inglesa, esta também contribui para a compreensão de mundo e para a formação de sujeitos críticos e informados. Considerando que a leitura não é uma habilidade linguística que pode ser desenvolvida de forma passiva, isto é, a interação leitor-texto é a maneira por meio da qual o processo de leitura ocorre, no qual diversos aspectos psicolinguísticos estão envolvidos, é necessário tensionar esta relação e refletir sobre como o leitor aborda o texto, como ele pensa sobre o texto em termos de interpretação e atribuição de sentido e significado. Sendo assim, este trabalho tendo como sujeitos da pesquisa, aprendizes de leitura em língua inglesa, contempla uma discussão sobre o papel do leitor durante o processo de compreensão leitora, cujo entendimento é de que o leitor adiciona mais informações ao texto do que o próprio texto impresso tem a comunicar e de que estas informações vêm de várias fontes, e “[...] as cinco fontes mais comuns incluem família, comunidade, escola, ambiente sociocultural e diferenças individuais.” (AEBERSOLD; FIELD, 1997, p. 6, tradução nossa). Nessa perspectiva, é importante considerar que, na maioria das vezes, as práticas de leitura ocorrem por meio do uso de diferentes estratégias de leitura (NUNAN, 1999) utilizadas pelo leitor, ao longo do processo de compreensão e atribuição de sentido ao texto. Em relação ao nível de interação, entende-se que este é variável, pois depende da experiência de leitura e conhecimento de mundo de cada indivíduo: “O engajamento do leitor no processo de leitura é baseado nas suas experiências passadas de aprendizado de leitura e também de como a leitura está inserida em sua vida.” (AEBERSOLD; FIELD, 1997, p. 5, tradução nossa). **OBJETIVO:** Disseminar a formação continuada por meio de atividades de extensão; promover uma reflexão sobre a importância da leitura em língua inglesa; analisar os aspectos envolvidos no processo de compreensão escrita; tornar acessível a produção de conhecimento acadêmico. **METODOLOGIA:** Este estudo é de caráter qualitativo e o seu desenvolvimento deu-se por meio de revisão bibliográfica, o qual foi examinado pela perspectiva psicolinguística (LEFFA,

Rosane Natalina Meneghetti Silveira, Angela Rodrigues dos Santos

1996) e amparado em referenciais de Aebersold e Field (1997), Nunan (1999), Tomitch (2003, 2009) e UR (1997). Essa fundamentação teórica serviu então de base para a análise de dados observados no contexto de curso de leitura em língua inglesa de média duração. Em relação aos sujeitos da pesquisa, esses podem ser caracterizados como aprendizes que tinham pouco ou nenhum conhecimento de língua inglesa e sendo assim, participaram de aulas de compreensão leitora de língua inglesa. As aulas foram desenvolvidas durante seis meses, semanalmente, para um grupo de estudantes adultos. Em cada aula, eram propostos, estudados e analisados textos escritos em língua inglesa, e para estas práticas desenvolvidas atividades de pré-leitura, leitura e pós-leitura (TOMITCH, 2009). As aulas foram conduzidas parcialmente em língua portuguesa, e em língua inglesa; na medida em que as aulas avançavam e os aprendizes adquiriam maior conhecimento linguístico, eram estimulados a utilizar esse conhecimento como facilitador para a compreensão leitora, maximizando, assim, o uso da língua alvo e minimizando o uso da língua mãe. Assim, depois de cada aula o desempenho da turma enquanto leitores e sujeitos sociais e o uso de diferentes estratégias usadas durante o processo de compreensão leitora foram identificados e analisados. **RESULTADOS:** Em se tratando de resultados, foi possível desenvolver o aprendizado da leitura em língua inglesa e o reconhecimento de sua importância enquanto meio de acesso ao saber de forma facilitada e reflexiva, isto é, observou-se que os leitores são frutos de suas experiências de leituras e outras fontes de informação que são usadas consciente e inconscientemente durante o processo de leitura. Sendo assim, as experiências de leituras são singulares para cada leitor. O estudo também possibilitou a análise de que a habilidade de compreensão escrita pode ser desenvolvida, uma vez que aspectos de leitura eficiente e não eficiente (UR, 1997) devem ser compreendidos pelo professor e sempre que necessário, um redirecionamento da prática pedagógica deve ser proposto. Verificou-se ainda que sensibilizar e munir o aprendiz para o uso de estratégias de leitura facilita a sua abordagem e interação com o texto. **CONCLUSÕES:** O estudo aponta para o entendimento de que a aprendizagem de leitura em língua inglesa é um processo que envolve o leitor, suas experiências de leitura e seu conhecimento de mundo. Também informa que durante o processo de leitura o professor tem um papel fundamental de mediador e facilitador do aprendizado, isto é, cabe a ele conduzir as práticas de leitura de modo a promover, questionar e problematizar o texto a fim de tornar a compreensão escrita um instrumento de acesso a outras culturas por meio de leitores críticos e reflexivos.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem. Extensão universitária. Leitura em língua inglesa.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

AEBERSOLD, J. A.; FIELD, M. L. **From reader to reading teacher:** Issues and strategies for second language classrooms. New York: Cambridge University Press, 1997.

LEFFA, V. **Aspectos da leitura:** uma perspectiva psicolinguística. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1996.

NUNAN, D. **Second language teaching & learning.** Boston: Heinle & Heinle Publishers, 1999.

Rosane Natalina Meneghetti Silveira, Angela Rodrigues dos Santos

TOMITCH, L. M. B. Aquisição de leitura em língua inglesa: In: LIMA, D. (Ed.). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa**: conversa com especialistas. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

UR, Penny. **A course in language teaching**: practice and theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Solange Cavalheiro¹, Juliana Velasque

¹Acadêmica de Pedagogia da Unochapecó; bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid); bolsista de estágio não obrigatório no Serviço Social do Comércio (SESC); e aluna do curso de especialização *Lato Sensu* em Educação na Faculdade Santa Rita, solangecavalheiro@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) visa à inserção dos estudantes dos cursos de licenciatura no ambiente escolar como forma de preparação para as práticas pedagógicas e futuro exercício profissional. O programa realiza atividades que proporcionam aos acadêmicos uma aproximação entre teoria e prática de forma lúdica e educativa, possibilitando a integração entre universidade e escola. As atividades são realizadas com crianças do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental e buscam construir momentos diversificados no próprio espaço escolar, proporcionando o desenvolvimento lúdico e criativo das crianças que frequentam a escola. As atividades que são desenvolvidas nos espaços escolares e são pensadas a partir de ações de um subprojeto geral. As ações desenvolvidas vão contextualizando o trabalho com as famílias e a organização pedagógica, sendo algumas delas: os trabalhos pedagógicos, confecções, seminários e oficinas. **OBJETIVO:** O Pibid apresenta dentre seus objetivos, o de inserção dos licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinares. Buscando ressignificar o espaço escolar; identificar as expectativas esperadas do programa e compreender as potencialidades do programa na escola. **METODOLOGIA:** Utilizamos como metodologia de trabalho as oficinas pedagógicas temáticas como: Cine Pedagógico nas escolas; Seminário Pedagógico Integrado de Preservação Ambiental; Produção de brinquedos... Atividades que buscaram resgatar principalmente os clássicos infantis com o intuito de incentivar a curiosidade e criatividade das crianças. As atividades são realizadas com alunos do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Chapecó e parte das necessidades do contexto escolar no qual estão inseridas, enquanto Pibidianas. Para a coleta de dados utilizamos de observações, ações das crianças e algumas falas significativas que nos fizeram refletir a grande valia do Pibid para o acadêmico que está inserido nesse meio, como futuro profissional, formando uma concepção enquanto sujeito aprendiz. O Pibid desenvolve atividades lúdicas e educativas no espaço escolar, torna-se relevante na formação do sujeito licenciando, pois, desenvolve atividades do cotidiano dos alunos facilitando ainda mais a apropriação ao conhecimento. Todas as ações desenvolvidas objetivaram resgatar o lúdico nos anos iniciais da educação básica, assim, propiciando atividades diferenciadas. De acordo com Rosa (2011), é a partir do processo de realização de suas atividades de aprendizagem escolar que a criança (re)constrói e desenvolve-se cognitivamente, transformando-se gradativamente em um sujeito

Solange Cavalheiro, Juliana Velasque

autônomo no decorrer do processo de reorganização social. **RESULTADOS:** Foram obtidos bons resultados e possibilidades de melhoras. Estar no ambiente escolar não é apenas passar atividades sem objetivos para concretizá-las, mas sim, construir relações com professores, crianças, colegas e com as demais pessoas que também fazem parte do processo de ensino e aprendizagem. As atividades são realizadas sempre com o intuito de aproximar-se do funcionamento do espaço escolar, buscando articular os conhecimentos com o mesmo. Durante todo o processo, foi perceptível o surgimento de diversas fragilidades em todo o contexto, mas, em consonância com o mesmo buscou-se estratégias de superações que passaram a ser aprimoradas pedagogicamente. Estar à frente enquanto futuras pedagogas fez-se refletir a importância do professor no processo de intervenção, a relevância acadêmica/científica faz com que a prática torne-se significativa no momento em que depara-se com algumas falas de crianças no contexto escolar e consegue-se relacionar com a teoria vivenciada em sala de aula: “Prof, nunca andei em um pé de latas é muito divertido!” (Criança A); “Vou fazer em casa prof, so precisamos de latas e barbante” (Criança B). **CONCLUSÕES:** Percebemos através de observações que trabalhar em uma perspectiva lúdico-educativa, buscando tornar os conteúdos escolares mais atrativos e prazerosos, estimulando o interesse, criatividade, autonomia, respeito, diversidade e outros aspectos essenciais à educação, potencializa os conhecimentos, tanto os enquanto acadêmicas e os das crianças enquanto sujeitos em formação. Enquanto acadêmicas/bolsistas, percebe-se a educação básica mais próxima da universidade no momento em que se pratica a docência, pois ao se inserir na sala de aula ou promover atividades diferenciadas, estabelecemos vínculo com professores, estudantes e nos deparamos com situações que agregam conhecimentos necessários para o dia a dia da sala de aula, logo, estando em contato com a escola, temos a oportunidade de aprender e aprimorar ações educativas que nos diferem enquanto profissionais, tornando-nos ativos pela busca do conhecimento. As atividades do programa ainda estão sendo desenvolvidas e cria-se expectativas para que as mesmas continuem sendo desenvolvidas todos os anos nos espaços escolares, favorecendo a construção do conhecimento e construindo novos horizontes educacionais.

Palavras-chave: Pibid. Espaço escolar. Anos iniciais.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

ROSA, Solange Aparecida da. Dificuldades de atenção e hiperatividade na perspectiva histórico-cultural. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2011.

PRÓ-CIDADANIA: INFORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Taís Wengenovicz¹, Andressa C. Zander, Marisa Koncikoski, Teresinha A. Matos

¹ Acadêmica de Direito na Unochapecó, tais.wengenovicz@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: O Pró-Cidadania é um projeto de extensão da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex), que teve início em março de 2015, e cujo o propósito é difundir informações sobre os direitos e possibilidades de acessar serviços e bens coletivos e contribuir com o processo de emancipação cidadã da população em situação de risco e vulnerabilidade social na Comarca de Chapecó. Entende-se que a defesa e garantia dos direitos é um dos principais desafios a serem superados para a efetivação de uma sociedade democrática, mas muitas pessoas ainda desconhecem seus direitos básicos. Por isso, a necessidade de criar uma dinâmica diferenciada de intervenção no âmbito da socialização de direitos. Nesse sentido, o Pró-Cidadania desenvolve um trabalho educativo, informativo e preventivo e, para isso, faz-se valer da participação de acadêmicos do curso de graduação em Direito e Serviço Social para produzir e difundir conhecimento em defesa dos direitos de família. Entende-se que a formação, em seu sentido pleno, abrange o exercício da cidadania e a conduta ética. A universidade, segundo Chauí, deve assegurar um espaço para o pensar, e não apenas para a transmissão de conhecimento. Acredita-se que inserir os acadêmicos em espaços que atribuem visibilidade às lutas e vulnerabilidades da sociedade, é um grande passo para tanto. O Pró-Cidadania, articula-se com as intencionalidades político-pedagógicas dos cursos de graduação em Direito e Serviço Social que mantém uma estreita relação entre si. O curso de graduação em Direito, no processo de formação acadêmica, “[...] enfatiza a prática da cidadania e a valorização do ser humano, aliando o ensino jurídico a uma proposta interdisciplinar, que priorize a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.” No mesmo sentido, o curso de graduação em Serviço Social idealiza um “[...] profissional com formação cultural humanitária, autonomia intelectual e capacidade de construir argumentos e críticas [...], reafirmando o compromisso e posicionamento ético-político na defesa de direitos.” A ação do Pró-Cidadania consolida-se como preponderante para o alcance dos objetivos desses cursos, uma vez que visa dar aos estudantes a oportunidade de atuar em conjunto na comunidade e, assim, contribuir para a formação de profissionais que cultivem uma posição crítica da realidade social, preocupados com o processo democrático e preparados para defender os interesses coletivos. A desinformação e a falta de conhecimento privam parte da população, notadamente de baixa renda, do exercício pleno de direitos intimamente ligados à condição de dignidade do ser humano como a igualdade, a liberdade, a segurança, a moradia e a educação. A cidadania consiste na capacidade conquistada por alguns

Taís Wengenovicz, Andressa C. Zander, Marisa Koncikoski, Teresinha A. Matos

sujeitos – e, na democracia efetiva, por todos os sujeitos – de se apropriarem dos bens socialmente criados, com plena realização humana, em determinado contexto social. Entende-se que, para que isso se concretize, num contexto de desigualdades sociais, se faz necessário munir as pessoas com informações para que encontrem formas de superar essa condição, pois o acesso a uma ordem jurídica justa, que restabeleça os direitos fundamentais do cidadão, deve fundar-se na valorização do ser humano, na dignidade da pessoa humana, consciente da possibilidade do pleno exercício dos direitos e garantias inerentes ao cidadão. Numa sociedade que se pretenda justa, equilibrada e livre da exclusão, do desequilíbrio e injustiça sociais, as pessoas devem exercer plenamente seus direitos e deveres. Sabendo que a defesa dos direitos de família pressupõe respeito aos princípios fundamentais da dignidade do ser humano, o Pró-Cidadania prepara os acadêmicos do curso de graduação em Direito e Serviço Social para atuarem na produção e difusão de conhecimento que contribua no acesso aos direitos sociais. **OBJETIVO:** Difundir informações no sentido de maximizar o acesso aos serviços e bens coletivos existentes na Comarca de Chapecó. Além disso, pretende: instrumentalizar àqueles que estão em situação de risco e vulnerabilidade social para que sejam conhecedores de seus direitos; informar as famílias inseridas na rede de serviços assistenciais dos municípios da Comarca de Chapecó, e outros grupos organizados, sobre os direitos, possibilitando o acesso e alcance deles; contribuir para a ampliação do conhecimento referente aos direitos, visando o empoderamento do indivíduo; identificar as instituições existentes na comarca de Chapecó, a fim de obter subsídios para informar aos usuários sobre os benefícios e serviços prestados, bem como realizar encaminhamentos quando necessário; estimular os usuários a buscarem o que eles necessitam, utilizando-se das forças de que dispõem, com o intuito de superarem as relações frágeis; divulgar os serviços prestados pelo Centro de Atendimento à Comunidade da Unochapecó, com o intuito de implementar, sob a ótica do direito e da cidadania, a viabilização do acesso a estes. **METODOLOGIA:** Os pressupostos e princípios que vinculam o Pró-Cidadania e fundamentam sua atuação são: a) a formação ética e cidadã; b) o estímulo a autonomia e protagonismo social; c) o respeito à cultura, às crenças e ao conhecimento popular; e d) a defesa dos direitos individuais e coletivos. O Pró-Cidadania atua junto aos grupos organizados na rede socioassistencial da Comarca de Chapecó, formando vínculos e criando espaços de diálogo e socialização de informações referentes aos direitos de família. O caminho operacional que o projeto segue consiste em: mapear os grupos existentes na rede socioassistencial da Comarca de Chapecó, verificando a necessidade de informações desses grupos; capacitar a equipe para o atendimento por meio de grupos de estudo; socializar as informações com os grupos mediante reuniões com a realização de dinâmicas de integração e exposições verbais claras e acessíveis, utilizando recursos audiovisuais objetivando instigar reflexões e não meramente repassar informações. **RESULTADOS:** Os resultados do Pró-Cidadania são de natureza subjetiva, o que dificulta mensurá-los enquanto produtos, pois são transformações que ocorrem nos processos de formação profissional e de acesso a informação por parte dos indivíduos que participam das atividades realizadas. Nessa perspectiva, entende-se que o resultado mais significativo é o empoderamento do público-alvo. Cumprindo o seu Cronograma de Ações, entre os meses de março e maio, o Pró-Cidadania fez o mapeamento dos grupos existentes junto à rede socioassistencial da Comarca de Chapecó, e capacitou a equipe que, entre maio e setembro, atendeu cerca de 193 pessoas em nove encontros e inspirou o tema escolhido para um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Serviço Social e uma dissertação do mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, além de participar do VII Congresso do Mercosul de Direito de Família com apresentação de um trabalho científico na modalidade pôster que será

Taís Wengenovicz, Andressa C. Zander, Marisa Koncikoski, Teresinha A. Matos

publicado em livro editado pelo Congresso. **CONCLUSÕES:** Ciente de que a mudança social pretendida constitui-se em um processo lento, que exige persistência, e que a sociedade muda constantemente, o Pró-Cidadania entende que suas estratégias também devem se transformar para atingir seus objetivos. Por isso, pretende-se dar continuidade ao Projeto, revisando cada um dos momentos de cada ação e estabelecendo contato com os técnicos que trabalham nos serviços da rede socioassistencial da Comarca de Chapecó já atendidos para verificar se, a partir das reuniões, os indivíduos passaram a buscar seus direitos, no intuito de examinar a eficácia das práticas utilizadas e aprimorá-las cada vez mais.

Palavras-chave: Família. Informação. Cidadania.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex).

ARQUIVO CLIMÁTICO PARA CHAPECÓ

Vanderlei Bordignon¹, Angélica Saccol Berleze, Marcos Heitor Perin Tedesco

¹Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo da Unochapecó, vandeb_b@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A fim de permitir que simulações de desempenho termoenergético de edifícios sejam realizadas no município de Chapecó, fez-se necessária a criação de um arquivo climático contendo uma base de dados climáticos e ambientais a ser utilizada em diversos *softwares*. Com isto, pesquisas acadêmicas referentes a essa temática poderão ser realizadas de uma maneira mais precisa, além de viabilizar estudos sobre estratégias bioclimáticas pertinentes para o município. No Brasil, temos dificuldade em encontrar estações meteorológicas automáticas que meçam todas as variáveis necessárias, sendo necessário estimar algumas variáveis com base em equações. Portanto, o presente trabalho objetiva demonstrar a metodologia utilizada para definição do Ano Climático de Referência (TRY) de Chapecó, bem como para a estimação das variáveis psicrométricas necessárias e não disponibilizadas a partir da estação meteorológica do município. Após a década de 1970, diversos países direcionaram linhas de pesquisas para o desempenho termoenergético de edificações e para o desenvolvimento de sistemas mais eficientes e sustentáveis. No Brasil, pesquisas nessa área se tornaram ainda mais comuns após a promulgação da Lei 10.295/2001, a primeira Lei de Eficiência Energética brasileira, que estabeleceu que as edificações construídas no país deveriam atender a requisitos mínimos de eficiência energética (MENDES et al., 2005). Além disso, pesquisas nessa área tornaram-se ainda mais importantes com a criação dos Regulamentos Técnicos da Qualidade do Nível de Eficiência Energética em Edifícios – RTQ, em 2009 e 2010. Atualmente, sabe-se que as construções dos setores residencial, comercial e público representam aproximadamente 48% do consumo total de energia elétrica no país (Brasil, 2013). O programa Procel Edifica possui uma estimativa de redução desse consumo da ordem de 30% para edificações existentes e de 50% para edificações novas. Graças ao avanço da tecnologia computacional, o comportamento termoenergético de um edifício pode ser avaliado por meio de ferramentas virtuais, que permitem a inserção de uma grande quantidade de variáveis, representantes das características reais da edificação que se pretende investigar (CASAGRANDE; ALVAREZ, 2013). Segundo Mendes e colaboradores (2005), por meio da simulação é possível estimar o consumo de uma edificação a partir de definições do local ao qual ela está inserida, características arquitetônicas, propriedades físicas dos materiais construtivos, cargas internas instaladas, sistemas de condicionamento de ar e iluminação e padrões de uso e ocupação. Eles ainda complementam que avaliar o desempenho termoenergético de edifícios é uma tarefa complexa e que envolve uma série de variáveis interdependentes. Normalmente, a simulação computacional utiliza um arquivo de dados climáticos das 8760 horas do ano para representar as condições externas à edificação, tais como temperatura do ar, umidade relativa, radiação solar e ventos (MENDES et al., 2005).

Vanderlei Bordignon, Angélica Saccol Berleze, Marcos Heitor Perin Tedesco

No entanto, um dos problemas enfrentados é a falta de dados climáticos horários medidos por meio de estações automáticas, principalmente aos que se referem à radiação solar, por se tratarem de equipamentos caros e que exigem grande manutenção. A partir do exposto, considerou-se importante a criação de um arquivo climático para a cidade de Chapecó (SC), uma vez que é a principal cidade do oeste catarinense e também por possuímos interesse em realizarmos pesquisas mais aprofundadas na área do desempenho térmico de edificações por meio de simulação computacional. **OBJETIVO:** Apresentar a metodologia para obtenção do Ano climático de Referência e o processo de estimação das variáveis psicrométricas necessárias para a criação do arquivo climático de Chapecó. **METODOLOGIA:** Serão criados dois formatos de arquivos, um em formato de texto, com extensão .csv e um formato com extensão .epw, compatível com o programa EnergyPlus. Ambas as extensões são compostas de dados obtidos a partir da metodologia do TRY, porém, diferentemente dos arquivos .epw, os arquivos .csv podem ser utilizados para a visualização ou manipulação dos dados, pois são compatíveis com planilhas eletrônicas. O Ano Climático de Referência, ou *Test Reference Year* (TRY), consiste de um ano típico representativo de um determinado lugar geográfico considerando-se um período de no mínimo dez anos consecutivos de séries de dados climáticos (CARVALHO et al., 2002). A metodologia para definição do TRY consiste na eliminação de anos cujos dados contêm temperaturas médias mensais extremas (altas ou baixas) até que se obtenha apenas um ano de dados médios, sem extremos de temperatura (GOULART et al., 1998). A metodologia utilizada para definir o Ano Climático de Referência para Chapecó seguiu o procedimento realizado por Stamper (1977 apud GOULART et al., 1998): “O procedimento utilizado para selecionar o ano climático para um local específico é baseado na eliminação de anos de dados, os quais contêm temperaturas médias mensais extremas (altas ou baixas), até permanecer um ano, somente. Para isto, os meses são classificados em ordem de importância para cálculo de energia, analisando-se os valores médios mensais de temperatura do ar, anotando-se o mês mais quente e o mês mais frio, o segundo mês mais quente e o segundo mês mais frio e assim por diante, conforme aparecem as maiores e as menores temperaturas médias mensais, respectivamente. Após fecharem os 12 meses, repete-se a sequência dos meses, porém invertendo-se o sentido de análise, ou seja, onde é quente passa a ser frio e vice-versa. Com isso, os anos que apresentarem temperaturas médias mensais extremas (mais altas ou mais baixas) poderão ser eliminados de acordo com o procedimento. As temperaturas médias mensais, para cada ano do período de registros disponível, são calculadas e examinadas de acordo com a sequência listada. O ano com o mês mais quente é anotado. Depois, o ano que contém o mês mais frio. O processo continua, anotando-se os anos nos quais ocorrem os extremos. Estes anos são, então, eliminados e o procedimento é repetido até restar somente um. Este ano é designado como Ano Climático de Referência.” Após a definição do Ano Climático de Referência, foi solicitado à empresa Foz do Chapecó a disponibilização dos dados climatológicos medidos através de estação meteorológica automática de propriedade do Dr. Maurici Monteiro e localizado nas coordenadas -27°05'07" e -52°38'08", no Centro de Pesquisas para Agricultura Familiar da Epagri, localizado no bairro São Cristóvão em Chapecó (SC) e a uma altitude de 687 m. O arquivo disponibilizado contém dados referentes às 8760 horas do ano de 2011 e apresenta nove variáveis: mês, dia, hora, temperatura de bulbo seco (°C), umidade relativa (%), precipitação (mm), velocidade do vento (km/h), direção do vento (graus) e radiação global horizontal (W/m²). Para criação do arquivo são necessárias diversas variáveis climáticas que envolvem relações psicrométricas. Dessa forma, as demais variáveis precisaram ser calculadas através de equações. Para a estimativa das variáveis psicrométricas foram utilizadas equações retiradas através de

Vanderlei Bordignon, Angélica Saccol Berleze, Marcos Heitor Perin Tedesco

duas fontes: ASCE (2001) e Silva (2012, 2015). **RESULTADOS:** Após o uso do procedimento realizado por Stamper (1977 apud GOULART et al., 1998), o Ano Climático de Referência de Chapecó foi diagnosticado como sendo o ano de 2011. O cálculo deste ano é o primeiro passo para direcionar os dados mais relevantes para futuros estudos bioclimáticos de uma cidade. Através dos cálculos das equações psicrométricas de Silva (2012, 2015) e algumas equações da ASCE (2001), foi possível estimar dados essenciais para a criação do arquivo climático. Com estes cálculos obtemos variáveis como pressão atmosférica (kPa), pressão de vapor (Pa), temperatura de ponto de orvalho (°C), temperatura de bulbo úmido (°C) e densidade do ar (Kg.m⁻³). **CONCLUSÕES:** Este artigo foi produzido no intuito de ilustrar a metodologia para a criação de um arquivo climático contendo 8760 dados/hora referentes ao Ano Climático de Referência de Chapecó. Este arquivo tem a finalidade de ser utilizado em pesquisas relativas à simulação de desempenho termoenergético de edificações e na avaliação de estratégias bioclimáticas para o município. Em decorrência da dificuldade em encontrar uma estação meteorológica que meça todas as variáveis necessárias para a criação desse arquivo climático, foi necessário estimar as variáveis inexistentes. Para tanto, foram necessárias varias pesquisas em trabalhos científicos que não esclareceram exatamente como calcular essas variáveis ou, em alguns casos, os dados de entrada das equações se diferenciavam dos que se tinha disponível. Chegou-se a um resultado aceitável com o auxílio das notas de aula e equações psicrométricas de Silva (2012, 2015), bem como algumas equações da ASCE (2001). A partir dessas fontes, foi possível estimar as variáveis climatológicas que faltavam para a criação do arquivo climático de Chapecó. Portanto, espera-se que este artigo seja útil na estimação de dados psicrométricos de novos arquivos climáticos, embora ainda seja necessário calcular as variáveis referentes à radiação solar para torná-los completos. Com todos os dados climáticos obtidos e realizando o arquivo climatático com extensão *csv* e *epw*, será possível dar continuidade fazendo que convenha como uma pesquisa detalhada em relação ao desempenho térmico, que servira para técnicas de modificação do ambiente térmico das edificações, com a geração de simulações termoenergéticas, projetando edifícios mais eficientes e adequados ao clima para a nossa região, sendo de extrema importância no bem estar e conforto para as pessoas.

Palavras-chave: Arquivo climático. Equações psicrométricas. Ano Climático de Referência.

Fonte financiadora: Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex), Unochapecó.

Referências

CARLO, J. C.; LAMBERTS, R. **Processamento de arquivos climáticos para simulação do desempenho energético de edificações**. Relatório: AET n° 02/04 – Elaboração de Regulamentação e Classificação de Edificações Eficientes. 2005.

CARVALHO, H. J. M.; ARAÚJO, T. G. H.; SILVA, F. A. G. Tratamento de dados climáticos da cidade de João Pessoa - PB, para o uso em projetos de arquitetura. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 9., Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ENTAC, 2002. p. 327-336.

Vanderlei Bordignon, Angélica Saccol Berleze, Marcos Heitor Perin Tedesco

CASAGRANDE, B. G.; ALVAREZ, C. E. de. Preparação de arquivos climáticos futuros para avaliação dos impactos das 173 mudanças climáticas no desempenho termoenergético de edificações. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 13, n. 4, p. 173-187, jul./set. 2013.

GOULART, S. et al. **Dados Climáticos para Projeto e Avaliação Energética de Edificações para 14 Cidades Brasileiras**. 2. ed. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Construção/UFSC, 1998. 345 p.

MENDES, N. et al. Uso de instrumentos computacionais para análise do desempenho térmico e energético de edificações no Brasil. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 5, n. 4, p. 47-68, 2005.

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTO EDUCATIVO PARA PROMOÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

Vanessa Fátima Felício¹, Roberta Lamonatto Taglietti

¹Acadêmica de Nutrição da Unochapecó e bolsista ITCP, vanessa_f_f@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é um projeto que tem por finalidade a inserção de atores marginalizados economicamente no sistema formal de economia. A partir da organização para o trabalho, visa contribuir para o cumprimento da função social da Universidade, fortalecendo o caráter comunitário da Unochapecó. Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela ITCP/Unochapecó, podemos destacar as desenvolvidas pelo curso de Nutrição, que atualmente vem se dedicando a trabalhos de Educação Alimentar e Nutricional nos diversos empreendimentos. Associado às práticas educativas, a ITCP apresenta na forma de material educativo, a cartilha que compõe o programa de informações básicas aos interessados. Esta cartilha trata de temática relativa à promoção de hábitos e comportamentos alimentares saudáveis e pode ser utilizada como material de apoio para capacitações e consultas. **OBJETIVO:** Elaborar um instrumento educativo para promoção de hábitos alimentares saudáveis. **METODOLOGIA:** A construção da cartilha para promoção de hábitos alimentares saudáveis partiu de uma necessidade dos empreendimentos atendidos atualmente pela ITCP, a qual foi desenvolvida pela bolsista do curso de Nutrição da Unochapecó, sendo um relato de experiência. As temáticas abordadas na cartilha são: aproveitamento integral de alimentos, cuidados na compra de alimentos: higiene, aparência e qualidade dos produtos e cuidados para uma alimentação saudável. **RESULTADOS:** Com relação ao aproveitamento integral dos alimentos, além de diminuir os gastos com alimentação e melhorar a qualidade nutricional do cardápio, reduz o desperdício de alimentos e torna possível a criação de novas receitas como, por exemplo, sucos, doces, bolos, geleias e farinhas. Na hora da compra de alimentos, é necessário observar aspectos determinantes para uma alimentação segura e saudável, dentre eles a origem do alimento/produto, a aparência, a validade, a conservação e o valor nutricional. Com base nisso, a cartilha apresenta dicas importantes sobre os aspectos relativos a cor, aroma, aparência e textura que devem ser avaliados pelo consumidor no momento da compra de frutas, verduras e legumes. Além disso, indica que os alimentos que deterioram facilmente devem ser comprados em pequenas quantidades num intervalo de tempo menor. Sobre o item alimentação saudável, a cartilha indica cuidados importantes para uma alimentação adequada e saudável, as quais são pautadas pelos princípios do *Guia Alimentar para a População Brasileira* (2014), que recomenda a redução do consumo de alimentos processados e ultraprocessados como embutidos, caldos prontos, sucos em pó, frutas em conservas, mistura para bolos, biscoitos recheados, e estimula o consumo prioritário de alimento *in natura* e

Vanessa Fátima Felício, Roberta Lamonatto Taglietti

minimamente processados como frutas frescas, hortaliças, verduras e legumes, carnes frescas, ovos, queijos e leite com o objetivo de promover saúde e prevenir o surgimento de Doenças Crônicas não Transmissíveis como obesidade, hipertensão, diabetes etc. A partir da necessidade e do interesse dos empreendimentos atendidos, a cartilha vem sendo utilizada como material de apoio nas intervenções que a ITCP promove. **CONCLUSÕES:** A cartilha, entendida como material educativo para as atividades desenvolvidas com os empreendimentos nos quais a ITCP faz a incubação tecnológica, é um instrumento de fácil compreensão, que visa oferecer orientações de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas em relação à alimentação e nutrição.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Alimentação saudável. Qualidade de vida.

Fonte financiadora: Unochapecó.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

GALINNA, Luciana Souza; BACK, Tânia; BEUX, Júlia. **Aproveitamento Integral dos Alimentos**. 1. ed. Chapecó, SC. 2010. 50 p.